Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo 0010782-36.2016.5.15.0043

PARA ACESSAR O SUMÁRIO, CLIQUE AQUI

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 20/04/2016
Valor da causa: R$ 33.621,00

Partes:
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
ADVOGADO: SIMONE DE MORAES SOUZA
ADVOGADO: DIOGENES ELEUTERIO DE SOUZA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME
ADVOGADO: ROSANGELA APARECIDA MATTOS FERREGUTTI
RÉU: EMERSON RODRIGUES DE OLIVEIRA
ADVOGADO: ROSANGELA APARECIDA MATTOS FERREGUTTI
RÉU: FRANCISCO APARECIDO DE OLIVEIRA
ADVOGADO: ROSANGELA APARECIDA MATTOS FERREGUTTI
TERCEIRO INTERESSADO: MARIA MADALENA RODRIGUES DE OLIVEIRA
LEILOEIRO: ADILIO GREGORIO PEREIRA
ADVOGADO: ADILIO GREGORIO PEREIRA

TERMO DE PETICIONAMENTO EM PDF

AUTUAÇÃO: [SIMONE DE MORAES SOUZA, FLAVIO HENRIQUE DA SILVA] x [LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME]

PETICIONANTE: SIMONE DE MORAES SOUZA

Nos termos do artigo 1º do Ato número 423/CSJT/GP/SG, de 12 de novembro de 2013, procedo à juntada, em anexo, de petição em arquivo eletrônico, tipo “Portable Document Format” (.pdf), de qualidade padrão “PDF-A”, nos termos do artigo 1º, § 2º, inciso II, da Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006, e em conformidade com o parágrafo único do artigo 1º. do Ato acima mencionado, sendo que eventuais documentos que a instruem também serão anexados.

20 de Abril de 2016

SIMONE DE MORAES SOUZA

D. E. SOUZA ADVOGADOS
Diógenes Eleutério de Souza
Simone de Moraes Souza *Mariana Silva de Sales*

EXMO.(A.) SR(A) DR (A.) JUIZ(A) FEDERAL DO TRABALHO DA MMª ___ VARA DO TRABALHO DA COMARCA DE CAMPINAS-SP.

.

FLAVIO HENRIQUE DA SILVA, brasileiro, casado, marceneiro, filho de Geni da Silva, nascido em 06/05/1982, portador do RG 44317745 e do CPF/MF 227.265.768-00, da CTPS nº 99589, com endereço na Rua Synira de Arruda Valente, nº 1114, Jardim dos Oliveiras, em Campinas – SP, CEP: 13044-260, por seu advogado infra-assinado, com escritório à Av. Andrade Neves, nº 295, Centro, em Campinas-SP, CEP. 13013-160, vem respeitosamente à presença de V. Excelência, para propor

RECLAMAÇÃO TRABALHISTA

Em face de **LUX'S SERVIÇOS DE MARCENARIA LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 13.559.499/0001-13, estabelecida à Rua Maria Soares, nº 200, Vila Industrial, Campinas/SP, CEP: 13035-390, pelas razões de direito, **a RESCISÃO INDIRETA**, data vênia, termos do artigo 483, alínea "d", e de fatos, como passa a expor e requerer:

1. DA ADMISSÃO

O Reclamante, foi admitido pela Reclamada em 01/maio/2013, na função de marceneiro, percebendo como último salário a importância de R$ 2.160,00 (dois mil, cento e sessenta reais), sendo optante pelo regime do FGTS.

2. DA JORNADA EM HORAS EXTRAS

Quanto a jornada de trabalho desempenhada pelo reclamante ao longo da vigência do contrato de trabalho, tem-se que o mesmo

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 20/04/2016 15:12:01 - 9e4314d
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16042015053647200000034078795
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 9e4314d - Pág. 1
Número do documento: 16042015053647200000034078795

laborava das 08:00 às 18:00 horas, de segunda à quinta e dás 8:00 hs às 17 hs de sexta, dispondo de regular intervalo diário de 1 hora para refeição/descanso das 12:00 às 13:00 horas.

O controle de ponto era realizado através de cartão, o qual era assinado pelo Recte onde conforme se denota nas jornadas acima descritas, o Reclamante sempre laborou em regime de horas extraordinárias sem, contudo, receber a correta remuneração.

Salientando que de acordo com a Convenção Coletiva da categoria em sua cláusula 8ª a hora extra deverá ser remunerada com adicional de 60% para aquelas que forem trabalhadas de segunda à sábado e 100% aos domingos e feriados.

Diante do exposto, requer seja a Reclamada condenada ao pagamento das horas excedentes à 8ª diária e a 44ª semanal, com o acréscimo de 60% para os dias normais e 100% para as folgas, domingos e feriados laborados, bem como, nos pertinentes reflexos nas verbas trabalhistas, tais como: férias acrescidas de 1/3, 13° salário, DSR e FGTS, multa de 40%, aviso prévio.

3. DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO

Alega que em 01/05/2013, foi admitido aos serviços da Recda, porém somente em 01/agosto/2013 obteve o registro em sua CTPS, quando percebia o salário de R$ 1.105,00 (um mil, cento e cinco reais) por mês, mediante recibo de pagamento ora juntados.

Por esse motivo, requer o reconhecimento do vínculo de emprego supracitado, com o inclusão do período respectivo em sua CTPS e consequente reflexos, recolhimento das contribuições previdenciárias e fundiárias.

4. DO ATRASO DOS PAGAMENTOS DE SALÁRIOS

Afirma ainda que a Recda, nos últimos meses, vinha **atrasando o pagamento dos salários,** sendo intensos os comentários. Referidos atrasos de salário provocou prejuízos ao Recte tanto na ordem das necessidades básicas à sua família quanto a financeiras por atraso de pagamento em suas contas mensais.

Os salário eram pagos por meio de depósito em conta corrente do Recte ou entregue em mãos, porém sempre com 02 à 06 dias de atraso, sendo que a situação de agravou a partir de novembro/2015 onde passou a atrasar de 10 à 18 dias em média.

Nos termos do artigo 464 da CLT é ônus da Reclamada comprovar a pontualidade no pagamento dos salários, porquanto, na forma do artigo 464, da CLT, é a empresa que detém os recibos salariais, que demonstram a data em que foi paga a remuneração.

Senão vejamos:

> ***"ÔNUS DA PROVA - PAGAMENTO DE SALÁRIOS EM ATRASO***
>
> *É ônus da Reclamada comprovar a pontualidade no pagamento dos salários, porquanto, na forma do artigo 464, da CLT, é a empresa que detém os recibos salariais, que demonstram a data em que foi paga a remuneração. No caso vertente, a Reclamada não se desincumbiu do ônus de demonstrar a regularidade do pagamento.Recurso de Revista conhecido e provido.(Processo RR 584409791999518555 5, Relatora: Maria Cristina irigoven Peduzzi, Julgamento: 06/11/2002, 3ª turma, peublicação: DJ 29/11/2002)."*

Além do mais, também não vinha procedendo os recolhimentos previdenciários e fundiários, o que causou grande apreensão ao obreiro e aos seus pares.

Diante do exposto, infere-se que a Recda descumpriu as cláusulas 26ª e 60ª da Convencão/2015-2016 devendo ser condenada ao pagamento da multa de 10% em dobro.

5. DA AUSÊNCIA DE PAGAMENTO DO ÚLTIMO SALÁRIO

O Recte, desde a comunicação de que não mais permaneceria trabalhando nas dependências da Recda ainda não recebeu o que lhe confere a título de salário do último mês trabalhado (janeiro/2016).

O aviso de interrupção da prestação de serviços foi feito mediante telegrama no dia 04/02/2016 (Doc. Anexo) e desde então a Recda permaneceu inerte, deixando de cumprir com a sua obrigação de pagar.

Desta forma, pugna o Recte pelo pagamento do último mês trabalhado, do qual ainda não obteve proveito, com os pertinentes reflexos, juros e correção monetária.

6. FGTS NÃO DEPOSITADO e ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS:

Não obstante o cumprimento de todas as obrigações contratuais por parte do Reclamante, a Recda **deixou de efetuar os depósitos de FGTS** em conta vinculada do Recte junto à Caixa Econômica Federal, permanecendo até a presente data na mesma situação.

A comprovar, pelos extratos anexos de sua conta vinculada de FGTS, os quais demonstram que poucos meses houveram depósitos.

Assim, diante do exposto, requer seja a Recda compelida a efetuar os depósitos das parcelas fundiárias, com multa, juros e correção monetária, ou o pagamento diretamente ao obreiro, os valores como demonstrados abaixo.

MESES	FGTS
AGOSTO/2013	R$ 194,01
SETEMBRO/2013	R$ 194,01
DEZEMBRO/2013	R$ 194,01
JANEIRO/2014	R$ 194,01
MARÇO/2014	R$ 194,01
MAIO/2014	R$ 194,01
JUNHO/2014	R$ 194,01
AGOSTO/2014	R$ 194,01
SETEMBRO/2014	R$ 194,01
OUTUBRO/2014	R$ 194,01
NOVEMBRO/2014	R$ 194,01
DEZEMBRO/2014	R$ 194,01
JANEIRO/2015	R$ 194,01
FEVEREIRO/2015	R$ 194,01
MARÇO/2015	R$ 194,01
ABRIL/2015	R$ 194,01
MAIO/2015	R$ 194,01
JUNHO/2015	R$ 194,01
JULHO/2015	R$ 194,01
AGOSTO/2015	R$ 194,01
SETEMBRO/2015	R$ 194,01
OUTUBRO/2015	R$ 194,01
NOVEMBRO/2015	R$ 194,01
DEZEMBRO/2015	R$ 194,01
JANEIRO/2016	R$ 194,01
FEVEREIRO/2016	R$ 194,01
TOTAL	**5.044,26**

Por certo, a Recda também não efetuou os recolhimentos dos encargos previdenciários, valores esses já deduzidos do obreiro, em seus recibos de pagamento, o que se comprovado, caracteriza verdadeiro estelionato.

Assim, requer seja a Recda compelida a efetuar os depósitos das parcelas previdenciárias, com multa, juros e correção monetária, ou o pagamento diretamente ao obreiro.

Requer ainda, seja a Recda compelida a trazer aos autos, em primeira Audiência, os comprovantes dos recolhimento dos encargos previdenciários, sob pena de ser noticiada essa irregularidade ao Órgão INSS, para as medidas cabíveis administrativamente.

7. DA RESCISÃO INDIRETA

A teor do que dispõe a CLT, o empregado poderá considerar rescindido o contrato e pleitear a devida indenização quando o empregador deixar de cumprir as obrigações do contrato de trabalho.

> *CLT*
> *Art. 483. O empregado poderá considerar rescindido o contrato e pleitear a devida indenização quando:*
> *d) não cumprir o empregador as obrigações do contrato;*

A jurisprudência dominante entende que a ausência de depósito ou depósito irregular de FGTS na conta vinculada do empregado, representa por si só motivo ensejador de rescisão indireta do contrato de trabalho suficiente para a configuração da hipótese descrita no art. 483, alínea d, da CLT.

> *"RESCISÃO INDIRETA. O entendimento que prevalece nesta Corte é o de que a ausência dos depósitos do FGTS ou o depósito irregular é, por si só, suficiente para a configuração da hipótese descrita no art. 483, alínea d, da CLT (-não cumprir o empregador as obrigações do contrato-). Recurso de Revista de que se conhece e a que se dá provimento. ((TST - RR: 9618420105150118 961-84.2010.5.15.0118, Relator: João Batista Brito Pereira, Data de Julgamento: 15/05/2013, 5ª Turma, Data de Publicação: DEJT 24/05/2013)."*

> *"RECURSO DE REVISTA. RESCISÃO INDIRETA. IRREGULARIDADE NO RECOLHIMENTO DOS DEPÓSITOS DO FGTS . O não recolhimento ou o recolhimento a menor do FGTS autoriza a rescisão indireta do contrato de trabalho, nos termos do art. 483, d , da CLT. Precedentes. Recurso de revista de que se conhece e a que se nega provimento .(TST - RR: 12416920105150081 1241-69.2010.5.15.0081, Relator: Kátia Magalhães Arruda, Data de Julgamento: 22/08/2012, 6ª Turma)"*

> *"RECURSO DE REVISTA.RESCISÃO INDIRETA. AUSÊNCIA DE DEPÓSITOS DO FGTS. ARTIGO 483 DA CLT.O não-cumprimento das obrigações do contrato por parte do empregador (artigo 483, d, da CLT), incluídas aqui as obrigações legais, como no caso, a obrigação relativa ao pagamento de salários e aos depósitos do FGTS, implica necessariamente a análise da repercussão do ato, na medida em que o reconhecimento da rescisão indireta supõe a ocorrência de justa causa patronal caracterizada*

por gravidade e imediatidade suficientes a justificar o rompimento do contrato de trabalho. Recurso de revista conhecido e desprovido.
(TST - RR: 2819007220065120027 281900-72.2006.5.12.0027, Relator: Aloysio Corrêa da Veiga, Data de Julgamento: 18/12/2007, 6ª Turma,, Data de Publicação: DJ 15/02/2008.)"

É certo que a principal obrigação do empregador em relação ao contrato de trabalho é o pagamento do salário, vale dizer o salário correto e em dia.

No caso concreto, conforme devidamente alegado e provado, a Recda vem atrasando o pagamento de salário do Recte e também não efetuando o depósito de FGTS, ou seja, a toda evidência não vem cumprindo com as obrigações do contrato.

Importante destacar que o Recte não só está sendo lesado ao receber salário anterior, como também está sendo prejudicado com o cumprimento de suas obrigações, uma vez que tem dificuldades em pagar suas contas em dia, resultando em juros que poderia evitar.

Importante ressaltar que é obrigação legal do empregador respeitar os direitos trabalhistas, além da personalidade moral de seu empregado e os direitos inerentes a sua dignidade humana.

A proteção do bem-estar do trabalhador, nada mais é a completa eficácia dos princípios contidos na Constituição Federal, de igualdade e de inviolabilidade da honra, contidos nos incisos III, V e X do art. 5º da Constituição Federal.

Além do mais viola o próprio princípio da dignidade da pessoa humana, fundamento da República Federativa do Brasil, no art. 1º, III da Constituição Federal.

Assim, considerando o atraso do pagamento de salário e não recolhimento do FGTS do Recte pela Recda, ao longo de mais de mais de um ano e diante da gravidade dos fatos, busca o Recte a rescisão indireta de seu contrato de trabalho com fulcro no artigo 483, alínea d da CLT.

Diante de tais fatos e circunstâncias, requer-se seja reconhecida a rescisão indireta do contrato de trabalho com fulcro no art. 483, d, fixando por ocasião da sentença como termo final do contrato de trabalho o último dia trabalhado em 04/02/2016, bem como a condenação da Recda no pagamento das seguintes verbas rescisórias: aviso-prévio; férias vencidas + 1/3 constitucional; férias simples e proporcionais + 1/3 constitucional; 13º salário integral e/ou proporcional; depósitos de FGTS de 8% sobre o salário, multa de 40% sobre os depósitos do FGTS; entrega das guias para levantamento do FGTS; entrega da guia de seguro desemprego ou indenização substitutiva nos termos da súmula 389, TST, multa do art. 477, da CLT.

8. DO DANO MORAL

Data vênia, não se pode olvidar que a conduta dolosa da Recda em deixar de efetuar o pagamento em dia do salário do Recte e o recolhimento de FGTS, ao longo de mais de um ano, se reveste de um verdadeiro descaso com o trabalhador, além de causar-lhe prejuízos incontestáveis.

O Recte é pessoa humilde, de pouco estudo, sendo o único provedor do sustento de toda a sua família, sendo seu rendimento até mesmo insuficiente para fazer frente a todas suas necessidades e de sua família, onde na maioria dos meses acaba ficando com poucos recursos.

Por outro lado, a Recda ao longo de todos esses meses, vem pagando salário de forma atrasada, privando-o do cumprimento em dia de suas obrigações, acarretando em juros que poderiam ser evitados de serem pagos, apesar deste realizar devidamente a sua parte no contrato de trabalho, vendo-se impelido a recorrer aos mais diversos meios para custear as necessidades vitais sua de sua família.

Como dito, não raras vezes, o Recte e seus pares pleitearam junto a Recda o recebimento do salário em dia, porém tais solicitações jamais foram atendidas, ao contrário, eram tratados com desdém, o que gerava uma sensação de verdadeira desmoralização, atacando a sua auto-estima, ao deixar de receber a obrigação mais elementar do empregador.

INJUSTO E AMORAL.

Atento as condutas que vem sendo adotadas por diversas empresas, os Tribunais Regionais do Trabalho, de forma uníssona, estão condenando as empresas a pagar dano moral como no caso em testilha, reconhecendo que o não pagamento dos salários e verbas rescisória causa prejuízos à vida financeira do empregado e, consequentemente, ao seu sustento, gerando constrangimento e transtornos, passível de reparação.

Nesse sentido, pede-se vênia, para aqui transcrever as jurisprudências que se vestem como uma luva ao presente caso, *in verbis:*

> ***DANO MORAL. ATRASO NO PAGAMENTO DOS SALÁRIOS E DAS VERBAS RESCISÓRIAS. CABIMENTO****. O não pagamento da contraprestação devida pelo empregador (salários/verbas rescisórias) causa prejuízos à vida financeira do empregado e, consequentemente, ao seu próprio sustento, gerando constrangimentos e transtornos que afetam a sua higidez psíquica, honra e dignidade, de modo a caracterizar o dano moral, que merece a devida reparação. Recurso ordinário do reclamante a que se dá provimento no particular.* ***V I S T O S****, relatados (TRT 9º Região -* ***CNJ: 0000228-66.2013.5.09.0026 TRT: 00221-2013-026-09-00-4 (RO)***
>
> *"INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ATRASO NO PAGAMENTO DE SALÁRIOS. CABIMENTO. É inegável que o atraso dos salários traz prejuízos ao trabalhador, que depende de sua remuneração para garantir o pagamento daquelas despesas essenciais de seu orçamento pessoal e familiar, bem como*

da própria alimentação. Ao atrasar o pagamento dos salários em sentido amplo, a empresa causa grande constrangimento ao empregado, que depende do salário para sua subsistência e de sua família. Demonstrada a mora salarial, fica caracterizado o dano moral, o que merece reparação. Recurso da reclamante a que se dá provimento.
(TRT-PR-21558-2008-010-09-00-2-ACO-47268-2013 - 2A. TURMA. Relator: CÁSSIO COLOMBO FILHO. Publicado no DEJT em 26-11-2013)

ATRASO NO PAGAMENTO DOS SALÁRIOS E DAS VERBAS RESCISÓRIAS. DANO MORAL. CONFIGURAÇÃO. Esta C. 4ª Turma, com a nova composição, passou a entender que o atraso na quitação dos salários e das demais verbas, acarreta dano presumível ao obreiro, posto que os prejuízos sofridos são previsíveis, uma vez que ele depende do salário mensal para fazer frente às suas despesas essenciais, relativas ao seu orçamento pessoal e familiar. Assim, comprovado o atraso no pagamento dos salários e das verbas rescisórias, resta caracterizado o dano moral. Incidência do inciso I da OJ nº 59 desta C. 4ª Turma. (TRT-PR-05835-2011-513-09-00-5-ACO-26468-2013 - 4A. TURMA. Relator: LUIZ CELSO NAPP. Publicado no DEJT em 02-07-2013).

Destarte, diante dos argumentos antes verificados, uma indenização pecuniária a título de danos morais no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) é medida que impõe.

9. DO DESCONTO DE CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL

Os recibos anexos demonstram que desde o início da relação de trabalho a Recda descontou o valor correspondente a contribuição assistencial, indevidamente, conforme abaixo:

- Valor de R$ 11,05 no período de maio/2013 à fev/2014 = R$ 110,50;
- Valor de R$ 17,00 no período de março/2014 à junho/2014 = R$ 68,00;
- Valor de R$ 18,84 no período de agosto/2014 à março/2015 = R$ 150,72;
- Valor de R$ 21,60 no período de março/2015 à fevereiro/2016 = R$ 259,20.

TOTAL= R$ 588,42

Mesmo a contribuição assistencial estando prevista na convenção, somente poderá será devida por aqueles que participam na condição de sócios ou associados de entidade sindical, conforme entendimento dominante de nossos Tribunais.

Ela visa custear as atividades assistenciais do sindicato, principalmente pelo fato de o mesmo ter participado das negociações para obtenção de novas condições de trabalho para a categoria.

Observa-se o que dispõe o precedente normativo 119 da SDC do C. TST, conforme pedimos vênia para transcrever:

"Precedente Normativo 119 - Contribuições sindicais - inobservância de preceitos constitucionais - Nova redação dada pela SDC em Sessão de 02.06.1998 - Homologação Res. 82/1998 - DJ 20.08.1998."

"A Constituição da República, em seus arts. 5º, XX e 8º, V, assegura o direito de livre associação e sindicalização. É ofensiva a essa modalidade de liberdade cláusula constante de acordo, convenção coletiva ou sentença normativa estabelecendo contribuição em favor de entidade sindical a título de taxa para custeio do sistema confederativo, assistencial, revigoramento ou fortalecimento sindical e outras da mesma espécie, obrigando trabalhadores não sindicalizados. Sendo nulas as estipulações que inobservem tal restrição, tornam-se passíveis de devolução os valores irregularmente descontados."

A decisão mencionada nos leva a crer que, com base no princípio da livre associação ou sindicalização previsto na Constituição Federal, o pagamento de tais contribuições não é obrigatório se os trabalhadores, empregadores e autônomos não forem associados ou sindicalizados, ainda que conste em cláusula de instrumento coletivo de trabalho.

Vejamos as mais recentes decisões de nossos Tribunais quanto o aqui ventilado:

"Contribuição Assistencial - Convenção Coletiva - Cláusula Estipulando Desconto - Nulidade
É nula de pleno direito cláusula de Convenção Coletiva que estipula desconto a título de contribuição assistencial, alcançando toda uma categoria profissional, em desrespeito ao art. 8º, inc. V, da CF e ao Precedente Normativo 74/TST (TRT-11ª R. - Ac. unân. 2.255 publ. no DJ de 9-9-96 - Ação Anulatória 2-Manaus/AM - Rel. Juiz David Alves de Mello Júnior; in ADCOAS 8152190)."

"Sindicato - Contribuição Assistencial Patronal - Empresa Não Filiada - Cobrança - Ilegitimidade
A contribuição assistencial patronal, ao contrário da contribuição sindical e federativa, tem natureza contratual, de modo que o seu pagamento somente se torna devido se a empresa for filiada à entidade sindical que pleiteia o seu pagamento, prevalecendo o princípio da liberdade de filiação sindical, previsto no art. 8º, V, da CF (TA-MG - Ac. unân. da 3ª Câm. Cív. julg. em 12-3-97 - Ap. 231.327-3-Conselheiro Lafaiete - Rel. Juiz Kildare Carvalho; in ADCOAS 8156647)."

"Contribuição Assistencial - Compulsoriedade - Incompatibilidade

Contribuição Assistencial Patronal. A natureza jurídica da contribuição assistencial não é compatível com a compulsoriedade do recolhimento, vez que não se trata de tributo decorrente de norma de ordem pública, observando-se o direito à livre associação e sindicalização - Constituição Federal, arts. 5.º, XX, e 8.º, V. É o que dispõem os Precedentes Normativos, em Dissídios Coletivos do C. TST 74 e 119, e a Orientação Jurisprudencial 17 da E. SDC do C. TST.
(Acórdão TRT-15.ª R. - RO 00674/2000-6, Recte.: Lino Rosan; Recdo.: Sindicato Rural de Maracaí - Origem: 1.ª Vara do Trabalho de Assis, DJ de 2-5-2000, pág. 91)."

Tal entendimento tem sido adotado por nossos Tribunais, uma vez que o princípio da livre associação há de ser diuturnamente respeitado, e que a liberdade de contribuição é mero corolário lógico do direito de associar-se ou não (art. 8.º, V, também da Lei Maior).

Destarte, não cabe ao Poder Judiciário ou aos Sindicatos criar contribuições a favor destes, a serem pagas por todos os integrantes da categoria representada.

Tal restrição justifica-se plenamente, sob pena de permitir-se que os sindicatos, arbitrariamente, legislem em causa própria, mediante a instituição de descontos em seu favor.

Assim, a contribuição assistencial não tem natureza de tributo, pois não é destinada ao Estado e não é proveniente de lei, mas sim um desconto de natureza facultativa, convencional, estipulada pelas partes.

Desta forma, deverá a Recda ser condenada a devolução dos valores descontados a título de contribuição assistencial, a partir de maio/2013, com correção monetária e juros totalizando o montante de R$ 821,43 (oitocentos e vinte e um reais e quarenta e três centavos)

10. DA RETENÇÃO DA CARTEIRA DE TRABALHO

Desde o início da vigência do contrato de trabalho o Recte entregou sua carteira de trabalho à Recda, sendo que até a presente data ainda não lhe foi devolvida.

A retenção da CTPS pelo empregador, além do prazo previsto no art. 29, caput, da CLT, configura ato ilícito e gera a presunção do dano, visto que o prejuízo, nesta hipótese, independe de prova. A mora na devolução da CTPS do empregado o sujeita à discriminação no mercado de trabalho, fato capaz de causar-lhe prejuízos de ordem social e econômica, bem como de atentar contra a sua dignidade, nos termos do art. 5º, inciso X, da CF.

O empregador tem o dever de devolver a CTPS ao empregado em até 48 horas da contratação, com as devidas anotações, conforme cláusula 37ª da Convenção anexa..

Se assim não o fizer, cometerá ato ilícito e terá que pagar indenização à vítima, bem como multa aplicada pelo Ministério do Trabalho, nos termos dos artigos 29 e 53 da CLT, pelo que se requer .

11. DA MULTA CONVENCIONAL

Por conta da falta de pagamento de salário, atraso no pagamento, falta de entrega da CTPS e não recolhimento do FGTS do Recte pela Recda, não se pode olvidar a situação de prejuízo ao Recte que se vê lesado na relação empregatícia.

A teor da Convenção Coletiva de Trabalho, anos 2015/2016, fica decidido que no caso de infração de quaisquer cláusulas desta, é fixado multa no valor de 10% (dez por cento) em dobro se tiver que recorrer a Justiça - cláusula 60ª (Doc. Anexo).

Ora, se o devido pagamento do salário não foi depositado ao Recte no dia correto (cláusula 26ª da Convenção), é certo que a Recda descumpriu as normas convencionais, razão pela qual faz jus o Recte ao recebimento do valor das multas previstas no instrumento normativo anexo.

12. DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Excelência, no caso do deferimento de verbas trabalhistas pleiteadas ao Reclamante, certamente haverá dedução dos honorários advocatícios firmados com este patrono, os quais, segundo o costume, foram fixados em 30% sobre o valor de condenação. Tal dedução, decerto, prejudicará o trabalhador, na medida em que não permitirá a satisfação integral do dano, impondo ao Reclamante o ônus pelo pagamento de honorários advocatícios que só foram necessários em face da recusa da Reclamada na satisfação voluntária da obrigação.

> *"**HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DEVIDOS. INADIMPLEMENTO DE OBRIGAÇÃO TRABALHISTA. APLICAÇÃO DOS ARTS. 389 E 404 DO CC/2002.***
> *Hodiernamente, na Justiça do Trabalho, também, são devidos honorários advocatícios pelo inadimplemento de obrigação trabalhista, por aplicação subsidiária dos arts. 389 e 404 do novo CC/02, cuja inovação deve ser prestigiada, como forma de reparação dos prejuízos sofridos pelo trabalhador, que para receber o crédito trabalhista necessitou contratar advogado às suas expensas, causando-lhe perdas. De sorte que, a reclamada deve responder pelos honorários advocatícios, a fim de que a reparação do inadimplemento da obrigação trabalhista seja completa, ou seja, a reparação deve incluir juros, atualização monetária e ainda os honorários advocatícios, cujo ideal está em perfeita sintonia com o princípio fundamental da proteção ao trabalhador. Honorários advocatícios da ordem de 20%, a favor do reclamante (não se trata de honorários de sucumbência)". (Recurso Ordinário, Processo TRT N° 01381-2003-026-15-*

00-6 RO (33900/2004-RO-6), Origem – Vara de Presidente Prudente 1ª, Juiz Sentenciante: José Roberto Dantas Oliva) – grifamos e destacamos

Assim, deve a Reclamada ser condenada ao pagamento por perdas e danos em honorários advocatícios na quantia de 30% sob o proveito econômico da ação, como medida de Justiça.

13) DA REMUNERAÇÃO RESCISÓRIA – Integração valor médio de h. extras

Considerando-se os recibos de pagamento e jornada alegada, nota-se que o Reclamante sempre se ativou em horas extraordinárias, como demonstra a tabela abaixo:

Assim, data vênia, a Remuneração Rescisória, com as devidas integrações será de R$ 2. 425,09 (dois mil quatrocentos e vinte e cinco reais e nove centavos).

14) DO PEDIDO

Diante do exposto e, esgotados todos os meios suasórios para o recebimento das verbas e outros direito aos quais faz jus, vem, respeitosamente, perante essa MMª Vara do Trabalho para pleitear o seguinte:

01. Espera e requer o Recte, seja reconhecida a motivação grave, e declarada a rescisão indireta do Recte, por culpa da Recda, por não cumprimento de obrigações do contrato, de verbas salariais, fundiárias, previdenciárias, no período contratual, com o afastamento dos serviços na data de 04 de fevereiro de 2016.

02. O recebimento de verbas rescisórias, nos termos da rescisão indireta pleiteada, decorrentes da modalidade dispensa imotivada com a baixa em sua CTPS na data de **04/02/2016**, com base no salário base de R$ 2.425,09 (dois mil quatrocentos e vinte e cinco reais e nove centavos):

Evento	Proventos	Descontos
Saldo Salário	R$ 334,50	-
INSS Saldo Salário		R$ 26,76
IRRF Saldo Salário		R$ 0,00
13º Proporcional	R$ 202,09	-
INSS 13º Proporcional		R$ 16,17
IRRF 13º Proporcional		R$ 0,00
13º Indenizado	R$ 202,09	-
Férias Vencidas	R$ 0,00	-
INSS Férias Vencidas		R$ 0,00
1/3 Férias Vencidas	R$ 0,00	-
INSS 1/3 Férias		R$ 0,00
Férias Proporcional	R$ 1.818,82	-
1/3 Férias Proporcional	R$ 606,27	-
Férias Indenizada	R$ 202,09	-

1/3 Férias Indenizada	R$ 67,36	-
IRRF Férias		R$ 0,00
Aviso Prévio	R$ 2.910,11	R$ 0,00
INSS Aviso Prévio	R$ 320,11	
Total	R$ 6.343,33	R$ 363,04

Valor Rescisão Líquido	R$ 5.980,29
Multa 40% FGTS depositado	R$ 1.707,30
Total	**R$ 7.687,59**

03. O depósito de FGTS, com atualização monetária, multa e juros na conta vinculada, ou pagamento direto ao Recte, o valor de ..... **R$ 5.044,26;**

04. O reembolso dos valores descontados a título de contribuição assistencial do período de maio/2013 à janeiro/2016.....**R$ 588,42**;

05. O reconhecimento do vínculo empregatício do período de 01/05/2013 à 31/07/2013 com o registro do contrato laboral desse período em sua CTPS, e o recolhimento das contribuições previdenciárias e fundiárias de todo período, ou indenização substitutiva, consignando-se admissão em 01/05/2013, sob pena de ser levado a efeito pela prestante Secretaria dessa MMª Vara do Trabalho, tudo como ora requer. E ainda, o recebimento de diferenças salariais respectivas de 13º salário, de férias + 1/3 constitucional com atualização monetárias da exigibilidade de cada crédito, e juros na forma legal.....**a apurar**;

06. Seja a Recda compelida a devolver a CTPS do Recte, sob pena da aplicação das multas e sanções cabíveis.....;

07. Dano moral conforme fundamentação acima, o valor ora sugerido de .....**R$ 10.000,00 (dez mil reais);**

08. Aplicação da multa de 10% (em dobro) do valor do piso salarial por empregado pelo não cumprimento integral da obrigação de pagar salário ao Recte, com base nas cláusulas convencionais das Convenções Coletivas colacionadas(1.136,54x20%x10)..... **R$ 2.273,00**

09. Pagamento do último mês trabalhado com os pertinentes reflexos, juros e correção monetária.....**R$ 2.425,09;**

10. A condenação da Reclamada ao pagamento da multa dos artigos 467 e 477 da CLT.....**a apurar;**

11. A condenação da Reclamada ao pagamento de honorários advocatícios contratuais .....**R$ 5.603,00;**

12. Requer seja comprovado o recolhimento de todas as contribuições previdenciárias ao INSS, com a devida atualização monetária e juros.

13. Requer a expedição de guia TRCT, para movimentação do FGTS depositado.

14. Requer a expedição de guia CD, para habilitação ao seguro desemprego.

Requer também, face às irregularidades administrativas apontadas, após a comprovação, a expedição de ofícios aos Órgãos interessados, como DRT, Caixa Econômica Federal e INSS, para as medidas de praxe.

Requer ainda, seja a Recda compelida a trazer aos autos, em primeira audiência, todos os recibos de pagamento de salários, assinados pelo Reclamante; abrangendo todo o período contratual, até a data da demissão/afastamento pleiteado, **04/02/2016**; comprovantes de depósitos de FGTS, data vênia, sob pena de presunção de verdadeiros os juntados, e a evolução salarial indicada baseada nos mesmos.

Requer também, os benefícios da Gratuidade de Justiça, eis que é pobre na acepção legal do termo, não podendo arcar com eventuais custas de processo, sem o acometimento de seu sustento e de sua família, e que atualmente está desempregada e anteriormente percebia remuneração mensal menor que dois salários mínimos vigentes, conforme declaração juntada.

Requer, finalmente, se digne V. Excelência, determinar a NOTIFICAÇÃO da Recda, nas pessoas de seus representantes legais, a comparecerem à audiência a ser designada e, querendo, contestarem a presente ação, sob pena de confissão e revelia, a qual, a final, deverá ser julgada inteiramente PROCEDENTE, com a condenação da Reclamada no pagamento das verbas dos pedidos formulados, verbas em favor do Recte, tudo a ser apurado em regular execução de sentença, com atualização monetária e juros de mora de 12% a.a., nas custas de processo, e demais cominações legais e de estilo.

Protesta-se e requer provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos, especialmente pelos depoimentos pessoais dos representantes legais da Recda, sob pena de confessos, pela oitiva de testemunhas, perícias, exames, juntada de novos documentos e de outras provas que se fizerem necessárias à solução do presente feito.

Dá-se à presente causa o valor de R$ 33.621,00 (trinta e tres mil seiscentos e vinte e um reais).

Termos em que,

p. deferimento.

Campinas-SP, 20 de abril de 2016.

SIMONE DE MORAES SOUZA
OAB/SP 313.589

DIÓGENES ELEUTÉRIO DE SOUZA
OAB/SP 148.496

PROCURAÇÃO AD JUDICIA

OUTORGANTE: Flavio Henrique da Silva , filho(a) de Geni da Silva , nascido(a) aos 06/05/1982, Brasileiro, Casado , Marceneiro, inscrito no CPF sob o nº 22726576800, RG nº 44317745, Carteira de Trabalho nº 99589, residente e domiciliado à Rua Cinira de Arruda Valente, 1114, na cidade de Campinas - SP.

OUTORGADA: Simone Moraes de Souza, Brasileira, Casada, Advogada, inscrita na OAB-SP sob o nº 313.589, com escritório profissional à Rua Andrade Neves, 295, na cidade de Campinas - SP.

OUTORGADO: Diógenes Eleutério de Souza, brasileiro, casado, Advogado, inscrito na OAB-SP sob o nº 148.496, com escritório profissional à Av Andrade Neves, nr 295, sala 91, na cidade de Campinas - SP.

OUTORGADA: Mariana Silva de Sales, brasileira, solteira, Advogada, inscrita na OAB-SP sob o nº 310476, com escritório profissional à Av.: Andrade Neves, 295, 9º andar, saa 91, na cidade de Campinas - SP.

PODERES: Para o foro em geral, com a cláusula *ad judicia - 'et extra',* em qualquer juízo, instância ou tribunal, podendo para tanto ajuizar as ações competentes, inclusive as de falência, e defendê-lo(s) nas contrárias seguindo umas e outras, até decisão final, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe, ainda, poderes para confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, agindo em conjunto ou separadamente, podendo ainda substabelecer com ou sem reserva de poderes, assinar termos de caução real ou fidejussória, concordar, discordar, enfim tudo mais praticar para o fiel e cabal desempenho deste mandato que lhes é conferido especialmente para Propositura de ação trabalhista .

Campinas, 5 de fevereiro de 2016.

FLÁVIO HENRIQUE DA SILVA

Flavio Henrique da Silva

sindmad
SINDICATO DA INDÚSTRIA DA MADEIRA

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

Entre as partes, de um lado, **SINDICATO DA INDÚSTRIA DE SERRARIAS, CARPINTARIAS, TANOARIAS, MADEIRAS COMPENSADAS E LAMINADAS NO ESTADO DE SÃO PAULO**, e, de outro lado os **SINDICATOS DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE: BAURU, BOTUCATU, CAMPINAS, DUARTINA, GUARATINGUETÁ, ITAPEVI, SANTO ANDRÉ; e SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO, DO MOBILIÁRIO E DAS CERÂMICAS DE TAMBAÚ E REGIÃO,** fica estabelecida a presente **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO** na forma dos artigos 611 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho, mediante as cláusulas seguintes:

1ª - REAJUSTE SALARIAL - GERAL

Os salários dos empregados da categoria profissional acordante serão reajustados em 01/06/2013, com o percentual negociado entre as partes de **8,55%** (oito vírgula cinquenta e cinco por cento), que incidirá sobre os salários vigentes em 01/06/2012.

Com o reajuste salarial estipulado nesta cláusula, fica cumprida, para todos os efeitos, a legislação vigente.

2ª - COMPENSAÇÕES

Serão compensadas todas as antecipações concedidas no período de 01 de junho de 2012 a 31 de maio de 2013, exceto os reajustes decorrentes de promoção, transferência, equiparação salarial, mérito, implemento de idade e término de aprendizagem, bem assim os aumentos reais concedidos expressamente a esse título.

3ª - ADMISSÕES APÓS A DATA-BASE

O reajuste salarial dos empregados admitidos após a data-base (01.06.12) obedecerá aos seguintes critérios:

A) No salário de empregados admitidos em funções com paradigma e desde que a diferença do tempo de serviço entre eles seja superior a 02 (dois) anos, será aplicado o mesmo percentual do reajustamento salarial concedido ao paradigma, limitados porém ao menor salário da função;

Se a diferença de tempo de serviço entre admitidos e paradigma for inferior a 02 (dois) anos, será aplicado o mesmo percentual do reajustamento salarial devido ao paradigma, equivalendo-se os salários;

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 20/04/2016 15:12:02 - a7d6e93
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16042015074321800000034079164
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. a7d6e93 - Pág. 1
Número do documento: 16042015074321800000034079164

B) Em se tratando de funções sem paradigma, e para as empresas constituídas após 01.06.13 fica assegurado ao empregado um reajuste proporcional, conforme tabela abaixo:

MÊS DE ADMISSÃO	PERCENTUAL DEVIDO EM 01.06.13
JUNHO/12	8,55%
JULHO/12	7,81%
AGOSTO/12	7,08%
SETEMBRO/12	6,35%
OUTUBRO/12	5,62%
NOVEMBRO/12	4,90%
DEZEMBRO/12	4,19%
JANEIRO/13	3,48%
FEVEREIRO/13	2,77%
MARÇO/13	2,07%
ABRIL/13	1,38%
MAIO/13	0,69%

C) Do total apurado, serão deduzidas as antecipações compulsórias e espontâneas, na conformidade da cláusula 2ª.

4ª - SALÁRIO NORMATIVO

A) Fica assegurado para os empregados, um salário normativo, a partir de 01 de junho de 2012, de **R$ 960,00 (novecentos e sessenta reais),** por mês.

B) O salário normativo especificado na letra "A" será reajustado pelo mesmo percentual que corrigir os salários da categoria, concedido compulsoriamente por força de lei, medida provisória, sentença normativa ou ajustado em norma convencional.

C) Para os menores aprendizes, na forma da Lei, o salário normativo será aplicado na forma estabelecida na cláusula 21ª, desta Convenção.

5ª - SALÁRIO ADMISSÃO

A) Garantia ao empregado admitido para a mesma função de outro dispensado em qualquer circunstância de salário igual ao do empregado de menor salário na função, sem considerar as vantagens pessoais;

B) Não se incluem na garantia acima às funções individualizadas.

6ª - SALÁRIO SUBSTITUIÇÃO

A substituição superior a 90 (noventa) dias consecutivos acarretará a efetivação na função.

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 20/04/2016 15:12:02 - a7d6e93
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16042015074321800000034079164
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. a7d6e93 - Pág. 2
Número do documento: 16042015074321800000034079164

7ª - HORAS EXTRAS

Os sindicatos convenentes se propõem, conjuntamente, a envidarem esforços para conscientizarem as empresas e os trabalhadores no sentido da necessidade de eliminarem as horas extraordinárias da jornada de trabalho.

A necessidade da realização de horas extras habituais deverá, na medida do possível, ser convertida na contratação de novos empregados.

Havendo trabalho extraordinário, a hora extra será remunerada da forma a seguir:

A) Com o adicional de 60% (sessenta por cento), calculado sobre o valor da hora normal, se forem trabalhadas de segunda-feira até sábado, inclusive;

B) Com o adicional de 100% (cem por cento), calculado sobre o valor da hora normal, quando trabalhadas em domingos e feriados;

C) Fica assegurada a integração da média das horas extras nas verbas rescisórias, 13º salário, férias e FGTS.

8ª - ADICIONAL NOTURNO

A remuneração do trabalho noturno será acrescida do adicional de 30% (trinta por cento) para fins do art. 73 da CLT.

9ª - PROMOÇÕES

A promoção do empregado para cargo de nível superior ao exercido, comportará um período experimental não superior a 60 (sessenta) dias. Vencido o período experimental, a promoção e o respectivo aumento salarial serão anotados na Carteira de Trabalho. Nas promoções para função sem paradigma será garantido um aumento nunca inferior a 10% (dez por cento). Nas promoções para cargo de supervisão ou chefia, o prazo experimental não poderá exceder a 90 (noventa) dias.

10ª - DATA DE PAGAMENTO DOS SALÁRIOS

Garantidas as condições mais favoráveis já existentes nas empresas, o pagamento dos salários deverá ser efetivado até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao vencido.

11ª - ADIANTAMENTO DE SALÁRIO (VALE)

Garantidas as condições mais favoráveis já existentes, as empresas concederão adiantamento salarial a seus empregados, até 15 (quinze) dias após a data do pagamento mensal dos salários, em quantia não inferior a 40% (quarenta por cento) do salário nominal, inclusive no curso do aviso-prévio.

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 20/04/2016 15:12:02 - a7d6e93
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16042015074321800000034079164
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. a7d6e93 - Pág. 3
Número do documento: 16042015074321800000034079164

Parágrafo Único. A presente condição não se aplicará àqueles empregados que tiverem faltado injustificadamente ao serviço por mais de 5 (cinco) dias, até o dia 15 do mês.

12ª - COMPLEMENTAÇÃO DO 13º SALÁRIO

Aos empregados afastados do emprego, a partir de 01.06.13, por motivo de auxílio doença da Previdência Social, fica garantida a complementação de 100% (cem por cento) do 13º salário devido no período, desde que o afastamento tenha sido igual ou inferior a 180 (cento e oitenta) dias, limitado ao teto previdenciário.

13ª - COMPLEMENTAÇÃO DO AUXÍLIO PREVIDENCIÁRIO

Ao empregado em gozo de benefício do auxílio previdenciário por doença, fica garantida entre o 16º (décimo sexto) dia e o 90º (nonagésimo) dia de afastamento, uma complementação de salário de valor equivalente à diferença entre o efetivamente percebido da Previdência Social e o salário nominal, respeitado sempre, para efeito de complementação, o limite máximo da contribuição previdenciária

14ª - ABONO DE APOSENTADORIA

A) Aos empregados com 5 (cinco) ou mais anos de serviços contínuos na mesma empresa e que dela se desligarem espontaneamente, por motivo de aposentadoria, será pago abono equivalente ao seu último salário nominal;

B) Se o empregado continuar trabalhando na empresa após a aposentadoria, o pagamento do abono será garantido apenas por ocasião do desligamento definitivo, se dela se desligar espontaneamente.

C) Para os empregados com 10 (dez) ou mais anos de serviços contínuos na mesma empresa, na forma das letras anteriores, será pago um abono equivalente a 2 (dois) salários nominais;

D) Ficam ressalvadas as condições anteriores, desde que mais favorável a presente.

15ª - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

Na execução dos serviços relacionados às atividades produtivas fabris, as empresas não poderão se valer senão de trabalhadores por elas contratados, salvo nos casos definidos da Lei nº 6019/74.

16ª - AUXÍLIO FUNERAL

A) No caso de falecimento de empregado, em decorrência de morte natural, a empresa pagará, uma única vez, a título de auxílio funeral, juntamente com o saldo de salários e outras verbas trabalhistas remanescentes a quantia correspondente a 1 (um) salário normativo da categoria, vigente na data do falecimento.

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 20/04/2016 15:12:02 - a7d6e93
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16042015074321800000034079164
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. a7d6e93 - Pág. 4
Número do documento: 16042015074321800000034079164

B) Na hipótese de invalidez permanente ou morte causada por acidente do trabalho, o auxílio supra corresponderá a 2 (dois) salários normativos da categoria;

C) Esta cláusula não se aplicará às empresas que adotem o sistema de seguro de vida em grupo ou benefícios semelhantes.

17ª - AVISO PRÉVIO

Nos casos de rescisão de contrato de trabalho, sem justa causa, por parte do empregador, o aviso prévio obedecerá aos seguintes critérios:

A) Será comunicado pela empresa por escrito e contra-recibo, esclarecendo se será trabalhado ou não;

B) A redução de duas horas diárias, prevista no artigo 488 da CLT, será utilizada atendendo à conveniência do empregado, no início ou no fim da jornada de trabalho, mediante opção única do empregado por um dos períodos, exercida no ato do recebimento do pré-aviso. Da mesma forma, alternativamente, o empregado poderá optar por 1 (um) dia livre por semana ou 7 (sete) dias corridos durante o período;

C) Aos empregados com 45 (quarenta e cinco) anos de idade, ou mais e que tenham permanecido na atual empresa por um período mínimo de 5 (cinco) anos, fica garantido um aviso-prévio de 50 (cinqüenta) dias, acrescido de mais 1 (um) dia por ano ou fração superior a 6 (seis) meses de idade acima de 45 (quarenta e cinco) anos, sem prejuízo, quando for o caso, das garantias estabelecidas na letras "A" e "B" supra;

D) No caso de aviso prévio trabalhado, os empregados abrangidos pelas disposições da letra "C" supra, deverão cumprir apenas 20 (vinte) dias de aviso prévio, sendo indenizado pelo que exceder;

E) O aviso prévio trabalhado não poderá ter seu início no último dia útil da semana;

F) Ao empregado que, no curso do aviso prévio trabalhado, solicitar ao empregador, por escrito, fica garantido o seu imediato desligamento do emprego e a anotação da respectiva baixa em sua CTPS. Neste caso, a empresa está obrigada, em relação a essa parcela, a pagar apenas os dias efetivamente trabalhados, sem prejuízo das duas horas diárias, previstas no artigo 488 da CLT, proporcionais ao período não trabalhado, ou eventual opção conforme letra" B" desta cláusula;

G) O disposto nesta cláusula não se acumula com os dispositivos contidos na Nota Técnica nº 184/2012/CGRT/SRT/MTE, relativa a Lei 12.506, de 11/10/2011, que regulam o Inciso XXI, art. 7º da Constituição Federal, relativo ao Aviso prévio. Será aplicado ao trabalhador nestas condições o que for mais favorável a ele, NÃO acumuladamente.

18ª - FÉRIAS

A) No início das férias individuais ou coletivas, será fixado a partir do primeiro dia útil da semana;

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 20/04/2016 15:12:02 - a7d6e93
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16042015074321800000034079164
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. a7d6e93 - Pág. 5
Número do documento: 16042015074321800000034079164

B) Quando as férias coletivas abrangerem os dias 25 de dezembro e 1º de janeiro, estes dias não serão computados como férias e, portanto excluídos da contagem dos dias corridos regulamentares;

C) A concessão das férias será participada ao empregado com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

19ª - COMUNICAÇÃO DE ACIDENTE DE TRABALHO

A) Nos casos de acidente do trabalho com afastamento superior a 15 (quinze) dias as empresas deverão enviar cópia da Comunicação do Acidente (CAT) ao Sindicato dos Trabalhadores, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após a emissão daquela comunicação;

B) Em se tratando de caso fatal, ocorrido nas dependências da empresa, a cópia deverá ser remetida ao Sindicato dos Trabalhadores, até um máximo de 48 (quarenta e oito) horas após o evento;

C) Nos acidentes do trabalho com afastamento inferior a 15 (quinze) dias e naqueles sem afastamento, o sindicato deverá ser informado, mensalmente, de uma única vez, até o 15º (décimo quinto) dia do mês subseqüente.

20ª - DESPESAS DE TRANSPORTE

Para execução de atividades externas por interesse da empresa, esta ficará responsável pela despesa de locomoção, caso não seja oferecido transporte próprio, excluindo-se os trabalhadores que, por força de sua atividade habitual, exerçam funções externas (Ex.: vendedores, cobradores, etc.).

21ª - APRENDIZES - SENAI

A) Será assegurado, ao menor aprendiz do SENAI, durante o período de aprendizagem, a aplicação do salário normativo da categoria nos percentuais definidos em lei;

B) Ao empregado egresso do SENAI e portador de diploma, existindo vaga na empresa, será dada preferência no aproveitamento. Nessa hipótese, as anotações de função na CTPS e na ficha de registro de empregado deverão estar relacionadas com a função habilitada. Caso não exista vaga, poderá ser aproveitado em função compatível, a qual deverá ser devidamente anotada.

22ª - TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO

Se a empresa trabalhar em regime de turnos ininterruptos à base de revezamento ficará subordinada à jornada de trabalho prevista no artigo 7º item XIV, da Constituição Federal, somente naqueles setores abrangidos pela exigência.

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 20/04/2016 15:12:02 - a7d6e93
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16042015074321800000034079164
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. a7d6e93 - Pág. 6
Número do documento: 16042015074321800000034079164

Se ocorrer a hipótese de negociação coletiva, referida no artigo 7º item XIV, a mesma implicará na participação do Sindicato Profissional.

23ª - ABONO DE FALTA DE ESTUDANTE

Serão abonadas as faltas do empregado estudante, nos dias de exame, desde que em estabelecimento de ensino oficial, autorizado ou reconhecido, pré-avisado o empregador com mínimo de 72 (setenta e duas) horas e comprovação posterior. Não estão abrangidas pelo abono, as faltas destinadas aos processos de verificação de aprendizagem através de avaliações.

24ª - ESTUDANTE - JORNADA DE TRABALHO

A jornada de trabalho dos estudantes terá o seu horário final reduzido em 30 (trinta) minutos diários, desde que esteja ele matriculado em estabelecimento de ensino oficial autorizado ou reconhecido e comprove haver necessidade para esse fim.

25ª - ERROS DE PAGAMENTO

As empresas pagarão aos empregados no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir da comunicação pelo empregado, as eventuais diferenças consignadas na folha de pagamento, sob pena de arcar com multa estabelecida na cláusula nº 59.

26ª - CONTRATOS DE EXPERIÊNCIA

O contrato de experiência terá a duração máxima de 60 (sessenta) dias, exceto para os cargos de supervisão, gerência ou chefia.

Parágrafo Único. Não será celebrado o contrato de experiência nos casos de readmissão de empregados para a mesma função anteriormente exercida, bem como, para os casos de admissão de pessoas que estejam prestando serviços na mesma função como mão-de-obra temporária, e cuja duração tenha correspondido a um mínimo de 60 (sessenta) dias.

27ª - MARCAÇÃO DO CARTÃO DE PONTO NOS HORÁRIOS DE REFEIÇÃO

A) As empresas poderão dispensar os empregados da marcação de ponto nos horários de início e término do intervalo de refeição, desde que os empregados não se ausentem da empresa.

B) Para tal fim, deverão ser observados os termos da **Portaria nº 2.686, de 27/12/2011**, especificamente no que diz respeito à anotação no cartão de ponto, do horário destinado à refeição/descanso.

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 20/04/2016 15:12:02 - a7d6e93
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16042015074321800000034079164
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. a7d6e93 - Pág. 7
Número do documento: 16042015074321800000034079164

28ª - TOLERÂNCIA

Ressalvadas as condições mais vantajosas, os atrasos injustificados ao trabalho durante o mês, desde que, no total, não sejam superiores a 40 (quarenta) minutos, não acarretarão perda salarial, nem desconto do DSR correspondente.

29ª - AUSÊNCIA JUSTIFICADA

Garantidas as condições mais favoráveis já existentes, o empregado poderá faltar ao serviço, desde que comprove o motivo determinante por documento hábil, e pelo número de horas indispensáveis, sem sofrer prejuízo salarial, para acompanhamento de esposa ou companheira e de filho menor de 14 anos de idade, no dia destinado à internação dos mesmos.

No caso de falecimento de sogro ou sogra legalmente reconhecidos também se admitirá a ausência do empregado no dia do féretro, sem perda da remuneração e do repouso semanal remunerado, desde que exiba o atestado de óbito correspondente.

30ª - ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS

Os atestados médicos e odontológicos passados por facultativo do Sindicato Profissional, se este tiver Convênio firmado com o INSS, serão reconhecidos somente por aquelas empresas que não tenham convênio com empresas médico-odontológicas, ou que não possuam tais serviços permanentemente por sua própria conta.

Parágrafo Único. Os atestados que retratem casos de urgência médica serão reconhecidos sempre.

31ª - RECEBIMENTO DO PIS

Recomenda-se às empresas, que, por ocasião da entrega da RAIS, indiquem o banco e respectiva agência, para pagamento do PIS, aos seus empregados. Quando para este recebimento for necessária a ausência do empregado durante o expediente normal de trabalho, a ausência será justificada até o limite máximo de 4 (quatro) horas, garantidas as condições mais favoráveis já existentes. Se o empregado se ausentar por tempo superior ao ora previsto, a falta será considerada para o desconto das horas não trabalhadas, excedentes das quatro horas concedidas, sem prejudicar o pagamento do DSR, das férias e do 13º salário.

As empresas procurarão adotar o sistema de pagamento do PIS no próprio local de trabalho.

32ª - RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES

As empresas fornecerão aos sindicatos representativos da categoria profissional, até 31 de agosto de 2013, as informações relativas à mão de obra operacional do estabelecimento fabril da base territorial, contidas na RAIS entregue em 2013.

As informações supra poderão ser fornecidas através de suporte magnético, mediante entendimento prévio com o sindicato representativo da categoria profissional.

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 20/04/2016 15:12:03 - 7cf0568
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16042015075436100000034079193
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 7cf0568 - Pág. 1
Número do documento: 16042015075436100000034079193

A presente cláusula não está sujeita a cobrança da multa estipulada na cláusula 59ª (multas) desta convenção.

33ª - HOMOLOGAÇÕES

No ato da homologação da rescisão do contrato de trabalho, seja no sindicato dos trabalhadores ou na **Superintendência** Regional do Trabalho e Emprego de São Paulo, a empresa fica obrigada a apresentar as 6 (seis) últimas guias de recolhimento do FGTS devido.

34ª - LICENÇA MATERNIDADE

De acordo com o art. 7º, inciso XVIII da Constituição Federal, a licença maternidade da empregada gestante será de 120 (cento e vinte) dias, os quais serão contados a partir da data do afastamento determinado pelo médico.

35ª - LICENÇA PATERNIDADE

De acordo com o art. 7º, inciso XIX, da Constituição Federal, combinado com o parágrafo Iº do art. 10, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a licença paternidade será de 5 (cinco) dias corridos, contados desde a data do parto, neles incluído o dia previsto no inciso III, do art. 473, da CLT.

36ª - ANOTAÇÃO NA CARTEIRA DE TRABALHO

Todo o empregado admitido na empresa, terá sua carteira de trabalho, anotada no prazo máximo de 48 horas e os respectivos documentos devolvidos em 72 horas.

37ª - FORNECIMENTO DE EXTRATO DE F.G.T.S.

As empresas entregarão aos empregados o extrato da conta vinculada do FGTS, desde que recebido do Agente Operador do Fundo, prevalecendo, no entanto, as normas estabelecidas na Resolução CC/FGTS nº 78 de 09 de julho de 1992 (DOU 21/08/92), bem como afixarão, no quadro de avisos, cópia da guia de recolhimento das contribuições.

38ª - COMPROVANTE DE PAGAMENTO

Fornecimento obrigatório pelo empregador, de comprovante de pagamento com a discriminação das importâncias pagas, horas trabalhadas e descontos efetuados, contendo a identificação da empresa e o recolhimento do FGTS.

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 20/04/2016 15:12:03 - 7cf0568
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16042015075436100000034079193
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 7cf0568 - Pág. 2
Número do documento: 16042015075436100000034079193

39ª - REEMBOLSO CRECHE

Independentemente do disposto no parágrafo 2º do art. 389, da CLT, as empresas se comprometem a pagar às empregadas mães, e até que seu filho complete 12 (doze) meses de idade, um reembolso das despesas que a mesma tiver, no caso de utilização de creche de sua escolha, ou pessoas físicas (babás) para a guarda de seu filho até o limite mensal de **R$ 246,33** (duzentos e quarenta e seis reais e trinta e três centavos).

Tal obrigação existirá somente quando as empregadas mães apresentarem a certidão de nascimento do filho e a partir desse momento, além dos comprovantes mensais das despesas efetuadas (Notas Fiscais) e no caso de pessoa física, comprovantes contabilmente aceitos (recibos onde conste o endereço completo, o CIC e o RG). A empresa estará desobrigada de cumprir a presente cláusula se não forem preenchidas as condições ora estipuladas e também no caso manter creche própria.

Parágrafo único. O reembolso creche, objeto desta cláusula, não integra, para qualquer efeito, o salário da empregada, e será corrigido no mesmo prazo pelos mesmos percentuais que forem reajustados os salários dos empregados em geral.

40ª - UNIFORMES E FERRAMENTAS

A) Fornecimento aos empregados das ferramentas necessárias ao desempenho de suas funções;

B) Fornecimento gratuito aos empregados de uniforme e calçados especiais, quando exigidos pelo empregador ou por exigência legal;

C) As empresas que exigirem dos seus empregados à utilização de suas próprias ferramentas em serviço, deverão fazê-lo por escrito e lhes pagarão ao término do mês, sob a forma de ajuda de custo, a importância equivalente a 10% (dez por cento) do piso da categoria em vigor, a título de depreciação do ferramental utilizado. O percentual de 10% (dez por cento) será calculado proporcionalmente ao número de dias de uso desse ferramental, durante o mês.

41ª - PREENCHIMENTO DE FORMULÁRIOS PARA PREVIDÊNCIA SOCIAL

As empresas deverão preencher a documentação exigida pelo INSS, quando solicitadas pelo empregado, e fornecê-la nos seguintes prazos máximos:

A) De 5 (cinco) dias úteis, contados da data de solicitação, nos casos de obtenção de benefício por auxílio-doença. Se ocorrer solicitação do INSS para apresentação do AAS, a empresa o concederá no prazo máximo de 48 horas;

B) De 7 (sete) dias úteis, contados da data da solicitação, nos casos de aposentadoria e abono de permanência em serviço;

C) Para fins de obtenção de aposentadoria especial, a empresa terá 15 (quinze) dias para a entrega do formulário específico, exigido pelo INSS, nesses casos.

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 20/04/2016 15:12:03 - 7cf0568
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16042015075436100000034079193
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 7cf0568 - Pág. 3
Número do documento: 16042015075436100000034079193

42ª - ALTA MÉDICA

Na hipótese de recusa pela empresa, por escrito, de alta médica, concedida pelo INSS, fica a mesma obrigada a pagar o salário dos dias não cobertos pela Previdência Social, contidos entre o reencaminhamento e a confirmação da alta pelo INSS.

43ª - CIPAS

A) Nas empresas com 20 (vinte) ou mais empregados, será constituída a COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES - CIPA;

B) A eleição será feita sem a constituição de chapas realizando-se o pleito através de votação de lista única, contendo os nomes de todos os candidatos;

C) As empresas convocarão eleições para as CIPAS com 30 dias de antecedência da data de sua realização, dando publicidade ao ato e enviando imediatamente cópia ao Sindicato da categoria profissional;

D) Todo o processo eleitoral e respectiva apuração será fiscalizada pela CIPA em exercício, excetuados os empregados que se candidatarem à reeleição;

E) Após a realização das eleições será o Sindicato comunicado do resultado indicando-se os eleitos e os respectivos suplentes;

F) Fica garantida aos componentes da CIPA, em conjunto ou separadamente, 1 (uma) hora por semana, dentro do período normal de trabalho, para realização de inspeções relativas à higiene e segurança do trabalho, no âmbito da empresa;

G) As empresas enviarão mensalmente ao Sindicato Profissional signatário, cópia da ata de reunião mensal da CIPA;

H) O sindicato representativo dos empregados encaminhará planilha às empresas do setor, até **28.08.2013**, para ser preenchida com dados referentes as CIPAS respectivas. As planilhas devidamente preenchidas serão devolvidas até **30 de setembro de 2013.**

I) As empresas deverão promover curso sobre prevenção de acidentes do trabalho, para os membros da CIPA, na forma estipulada no subitem 5.21, da NR, nº 5, da Portaria nº 3214/78;

J) O descumprimento do disposto em quaisquer dos itens "A" a "D" da presente cláusula, ensejará a realização de nova eleição no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da anulação.

44ª - EXAME MÉDICO

As disposições concernentes a exame médico do trabalhador serão observadas pela empresas, de acordo com os critérios estabelecidos na Norma Regulamentadora - NR nº 7, bem como os preceitos do art. 168 da CLT, com a nova redação dada pela Lei nº 7855, de 24.10.89.

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 20/04/2016 15:12:03 - 7cf0568
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16042015075436100000034079193
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 7cf0568 - Pág. 4
Número do documento: 16042015075436100000034079193

45ª - DESPESAS DE REFEIÇÃO (REEMBOLSO)

Garantidas as condições mais favoráveis já existentes, se o empregado prestador de serviços internos for convocado para prestá-lo fora da empresa, em desempenho de serviço externo, a empresa fará o reembolso contra comprovante, até o valor de **R$ 16,00 (dezesseis reais)** das despesas de refeição que o mesmo tiver. Esta cláusula somente abrangerá aqueles empregados que tenham eventualmente de deixar os serviços internos para desempenhá-los em locais externos, em horário que alcance o intervalo da refeição. Não atinge aqueles empregados que, por habitualidade ou por condições contratuais tácita ou expressamente estabelecidas e inerentes à peculiaridade de seu trabalho, desempenhem os seus serviços também externamente, exceto motoristas, ajudantes e montadores.

Parágrafo Primeiro. O valor de que trata a cláusula será corrigido no mesmo prazo e pelos mesmo percentuais que forem reajustados os salários dos empregados em geral.

Parágrafo Segundo. Quando as empresas fornecerem aos seus empregados qualquer modalidade de vale-refeição, haverá apenas o pagamento da diferença entre o valor do reembolso e o valor facial do vale-refeição, se for o caso.

46ª - ENFERMEIRO OU MÉDICO

As empresas estão obrigadas, atendendo o grau de risco e número de empregados, a manter médico do trabalho e enfermeiro do trabalho, de acordo com as disposições constantes no Normas Regulamentadora - NR nº 4.

47ª - CONVÊNIO MÉDICO

Vencidos os primeiros 12 (doze) meses de vigência do convênio médico e havendo denúncia escrita de 85% (oitenta e cinco por cento) dos empregados, pelo menos, contra a qualidade dos serviços da empresa médica convenente, caberá ao empregador adotar as medidas necessárias à imediata solução das denúncias feitas e, se for o caso, à substituição da empresa médica.

48ª - MEDIDAS DE PROTEÇÃO

A) Nos ambientes onde haja perigo ou risco de acidente, o primeiro dia de trabalho do empregado será destinado, parcial ou integralmente, a treinamento com o material de proteção individual (E.P.I.) e conhecimento daquelas áreas, bem como da atividade a ser exercida, e os programas de prevenção desenvolvidos na própria empresa, em conjunto com um elemento da CIPA, pelo menos.

B) As empresas se obrigam a aperfeiçoar as condições de trabalho existentes, obedecendo as Normas Regulamentadoras - NR's em vigor.

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 20/04/2016 15:12:03 - 7cf0568
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16042015075436100000034079193
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 7cf0568 - Pág. 5
Número do documento: 16042015075436100000034079193

49ª - AUTOMAÇÃO E DESEMPREGO

Na automação dos meios de produção, com a implantação de novas técnicas, as empresas se dispõem a promover treinamento para que seus funcionários adquiram melhor qualificação em seus novos métodos de trabalho.

50ª - VALE-TRANSPORTE

A) Ficam as empresas alertadas de que deverão cumprir a legislação referente ao vale-transporte (Lei nº 7418 de 16/12/85, com a redação dada pela Lei nº 7619 de 30/09/87, regulamentada pelo Decreto nº 95.247, de 16/11/87)

B) Para atendimento das disposições supra, poderão as empresas, a seu critério, creditar o valor correspondente através da folha de pagamento ou em dinheiro, até o prazo previsto na cláusula 10ª (Data de Pagamento dos Salários).

Na superveniência de aumento de tarifas após o pagamento, as empresas efetivarão a competente complementação, em 5 (cinco) dias úteis.

A importância paga sob este título não tem caráter remuneratório ou salarial.

51ª - ÁGUA POTÁVEL

As empresas ficam obrigadas a fornecer água potável aos seus empregados, devendo providenciar, anualmente, a limpeza das caixas d'água.

52ª - CARTA DE REFERÊNCIA

Desde que o empregado solicite a empresa lhe fornecerá carta de referência, da qual deverá constar, no mínimo, a indicação do período trabalhado.

53ª - CARTA AVISO DE DISPENSA

O empregado dispensado sob alegação de prática de falta grave deverá ser avisado do fato, por escrito e contra-recibo, esclarecendo-se os motivos da dispensa.

54ª - MENSALIDADE SINDICAL

As empresas descontarão as mensalidades do sindicato diretamente do salário de seus empregados sócios deste, comprometendo-se apontar o desconto no correspondente demonstrativo de pagamento. Os valores dos descontos das mensalidades serão pagas pelas empresas recolhidos ao sindicato beneficiado até o dia 10 (dez) do mês subseqüente ao competente para desconto. Desde que o Sindicato indique por escrito uma entidade bancária para fins do recolhimento supra, deverá fazer esta comunicação com antecedência de 15 (quinze) dias, além de fornecer as guias competentes e os recibos das mensalidades às empresas. Estas, por

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 20/04/2016 15:12:03 - 7cf0568
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16042015075436100000034079193
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 7cf0568 - Pág. 6
Número do documento: 16042015075436100000034079193

sua vez, farão os recolhimentos bancários até o dia 10 (dez) do mês subseqüente ao competente para o desconto.

Parágrafo Primeiro. O Sindicato profissional deverá entregar às empresas, semestralmente ou quando necessários, a relação de descontos a serem efetuados.

Parágrafo Segundo. O não recolhimento das mensalidades devidas, após o 3º dia do vencimento do prazo e até o 10º dia, ensejará a cobrança pelo Sindicato Profissional de multa uivalente a 10% (dez por cento) do valor do recolhimento devido. Após o 10º dia do vencimento, será devida multa de 10% (dez por cento) ao mês, sobre o valor do recolhimento, além da correção do valor pela Taxa Referencial Diária (TRD), ou outro indexador que venha a substituí-la.

55ª - CONTATOS COM A EMPRESA

O dirigente sindical no exercício de sua função, desejando manter contato com a empresa, terá garantido o atendimento pelo representante que a empresa designar.

O dirigente sindical poderá fazer-se acompanhar de assessor, quando o assunto a ser exposto referir-se a segurança e medicina do trabalho.

56ª - PREENCHIMENTO DE VAGAS

A) As empresas darão preferência ao remanejamento interno de seus empregados em atividade, para preenchimento de vagas de níveis superiores;

B) As empresas poderão utilizar o balcão de emprego do Sindicato representativo da categoria profissional;

C) As empresas, sempre que possível, darão preferência à readmissão dos ex-empregados.

57ª - PAGAMENTO DE SALÁRIOS POR CHEQUE OU BANCO

As empresas que efetuam o pagamento de salário/vale, através de depósitos bancários e/ou cheques, deverão proporcionar aos empregados tempo hábil para recebimento no banco, nos dias de pagamento, dentro da jornada de trabalho e do horário bancário, excluindo-se os horários de refeição, sem prejuízo nos salários dos empregados e sem necessidade de compensação, mantidas as demais condições da Portaria nº 3281/84, do Ministério do Trabalho.

58ª - SERVIÇO MILITAR

Garantia de emprego e salário ao empregado em idade de prestação de serviço militar, (inclusive Tiro de Guerra), desde o alistamento até a incorporação e nos 30 (trinta) dias após o desligamento, salvo nos casos de resolução contratual por justa causa, resilição unilateral do contrato por iniciativa do empregado, e resilição bilateral do contrato.

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 20/04/2016 15:12:03 - 7cf0568
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16042015075436100000034079193
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 7cf0568 - Pág. 7
Número do documento: 16042015075436100000034079193

59ª - MULTAS

Multa equivalente a 10% (dez por cento) do salário normativo vigente, por empregado, no caso de descumprimento de qualquer cláusula das obrigações de fazer constante nesta Convenção, revertendo o benefício em favor da parte prejudicada.

Em caso de necessidade de ação judicial para recolhimento da multa prevista nesta cláusula, a mesma será devida em dobro.

Parágrafo Primeiro. Antes de quaisquer outras medidas o sindicato profissional deverá encaminhar notificação à empresa, apontando a irregularidade e concedendo-lhe 30 dias para normalizar a situação.

Parágrafo Segundo. Não se enquadram na exigência do parágrafo 1º, as seguintes cláusulas desta Convenção: 10ª Data de Pagamento dos Salários, 11ª Adiantamento de Salário (vale) e 54ª Mensalidade Sindical.

Parágrafo Terceiro. Para evitar dupla incidência estão excluídas desta cláusula aquelas que já possuam cominações legais ou específicas de multa.

60ª - CONVOCAÇÃO DE DIRETOR DO SINDICATO

O Sindicato Profissional poderá convocar os diretores eleitos que estiverem trabalhando, até o limite de 2 (dois) dias de liberação por mês, obrigando-se as empresas a remunerar os dias e o descanso semanal correspondente, desde que atendidos os requisitos seguintes:

A) Quando a empresa tiver mais de um diretor eleito à convocação será de um único deles;

B) A convocação jamais poderá ocorrer, nos 7 (sete) dias que antecedem o início do período de férias;

C) O presidente do Sindicato Profissional deverá fazer a convocação, obrigatoriamente, por escrito, e com a antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, sem o que a mesma não terá validade.

61ª - VÉSPERA DE APOSENTADORIA

A) Aos empregados que comprovadamente estiverem a um máximo de 12 (doze) meses da aquisição do direito à aposentadoria em seus prazos mínimos, e que contem com um mínimo de 5 (cinco) anos de trabalho na mesma empresa, fica assegurado o emprego ou salário durante o período que faltar para aposentarem-se;

B) Aos empregados que comprovadamente estiverem a um máximo de 18 (dezoito) meses da aquisição do direito à aposentadoria em seus prazos mínimos, e que contem com mais de 10 (dez) anos de trabalho na mesma empresa, fica assegurado o emprego ou salário durante o período que faltar para aposentarem-se;

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 20/04/2016 15:12:03 - b1299fd
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16042015080380700000034079217
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. b1299fd - Pág. 1
Número do documento: 16042015080380700000034079217

C) Caso o empregado dependa de documentação para comprovação de tempo de serviço, terá 30 (trinta) dias de prazo a partir da dispensa, no caso de aposentadoria simples e de 60 (sessenta) dias no caso de aposentadoria especial;

D) Inexistindo justa causa, o contrato de trabalho destes empregados somente poderá ser rescindido por mútuo acordo entre empregado e empregador ou por pedido de demissão, ambos com assistência do respectivo sindicato da categoria.

62ª - GARANTIA DE EMPREGO A GESTANTE

A) Fica vedada à dispensa arbitrária ou sem justa causa, da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até 5 (cinco) meses após o parto;

B) Se rescindido o contrato de trabalho, a empregada deverá, se for o caso, avisar o empregador do seu estado de gestação, devendo comprová-lo dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da notificação da dispensa.

Nos casos de gestação atípica, não revelada, esse prazo será estendido para 90 (noventa) dias devendo tal situação ser comprovada por atestado médico;

C) A empregada gestante não poderá ser despedida, a não ser por razão de falta grave, ou por mútuo acordo entre a empregada e o empregador, com a assistência do respectivo sindicato representativo da categoria profissional;

D) No caso de rescisão do contrato de trabalho, por iniciativa do empregador, o aviso prévio legal, previsto nesta Convenção, não poderá ser incorporado no prazo estipulado nesta garantia;

E) Em casos excepcionais, mediante atesta médico, na forma do parágrafo 4º, do artigo 392, da CLT, a mulher grávida poderá mudar de função, atestando exigência de ordem física.

63ª - LICENÇA A ASSOCIADO DO SINDICATO

Os empregados associados do sindicato serão liberados para participação em cursos ou seminários, até 08 (oito) dias por ano, desde que comprovada a participação e seja pré-avisada a empresa, por escrito, pelo sindicato profissional, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, a saber:

A) Empresas com até 10 empregados, estão isentas;
B) Empresas de 11 a 50 empregados, um funcionário associado;
C) Empresas de 51 a 150 empregados, dois funcionários associados;
D) Empresas de 151 a 400 empregados, três funcionários associados; E) Empresas acima de 400 empregados, quatro funcionários associados

Parágrafo Único. Nos casos das letras "C", "D" e "E", desta cláusula, as licenças não poderão, em nenhuma hipótese, ser concomitantes, dentro de um mesmo setor de trabalho.

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 20/04/2016 15:12:03 - b1299fd
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16042015080380700000034079217
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. b1299fd - Pág. 2
Número do documento: 16042015080380700000034079217

64ª – DESCONTO ASSISTENCIAL DAS EMPRESAS PARA O SINDICATO DA INDÚSTRIA DE SERRARIAS – SINDIMAD

Considerando o disposto no artigo 8º da Constituição Federal, as empresas, sejam associadas ou não, ao SINDIMAD – SINDICATO DA INDÚSTRIA DE SERRARIAS, CARPINTARIAS, TANOARIAS, MADEIRAS COMPENSADAS E LAMINADAS NO ESTADO DE SÃO PAULO e abrangidas pela presente Convenção Coletiva de Trabalho, deverão recolher a Contribuição Assistencial necessária à manutenção das atividades sindicais, a ser recolhida em 02 (duas) parcelas, sendo o primeiro pagamento em 10/07/2013 e o segundo pagamento em 10/07/2014, de acordo com os valores abaixo.

NUMERO DE EMPREGADOS	VLRS. DE CADA PARCELA (10/07/13 E 10/07/14
0-10	R$ 100,00
11-30	R$ 225,00
31-50	R$ 325,00
51-150	R$ 400,00
151-300	R$ 650,00
Acima de 300	R$ 800,00

Os recolhimentos se farão no Banco BRADESCO S/A, em conta vinculada sem limite, aberta em nome do Sindicato da Indústria de Serrarias, Carpintarias, Tanoarias, Madeiras Compensadas d Laminadas no Estado de São Paulo – SINDIMAD, mediante guias próprias que serão fornecidas pelo Sindicato e nas quais constará o número da conta e agência, revertendo o valor dos depósitos para fins sociais e manutenção da sede.

O não recolhimento das contribuições acima previstas, nas datas mencionadas, acarretará às empresas o pagamento de multa de 10% (dez por cento) a favor do Sindicato Patronal, acrescido de 1% (um por cento) ao mês de juros.

65ª – CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL E/OU CONFEDERATIVA

As empresas descontarão dos salários reajustados de seus empregados enquadrados na categoria profissional; e abrangidas por esta Convenção Coletiva de Trabalho, a título de contribuição Assistencial e/ou Confederativa os percentuais abaixo:

A) A responsabilidade pela instituição, percentuais de cobrança e abrangência do desconto é inteiramente do Sindicato da categoria profissional, ficando isentas as empresas de qualquer ônus ou conseqüência perante seus empregados e o desconto assim feito está ao abrigo do previsto no artigo 462, da CLT;

B) O recolhimento será devido aos respectivos Sindicatos Profissionais, até o dia 10 do mês subseqüente ao competente para o desconto;

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 20/04/2016 15:12:03 - b1299fd
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16042015080380700000034079217
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. b1299fd - Pág. 3
Número do documento: 16042015080380700000034079217

01- SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE BAURU.
CNPJ/MF. 45.029.097/0001-01
A.G.E. 16/04/2013
Endereço: Rua Monsenhor Claro, 5 – 31 – Bauru-SP
Contribuição Assistencial: 1,5% ao mês de todos os trabalhadores sócios e não sócios.
Base Territorial: Lençóis Paulista, Lins, Lucianópolis, Macatuba, Pederneiras, Pirajuí, Piratininga, Pongaí, Presidente Alves, Reginópolis, Sabino, Ubirajara, Uru, Águas de Santa Bárbara, Agudos, Alvinlândia, Arealva, Areiópolis, Avaí, Balbinos, Bauru, Boracéia, Borebi, Cafelândia, Álvaro de Carvalho, Espírito Santo do Turvo, Getulina, Guaimbê, Guarantã, Iacanga, Iaras, Júlio Mesquita. Todos no estado de S.Paulo.

02- SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE BOTUCATU.
CNPJ: 54.709.423/0001-04
A.G.E. – 19/04/2013
Endereço: Rua Cel. Manuel Luis dos Santos, 365, Centro, Botucatu-SP
Contribuição Assistencial: 1% ao mês de todos os trabalhadores sócios e não sócios.
Base Territorial: Botucatu-SP

03- SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE CAMPINAS.
CNPJ: 46.058.160/0001-92
A.G.E. – 19/04/2013
Endereço: Rua Barão de Jaguara, 636, Centro, Campinas-SP.
Contribuição Assistencial: 1% ao mês de todos os trabalhadores sócios e não sócios.
Base Territorial: Americana, Amparo, Campinas, Cosmópolis, Jaguariúna, Nova Odessa, Paulínia, Santa Bárbara D´Oeste, Sumaré e Valinhos, todos no Estado de São Paulo.

04 - SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE DUARTINA
CNPJ: 59.996.504/0001-56
A.G.E. – 16/04/2013
Endereço: Rua Domiciano Aredes, 368, sala B, Centro de Duartina
Contribuição Assistencial: 1,5% ao mês de todos os trabalhadores sócios e não sócios.
Base Territorial: Duartina, Cabrália Paulista e Gália todos no Estado de São Paulo.

05- SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE GUARATINGUETÁ.
CNPJ: 48.554.026/0001-08
A.G.E.: 19/04/2013
Endereço: Av.Ruy Barbosa,154, Bairro Santa Rita, Guaratinguetá-SP

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 20/04/2016 15:12:03 - b1299fd
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16042015080380700000034079217
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. b1299fd - Pág. 4
Número do documento: 16042015080380700000034079217

Contribuição Assistencial: 1% ao mês de todos os trabalhadores sócios e não sócios

Base Territorial: Aparecida, Areias, Bananal, Cachoeira Paulista, Canas, Guaratinguetá, Lorena, Piquete, Potim, Queluz, São José do Barreiro e Silveiras, todos no Estado de São Paulo.

06- SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE ITAPEVI
CNPJ: 56.973.381/0001-40
A.G.E. – 27/04/2013
Endereço: Rua Lázara Siqueira, 05, Jardim Itapevi, Itapevi-SP
Contribuição Assistencial: 1,2% ao mês de todos os trabalhadores sócios e não sócios- inclusive do 13º salário.
Base Territorial: Alumínio, Araçariguama, Barueri, Cajamar, Carapicuíba, Cotia, Ibiuna, Itapevi, Jandira, Mairinque, Pirapora do Bom Jesus, Santana do Parnaíba, São Roque e Vargem Grande Paulista, todos no Estado de São Paulo.

07- SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE SANTO ANDRÉ
CNPJ: 57.518.276/0001-83
AGE.: 17/04/2013
Av. Santo André, 852, Vila Aurora, Riberão Pires-SP
Contribuição Assistencial: 1% ao mês de todos os trabalhadores sócios e não sócios.

Base Territorial: Santo André, Ribeirão Pires, Mauá, Rio Grande da Serra, todos os Estado de São Paulo.

08 - SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DA CERÂMICA DE **TAMBAÚ E REGIÃO.**
CNPJ: 56.975.196/0001-94
AGE.:10/05/2013
Endereço: Rua Acre, 200, Vila Maria, Centro, Tambaú-SP
Contribuição Assistencial: 1,5% ao mês de todos os trabalhadores sócios e não sócios.

Base Territorial: Casa Branca, Santa Cruz das Palmeiras, Tambaú e Vargem Grande do Sul, todos os Estado de São Paulo.

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 20/04/2016 15:12:03 - b1299fd
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16042015080380700000034079217
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. b1299fd - Pág. 5
Número do documento: 16042015080380700000034079217

A) Não cabe qualquer desconto com relação a empregados profissionais liberais a serviço da empresa e aos integrantes de categorias diferenciadas, bem assim aos exercentes de funções administrativas registrados com tais habilitações;

B) O teto mensal da Contribuição Assistencial devida aos sindicatos profissionais será no valor de R$.30,00 (trinta reais) dos associados e dos não associados, tendo como desconto, por deliberações das respectivas Assembléias Gerais (A.G.E.`s)

C) Os Sindicatos Profissionais respectivos assumem o compromisso de remeter guias de recolhimento às empresas, em tempo hábil e na quantidade suficiente não respondendo estas por retardamento;

D) Na ocorrência de falha no recolhimento caberá ao Sindicato notificar a empresa, concedendo-lhe o prazo de 15 (quinze) dias para esclarecimento e justificativas, após o que estará sujeita a empresa à multa e correção como estipuladas no parágrafo segundo da cláusula 54ª (mensalidade sindical).

E) Na conformidade do Precedente Normativo nº 74 do TST, fica garantida a manifestação dos empregados, sendo que o integrante da categoria profissional poderá, até 10 (dez) dias após a assinatura da presente Convenção Coletiva de Trabalho comparecer só ou acompanhado no Sindicato dos Trabalhadores para apresentar sua manifestação de oposição à presente contribuição, com cópia à empresa.

F) Com os descontos referidos nos itens e letras acima, desta cláusula, os Sindicatos profissionais consideram cumpridas, para todos os efeitos, a cobrança referida no inciso IV, artigo 8º da Constituição Federal de 1988, não podendo os mesmos, durante a vigência desta Convenção, instituir nenhuma nova contribuição a ser suportada pelos empregados.

66ª - UTILIZAÇÃO DO QUADRO DE AVISOS

O Sindicato dos Trabalhadores utilizará um quadro de avisos fornecido pela empresa, em local de fácil acesso e visibilidade, para afixação de comunicados, informações e convocações, bem como receptor para boletins.

Parágrafo Único. Todo o material a ser exposto no quadro de aviso, será previamente submetido ao conhecimento da empresa.

67ª - SINDICALIZAÇÃO

Com o objetivo de incrementar a sindicalização dos empregados, as empresas colocarão à disposição do sindicato representativo da categoria profissional, duas vezes por ano, local e meios para esse fim.

Os períodos serão convencionados de comum acordo pelas partes e a atividade será desenvolvida no recinto da empresa, fora do ambiente de produção e, preferencialmente, nos períodos de descanso da jornada normal de trabalho.

68ª - MUDANÇA/TRANSFERÊNCIA DE ENDEREÇO

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 20/04/2016 15:12:03 - b1299fd
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16042015080380700000034079217
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. b1299fd - Pág. 6
Número do documento: 16042015080380700000034079217

As empresas abrangidas pela presente Convenção Coletiva de Trabalho deverão no prazo de 30 (trinta) dias informar ao Sindicato Patronal e Profissional, quando for o caso, o novo endereço de sua atividade econômica.

69ª - APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL

Os Sindicatos participantes desta Convenção Coletiva de Trabalho, em conjunto, envidarão esforços no sentido de que o SENAI avalie a possibilidade de transferir recursos financeiros (repassados dos recolhimentos compulsórios das empresas) para a implementação da Escola de Aperfeiçoamento Profissional do Sindicato dos Trabalhadores.

Parágrafo Primeiro. As partes se comprometem a avaliar a disponibilidade de funcionários para a freqüência aos cursos que forem implantados pela Escola acima referida, após sua efetiva instalação;

Parágrafo Segundo. Recomenda-se às empresas doar máquinas e/ou equipamentos, novos ou em bom estado de conservação, ao sindicato profissional para a instalação da escola de aperfeiçoamento profissional dos trabalhadores do setor.

70ª - DIA DE SÃO JOSÉ

Recomenda-se às empresas comemorar o dia 19 de março, data consagrada ao padroeiro dos Trabalhadores.

71ª - CESTA BÁSICA DE ALIMENTOS

A) As empresas deverão optar e conceder um desses benefícios aos seus empregados: fornecimentos de cesta básica (30kg), refeição (alimentação) ou ticket-alimentação, este no valor de **R$ 120,00** (cento e vinte reais) por mês;

B) O benefício não será cumulativo e a empresa que já fornece algum deles fica desobrigada dos demais, porém se o custo atualmente despendido for maior que o montante acima, não poderá ser reduzido.

C) As empresas que já adotaram critério para a distribuição da cesta e/ou já fornecem Alimentação, poderão, continuar a observá-lo, inclusive, cobrança de valor por custo subsidiado, sendo que, neste caso só poderá fazê-lo no valor que superar percentualmente os parâmetros mínimos da gratuidade estipulados na letra "A";

D) Aquelas que optarem e concederem o benefício da cesta básica, poderão excluir da concessão o empregado que tiver falta injustificada no respectivo mês;

E) A alimentação (refeição) e/ou o ticket-alimentação destinam-se aos dias de efetivo trabalho e não se aplicam nos repousos (folgas e feriados) nem por ocasião do gozo das férias e nas ausências dos empregados;

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 20/04/2016 15:12:04 - 5451156
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16042015081341200000034079250
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 5451156 - Pág. 1
Número do documento: 16042015081341200000034079250

F) No caso de afastamento do empregado em benefício previdenciário, a empresa que conceder a cesta básica continuará a fazê-lo, enquanto o mesmo perdurar, até o limite de 60 (sessenta) dias contado do início do afastamento;

G) A empregada gestante fará jus à cesta básica, também, no período de afastamento (licença-maternidade);

H) Ficam ressalvadas condições mais favoráveis porventura já praticadas pelas empresas;

I) O valor econômico de qualquer um desses benefícios não integrará o salário do empregado para qualquer outro fim, seja na remuneração, para depósitos do FGTS nem integrará o salário para fins previdenciários, independente da cobrança ou não de algum valor que seja realizado por empresa que já concede algum desses benefícios;

J) A composição dos produtos da cesta básica a ser fornecida (30 kg.) deverá observar:

15 kg.de arroz do tipo 1
04 kg.de feijão do tipo 1
03 latas de óleo
02 pacotes de macarrão (500gr.)
02 kg. de açúcar
01 pacote de café (500gr.)
01 kg. de sal
01 pacote de farinha de mandioca (500gr.)
01 kg. de farinha de trigo
01 pacote de fubá (500gr.)
02 latas de extrato de tomate (140gr.)
02 latas de sardinha em conserva (135gr.)
01 lata de salsicha (180gr.)
01 pacote de tempero completo (200gr.)
01 pacote de biscoito doce (200gr.)
01 lata de goiabada (700gr.)

72ª - BANCO DE HORAS

Poderá ser dispensado o acréscimo de salário se, por força de acordo coletivo de trabalho, o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda no período desta convenção, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias.

Parágrafo primeiro. Para o exercício desta cláusula, a empresa deverá formalizar o acordo coletivo com o sindicato dos trabalhadores da base territorial correspondente, mediante prévia assembléia com a participação dos trabalhadores, registrando o instrumento no Ministério do Trabalho.

Parágrafo segundo. Havendo interesse da empresa em abrir o processo de negociação para implementação do Banco de Horas, deverá protocolizar o pedido na sede do Sindicato Profissional, que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis responderá ao ofício, agendando assembléia com os trabalhadores envolvidos no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

73ª - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 20/04/2016 15:12:04 - 5451156
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16042015081341200000034079250
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 5451156 - Pág. 2
Número do documento: 16042015081341200000034079250

Será competente a Justiça do Trabalho para dirimir quaisquer divergências surgidas na aplicação desta Convenção Coletiva de Trabalho.

74ª - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho tem abrangência para todos os municípios com base territorial abrangido pelo Sindicato Profissional relacionado no preâmbulo desta Convenção Coletiva.

75ª - PRORROGAÇÃO, REVISÃO, DENÚNCIA OU REVOGAÇÃO

O processo de prorrogação, revisão, denúncia ou revogação total ou parcial desta Convenção Coletiva de Trabalho fica subordinado as normas estabelecidas no artigo 615 da CLT.

76ª - CUMPRIMENTO

As partes se comprometem a observar os dispositivos pactuados, ficando certo que à parte infratora incorrerá nas penalidades previstas nesta convenção e na legislação vigente.

77ª - DIFERENÇAS SALARIAIS – INCLUSÃO NA FOLHA DE PAGAMENTO DE JULHO/2013

As eventuais diferenças pretéritas do mês de junho, decorrentes da aplicação das cláusulas da Convenção, constarão da folha de pagamento do **mês de julho de 2013** e serão pagas até a data legal de pagamento dos salários do referido mês.

78ª - PLANO DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

Com o objetivo de implementar o disposto na Lei 10.101, de 19.12.2000, que regulamentou o artigo 7º, inciso XI, da Constituição Federal no que tange à participação nos Lucros e Resultados, a empresa, independente do número de empregados, deverá, **até 31.12.2013,** perante o Sindicato Profissional, iniciar a negociação de Programa com metas e resultados referente ao exercício 2012/2013. Para tanto:

a) a partir do mês de setembro de 2013 e até 31.12.2013 as empresas deverão enviar correspondência ao Sindicato Profissional para formalizar o pedido de negociação de programa com metas e resultados;

b) a partir do comprovado recebimento do pedido o Sindicato Profissional terá o prazo de 30 (trinta) dias para enviar resposta escrita à empresa, designando uma primeira data, para iniciar a negociação, sendo que no prazo máximo de 60 (sessenta) dias dessa data deverá se encerrar o processo de negociação;

c) a negociação se dará dentro dos limites da lei, com a participação do Sindicato de classe e da comissão escolhida;

d) durante o prazo acima fixado o Sindicato Profissional, mediante solicitação de seus representados, não estará impedido de convocar tais empresas para abrir o processo de negociação do PLR;

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 20/04/2016 15:12:04 - 5451156
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16042015081341200000034079250
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 5451156 - Pág. 3
Número do documento: 16042015081341200000034079250

e) o não cumprimento das obrigações acima estabelecidas implicará no pagamento de **multa/PLR,** por empregado, no **valor de R$ 400,00 (quatrocentos reais)**, revertida ao trabalhador prejudicado, devendo ser quitada junto com o salário de **abril de 2014;** o valor terá caráter indenizatório, inclusive para efeito de incidência e tributação; para o pagamento da multa prevalecerá o critério da proporcionalidade na razão de 1/12 (um doze avos) por mês de serviço ou fração superior a 14 (catorze) dias aos empregados admitidos ou desligados no curso do ano;

f) a empresa que formalizar pedido ao Sindicato Profissional, mas que não iniciar efetivamente a negociação na forma da letra "b" acima, incorrerá no pagamento da multa nos termos da letra "e" anterior; da mesma forma, caso seja iniciada, porém, por algum motivo não seja concluída a negociação, será assegurado ao trabalhador o pagamento da multa/PLR como prevê a letra "e" anterior;

g) ficam ressalvadas as condições mais favoráveis porventura existentes.

79ª - CAFÉ COM LEITE, PÃO COM MANTEIGA

Fornecimento aos seus empregados, de café com leite, 02 (dois) pães tipo francês com manteiga, antes do início da jornada matutina de trabalho dos seus empregados, ressalvadas as condições mais favoráveis já existentes nas empresas.

80ª - VIGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho terá vigência por 12 (doze) meses, a partir de 01 de junho de 2013 e termo final em 31 de maio de 2014.

Por estarem justas e acertadas e para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, assinam as partes a presente **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO,** comprometendo-se a promoverem o depósito de 01 (uma) via da mesma da SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO DE SÃO PAULO.

São Paulo, 26 de junho de 2013

SINDICATO DA INDÚSTRIA DE SERRARIAS,CARPINTARIAS,TANOARIAS,MADEIRAS COMPENSADAS E LAMINADAS NO ESTADO DE SÃO PAULO
JOSÉ ANTONIO BAGGIO
Presidente
CPF 282.815.608-78

HELENA PEDRINI LEATE
OAB/SP Nº 155.540
CPF 253.382.879-53

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 20/04/2016 15:12:04 - 5451156
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16042015081341200000034079250
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 5451156 - Pág. 4
Número do documento: 16042015081341200000034079250

SINDICATOS DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE:

BAURU.....
Aloisio Costa – Vice-Presidente - CPF/MF. 043.341.188-01

BOTUCATU.....
Carlos Alberto Tenore – Presidente – CPF/MF.931.577.628-34

CAMPINAS.....
Diretor Administrativo: Luiz Albano da Silva, CPF/MF. 017.275.768-10

DUARTINA_____
Silvio Sergio Ventura – Presidente - CPF: 303.315.498-08

GUARATINGUETÁ.....
Luiz Carlos Florêncio de Oliveira – Presidente – CPF 749.750.138-00

ITAPEVI.....
Ângelo Luiz Angelini – Presidente – CPF 701.336.388-04

SANTO ANDRÉ.....
Luiz Carlos Biazi – Presidente – CPF 880.144.608-04

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDS. DA CONSTR. DO MOBILIÁRIO E DAS CERÂMICAS DE TAMBAÚ E REGIÃO

.....
Shirley Chiazza
OAB/SP Nº 68.941 – Procuradora
CPF .769.959.258-15

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 20/04/2016 15:12:04 - 5451156
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16042015081341200000034079250
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 5451156 - Pág. 5
Número do documento: 16042015081341200000034079250

sindimad

SINDICATO DA INDÚSTRIA DA MADEIRA

São Paulo, 11 de novembro de 2013

C I R C U L A R

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

01.10.2013 a 30.09.2014

Foram definidos os termos da Convenção Coletiva de Trabalho, firmada entre o Sindimad e o Sindicato dos Oficiais Marceneiros de SP, com vigência **a partir de 01 de outubro de 2014**. As principais cláusulas são:

REAJUSTE SALARIAL

Sobre os salários vigentes em 01/10/2012 será aplicado em **01/10/2013** o percentual único e negociado entre as partes de **7,50%** (sete vírgula cinquenta por cento) correspondente ao período de 01/10/2012 a 30/09/2013

COMPENSAÇÕES

Serão compensados todas as antecipações e aumentos espontâneos concedidos pelas empresas no período compreendido entre 01.10.2012 a 30.09.2013, exceto os reajustes decorrentes de promoção, transferência, equiparação salarial, mérito, implemento de idade, término de aprendizagem e aumento real expressamente concedido a esse título.

ADMISSÕES APÓS A DATA-BASE

O reajuste salarial dos empregados admitidos após a data-base (01.10.12), obedecerá aos seguintes critérios:

A) No salário de empregados admitidos em funções com paradigma e desde que a diferença no tempo de serviço entre eles seja superior a 02 (dois) anos, será aplicado o mesmo percentual do reajuste salarial concedido ao paradigma, limitado, porém ao menor salário da função. Se a diferença de tempo de serviço entre admitido e paradigma for inferior a 02 (dois) anos, será aplicado o mesmo percentual do reajustamento salarial devido ao paradigma, equivalendo-se os salários.

SINDICATO DA INDÚSTRIA DE SERRARIAS CARP. TAN. MADEIRAS COMP. E LAMINADAS NO ESTADO DE SÃO PAULO
RUA CEL. XAVIER DE TOLEDO, 220 – 11º ANDAR – CEP 01048-000 – SÃO PAULO – SP
Fone/Fax: (0xx11) 3255-8566 - E-mail: sindimad@uol.com.br

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 20/04/2016 15:12:04 - 1e0a85c
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16042015082082300000034079272
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 1e0a85c - Pág. 1
Número do documento: 16042015082082300000034079272

B) Sobre o salário do empregado admitido em função sem paradigma e de admitidos por empresas constituídas após 01.10.12, serão aplicados os percentuais constantes das tabelas a seguir:

Mês de Admissão	Percentual em 01/10/2012
Outubro/12	7,50%
Novembro/12	6,87%
Dezembro/12	6,25%
Janeiro/13	5,62%
Fevereiro/13	5,00%
Março/13	4,37%
Abril/13	3,75%
Maio/13	3,12%
Junho/13	2,50%
Julho/13	1,87%
Agosto/13	1,25%
Setembro/13	0,62%

SALÁRIO NORMATIVO

A. A partir de 01.10.13, fica assegurado para os empregados da categoria profissional o seguinte salário normativo:

- EMPRESAS COM ATÉ 50 (CINQÜENTA) EMPREGADOS EM 01.10.13:
  Salário de **R$ 1.090,00** (hum mil e noventa reais), por mês;

  EMPRESAS COM MAIS DE 50 (CINQÜENTA) E ATÉ 200 (DUZENTOS) EMPREGADOS EM 01.10.13:
  Salário de **R$ 1.162,00** (hum mil, cento e sessenta e dois reais), por mês;

- EMPRESAS COM MAIS DE 200 (DUZENTOS) EMPREGADOS EM 01.10.12:
  Salário de **R$ 1.281,00** (hum mil, duzentos e oitenta e um reais), por mês.

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 20/04/2016 15:12:04 - 1e0a85c
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16042015082082300000034079272
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 1e0a85c - Pág. 2
Número do documento: 16042015082082300000034079272

B. O salário normativo acima especificado será reajustado pelo mesmo percentual que corrigir o salário da categoria, concedido compulsoriamente por força de lei, medida provisória, sentença normativa ou ajustado em norma convencional.

REEMBOLSO DE DESPESAS

A. CRECHE (cláusula 39ª):	R$ 277,00
B. REFEIÇÃO (cláusula 45ª):	R$ 15,00

VIGÊNCIA: A Convenção Coletiva de Trabalho terá vigência de 01 (um) ano, iniciando-se em 01 de outubro de 2013 e tendo seu termo final em 30 de setembro de 2014.

PLANO DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

Com o objetivo de implementar o disposto na Lei 10.101, de 19.12.2000, que regulamentou o artigo 7º, inciso XI, da Constituição Federal no que tange à participação nos Lucros e Resultados, a empresa com até 30 (trinta) empregados em 01.10.2013, deverá, até 30.04.2014, perante o Sindicato Profissional, iniciar a negociação de Programa com metas e resultados referente ao exercício 2014. Para tanto:

a) a partir de Janeiro de 2014 até 30.04.2014 as empresas deverão enviar correspondência ao Sindicato Profissional para formalizar o pedido de negociação de programa com metas e resultados;

b) a partir do comprovado recebimento do pedido o Sindicato Profissional terá o prazo de 30 (trinta) dias para enviar resposta escrita à empresa, designando uma primeira data para iniciar a negociação, sendo que no prazo máximo de 60 (sessenta) dias dessa data deverá se encerrar o processo de negociação.

c) a negociação se dará dentro dos limites da lei, com a participação do Sindicato de classe e da comissão escolhida;

d) durante o prazo acima fixado o Sindicato Profissional, mediante solicitação de seus representados, não estará impedido de convocar tais empresas para abrir o processo de negociação do PLR;

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 20/04/2016 15:12:04 - 1e0a85c
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16042015082082300000034079272
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 1e0a85c - Pág. 3
Número do documento: 16042015082082300000034079272

e) o não cumprimento das obrigações acima estabelecidas implicará no pagamento de multa/PLR, por empregado, no valor de R$ 660,00 (seiscentos e sessenta reais), revertida ao trabalhador prejudicado, devendo ser quitada em 02 (duas) parcelas iguais e sucessivas, no valor de R$ 330,00 (trezentos e trinta reais) cada uma, a serem pagas com os salários de agosto de 2014 e fevereiro de 2015, respectivamente; esse valor terá caráter indenizatório, inclusive para efeito de incidência e tributação; para o pagamento da multa prevalecerá o critério da proporcionalidade na razão de 1/12 (um doze avos) por mês de serviço ou fração superior a 14 (catorze) dias trabalhados durante o ano de 2014;

f) a empresa que formalizar pedido ao Sindicato Profissional, mas não iniciar efetivamente a negociação na forma da letra "b" acima, incorrerá no pagamento da multa nos termos da letra "e" anterior; da mesma forma, caso seja iniciada, porém, por algum motivo não seja concluída ou venha a ser concluída sem a celebração de um acordo, será assegurado ao trabalhador o pagamento da multa/PLR;

g) ficam ressalvadas as condições mais favoráveis porventura existentes.

CESTA BÁSICA

Padrão 20 Kg (para quem tiver até 1 falta injustificada no mês) – Padrão 30 Kg. (para quem não tiver falta injustificada no mês)

As empresas deverão fornecer uma cesta básica de 30 kg., a cada um de seus empregados que não tiveram nenhuma falta injustificada no mês, a ser entregue até o dia 15 do mês de competência, observados os critérios, condições, composição e quantidade de produtos especificados nesta cláusula.

Aos empregados que tiveram até uma falta injustificada no mês, a cesta básica será de 20 KG, aplicando-se, no que couber, as demais disposições referentes, à cesta básica de 30 kg.

As empresas poderão excluir da concessão o empregado quer tiver mais de 1 (uma) falta injustificada no mês, respeitando as faltas legais da CLT e desta Convenção.

As empresas que já concediam a cesta básica em **01.10.2013** e já adotavam ou utilizavam critério e datas para distribuição da cesta, deverão continuar a observá-lo, inclusive, cobrança de valor por custo subsidiado.

No caso de afastamento do empregado em benefício previdenciário, à empresa continuará a conceder a cesta básica enquanto o mesmo perdurar, até o limite de 60 (sessenta) dias contado do inicio do afastamento.

A empregada gestante fará jus à cesta básica também no período de afastamento (licença maternidade).

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 20/04/2016 15:12:04 - 1e0a85c
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16042015082082300000034079272
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 1e0a85c - Pág. 4
Número do documento: 16042015082082300000034079272

sindimad

SINDICATO DA INDÚSTRIA DA MADEIRA

Ficam ressalvadas condições mais favoráveis ao empregado porventura já praticadas pelas empresas e no caso de já ser concedida cesta básica maior, a empresa não poderá reduzir peso e/ou quantidade de alimentos.

O valor econômico da cesta básica não integrará o salário do empregado para qualquer outro fim, seja na remuneração, para depósitos do FGTS nem integrará o salário do empregado para fins previdenciários, independente da cobrança ou não de algum valor que seja realizado por empresa, nos termos **da Lei 6321/76, de** 14.04.76 e Regulamento pelo Decreto 78.676, de 08.11.76.

- **A composição básica dos produtos da cesta a ser fornecida (20 kg.) deverá observar**:

Quantidade	Descrição	Embalagem
02	açúcar refinado	pc 1 kg
01	arroz tipo 1	pc 5 kg
02	arroz tipo 1	pc 1 kg
01	biscoito recheado	pc 140 gr.
01	café torrado e moído	pc 250 gr.
01	farinha de trigo especial	pc 1 kg
01	farofa temperada	pc 200 gr.
03	feijão carioca tipo 1	pc 1 kg
01	fubá mimoso	pc 500 gr.
01	goiabada	tp 300 gr.
01	macarrão espaguete c/ ovos	pc 500 gr.
01	macarrão parafuso c/ ovos	pc 500 gr.
01	mistura para bolo	pc 400 gr.
02	óleo de soja	pet 900 ml.
01	pó p/ refresco	pc 25 gr
01	polpa de tomate	tp 520 gr
01	sal refinado	pc 1 kg
01	sardinha	lt 130 gr
01	tempero completo	cp 300 gr

SINDICATO DA INDÚSTRIA DE SERRARIAS CARP. TAN. MADEIRAS COMP. E LAMINADAS NO ESTADO DE SÃO PAULO
RUA CEL. XAVIER DE TOLEDO, 220 – 11º ANDAR – CEP 01048-000 – SÃO PAULO – SP
Fone/Fax: (0xx11) 3255-8566 - E-mail: sindimad@uol.com.br

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 20/04/2016 15:12:04 - 1e0a85c
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16042015082082300000034079272
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 1e0a85c - Pág. 5
Número do documento: 16042015082082300000034079272

sindimad
SINDICATO DA INDÚSTRIA DA MADEIRA

A composição da cesta de 30 (trinta) quilos deverá observar:

Quantidade	Descrição	Embalagem
02	achocolatado	pc 200 gr
04	açúcar refinado	pc 1 kg
01	amaciante de roupas	fr 500 ml
02	arroz tipo 1	pc 5 kg
01	biscoito recheado	pc 140 gr.
01	biscoito salgado	pc 200 g.
01	café torrado e moído	pc 500 gr.
01	creme de leite	tp 200 gr
01	creme dental	tb 90 gr
01	desinfetante líquido	fr 500 ml.
01	ervilha	lt 200 gr
01	farinha de trigo especial	pc 1 kg
01	farofa temperada	pc 200 gr.
04	feijão carioca tipo 1	pc 1 kg
01	fubá mimoso	pc 500 gr.
01	leite em pó integral	pc 400 g
01	macarrão espaguete c/ ovos	pc 500 gr.
01	macarrão parafuso c/ ovos	pc 500 gr.
01	mistura para bolo	pc 400 gr.
03	óleo de soja	pet 900 ml.
01	papel higiênico	pc 04 unid.
01	pó p/ gelatina	sh 45 gr
01	polpa de tomate	tp 520 gr
03	sabonete	unid.90gr.
01	sal refinado	pc 1 kg
01	sardinha	lt 130 gr
01	tempero completo	cp 300 gr

- A composição da cesta poderá ser adaptada ao padrão do fornecedor, desde que respeitadas as quantidades e peso total da cesta.

SINDICATO DA INDÚSTRIA DE SERRARIAS CARP. TAN. MADEIRAS COMP. E LAMINADAS NO ESTADO DE SÃO PAULO
RUA CEL. XAVIER DE TOLEDO, 220 – 11º ANDAR – CEP 01048-000 – SÃO PAULO – SP
Fone/Fax: (0xx11) 3255-8566 - E-mail: sindimad@uol.com.br

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 20/04/2016 15:12:04 - 1e0a85c
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16042015082082300000034079272
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 1e0a85c - Pág. 6
Número do documento: 16042015082082300000034079272

sindimad

SINDICATO DA INDÚSTRIA DA MADEIRA

DESCONTO ASSISTENCIAL DAS EMPRESAS PARA O SINDICATO DA INDÚSTRIA DE SERRARIAS

Considerando o disposto no artigo 8° da Constituição Federal, as empresas, sejam associadas ou não do SINDIMAD – SINDICATO DA INDÚSTRIA DE SERRARIAS, CARPINTARIAS, TANOARIAS, MADEIRAS COMPENSADAS E LAMINADAS NO ESTADO DE SÃO PAULO e abrangidas pela presente Convenção Coletiva de Trabalho, deverão **recolher a Contribuição Assistencial Patronal** necessária à manutenção das atividades sindicais, a ser recolhida em **02 (parcelas)** sendo o primeiro pagamento em 10/02/14 e o segundo pagamento em 10/07/14 de acordo com os valores abaixo.

NUMERO DE EMPREGADOS VALORES R$ DE CADA PARCELA (10/2 e 10/07)

NUMERO DE EMPREGADOS	VLRS. DE CADA PARCELA (10/02/14 E 10/07/14
0-10	R$ 110,00
11-30	R$ 247,50
31-50	R$ 357,50
51-150	R$ 440,00
151-300	R$ 715,00
Acima de 300	R$ 880,00

Os recolhimentos se farão no Banco do Bradesco S/A, em conta vinculada sem limite, aberta em nome do Sindicato da Indústria de Serrarias, Carpintarias, Tanoarias, Madeiras Compensadas e Laminadas no Estado de São Paulo, mediante guias próprias que serão fornecidas pelo Sindicato e nas quais constará o número da conta e Agência, revertendo o valor dos depósitos para fins sociais e manutenção da sede.

O não recolhimento das contribuições acima previstas, nas datas mencionadas, acarretará as empresas o pagamento de multa de 10% (dez por cento) a favor do Sindicato Patronal acrescido de 1% (um por cento) ao mês de juros.

CAFÉ COM LEITE, PÃO E MANTEIGA

As empresas devem fornecer, gratuitamente, aos seus empregados, café com leite, pão e manteiga, antes do início da jornada matutina de trabalho dos seus empregados, ressalvadas as condições mais favoráveis já existentes nas empresas.

SINDICATO DA INDÚSTRIA DE SERRARIAS CARP. TAN. MADEIRAS COMP. E LAMINADAS NO ESTADO DE SÃO PAULO
RUA CEL. XAVIER DE TOLEDO, 220 – 11º ANDAR – CEP 01048-000 – SÃO PAULO – SP
Fone/Fax: (0xx11) 3255-8566 - E-mail: sindimad@uol.com.br

sindimad

SINDICATO DA INDÚSTRIA DA MADEIRA

TICKET REFEIÇÃO

A partir de 01 de março de 2014, as empresas fornecerão ticket refeição aos trabalhadores, pelos dias efetivamente trabalhados no mês, observados os critérios abaixo:

a) Todas as empresas (pessoas jurídicas) inscritas no **SIMPLES,** e todas aquelas tributadas **POR LUCRO PRESUMIDO**, que pela legislação vigente não podem inscrever-se no PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador, concederão aos seus trabalhadores, tickets refeição no valor unitário de **R$ 7,20** (sete reais e vinte centavos), em número idêntico aos dias trabalhados no mês, desvinculado da remuneração, sem incidências, encargos previdenciários, nem servir de base para o recolhimento do FGTS;

b) As empresas que pela legislação vigente podem inscrever-se no PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador, concederão aos seus trabalhadores, tickets refeição no valor unitário de **R$ 9,00** (nove reais), em número idêntico aos dias trabalhados no mês, desvinculado da remuneração, sem incidências, encargos previdenciários, nem servir de base para o recolhimento do FGTS;

Na Hipótese prevista na letra "b", o empregado poderá ser descontado em até 20% (vinte por cento) do valor total dos tickets fornecidos no mês e efetivamente usufruídos.

c) No caso da empresa passar a fornecer alimentação nos termos desta Convenção também poderá descontar do empregado até 20% (vinte por cento) do valor custo que tiver para a aquisição ou elaboração da alimentação. As empresas que na data de vigência desta Convenção já concedem a alimentação, ou, fornecem vale/auxilio-refeição, e, já adotam outro critério, continuarão a observa-lo, desde que, mais benéfico aos trabalhadores. Do contrário, aplicar-se-ão as condições previstas nesta Cláusula.

d) A concessão do benefício através de folha de pagamento dar-se-á antecipadamente já a partir do primeiro mês de vigência, mediante recibo de entrega e posterior descrição em folha e no demonstrativo salarial. O acerto de eventuais ausências, faltas, licenças ou afastamento previdenciário do empregado naquele mês ocorrerá no mês seguinte, mediante os correspondentes descontos dos tickets recebidos, mas não utilizados, na forma estabelecida na cláusula, qual seja pelos dias efetivamente trabalhados no mês.

e) O trabalhador interno que for convocado para trabalhar fora da empresa, em desempenho de serviço externo, nos termos da Cláusula 45ª desta Convenção, continuará com a garantia do reembolso do valor correspondente, no máximo de R$ 15,00 (quinze reais), por dia trabalhado externamente, deduzido o valor do ticket refeição correspondente a esse dia que lhe tiver, porventura, sido fornecido.

Atenciosamente,
A DIRETORIA

(obs.: as empresas associadas do Sindimad poderão solicitar a CCT na íntegra pelo e-mail sindimad@uol.com.br)

SINDICATO DA INDÚSTRIA DE SERRARIAS CARP. TAN. MADEIRAS COMP. E LAMINADAS NO ESTADO DE SÃO PAULO
RUA CEL. XAVIER DE TOLEDO, 220 – 11º ANDAR – CEP 01048-000 – SÃO PAULO – SP
Fone/Fax: (0xx11) 3255-8566 - E-mail: sindimad@uol.com.br

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 20/04/2016 15:12:04 - 1e0a85c
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16042015082082300000034079272
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 1e0a85c - Pág. 8
Número do documento: 16042015082082300000034079272

sindmad

SINDICATO DA INDÚSTRIA DA MADEIRA

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2015

Entre as partes, de um lado, **SINDICATO DA INDÚSTRIA DE SERRARIAS, CARPINTARIAS, TANOARIAS, MADEIRAS COMPENSADAS E LAMINADAS NO ESTADO DE SÃO PAULO** e, de outro lado, o **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE BAURU E REGIÃO; SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE BOTUCATU; SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE CAMPINAS E REGIÃO; SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE DUARTINA E REGIÃO; SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE GUARULHOS E ARUJÁ; SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE MOGI DAS CRUZES; SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE SALTO; SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE SOLIDARIEDADE**, fica estabelecida a presente **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO** na forma dos artigos 611 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho, mediante as cláusulas seguintes:

1ª - VIGÊNCIA E DATA BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01 de junho de 2015 a 31 de maio de 2016 e a data-base da categoria em 1º de junho.

2ª - REAJUSTE SALARIAL - GERAL

Os salários dos empregados da categoria profissional acordante serão reajustados em 01/06/2015, com o percentual negociado entre as partes de **8,76% (oito vírgula setenta e seis por cento)**, que incidirá sobre os salários vigentes em 01/06/2014.

Com o reajuste salarial estipulado nesta cláusula, fica cumprida, para todos os efeitos, a legislação vigente.

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 20/04/2016 15:12:05 - 4ace942
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16042015083764300000034079317
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 4ace942 - Pág. 1
Número do documento: 16042015083764300000034079317

3ª - COMPENSAÇÕES

Serão compensadas todas as antecipações concedidas no período de 01 de junho de 2014 a 31 de maio de 2015, exceto os reajustes decorrentes de promoção, transferência, equiparação salarial, mérito, implemento de idade e término de aprendizagem, bem assim os aumentos reais concedidos expressamente a esse título.

4ª - ADMISSÕES APÓS A DATA-BASE

O reajuste salarial dos empregados admitidos após a data-base (01.06.14) obedecerá aos seguintes critérios:

A) No salário de empregados admitidos em funções com paradigma e desde que a diferença do tempo de serviço entre eles seja superior a 02 (dois) anos, será aplicado o mesmo percentual do reajustamento salarial concedido ao paradigma, limitados porém, ao menor salário da função;

Se a diferença de tempo de serviço entre admitidos e paradigma for inferior a 02 (dois) anos, será aplicado o mesmo percentual do reajustamento salarial devido ao paradigma, equivalendo-se os salários;

B) Em se tratando de funções sem paradigma, e para as empresas constituídas após 01.06.15 fica assegurado ao empregado um reajuste proporcional, conforme tabela abaixo:

MÊS DE ADMISSÃO	PERCENTUAL DEVIDO EM 01.06.15
JUNHO/14	8,76%
JULHO/14	8,00%
AGOSTO/14	7,25%
SETEMBRO/14	6,50%
OUTUBRO/14	5,76%
NOVEMBRO/14	5,02%
DEZEMBRO/14	4,29%
JANEIRO/15	3,56%
FEVEREIRO/15	2,84%
MARÇO/15	2,12%
ABRIL/15	1,41%
MAIO/15	0,70%

C) Do total apurado, serão deduzidas as antecipações compulsórias e espontâneas, na conformidade da cláusula 2ª.
D) As diferenças salariais serão pagas até o mês de agosto/2015.

5ª - SALÁRIO NORMATIVO

A) Fica assegurado para os empregados, um salário normativo, a partir de 01 de junho de 2015, de **R$ 1.136,54 (hum mil, cento e trinta e seis reais e cinquenta e quatro centavos)** por mês e **R$ 5,166 (cinco reais e dezesseis centavos)** a hora.

B) O salário normativo especificado na letra "A" será reajustado pelo mesmo percentual que corrigir os salários da categoria, concedido compulsoriamente por força de lei, medida provisória, sentença normativa ou ajustado em norma convencional.

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 20/04/2016 15:12:05 - 4ace942
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16042015083764300000034079317
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 4ace942 - Pág. 2
Número do documento: 16042015083764300000034079317

C) Para os menores aprendizes, na forma da Lei, o salário normativo será aplicado na forma estabelecida na cláusula 21ª, desta Convenção.

6ª - SALÁRIO ADMISSÃO

A) Garantia ao empregado admitido para a mesma função de outro dispensado em qualquer circunstância de salário igual ao do empregado de menor salário na função, sem considerar as vantagens pessoais;

B) Não se incluem na garantia acima às funções individualizadas.

7ª - SALÁRIO SUBSTITUIÇÃO

A substituição superior a 90 (noventa) dias consecutivos acarretará a efetivação na função.

8ª - HORAS EXTRAS

Os sindicatos convenentes se propõem, conjuntamente, a envidarem esforços para conscientizarem as empresas e os trabalhadores no sentido da necessidade de eliminarem as horas extraordinárias da jornada de trabalho.

A necessidade da realização de horas extras habituais deverá, na medida do possível, ser convertida na contratação de novos empregados.

Havendo trabalho extraordinário, a hora extra será remunerada da forma a seguir:

A) Com o adicional de 60% (sessenta por cento), calculado sobre o valor da hora normal, se forem trabalhadas de segunda-feira até sábado, inclusive;

B) Com o adicional de 100% (cem por cento), calculado sobre o valor da hora normal, quando trabalhadas em domingos e feriados;

C) Fica assegurada a integração da média das horas extras nas verbas rescisórias, 13º salário, férias e FGTS.

9ª - ADICIONAL NOTURNO

A remuneração do trabalho noturno será acrescida do adicional de 30% (trinta por cento) para fins do art. 73 da CLT.

10ª - PROMOÇÕES

A promoção do empregado para cargo de nível superior ao exercido, comportará um período experimental não superior a 60 (sessenta) dias. Vencido o período experimental, a promoção e o respectivo aumento salarial serão anotados na Carteira de Trabalho. Nas promoções para função sem paradigma será garantido um aumento nunca inferior a 10% (dez por cento). Nas promoções para cargo de supervisão ou chefia, o prazo experimental não poderá exceder a 90 (noventa) dias.

11ª - DATA DE PAGAMENTO DOS SALÁRIOS

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 20/04/2016 15:12:05 - 4ace942
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16042015083764300000034079317
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 4ace942 - Pág. 3
Número do documento: 16042015083764300000034079317

Garantidas as condições mais favoráveis já existentes nas empresas, o pagamento dos salários deverá ser efetivado até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao vencido.

12ª - ADIANTAMENTO DE SALÁRIO (VALE)

Garantidas as condições mais favoráveis já existentes, as empresas concederão adiantamento salarial a seus empregados, até 15 (quinze) dias após a data do pagamento mensal dos salários, em quantia não inferior a 40% (quarenta por cento) do salário nominal, inclusive no curso do aviso-prévio.

Parágrafo Único. A presente condição não se aplicará àqueles empregados que tiverem faltado injustificadamente ao serviço por mais de 5 (cinco) dias, até o dia 15 do mês.

13ª - COMPLEMENTAÇÃO DO 13º SALÁRIO

Aos empregados afastados do emprego, a partir de 01.06.15, por motivo de auxílio doença da Previdência Social, fica garantida a complementação de 100% (cem por cento) do 13º salário devido no período, desde que o afastamento tenha sido igual ou inferior a 180 (cento e oitenta) dias, limitado ao teto previdenciário.

14ª - COMPLEMENTAÇÃO DO AUXÍLIO PREVIDENCIÁRIO

Ao empregado em gozo de benefício do auxílio previdenciário por doença, fica garantida entre o 16º (décimo sexto) dia e o 90º (nonagésimo) dia de afastamento, uma complementação de salário de valor equivalente à diferença entre o efetivamente percebido da Previdência Social e o salário nominal, respeitado sempre, para efeito de complementação, o limite máximo da contribuição previdenciária.

15ª - ABONO DE APOSENTADORIA

A) Aos empregados com 5 (cinco) ou mais anos de serviços contínuos na mesma empresa e que dela se desligarem espontaneamente, por motivo de aposentadoria, será pago abono equivalente ao seu último salário nominal;

B) Se o empregado continuar trabalhando na empresa após a aposentadoria, o pagamento do abono será garantido apenas por ocasião do desligamento definitivo, se dela se desligar espontaneamente.

C) Para os empregados com 10 (dez) ou mais anos de serviços contínuos na mesma empresa, na forma das letras anteriores, será pago um abono equivalente a 2 (dois) salários nominais;

D) Ficam ressalvadas as condições anteriores, desde que mais favorável a presente.

16ª - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

Na execução dos serviços relacionados às atividades produtivas fabris, as empresas não poderão se valer senão de trabalhadores por elas contratados, salvo nos casos definidos da Lei nº 6019/74.

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 20/04/2016 15:12:05 - 4ace942
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16042015083764300000034079317
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 4ace942 - Pág. 4
Número do documento: 16042015083764300000034079317

17ª - AUXÍLIO FUNERAL

A) No caso de falecimento de empregado, em decorrência de morte natural, a empresa pagará, uma única vez, a título de auxílio funeral, juntamente com o saldo de salários e outras verbas trabalhistas remanescentes a quantia correspondente a 1 (um) salário normativo da categoria, vigente na data do falecimento.

B) Na hipótese de invalidez permanente ou morte causada por acidente do trabalho, o auxílio supra corresponderá a 2 (dois) salários normativos da categoria;

C) Esta cláusula não se aplicará às empresas que adotem o sistema de seguro de vida em grupo ou benefícios semelhantes.

18ª - AVISO PRÉVIO

Nos casos de rescisão de contrato de trabalho, sem justa causa, por parte do empregador, o aviso prévio obedecerá aos seguintes critérios:

A) Será comunicado pela empresa por escrito e contra-recibo, esclarecendo se será trabalhado ou não;

B) A redução de duas horas diárias, prevista no artigo 488 da CLT, será utilizada atendendo à conveniência do empregado, no início ou no fim da jornada de trabalho, mediante opção única do empregado por um dos períodos, exercida no ato do recebimento do pré-aviso. Da mesma forma, alternativamente, o empregado poderá optar por 1 (um) dia livre por semana ou 7 (sete) dias corridos durante o período;

C) Aos empregados com 45 (quarenta e cinco) anos de idade, ou mais e que tenham permanecido na atual empresa por um período mínimo de 5 (cinco) anos, fica garantido um aviso-prévio de 50 (cinqüenta) dias, acrescido de mais 1 (um) dia por ano ou fração superior a 6 (seis) meses de idade acima de 45 (quarenta e cinco) anos, sem prejuízo, quando for o caso, das garantias estabelecidas na letras "A" e "B" supra;

D) No caso de aviso prévio trabalhado, os empregados abrangidos pelas disposições da letra "C" supra, deverão cumprir apenas 20 (vinte) dias de aviso prévio, sendo indenizado pelo que exceder;

E) O aviso prévio trabalhado não poderá ter seu início no último dia útil da semana;

F) Ao empregado que, no curso do aviso prévio trabalhado, solicitar ao empregador, por escrito, fica garantido o seu imediato desligamento do emprego e a anotação da respectiva baixa em sua CTPS. Neste caso, a empresa está obrigada, em relação a essa parcela, a pagar apenas os dias efetivamente trabalhados, sem prejuízo das duas horas diárias, previstas no artigo 488 da CLT, proporcionais ao período não trabalhado ou eventual opção conforme letra" B" desta cláusula;

G) O disposto nesta cláusula não se acumula com os dispositivos contidos na Nota Técnica nº 184/2012/CGRT/SRT/MTE, relativa a Lei 12.506, de 11/10/2011, que regulam o Inciso XXI, art. 7º da Constituição Federal, relativo ao Aviso prévio. Será aplicado ao trabalhador nestas condições o que for mais favorável a ele, NÃO acumuladamente.

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 20/04/2016 15:12:05 - 4ace942
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16042015083764300000034079317
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 4ace942 - Pág. 5
Número do documento: 16042015083764300000034079317

19ª - FÉRIAS

A) No início das férias individuais ou coletivas, será fixado a partir do primeiro dia útil da semana;

B) Quando as férias coletivas abrangerem os dias 25 de dezembro e 1º de janeiro, estes dias não serão computados como férias e, portanto excluídos da contagem dos dias corridos regulamentares;

C) A concessão das férias será participada ao empregado com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

20ª - COMUNICAÇÃO DE ACIDENTE DE TRABALHO

A) Nos casos de acidente do trabalho com afastamento superior a 15 (quinze) dias as empresas deverão enviar cópia da Comunicação do Acidente (CAT) ao Sindicato dos Trabalhadores, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após a emissão daquela comunicação;

B) Em se tratando de caso fatal, ocorrido nas dependências da empresa, a cópia deverá ser remetida ao Sindicato dos Trabalhadores, até um máximo de 48 (quarenta e oito) horas após o evento;

C) Nos acidentes do trabalho com afastamento inferior a 15 (quinze) dias e naqueles sem afastamento, o sindicato deverá ser informado, mensalmente, de uma única vez, até o 15º (décimo quinto) dia do mês subseqüente.

21ª - DESPESAS DE TRANSPORTE

Para execução de atividades externas por interesse da empresa, esta ficará responsável pela despesa de locomoção, caso não seja oferecido transporte próprio, excluindo-se os trabalhadores que, por força de sua atividade habitual, exerçam funções externas (Ex.: vendedores, cobradores, etc.).

22ª - APRENDIZES - SENAI

A) Será assegurado ao menor aprendiz do SENAI, durante o período de aprendizagem, a aplicação do salário normativo da categoria nos percentuais definidos em lei;

B) Ao empregado egresso do SENAI e portador de diploma, existindo vaga na empresa, será dada preferência no aproveitamento. Nessa hipótese, as anotações de função na CTPS e na ficha de registro de empregado deverão estar relacionadas com a função habilitada. Caso não exista vaga, poderá ser aproveitado em função compatível, a qual deverá ser devidamente anotada.

23ª - TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO

Se a empresa trabalhar em regime de turnos ininterruptos à base de revezamento ficará subordinada à jornada de trabalho prevista no artigo 7º item XIV, da Constituição Federal, somente naqueles setores abrangidos pela exigência.

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 20/04/2016 15:12:05 - 4ace942
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16042015083764300000034079317
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 4ace942 - Pág. 6
Número do documento: 16042015083764300000034079317

Se ocorrer a hipótese de negociação coletiva, referida no artigo 7º item XIV, a mesma implicará na participação do Sindicato Profissional.

24ª - ABONO DE FALTA DE ESTUDANTE

Serão abonadas as faltas do empregado estudante, nos dias de exame, desde que em estabelecimento de ensino oficial, autorizado ou reconhecido, pré-avisado o empregador com mínimo de 72 (setenta e duas) horas e comprovação posterior. Não estão abrangidas pelo abono, as faltas destinadas aos processos de verificação de aprendizagem através de avaliações.

25ª - ESTUDANTE - JORNADA DE TRABALHO

A jornada de trabalho dos estudantes terá o seu horário final reduzido em 30 (trinta) minutos diários, desde que esteja ele matriculado em estabelecimento de ensino oficial autorizado ou reconhecido e comprove haver necessidade para esse fim.

26ª - ERROS DE PAGAMENTO

As empresas pagarão aos empregados no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir da comunicação pelo empregado, as eventuais diferenças consignadas na folha de pagamento, sob pena de arcar com multa estabelecida na cláusula nº 59.

27ª - CONTRATOS DE EXPERIÊNCIA

O contrato de experiência terá a duração máxima de 60 (sessenta) dias, exceto para os cargos de supervisão, gerência ou chefia.

Parágrafo Único. Não será celebrado o contrato de experiência nos casos de readmissão de empregados para a mesma função anteriormente exercida, bem como, para os casos de admissão de pessoas que estejam prestando serviços na mesma função como mão-de-obra temporária, e cuja duração tenha correspondido a um mínimo de 60 (sessenta) dias.

28ª - MARCAÇÃO DO CARTÃO DE PONTO NOS HORÁRIOS DE REFEIÇÃO

A) As empresas poderão dispensar os empregados da marcação de ponto nos horários de início e término do intervalo de refeição, desde que os empregados não se ausentem da empresa.

B) Para tal fim, deverão ser observados os termos da **Portaria nº 2.686, de 27/12/2011**, especificamente no que diz respeito à anotação no cartão de ponto, do horário destinado à refeição/descanso.

29ª - TOLERÂNCIA

Ressalvadas as condições mais vantajosas, os atrasos injustificados ao trabalho durante o mês, desde que, no total, não sejam superiores a 40 (quarenta) minutos, não acarretarão perda salarial, nem desconto do DSR correspondente.

30ª - AUSÊNCIA JUSTIFICADA

Garantidas as condições mais favoráveis já existentes, o empregado poderá faltar ao serviço, desde que comprove o motivo determinante por documento hábil, e pelo número de horas

indispensáveis, sem sofrer prejuízo salarial, para acompanhamento de esposa ou companheira e de filho menor de 14 anos de idade, no dia destinado à internação dos mesmos.

No caso de falecimento de sogro ou sogra, legalmente reconhecidos também se admitirá a ausência do empregado no dia do féretro, sem perda da remuneração e do repouso semanal remunerado, desde que exiba o atestado de óbito correspondente.

31ª - ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS

Os atestados médicos e odontológicos passados por facultativo do Sindicato Profissional, se este tiver Convênio firmado com o INSS, serão reconhecidos somente por aquelas empresas que não tenham convênio com empresas médico-odontológicas, ou que não possuam tais serviços permanentemente por sua própria conta.

Parágrafo Único. Os atestados que retratem casos de urgência médica serão reconhecidos sempre.

32ª - RECEBIMENTO DO PIS

Recomenda-se às empresas, que, por ocasião da entrega da RAIS, indiquem o banco e respectiva agência, para pagamento do PIS, aos seus empregados. Quando para este recebimento for necessária a ausência do empregado durante o expediente normal de trabalho, a ausência será justificada até o limite máximo de 4 (quatro) horas, garantidas as condições mais favoráveis já existentes. Se o empregado se ausentar por tempo superior ao ora previsto, a falta será considerada para o desconto das horas não trabalhadas, excedentes das quatro horas concedidas, sem prejudicar o pagamento do DSR, das férias e do 13º salário.

As empresas procurarão adotar o sistema de pagamento do PIS no próprio local de trabalho.

33ª - RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES

As empresas fornecerão aos sindicatos representativos da categoria profissional, até 31 de agosto de 2015, as informações relativas à mão de obra operacional do estabelecimento fabril da base territorial, contidas na RAIS entregue em 2015.

As informações supra, poderão ser fornecidas através de suporte magnético, mediante entendimento prévio com o sindicato representativo da categoria profissional.

A presente cláusula não está sujeita a cobrança da multa estipulada na cláusula 59ª (multas) desta convenção.

34ª - HOMOLOGAÇÕES

No ato da homologação da rescisão do contrato de trabalho, seja no sindicato dos trabalhadores ou na **Superintendência** Regional do Trabalho e Emprego de São Paulo, a empresa fica obrigada a apresentar as 6 (seis) últimas guias de recolhimento do FGTS devido.

35ª - LICENÇA MATERNIDADE

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 20/04/2016 15:12:05 - 4ace942
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16042015083764300000034079317
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 4ace942 - Pág. 8
Número do documento: 16042015083764300000034079317

De acordo com o art. 7º, inciso XVIII da Constituição Federal, a licença maternidade da empregada gestante será de 120 (cento e vinte) dias, os quais serão contados a partir da data do afastamento determinado pelo médico.

36ª - LICENÇA PATERNIDADE

De acordo com o art. 7º, inciso XIX, da Constituição Federal, combinado com o parágrafo 1º do art. 10, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a licença paternidade será de 5 (cinco) dias corridos, contados desde a data do parto, neles incluído o dia previsto no inciso III, do art. 473, da CLT.

37ª - ANOTAÇÃO NA CARTEIRA DE TRABALHO

Todo o empregado admitido na empresa, terá sua carteira de trabalho anotada no prazo máximo de 48 horas e os respectivos documentos devolvidos em 72 horas.

38ª - FORNECIMENTO DE EXTRATO DE F.G.T.S.

As empresas entregarão aos empregados o extrato da conta vinculada do FGTS, desde que recebido do Agente Operador do Fundo, prevalecendo, no entanto, as normas estabelecidas na Resolução CC/FGTS nº 78 de 09 de julho de 1992 (DOU 21/08/92), bem como afixarão, no quadro de avisos, cópia da guia de recolhimento das contribuições.

39ª - COMPROVANTE DE PAGAMENTO

Fornecimento obrigatório pelo empregador, de comprovante de pagamento com a discriminação das importâncias pagas, horas trabalhadas e descontos efetuados, contendo a identificação da empresa e o recolhimento do FGTS.

40ª - REEMBOLSO CRECHE

Independentemente do disposto no parágrafo 2º do art. 389, da CLT, as empresas se comprometem a pagar às empregadas mães, e até que seu filho complete 12 (doze) meses de idade, um reembolso das despesas que a mesma tiver, no caso de utilização de creche de sua escolha, ou pessoas físicas (babás) para a guarda de seu filho até o limite mensal de **R$ 288,21** (duzentos e oitenta e oito reais e vinte e um centavos).

Tal obrigação existirá somente quando as empregadas mães apresentarem a certidão de nascimento do filho e a partir desse momento, além dos comprovantes mensais das despesas efetuadas (Notas Fiscais) e no caso de pessoa física, comprovantes contabilmente aceitos (recibos onde conste o endereço completo, o CIC e o RG). A empresa estará desobrigada de cumprir a presente cláusula se não forem preenchidas as condições ora estipuladas e também no caso manter creche própria.

Parágrafo único. O reembolso creche, objeto desta cláusula, não integra, para qualquer efeito, o salário da empregada, e será corrigido no mesmo prazo pelos mesmos percentuais que forem reajustados os salários dos empregados em geral.

41ª - UNIFORMES E FERRAMENTAS

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 20/04/2016 15:12:05 - 4ace942
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16042015083764300000034079317
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 4ace942 - Pág. 9
Número do documento: 16042015083764300000034079317

A) Fornecimento aos empregados das ferramentas necessárias ao desempenho de suas funções;

B) Fornecimento gratuito aos empregados de uniforme e calçados especiais, quando exigidos pelo empregador ou por exigência legal;

C) As empresas que exigirem dos seus empregados à utilização de suas próprias ferramentas em serviço, deverão fazê-lo por escrito e lhes pagarão ao término do mês, sob a forma de ajuda de custo, a importância equivalente a 10% (dez por cento) do piso da categoria em vigor, a título de depreciação do ferramental utilizado. O percentual de 10% (dez por cento) será calculado proporcionalmente ao número de dias de uso desse ferramental, durante o mês.

42ª - PREENCHIMENTO DE FORMULÁRIOS PARA PREVIDÊNCIA SOCIAL

As empresas deverão preencher a documentação exigida pelo INSS, quando solicitadas pelo empregado, e fornecê-la nos seguintes prazos máximos:

A) De 5 (cinco) dias úteis, contados da data de solicitação, nos casos de obtenção de benefício por auxílio-doença. Se ocorrer solicitação do INSS para apresentação do AAS, a empresa o concederá no prazo máximo de 48 horas;

B) De 7 (sete) dias úteis, contados da data da solicitação, nos casos de aposentadoria e abono de permanência em serviço;

C) Para fins de obtenção de aposentadoria especial, a empresa terá 15 (quinze) dias para a entrega do formulário específico, exigido pelo INSS, nesses casos.

43ª - ALTA MÉDICA

Na hipótese de recusa pela empresa, por escrito, de alta médica, concedida pelo INSS, fica a mesma obrigada a pagar o salário dos dias não cobertos pela Previdência Social, contidos entre o reencaminhamento e a confirmação da alta pelo INSS.

44ª - CIPAS

A) Nas empresas com 20 (vinte) ou mais empregados, será constituída a COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES - CIPA;

B) A eleição será feita sem a constituição de chapas realizando-se o pleito através de votação de lista única, contendo os nomes de todos os candidatos;

C) As empresas convocarão eleições para as CIPAS com 30 dias de antecedência da data de sua realização, dando publicidade ao ato e enviando imediatamente cópia ao Sindicato da categoria profissional;

D) Todo o processo eleitoral e respectiva apuração será fiscalizada pela CIPA em exercício, excetuados os empregados que se candidatarem à reeleição;

E) Após a realização das eleições será o Sindicato comunicado do resultado indicando-se os eleitos e os respectivos suplentes;

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 20/04/2016 15:12:05 - 4ace942
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16042015083764300000034079317
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 4ace942 - Pág. 10
Número do documento: 16042015083764300000034079317

F) Fica garantida aos componentes da CIPA, em conjunto ou separadamente, 1 (uma) hora por semana, dentro do período normal de trabalho, para realização de inspeções relativas à higiene e segurança do trabalho, no âmbito da empresa;

G) As empresas enviarão mensalmente ao Sindicato Profissional signatário, cópia da ata de reunião mensal da CIPA;

H) O sindicato representativo dos empregados encaminhará planilha às empresas do setor, até **28.08.2015**, para ser preenchida com dados referentes as CIPAS respectivas. As planilhas devidamente preenchidas serão devolvidas até **30 de setembro de 2015.**

I) As empresas deverão promover curso sobre prevenção de acidentes do trabalho, para os membros da CIPA, na forma estipulada no subitem 5.21, da NR, nº 5, da Portaria nº 3214/78;

J) O descumprimento do disposto em quaisquer dos itens "A" a "D" da presente cláusula, ensejará a realização de nova eleição no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da anulação.

45ª - EXAME MÉDICO

As disposições concernentes a exame médico do trabalhador serão observadas pelas empresas, de acordo com os critérios estabelecidos na Norma Regulamentadora - NR nº 7, bem como os preceitos do art. 168 da CLT, com a nova redação dada pela Lei nº 7855, de 24.10.89.

46ª - DESPESAS DE REFEIÇÃO (REEMBOLSO)

Garantidas as condições mais favoráveis já existentes, se o empregado prestador de serviços internos for convocado para prestá-lo fora da empresa, em desempenho de serviço externo, a empresa fará o reembolso contra comprovante, até o valor de **R$ 18,50 (dezoito reais e cinquenta centavos)** das despesas de refeição que o mesmo tiver. Esta cláusula somente abrangerá aqueles empregados que tenham eventualmente de deixar os serviços internos para desempenhá-los em locais externos, em horário que alcance o intervalo da refeição. Não atinge aqueles empregados que, por habitualidade ou por condições contratuais tácita ou expressamente estabelecidas e inerentes à peculiaridade de seu trabalho, desempenhem os seus serviços também externamente, exceto motoristas, ajudantes e montadores.

Parágrafo Primeiro. O valor de que trata a cláusula será corrigido no mesmo prazo e pelos mesmos percentuais que forem reajustados os salários dos empregados em geral.

Parágrafo Segundo. Quando as empresas fornecerem aos seus empregados qualquer modalidade de vale-refeição, haverá apenas o pagamento da diferença entre o valor do reembolso e o valor facial do vale-refeição, se for o caso.

47ª - ENFERMEIRO OU MÉDICO

As empresas estão obrigadas, atendendo o grau de risco e número de empregados, a manter médico do trabalho e enfermeiro do trabalho, de acordo com as disposições constantes no Normas Regulamentadora - NR nº 4.

48ª - CONVÊNIO MÉDICO

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 20/04/2016 15:12:05 - 4ace942
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16042015083764300000034079317
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 4ace942 - Pág. 11
Número do documento: 16042015083764300000034079317

Vencidos os primeiros 12 (doze) meses de vigência do convênio médico e havendo denúncia escrita de 85% (oitenta e cinco por cento) dos empregados, pelo menos, contra a qualidade dos serviços da empresa médica convenente, caberá ao empregador adotar as medidas necessárias à imediata solução das denúncias feitas e, se for o caso, à substituição da empresa médica.

49ª - MEDIDAS DE PROTEÇÃO

A) Nos ambientes onde haja perigo ou risco de acidente, o primeiro dia de trabalho do empregado será destinado, parcial ou integralmente, a treinamento com o material de proteção individual (E.P.I.) e conhecimento daquelas áreas, bem como da atividade a ser exercida, e os programas de prevenção desenvolvidos na própria empresa, em conjunto com um elemento da CIPA, pelo menos.

B) As empresas se obrigam a aperfeiçoar as condições de trabalho existentes, obedecendo as Normas Regulamentadoras - NR's em vigor.

50ª - AUTOMAÇÃO E DESEMPREGO

Na automação dos meios de produção, com a implantação de novas técnicas, as empresas se dispõem a promover treinamento para que seus funcionários adquiram melhor qualificação em seus novos métodos de trabalho.

51ª - VALE-TRANSPORTE

A) Ficam as empresas alertadas de que deverão cumprir a legislação referente ao vale-transporte (Lei nº 7418 de 16/12/85, com a redação dada pela Lei nº 7619 de 30/09/87, regulamentada pelo Decreto nº 95.247, de 16/11/87)

B) Para atendimento das disposições supra, poderão as empresas, a seu critério, creditar o valor correspondente através da folha de pagamento ou em dinheiro, até o prazo previsto na cláusula 10ª (Data de Pagamento dos Salários).

Na superveniência de aumento de tarifas após o pagamento, as empresas efetivarão a competente complementação, em 5 (cinco) dias úteis.

A importância paga sob este título não tem caráter remuneratório ou salarial.

52ª - ÁGUA POTÁVEL

As empresas ficam obrigadas a fornecer água potável aos seus empregados, devendo providenciar, anualmente, a limpeza das caixas d'água.

53ª - CARTA DE REFERÊNCIA

Desde que o empregado solicite a empresa lhe fornecerá carta de referência, da qual deverá constar, no mínimo, a indicação do período trabalhado.

54ª - CARTA AVISO DE DISPENSA

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 20/04/2016 15:12:05 - 4ace942
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16042015083764300000034079317
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 4ace942 - Pág. 12
Número do documento: 16042015083764300000034079317

O empregado dispensado sob alegação de prática de falta grave deverá ser avisado do fato, por escrito e contra-recibo, esclarecendo-se os motivos da dispensa.

55ª - MENSALIDADE SINDICAL

As empresas descontarão as mensalidades do sindicato diretamente do salário de seus empregados sócios deste, comprometendo-se apontar o desconto no correspondente demonstrativo de pagamento. Os valores dos descontos das mensalidades serão pagas pelas empresas recolhidos ao sindicato beneficiado até o dia 10 (dez) do mês subseqüente ao competente para desconto. Desde que o Sindicato indique por escrito uma entidade bancária para fins do recolhimento supra, deverá fazer esta comunicação com antecedência de 15 (quinze) dias, além de fornecer as guias competentes e os recibos das mensalidades às empresas. Estas, por sua vez, farão os recolhimentos bancários até o dia 10 (dez) do mês subseqüente ao competente para o desconto.

Parágrafo Primeiro. O Sindicato profissional deverá entregar às empresas, semestralmente ou quando necessários, a relação de descontos a serem efetuados.

Parágrafo Segundo. O não recolhimento das mensalidades devidas, após o 3º dia do vencimento do prazo e até o 10º dia, ensejará a cobrança pelo Sindicato Profissional de multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor do recolhimento devido. Após o 10º dia do vencimento, será devida multa de 10% (dez por cento) ao mês, sobre o valor do recolhimento, além da correção do valor pela Taxa Referencial Diária (TRD), ou outro indexador que venha a substituí-la.

56ª - CONTATOS COM A EMPRESA

O dirigente sindical no exercício de sua função, desejando manter contato com a empresa, terá garantido o atendimento pelo representante que a empresa designar.

O dirigente sindical poderá fazer-se acompanhar de assessor, quando o assunto a ser exposto referir-se a segurança e medicina do trabalho.

57ª - PREENCHIMENTO DE VAGAS

A) As empresas darão preferência ao remanejamento interno de seus empregados em atividade, para preenchimento de vagas de níveis superiores;

B) As empresas poderão utilizar o balcão de emprego do Sindicato representativo da categoria profissional;

C) As empresas, sempre que possível, darão preferência à readmissão dos ex-empregados.

58ª - PAGAMENTO DE SALÁRIOS POR CHEQUE OU BANCO

As empresas que efetuam o pagamento de salário/vale, através de depósitos bancários e/ou cheques, deverão proporcionar aos empregados tempo hábil para recebimento no banco, nos dias de pagamento, dentro da jornada de trabalho e do horário bancário, excluindo-se os horários de refeição, sem prejuízo nos salários dos empregados e sem necessidade de compensação, mantidas as demais condições da Portaria nº 3281/84, do Ministério do Trabalho.

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 20/04/2016 15:12:05 - 4ace942
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16042015083764300000034079317
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 4ace942 - Pág. 13
Número do documento: 16042015083764300000034079317

59ª - SERVIÇO MILITAR

Garantia de emprego e salário ao empregado em idade de prestação de serviço militar, (inclusive Tiro de Guerra), desde o alistamento até a incorporação e nos 30 (trinta) dias após o desligamento, salvo nos casos de resolução contratual por justa causa, resilição unilateral do contrato por iniciativa do empregado, e resilição bilateral do contrato.

60ª - MULTAS

Multa equivalente a 10% (dez por cento) do salário normativo vigente, por empregado, no caso de descumprimento de qualquer cláusula das obrigações de fazer constante nesta Convenção, revertendo o benefício em favor da parte prejudicada.

Em caso de necessidade de ação judicial para recolhimento da multa prevista nesta cláusula, a mesma será devida em dobro.

Parágrafo Primeiro. Antes de quaisquer outras medidas o sindicato profissional deverá encaminhar notificação à empresa, apontando a irregularidade e concedendo-lhe 30 dias para normalizar a situação.

Parágrafo Segundo. Não se enquadram na exigência do parágrafo 1º, as seguintes cláusulas desta Convenção: 10ª Data de Pagamento dos Salários, 11ª Adiantamento de Salário (vale) e 54ª Mensalidade Sindical.

Parágrafo Terceiro. Para evitar dupla incidência estão excluídas desta cláusula aquelas que já possuam cominações legais ou específicas de multa.

61ª - CONVOCAÇÃO DE DIRETOR DO SINDICATO

O Sindicato Profissional poderá convocar os diretores eleitos que estiverem trabalhando, até o limite de 2 (dois) dias de liberação por mês, obrigando-se as empresas a remunerar os dias e o descanso semanal correspondente, desde que atendidos os requisitos seguintes:

A) Quando a empresa tiver mais de um diretor eleito à convocação será de um único deles;

B) A convocação jamais poderá ocorrer, nos 7 (sete) dias que antecedem o início do período de férias;

C) O presidente do Sindicato Profissional deverá fazer a convocação, obrigatoriamente, por escrito, e com a antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, sem o que a mesma não terá validade.

62ª - VÉSPERA DE APOSENTADORIA

A) Aos empregados que comprovadamente estiverem a um máximo de 12 (doze) meses da aquisição do direito à aposentadoria em seus prazos mínimos, e que contem com um mínimo de 5 (cinco) anos de trabalho na mesma empresa, fica assegurado o emprego ou salário durante o período que faltar para aposentarem-se;

B) Aos empregados que comprovadamente estiverem a um máximo de 18 (dezoito) meses da aquisição do direito à aposentadoria em seus prazos mínimos, e que contem com mais de 10

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 20/04/2016 15:12:05 - 4ace942
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16042015083764300000034079317
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 4ace942 - Pág. 14
Número do documento: 16042015083764300000034079317

(dez) anos de trabalho na mesma empresa, fica assegurado o emprego ou salário durante o período que faltar para aposentarem-se;

C) Caso o empregado dependa de documentação para comprovação de tempo de serviço, terá 30 (trinta) dias de prazo a partir da dispensa, no caso de aposentadoria simples e de 60 (sessenta) dias no caso de aposentadoria especial;

D) Inexistindo justa causa, o contrato de trabalho destes empregados somente poderá ser rescindido por mútuo acordo entre empregado e empregador ou por pedido de demissão, ambos com assistência do respectivo sindicato da categoria.

63ª - GARANTIA DE EMPREGO A GESTANTE

A) Fica vedada à dispensa arbitrária ou sem justa causa, da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até 5 (cinco) meses após o parto;

B) Se rescindido o contrato de trabalho, a empregada deverá, se for o caso, avisar o empregador do seu estado de gestação, devendo comprová-lo dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da notificação da dispensa;

C) Nos casos de gestação atípica, não revelada, esse prazo será estendido para 90 (noventa) dias devendo tal situação ser comprovada por atestado médico;

D) A empregada gestante não poderá ser despedida, a não ser por razão de falta grave, ou por mútuo acordo entre a empregada e o empregador, com a assistência do respectivo sindicato representativo da categoria profissional;

E) No caso de rescisão do contrato de trabalho, por iniciativa do empregador, o aviso prévio legal, previsto nesta Convenção, não poderá ser incorporado no prazo estipulado nesta garantia;

F) Em casos excepcionais, mediante atesta médico, na forma do parágrafo 4º, do artigo 392, da CLT, a mulher grávida poderá mudar de função, atestando exigência de ordem física.

64ª - LICENÇA A ASSOCIADO DO SINDICATO

Os empregados associados do sindicato serão liberados para participação em cursos ou seminários, até 08 (oito) dias por ano, desde que comprovada a participação e seja pré-avisada a empresa, por escrito, pelo sindicato profissional, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, a saber:

A) Empresas com até 10 empregados, estão isentas;
B) Empresas de 11 a 50 empregados, um funcionário associado;
C) Empresas de 51 a 150 empregados, dois funcionários associados;
D) Empresas de 151 a 400 empregados, três funcionários associados;
E) Empresas acima de 400 empregados, quatro funcionários associados

Parágrafo Único. Nos casos das letras "C", "D" e "E", desta cláusula, as licenças não poderão, em nenhuma hipótese, ser concomitantes, dentro de um mesmo setor de trabalho.

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 20/04/2016 15:12:05 - 4ace942
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16042015083764300000034079317
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 4ace942 - Pág. 15
Número do documento: 16042015083764300000034079317

65ª – DESCONTO ASSISTENCIAL DAS EMPRESAS PARA O SINDICATO DA INDÚSTRIA DE SERRARIAS – SINDIMAD

Considerando o disposto no artigo 8º da Constituição Federal, as empresas, sejam associadas ou não, ao SINDIMAD – SINDICATO DA INDÚSTRIA DE SERRARIAS, CARPINTARIAS, TANOARIAS, MADEIRAS COMPENSADAS E LAMINADAS NO ESTADO DE SÃO PAULO e abrangidas pela presente Convenção Coletiva de Trabalho, deverão recolher a Contribuição Assistencial necessária à manutenção das atividades sindicais, a ser recolhida em 02 (duas) parcelas, **sendo o primeiro pagamento em 10/08/2015 e o segundo pagamento em 10/10/2015**, de acordo com os valores abaixo.

NUMERO DE EMPREGADOS	VLRS. DE CADA PARCELA (10/08/15 E 10/10/15)
0-10	R$ 120,00
11-30	R$ 269,00
31-50	R$ 389,00
51-150	R$ 479,00
151-300	R$ 777,00
Acima de 300	R$ 957,00

Os recolhimentos se farão no Banco BRADESCO S/A, em conta vinculada sem limite, aberta em nome do Sindicato da Indústria de Serrarias, Carpintarias, Tanoarias, Madeiras Compensadas e Laminadas no Estado de São Paulo – SINDIMAD, mediante guias próprias que serão fornecidas pelo Sindicato e nas quais constará o número da conta e agência, revertendo o valor dos depósitos para fins sociais e manutenção da sede.

O não recolhimento das contribuições acima previstas, nas datas mencionadas, acarretará às empresas o pagamento de multa de 10% (dez por cento) a favor do Sindicato Patronal, acrescido de 1% (um por cento) ao mês de juros.

66ª – CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL E/OU CONFEDERATIVA

As empresas descontarão dos salários reajustados de seus empregados enquadrados na categoria profissional; e abrangidas por esta Convenção Coletiva de Trabalho, a título de contribuição Assistencial os percentuais abaixo:

01- SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE BAURU E REGIÃO.
CNPJ: **45.029.097/0001-01**
RUA BANDEIRANTES, 9-19, CENTRO – BAURU – SP.
DIRETOR: **ALOISIO COSTA**
DATA ASSEMBLEIA: **26/03/2015**, HORÁRIO: **18H30; LOCAL RUA BANDEIRANTES, 9-19, CENTRO – BAURU – SP.**
Base territorial: AGUDOS, BAURU, LENÇÓIS PAULISTA, PIRAJUÍ, PIRATININGA.
PERCENTUAL DE CONTRIBUIÇÃO: **1,5%**
TITULO DE CONTRIBUIÇÃO: **ASSOCIATIVA/ASSISTENCIAL**

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 20/04/2016 15:12:05 - 4ace942
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16042015083764300000034079317
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 4ace942 - Pág. 16
Número do documento: 16042015083764300000034079317

02- SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE **BOTUCATU.**
CNPJ: **54.709.423/0001-54**
RUA CEL. MANUEL LUÍS DOS SANTOS Nº 365 - VL SÃO LUCIO - BOTUCATU – SP.
PRESIDENTE: **ANDERSON INÁCIO DA SILVA**
DATA DA ASSEMBLEIA: **04/03/2015**, HORÁRIO **18H30, local RUA CEL. MANUEL LUÍS DOS SANTOS Nº 365 - VL SÃO LUCIO - BOTUCATU – SP.**
Base territorial: Botucatu
PERCENTUAL DE CONTRIBUIÇÃO: **1,3%**
TÍTULO DA CONTRIBUIÇÃO: **ASSISTENCIAL/CONFEDERATIVA.**

03 - SINDICATO DOS TRAB. NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO, MONTAGEM E MOBILIÁRIO DE **CAMPINAS E REGIÃO.**
CNPJ: **46.058.160/0001-92**
RUA BARÃO DE JAGUARA, 636 – CENTRO – CAMPINAS – SÃO PAULO.
COORDENADOR ADMINISTRATIVO: **LUIZ ALBANO DA SILVA**
DATA DA ASSEMBLEIA: **24/04/2015, HORÁRIO 17H00, local** ASSEMBLEIA: **RUA BARÃO DE JAGUARA, 636 – CENTRO – CAMPINAS – SÃO PAULO.**
Base territorial: AMERICANA, AMPARO, CAMPINAS, COSMÓPOLIS, JAGURIÚNA, NOVA ODESSA, PAULÍNIA, SANTA BÁRBARA D`OESTE, SUMARÉ e VALINHOS.
PERCENTUAL DE CONTRIBUIÇÃO: **1%**
TÍTULO DA CONTRIBUIÇÃO: **ASSISTENCIAL**

CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL : Considerando o Termo de Ajuste de Conduta nº 201/2014 firmado nos autos do Inquérito Civil nº 957.2013.15.000/4-15 em 06/05/2014 entre o sindicato dos trabalhadores signatário e o Ministério Público do Trabalho Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região;

Considerando que a assembleia realizada no dia 27 de fevereiro de 2015 às 17h00min, em 1ª convocação e as 18h00min em segunda e última convocação, em Campinas/SP, foi aberta à categoria, inclusive aos não filiados, na forma do artigo 617, parágrafo segundo, da CLT, sendo dado publicidade da realização da mesma nos periódicos da entidade, de seu "*site*", bem como edital publicado no Jornal "Folha de São Paulo" edição Cotidiano, página C7, que circulou no dia 25/02/2015;

Considerando que a categoria como um todo, independentemente de filiação sindical, foi representada, nas negociações coletivas de acordo com o estabelecido nos incisos III e VI do artigo oitavo da Constituição da República e abrangida, sem nenhuma distinção na presente convenção coletiva;

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 20/04/2016 15:12:05 - 4ace942
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16042015083764300000034079317
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 4ace942 - Pág. 17
Número do documento: 16042015083764300000034079317

Considerando que a representação da categoria, associados ou não e sua abrangência no instrumento normativo, não afeta a liberdade sindical consagrada no inciso V do artigo oitavo da Constituição Federal;

Considerando que a mesma assembleia que autorizou o Sindicato a manter negociações coletivas e celebrar esta convenção, fixou, livre e democraticamente a contribuição de custeio abaixo especificada, sendo que a convocação para esta assembleia constou expressamente em seu item "7° - Fixar o percentual a ser descontado a título de Contribuição Assistencial, dos associados e não associados nos termos da lei, garantindo o direito de oposição";

1. Fica ajustado que a empresa descontará, mês a mês, em folha de pagamento de seus empregados, sindicalizados ou não, a **contribuição assistencial** de 1,0% (um por cento) dos salários já reajustados, devidos a partir de maio/2015, a ser recolhida da seguinte forma:

1.1 - O desconto da **contribuição assistencial** observará um teto de R$ 50,00 (cinquenta reais) mensais;

1.2 – O recolhimento será efetuado até o quinto dia após o desconto através de guias fornecidas pelo Sindicato dos Trabalhadores, as quais identificarão a conta bancária para este fim, devendo A empresa relacionar os empregados e o valor do desconto, enviando, obrigatoriamente, tal relação ao Sindicato dos Trabalhadores;

1.3 - o Sindicato dos Trabalhadores dará publicidade da contribuição, inclusive valor, periodicidade para desconto e recolhimento aos empregados e às empresas, com prazo hábil para desconto, bem como, para que os Trabalhadores formulem seu requerimento escrito de próprio punho, no prazo de 30 (trinta) dias a partir da publicidade deste instrumento e protocolem junto ao Sindicato dos Trabalhadores, dando conta de sua oposição ao desconto, o qual poderá ser entregue inclusive por meio dos correios e telégrafos.

1.3.1 – No caso de algum empregado vir a ajuizar ação para reaver o desconto a que se refere o *"caput"* desta cláusula, o sindicato profissional compromete-se a assumir o polo passivo da relação processual, desde que notificado com antecedência de 72 (setenta e duas) horas, por escrito, após recebimento de notificação da empresa.

1.3.2 – O sindicato profissional, desde já isenta A empresa de qualquer responsabilidade sobre os descontos realizados por força do artigo 8º, IV, da Constituição Federal.

1.3.3 – As contribuições serão recolhidas no local da prestação de serviços.

04 - SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE DUARTINA E REGIÃO
CNPJ: 59.996.504/0001-56
ENDEREÇO: **AV NOVE DE JULHO, 490, CENTRO – DUARTINA – SP.**
PRESIDENTE: **SILVIO SERGIO VENTURA**

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 20/04/2016 15:12:05 - 4ace942
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16042015083764300000034079317
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 4ace942 - Pág. 18
Número do documento: 16042015083764300000034079317

DATA ASSEMBLEIA: **27 DE MARÇO DE 2015**, HORÁRIO: **18H30, local AV NOVE DE JULHO, 490, CENTRO – DUARTINA – SP.**
Base territorial: CABRÁLIA PAULISTA, DUARTINA e GÁLIA
PERCENTUAL DE CONTRIBUIÇÃO: 1,5%
TITULO DE CONTRIBUIÇÃO: **ASSOCIATIVA/ASSISTENCIAL**

05 - SINDICATO DOS TRAB. NAS IND. DA CONST. DO MOB. DE **GUARULHOS E ARUJÁ.**
CNPJ: **49.087.414/0001-99**
RUA: **SANTO ANTONIO, 17 – CENTRO – GUARULHOS/SP - CEP 07110-150.**
PRESIDENTE: **EDMILSON GIRÃO DA SILVA**
DATA DA ASSEMBLEIA **30/03/2015,** HORÁRIO **18H00 DA PRIMEIRA CONVOCAÇÃO** E AS **19:00HS A SEGUNDA CONVOCAÇÃO, local Rua SANTO ANTONIO, 17 – CENTRO – GUARULHOS/SP - CEP 07110-150**
Base territorial: Arujá e Guarulhos
PERCENTUAL DA CONTRIBUIÇÃO **1,5%**
TÍTULO DA CONTRIBUIÇÃO: **RETRIBUTIVA / ASSISTENCIAL**

06 - SIND. TRAB. IND. DA CONST. E DO MOB. **DE MOGI DAS CRUZES.**
CNPJ: **52.569.324/0001-49**
AVENIDA HENRIQUE EROLES, 588 – ALTO DO IPIRANGA – MOGI DAS CRUZES - SP
PRESIDENTE: **JOSEMAR BERNARDES ANDRE**
DATA DA ASSEMBLEIA: **30/03/2015,** HORÁRIO **19H00, local RUA CAMPOS SALES, 165 – CENTRO – SUZANO – SP,**
Base territorial: FERRAZ DE VASCONCELOS, GUARAREMA, ITAQUAQUECETUBA, MOGI DAS CRUZES, POÁ, SANTA ISABEL e SUZANO.
PERCENTUAL DE CONTRIBUIÇÃO: **1,5 %**
TÍTULO DA CONTRIBUIÇÃO: CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL

07 - SIND. TRAB. IND. DA CONST. E DO MOB. DE **SALTO**
CNPJ: **56.650.526/0001-71**
RUA: BENJAMIM CONSTANT, Nº 95 – CENTRO – SALTO – SP.
PRESIDENTE: **TALEL SOLEIMAN ISMAIL**
DATA DA ASSEMBLEIA: **25/03/2015,** Horário 17H00 em primeira convocação e 01 hora depois em segunda convocação, Local **RUA BENJAMIM CONSTANT, Nº 95 – CENTRO – SALTO – SP**
Base territorial: Salto
PERCENTUAL: **1,5%**
TÍTULO DA CONTRIBUIÇÃO: **CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL**

08 - SIND. TRAB. IND. DA CONST. E DO MOB. DE **SOLIDARIEDADE**
CNPJ: **59.325.308/0001-50**
RUA: PERRELLA, Nº 278 – CENTRO – SÃO CAETANO DO SUL - SP.
PRESIDENTE: **JOSE MARIA DE ALBULQUERQUE**
DATA DA ASSEMBLEIA: **04/04/2015,** HORARIO **16H30 – 1º CONVOCAÇÃO E 1HS APÓS 2º CONVOCAÇÃO, local RUA: PERRELLA, Nº 278 – CENTRO – SÃO CAETANO DO SUL - SP.**

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 20/04/2016 15:12:05 - 4ace942
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16042015083764300000034079317
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 4ace942 - Pág. 19
Número do documento: 16042015083764300000034079317

Base territorial: ADAMANTINA, BERNARDINO DE CAMPOS, FARTURA, FLÓRIDA PAULISTA, IPAUSSU, LUCÉLIA, MANDURI, MARIÁPOLIS, PACAEMBU, PIRAJU, SANTA CRUZ DO RIO PARDO e SÃO CAETANO DO SUL.
PERCENTUAL: **1%**
TÍTULO DA CONTRIBUIÇÃO: **CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL**

67ª - UTILIZAÇÃO DO QUADRO DE AVISOS

O Sindicato dos Trabalhadores utilizará um quadro de avisos fornecido pela empresa, em local de fácil acesso e visibilidade, para afixação de comunicados, informações e convocações, bem como receptor para boletins.

Parágrafo Único. Todo o material a ser exposto no quadro de aviso, será previamente submetido ao conhecimento da empresa.

68ª - SINDICALIZAÇÃO

Com o objetivo de incrementar a sindicalização dos empregados, as empresas colocarão à disposição do sindicato representativo da categoria profissional, duas vezes por ano, local e meios para esse fim.

Os períodos serão convencionados de comum acordo pelas partes e a atividade será desenvolvida no recinto da empresa, fora do ambiente de produção e, preferencialmente, nos períodos de descanso da jornada normal de trabalho.

69ª - MUDANÇA/TRANSFERÊNCIA DE ENDEREÇO

As empresas abrangidas pela presente Convenção Coletiva de Trabalho deverão no prazo de 30 (trinta) dias informar ao Sindicato Patronal e Profissional, quando for o caso, o novo endereço de sua atividade econômica.

70ª - APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL

Os Sindicatos participantes desta Convenção Coletiva de Trabalho, em conjunto, envidarão esforços no sentido de que o SENAI avalie a possibilidade de transferir recursos financeiros (repassados dos recolhimentos compulsórios das empresas) para a implementação da Escola de Aperfeiçoamento Profissional do Sindicato dos Trabalhadores.

Parágrafo Primeiro. As partes se comprometem a avaliar a disponibilidade de funcionários para a freqüência aos cursos que forem implantados pela Escola acima referida, após sua efetiva instalação;

Parágrafo Segundo. Recomenda-se às empresas doar máquinas e/ou equipamentos, novos ou em bom estado de conservação, ao sindicato profissional para a instalação da escola de aperfeiçoamento profissional dos trabalhadores do setor.

71ª - DIA DE SÃO JOSÉ

Recomenda-se às empresas comemorar o dia 19 de março, data consagrada ao padroeiro dos Trabalhadores.

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 20/04/2016 15:12:05 - 4ace942
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16042015083764300000034079317
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 4ace942 - Pág. 20
Número do documento: 16042015083764300000034079317

72ª - CESTA BÁSICA DE ALIMENTOS

A) As empresas deverão optar e conceder um desses benefícios aos seus empregados: fornecimentos de cesta básica (30kg), refeição (alimentação) ou ticket-alimentação, este no valor de **R$ 163,00 (cento e sessenta e três reais)** por mês;

B) O benefício não será cumulativo e a empresa que já fornece algum deles fica desobrigada dos demais, porém se o custo atualmente despendido for maior que o montante acima, não poderá ser reduzido.

C) As empresas que já adotaram critério para a distribuição da cesta e/ou já fornecem Alimentação, poderão, continuar a observá-lo, inclusive, cobrança de valor por custo subsidiado, sendo que, neste caso só poderá fazê-lo no valor que superar percentualmente os parâmetros mínimos da gratuidade estipulados na letra "A";

D) Aquelas que optarem e concederem o benefício da cesta básica, poderão excluir da concessão o empregado que tiver falta injustificada no respectivo mês;

E) A alimentação (refeição) e/ou o ticket-alimentação destinam-se aos dias de efetivo trabalho e não se aplicam nos repousos (folgas e feriados) nem por ocasião do gozo das férias e nas ausências dos empregados;

F) No caso de afastamento do empregado em benefício previdenciário, a empresa que conceder a cesta básica continuará a fazê-lo, enquanto o mesmo perdurar, até o limite de 60 (sessenta) dias contado do início do afastamento;

G) A empregada gestante fará jus à cesta básica, também, no período de afastamento (licença-maternidade);

H) Ficam ressalvadas condições mais favoráveis porventura já praticadas pelas empresas;

I) O valor econômico de qualquer um desses benefícios não integrará o salário do empregado para qualquer outro fim, seja na remuneração, para depósitos do FGTS nem integrará o salário para fins previdenciários, independente da cobrança ou não de algum valor que seja realizado por empresa que já concede algum desses benefícios;

J) A composição dos produtos da cesta básica a ser fornecida (30 kg.) deverá observar:

15 kg.de arroz do tipo 1
04 kg.de feijão do tipo 1
03 latas de óleo
02 pacotes de macarrão (500gr.)
02 kg. de açúcar
01 pacote de café (500gr.)
01 kg. de sal
01 pacote de farinha de mandioca (500gr.)
01 kg. de farinha de trigo
01 pacote de fubá (500gr.)
02 latas de extrato de tomate (140gr.)
02 latas de sardinha em conserva (135gr.)
01 lata de salsicha (180gr.)
01 pacote de tempero completo (200gr.)
01 pacote de biscoito doce (200gr.)

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 20/04/2016 15:12:05 - 4ace942
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16042015083764300000034079317
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 4ace942 - Pág. 21
Número do documento: 16042015083764300000034079317

01 lata de goiabada (700gr.)

73ª - BANCO DE HORAS

Poderá ser dispensado o acréscimo de salário se, por força de acordo coletivo de trabalho, o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda no período desta convenção, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias.

Parágrafo primeiro. Para o exercício desta cláusula, a empresa deverá formalizar o acordo coletivo com o sindicato dos trabalhadores da base territorial correspondente, mediante prévia assembléia com a participação dos trabalhadores, registrando o instrumento no Ministério do Trabalho.

Parágrafo segundo. Havendo interesse da empresa em abrir o processo de negociação para implementação do Banco de Horas, deverá protocolizar o pedido na sede do Sindicato Profissional, que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis responderá ao ofício, agendando assembléia com os trabalhadores envolvidos no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

74ª - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Será competente a Justiça do Trabalho para dirimir quaisquer divergências surgidas na aplicação desta Convenção Coletiva de Trabalho.

75ª - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho tem abrangência para todos os municípios com base territorial abrangido pela carta sindical do Sindicato Profissional desta Convenção Coletiva, os municípios de: **AGUDOS, BAURU, LENÇÓIS PAULISTA, PIRAJUÍ, PIRATININGA; Botucatu; AMERICANA, AMPARO, CAMPINAS, COSMÓPOLIS, JAGURIÚNA, NOVA ODESSA, PAULÍNIA, SANTA BÁRBARA D`OESTE, SUMARÉ e VALINHOS; CABRÁLIA PAULISTA, DUARTINA e GÁLIA; Guarulhos e Arujá; FERRAZ DE VASCONCELOS, GUARAREMA, ITAQUAQUECETUBA, MOGI DAS CRUZES, POÁ, SANTA ISABEL e SUZANO; Salto; ADAMANTINA, BERNARDINO DE CAMPOS, FARTURA, FLÓRIDA PAULISTA, IPAUSSU, LUCÉLIA, MANDURI, MARIÁPOLIS, PACAEMBU, PIRAJU, SANTA CRUZ DO RIO PARDO e SÃO CAETANO DO SUL**

76ª - PRORROGAÇÃO, REVISÃO, DENÚNCIA OU REVOGAÇÃO

O processo de prorrogação, revisão, denúncia ou revogação total ou parcial desta Convenção Coletiva de Trabalho fica subordinado as normas estabelecidas no artigo 615 da CLT.

76ª - CUMPRIMENTO

As partes se comprometem a observar os dispositivos pactuados, ficando certo que à parte infratora incorrerá nas penalidades previstas nesta convenção e na legislação vigente.

78ª - DIFERENÇAS SALARIAIS – INCLUSÃO NA FOLHA DE PAGAMENTO DE AGOSTO/2015

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 20/04/2016 15:12:05 - 4ace942
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16042015083764300000034079317
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 4ace942 - Pág. 22
Número do documento: 16042015083764300000034079317

As eventuais diferenças pretéritas dos meses de junho e julho, decorrentes da aplicação das cláusulas da Convenção, constarão da folha de pagamento do mês **agosto de 2015** e serão pagas até a data legal de pagamento dos salários do referido mês.

79ª - PLANO DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

Com o objetivo de implementar o disposto na Lei 10.101, de 19.12.2000, que regulamentou o artigo 7º, inciso XI, da Constituição Federal no que tange à participação nos Lucros e Resultados, a empresa, independente do número de empregados, deverá, **até 31.12.2015**, perante o Sindicato Profissional, iniciar a negociação de Programa com metas e resultados referente ao exercício 2014/2015. Para tanto:

a) a partir do mês de setembro de 2015 e até 31.12.2015 as empresas deverão enviar correspondência ao Sindicato Profissional para formalizar o pedido de negociação de programa com metas e resultados;

b) a partir do comprovado recebimento do pedido o Sindicato Profissional terá o prazo de 30 (trinta) dias para enviar resposta escrita à empresa, designando uma primeira data, para iniciar a negociação, sendo que no prazo máximo de 60 (sessenta) dias dessa data deverá se encerrar o processo de negociação;

c) a negociação se dará dentro dos limites da lei, com a participação do Sindicato de classe e da comissão escolhida;

d) durante o prazo acima fixado o Sindicato Profissional, mediante solicitação de seus representados, não estará impedido de convocar tais empresas para abrir o processo de negociação do PLR;

e) o não cumprimento das obrigações acima estabelecidas implicará no pagamento de **multa/PLR**, por empregado, no **valor de R$ 467,66 (quatrocentos e sessenta e sete reais e sessenta e seis centavos)**, revertida ao trabalhador prejudicado, devendo ser quitada junto com o salário de **abril de 2016**; o valor terá caráter indenizatório, inclusive para efeito de incidência e tributação; para o pagamento da multa prevalecerá o critério da proporcionalidade na razão de 1/12 (um doze avos) por mês de serviço ou fração superior a 14 (catorze) dias aos empregados admitidos ou desligados no curso do ano;

f) a empresa que formalizar pedido ao Sindicato Profissional, mas que não iniciar efetivamente a negociação na forma da letra "b" acima, incorrerá no pagamento da multa nos termos da letra "e" anterior; da mesma forma, caso seja iniciada, porém, por algum motivo não seja concluída a negociação, será assegurado ao trabalhador o pagamento da multa/PLR como prevê a letra "e" anterior;

g) ficam ressalvadas as condições mais favoráveis porventura existentes.

80ª - CAFÉ COM LEITE, PÃO COM MANTEIGA

Fornecimento aos seus empregados, de café com leite, 02 (dois) pães tipo francês com manteiga, antes do início da jornada matutina de trabalho dos seus empregados, ressalvadas as condições mais favoráveis já existentes nas empresas.

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 20/04/2016 15:12:05 - 4ace942
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16042015083764300000034079317
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 4ace942 - Pág. 23
Número do documento: 16042015083764300000034079317

Por estarem justas e acertadas e para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, assinam as partes a presente **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO**, em três vias, comprometendo-se a promoverem o depósito de 01 (uma) via da mesma da SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO DE SÃO PAULO.

São Paulo, 07 de julho de 2015

SINDICATO DA INDÚSTRIA DE SERRARIAS, CARPINTARIAS, TANOARIAS, MADEIRAS COMPENSADAS E LAMINADAS ESTADO DE SÃO PAULO
JOSÉ ANTONIO BAGGIO - Presidente

HELENA PEDRINI LEATE
OAB/SP Nº 155.540

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE **BAURU E REGIÃO.**
ALOISIO COSTA - DIRETOR

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE **BOTUCATU.**
ANDERSON INÁCIO DA SILVA - PRESIDENTE

SINDICATO DOS TRAB. NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO, MONTAGEM E MOBILIÁRIO DE **CAMPINAS E REGIÃO.**
LUIZ ALBANO DA SILVA - COORDENADOR ADMINISTRATIVO

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE **DUARTINA E REGIÃO**
SILVIO SERGIO VENTURA - PRESIDENTE

SINDICATO DOS TRAB. NAS IND. DA CONST. DO MOB. DE **GUARULHOS E ARUJÁ.**
EDMILSON GIRÃO DA SILVA - PRESIDENTE

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 20/04/2016 15:12:05 - 4ace942
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16042015083764300000034079317
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 4ace942 - Pág. 24
Número do documento: 16042015083764300000034079317

25

SIND. TRAB. IND. DA CONST. E DO MOB. DE MOGI DAS CRUZES.
JOSEMAR BERNARDES ANDRE - PRESIDENTE

SIND. TRAB. IND. DA CONST. E DO MOB. DE SALTO
TALEL SOLEIMAN ISMAIL - PRESIDENTE

SIND. TRAB. IND. DA CONST. E DO MOB. DE SOLIDARIEDADE
JOSE MARIA DE ALBULQUERQUE - PRESIDENTE

Mostre ao seu novo companheiro os perigos que o cercam no trabalho.

Cada acidente é uma lição que deve ser apreciada, para evitar maiores desgraças.

Todo o acidente tem uma causa que é preciso ser pesquisada, para evitar a sua repetição.

Se você for acidentado, procure logo o socorro médico adequado. Não deixe que "entendidos" e "curiosos" concorram para o agravamento de sua lesão.

Se você não é eletricista, não se meta a fazer serviços de eletricidade.

Procure o socorro médico imediato, se você for vítima de um acidente, amanhã será tarde demais.

As máquinas não respeitam ninguém; mas você deve respeitá-las.

Atenda às recomendações dos Membros da CIPA e de seus mestres e chefes.

Conheça sempre as regras de segurança da seção onde você trabalha.

Conversa e discussão no trabalho predispõem a acidentes pela desatenção.

Leia e reflita sempre os ensinamentos contidos nos cartazes e avisos sobre prevenção de acidentes.

Os anéis, pulseiras, gravatas e mangas compridas não fazem parte do seu uniforme de trabalho.

Mantenha sempre as guardas protetoras das máquinas nos devidos lugares.

Pare a máquina quando tiver que consertá-la ou lubrificá-la.

Habitue-se a trabalhar protegido contra os acidentes. Use equipamentos de proteção adequados a seu serviço.

Conheça o manejo dos extintores e demais dispositivos de combate ao fogo existentes em seu local de trabalho. Você pode ter necessidade de usá-los algum dia.

MINISTÉRIO DO TRABALHO

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE EMPREGO E SALÁRIO

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL



Número ... Série ...

ASSINATURA DO PORTADOR

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 20/04/2016 15:12:05 - e6ec9d7
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16042015085802500000034079362
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. e6ec9d7 - Pág. 1
Número do documento: 16042015085802500000034079362

QUALIFICAÇÃO CIVIL

Nome ..... João Henrique Ke

..... Silva

Loc. Nasc. ..... Est. ..... Data 6.5.82

Filiação ..... Pai: João Kê Est. Civil

..... Mãe: Maria Silva

Doc. nº 1348

ESTRANGEIROS

Chegada ao Brasil em ...../...../..... Doc. Ident. nº .....

Exp. em...../...../..... Estado .....

Obs. .....

Data Emissão 5.7.96 DRT .....

.....

Assinatura do Funcionário

SIAPE - 0258286

Chefe da S.R.F.P

ALTERAÇÕES DE IDENTIDADE

(Com relação nome, est. civil e data nasc.)

9

Nome .....

Doc. .....

Nome .....

Doc. .....

Nome .....

Doc. .....

Nome .....

Doc. .....

Est. Civil .....

Doc. .....

Nome .....

Doc. .....

Est. Civil .....

Nome .....

Doc. .....

Nascimento .....

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 20/04/2016 15:12:05 - e6ec9d7
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16042015085802500000034079362
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. e6ec9d7 - Pág. 2
Número do documento: 16042015085802500000034079362

14 02.365.3

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador .....
ARNALDO ...
CGC/MF .....
Rua Rua João Oliv... Vila Antonio Fran... Nº .....
Município ..... CAMP... Est. .....
Esp. do estabelecimento ..... Rest Serviços
Cargo Marceneiro
CBO nº 7711 05
Data admissão 01 de abril de 19 2013
Registro nº ... Fls./Ficha 07
Remuneração especificada R$ 700,00 p/ mes
(Setecentos reais)

Ass. do empregador ou a rogo c/test.
ARNALDO PAGLIARINI - ME
ARNALDO PAGLIARINI
Titular

1º ..... 2º .....
Data saída 17 de junho de 19 2013

Ass. do empregador ou a rogo c/test.
ARNALDO PAGLIARINI - ME
ARNALDO PAGLIARINI
Titular

1º ..... 2º .....
Com. Dispensa CD Nº .....

15

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador:	LUX'S SERVIÇOS DE MARCENARIA LTDA M
C.N.P.J.:	13.559.499/0001-13
Endereço:	RUA MARIA SOARES, 200
Município:	CAMPINAS Estado. S.P.
Esp.Estabel:	MARCENARIA
Cargo:	MARCENEIRO
CBO:	7711-05
Admitido em:	01 DE AGOSTO DE 2013.
Registro nº:	Livro: 01/Folha: 05
Remuneração:	R$ 1.105,00 (UM MIL CENTO E CINCO REAIS) POR MÊS.

LUX'S SERVIÇOS DE MARCENARIA LTDA ME

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º ..... 2º .....
Data saída ..... de ..... de 19 .....

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º ..... 2º .....
Com. Dispensa CD Nº .....

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 20/04/2016 15:12:05 - e6ec9d7
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16042015085802500000034079362
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 16042015085802500000034079362

42 ANOTAÇÕES GERAIS

(Atestado médico, alteração do contrato do trabalho, registros profissionais e outras anotações autorizadas por lei)

SEGURO DESEMPREGO

Parc.	Data Pgto.	Caex	Ag. Pgto.
☒ 1ª	06/12/2	M	1084
☐ 2ª	__/__/__		
☐ 3ª	__/__/__		
☐ 4ª	__/__/__		
☒ 5ª	__/__/__		

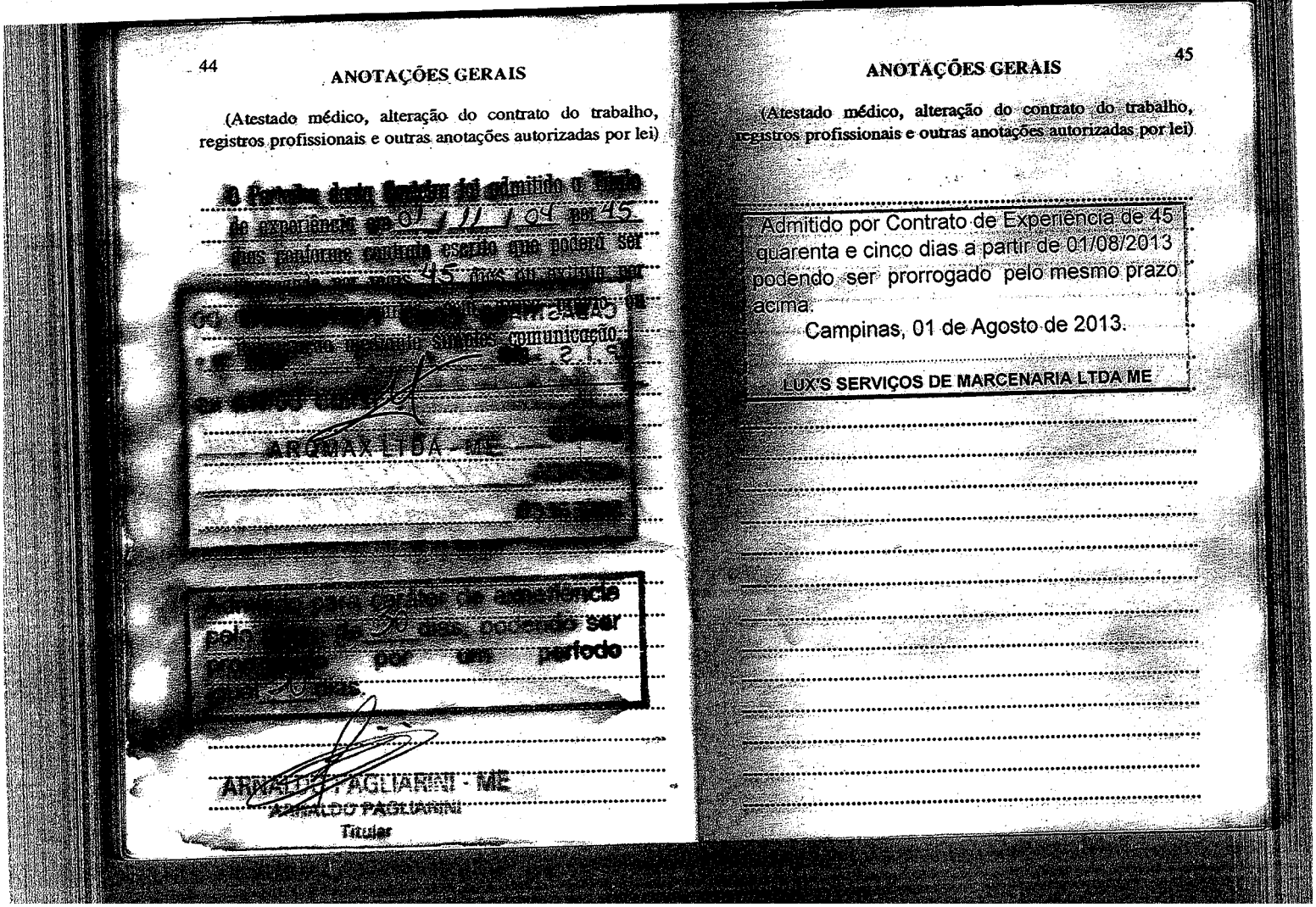
DEMISSÃO EM __/__/__

43 ANOTAÇÕES GERAIS

(Atestado médico, alteração do contrato do trabalho, registros profissionais e outras anotações autorizadas por lei)

CADASTRADO COMO PARTICIPANTE DO P.I.S. EM 20/04/2001 SOB N.º 127.62029.23-8. TENDO CONTA NO BANCO Caixa Econômica Federal AGÊNCIA 1047 0676-8 ENDEREÇO R. Tomazina, 96 Campinas SP

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 20/04/2016 15:12:05 - e6ec9d7
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16042015085802500000034079362
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. e6ec9d7 - Pág. 4
Número do documento: 16042015085802500000034079362



44

ANOTAÇÕES GERAIS

(Atestado médico, alteração do contrato do trabalho, registros profissionais e outras anotações autorizadas por lei)

ARQMAX LTDA - ME

pelo período

ARNALDO PAGLIARINI - ME
ARNALDO PAGLIARINI
Titular

45

ANOTAÇÕES GERAIS

(Atestado médico, alteração do contrato do trabalho, registros profissionais e outras anotações autorizadas por lei)

Admitido por Contrato de Experiência de 45 quarenta e cinco dias a partir de 01/08/2013 podendo ser prorrogado pelo mesmo prazo acima.

Campinas, 01 de Agosto de 2013.

LUX'S SERVIÇOS DE MARCENARIA LTDA ME

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIENTE

DECLARANTE: Flavio Henrique da Silva , nacionalidade Brasileiro, estado civil Casado , nascimento 06/05/1982,profissão Marceneiro, inscrito no CPF sob o nº 22726576800, RG nº 44317745, residente e domiciliado à Rua Cinira de Arruda Valente, 1114, bairro Jardim das Oliveiras, na cidade de Campinas - SP.

Pela presente, afirmo de forma consciente das sanções civis e criminais, em especial ao Art. 299 do Código Penal que não tenho condições de arcar com as despesas da presente ação judicial (atos de serventia, citação, intimação, distribuição, baixa e eventuais recursos), requerendo assim, os benefícios da GRATUIDADE DE JUSTIÇA, nos termos da Lei de nº 1.060/50, combinada com os efeitos estabelecidos pela Lei de nº 7.510/86.

Campinas, 5 de fevereiro de 2016.

FLÁVIO HENRIQUE DA SILVA

Flavio Henrique da Silva

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 20/04/2016 15:12:06 - b189b15
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16042015092585300000034079430
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. b189b15 - Pág. 1
Número do documento: 16042015092585300000034079430


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO
FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
44317745 SSP/SP
227.265.768-00
06/05/1982
DINI DA SILVA
AB
04468372190
06/02/2018
30/09/2008
06/02/2013
DETRAN-SP/SÃO PAULO

Contrato de Honorários Advocatícios

Como CONTRATANTE/RECLAMANTE Flavio Henrique da Silva , filho(a) de Geni da Silva , nascido(a) aos 06/05/1982, inscrito(a) no CPF sob o nº 22726576800, RG nº 44317745, cliente da ação trabalhista a ser proposta contra a RECLAMADA , e o(a) ADVOGADO(A) CONTRATADO DR(A). Simone Moraes de Souza, tem entre si justo e contratado o seguinte:

1. O(A) CONTRATANTE, Flavio Henrique da Silva se responsabiliza pelo pagamento ao(a) ADVOGADO(A) Simone Moraes de Souza, os honorários de 30%, sobre quaisquer direitos que receber na ação trabalhista supra referida, imediatamente após o recebimento, inclusive sobre os Depósitos do FGTS e Seguro Desemprego. Responsabiliza-se ainda, pelas informações fornecidas para a propositura dessa ação, declarando serem elas expressão da verdade.

2. Advogados(as) CONTRATADOS(AS):

CONTRATADO(A): Simone Moraes de Souza, nacionalidade Brasileira, estado civil Casada, profissão Advogado, inscrito(a) na OAB-SP sob o nº 313.589, com escritório profissional à Rua Andrade Neves, 295, no bairro Centro, na cidade de Campinas - SP, Cep. 13013-160, Telefone (19) 32362152, de ora em diante simplesmente denominado(a) CONTRATADO(A).

CONTRATADO(A): Diógenes Eleutério de Souza, nacionalidade brasileiro, estado civil casado, profissão Advogado, inscrito(a) na OAB-SP sob o nº 148.496, com escritório profissional à Av Andrade Neves, nr 295, sala 91, no bairro Centro, na cidade de Campinas - SP, Cep. 13013160, Telefone (19) 32362152, de ora em diante simplesmente denominado(a) CONTRATADO(A).

CONTRATADO(A): Mariana Silva de Sales, nacionalidade brasileira, estado civil solteira, profissão Advogado, inscrito(a) na OAB-SP sob o nº 310476, com escritório profissional à Av.: Andrade Neves, 295, 9º andar, saa 91, no bairro Centro, na cidade de Campinas - SP, Cep. , Telefone (19) 32333535, de ora em diante simplesmente denominado(a) CONTRATADO(A).

3. O(A) CONTRATANTE também se responsabiliza pelo pagamento dos mesmos honorários em caso de desistência da ação ou acordo diretamente com a reclamada, com ou sem conhecimento do(a) ADVOGADO(A), ora contratado, e em qualquer hipótese, fica avençado que o(a) CONTRATANTE, pagará ao CONTRATADO(A), como honorários mínimos o valor correspondente a 30% do valor dado à causa.

4. OS(AS) ADVOGADOS(AS) DR(AS) ou quem suas vezes fizerem, se comprometem a defender o(a) CONTRATANTE, perante o FORO TRABALHISTA com mandato que ora lhe é outorgado.

5. No caso de improcedência da ação, somente será interposto Recurso Ordinário após o pagamento das custas processuais pelo CONTRATANTE quando assim exigir a Lei e se houver condenação nessa verba; o Advogado terá livre arbítrio para interpor ou no RECURSO. Recorrerá o CONTRATADO se estiver convencido de que poderá reformar a seu favor a sentença da 1a Instância, caso contrário, substabelecerá a quem o CONTRATANTE indicar.

6. O CONTRATANTE deixa em poder do CONTRATADO os seguintes documentos; xerox da CTPS, RG e CPF/MF.

7. Despesas Processuais, Custas, Emolumentos, etc, para fazer face ao custeio processual (cópias xerox, reconhecimento de firmas, dissídios coletivos, despesas com condução, correios, etc), estipula-se a taxa mínima correspondente ao valor de R$ 100,00 (cem reais) até o máximo de 1/2 (meio) salário mínimo vigente na data atual, e que o CONTRATANTE depositará antes da propositura da ação ou que será deduzida ao final, independentemente das demais despesas relativas as custas, emolumentos, etc, que são independentes dos HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS supra.

8. Elegem as partes o FORO DA COMARCA DO(A) CONTRATANTE, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do cumprimento deste contrato, por mais privilegiado que outro seja ou sejam as partes.

E assim, por estarem de acordo, assinam o presente em duas vias de igual teor e valor que passa a vigir a partir desta data, surtindo desde o presente momento, todos os efeitos legais, DECLARANDO O CONTRATANTE, que recebeu a 2a via deste. Este contrato é firmado na presença de duas testemunhas instrumentais abaixo.

Campinas, 5 de fevereiro de 2016.

FLÁVIO HENRIQUE DA SILVA

Flavio Henrique da Silva
CONTRATANTE

Simone Moraes de Souza
CONTRATADO(A)

Diógenes Eleutério de Souza
CONTRATADO(A)

Mariana Silva de Sales
CONTRATADO(A)

RG
TESTEMUNHA 1

RG
TESTEMUNHA 2

Page: 1 Document Name: untitled

```
FGC1011.0936 ------------ LANCAMENTOS DE CONTA VINCULADA ------------ FGCMB415
CP / CP C069518                                          02/02/2016 11:31:09
 COD.ESTAB: 09972709708487                                 PAG: 0001 DE 0003
 COD.EMPRG: 00000000105     NOME : FLAVIO HENRIQUE SILVA

SALDO ANTERIOR -  DEP:                  0,00   JAM:                      0,00

S  DATA     HISTORICO                                                V A L O R
  26/11/2013 115-DEPOSITO EM ATRASO OUTUBRO/2013                         88,40
  10/12/2013 CREDITO DE JAM 0,002673                                      0,23
  06/12/2013 115-DEPOSITO NOVEMBRO/2013                                 106,83
  10/01/2014 CREDITO DE JAM 0,002961                                      0,57
  10/02/2014 CREDITO DE JAM 0,003595                                      0,70
  10/03/2014 CREDITO DE JAM 0,003004                                      0,59
  07/03/2014 115-DEPOSITO FEVEREIRO/2014                                166,12
  10/04/2014 CREDITO DE JAM 0,002732                                      0,99
  10/05/2014 CREDITO DE JAM 0,002926                                      1,06
  07/05/2014 115-DEPOSITO ABRIL/2014                                    177,90
  10/06/2014 CREDITO DE JAM 0,003071                                      1,66
  10/07/2014 CREDITO DE JAM 0,002932                                      1,59
  10/08/2014 CREDITO DE JAM 0,003522                                      1,92
ENTER-PROCESSA  PF1-BLOCO PF2-TOPO  PF3-RETORNA PF5-ESTORNA  PF6-LANC.HIST/JAM
PF7-PAGINA ANT PF8-PAGINA POS PF9-COMPLEMENTO PF11-LANC.HISTOR. PF12-ENCERRA
CONSULTE OU TECLE OPCAO DESEJADA
FGC1011.0936 ------------ LANCAMENTOS DE CONTA VINCULADA ------------ FGCMB415
CP / CP C069518                                          02/02/2016 11:31:09
 COD.ESTAB: 09972709708487                                 PAG: 0002 DE 0003
 COD.EMPRG: 00000000105     NOME : FLAVIO HENRIQUE SILVA

SALDO ANTERIOR -  DEP:                  0,00   JAM:                      0,00

S  DATA     HISTORICO                                                V A L O R
  07/08/2014 115-DEPOSITO JULHO/2014                                    173,95
  10/09/2014 CREDITO DE JAM 0,003069                                      2,21
  10/10/2014 CREDITO DE JAM 0,003341                                      2,42
  10/11/2014 CREDITO DE JAM 0,003506                                      2,54
  10/12/2014 CREDITO DE JAM 0,002950                                      2,15
  10/01/2015 CREDITO DE JAM 0,003521                                      2,57
  10/02/2015 CREDITO DE JAM 0,003346                                      2,45
  10/03/2015 CREDITO DE JAM 0,002634                                      1,94
  10/04/2015 CREDITO DE JAM 0,003765                                      2,78
  10/05/2015 CREDITO DE JAM 0,003542                                      2,62
  10/06/2015 CREDITO DE JAM 0,003622                                      2,69
  10/07/2015 CREDITO DE JAM 0,004283                                      3,19
  10/08/2015 CREDITO DE JAM 0,004776                                      3,58
ENTER-PROCESSA  PF1-BLOCO PF2-TOPO  PF3-RETORNA PF5-ESTORNA  PF6-LANC.HIST/JAM
PF7-PAGINA ANT PF8-PAGINA POS PF9-COMPLEMENTO PF11-LANC.HISTOR. PF12-ENCERRA

FGC1011.0936 ------------ LANCAMENTOS DE CONTA VINCULADA ------------ FGCMB415
CP / CP C069518                                          02/02/2016 11:31:09
 COD.ESTAB: 09972709708487                                 PAG: 0003 DE 0003
 COD.EMPRG: 00000000105     NOME : FLAVIO HENRIQUE SILVA

SALDO ANTERIOR -  DEP:                  0,00   JAM:                      0,00

S  DATA     HISTORICO                                                V A L O R
  10/09/2015 CREDITO DE JAM 0,004337                                      3,26
  10/10/2015 CREDITO DE JAM 0,004390                                      3,32
  10/11/2015 CREDITO DE JAM 0,004260                                      3,23
  10/12/2015 CREDITO DE JAM 0,003766                                      2,87
  10/01/2016 CREDITO DE JAM 0,004721                                      3,61



ENTER-PROCESSA  PF1-BLOCO PF2-TOPO  PF3-RETORNA PF5-ESTORNA  PF6-LANC.HIST/JAM
PF7-PAGINA ANT PF8-PAGINA POS PF9-COMPLEMENTO PF11-LANC.HISTOR. PF12-ENCERRA

FGC1402.1151 -------------------- EXTRATO DE CONTA VINCULADA --------------------
CP / CP C069518                                          02/02/2016 11:31:16
                                                           PAG: 0003 DE 0003
INSCRICAO: 13559499000113  CNPJ    LUXS SERVICOS DE MARCENARIA LTDA ME
COD.ESTAB: 09972709708487          UNIDADE TRABALHO:
COD.EMPRG: 00000000105     NOME : FLAVIO HENRIQUE SILVA
PIS/PASEP: 12762029238     CART.TRAB: 0099589-00208  MATRICULA: 00000000006
ADMISSAO : 01/08/2013 OPCAO: 01/08/2013 AFAST:          RETROACAO: 00/00/0000
TIPO CONTA OPTANTE     TAXA: 3%
                                VLR BASE RESCIS :                      769,94
DATA     HISTORICO                                                V A L O R
10/05/2015 CREDITO DE JAM 0,003542                                      2,62
10/06/2015 CREDITO DE JAM 0,003622                                      2,69
10/07/2015 CREDITO DE JAM 0,004283                                      3,19
10/08/2015 CREDITO DE JAM 0,004776                                      3,58
10/09/2015 CREDITO DE JAM 0,004337                                      3,26
10/10/2015 CREDITO DE JAM 0,004390                                      3,32
10/11/2015 CREDITO DE JAM 0,004260                                      3,23
10/12/2015 CREDITO DE JAM 0,003766                                      2,87
10/01/2016 CREDITO DE JAM 0,004721                                      3,61

SALDO DISP DEP                 713,20 SALDO DISP JAM                   56,74
TOTAL SALDO DISPONIVEL                                                769,94
```

Date: 02/02/2016 Time: 11:31:19

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 20/04/2016 15:12:07 - db7043d
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16042015102919300000034079608
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. db7043d - Pág. 1
Número do documento: 16042015102919300000034079608

HABIL CONTABILISTAS LTDA - ME

FOLHAMATIC

0211 - LUX S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA ME
R MARIA SOARES, 200 - CAMPINAS
13.559.499/0001-13

Demonstrativo de Pagamento de Salário
DEZEMBRO/2013
Data do Crédito: 07/01/2014

Código - Nome do Funcionário — Data A
000006 - FLAVIO HENRIQUE DA SILVA — 01/08/2013

C.B.O.	Emp. Local	Depto.	Setor	Seção	Fl.
7711-05		0000	0000	0000	1

Cód.	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
0001	SALÁRIO	30,0000	1.105,00	
5610	ADIANTAMENTO (VALE)	40,0000		442,00
5840	CONTRIB. ASSISTENCIAL	1,0000		11,05
9860	I.N.S.S.	8,0000		88,40

CTPS n. 99589 /00208 -CPF: 227.265.768-00 -Data Nasc.: 06/05/1982 — R.G.: 443177454 — T.P.: MENSALISTA
-FUNÇÃO: MARCENEIRO

Total de Vencimentos	Total de Descontos
1.105,00	541,45
TOTAL LÍQUIDO	563,55

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Calc. FGTS	F.G.T.S. do Mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.105,00	1.105,00	1.105,00	88,40	672,66	0,00

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

__/__/____ DATA

FLÁVIO HENRIQUE
ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 20/04/2016 15:12:08 - b3ebb5f
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16042015104757000000034079670
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. b3ebb5f - Pág. 1
Número do documento: 16042015104757000000034079670

HABIL CONTABILISTAS LTDA - ME

FOLHAMATIC

0211 - LUX S SERVICOS DE MARCENARIA L
R MARIA SOARES, 200 - CAMPINAS
13.559.499/0001-13

Demonstrativo de Pagamento de Salário
FEVEREIRO/2014
Data do Crédito: 20/02/2014

Código - Nome do Funcionário	Data A	C.B.O.	Emp. Local	Depto.	Setor	Seção	Fl.
000006 - FLAVIO HENRIQUE DA SILVA	01/08/2013	7711-05		0000	0000	0000	1

Cód.	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
1520	ADIANTAMENTO DE SALÁRIO	40,0000	442,00	

CTPS n. 99589 /00208 -CPF: 227.266.768-00 -Data Nasc.: 06/05/1982 R.G.: 443177454 T.P.: MENSALISTA
BCO.: - AG.: - - C/C: --FUNÇÃO: MARCENEIRO

Total de Vencimentos	Total de Descontos
442,00	0,00
TOTAL LÍQUIDO	442,00

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Calc. FGTS	F.G.T.S. do Mês	Base Calc. IRRF	Faixa IRRF
1.105,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

___/___/_____ DATA

_____ ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO

HABIL CONTABILISTAS LTDA - ME

FOLHAMATIC

0211 - LUX S SERVICOS DE MARCENARIA L
R MARIA SOARES, 200 - CAMPINAS
13.559.499/0001-13

Demonstrativo de Pagamento de Salário
FEVEREIRO/2014
Data do Crédito: 06/03/2014

Código - Nome do Funcionário	Data A	C.B.O.	Emp. Local	Depto.	Setor	Seção	Fl.
000006 - FLAVIO HENRIQUE DA SILVA	01/08/2013	7711-05		0000	0000	0000	1

Cód.	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
0001	SALÁRIO	30,0000	1.700,00	
0850	HORAS EXTRAS 60%	28,1000	322,69	
1080	D.S.R. S/ HORAS EXTRAS		53,78	
5610	ADIANTAMENTO (VALE)	40,0000		442,00
5840	CONTRIB. ASSISTENCIAL	1,0000		17,00
9860	I.N.S.S.	9,0000		186,88

CTPS n. 99589 /00208 -CPF: 227.265.768-00 -Data Nasc.: 06/05/1982 R.G.: 443177454 T.P.: MENSALISTA
BCO.: - AG.: - - C/C: --FUNÇÃO: MARCENEIRO

Total de Vencimentos	Total de Descontos
2.076,47	645,88
TOTAL LÍQUIDO	1.430,59

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Calc. FGTS	F.G.T.S. do Mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.700,00	2.076,47	2.076,47	166,11	1.530,17	0,00

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

____/____/_____ DATA

_____ ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO

HABIL CONTABILISTAS LTDA - ME

FOLHAMATIC

0211 - LUX S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA ME
R MARIA SOARES, 200 - CAMPINAS
13.559.499/0001-13

Demonstrativo de Pagamento de Salário

MARCO/2014
Data do Crédito: 04/04/2014

Código - Nome do Funcionário	Data A	C.B.O.	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	Fl.
000006 - FLAVIO HENRIQUE DA SILVA	01/08/2013	7711-05			0000	0000	0000	1

Cód.	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
0001	SALÁRIO	30,0000	1.700,00	
0810	HORA EXTRA 50%	13,0000	150,68	
0820	HORA EXTRA 100%	10,3000	159,18	
1080	D.S.R. S/ HORAS EXTRAS		59,59	
5610	ADIANTAMENTO (VALE)	40,0000		680,00
5750	CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	1,0000		56,67
5840	CONTRIB. ASSISTENCIAL	1,0000		17,00
9860	I.N.S.S.	9,0000		186,25

R.G.: 443177454
CTPS n. 99589 /00208 -CPF: 227.265.768-00 -Data Nasc.: 06/05/1982 T.P.: MENSALISTA
BCO.: - AG.: - - C/C: --FUNÇÃO: MARCENEIRO

Total de Vencimentos	Total de Descontos
2.069,45	939,92
TOTAL LÍQUIDO	1.129,53

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Calc. FGTS	F.G.T.S. do Mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.700,00	2.069,45	2.069,45	165,55	1.523,78	0,00

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

___/___/_____ DATA

_____ ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 20/04/2016 15:12:08 - b3ebb5f
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16042015104757000000034079670
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. b3ebb5f - Pág. 4
Número do documento: 16042015104757000000034079670

FOLHAMATIC

HABIL CONTABILISTAS LTDA - ME

0211 - LUX S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA ME
R MARIA SOARES, 200 - CAMPINAS
13.559.499/0001-13

Demonstrativo de Pagamento de Salário

OUTUBRO/2013
Data do Crédito: 08/11/2013

Código - Nome do Funcionário	Data A	C.B.O.	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	Fl.
000006 - FLAVIO HENRIQUE DA SILVA	01/08/2013	7711-05			0000	0000	0000	1

Cód.	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
0001	SALÁRIO	30,0000	1.105,00	
5610	ADIANTAMENTO (VALE)	40,0000		442,00
5840	CONTRIB. ASSISTENCIAL	1,0000		11,05
9860	I.N.S.S.	8,0000		88,40

CTPS n. 99589 /00208 -CPF: 227.265.768-00 -Data Nasc.: 06/05/1982 R.G.: 443177454 T.P.: MENSALISTA
-FUNÇÃO: MARCENEIRO

Total de Vencimentos	Total de Descontos
1.105,00	541,45
TOTAL LÍQUIDO	563,55

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Calc. FGTS	F.G.T.S. do Mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.105,00	1.105,00	1.105,00	88,40	672,66	0,00

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

___/___/_____ DATA

_____ ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 20/04/2016 15:12:08 - b3ebb5f
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16042015104757000000034079670
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. b3ebb5f - Pág. 5
Número do documento: 16042015104757000000034079670

HABIL CONTABILISTAS LTDA - ME

FOLHAMATIC

0211 - LUX S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA ME
R MARIA SOARES, 200 - CAMPINAS
13.559.499/0001-13

Demonstrativo de Pagamento de Salário
NOVEMBRO/2013
Data do Crédito: 06/12/2013

Código - Nome do Funcionário	Data A	C.B.O.	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	Fl.
000006 - FLAVIO HENRIQUE DA SILVA	01/08/2013	7711-05			0000	0000	0000	1

Cód.	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
0001	SALÁRIO	30,0000	1.105,00	
5610	ADIANTAMENTO (VALE)	40,0000		442,00
5840	CONTRIB. ASSISTENCIAL	1,0000		11,05
9860	I.N.S.S.	8,0000		88,40

CTPS n. 99589 /00206 -CPF: 227.265.768-00 -Data Nasc.: 06/05/1982 R.G.: 443177454 T.P.: MENSALISTA
-FUNÇÃO: MARCENEIRO

Total de Vencimentos	Total de Descontos
1.105,00	541,45
TOTAL LÍQUIDO	563,55

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Calc. FGTS	F.G.T.S. do Mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.105,00	1.105,00	1.105,00	88,40	672,66	0,00

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

___/___/_____ DATA

_____ ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 20/04/2016 15:12:08 - b3ebb5f
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16042015104757000000034079670
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. b3ebb5f - Pág. 6
Número do documento: 16042015104757000000034079670

HABIL CONTABILISTAS LTDA - ME

FOLHAMATIC

0211 - LUX S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA ME
R MARIA SOARES, 200 - CAMPINAS
13.559.499/0001-13

Recibo de Pagamento de Salário

MAIO/2014
Data do Crédito: 20/05/2014

Código - Nome do Funcionário	Data A	C.B.O.	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	Fl.
000006 - FLAVIO HENRIQUE DA SILVA	01/08/2013	7711-05			0000	0000	0000	1

Cód.	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
1520	ADIANTAMENTO DE SALÁRIO	40,0000	680,00	

R.G.: 443177454
CTPS n. 99589 /00208 -CPF: 227.265.768-00 -Data Nasc.: 06/05/1982 T.P.: MENSALISTA
BCO.: - AG.: - - C/C: --FUNÇÃO: MARCENEIRO

Total de Vencimentos	Total de Descontos
680,00	0,00
TOTAL LÍQUIDO	680,00

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Calc. FGTS	F.G.T.S. do Mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

20/05/2014
DATA

FLÁVIO HENRIQUE DA SILVA
ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO

HABIL CONTABILISTAS LTDA - ME

FOLHAMATIC

0211 - LUX S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA ME
R MARIA SOARES, 200 - CAMPINAS
13.559.499/0001-13

Demonstrativo de Pagamento de Salário

MAIO/2014
Data do Crédito: 06/06/2014

Código - Nome do Funcionário	Data A	C.B.O.	Emp. Local	Depto.	Setor	Seção	Fl.
000006 - FLAVIO HENRIQUE DA SILVA	01/08/2013	7711-05		0000	0000	0000	1

Cód.	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
0001	SALÁRIO	30,0000	1.700,00	
0810	HORA EXTRA 50%	30,0700	348,54	
0820	HORA EXTRA 100%	8,0000	123,64	
1080	D.S.R. S/ HORAS EXTRAS		90,80	
5610	ADIANTAMENTO (VALE)	40,0000		680,00
5840	CONTRIB. ASSISTENCIAL	1,0000		17,00
9860	I.N.S.S.	11,0000		248,93

R.G.: 443177454
CTPS n. 99589 /00208 -CPF: 227.265.768-00 -Data Nasc.: 06/05/1982 T.P.: MENSALISTA
BCO.: - AG.: - - C/C: -FUNÇÃO: MARCENEIRO

Total de Vencimentos	Total de Descontos
2.262,98	945,93
TOTAL LÍQUIDO	1.317,05

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Calc. FGTS	F.G.T.S. do Mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.700,00	2.262,98	2.262,98	181,03	1.654,63	0,00

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

___/___/_____ DATA

_____ ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 20/04/2016 15:12:08 - b3ebb5f
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16042015104757000000034079670
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. b3ebb5f - Pág. 8
Número do documento: 16042015104757000000034079670

HABIL CONTABILISTAS LTDA - ME

FOLHAMATIC

0211 - LUX S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA ME
R MARIA SOARES, 200 - CAMPINAS
13.559.499/0001-13

Demonstrativo de Pagamento de Salário

JULHO/2014
Data do Crédito: 06/08/2014

Código - Nome do Funcionário	Data A	C.B.O.	Emp. Local	Depto.	Setor	Seção	Fl.
000006 - FLAVIO HENRIQUE DA SILVA	01/08/2013	7711-05		0000	0000	0000	1

Cód.	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
0001	SALÁRIO	30,0000	1.824,44	
0810	HORA EXTRA 50%	15,2000	189,08	
1080	D.S.R. S/ HORAS EXTRAS		36,36	
1998	DIF. DE DISSIDIO		124,44	
5610	ADIANTAMENTO (VALE)	40,0000		680,00
5840	CONTRIB. ASSISTENCIAL	1,0000		18,24
9860	I.N.S.S.	9,0000		195,69

CTPS n. 99589 /00206 -CPF: 227.265.768-00 -Data Nasc.: 06/05/1982 R.G.: 443177454 T.P.: MENSALISTA
-FUNÇÃO: MARCENEIRO

Total de Vencimentos	Total de Descontos
2.174,32	893,93
TOTAL LÍQUIDO	1.280,39

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Calc. FGTS	F.G.T.S. do Mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.824,44	2.174,32	2.174,32	173,94	1.619,21	0,00

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

___/___/_____ DATA

_____ ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO

HABIL CONTABILISTAS LTDA - ME

FOLHAMATIC

0211 - LUX S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA ME
R MARIA SOARES, 200 - CAMPINAS
13.559.499/0001-13

Demonstrativo de Pagamento de Salário
FEVEREIRO/2015
Data do Crédito: 20/02/2015

Código - Nome do Funcionário	Data Admissão	C.B.O.	Emp. Local	Depto.	Setor	Seção	Fl.
000008 - FLAVIO HENRIQUE DA SILVA	01/08/2013	7711-05		0000	0000	0000	1

Cód.	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
1520	ADIANTAMENTO DE SALÁRIO	40,0000	800,00	

CTPS n. 99589 /00208 -CPF: 227.265.768-00 -Data Nasc.: 06/05/1982 R.G.: 443177454 T.P.: MENSALISTA
BCO.: - AG.: - - C/C: -FUNÇÃO: MARCENEIRO

Total de Vencimentos	Total de Descontos
800,00	0,00
TOTAL LÍQUIDO	800,00

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Calc. FGTS	F.G.T.S. do Mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
2.000,00	0,00	0,00	0,00	1.355,49	0,00

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

__/__/_____ DATA

_____ ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 20/04/2016 15:12:08 - b3ebb5f
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16042015104757000000034079670
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 16042015104757000000034079670

FOLHAMATIC

HABIL CONTABILISTAS LTDA - ME

0211 - LUX S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA ME
R MARIA SOARES, 200 - CAMPINAS
13.559.499/0001-13

Demonstrativo de Pagamento de Salário
JANEIRO/2015
Data do Crédito: 06/02/2015

Código - Nome do Funcionário	Data Admissão	C.B.O.	Emp. Local	Depto.	Setor	Seção	Fl.
000006 - FLAVIO HENRIQUE DA SILVA	01/08/2013	7711-05		0000	0000	0000	1

Cód.	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
0001	SALÁRIO	30,0000	2.000,00	
0810	HORA EXTRA 50%	1,1600	15,82	
1080	D.S.R. S/ HORAS EXTRAS		3,04	
5610	ADIANTAMENTO (VALE)	40,0000		800,00
5650	FALTAS (DIAS)	1,0000		66,67
5651	DESCONTO DSR	1,0000		66,67
5780	VALE TRANSPORTE	6,0000		120,00
5840	CONTRIB. ASSISTENCIAL			18,84
5850	FALTAS E ATRASOS (T/H)	0,1100		1,00
9860	I.N.S.S.	9,0000		169,61

R.G.: 443177454
CTPS n. 99589 /00208 -CPF: 227.265.768-00 -Data Nasc.: 06/05/1982 T.P.: MENSALISTA
BCO.: - AG.: - - C/C: -FUNÇÃO: MARCENEIRO

Total de Vencimentos	Total de Descontos
2.018,86	1.242,79
TOTAL LÍQUIDO	776,07

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Calc. FGTS	F.G.T.S. do Mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
2.000,00	1.884,52	1.884,52	150,76	555,49	0,00

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

___/___/_____ DATA

_____ ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 20/04/2016 15:12:08 - b3ebb5f
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16042015104757000000034079670
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. b3ebb5f - Pág. 11
Número do documento: 16042015104757000000034079670

HABIL CONTABILISTAS LTDA - ME

FOLHAMATIC

0211 - LUX S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA ME
R MARIA SOARES, 200 - CAMPINAS
13.559.499/0001-13

Recibo de Pagamento de Salário
MARCO/2015
Data do Crédito: 20/03/2015

Código - Nome do Funcionário	Data Admissão	C.B.O.	Emp. Local	Depto.	Setor	Seção	Fl.
000006 - FLAVIO HENRIQUE DA SILVA	01/08/2013	7711-05		0000	0000	0000	1

Cód.	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
1520	ADIANTAMENTO DE SALÁRIO	40,0000	800,00	

CTPS n. 99589 /00208 -CPF: 227.265.768-00 -Data Nasc.: 06/05/1982 R.G.: 443177454 T.P.: MENSALISTA
BCO.: - AG.: - - C/C: -FUNÇÃO: MARCENEIRO

Total de Vencimentos	Total de Descontos
800,00	0,00
TOTAL LÍQUIDO	800,00

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Calc. FGTS	F.G.T.S. do Mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
2.000,00	0,00	0,00	0,00	1.621,63	0,00

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

___/___/_____ DATA

_____ ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO

FOLHAMATIC

HABIL CONTABILISTAS LTDA - ME

0211 - LUX S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA ME
R MARIA SOARES, 200 - CAMPINAS
13.559.499/0001-13

Demonstrativo de Pagamento de Salário
FEVEREIRO/2015
Data do Crédito: 06/03/2015

Código - Nome do Funcionário	Data Admissão	C.B.O.	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	Fl.
000006 - FLAVIO HENRIQUE DA SILVA	01/08/2013	7711-05			0000	0000	0000	1

Cód.	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
0001	SALÁRIO	30,0000	2.000,00	
0810	HORA EXTRA 50%	14,2700	194,59	
0820	HORA EXTRA 100%	4,0000	72,73	
1080	D.S.R. S/ HORAS EXTRAS		44,55	
5610	ADIANTAMENTO (VALE)	40,0000		800,00
5650	FALTAS (DIAS)	1,0000		66,67
5740	DESCONTO DSR	1,0000		66,67
5780	VALE TRANSPORTE	6,0000		120,00
5840	CONTRIB. ASSISTENCIAL	1,0000		21,76
5850	FALTAS E ATRASOS (T/H)	0,1700		1,55
9860	I.N.S.S.	9,0000		195,93

R.G.: 443177454
T.P.: MENSALISTA

CTPS n. 99589 /00208 -CPF: 227.265.768-00 -Data Nasc.: 06/05/1982
BCO.: - AG.: - - C/C: -FUNÇÃO: MARCENEIRO

Total de Vencimentos	Total de Descontos
2.311,87	1.272,58
TOTAL LÍQUIDO	1.039,29

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Calc. FGTS	F.G.T.S. do Mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
2.000,00	2.176,98	2.176,98	174,15	821,63	0,00

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

05/03/2015 — DATA

FLÁVIO HENRIQUE — ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO

FOLHAMATIC

ABIL CONTABILISTAS LTDA - ME

Demonstrativo de Pagamento de Salário

ABRIL/2015

211 - LUX S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA ME

I MARIA SOARES, 200 - CAMPINAS

13.559.499/0001-13

Data do Crédito: 20/04/2015

C.B.O.	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	Fl.
7711-05			0000	0000	0000	1

Código - Nome do Funcionário

000006 - FLAVIO HENRIQUE DA SILVA

Data Admissão 01/08/2013

Cód.	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
1520	ADIANTAMENTO DE SALÁRIO	40,0000	800,00	

CTPS n. 99589 /00208 -CPF: 227.265.768-00 -Data Nasc.: 06/05/1982 R.G.: 443177454 T.P.: MENSALISTA

BCO.: - AG.: - - C/C: --FUNÇÃO: MARCENEIRO

Total de Vencimentos	Total de Descontos
800,00	0,00
TOTAL LÍQUIDO	800,00

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Calc. FGTS	F.G.T.S. do Mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
2.000,00	0,00	0,00	0,00	1.725,48	0,00

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

___/___/_____ DATA

_____ ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 20/04/2016 15:12:08 - b3ebb5f
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16042015104757000000034079670
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 16042015104757000000034079670

HABIL CONTABILISTAS LTDA - ME

0211 - LUX S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA ME
R MARIA SOARES, 200 - CAMPINAS
13.559.499/0001-13

Demonstrativo de Pagamento de Salário
MARCO/2015
Data do Crédito: 07/04/2015

FOLHAMATIC

Código - Nome do Funcionário
000006 - FLAVIO HENRIQUE DA SILVA

Data Admissão
01/08/2013

C.B.O.	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	Fl.
7711-05			0000	0000	0000	1

Cód.	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
0001	SALÁRIO	30,0000	2.000,00	
0810	HORA EXTRA 50%	19,2400	262,36	
1080	D.S.R. S/ HORAS EXTRAS		50,45	
5610	ADIANTAMENTO (VALE)	40,0000		800,00
5750	CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	1,0000		66,67
5780	VALE TRANSPORTE	6,0000		120,00
6840	CONTRIB. ASSISTENCIAL			20,00
6860	I.N.S.S.	9,0000		208,15

PS n. 99589 /00208 -CPF: 227.265.768-00 -Data Nasc.: 06/05/1982 R.G.: 443177454
O.: - AG.: - - C/C: -FUNÇÃO: MARCENEIRO T.P.: MENSALISTA

Total de Vencimentos	Total de Descontos
2.312,81	1.214,82
TOTAL LÍQUIDO	1.097,99

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Calc. FGTS	F.G.T.S. do Mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
2.000,00	2.312,81	2.312,81	185,02	925,48	0,00

CLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

07/04/2015 — DATA

FLÁVIO HENRIQUE — ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO

33766684

HABIL CONTABILISTAS LTDA - ME

FOLHAMATIC

0211 - LUX S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA ME
R MARIA SOARES, 200 - CAMPINAS
13.559.499/0001-13

Demonstrativo de Pagamento de Salário
ABRIL/2015
Data do Crédito: 07/05/2015

Código - Nome do Funcionário	Data Admissão	C.B.O.	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	Fl.
000006 - FLAVIO HENRIQUE DA SILVA	01/08/2013	7711-05			0000	0000	0000	1

Cód.	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
0001	SALÁRIO	30,0000	2.000,00	
0810	HORA EXTRA 50%	11,0300	150,41	
1080	D.S.R. S/ HORAS EXTRAS		37,60	
5610	ADIANTAMENTO (VALE)	40,0000		800,00
5780	VALE TRANSPORTE	6,0000		120,00
5840	CONTRIB. ASSISTENCIAL	1,0000		21,88
9860	I.N.S.S.	9,0000		196,92

FELIZ ANIVERSARIO
CTPS n. 99569 /00208 -CPF: 227.265.768-00 -Data Nasc.: 06/05/1982
BCO.: - AG.: - - C/C: --CARGO: MARCENEIRO

R.G.: 443177454
T.P.: MENSALISTA

Total de Vencimentos	Total de Descontos
2.188,01	1.138,80
TOTAL LÍQUIDO	1.049,21

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Calc. FGTS	F.G.T.S. do Mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
2.000,00	2.188,01	2.188,01	175,04	811,91	0,00

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTANCIA LIQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

___/___/_____ DATA

_____ ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO

FOLHAMATIC

HABIL CONTABILISTAS LTDA - ME

Demonstrativo de Pagamento de Salário

0211 - LUX S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA ME
R MARIA SOARES, 200 - CAMPINAS
13.559.499/0001-13

MAIO/2015
Data do Crédito: 05/06/2015

Código - Nome do Funcionário	Data Admissão	C.B.O.	Emp.	Local	Depto.	Setor	Seção	Fl.
000006 - FLAVIO HENRIQUE DA SILVA	01/08/2013	7711-05			0000	0000	0000	1

Cód.	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
0001	SALÁRIO	30,0000	2.000,00	
5610	ADIANTAMENTO (VALE)	40,0000		800,00
5780	VALE TRANSPORTE	6,0000		120,00
5840	CONTRIB. ASSISTENCIAL	1,0000		20,00
9860	I.N.S.S.	9,0000		180,00

CTPS n. 99589 /00208 -CPF: 227.265.768-00 -Data Nasc.: 06/05/1982 R.G.: 443177454 T.P.: MENSALISTA
BCO.: - AG.: - - C/C: --CARGO: MARCENEIRO

Total de Vencimentos	Total de Descontos
2.000,00	1.120,00
TOTAL LÍQUIDO	880,00

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Calc. FGTS	F.G.T.S. do Mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
2.000,00	2.000,00	2.000,00	160,00	640,82	0,00

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

__/__/____ DATA

_____ ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO

8:30

FOLHAMATIC

HABIL CONTABILISTAS LTDA - ME

0211 - LUX S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA ME
R MARIA SOARES, 200 - CAMPINAS
13.559.499/0001-13

Demonstrativo de Pagamento de Salário
JUNHO/2015
Data do Crédito: 19/06/2015

Código - Nome do Funcionário	Data Admissão	C.B.O.	Emp. Local	Depto.	Setor	Seção	Fl.
000006 - FLAVIO HENRIQUE DA SILVA	01/08/2013	7711-05		0000	0000	0000	1

Cód.	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
1520	ADIANTAMENTO DE SALÁRIO	40,0000	800,00	

CTPS n. 99589 /00208 -CPF: 227.265.768-00 -Data Nasc.: 06/05/1982 R.G.: 443177454 T.P.: MENSALISTA
BCO.: - AG.: - - C/C: --CARGO: MARCENEIRO

Total de Vencimentos	Total de Descontos
800,00	0,00
TOTAL LÍQUIDO	800,00

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Calc. FGTS	F.G.T.S. do Mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
2.000,00	0,00	0,00	0,00	1.440,82	0,00

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

___/___/_____ DATA

_____ ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO

LUX`S SERVIÇOS DE MARCENARIA LTDA - ME
CNPJ: 13.559.499/0001-13

CC: AGRUPAMENTO GPS
Mensalista

Folha Mensal
Setembro de 2015

Código	Nome do Funcionário	CBO	Departamento	Filial
2	FLAVIO HENRIQUE DA SILVA MARCENEIRO	771105	1	1

Admissão: 01/08/2013

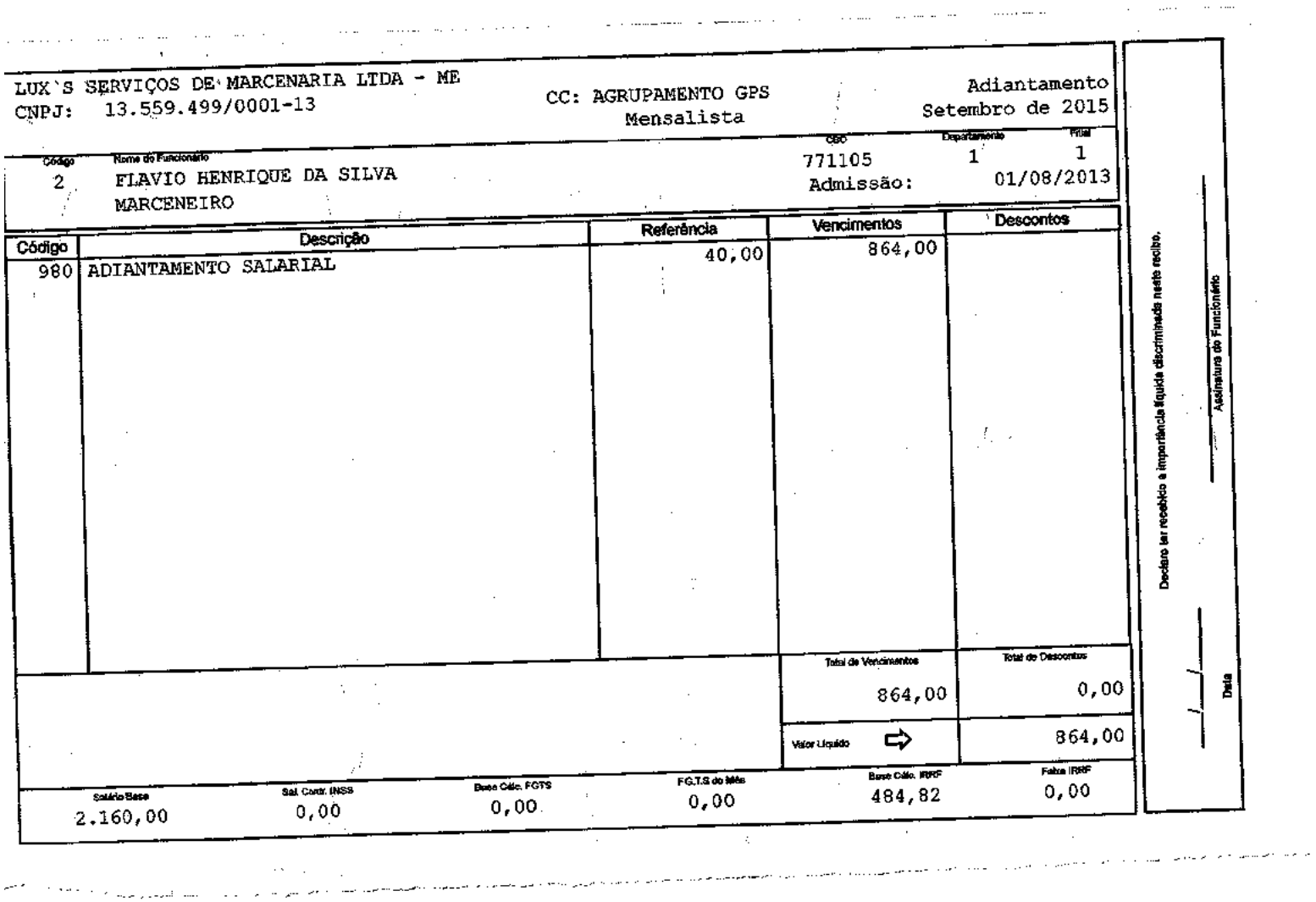
Código	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
1	HORAS NORMAIS	220,00	2.160,00	
204	VALE TRANSPORTE PASSAGENS	182,00	182,00	
250	REFLEXO EXTRAS DSR	0,00	61,85	
150	HORAS EXTRAS	21,00	309,27	
998	I.N.S.S.	11,00		262,58
201	CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL	1,00		21,60
981	DESC.ADIANT.SALARIAL	864,00		864,00
40	HORAS FALTAS	14,67		144,00
48	VALE TRANSPORTE	6,00		120,96
			Total de Vencimentos: 2.713,12	Total de Descontos: 1.413,14
			Valor Líquido ⇨	1.299,98

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Cálc. FGTS	F.G.T.S do Mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
2.160,00	2.387,12	2.387,12	190,96	1.260,54	0,00

Declaro ter recebido a importância líquida discriminada neste recibo.

Assinatura do Funcionário

Data



LUX`S SERVIÇOS DE MARCENARIA LTDA - ME
CNPJ: 13.559.499/0001-13

CC: AGRUPAMENTO GPS
Mensalista

Adiantamento
Setembro de 2015

Código	Nome do Funcionário	CBO	Departamento	Filial
2	FLAVIO HENRIQUE DA SILVA MARCENEIRO	771105	1	1

Admissão: 01/08/2013

Código	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
980	ADIANTAMENTO SALARIAL	40,00	864,00	

Total de Vencimentos	Total de Descontos
864,00	0,00
Valor Líquido ⇨	864,00

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Cálc. FGTS	F.G.T.S do Mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
2.160,00	0,00	0,00	0,00	484,82	0,00

Declaro ter recebido a importância líquida discriminada neste recibo.

Assinatura do Funcionário

Data

LUX`S SERVIÇOS DE MARCENARIA LTDA - ME
CNPJ: 13.559.499/0001-13

CC: AGRUPAMENTO GPS
Mensalista

Adiantamento
Outubro de 2015

Código	Nome do Funcionário	CBO	Departamento	Filial
2	FLAVIO HENRIQUE DA SILVA MARCENEIRO	771105	1	1

Admissão: 01/08/2013

Código	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
980	ADIANTAMENTO SALARIAL	40,00	864,00	

Total de Vencimentos	Total de Descontos
864,00	0,00
Valor Líquido ⇨	864,00

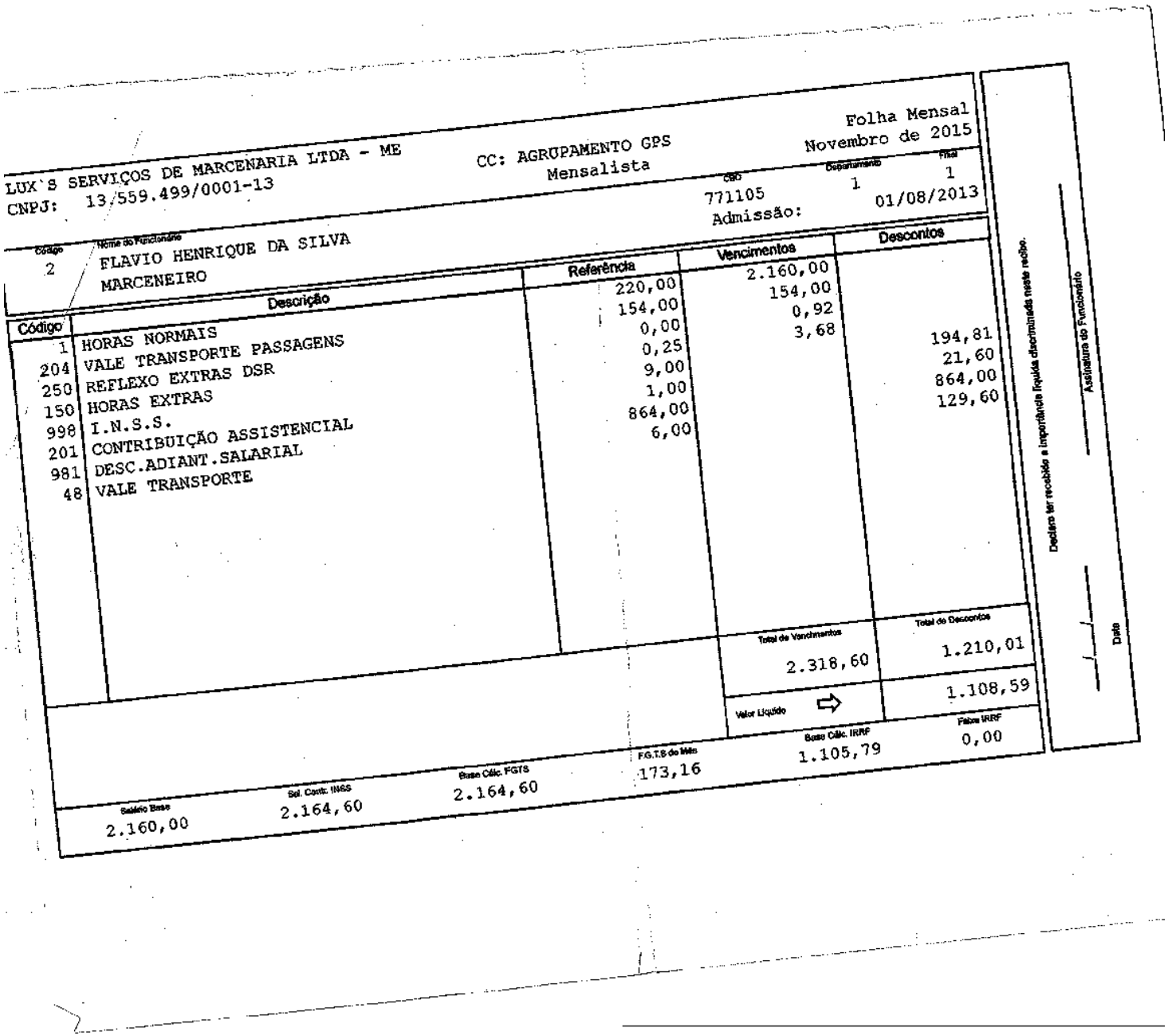
Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Cálc. FGTS	F.G.T.S do Mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
2.160,00	0,00	0,00	0,00	484,82	0,00

Declaro ter recebido a importância líquida discriminada neste recibo.

Assinatura do Funcionário

Data

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 20/04/2016 15:12:08 - b3ebb5f
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16042015104757000000034079670
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. b3ebb5f - Pág. 21
Número do documento: 16042015104757000000034079670



LUX`S SERVIÇOS DE MARCENARIA LTDA - ME
CNPJ: 13.559.499/0001-13

CC: AGRUPAMENTO GPS
Mensalista

Folha Mensal
Novembro de 2015

CBO 771105 | Departamento 1 | Filial 1
Admissão: 01/08/2013

Código: 2
Nome do Funcionário: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
MARCENEIRO

Código	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
1	HORAS NORMAIS	220,00	2.160,00	
204	VALE TRANSPORTE PASSAGENS	154,00	154,00	
250	REFLEXO EXTRAS DSR	0,00	0,92	
150	HORAS EXTRAS	0,25	3,68	
998	I.N.S.S.	9,00		194,81
201	CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL	1,00		21,60
981	DESC.ADIANT.SALARIAL	864,00		864,00
48	VALE TRANSPORTE	6,00		129,60

Total de Vencimentos: 2.318,60
Total de Descontos: 1.210,01
Valor Líquido: 1.108,59

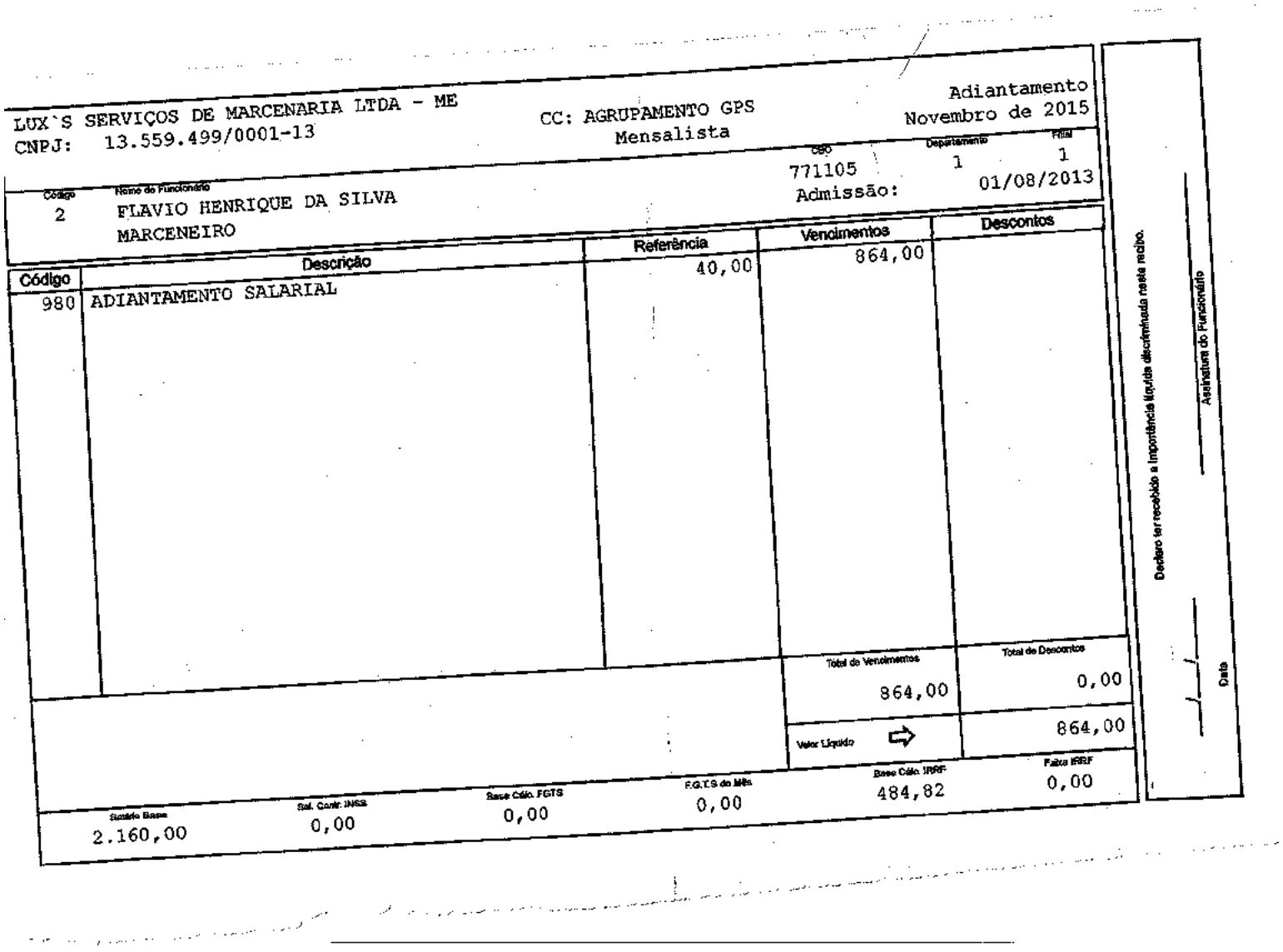
Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Cálc. FGTS	F.G.T.S do Mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
2.160,00	2.164,60	2.164,60	173,16	1.105,79	0,00

Declaro ter recebido a importância líquida discriminada neste recibo.

Assinatura do Funcionário

Data

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 20/04/2016 15:12:08 - b3ebb5f
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16042015104757000000034079670
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 16042015104757000000034079670



LUX`S SERVIÇOS DE MARCENARIA LTDA - ME
CNPJ: 13.559.499/0001-13

CC: AGRUPAMENTO GPS
Mensalista

Adiantamento
Novembro de 2015

Código	Nome do Funcionário	CBO	Departamento	Filial	Admissão:
2	FLAVIO HENRIQUE DA SILVA MARCENEIRO	771105	1	1	01/08/2013

Código	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
980	ADIANTAMENTO SALARIAL	40,00	864,00	

Total de Vencimentos: 864,00
Total de Descontos: 0,00
Valor Líquido: 864,00

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Cálc. FGTS	F.G.T.S. do Mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
2.160,00	0,00	0,00	0,00	484,82	0,00

Declaro ter recebido a importância líquida discriminada neste recibo.

Assinatura do Funcionário

Data

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 20/04/2016 15:12:08 - b3ebb5f
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16042015104757000000034079670
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. b3ebb5f - Pág. 23
Número do documento: 16042015104757000000034079670

LUX`S SERVIÇOS DE MARCENARIA LTDA - ME
CNPJ: 13.559.499/0001-13

CC: AGRUPAMENTO GPS
Mensalista

Folha Mensal
Dezembro de 2015

Código	Nome do Funcionário	CBO	Departamento	Filial
2	FLAVIO HENRIQUE DA SILVA MARCENEIRO	771105	1	1

Admissão: 01/08/2013

Código	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
1	HORAS NORMAIS	220,00	2.160,00	
204	VALE TRANSPORTE PASSAGENS	152,00	152,00	
998	I.N.S.S.	9,00		194,40
201	CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL	1,00		21,60
981	DESC.ADIANT.SALARIAL	864,00		864,00
48	VALE TRANSPORTE	6,00		129,60

Total de Vencimentos	Total de Descontos
2.312,00	1.209,60
Valor Líquido ⇨	1.102,40

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Cálc. FGTS	F.G.T.S do Mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
2.160,00	2.160,00	2.160,00	172,80	1.101,60	0,00

Declaro ter recebido a importância líquida discriminada neste recibo.

FLÁVIO HENRIQUE DA SILVA
Assinatura do Funcionário

01/01/2016
Data

LUX`S SERVIÇOS DE MARCENARIA LTDA - ME
CNPJ: 13.559.499/0001-13

CC: AGRUPAMENTO GPS
Mensalista

13o. Integral
Dezembro de 2015

Código	Nome do Funcionário	CBO	Departamento	Filial
2	FLAVIO HENRIQUE DA SILVA MARCENEIRO	771105	1	1

Admissão: 01/08/2013

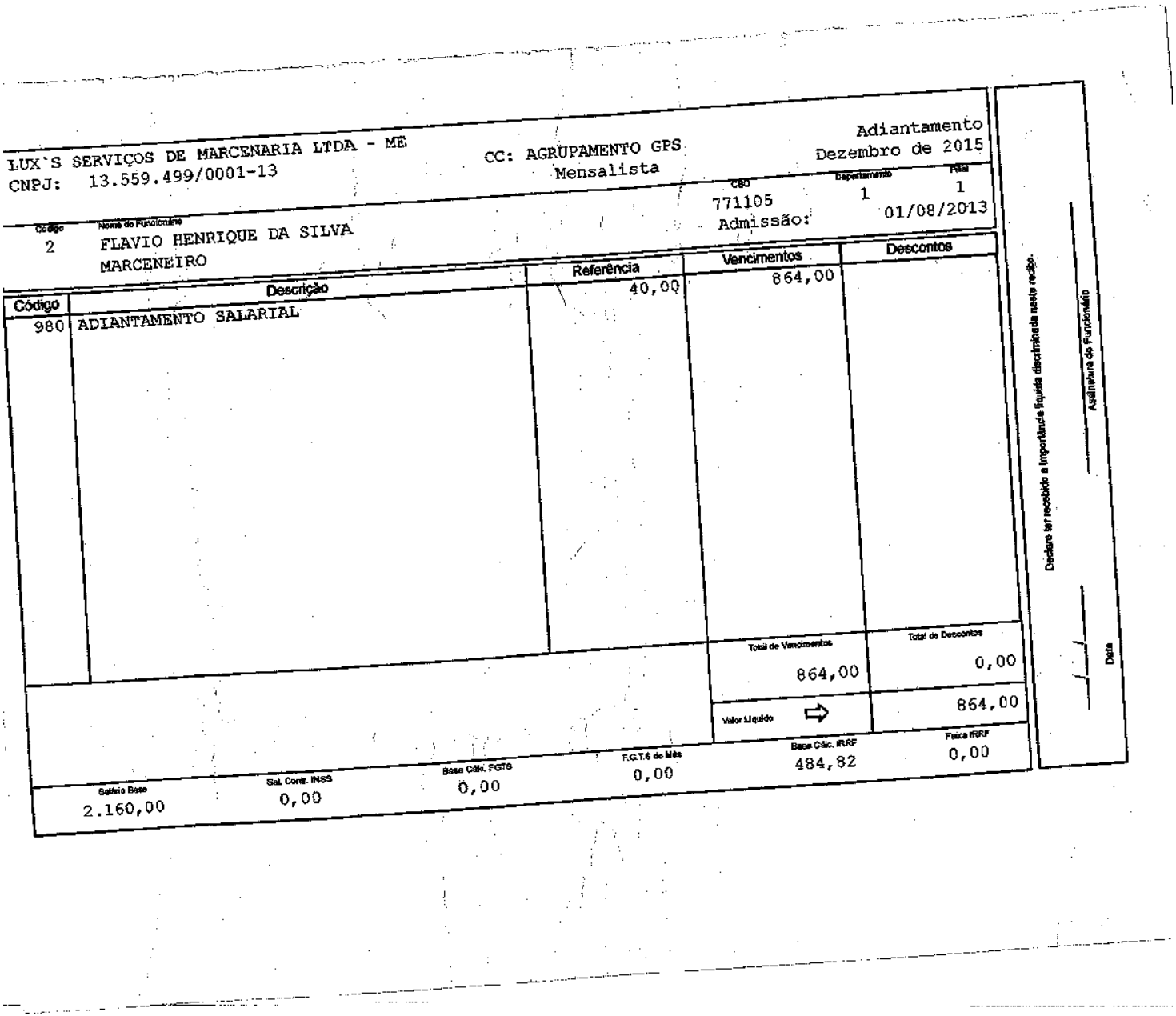
Código	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
12	13 SALARIO INTEGRAL	12,00	2.160,00	
800	MEDIA HORAS 13o	12,00	130,73	
50	ADIANTAMENTO 13 SALARIO	1.080,00		1.080,00
8919	ADIANTAMENTO 13° MEDIA HORAS	60,86		60,86
825	INSS 13o SALARIO	9,00		206,16
			Total de Vencimentos: 2.290,73	Total de Descontos: 1.347,02
			Valor Líquido ⇨	943,71

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Cálc. FGTS	F.G.T.S do Mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
2.160,00	2.290,73	1.149,87	91,98	1.705,39	0,00

Declaro ter recebido a importância líquida discriminada neste recibo.

Assinatura do Funcionário

Data



LUX`S SERVIÇOS DE MARCENARIA LTDA - ME
CNPJ: 13.559.499/0001-13

CC: AGRUPAMENTO GPS
Mensalista

Adiantamento
Dezembro de 2015

Código	Nome do Funcionário	CBO	Departamento	Filial
2	FLAVIO HENRIQUE DA SILVA	771105	1	1
	MARCENEIRO	Admissão:		01/08/2013

Código	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
980	ADIANTAMENTO SALARIAL	40,00	864,00	

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Cálc. FGTS	F.G.T.S do Mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
2.160,00	0,00	0,00	0,00	484,82	0,00

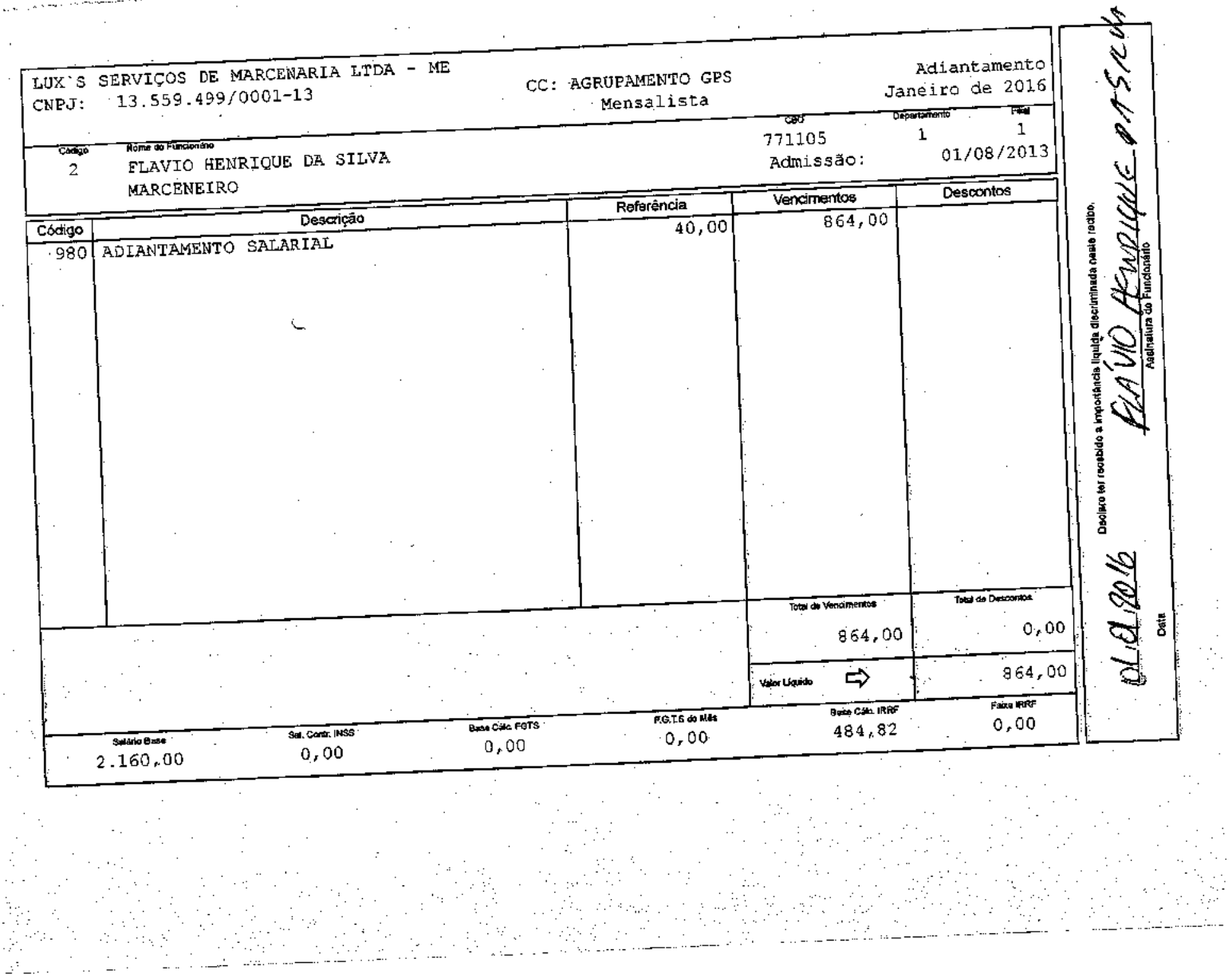
Total de Vencimentos	Total de Descontos
864,00	0,00
Valor Líquido ⇨	864,00

Declaro ter recebido a importância líquida discriminada neste recibo.

Assinatura do Funcionário

Data

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 20/04/2016 15:12:08 - b3ebb5f
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16042015104757000000034079670
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 16042015104757000000034079670



LUX`S SERVIÇOS DE MARCENARIA LTDA - ME
CNPJ: 13.559.499/0001-13

CC: AGRUPAMENTO GPS
Mensalista

Adiantamento
Janeiro de 2016

Código	Nome do Funcionário	CBO	Departamento	Filial
2	FLAVIO HENRIQUE DA SILVA MARCENEIRO	771105	1	1

Admissão: 01/08/2013

Código	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
980	ADIANTAMENTO SALARIAL	40,00	864,00	

Total de Vencimentos	Total de Descontos
864,00	0,00
Valor Líquido ⇨	864,00

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Cálc. FGTS	F.G.T.S do Mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
2.160,00	0,00	0,00	0,00	484,82	0,00

Declaro ter recebido a importância líquida discriminada neste recibo.

FLAVIO HENRIQUE DA SILVA

Assinatura do Funcionário

01/04/2016

Data

Correios — TELEGRAMA

Para enviar telegrama ligue **3003 0100** (capitais e regiões me...
0800 7257282 (para demais localidades) ou acesse correios.com.br

CONTEÚDO DA MENSAGEM

<<EU FLAVIO HENRIQUE DA SILVA RG 44317745-4 CPF 22726576800 VENHO ATRAVÉS DESTA COMUNICAR A RESCISÃO INDIRETA DO CONTRATO DE TRABALHO COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 483, A DA CLT RESSALTANDO QUE INTERROMPI A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO DIA 04 02 2016 QUE NÃO PERMANECEREI TRABALHANDO ATÉ A DECISÃO FINAL DO PROCESSO CONFORME PARAGRAFO TERCEIRO DO MENCIONADO DESPOSITIVO LEGAL

NO MAIS AGUARDO O PAGAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS MEDIATE DEPOSITOS EM CONTA BANCARIA>>

ÁREA DE COLA

Fabrizio - FC0731/30

DOBRAR

DOBRAR

ECT - Cópia MB174034477 postado em 12/02/2016 15:25

REMETENTE

LUX'S SERVIÇOS DE MARCENARIA LTDA-ME
Rua Maria Soares 200
Vila Industrial
13035-390 - Campinas/SP

USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS

1 Mudou-se
2 Ausente
3 Desconhecido
4 Endereço insuficiente. Faltou: .....
5 Outros (Especificar) .....
6 Recusado
7 Falecido
8 Não existe o número indicado

DESTINATÁRIO

FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
Rua Synira de Arruda Valente 1114
Jardim dos Oliveiras
13044-260 - Campinas/SP

NÚMERO DO TELEGRAMA

MA783339221BR 13695

DHP 12/02/2016 15:26

DESTACAR AQUI

DESTACAR AQUI

75240183-1

210 x 297mm

Correios — TELEGRAMA

Para enviar telegrama ligue 3003 0100 (capitais) 0800 7257282 (para demais localidades).

CONTEÚDO DA MENSAGEM

<<Seu telegrama no. MB174034477, remetido dia 12 de fevereiro de 2016 destinado a:

LUX'S SERVIÇOS DE MARCENARIA LTDA–ME
Rua Maria Soares, 200
Vila Industrial
Campinas/SP
13035–390

Foi entregue às 17:18 do dia 12 de fevereiro de 2016.
O recibo de entrega foi assinado por: EMERSON OLIVEIRA

Atenciosamente, CDD PARQUE ITALIA>>

ÁREA DE COLA

Fabrizzio - FC0731/30

DOBRAR

DESTACAR AQUI

REMETENTE

COMPROVANTE DE RECEBIMENTO

USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS

1 Mudou-se
2 Ausente
3 Desconhecido
4 Endereço insuficiente. Faltou: .....
5 Outros (Especificar) .....
6 Recusado
7 Falecido
8 Não existe o número indicado

DESTINATÁRIO

FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
Rua Synira de Arruda Valente 1114
Jardim dos Oliveiras
13044-260 - Campinas/SP

NÚMERO DO TELEGRAMA

MA783437484BR 13735

DHP 13/02/2016 09:15

75240183-1

210 x 297mm

DESTINATÁRIO:

AO ADVOGADO DO RECLAMANTE:

Fica V. Sa. intimada:

Fica V. Sa. notificado para comparecer à audiência UNA- RITO SUMARÍSSIMO que se realizará no dia **20/09/2016 14:43 h**, na sala de audiências da **3ª Vara do Trabalho de Campinas**, situada à Avenida José de Souza Campos, 422, Nova Campinas, CAMPINAS - SP - CEP: 13092-123.

Poder Judiciário Federal - Justica do Trabalho - TRT 15 Região

3ª Vara do Trabalho de Campinas
Avenida José de Souza Campos, 422, Nova Campinas, CAMPINAS - SP - CEP: 13092-123
(19) 32327997 - saj.3vt.campinas@trt15.jus.br

Registrado Postal n JO032205867BR Postado em 03/05/2016

DESTINATÁRIO: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME
RUA MARIA SOARES , 200, VILA INDUSTRIAL, CAMPINAS - SP - CEP: 13035-390

PROCESSO: 0010782-36.2016.5.15.0043

CLASSE: AÇÃO TRABALHISTA - RITO SUMARÍSSIMO (1125)

AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME CNPJ: 13.559.499/0001-13

NOTIFICAÇÃO JUDICIAL EM PROCESSO ELETRÔNICO (PJe)

Fica V. Sa. notificado para comparecer à audiência UNA- RITO SUMARÍSSIMO que se realizará no dia **20/09/2016 14:43 h**, na sala de audiências da **3ª Vara do Trabalho de Campinas**, situada à Avenida José de Souza Campos, 422, Nova Campinas, CAMPINAS - SP - CEP: 13092-123. A peticão inicial e documentos poderão ser acessados apenas em meio eletrônico, mediante consulta ao seguinte endereco na internet: **http://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam**, digitando no campo "número do documento" o(s) número(s) descrito(s) como chave(s) de acesso, abaixo identificado(s):

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Telegramas	Telegrama	16042015110271200000034079709
Recibos	Recibo de Salário	16042015104757000000034079670
Extrato fgts	Extrato de Conta do FGTS	16042015102919300000034079608
Contrato de honorários	Documento Diverso	16042015101357500000034079563
Documento pessoal	Documento Diverso	16042015095813100000034079525
Declaração de hipossuficiente	Declaração de Hipossuficiência	16042015092585300000034079430
CTPS	CTPS	16042015085802500000034079362
CONVENÇÃO 2015-2016	Convenção Coletiva de Trabalho	16042015083764300000034079317
CONVENÇÃO 2014	Convenção Coletiva de Trabalho	16042015082082300000034079272
CONVENCAO-2013 (parte 4)	Convenção Coletiva de Trabalho	16042015081341200000034079250
CONVENCAO-2013 (parte 3)	Convenção Coletiva de Trabalho	16042015080380700000034079217
CONVENCAO-2013 (parte 2)	Convenção Coletiva de Trabalho	16042015075436100000034079193
CONVENCAO-2013 (parte 1)	Convenção Coletiva de Trabalho	16042015074321800000034079164
Procuração	Procuração	16042015055682700000034078842

Petição inicial-pdfa	Petição Inicial	160420150536472000000034078795
Petição em PDF	Petição em PDF	160420150213389000000034078298

Caso V. S. não consiga consultá-los via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereco acima indicado) para ter acesso a eles ou receber orientacões.

PARA VISUALIZAÇÃO, UTILIZAR O NAVEGADOR MOZILLA FIREFOX

A audiência será UNA, de conciliacão, instrucão e julgamento, nos termos da Lei 9957/2000, que disciplina o RITO SUMARÍSSIMO nos feitos trabalhistas.

A defesa e os documentos deverão ser apresentados dentro do Processo Judicial Eletrônico (PJe), acessado com assinatura digital, até o horário da abertura da audiência, nos termos da Lei 11.419 /2006, da Resolucão 136/2014 do CSJT e do Provimento GP-VPJ-CR N 4/2013 do TRT da 15 Região.

Caso a antecedência não seja observada, a defesa poderá ser apresentada oralmente em audiência, nos termos do artigo 847 da CLT.

Se V. S. não possuir equipamento para conversão ou escaneamento de documentos em formato PDF, deverá comparecer à Unidade Judiciária para proceder à adequacão dos documentos por meio dos equipamentos disponíveis na Central de Atendimento.

Na audiência referida lhe é facultado fazer-se substituir por um preposto (empregado) que tenha conhecimento direto dos fatos, bem como fazer-se acompanhar por advogado(a), sendo que o não comparecimento à audiência poderá acarretar sérios prejuízos, presumindo-se aceitos como verdadeiros todos os fatos alegados pelo autor e constantes da peticão inicial, nos termos do Art. 844 da CLT, esclarecendo, por fim que em se tratando de pessoa jurídica, deverá apresentar com a defesa a cópia atual do estatuto constitutivo (contrato social) de forma eletrônica.

Não será aceita contestacão ou qualquer outro tipo de peticão relativa a esse processo eletrônico que sejam encaminhadas por intermédio de e-Doc, protocolo integrado ou outros meios disponíveis no TRT da 15 Região.

Testemunhas na forma do art. 852-H, §2, da CLT.

Em havendo pedido que necessite de perícia, as partes deverão apresentar quesitos e indicar assistente técnico até a data da audiência.

Salvo tratar-se de situacão que efetivamente exija a adocão do procedimento, RECOMENDA-SE NÃO UTILIZAR

A OPÇÃO "SIGILO" QUANDO DA JUNTADA DA CONTESTAÇÃO E DOCUMENTOS.

CAMPINAS, 25 de Abril de 2016.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª Vara do Trabalho de Campinas

Processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME

D E S P A C H O

Tendo em vista a necessidade de readequação de pauta, redesigno a audiência UNA - Rito Sumaríssimo para 26/09/2016 às 15h:18min., mantidas as cominações anteriores.

Intimem-se as partes.

Em 15 de Agosto de 2016.

Juiz(íza) do Trabalho

DESTINATÁRIO:

AO ADVOGADO DO RECLAMANTE:

Fica V. Sa. notificado do despacho de id 2f213ba, com o seguinte teor:

Tendo em vista a necessidade de readequação de pauta, redesigno a audiência UNA - Rito Sumaríssimo para 26/09/2016 às 15h:18min., mantidas as cominações anteriores.

Intimem-se as partes.

ÃO AOS CORREIOS:
NCONTRADO O DESTINATÁRIO, DEVOLVER
HS., CONF. PAR. ÚNICO ART. 774 DA CLT.

Poder Judiciário Federal
Justiça do Trabalho - TRT 15ª Região

Carta
9912353797-DR/SI
TRT 15ª Regiã
CORREIOS

3ª Vara do Trabalho de Campinas
Avenida José de Souza Campos, 422, Nova Campinas, CAMPINAS - SP - CEP: 13092-123
(19) 32327997 - saj.3vt.campinas@trt15.jus.br

Registrado Postal nº JO032212960BR Postado em 18/08/2016

Destinatário:
LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME
RUA MARIA SOARES , 200, VILA INDUSTRIAL, CAMPINAS - SP - CEP: 13035-390

NOTIFICAÇÃO JUDICIAL EM PROCESSO ELETRÔNICO (PJe)

Processo: **0010782-36.2016.5.15.0043 - Processo PJe-JT**
Classe: **AÇÃO TRABALHISTA - RITO SUMARÍSSIMO (1125)**
Autor: **FLAVIO HENRIQUE DA SILVA**
Réu:**LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME CNPJ: 13.559.499/0001-13**

Fica V. Sa. notificado do despacho de id 2f213ba, com o seguinte teor:

Tendo em vista a necessidade de readequação de pauta, redesigno a audiência UNA - Rito Sumaríssimo para 26/09/2016 às 15h:18min., mantidas as cominações anteriores.

Intimem-se as partes.

A petição inicial e documentos poderão ser acessados apenas em meio eletrônico, mediante consulta ao seguinte endereço na internet: **http://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam**, digitando no campo "número do documento" o(s) número(s) descrito(s) como chave(s) de acesso, abaixo identificado(s):

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**

Despacho	Despacho	16081509333892200000041756190
Notificação	Notificação	16042513594897900000034212238
Notificação	Notificação	16042513594869500000034212237
Telegramas	Telegrama	16042015110271200000034079709
Recibos	Recibo de Salário	16042015104757000000034079670
Extrato fgts	Extrato de Conta do FGTS	16042015102919300000034079608
Contrato de honorários	Documento Diverso	16042015101357500000034079563
Documento pessoal	Documento Diverso	16042015095813100000034079525
Declaração de hipossuficiente	Declaração de Hipossuficiência	16042015092585300000034079430
CTPS	CTPS	16042015085802500000034079362
CONVENÇÃO 2015-2016	Convenção Coletiva de Trabalho	16042015083764300000034079317
CONVENÇÃO 2014	Convenção Coletiva de Trabalho	16042015082082300000034079272
CONVENCAO-2013 (parte 4)	Convenção Coletiva de Trabalho	16042015081341200000034079250
CONVENCAO-2013 (parte 3)	Convenção Coletiva de Trabalho	16042015080380700000034079217
CONVENCAO-2013 (parte 2)	Convenção Coletiva de Trabalho	16042015075436100000034079193
CONVENCAO-2013 (parte 1)	Convenção Coletiva de Trabalho	16042015074321800000034079164
Procuração	Procuração	16042015055682700000034078842
Petição inicial-pdfa	Petição Inicial	16042015053647200000034078795
Petição em PDF	Petição em PDF	16042015021338900000034078298

Em 16 de Agosto de 2016.

ADRIANA SOUZA COSTA

Certifico a devolução da notificação Id:9bbf736 enviada à/ao reclamada Destinatário: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME RUA MARIA SOARES , 200, VILA INDUSTRIAL, CAMPINAS - SP - CEP: 13035-390, via Correios, com a informação: ausente 23/0/08/2016.

Poder Judiciário Federal
Justiça do Trabalho - TRT 15ª Região

3ª Vara do Trabalho de Campinas

Avenida José de Souza Campos, 422, Nova Campinas, CAMPINAS - SP - CEP: 13092-123

MANDADO DE NOTIFICAÇÃO INICIAL - Processo PJe-JT

PROCESSO: 0010782-36.2016.5.15.0043

CLASSE: AÇÃO TRABALHISTA - RITO SUMARÍSSIMO (1125)

AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA

LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME CNPJ: 13.559.499/0001-13

O(a) Exmo(a). Juiz(a) do Trabalho, MARINA DE SIQUEIRA FERREIRA ZERBINATTI MANDA ao Oficial de Justiça que, à vista do presente e em seu cumprimento, **notifique**

Nome fantasia: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME
Endereço: RUA MARIA SOARES , 200, VILA INDUSTRIAL, CAMPINAS - SP - CEP: 13035-390

para comparecer à audiência UNA/Rito Sumaríssimo que se realizará no dia **26/09/2016 15:18**, na sala de audiências da **3ª Vara do Trabalho de Campinas**, endereço no cabeçalho. A petição inicial e documentos poderão ser acessados pela página eletrônica **(http://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam)** , digitando a(s) chave(s) abaixo:

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Notificação devolvida LUX'S	Certidão	16090812301459800000043450465
Notificação	Notificação	16081611424933600000041867056
Notificação	Notificação	16081611424911900000041867055
Despacho	Despacho	16081509333892200000041756190
Notificação	Notificação	16042513594897900000034212238
Notificação	Notificação	16042513594869500000034212237
Telegramas	Telegrama	16042015110271200000034079709
Recibos	Recibo de Salário	16042015104757000000034079670
Extrato fgts	Extrato de Conta do FGTS	16042015102919300000034079608

Contrato de honorários	Documento Diverso	16042015101357500000034079563
Documento pessoal	Documento Diverso	16042015095813100000034079525
Declaração de hipossuficiente	Declaração de Hipossuficiência	16042015092585300000034079430
CTPS	CTPS	16042015085802500000034079362
CONVENÇÃO 2015-2016	Convenção Coletiva de Trabalho	16042015083764300000034079317
CONVENÇÃO 2014	Convenção Coletiva de Trabalho	16042015082082300000034079272
CONVENCAO-2013 (parte 4)	Convenção Coletiva de Trabalho	16042015081341200000034079250
CONVENCAO-2013 (parte 3)	Convenção Coletiva de Trabalho	16042015080380700000034079217
CONVENCAO-2013 (parte 2)	Convenção Coletiva de Trabalho	16042015075436100000034079193
CONVENCAO-2013 (parte 1)	Convenção Coletiva de Trabalho	16042015074321800000034079164
Procuração	Procuração	16042015055682700000034078842
Petição inicial-pdfa	Petição Inicial	16042015053647200000034078795
Petição em PDF	Petição em PDF	16042015021338900000034078298

Caso V. S.ª não consiga consultá-los via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso a eles ou receber orientações.

PARA VISUALIZAÇÃO, UTILIZAR O NAVEGADOR MOZILLA FIREFOX

A audiência será UNA, de conciliação, instrução e julgamento, nos termos da Lei 9957/2000, que disciplina o RITO SUMARÍSSIMO nos feitos trabalhistas.

A defesa e os documentos deverão ser apresentados pelo peticionamento eletrônico até o horário da abertura da audiência, nos termos do art. 9º do Provimento GP-VPJ-CR Nº 4/2013.

Caso a antecedência não seja observada, a defesa poderá ser apresentada oralmente em audiência, nos termos do artigo 847 da CLT.

Se V. S.ª não possuir equipamento para conversão ou escaneamento de documentos em formato PDF, deverá comparecer à Unidade Judiciária para proceder à adequação dos documentos por meio dos equipamentos disponíveis na Central de Atendimento.

Na audiência referida lhe é facultado fazer-se substituir por um preposto (empregado) que tenha conhecimento direto dos fatos, bem como fazer-se acompanhar por advogado(a), sendo que o não comparecimento a audiência ou a não apresentação de defesa e documentos nos termos acima indicados, poder-lhe-á acarretar sérios prejuízos, presumindo-se aceitos como verdadeiros todos os fatos alegados pelo autor e constantes da petição inicial, nos termos do Art. 844 da CLT, esclarecendo, por fim que em se tratando de pessoa jurídica, sugere-se apresentar com a defesa a cópia atual do estatuto constitutivo (contrato social) de forma eletrônica.

Testemunhas na forma do art. 852-H, §2º, da CLT.

Fica, ainda, autorizado a valer-se do disposto no artigo 172 e parágrafos do CPC e utilizar-se de força policial, arrombamento e prisão a quem se opuser ao cumprimento da presente ordem.

CUMPRA-SE, **na forma e sob as penas da lei.**

Esta é assinada pelo servidor, de ordem do MM. Juiz do Trabalho, nos termos do artigo 250, inciso VII do CPC.

CAMPINAS , 8 de Setembro de 2016 .

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

PROCESSO: RTSum 0010782-36.2016.5.15.0043
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME

ID do mandado: c5305d8
Destinatário: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME.

CERTIDÃO - NOTIFICAÇÃO NEGATIVA

Certifico e dou fé que, para cumprir a notificação, no dia **09 de setembro de 2016, por volta das 14h47min,** dirigi-me ao endereço **Rua Maria Soares, 200, Vila Industrial, Campinas - SP** , onde encontrei o imóvel com uma placa "Aluga (19) 3736-3377", momento em que entrei em contato com o número indicado, mas a pessoa que atendeu o telefone na imobiliária não soube passar mais informações. Nesse momento, chegava a casa vizinha, de numeração 208, uma jovem que me informou que o proprietário havia deixado o local, mas que possuía uma sala comercial no prédio em frente de numeração 225. Dirigi-me até o imóvel, mas não havia recepção no local, na primeira sala, falei com uma jovem que disse desconhecer, então fui a outra sala mais próxima, onde fui informada que a sala procurada era a de frente. Fui até o local, sendo recebida pelo Sr. Rafael, que informou ter mudado há pouco tempo e que atualmente era escritório de criação de site, e informou que eu poderia perguntar no imóvel ao lado alguma informação. Ao descer, fui informada, pela primeira jovem, que o proprietário das salas comerciais, morava ao lado e que o mesmo havia passado lá e que a mesma indagou sobre a pessoa procurada, recebendo a informação de que a pessoa procurada havia entregado a sala e mudado para a cidade de Cafelândia, porém não sabia precisar o seu atual endereço.

Diante do exposto, e dada a brevidade da data da audiência, devolvo o mandado à origem para apreciação do fato pelo(a) MM juiz(a), ficando no aguardo de novas determinações.

CAMPINAS, 12 de Setembro de 2016

WANESSA KIEV FERNANDES ALBUQUERQUE

Oficial de Justiça Avaliador Federal

EXMO SR DR JUIZ DO TRABALHO DA 3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS/SP

PROCESSO Nº 0010782-36.2016.5.15.0043

FLAVIO HENRIQUE DA SILVA, já qualificado nos autos da presente RECLAMAÇÃO TRABALHISTA vem à presença de VExª, expor e ao final requerer :

1. *In casu*, a notificação do Reclamado restou infrutífera, tendo a Sra Oficial de Justiça certificado que esteve no local, porém foi informada que o Réu mudou-se para a cidade de Cafelândia/SP.

2. Diante do exposto, tendo em vista a proximidade da data da audiência marcada para o dia 26/09/2016, vem requerer seja o Recdo notificado em **caráter de urgência** no endereço abaixo identificado:

NOVO ENDEREÇO

AVENIDA: PIZA SOBRINHO, Nº 225, CENTRO

CEP.: 16500-000 - CAFELÂNDIA/SP

CEL. (014) 99759-1849, E-MAIL: vendas1@luxs.com.br

Termos em que

pede deferimento.

Campinas, 13/09/2016

SIMONE DE MORAES SOUZA

OAB/SP 313.589

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
3ª Vara do Trabalho de Campinas
Avenida José de Souza Campos, 422, Nova Campinas, CAMPINAS - SP - CEP: 13092-123
TEL.: (19) 32327997 - EMAIL: saj.3vt.campinas@trt15.jus.br

Processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME

CERTIDÃO PJe-JT

Certifico para os devidos fins que, considerando o novo endereço fornecido pelo reclamante em manifestação de id 0169527, encaminho notificação para o endereço:

AVENIDA: PIZA SOBRINHO, Nº 225, CENTRO CEP.: 16500-000 - CAFELÂNDIA/SP

CAMPINAS, 13 de Setembro de 2016.

ÃO AOS CORREIOS:
NCONTRADO O DESTINATÁRIO, DEVOLVER
HS., CONF. PAR. ÚNICO ART. 774 DA CLT.

Poder Judiciário Federal
Justiça do Trabalho - TRT 15ª Região

Carta
9912353797-DR/SI
TRT 15ª Regiã
CORREIOS

3ª Vara do Trabalho de Campinas
Avenida José de Souza Campos, 422, Nova Campinas, CAMPINAS - SP - CEP: 13092-123
(19) 32327997 - saj.3vt.campinas@trt15.jus.br

Registrado Postal nº JO743005715BR Postado em 15/09/2016

Destinatário: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME
AVENIDA PIZA SOBRINHO, 225, CENTRO, CAFELANDIA - SP - CEP: 16500-000

NOTIFICAÇÃO JUDICIAL EM PROCESSO ELETRÔNICO (PJe)

Processo: **0010782-36.2016.5.15.0043 - Processo PJe-JT**
Classe: **AÇÃO TRABALHISTA - RITO SUMARÍSSIMO (1125)**
Autor: **FLAVIO HENRIQUE DA SILVA**
Réu:**LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME CNPJ: 13.559.499/0001-13**

Fica V. Sa. notificado do despacho de id 2f213ba, cujo teor segue transcrito:

Tendo em vista a necessidade de readequação de pauta, redesigno a audiência UNA - Rito Sumaríssimo para 26/09/2016 às 15h:18min., mantidas as cominações anteriores.

Intimem-se as partes.

A petição inicial e documentos poderão ser acessados apenas em meio eletrônico, mediante consulta ao seguinte endereço na internet: **http://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam**, digitando no campo "número do documento" o(s) número(s) descrito(s) como chave(s) de acesso, abaixo identificado(s):

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Certidão de encaminhamento de nova notificação no endereço informado pelo reclamante	Certidão	16091315383559200000043774393
NOVO ENDEREÇO NOTIFICAÇÃO	Manifestação	16091315190963000000043770250

Devolução de mandado	Certidão	1609121756287480 0000043690803
Mandado	Mandado	1609081232590910 0000043450699
Notificação devolvida LUX'S	Certidão	1609081230145980 0000043450465
Notificação	Notificação	1608161142493360 0000041867056
Notificação	Notificação	1608161142491190 0000041867055
Despacho	Despacho	1608150933389220 0000041756190
Notificação	Notificação	1604251359489790 0000034212238
Notificação	Notificação	1604251359486950 0000034212237
Telegramas	Telegrama	1604201511027120 0000034079709
Recibos	Recibo de Salário	1604201510475700 0000034079670
Extrato fgts	Extrato de Conta do FGTS	1604201510291930 0000034079608
Contrato de honorários	Documento Diverso	1604201510135750 0000034079563
Documento pessoal	Documento Diverso	1604201509581310 0000034079525
Declaração de hipossuficiente	Declaração de Hipossuficiência	1604201509258530 0000034079430
CTPS	CTPS	1604201508580250 0000034079362
CONVENÇÃO 2015-2016	Convenção Coletiva de Trabalho	1604201508376430 0000034079317
CONVENÇÃO 2014	Convenção Coletiva de Trabalho	1604201508208230 0000034079272
CONVENCAO-2013 (parte 4)	Convenção Coletiva de Trabalho	1604201508134120 0000034079250
CONVENCAO-2013 (parte 3)	Convenção Coletiva de Trabalho	1604201508038070 0000034079217
CONVENCAO-2013 (parte 2)	Convenção Coletiva de Trabalho	1604201507543610 0000034079193
CONVENCAO-2013 (parte 1)	Convenção Coletiva de Trabalho	1604201507432180 0000034079164
Procuração	Procuração	1604201505568270 0000034078842
Petição inicial-pdfa	Petição Inicial	1604201505364720 0000034078795
		1604201502133890

Petição em PDF	Petição em PDF	0000034078298

Em 13 de Setembro de 2016.

EXMO SR DR JUIZ DO TRABALHO DA 3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS/SP

PROCESSO Nº 0010782-36.2016.5.15.0043

FLÁVIO HENRIQUE DA SILVA, já devidamente qualificado nos autos da presente ação, vem à presença de VExª, EMENDAR A INICIAL e o faz nos seguintes termos:

1. *In casu,* por um coxilo dessa patrona, os fatos deduzidos em relação às atividades exercidas em jornada de "horas extras" deixou de constar no pedido da ação.

2. Isto posto, a presente emenda tem o escopo somente de fazer constar no pedido da ação a condenação ao pagamento das horas excedentes à 8ª diária e a 44ª semanal, com o acréscimo de 60% para os dias normais e 100% para as folgas, domingos e feriados laborados, bem como, nos pertinentes reflexos nas verbas trabalhistas, tais como: férias acrescidas de 1/3, 13° salário, DSR e FGTS, multa de 40%, aviso prévio.

Termos em que,

pede deferimento

Campinas, 21/09/2016

SIMONE DE MORAES SOUZA

OAB/SP 313.589

ATA DE AUDIÊNCIA

PROCESSO:	**0010782-36.2016.5.15.0003**
AUTOR(ES):	FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU(RÉ):	LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME

Em 26 de setembro de 2016, na sala de sessões da MM. 3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS/SP, sob a direção da Exmo(a). Juíza MARINA DE SIQUEIRA FERREIRA ZERBINATTI, realizou-se audiência relativa ao processo identificado em epígrafe.

Às 16h12min, aberta a audiência, foram, de ordem da *Exmo(a).* Juíza do Trabalho, apregoadas as partes.

Presente o(a) autor(es), acompanhado(a) do(a) advogado(a), Dr(a). SIMONE DE MORAES SOUZA, OAB nº 313589/SP.

Neste ato, o reclamante desiste do pedido formulado na emenda de fl. 133. Homologo a desistência, extinguindo sem julgamento de mérito o pedido de horas extras e reflexos.

Ausente o(a) réu(ré) e seu advogado.

Diante da ausência injustificada do(a) réu(ré), o(a) autor(es) requereu que seja considerado(a) revel, além da aplicação da confissão quanto à matéria de fato.

Defiro.

CONCILIAÇÃO PREJUDICADA

Neste ato, a patrona do reclamante pretende a atecipação da tutela quanto á expedição de guias para levantamento do FGTS e seguro de semprego, bem como para anotação da baixa na CTPS com data de 04/02/2016. Tendo em vista a confissão ficta decorrente da revelia da reclamada, defiro a antecipação da tutela.

Fica autorizado ao(a) reclamante, sacar os valores depositados em sua conta vinculada, pelo código 01, bem como a ingressar no programa de seguro-desemprego, **prestando-se cópias desta ata como alvarás judiciais para estas finalidades, independentemente de anotação de baixa na CTPS.**

Neste ato, o Juízo procede à baixa na CTPS do autor, fazendo constar como data de afastamento 04/02/2016.

As partes declaram que não pretendem produzir outras provas.

Declaro que está encerrada a instrução processual.

Razões finais orais remissivas.

Última tentativa conciliatória infrutífera.

Venham os autos conclusos para prolação da sentença, sendo que as partes serão intimadas através do DEJT.

Cientes os presentes.

Audiência encerrada às 16h18min.

Nada mais.

MARINA DE SIQUEIRA FERREIRA ZERBINATTI
Juíza do Trabalho

Autor(es)	Réu(ré)
Advogado(a) do Autor(es)	Advogado(a) do Réu(ré)

Janaina Camargo Fuzetti

Diretor(a) de Secretaria

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
3ª Vara do Trabalho de Campinas
Avenida José de Souza Campos, 422, Nova Campinas, CAMPINAS - SP - CEP: 13092-123
TEL.: (19) 32327997 - EMAIL: saj.3vt.campinas@trt15.jus.br

Processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME

CERTIDÃO DE ANOTAÇÃO DA CTPS

CERTIFICO para os devidos fins de direito, que a anotação de baixa do contrato de trabalho na CTPS, conforme dados abaixo, foi aposta em audiência, pela Excelentíssima Juíza Titular desta 3ª Vara do Trabalho de Campinas, Dra. Marina de Siqueira Ferreira Zerbinatti.

CTPS Nº 99589

SÉRIE: 00208/SP

RECLAMANTE: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA - CPF: 227.265.768-00

RECLAMADA: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME - CNPJ: 13.559.499/0001-13

Data da saída: 04/02/2016

Tal informação foi aposta à fl.15 do documento.

Certifico e dou fé que reconheço como autêntica a assinatura da Dra. **MARINA DE SIQUEIRA FERREIRA ZERBINATTI,**Juíza Federal do Trabalho da 3ª Vara do Trabalho de Campinas. Nada mais.

Campinas, 26 de setembro de 2016

Simone Regina Fantin

Diretora de Secretaria Substituta

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª Vara do Trabalho de Campinas

Processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME

D E S P A C H O

Aguarde-se a audiência designada, ante a exiguidade de tempo hábil para processamento da emenda apresentada pelo autor.

Em 26 de Setembro de 2016.

Juiz(íza) do Trabalho

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª Vara do Trabalho de Campinas

Processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME

SENTENÇA

Vistos, etc.

Tratando-se de demanda sujeita ao procedimento sumaríssimo, fica dispensada a elaboração do relatório, nos termos do art. 852-I, *caput,* da CLT.

DECIDO

1 - DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO. DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

O reclamante afirma que, embora tenha sido contratado em 1º/5/2013, teve sua CTPS anotada somente em 1º/8/2013.

Em razão da confissão, tenho como verdadeira a alegação da exordial e declaro a existência da relação de emprego entre o reclamante e a reclamada desde 1º/5/2013.

Assim, condeno a reclamada a anotar a CTPS do reclamante para que conste o início do vínculo empregatício em 1º/5/2013, em 10 dias do trânsito em julgado da presente decisão, sob pena da Secretaria da Vara fazê-lo, sem prejuízo das sanções administrativas a serem aplicadas pela autoridade competente.

Quanto às contribuições previdenciárias, falece competência material à Justiça do Trabalho para executar valores a título de contribuição previdenciária de período de vínculo reconhecido em Juízo.

> ***SUM-368 DESCONTOS PREVIDENCIÁRIOS*** *E FISCAIS. COMPETÊNCIA. RESPONSABILIDADE PELO PAGAMENTO. FORMA DE CÁLCULO (redação do item II alterada na sessão do Tribunal Pleno realizada em 16.04.2012) - Res. 181/2012, DEJT divulgado em 19, 20 e 23.04.2012*
>
> *I. A Justiça do Trabalho é competente para determinar o recolhimento das contribuições fiscais.* ***A competência da Justiça do Trabalho, quanto à execução das contribuições previdenciárias, lim ita-se às sentenças condenatórias em pecúnia que proferir e aos valores, objeto de acordo homologado, que integrem o salário de contribuição.***

Assim, a Justiça do Trabalho é competente para executar apenas as contribuições previdenciárias referentes à parte condenatória da sentença, ou seja, sobre as verbas salariais deferidas em juízo, não abrangendo a execução das contribuições incidentes sobre as parcelas pagas no curso do contrato de trabalho.

Portanto, prejudicados os pedidos de apresentação dos comprovantes dos recolhimentos ao INSS e de pagamento dos valores devidos.

2 - DO SALÁRIO DO ÚLTIMO MÊS DE TRABALHO

Consta da inicial que a reclamada não quitou o salário do último mês trabalhado, janeiro de 2016.

O pedido é procedente, diante da confissão da ré.

Assim, acresço à condenação o pagamento do salário do mês de janeiro de 2016.

3 - DA RESCISÃO INDIRETA. DAS VERBAS RESCISÓRIAS. DO FGTS. DAS GUIAS. DA MULTA DOS ARTS. 467 E 477, § 8º, DA CLT. DA RETENÇÃO DA CTPS

A reclamada não depositou corretamente o FGTS durante todo o período do vínculo. Ademais, presume-se verdadeira a alegação de que os salários eram pagos com vários dias de atraso.

A falta de recolhimento dos depósitos do FGTS e atraso contumaz no pagamento dos salários são condutas que se inserem, com tranquilidade, no artigo 483, "d", da CLT.

Portanto, a declaração de rescisão indireta do contrato de trabalho é medida que se impõe.

Assim, provejo o apelo do reclamante para reconhecer a rescisão indireta em **4/2/2016**, nos termos do art. 483, "d", da CLT. A baixa na CTPS já foi efetuada em audiência.

Por consequência do reconhecimento da rescisão indireta, devido o pagamento das seguintes parcelas:

- saldo de salário;

- aviso prévio indenizado;

- férias proporcionais, relativas ao período de vínculo empregatício reconhecido, e proporcionais de 2015/2016, ambas acrescidas de 1/3; e

- 13º salário relativo ao período de vínculo reconhecido e proporcional de 2016;

A reclamada deverá efetuar os depósitos do FGTS do período do vínculo reconhecido judicialmente e os depósitos não realizados durante o período efetivamente anotado em CTPS, bem como sobre as demais verbas deferidas nesta sentença e a multa de 40%, nos termos da Lei 8.036/90, em 10 dias do trânsito em julgado da presente, comprovando-se nos autos, sob pena de execução direta da quantia equivalente. Defere-se, desde já, a dedução dos valores comprovadamente depositados a título de FGTS.

Esclareço que as guias para saque do FGTS e habilitação no seguro-desemprego foram fornecidas em audiência, exaurindo-se a prestação jurisdicional, no particular.

Diante do não pagamento das verbas rescisórias, procede o pedido de incidência das multas dos arts. 467 e 477, § 8º, da CLT.

Esclareço que o cálculo das verbas rescisórias será realizado oportunamente, na fase de liquidação.

Por fim, considerando que o reclamante, em audiência, entregou sua CTPS para que fosse efetuada a baixa, não há que se falar em retenção de CTPS e consequentes multas normativas. Improcede.

4 - DA MULTA NORMATIVA

O autor sustenta que a reclamada, nos meses que antecederam o término do contrato de trabalho, passou a atrasar o pagamento dos salários. Alega, ainda, que o FGTS não foi recolhido corretamente e que sua CTPS foi retida pela ré.

Pretende, então, a incidência da multa prevista na cláusula 60ª da convenção coletiva de 2015 /2016.

A cláusula em comento prevê pagamento de multa para o descumprimento das obrigações de fazer previstas em norma coletiva, nos seguintes termos, *in verbis*:

> *Multa equivalente a 10% (dez por cento) do salário normativo vigente, **por empregado**, no caso de descumprimento de qualquer cláusula das obrigações de fazer constante nesta Convenção, revertendo o benefício em favor da parte prejudicada.*

Em razão de sua clara redação, nota-se que a cláusula em tela estabelece que a multa seja vertida para as partes convenentes e não para o trabalhador individualmente considerado. Tal interpretação baseia-se na previsão de multa ***por empregado***. Obviamente, não há que se cogitar de que cada trabalhador receba 10% sobre o salário normativo para cada empregado que sofrer as consequências do descumprimento de cláusula.

Indefiro.

5 - DA INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL

A moral individual está relacionada à honra, ao nome, à boa-fama, à autoestima e ao apreço, sendo que o dano moral resulta de ato ilícito que atinge o patrimônio do indivíduo, ferindo sua honra, decoro, paz interior, bom nome e liberdade, originando sofrimento psíquico, físico ou moral.

Dano moral, por sua vez, é aquele resultante de conduta anormal do autor que impõe à vítima determinada comoção que seria sentida por qualquer outra pessoa em iguais condições, atingindo a sua dignidade ou atributo da personalidade.

Portanto, a ofensa moral não decorre dos atos ordinários do cotidiano, mas sim das condutas excepcionais que, revestidas de má-fé, impliquem sofrimento psicológico.

Diante da confissão da reclamada, presume-se verdadeira a alegação de que a reclamada atrasava o pagamento dos salários em vários dias.

Entendo que a mora contumaz no pagamento dos salários gera, por consequência natural, sofrimento físico e psíquico ao trabalhador, que conta com seu salário para arcar com o custo de sua subsistência.

Importante salientar que o abalo interior não necessita de comprovação. Da situação vivenciada pelo reclamante pode-se deduzir o dano moral, visto que sua prova é *in re ipsa*, ou seja, o dano decorre da própria situação.

A indenização por dano moral é medida de rigor, portanto.

Quanto ao valor arbitrado, observa-se que uma das questões de maior complexidade nessa matéria é justamente a fixação do *pretium doloris*. Quando se trata de dano patrimonial, é de fácil aferição o valor de reposição do bem atingido. Todavia, no dano moral, a correspondência entre a ofensa e o dano é bem mais difícil, requerendo ponderação e bom senso do julgador, a fim de que não se cometam excessos.

Assim, considerando o caráter compensatório da indenização, a gravidade do dano, a condição econômica da reclamada e o caráter pedagógico da penalização, arbitro à indenização o importe de R$ 5.000,00, valor que atende aos critérios de proporcionalidade e razoabilidade.

6 - DOS DESCONTOS DE CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL

Em face da consagração do princípio da liberdade sindical, constitucionalmente garantido nos artigos 5º, inciso XX e 8º, inciso V, não se pode obrigar não associados do sindicato a pagar contribuição assistencial.

Esse é o entendimento cristalizado na Orientação Jurisprudencial 17 e no Precedente Normativo 119, ambos da Seção de Dissídios Coletivos do C. TST:

> ***OJ-SDC-17 CONTRIBUIÇÕES PARA ENTIDADES SINDICAIS. INCONSTITUCIONALIDADE DE SUA EXTENSÃO A NÃO ASSOCIADOS*** *(inserida em 25.05.1998)*
>
> *As cláusulas coletivas que estabeleçam contribuição em favor de entidade sindical, a qualquer título, obrigando trabalhadores não sindicalizados, são ofensivas ao direito de livre associação e sindicalização, constitucionalmente assegurado, e, portanto, nulas, sendo passíveis de devolução, por via própria, os respectivos valores eventualmente descontados.*
>
> ***PN-119 CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS - INOBSERVÂNCIA DE PRECEITOS CONSTITUCIONAIS*** *- (nova redação dada pela SDC em sessão de 02.06.1998 - homologação Res. 82/1998, DJ 20.08.1998)*
>
> *A Constituição da República, em seus arts. 5º, XX e 8º, V, assegura o direito de livre associação e sindicalização. É ofensiva a essa modalidade de liberdade cláusula constante de acordo, convenção coletiva ou sentença normativa estabelecendo contribuição em favor de entidade sindical a título de taxa para custeio do sistema confederativo, assistencial, revigoramento ou fortalecimento sindical e outras da mesma espécie, obrigando trabalhadores não sindicalizados. Sendo nulas as estipulações que inobservem tal restrição, tornam-se passíveis de devolução os valores irregularmente descontados.*

Por ter promovido os descontos indevidos, responde a ré, ressalvando-lhe a utilização da via regressiva em face do Sindicato da categoria, se assim o entender.

Assim, incluo na condenação a restituição dos valores comprovadamente descontados a título de contribuição assistencial.

7 - DO BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA

O reclamante, pessoa física, declarou que não pode arcar com as despesas processuais (id b189b15), sem prejudicar seu próprio sustento e de sua família, enquadrando-se, pois, no disposto no parágrafo 3º do artigo 790 da CLT.

Acrescento que a declaração é válida como prova das suas alegações, nos termos do artigo 1º da Lei 7.115/83 c/c inciso LXXIV do artigo 5º da Constituição Federal. Assim, defiro ao reclamante o benefício da justiça gratuita.

8 - DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Os honorários advocatícios são indevidos, assim como qualquer indenização correspondente, uma vez que não foram preenchidos os requisitos da Lei 5.584/70, que rege a matéria. O art. 133 da Constituição Federal, por seu turno, não retirou a capacidade postulatória das partes na Justiça do Trabalho, permanecendo válido o entendimento consubstanciado nas Súmulas 219 e 329 do C. TST. Improcede.

9 - DA EXPEDIÇÃO DE OFÍCIOS

Ante as irregularidades constatadas, especialmente o labor sem anotação em CTPS, o não pagamento do FGTS e a notícia de ausência de recolhimento dos depósitos do INSS, após trânsito em julgado da presente, expeçam-se ofícios ao INSS, à CEF e à DRT, com cópia desta decisão, para as providências que entenderem cabíveis.

10 - CRITÉRIOS DE LIQUIDAÇÃO

Juros e correção monetária na forma da lei. Os juros incidirão sobre a importância da condenação já corrigida monetariamente e deverão ser calculados no percentual de 1% ao mês, contados do ajuizamento da ação e aplicados *pro rata die*até a data do efetivo pagamento. Para a incidência da correção monetária, observar-se-á a época própria, a partir do 5º dia útil do mês subsequente ao vencimento da obrigação de efetuar o pagamento dos salários, nos termos da Súmula 381 do C. TST, e o índice TR, em conformidade com a liminar concedida pelo C. STF nos autos da Reclamação nº 22012/RS.

No que tange à indenização por dano moral, determino que a atualização monetária se dê a partir do arbitramento do valor. Já os juros incidirão desde o ajuizamento da ação, por força da Súmula 439 do C. TST. Diante da natureza indenizatória da condenação, não incidirão imposto de renda e contribuições previdenciárias.

Deverá a parte reclamada comprovar os recolhimentos fiscais, caso sejam devidos, sendo que o imposto de renda deverá ser calculado conforme o estabelecido pelo art. 12-A da Lei 7.713 /1988, com a redação dada pela Lei n.º 12.350/2010, em observância ao item II da Súmula 368 do C. TST.

O imposto de renda não deverá incidir sobre os juros de mora, uma vez que os juros nada mais são do que uma indenização paga ao empregado por não ter recebido suas verbas trabalhistas na época própria, nos termos da Orientação Jurisprudencial 400 da SDI1 do C. TST.

Excluem-se da base de cálculo do IRRF os valores devidos a título de férias não gozadas, integrais, proporcionais ou em dobro, convertidas em pecúnia, abono pecuniário e terço constitucional quando agregado a pagamento de férias. Invoca-se a Solução de Divergência SRFB/CGT n.º 01, de 02/01/2009.

Considerando que a Justiça do Trabalho é competente para executar as contribuições previdenciárias decorrentes das sentenças que proferir, nos termos do art. 114, VIII, da Constituição Federal, e para fixar balizas para a liquidação, estabeleço o seguinte:

a) a reclamada, enquanto empregadora, será a responsável pelo recolhimento das contribuições sociais que lhe digam respeito e também daquelas devidas pelo reclamante, enquanto empregado (Orientação Jurisprudencial 363 da SDI1 do C. TST). Faculta-se a retenção, do crédito do trabalhador, das importâncias relativas aos recolhimentos que a ele couberem, observando-se o limite máximo do salário de contribuição;

b) as contribuições previdenciárias devidas, incluindo a contribuição referente ao Seguro de Acidente de Trabalho - SAT, com a competência para a execução já pacificada pela Orientação Jurisprudencial n.º 414 da SD1 do C. TST, serão calculadas mês a mês, com a incidência das alíquotas legais e a exclusão das verbas não incidentes, conforme preceitua a Súmula 368, III, do C. TST;

c) as contribuições destinadas a terceiros, como as do Sistema "S", não serão incluídas no cálculo das contribuições previdenciárias, visto que a Justiça do Trabalho não é competente para executá-las, conforme disposto no art. 240 da Constituição Federal;

d) não se sujeitam à incidência previdenciária, por não comporem o salário de contribuição, os juros de mora, o aviso prévio indenizado, as férias indenizadas, acrescidas do terço constitucional, os depósitos do FGTS e indenização de 40% e a multa prevista no art. 477, § 8º, da CLT;

e) o termo inicial da dívida previdenciária será o dia imediatamente seguinte à data-limite para o recolhimento das contribuições sociais, momento a partir do qual, não havendo o recolhimento, estará o devedor em mora, sendo devidos tanto a multa quanto os juros, pelos critérios previdenciário;

f) a reclamada ficará isenta das contribuições previdenciárias referentes apenas à sua parte se comprovar, no prazo de 10 dias, sua opção pelo Simples Nacional. A obrigação quanto ao recolhimento das contribuições da parte do empregado, contudo, mantém-se.

CONCLUSÃO

Pelo exposto, julgo **PROCEDENTES EM PARTE** os pedidos formulados pelo reclamante, FLAVIO HENRIQUE DA SILVA, contra a reclamada, LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME, a fim de condená-la a pagar-lhe, nos termos da fundamentação:

- salário do mês de janeiro de 2016;

- saldo de salário;

- aviso prévio indenizado;

- férias proporcionais, relativas ao período de vínculo empregatício reconhecido, e proporcionais de 2015/2016, ambas acrescidas de 1/3; e

- 13º salário relativo ao período de vínculo reconhecido e proporcional de 2016;

- multa do art. 467 da CLT;

- multa do art. 477, § 8º, da CLT;

- indenização por dano moral; e

- restituição dos valores comprovadamente descontados a título de contribuição assistencial.

Condeno a reclamada a anotar a CTPS do reclamante para que conste o início do vínculo empregatício em 1º/5/2013, em 10 dias do trânsito em julgado da presente decisão, sob pena da Secretaria da Vara fazê-lo, sem prejuízo das sanções administrativas a serem aplicadas pela autoridade competente.

A reclamada deverá efetuar os depósitos do FGTS do período do vínculo reconhecido judicialmente e os depósitos não realizados durante o período efetivamente anotado em CTPS, bem como sobre as demais verbas deferidas nesta sentença e a multa de 40%, nos termos da Lei 8.036/90, em 10 dias do trânsito em julgado da presente, comprovando-se nos autos, sob pena de execução direta da quantia equivalente. Defere-se, desde já, a dedução dos valores comprovadamente depositados a título de FGTS.

A aplicação do art. 523 do Novo CPC será apreciada oportunamente, no momento da liquidação.

Os montantes acima serão apurados em regular liquidação de sentença, com base em parâmetros fixados em sede de fundamentação, que ficam fazendo parte integrante desta decisão, devendo ser observada a evolução salarial mensal do reclamante.

Os juros, a correção monetária e os recolhimentos previdenciários e fiscais deverão observar as disposições previstas na fundamentação, que também ficam fazendo parte deste dispositivo.

Custas pela reclamada, calculadas sobre o valor da condenação, ora arbitrado em R$ 20.000,00, no importe de R$ 400,00.

Intimem-se as partes.

Após o trânsito em julgado, expeçam-se os ofícios.

Nada mais.

Campinas, 3 de novembro de 2016

MARINA DE SIQUEIRA FERREIRA ZERBINATTI

Juíza do Trabalho

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª Vara do Trabalho de Campinas

Processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME

SENTENÇA

Vistos, etc.

Tratando-se de demanda sujeita ao procedimento sumaríssimo, fica dispensada a elaboração do relatório, nos termos do art. 852-I, *caput,* da CLT.

DECIDO

1 - DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO. DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

O reclamante afirma que, embora tenha sido contratado em 1º/5/2013, teve sua CTPS anotada somente em 1º/8/2013.

Em razão da confissão, tenho como verdadeira a alegação da exordial e declaro a existência da relação de emprego entre o reclamante e a reclamada desde 1º/5/2013.

Assim, condeno a reclamada a anotar a CTPS do reclamante para que conste o início do vínculo empregatício em 1º/5/2013, em 10 dias do trânsito em julgado da presente decisão, sob pena da Secretaria da Vara fazê-lo, sem prejuízo das sanções administrativas a serem aplicadas pela autoridade competente.

Quanto às contribuições previdenciárias, falece competência material à Justiça do Trabalho para executar valores a título de contribuição previdenciária de período de vínculo reconhecido em Juízo.

> ***SUM-368 DESCONTOS PREVIDENCIÁRIOS*** *E FISCAIS. COMPETÊNCIA. RESPONSABILIDADE PELO PAGAMENTO. FORMA DE CÁLCULO (redação do item II alterada na sessão do Tribunal Pleno realizada em 16.04.2012) - Res. 181/2012, DEJT divulgado em 19, 20 e 23.04.2012*
>
> *I. A Justiça do Trabalho é competente para determinar o recolhimento das contribuições fiscais.* ***A competência da Justiça do Trabalho, quanto à execução das contribuições previdenciárias, lim ita-se às sentenças condenatórias em pecúnia que proferir e aos valores, objeto de acordo homologado, que integrem o salário de contribuição.***

Assim, a Justiça do Trabalho é competente para executar apenas as contribuições previdenciárias referentes à parte condenatória da sentença, ou seja, sobre as verbas salariais deferidas em juízo, não abrangendo a execução das contribuições incidentes sobre as parcelas pagas no curso do contrato de trabalho.

Portanto, prejudicados os pedidos de apresentação dos comprovantes dos recolhimentos ao INSS e de pagamento dos valores devidos.

2 - DO SALÁRIO DO ÚLTIMO MÊS DE TRABALHO

Consta da inicial que a reclamada não quitou o salário do último mês trabalhado, janeiro de 2016.

O pedido é procedente, diante da confissão da ré.

Assim, acresço à condenação o pagamento do salário do mês de janeiro de 2016.

3 - DA RESCISÃO INDIRETA. DAS VERBAS RESCISÓRIAS. DO FGTS. DAS GUIAS. DA MULTA DOS ARTS. 467 E 477, § 8º, DA CLT. DA RETENÇÃO DA CTPS

A reclamada não depositou corretamente o FGTS durante todo o período do vínculo. Ademais, presume-se verdadeira a alegação de que os salários eram pagos com vários dias de atraso.

A falta de recolhimento dos depósitos do FGTS e atraso contumaz no pagamento dos salários são condutas que se inserem, com tranquilidade, no artigo 483, "d", da CLT.

Portanto, a declaração de rescisão indireta do contrato de trabalho é medida que se impõe.

Assim, provejo o apelo do reclamante para reconhecer a rescisão indireta em **4/2/2016**, nos termos do art. 483, "d", da CLT. A baixa na CTPS já foi efetuada em audiência.

Por consequência do reconhecimento da rescisão indireta, devido o pagamento das seguintes parcelas:

- saldo de salário;

- aviso prévio indenizado;

- férias proporcionais, relativas ao período de vínculo empregatício reconhecido, e proporcionais de 2015/2016, ambas acrescidas de 1/3; e

- 13º salário relativo ao período de vínculo reconhecido e proporcional de 2016;

A reclamada deverá efetuar os depósitos do FGTS do período do vínculo reconhecido judicialmente e os depósitos não realizados durante o período efetivamente anotado em CTPS, bem como sobre as demais verbas deferidas nesta sentença e a multa de 40%, nos termos da Lei 8.036/90, em 10 dias do trânsito em julgado da presente, comprovando-se nos autos, sob pena de execução direta da quantia equivalente. Defere-se, desde já, a dedução dos valores comprovadamente depositados a título de FGTS.

Esclareço que as guias para saque do FGTS e habilitação no seguro-desemprego foram fornecidas em audiência, exaurindo-se a prestação jurisdicional, no particular.

Diante do não pagamento das verbas rescisórias, procede o pedido de incidência das multas dos arts. 467 e 477, § 8º, da CLT.

Esclareço que o cálculo das verbas rescisórias será realizado oportunamente, na fase de liquidação.

Por fim, considerando que o reclamante, em audiência, entregou sua CTPS para que fosse efetuada a baixa, não há que se falar em retenção de CTPS e consequentes multas normativas. Improcede.

4 - DA MULTA NORMATIVA

O autor sustenta que a reclamada, nos meses que antecederam o término do contrato de trabalho, passou a atrasar o pagamento dos salários. Alega, ainda, que o FGTS não foi recolhido corretamente e que sua CTPS foi retida pela ré.

Pretende, então, a incidência da multa prevista na cláusula 60ª da convenção coletiva de 2015 /2016.

A cláusula em comento prevê pagamento de multa para o descumprimento das obrigações de fazer previstas em norma coletiva, nos seguintes termos, *in verbis*:

> *Multa equivalente a 10% (dez por cento) do salário normativo vigente, **por empregado**, no caso de descumprimento de qualquer cláusula das obrigações de fazer constante nesta Convenção, revertendo o benefício em favor da parte prejudicada.*

Em razão de sua clara redação, nota-se que a cláusula em tela estabelece que a multa seja vertida para as partes convenentes e não para o trabalhador individualmente considerado. Tal interpretação baseia-se na previsão de multa ***por empregado***. Obviamente, não há que se cogitar de que cada trabalhador receba 10% sobre o salário normativo para cada empregado que sofrer as consequências do descumprimento de cláusula.

Indefiro.

5 - DA INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL

A moral individual está relacionada à honra, ao nome, à boa-fama, à autoestima e ao apreço, sendo que o dano moral resulta de ato ilícito que atinge o patrimônio do indivíduo, ferindo sua honra, decoro, paz interior, bom nome e liberdade, originando sofrimento psíquico, físico ou moral.

Dano moral, por sua vez, é aquele resultante de conduta anormal do autor que impõe à vítima determinada comoção que seria sentida por qualquer outra pessoa em iguais condições, atingindo a sua dignidade ou atributo da personalidade.

Portanto, a ofensa moral não decorre dos atos ordinários do cotidiano, mas sim das condutas excepcionais que, revestidas de má-fé, impliquem sofrimento psicológico.

Diante da confissão da reclamada, presume-se verdadeira a alegação de que a reclamada atrasava o pagamento dos salários em vários dias.

Entendo que a mora contumaz no pagamento dos salários gera, por consequência natural, sofrimento físico e psíquico ao trabalhador, que conta com seu salário para arcar com o custo de sua subsistência.

Importante salientar que o abalo interior não necessita de comprovação. Da situação vivenciada pelo reclamante pode-se deduzir o dano moral, visto que sua prova é *in re ipsa*, ou seja, o dano decorre da própria situação.

A indenização por dano moral é medida de rigor, portanto.

Quanto ao valor arbitrado, observa-se que uma das questões de maior complexidade nessa matéria é justamente a fixação do *pretium doloris*. Quando se trata de dano patrimonial, é de fácil aferição o valor de reposição do bem atingido. Todavia, no dano moral, a correspondência entre a ofensa e o dano é bem mais difícil, requerendo ponderação e bom senso do julgador, a fim de que não se cometam excessos.

Assim, considerando o caráter compensatório da indenização, a gravidade do dano, a condição econômica da reclamada e o caráter pedagógico da penalização, arbitro à indenização o importe de R$ 5.000,00, valor que atende aos critérios de proporcionalidade e razoabilidade.

6 - DOS DESCONTOS DE CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL

Em face da consagração do princípio da liberdade sindical, constitucionalmente garantido nos artigos 5º, inciso XX e 8º, inciso V, não se pode obrigar não associados do sindicato a pagar contribuição assistencial.

Esse é o entendimento cristalizado na Orientação Jurisprudencial 17 e no Precedente Normativo 119, ambos da Seção de Dissídios Coletivos do C. TST:

> ***OJ-SDC-17 CONTRIBUIÇÕES PARA ENTIDADES SINDICAIS. INCONSTITUCIONALIDADE DE SUA EXTENSÃO A NÃO ASSOCIADOS*** *(inserida em 25.05.1998)*
>
> *As cláusulas coletivas que estabeleçam contribuição em favor de entidade sindical, a qualquer título, obrigando trabalhadores não sindicalizados, são ofensivas ao direito de livre associação e sindicalização, constitucionalmente assegurado, e, portanto, nulas, sendo passíveis de devolução, por via própria, os respectivos valores eventualmente descontados.*
>
> ***PN-119 CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS - INOBSERVÂNCIA DE PRECEITOS CONSTITUCIONAIS*** *- (nova redação dada pela SDC em sessão de 02.06.1998 - homologação Res. 82/1998, DJ 20.08.1998)*
>
> *A Constituição da República, em seus arts. 5º, XX e 8º, V, assegura o direito de livre associação e sindicalização. É ofensiva a essa modalidade de liberdade cláusula constante de acordo, convenção coletiva ou sentença normativa estabelecendo contribuição em favor de entidade sindical a título de taxa para custeio do sistema confederativo, assistencial, revigoramento ou fortalecimento sindical e outras da mesma espécie, obrigando trabalhadores não sindicalizados. Sendo nulas as estipulações que inobservem tal restrição, tornam-se passíveis de devolução os valores irregularmente descontados.*

Por ter promovido os descontos indevidos, responde a ré, ressalvando-lhe a utilização da via regressiva em face do Sindicato da categoria, se assim o entender.

Assim, incluo na condenação a restituição dos valores comprovadamente descontados a título de contribuição assistencial.

7 - DO BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA

O reclamante, pessoa física, declarou que não pode arcar com as despesas processuais (id b189b15), sem prejudicar seu próprio sustento e de sua família, enquadrando-se, pois, no disposto no parágrafo 3º do artigo 790 da CLT.

Acrescento que a declaração é válida como prova das suas alegações, nos termos do artigo 1º da Lei 7.115/83 c/c inciso LXXIV do artigo 5º da Constituição Federal. Assim, defiro ao reclamante o benefício da justiça gratuita.

8 - DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Os honorários advocatícios são indevidos, assim como qualquer indenização correspondente, uma vez que não foram preenchidos os requisitos da Lei 5.584/70, que rege a matéria. O art. 133 da Constituição Federal, por seu turno, não retirou a capacidade postulatória das partes na Justiça do Trabalho, permanecendo válido o entendimento consubstanciado nas Súmulas 219 e 329 do C. TST. Improcede.

9 - DA EXPEDIÇÃO DE OFÍCIOS

Ante as irregularidades constatadas, especialmente o labor sem anotação em CTPS, o não pagamento do FGTS e a notícia de ausência de recolhimento dos depósitos do INSS, após trânsito em julgado da presente, expeçam-se ofícios ao INSS, à CEF e à DRT, com cópia desta decisão, para as providências que entenderem cabíveis.

10 - CRITÉRIOS DE LIQUIDAÇÃO

Juros e correção monetária na forma da lei. Os juros incidirão sobre a importância da condenação já corrigida monetariamente e deverão ser calculados no percentual de 1% ao mês, contados do ajuizamento da ação e aplicados *pro rata die*até a data do efetivo pagamento. Para a incidência da correção monetária, observar-se-á a época própria, a partir do 5º dia útil do mês subsequente ao vencimento da obrigação de efetuar o pagamento dos salários, nos termos da Súmula 381 do C. TST, e o índice TR, em conformidade com a liminar concedida pelo C. STF nos autos da Reclamação nº 22012/RS.

No que tange à indenização por dano moral, determino que a atualização monetária se dê a partir do arbitramento do valor. Já os juros incidirão desde o ajuizamento da ação, por força da Súmula 439 do C. TST. Diante da natureza indenizatória da condenação, não incidirão imposto de renda e contribuições previdenciárias.

Deverá a parte reclamada comprovar os recolhimentos fiscais, caso sejam devidos, sendo que o imposto de renda deverá ser calculado conforme o estabelecido pelo art. 12-A da Lei 7.713 /1988, com a redação dada pela Lei n.º 12.350/2010, em observância ao item II da Súmula 368 do C. TST.

O imposto de renda não deverá incidir sobre os juros de mora, uma vez que os juros nada mais são do que uma indenização paga ao empregado por não ter recebido suas verbas trabalhistas na época própria, nos termos da Orientação Jurisprudencial 400 da SDI1 do C. TST.

Excluem-se da base de cálculo do IRRF os valores devidos a título de férias não gozadas, integrais, proporcionais ou em dobro, convertidas em pecúnia, abono pecuniário e terço constitucional quando agregado a pagamento de férias. Invoca-se a Solução de Divergência SRFB/CGT n.º 01, de 02/01/2009.

Considerando que a Justiça do Trabalho é competente para executar as contribuições previdenciárias decorrentes das sentenças que proferir, nos termos do art. 114, VIII, da Constituição Federal, e para fixar balizas para a liquidação, estabeleço o seguinte:

a) a reclamada, enquanto empregadora, será a responsável pelo recolhimento das contribuições sociais que lhe digam respeito e também daquelas devidas pelo reclamante, enquanto empregado (Orientação Jurisprudencial 363 da SDI1 do C. TST). Faculta-se a retenção, do crédito do trabalhador, das importâncias relativas aos recolhimentos que a ele couberem, observando-se o limite máximo do salário de contribuição;

b) as contribuições previdenciárias devidas, incluindo a contribuição referente ao Seguro de Acidente de Trabalho - SAT, com a competência para a execução já pacificada pela Orientação Jurisprudencial n.º 414 da SD1 do C. TST, serão calculadas mês a mês, com a incidência das alíquotas legais e a exclusão das verbas não incidentes, conforme preceitua a Súmula 368, III, do C. TST;

c) as contribuições destinadas a terceiros, como as do Sistema "S", não serão incluídas no cálculo das contribuições previdenciárias, visto que a Justiça do Trabalho não é competente para executá-las, conforme disposto no art. 240 da Constituição Federal;

d) não se sujeitam à incidência previdenciária, por não comporem o salário de contribuição, os juros de mora, o aviso prévio indenizado, as férias indenizadas, acrescidas do terço constitucional, os depósitos do FGTS e indenização de 40% e a multa prevista no art. 477, § 8º, da CLT;

e) o termo inicial da dívida previdenciária será o dia imediatamente seguinte à data-limite para o recolhimento das contribuições sociais, momento a partir do qual, não havendo o recolhimento, estará o devedor em mora, sendo devidos tanto a multa quanto os juros, pelos critérios previdenciário;

f) a reclamada ficará isenta das contribuições previdenciárias referentes apenas à sua parte se comprovar, no prazo de 10 dias, sua opção pelo Simples Nacional. A obrigação quanto ao recolhimento das contribuições da parte do empregado, contudo, mantém-se.

CONCLUSÃO

Pelo exposto, julgo **PROCEDENTES EM PARTE** os pedidos formulados pelo reclamante, FLAVIO HENRIQUE DA SILVA, contra a reclamada, LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME, a fim de condená-la a pagar-lhe, nos termos da fundamentação:

- salário do mês de janeiro de 2016;

- saldo de salário;

- aviso prévio indenizado;

- férias proporcionais, relativas ao período de vínculo empregatício reconhecido, e proporcionais de 2015/2016, ambas acrescidas de 1/3; e

- 13º salário relativo ao período de vínculo reconhecido e proporcional de 2016;

- multa do art. 467 da CLT;

- multa do art. 477, § 8º, da CLT;

- indenização por dano moral; e

- restituição dos valores comprovadamente descontados a título de contribuição assistencial.

Condeno a reclamada a anotar a CTPS do reclamante para que conste o início do vínculo empregatício em 1º/5/2013, em 10 dias do trânsito em julgado da presente decisão, sob pena da Secretaria da Vara fazê-lo, sem prejuízo das sanções administrativas a serem aplicadas pela autoridade competente.

A reclamada deverá efetuar os depósitos do FGTS do período do vínculo reconhecido judicialmente e os depósitos não realizados durante o período efetivamente anotado em CTPS, bem como sobre as demais verbas deferidas nesta sentença e a multa de 40%, nos termos da Lei 8.036/90, em 10 dias do trânsito em julgado da presente, comprovando-se nos autos, sob pena de execução direta da quantia equivalente. Defere-se, desde já, a dedução dos valores comprovadamente depositados a título de FGTS.

A aplicação do art. 523 do Novo CPC será apreciada oportunamente, no momento da liquidação.

Os montantes acima serão apurados em regular liquidação de sentença, com base em parâmetros fixados em sede de fundamentação, que ficam fazendo parte integrante desta decisão, devendo ser observada a evolução salarial mensal do reclamante.

Os juros, a correção monetária e os recolhimentos previdenciários e fiscais deverão observar as disposições previstas na fundamentação, que também ficam fazendo parte deste dispositivo.

Custas pela reclamada, calculadas sobre o valor da condenação, ora arbitrado em R$ 20.000,00, no importe de R$ 400,00.

Intimem-se as partes.

Após o trânsito em julgado, expeçam-se os ofícios.

Nada mais.

Campinas, 3 de novembro de 2016

MARINA DE SIQUEIRA FERREIRA ZERBINATTI

Juíza do Trabalho

ÃO AOS CORREIOS:
NCONTRADO O DESTINATÁRIO, DEVOLVER
HS., CONF. PAR. ÚNICO ART. 774 DA CLT.

Poder Judiciário Federal
Justiça do Trabalho - TRT 15ª Região

Carta
9912353797-DR/SI
TRT 15ª Regiã
CORREIOS

3ª Vara do Trabalho de Campinas
Avenida José de Souza Campos, 422, Nova Campinas, CAMPINAS - SP - CEP: 13092-123
(19) 32327997 - saj.3vt.campinas@trt15.jus.br

Registrado Postal nº JO743015077BR Postado em 17/11/2016

Destinatário: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME
AVENIDA PIZA SOBRINHO, 225, CENTRO, CAFELANDIA - SP - CEP: 16500-000

NOTIFICAÇÃO JUDICIAL EM PROCESSO ELETRÔNICO (PJe)

Processo: **0010782-36.2016.5.15.0043 - Processo PJe-JT**
Classe: **AÇÃO TRABALHISTA - RITO SUMARÍSSIMO (1125)**
Autor: **FLAVIO HENRIQUE DA SILVA**
Réu:**LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME CNPJ: 13.559.499/0001-13**

Fica V. Sa. notificado da sentença de IDce4ff09, cuja conclusão segue transcrita:

CONCLUSÃO

Pelo exposto, julgo **PROCEDENTES EM PARTE** os pedidos formulados pelo reclamante, FLAVIO HENRIQUE DA SILVA, contra a reclamada, LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME, a fim de condená-la a pagar-lhe, nos termos da fundamentação:

- salário do mês de janeiro de 2016;

- saldo de salário;

- aviso prévio indenizado;

- férias proporcionais, relativas ao período de vínculo empregatício reconhecido, e proporcionais de 2015/2016, ambas acrescidas de 1/3; e

- 13º salário relativo ao período de vínculo reconhecido e proporcional de 2016;

- multa do art. 467 da CLT;

- multa do art. 477, § 8º, da CLT;

- indenização por dano moral; e

- restituição dos valores comprovadamente descontados a título de contribuição assistencial.

Condeno a reclamada a anotar a CTPS do reclamante para que conste o início do vínculo empregatício em 1º/5/2013, em 10 dias do trânsito em julgado da presente decisão, sob pena da Secretaria da Vara fazê-lo, sem prejuízo das sanções administrativas a serem aplicadas pela autoridade competente.

A reclamada deverá efetuar os depósitos do FGTS do período do vínculo reconhecido judicialmente e os depósitos não realizados durante o período efetivamente anotado em CTPS, bem como sobre as demais verbas deferidas nesta sentença e a multa de 40%, nos termos da Lei 8.036/90, em 10 dias do trânsito em julgado da presente, comprovando-se nos autos, sob pena de execução direta da quantia equivalente. Defere-se, desde já, a dedução dos valores comprovadamente depositados a título de FGTS.

A aplicação do art. 523 do Novo CPC será apreciada oportunamente, no momento da liquidação.

Os montantes acima serão apurados em regular liquidação de sentença, com base em parâmetros fixados em sede de fundamentação, que ficam fazendo parte integrante desta decisão, devendo ser observada a evolução salarial mensal do reclamante.

Os juros, a correção monetária e os recolhimentos previdenciários e fiscais deverão observar as disposições previstas na fundamentação, que também ficam fazendo parte deste dispositivo.

Custas pela reclamada, calculadas sobre o valor da condenação, ora arbitrado em R$ 20.000,00, no importe de R$ 400,00.

Intimem-se as partes.

Após o trânsito em julgado, expeçam-se os ofícios.

Nada mais.

A petição inicial e documentos poderão ser acessados apenas em meio eletrônico, mediante consulta ao seguinte endereço na internet: **http://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam**, digitando no campo "número do documento" o(s) número(s) descrito(s) como chave(s) de acesso, abaixo identificado(s):

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Sentença	Sentença	16092711575968300000044726197
Despacho	Despacho	16092611193238200000044606213
Anotação de baixa na CTPS	Certidão	16092616414710900000044662917
		1609261624546090

Ata da Audiência	Ata da Audiência	0000044659398
EMENDA A INICIAL	Manifestação	16092113430027900000044338330
Notificação	Notificação	16091315514973600000043776176
Certidão de encaminhamento de nova notificação no endereço informado pelo reclamante	Certidão	16091315383559200000043774393
NOVO ENDEREÇO NOTIFICAÇÃO	Manifestação	16091315190963000000043770250
Devolução de mandado	Certidão	16091217562874800000043690803
Mandado	Mandado	16090812325909100000043450699
Notificação devolvida LUX'S	Certidão	16090812301459800000043450465
Notificação	Notificação	16081611424933600000041867056
Notificação	Notificação	16081611424911900000041867055
Despacho	Despacho	16081509333892200000041756190
Notificação	Notificação	16042513594897900000034212238
Notificação	Notificação	16042513594869500000034212237
Telegramas	Telegrama	16042015110271200000034079709
Recibos	Recibo de Salário	16042015104757000000034079670
Extrato fgts	Extrato de Conta do FGTS	16042015102919300000034079608
Contrato de honorários	Documento Diverso	16042015101357500000034079563
Documento pessoal	Documento Diverso	16042015095813100000034079525
Declaração de hipossuficiente	Declaração de Hipossuficiência	16042015092585300000034079430
CTPS	CTPS	16042015085802500000034079362
CONVENÇÃO 2015-2016	Convenção Coletiva de Trabalho	16042015083764300000034079317
CONVENÇÃO 2014	Convenção Coletiva de Trabalho	16042015082082300000034079272
CONVENCAO-2013 (parte 4)	Convenção Coletiva de Trabalho	16042015081341200000034079250
CONVENCAO-2013 (parte 3)	Convenção Coletiva de Trabalho	16042015080380700000034079217
CONVENCAO-2013 (parte 2)	Convenção Coletiva de	16042015075436100

	Trabalho	0000034079193
CONVENCAO-2013 (parte 1)	Convenção Coletiva de Trabalho	1604201507432180 0000034079164
Procuração	Procuração	1604201505568270 0000034078842
Petição inicial-pdfa	Petição Inicial	1604201505364720 0000034078795
Petição em PDF	Petição em PDF	1604201502133890 0000034078298

Em 16 de Novembro de 2016.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª Vara do Trabalho de Campinas

Processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME

apt

D E S P A C H O

Considerando o trânsito em julgado, intime-se o reclamante para que junte, em 5 dias, sua CTPS aos autos. Cumprido, intime-se a reclamada para cumprimento da sentença de id aa2651b, no mesmo prazo, sob pena de aplicação de multa no valor de R$ 1.000,00 em favor do reclamante, caso em que as anotações serão realizadas pela Secretaria.

Após, prossiga-se com a liquidação dos valores.

Intimem-se.

Em 2 de Dezembro de 2016.

Juiz(íza) do Trabalho

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Justiça do Trabalho - 15ª Região

3ª Vara do Trabalho de Campinas

Processo nº 0010782-36.2016.5.15.0043
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA - CPF/CNPJ nº
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME - CPF/CNPJ nº

OFÍCIO

INSTITUTO NACIONAL DA SEGURIDADE SOCIAL

RUA BARRETO LEME, 1117 – VILA ITAPURA

CEP: 13010-201 – CAMPINAS – SP

Senhor Gerente,

De ordem da M.M. Juíza MARINA DE SIQUEIRA FERREIRA ZERBINATTI, pelo presente, informo a V. Sª que nos autos em epígrafe foi proferida sentença, para os devidos fins, a qual poderá ser acessada, bem como os demais documentos dos autos, pelo site **https://pje.trt15.jus.br/documentos**, digitando a(s) chave(s) abaixo:

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Despacho	Despacho	161202122214130000 00048934083
Notificação	Notificação	161116115054259000 00047809999
Sentença	Notificação	160927115759683000 00044726197
Sentença	Sentença	160927115759683000 00044726197
Despacho	Despacho	160926111932382000 00044606213

Anotação de baixa na CTPS	Certidão	160926164147109000 00044662917
Ata da Audiência	Ata da Audiência	160926162454609000 00044659398
EMENDA A INICIAL	Manifestação	160921134300279000 00044338330
Notificação	Notificação	160913155149736000 00043776176
Certidão de encaminhamento de nova notificação no endereço informado pelo reclamante	Certidão	160913153835592000 00043774393
NOVO ENDEREÇO NOTIFICAÇÃO	Manifestação	160913151909630000 00043770250
Devolução de mandado	Certidão	160912175628748000 00043690803
Mandado	Mandado	160908123259091000 00043450699
Notificação devolvida LUX'S	Certidão	160908123014598000 00043450465
Notificação	Notificação	160816114249336000 00041867056
Notificação	Notificação	160816114249119000 00041867055
Despacho	Despacho	160815093338922000 00041756190
Notificação	Notificação	160425135948979000 00034212238
Notificação	Notificação	160425135948695000 00034212237
Telegramas	Telegrama	160420151102712000 00034079709
Recibos	Recibo de Salário	160420151047570000 00034079670
Extrato fgts	Extrato de Conta do FGTS	160420151029193000 00034079608
Contrato de honorários	Documento Diverso	160420151013575000 00034079563
Documento pessoal	Documento Diverso	160420150958131000 00034079525
Declaração de hipossuficiente	Declaração de Hipossuficiência	160420150925853000 00034079430
CTPS	CTPS	160420150858025000 00034079362
CONVENÇÃO 2015-2016	Convenção Coletiva de Trabalho	160420150837643000 00034079317
CONVENÇÃO 2014	Convenção Coletiva de Trabalho	160420150820823000 00034079272
CONVENCAO-2013 (parte 4)	Convenção Coletiva de Trabalho	160420150813412000 00034079250
CONVENCAO-2013 (parte 3)	Convenção Coletiva de	160420150803807000

	Trabalho	00034079217
CONVENCAO-2013 (parte 2)	Convenção Coletiva de Trabalho	160420150754361000 00034079193
CONVENCAO-2013 (parte 1)	Convenção Coletiva de Trabalho	160420150743218000 00034079164
Procuração	Procuração	160420150556827000 00034078842
Petição inicial-pdfa	Petição Inicial	160420150536472000 00034078795
Petição em PDF	Petição em PDF	160420150213389000 00034078298

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Justiça do Trabalho - 15ª Região

3ª Vara do Trabalho de Campinas

Processo nº 0010782-36.2016.5.15.0043
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA - CPF/CNPJ nº
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME - CPF/CNPJ nº

OFÍCIO

PARA CEF (em mãos)

Senhor Gerente,

De ordem da M.M. Juíza MARINA DE SIQUEIRA FERREIRA ZERBINATTI, pelo presente, informo a V. Sª que nos autos em epígrafe foi proferida sentença, para os devidos fins, a qual poderá ser acessada, bem como os demais documentos dos autos, pelo site **https://pje.trt15.jus.br/documentos**, digitando a(s) chave(s) abaixo:

Documentos associados ao processo

Título	**Tipo**	**Chave de acesso****
Despacho	Despacho	161202122214130000 00048934083
Notificação	Notificação	161116115054259000 00047809999
Sentença	Notificação	160927115759683000 00044726197
Sentença	Sentença	160927115759683000 00044726197
Despacho	Despacho	160926111932382000 00044606213
		160926164147109000

Anotação de baixa na CTPS	Certidão	00044662917
Ata da Audiência	Ata da Audiência	160926162454609000 00044659398
EMENDA A INICIAL	Manifestação	160921134300279000 00044338330
Notificação	Notificação	160913155149736000 00043776176
Certidão de encaminhamento de nova notificação no endereço informado pelo reclamante	Certidão	160913153835592000 00043774393
NOVO ENDEREÇO NOTIFICAÇÃO	Manifestação	160913151909630000 00043770250
Devolução de mandado	Certidão	160912175628748000 00043690803
Mandado	Mandado	160908123259091000 00043450699
Notificação devolvida LUX'S	Certidão	160908123014598000 00043450465
Notificação	Notificação	160816114249336000 00041867056
Notificação	Notificação	160816114249119000 00041867055
Despacho	Despacho	160815093338922000 00041756190
Notificação	Notificação	160425135948979000 00034212238
Notificação	Notificação	160425135948695000 00034212237
Telegramas	Telegrama	160420151102712000 00034079709
Recibos	Recibo de Salário	160420151047570000 00034079670
Extrato fgts	Extrato de Conta do FGTS	160420151029193000 00034079608
Contrato de honorários	Documento Diverso	160420151013575000 00034079563
Documento pessoal	Documento Diverso	160420150958131000 00034079525
Declaração de hipossuficiente	Declaração de Hipossuficiência	160420150925853000 00034079430
CTPS	CTPS	160420150858025000 00034079362
CONVENÇÃO 2015-2016	Convenção Coletiva de Trabalho	160420150837643000 00034079317
CONVENÇÃO 2014	Convenção Coletiva de Trabalho	160420150820823000 00034079272
CONVENCAO-2013 (parte 4)	Convenção Coletiva de Trabalho	160420150813412000 00034079250
CONVENCAO-2013 (parte 3)	Convenção Coletiva de Trabalho	160420150803807000 00034079217

CONVENCAO-2013 (parte 2)	Convenção Coletiva de Trabalho	160420150754361000 00034079193
CONVENCAO-2013 (parte 1)	Convenção Coletiva de Trabalho	160420150743218000 00034079164
Procuração	Procuração	160420150556827000 00034078842
Petição inicial-pdfa	Petição Inicial	160420150536472000 00034078795
Petição em PDF	Petição em PDF	160420150213389000 00034078298

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Justiça do Trabalho - 15ª Região

3ª Vara do Trabalho de Campinas

Processo nº 0010782-36.2016.5.15.0043
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA - CPF/CNPJ nº
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME - CPF/CNPJ nº

OFÍCIO

DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO – CAMPINAS/SP

AV. MARECHAL CARMONA, 686 – VILA SÃO JORGE

CEP: 13041-311 - CAMPINAS

Senhor Delegado,

De ordem da M.M. Juíza MARINA DE SIQUEIRA FERREIRA ZERBINATTI, pelo presente, informo a V. Sª que nos autos em epígrafe foi proferida sentença, para os devidos fins, a qual poderá ser acessada, bem como os demais documentos dos autos, pelo site **https://pje.trt15.jus.br/documentos**, digitando a(s) chave(s) abaixo:

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Despacho	Despacho	161202122214130000 00048934083
Notificação	Notificação	161116115054259000 00047809999
Sentença	Notificação	160927115759683000 00044726197
Sentença	Sentença	160927115759683000 00044726197

Despacho	Despacho	160926111932382000 00044606213
Anotação de baixa na CTPS	Certidão	160926164147109000 00044662917
Ata da Audiência	Ata da Audiência	160926162454609000 00044659398
EMENDA A INICIAL	Manifestação	160921134300279000 00044338330
Notificação	Notificação	160913155149736000 00043776176
Certidão de encaminhamento de nova notificação no endereço informado pelo reclamante	Certidão	160913153835592000 00043774393
NOVO ENDEREÇO NOTIFICAÇÃO	Manifestação	160913151909630000 00043770250
Devolução de mandado	Certidão	160912175628748000 00043690803
Mandado	Mandado	160908123259091000 00043450699
Notificação devolvida LUX'S	Certidão	160908123014598000 00043450465
Notificação	Notificação	160816114249336000 00041867056
Notificação	Notificação	160816114249119000 00041867055
Despacho	Despacho	160815093338922000 00041756190
Notificação	Notificação	160425135948979000 00034212238
Notificação	Notificação	160425135948695000 00034212237
Telegramas	Telegrama	160420151102712000 00034079709
Recibos	Recibo de Salário	160420151047570000 00034079670
Extrato fgts	Extrato de Conta do FGTS	160420151029193000 00034079608
Contrato de honorários	Documento Diverso	160420151013575000 00034079563
Documento pessoal	Documento Diverso	160420150958131000 00034079525
Declaração de hipossuficiente	Declaração de Hipossuficiência	160420150925853000 00034079430
CTPS	CTPS	160420150858025000 00034079362
CONVENÇÃO 2015-2016	Convenção Coletiva de Trabalho	160420150837643000 00034079317
CONVENÇÃO 2014	Convenção Coletiva de Trabalho	160420150820823000 00034079272
CONVENCAO-2013 (parte 4)	Convenção Coletiva de Trabalho	160420150813412000 00034079250

CONVENCAO-2013 (parte 3)	Convenção Coletiva de Trabalho	160420150803807000 00034079217
CONVENCAO-2013 (parte 2)	Convenção Coletiva de Trabalho	160420150754361000 00034079193
CONVENCAO-2013 (parte 1)	Convenção Coletiva de Trabalho	160420150743218000 00034079164
Procuração	Procuração	160420150556827000 00034078842
Petição inicial-pdfa	Petição Inicial	160420150536472000 00034078795
Petição em PDF	Petição em PDF	160420150213389000 00034078298

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª Vara do Trabalho de Campinas

Processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME

apt

D E S P A C H O

Considerando o trânsito em julgado, intime-se o reclamante para que junte, em 5 dias, sua CTPS aos autos. Cumprido, intime-se a reclamada para cumprimento da sentença de id aa2651b, no mesmo prazo, sob pena de aplicação de multa no valor de R$ 1.000,00 em favor do reclamante, caso em que as anotações serão realizadas pela Secretaria.

Após, prossiga-se com a liquidação dos valores.

Intimem-se.

Em 2 de Dezembro de 2016.

Juiz(íza) do Trabalho

EXMO SR DR JUIZ DO TRABALHO DA 3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

PROCESSO Nº 0010782-36.2016.5.15.0043

FLAVIO HENRIQUE DA SILVA, já qualificado nos autos da presente AÇÃO TRABALHISTA, vem à presença de VExª apresentar resultado de cálculo de liquidação de sentença, no montante de R$ 27.655,05 (vinte e sete mil seiscentos e cinquenta e cinco mil e cinco centavos), conforme planilha anexa, requerendo sua homologação.

Termos em que

Pede deferimento.

Campinas, 13/02/2017

SIMONE DE MORAES SOUZA

OAB/SP 313.589

RESULTADO DO CÁLCULO

RECLAMADA: LUX'S SERVICOS MARCENARIA LTDA -ME
RECLAMANTE: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
VARA - PROCESSO: 3 - 10782-36.2016 - CAMPINAS

ADMISSÃO: 01/05/2013
DEMISSÃO: 04/02/2016
DISTRIBUIÇÃO: 20/04/2016

Valores atualizados até 01/03/2017

VERBAS CONSIDERADAS

01 - SD.SAL/V.RESCISÓRIAS com reflexos em - 13º Salário - F.G.T.S. Recolhimento e Multa - Aviso Prévio - Férias Indenizadas e Abono
02 - SALÁRIO DEVIDO
03 - 13º SAL.(S/ REG.) com reflexos em - F.G.T.S. Recolhimento e Multa
04 - FER.+1/3 (S/ REG.)
05 - FGTS (DEVIDO)
06 - DEV.DESC.CONT.ASSIST
07 - 40% S/ SD.FGTS
08 - MULTA ART.477
MULTA ART.467 - 50% V.RESCISÓRIAS
40% S/ FGTS
DANOS MORAIS
09 - I.N.S.S.
10 - I.R.R.F.
TOTALIZAÇÃO DO FGTS:
F.G.T.S. RECOLHIMENTO - Anexo 10: R$ 278,63 - F.G.T.S. MULTA - Anexo 10: R$ 111,45

DISCRIMINAÇÃO DAS VERBAS	VALOR CORRIGIDO	JUROS DE MORA	TOTAL APURADO
TOTAL SD.SAL/V.RESCISÓRIAS.	**5.636,84**	**582,47**	**6.219,31**
SD.SAL/V.RESCISÓRIAS.	*293,72*	*30,35*	*324,07*
13.SALÁRIO INDENIZADO	*367,50*	*37,97*	*405,47*
AVISO PRÉVIO	*2.204,97*	*227,85*	*2.432,82*
FÉRIAS INDENIZADAS	*1.837,48*	*189,87*	*2.027,35*
ABONO S/ FÉRIAS INDENIZADAS	*612,43*	*63,28*	*675,71*
FGTS	*229,10*	*23,68*	*252,78*
MULTA FGTS	*91,64*	*9,47*	*101,11*
TOTAL SALÁRIO DEVIDO.	**2.204,97**	**227,85**	**2.432,82**
SALÁRIO DEVIDO.	*2.204,97*	*227,85*	*2.432,82*
TOTAL 13º SAL.(S/ REG.).	**323,30**	**33,38**	**356,68**
13º SAL.(S/ REG.).	*290,47*	*30,02*	*320,49*
FGTS	*23,45*	*2,40*	*25,85*

SPK 11-GERENTE

CÁLCULO EXECUTADO PELO SOFTWARE **SCTr** - SISTEMA DE CÁLCULOS TRABALHISTAS DA **MACDATA** INFORMÁTICA E EDITORA
www.macdata.com.br

RESULTADO DO CÁLCULO

RECLAMADA: LUX'S SERVICOS MARCENARIA LTDA -ME
RECLAMANTE: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
VARA - PROCESSO: 3 - 10782-36.2016 - CAMPINAS

ADMISSÃO: **01/05/2013**
DEMISSÃO: **04/02/2016**
DISTRIBUIÇÃO: **20/04/2016**

Valores atualizados até 01/03/2017

DISCRIMINAÇÃO DAS VERBAS	VALOR CORRIGIDO	JUROS DE MORA	TOTAL APURADO
MULTA FGTS	*9,38*	*0,96*	*10,34*
TOTAL FER.+1/3 (S/ REG.).	**387,29**	**40,02**	**427,31**
FER.+1/3 (S/ REG.).	*387,29*	*40,02*	*427,31*
TOTAL FGTS (DEVIDO).	**4.499,75**	**464,99**	**4.964,74**
FGTS (DEVIDO).	*4.499,75*	*464,99*	*4.964,74*
TOTAL DEV.DESC.CONT.ASSIST.	**257,98**	**26,66**	**284,64**
DEV.DESC.CONT.ASSIST.	*257,98*	*26,66*	*284,64*
TOTAL 40% S/ SD.FGTS.	**314,39**	**32,49**	**346,88**
40% S/ SD.FGTS.	*314,39*	*32,49*	*346,88*
TOTAL MULTA ART.477.	**2.204,97**	**227,85**	**2.432,82**
MULTA ART.477.	*2.204,97*	*227,85*	*2.432,82*
TOTAL VERBAS	**15.829,49**	**1.635,71**	**17.465,20**
MULTA ART.467 - 50% V.RESCISÓRIAS	*2.658,05*	*274,66*	*2.932,71*
40% S/ FGTS	*1.799,90*	*185,99*	*1.985,89*
DANOS MORAIS	*5.026,44*	*519,40*	*5.545,84*
I.N.S.S. - Anexo 12			*-274,59*
TOTAL APURADO			**27.655,05**

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 13/02/2017 17:54:06 - c9bea9d
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=17021317533279300000052223883
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 17021317533279300000052223883

ANEXO : 1
PÁGINA : 1 de 2
EMISSÃO: 10/02/2017

DEMONSTRATIVO DA APURAÇÃO DE TÍTULOS REFERENTES À SD.SAL/V.RESCISÓRIAS

RECLAMADA: LUX'S SERVICOS MARCENARIA LTDA -ME
RECLAMANTE: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
VARA - PROCESSO: 3 - 10782-36.2016 - CAMPINAS

ADMISSÃO: 01/05/2013
DEMISSÃO: 04/02/2016
DISTRIBUIÇÃO: 20/04/2016

MÊS/ANO		VALOR VERBA	VALOR MÊS			ABONO FÉRIAS	13º SALÁRIO		TOTAL APURADO	FGTS
02/2016	R$	2.160,00	288,00						288,00	23,04

SPK 11-GERENTE

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 13/02/2017 17:54:06 - c9bea9d
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=17021317533279300000052223883
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 17021317533279300000052223883

ANEXO : 1
PÁGINA : 2 de 2
EMISSÃO: 10/02/2017

DEMONSTRATIVO DA APURAÇÃO DE TÍTULOS REFERENTES À SD.SAL/V.RESCISÓRIAS

RECLAMADA: LUX'S SERVICOS MARCENARIA LTDA -ME
RECLAMANTE: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
VARA - PROCESSO: 3 - 10782-36.2016 - CAMPINAS

ADMISSÃO: 01/05/2013
DEMISSÃO: 04/02/2016
DISTRIBUIÇÃO: 20/04/2016

VERBAS RESCISÓRIAS

COMPETÊNCIA: 02/2016
MOEDA: R$
VALOR BASE PARA CÁLCULO: 2.160,00

VERBA	VALOR
AVISO PRÉVIO	2.160,00
FÉRIAS 25,0 DIAS	1.800,00
ABONO DE FÉRIAS 33,33%	599,94
13º SALÁRIO 2/12	360,00
FGTS S/ RESCISÓRIAS	201,60

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 13/02/2017 17:54:06 - c9bea9d
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=17021317533279300000052223883
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 17021317533279300000052223883

ANEXO : 2
PÁGINA : 1 de 1
EMISSÃO: 10/02/2017

DEMONSTRATIVO DA APURAÇÃO DE TÍTULOS REFERENTES À SALÁRIO DEVIDO

RECLAMADA: LUX'S SERVICOS MARCENARIA LTDA -ME
RECLAMANTE: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
VARA - PROCESSO: 3 - 10782-36.2016 - CAMPINAS

ADMISSÃO: 01/05/2013
DEMISSÃO: 04/02/2016
DISTRIBUIÇÃO: 20/04/2016

MÊS/ANO		VALOR VERBA	VALOR MÊS								
01/2016	R$	2.160,00	2.160,00								

SPK 11-GERENTE

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 13/02/2017 17:54:06 - c9bea9d
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=17021317533279300000052223883
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 17021317533279300000052223883

ANEXO : 3
PÁGINA : 1 de 1
EMISSÃO: 10/02/2017

DEMONSTRATIVO DA APURAÇÃO DE TÍTULOS REFERENTES À 13º SAL.(S/ REG.)

RECLAMADA: LUX'S SERVICOS MARCENARIA LTDA -ME
RECLAMANTE: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
VARA - PROCESSO: 3 - 10782-36.2016 - CAMPINAS

ADMISSÃO: 01/05/2013
DEMISSÃO: 04/02/2016
DISTRIBUIÇÃO: 20/04/2016

MÊS/ANO		VALOR VERBA	VALOR MÊS					TOTAL APURADO	FGTS
06/2013	R$	276,25	276,25					276,25	22,10

SPK 11-GERENTE

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 13/02/2017 17:54:06 - c9bea9d
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=17021317533279300000052223883
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 17021317533279300000052223883

ANEXO : 4
PÁGINA : 1 de 1
EMISSÃO: 10/02/2017

DEMONSTRATIVO DA APURAÇÃO DE TÍTULOS REFERENTES À FER.+1/3 (S/ REG.)

RECLAMADA: LUX'S SERVICOS MARCENARIA LTDA -ME
RECLAMANTE: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
VARA - PROCESSO: 3 - 10782-36.2016 - CAMPINAS

ADMISSÃO: 01/05/2013
DEMISSÃO: 04/02/2016
DISTRIBUIÇÃO: 20/04/2016

MÊS/ANO		VALOR VERBA	VALOR MÊS								
06/2013	R$	368,33	368,33								

SPK 11-GERENTE

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 13/02/2017 17:54:06 - c9bea9d
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=17021317533279300000052223883
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 17021317533279300000052223883

ANEXO : 5
PÁGINA : 1 de 2
EMISSÃO: 10/02/2017

DEMONSTRATIVO DA APURAÇÃO DE TÍTULOS REFERENTES À FGTS (DEVIDO)

RECLAMADA: LUX'S SERVICOS MARCENARIA LTDA -ME
RECLAMANTE: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
VARA - PROCESSO: 3 - 10782-36.2016 - CAMPINAS

ADMISSÃO: 01/05/2013
DEMISSÃO: 04/02/2016
DISTRIBUIÇÃO: 20/04/2016

MÊS/ANO		VALOR VERBA	VALOR MÊS							TOTAL APURADO
05/2013	R$	88,40	88,40							88,40
06/2013	R$	88,40	88,40							88,40
07/2013	R$	88,40	88,40							88,40
08/2013	R$	88,40	88,40							88,40
09/2013	R$	88,40	88,40							88,40
12/2013	R$	147,33	147,33							147,33
01/2014	R$	88,40	88,40							88,40
03/2014	R$	165,55	165,55							165,55
05/2014	R$	181,03	181,03							181,03
06/2014	R$	136,00	136,00							136,00
08/2014	R$	145,95	145,95							145,95
09/2014	R$	145,95	145,95							145,95
10/2014	R$	145,95	145,95							145,95
11/2014	R$	145,95	145,95							145,95
12/2014	R$	291,91	291,91							291,91
01/2015	R$	150,76	150,76							150,76
02/2015	R$	174,15	174,15							174,15
03/2015	R$	185,02	185,02							185,02
04/2015	R$	175,04	175,04							175,04
05/2015	R$	160,00	160,00							160,00
06/2015	R$	160,00	160,00							160,00
07/2015	R$	160,00	160,00							160,00
08/2015	R$	160,00	160,00							160,00
09/2015	R$	190,96	190,96							190,96

SPK 11-GERENTE

CÁLCULO EXECUTADO PELO SOFTWARE **SCTr** - SISTEMA DE CÁLCULOS TRABALHISTAS DA **MACDATA** INFORMÁTICA E EDITORA
www.macdata.com.br

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 13/02/2017 17:54:06 - c9bea9d
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=17021317533279300000052223883
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 17021317533279300000052223883

ANEXO : 5
PÁGINA : 2 de 2
EMISSÃO: 10/02/2017

DEMONSTRATIVO DA APURAÇÃO DE TÍTULOS REFERENTES À FGTS (DEVIDO)

RECLAMADA: LUX'S SERVICOS MARCENARIA LTDA -ME
RECLAMANTE: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
VARA - PROCESSO: 3 - 10782-36.2016 - CAMPINAS

ADMISSÃO: 01/05/2013
DEMISSÃO: 04/02/2016
DISTRIBUIÇÃO: 20/04/2016

MÊS/ANO		VALOR VERBA	VALOR MÊS							TOTAL APURADO
10/2015	R$	172,80	172,80							172,80
11/2015	R$	173,16	173,16							173,16
12/2015	R$	264,78	264,78							264,78
01/2016	R$	172,80	172,80							172,80

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 13/02/2017 17:54:06 - c9bea9d
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=17021317533279300000052223883
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 17021317533279300000052223883

ANEXO : 6
PÁGINA : 1 de 1
EMISSÃO: 10/02/2017

DEMONSTRATIVO DA APURAÇÃO DE TÍTULOS REFERENTES À DEV.DESC.CONT.ASSIST

RECLAMADA: LUX'S SERVICOS MARCENARIA LTDA -ME
RECLAMANTE: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
VARA - PROCESSO: 3 - 10782-36.2016 - CAMPINAS

ADMISSÃO: 01/05/2013
DEMISSÃO: 04/02/2016
DISTRIBUIÇÃO: 20/04/2016

MÊS/ANO		VALOR VERBA	VALOR MÊS							TOTAL APURADO
10/2013	R$	11,05	11,05							11,05
11/2013	R$	11,05	11,05							11,05
12/2013	R$	11,05	11,05							11,05
02/2014	R$	17,00	17,00							17,00
03/2014	R$	17,00	17,00							17,00
05/2014	R$	17,00	17,00							17,00
07/2014	R$	18,24	18,24							18,24
01/2015	R$	18,84	18,84							18,84
02/2015	R$	21,76	21,76							21,76
03/2015	R$	20,00	20,00							20,00
04/2015	R$	21,88	21,88							21,88
05/2015	R$	20,00	20,00							20,00
09/2015	R$	21,60	21,60							21,60
11/2015	R$	21,60	21,60							21,60

CÁLCULO EXECUTADO PELO SOFTWARE **SCTr** - SISTEMA DE CÁLCULOS TRABALHISTAS DA **MACDATA** INFORMÁTICA E EDITORA
www.macdata.com.br

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 13/02/2017 17:54:06 - c9bea9d
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=17021317533279300000052223883
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 17021317533279300000052223883

ANEXO : 7
PÁGINA : 1 de 1
EMISSÃO: 10/02/2017

DEMONSTRATIVO DA APURAÇÃO DE TÍTULOS REFERENTES À 40% S/ SD.FGTS

RECLAMADA: LUX'S SERVICOS MARCENARIA LTDA -ME
RECLAMANTE: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
VARA - PROCESSO: 3 - 10782-36.2016 - CAMPINAS

ADMISSÃO: 01/05/2013
DEMISSÃO: 04/02/2016
DISTRIBUIÇÃO: 20/04/2016

MÊS/ANO		VALOR VERBA	VALOR MÊS								
01/2016	R$	307,98	307,98								

SPK 11-GERENTE

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 13/02/2017 17:54:06 - c9bea9d
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=17021317533279300000052223883
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 17021317533279300000052223883

ANEXO : 8
PÁGINA : 1 de 1
EMISSÃO: 10/02/2017

DEMONSTRATIVO DA APURAÇÃO DE TÍTULOS REFERENTES À MULTA ART.477

RECLAMADA: LUX'S SERVICOS MARCENARIA LTDA -ME
RECLAMANTE: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
VARA - PROCESSO: 3 - 10782-36.2016 - CAMPINAS

ADMISSÃO: 01/05/2013
DEMISSÃO: 04/02/2016
DISTRIBUIÇÃO: 20/04/2016

MÊS/ANO		VALOR VERBA	VALOR MÊS								
01/2016	R$	2.160,00	2.160,00								

SPK 11-GERENTE

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 13/02/2017 17:54:06 - c9bea9d
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=17021317533279300000052223883
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 17021317533279300000052223883

ANEXO : 9
PÁGINA : 1 de 3
EMISSÃO: 10/02/2017

TOTALIZAÇÃO DAS VERBAS APURADAS EM VALORES PRINCIPAIS

RECLAMADA: LUX'S SERVIÇOS MARCENARIA LTDA -ME
RECLAMANTE: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
VARA - PROCESSO: 3 - 10782-36.2016 - CAMPINAS

ADMISSÃO: 01/05/2013
DEMISSÃO: 04/02/2016
DISTRIBUIÇÃO: 20/04/2016

DESCRIÇÃO DAS VERBAS

SD.SAL/V.RESCISÓRIAS | SALÁRIO DEVIDO | 13º SAL.(S/ REG.) | FER.+1/3 (S/ REG.) | FGTS (DEVIDO) | DEV.DESC.CONT.ASSIST
40% S/ SD.FGTS | MULTA ART.477

MÊS/ANO		VERBA		VERBA		VERBA		VERBA		VERBA		VERBA		TOTAL MÊS
05/2013	R$	01		02		03		04		05	88,40	06		
		07		08										**88,40**
06/2013	R$	01		02		03	276,25	04	368,33	05	88,40	06		
		07		08										**732,98**
07/2013	R$	01		02		03		04		05	88,40	06		
		07		08										**88,40**
08/2013	R$	01		02		03		04		05	88,40	06		
		07		08										**88,40**
09/2013	R$	01		02		03		04		05	88,40	06		
		07		08										**88,40**
10/2013	R$	01		02		03		04		05		06	11,05	
		07		08										**11,05**
11/2013	R$	01		02		03		04		05		06	11,05	
		07		08										**11,05**
12/2013	R$	01		02		03		04		05	147,33	06	11,05	
		07		08										**158,38**
01/2014	R$	01		02		03		04		05	88,40	06		
		07		08										**88,40**
02/2014	R$	01		02		03		04		05		06	17,00	
		07		08										**17,00**
03/2014	R$	01		02		03		04		05	165,55	06	17,00	
		07		08										**182,55**
04/2014	R$	01		02		03		04		05		06		
		07		08										

SPK 11-GERENTE

CÁLCULO EXECUTADO PELO SOFTWARE **SCTr** - SISTEMA DE CÁLCULOS TRABALHISTAS DA **MACDATA** INFORMÁTICA E EDITORA
www.macdata.com.br

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 13/02/2017 17:54:06 - c9bea9d
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=17021317533279300000052223883
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 17021317533279300000052223883

ANEXO : 9
PÁGINA : 2 de 3
EMISSÃO: 10/02/2017

TOTALIZAÇÃO DAS VERBAS APURADAS EM VALORES PRINCIPAIS

RECLAMADA: LUX'S SERVIÇOS MARCENARIA LTDA -ME
RECLAMANTE: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
VARA - PROCESSO: 3 - 10782-36.2016 - CAMPINAS

ADMISSÃO: 01/05/2013
DEMISSÃO: 04/02/2016
DISTRIBUIÇÃO: 20/04/2016

DESCRIÇÃO DAS VERBAS

SD.SAL/V.RESCISÓRIAS | SALÁRIO DEVIDO | 13º SAL.(S/ REG.) | FER.+1/3 (S/ REG.) | FGTS (DEVIDO) | DEV.DESC.CONT.ASSIST
40% S/ SD.FGTS | MULTA ART.477

MÊS/ANO		VERBA		VERBA		VERBA		VERBA		VERBA		VERBA		TOTAL MÊS
05/2014	R$	01		02		03		04		05	181,03	06	17,00	
		07		08										**198,03**
06/2014	R$	01		02		03		04		05	136,00	06		
		07		08										**136,00**
07/2014	R$	01		02		03		04		05		06	18,24	
		07		08										**18,24**
08/2014	R$	01		02		03		04		05	145,95	06		
		07		08										**145,95**
09/2014	R$	01		02		03		04		05	145,95	06		
		07		08										**145,95**
10/2014	R$	01		02		03		04		05	145,95	06		
		07		08										**145,95**
11/2014	R$	01		02		03		04		05	145,95	06		
		07		08										**145,95**
12/2014	R$	01		02		03		04		05	291,91	06		
		07		08										**291,91**
01/2015	R$	01		02		03		04		05	150,76	06	18,84	
		07		08										**169,60**
02/2015	R$	01		02		03		04		05	174,15	06	21,76	
		07		08										**195,91**
03/2015	R$	01		02		03		04		05	185,02	06	20,00	
		07		08										**205,02**
04/2015	R$	01		02		03		04		05	175,04	06	21,88	
		07		08										**196,92**

SPK 11-GERENTE

CÁLCULO EXECUTADO PELO SOFTWARE **SCTr** - SISTEMA DE CÁLCULOS TRABALHISTAS DA **MACDATA** INFORMÁTICA E EDITORA
www.macdata.com.br

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 13/02/2017 17:54:06 - c9bea9d
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=17021317533279300000052223883
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 17021317533279300000052223883

ANEXO : 9
PÁGINA : 3 de 3
EMISSÃO: 10/02/2017

TOTALIZAÇÃO DAS VERBAS APURADAS EM VALORES PRINCIPAIS

RECLAMADA: LUX'S SERVIÇOS MARCENARIA LTDA -ME
RECLAMANTE: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
VARA - PROCESSO: 3 - 10782-36.2016 - CAMPINAS

ADMISSÃO: 01/05/2013
DEMISSÃO: 04/02/2016
DISTRIBUIÇÃO: 20/04/2016

DESCRIÇÃO DAS VERBAS

SD.SAL/V.RESCISÓRIAS | SALÁRIO DEVIDO | 13º SAL.(S/ REG.) | FER.+1/3 (S/ REG.) | FGTS (DEVIDO) | DEV.DESC.CONT.ASSIST
40% S/ SD.FGTS | MULTA ART.477

MÊS/ANO		VERBA		VERBA		VERBA		VERBA		VERBA		VERBA		TOTAL MÊS
05/2015	R$	01		02		03		04		05	160,00	06	20,00	
		07		08										**180,00**
06/2015	R$	01		02		03		04		05	160,00	06		
		07		08										**160,00**
07/2015	R$	01		02		03		04		05	160,00	06		
		07		08										**160,00**
08/2015	R$	01		02		03		04		05	160,00	06		
		07		08										**160,00**
09/2015	R$	01		02		03		04		05	190,96	06	21,60	
		07		08										**212,56**
10/2015	R$	01		02		03		04		05	172,80	06		
		07		08										**172,80**
11/2015	R$	01		02		03		04		05	173,16	06	21,60	
		07		08										**194,76**
12/2015	R$	01		02		03		04		05	264,78	06		
		07		08										**264,78**
01/2016	R$	01		02	2.160,00	03		04		05	172,80	06		
		07	307,98	08	2.160,00									**4.800,78**
02/2016	R$	01	288,00	02		03		04		05		06		
		07		08										**288,00**
02/2016	R$	01	4.919,94	02		03		04		05		06		
		07		08										**4.919,94**

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 13/02/2017 17:54:06 - c9bea9d
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=17021317533279300000052223883
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 17021317533279300000052223883

ANEXO : 10
PÁGINA : 1 de 1
EMISSÃO: 10/02/2017

DEMONSTRATIVO DA CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DO F.G.T.S. APURADO

VALORES ATUALIZADOS ATÉ 01/03/2017

RECLAMADA: LUX'S SERVIÇOS MARCENARIA LTDA -ME
RECLAMANTE: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
VARA - PROCESSO: 3 - 10782-36.2016 - CAMPINAS

ADMISSÃO: 01/05/2013
DEMISSÃO: 04/02/2016
DISTRIBUIÇÃO: 20/04/2016

MÊS/ANO		VALOR PRINCIPAL	DATA BASE	ÍNDICE	VALOR CORRIGIDO	TEMPO JUROS	PERCENTUAL JUROS	VALOR JUROS	VALOR APURADO
06/2013	R$	22,10	07/2013	1,051469269	23,24	10 meses e 10 dias	10,3300	2,40	25,64
02/2016	R$	23,04	03/2016	1,019845623	23,50	10 meses e 10 dias	10,3300	2,43	25,93
02/2016	R$	201,60	02/2016	1,020821616	205,80	10 meses e 10 dias	10,3300	21,27	227,07
				TOTALIZAÇÃO	**252,53**			**26,10**	**278,63**
								MULTA RESCISÓRIA 40%	**111,45**

SPK 11-GERENTE

CÁLCULO EXECUTADO PELO SOFTWARE **SCTr** - SISTEMA DE CÁLCULOS TRABALHISTAS DA **MACDATA** INFORMÁTICA E EDITORA
www.macdata.com.br

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 13/02/2017 17:54:06 - c9bea9d
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=17021317533279300000052223883
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 17021317533279300000052223883

ANEXO : 11
PÁGINA : 1 de 2
EMISSÃO: 10/02/2017

DEMONSTRATIVO DA CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DOS VALORES PRINCIPAIS APURADOS

VALORES ATUALIZADOS ATÉ 01/03/2017 - DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 08/2005 - TST - DJU SEÇÃO 1 DE 03/11/2005

Base legal:
1. Até dezembro de 1985: DL 75, de 21/11/1966 Dec. 61.302, de 17/07/1967; Lei 6.899, de 08/04/1981; Dec. 86.649, de 25/11/1981; port. SEPLAN 250 de 31/12/1985 - **2. Janeiro e fevereiro de 1986:** port. interministerial 117, de 09/09/1986 - **3. Marêo de 1986 a fevereiro de 1987:** DL 2.283, de 27/02/1986; DL 2.284, de 10/03/1986; DL 2.290, de 21/11/1986, alterado pelo DL 2.311, de 23/12/1986 - **4. Marêo de 198 7 a janeiro de 1989:** DL 2.322 de 26/02/1987 - **5. Fevereiro de 1989 a janeiro de 1991:** Lei 7.730, de 31/01/1989; Lei 7.738, de 09/03/1989; Lei 8.024/90; Comunicado BACEN 2.067, de 30/03/1990 - **6. fevereiro de 1991 a maio de 1993:** MP 292 de 01/02/1991, convertida na Lei 8.177, de 01/03/1991 - **7. junho de 1993 a junho de 1994:** lei 8.660/93 - **8. Julho de 1994:** Lei 8.880/94; Resoluêco BACEN 2.097/94 - **9. Agosto em diante:** lei 9.069, de 29/06/1995; Lei 10.192, de 14/02/2001.

RECLAMADA: LUX'S SERVIÇOS MARCENARIA LTDA -ME
RECLAMANTE: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
VARA - PROCESSO: 3 - 10782-36.2016 - CAMPINAS

ADMISSÃO: 01/05/2013
DEMISSÃO: 04/02/2016
DISTRIBUIÇÃO: 20/04/2016

MÍS/ANO COMPETÊNCIA		VALOR PRINCIPAL	DATA BASE	ÍNDICE ACUMULADO	% MENSAL	INDEXADOR	VALOR CORRIGIDO	TEMPO JUROS	% JUROS	VALOR JUROS	VALOR APURADO
05/2013	R$	88,40	06/2013	1,051470320	0,0001	TR	92,95	10 meses e 10 dias	10,3300	9,60	102,55
06/2013	R$	732,98	07/2013	1,051469269	0,0209	TR	770,71	10 meses e 10 dias	10,3300	79,64	850,35
07/2013	R$	88,40	08/2013	1,051249558	0,0001	TR	92,93	10 meses e 10 dias	10,3300	9,60	102,53
08/2013	R$	88,40	09/2013	1,051248507	0,0079	TR	92,93	10 meses e 10 dias	10,3300	9,60	102,53
09/2013	R$	88,40	10/2013	1,051165465	0,0920	TR	92,92	10 meses e 10 dias	10,3300	9,60	102,52
10/2013	R$	11,05	11/2013	1,050199281	0,0207	TR	11,60	10 meses e 10 dias	10,3300	1,20	12,80
11/2013	R$	11,05	12/2013	1,049981935	0,0494	TR	11,60	10 meses e 10 dias	10,3300	1,20	12,80
12/2013	R$	158,38	01/2014	1,049463500	0,1126	TR	166,21	10 meses e 10 dias	10,3300	17,17	183,38
01/2014	R$	88,40	02/2014	1,048283133	0,0537	TR	92,67	10 meses e 10 dias	10,3300	9,58	102,25
02/2014	R$	17,00	03/2014	1,047720507	0,0266	TR	17,81	10 meses e 10 dias	10,3300	1,84	19,65
03/2014	R$	182,55	04/2014	1,047441888	0,0459	TR	191,21	10 meses e 10 dias	10,3300	19,76	210,97
04/2014	R$		05/2014	1,046961332	0,0604	TR	0,00	10 meses e 10 dias	10,3300		0,00
05/2014	R$	198,03	06/2014	1,046329350	0,0465	TR	207,20	10 meses e 10 dias	10,3300	21,41	228,61
06/2014	R$	136,00	07/2014	1,045843033	0,1054	TR	142,23	10 meses e 10 dias	10,3300	14,70	156,93
07/2014	R$	18,24	08/2014	1,044741875	0,0602	TR	19,06	10 meses e 10 dias	10,3300	1,97	21,03
08/2014	R$	145,95	09/2014	1,044113318	0,0873	TR	152,39	10 meses e 10 dias	10,3300	15,75	168,14
09/2014	R$	145,95	10/2014	1,043202603	0,1038	TR	152,26	10 meses e 10 dias	10,3300	15,73	167,99
10/2014	R$	145,95	11/2014	1,042120881	0,0483	TR	152,10	10 meses e 10 dias	10,3300	15,72	167,82
11/2014	R$	145,95	12/2014	1,041617780	0,1053	TR	152,02	10 meses e 10 dias	10,3300	15,71	167,73
12/2014	R$	291,91	01/2015	1,040522110	0,0878	TR	303,74	10 meses e 10 dias	10,3300	31,39	335,13

SPK 11-GERENTE

CÁLCULO EXECUTADO PELO SOFTWARE **SCTr** - SISTEMA DE CÁLCULOS TRABALHISTAS DA **MACDATA** INFORMÁTICA E EDITORA
www.macdata.com.br

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 13/02/2017 17:54:06 - c9bea9d
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=17021317533279300000052223883
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 17021317533279300000052223883

ANEXO : 11
PÁGINA : 2 de 2
EMISSÃO: 10/02/2017

DEMONSTRATIVO DA CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DOS VALORES PRINCIPAIS APURADOS

VALORES ATUALIZADOS ATÉ 01/03/2017 - DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 08/2005 - TST - DJU SEÇÃO 1 DE 03/11/2005

RECLAMADA: LUX'S SERVIÇOS MARCENARIA LTDA -ME
RECLAMANTE: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
VARA - PROCESSO: 3 - 10782-36.2016 - CAMPINAS

ADMISSÃO: 01/05/2013
DEMISSÃO: 04/02/2016
DISTRIBUIÇÃO: 20/04/2016

MÊS/ANO COMPETÊNCIA		VALOR PRINCIPAL	DATA BASE	ÍNDICE ACUMULADO	% MENSAL	INDEXADOR	VALOR CORRIGIDO	TEMPO JUROS	% JUROS	VALOR JUROS	VALOR APURADO
01/2015	R$	169,60	02/2015	1,039609333	0,0168	TR	176,32	10 meses e 10 dias	10,3300	18,22	194,54
02/2015	R$	195,91	03/2015	1,039434708	0,1296	TR	203,64	10 meses e 10 dias	10,3300	21,04	224,68
03/2015	R$	205,02	04/2015	1,038089344	0,1074	TR	212,83	10 meses e 10 dias	10,3300	21,99	234,82
04/2015	R$	196,92	05/2015	1,036975632	0,1153	TR	204,20	10 meses e 10 dias	10,3300	21,10	225,30
05/2015	R$	180,00	06/2015	1,035781376	0,1813	TR	186,44	10 meses e 10 dias	10,3300	19,27	205,71
06/2015	R$	160,00	07/2015	1,033906903	0,2305	TR	165,43	10 meses e 10 dias	10,3300	17,09	182,52
07/2015	R$	160,00	08/2015	1,031529228	0,1867	TR	165,04	10 meses e 10 dias	10,3300	17,05	182,09
08/2015	R$	160,00	09/2015	1,029606952	0,1920	TR	164,74	10 meses e 10 dias	10,3300	17,02	181,76
09/2015	R$	212,56	10/2015	1,027633895	0,1790	TR	218,43	10 meses e 10 dias	10,3300	22,57	241,00
10/2015	R$	172,80	11/2015	1,025797717	0,1297	TR	177,26	10 meses e 10 dias	10,3300	18,32	195,58
11/2015	R$	194,76	12/2015	1,024468981	0,2250	TR	199,53	10 meses e 10 dias	10,3300	20,62	220,15
12/2015	R$	264,78	01/2016	1,022169100	0,1320	TR	270,65	10 meses e 10 dias	10,3300	27,97	298,62
01/2016	R$	4.800,78	02/2016	1,020821616	0,0957	TR	4.900,74	10 meses e 10 dias	10,3300	506,41	5.407,15
02/2016	R$	288,00	03/2016	1,019845623	0,2168	TR	293,72	10 meses e 10 dias	10,3300	30,35	324,07
02/2016	R$	4.919,94	02/2016	1,020821616	0,0957	TR	5.022,38	10 meses e 10 dias	10,3300	518,98	5.541,36
	TOTAIS:						**15.475,89**			**1.599,17**	**17.075,06**

SPK 11-GERENTE

CÁLCULO EXECUTADO PELO SOFTWARE **SCTr** - SISTEMA DE CÁLCULOS TRABALHISTAS DA **MACDATA** INFORMÁTICA E EDITORA
www.macdata.com.br

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 13/02/2017 17:54:06 - c9bea9d
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=17021317533279300000052223883
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 17021317533279300000052223883

ANEXO : 12
PÁGINA : 1 de 2
EMISSÃO: 10/02/2017

DEMONSTRATIVO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DO RECLAMANTE

ELABORADO DE ACORDO COM A INSTRUÇÃO NORMATIVA MPS/SRP N.3, DE 14/07/2005 - DOU DE 15/07/2005 - ALTERADA PELA IN SRP N. 4 DE 28/07/2005

RECLAMADA: LUX'S SERVIÇOS MARCENARIA LTDA -ME
RECLAMANTE: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
VARA - PROCESSO: 3 - 10782-36.2016 - CAMPINAS

ADMISSÃO: 01/05/2013
DEMISSÃO: 04/02/2016
DISTRIBUIÇÃO: 20/04/2016

MÊS/ANO		SALÁRIO CONTRIBUIÇÃO	ALÍQUOTA ÉPOCA	CONTRIBUIÇÃO CÁLCULO	CONTRIBUIÇÃO RECOLHIDA	TOTAL CONTRIBUIÇÃO	CONTRIBUIÇÃO MÁXIMA	A RECOLHER PRINCIPAL	A RECOLHER ATUALIZADO
06/2013	R$	276.25	8,00	22,10		22,10	457,49	22,10	23,24
01/2016	R$	2.160.00	9,00	194,40		194,40	570,88	194,40	198,45
02/2016	R$	288.00	8,00	23,04		23,04	570,88	23,04	23,50
02/2016	R$	360.00	8,00	28,80		28,80	570,88	28,80	29,40

TOTAL A RECOLHER: **274,59**

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 13/02/2017 17:54:06 - c9bea9d
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=17021317533279300000052223883
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 17021317533279300000052223883

ANEXO : 12
PÁGINA : 2 de 2
EMISSÃO: 10/02/2017

DEMONSTRATIVO DO RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

RECLAMADA: LUX'S SERVIÇOS MARCENARIA LTDA -ME
RECLAMANTE: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
VARA - PROCESSO: 3 - 10782-36.2016 - CAMPINAS

ADMISSÃO: 01/05/2013
DEMISSÃO: 04/02/2016
DISTRIBUIÇÃO: 20/04/2016

Empresa: 20,00%		**631,33**
Terceiros: 5,80%		**183,09**
Seg. Acidentes de Trabalho:	2,0000	**63,13**
Total empresa:		**877,55**
Valor descontado do reclamante:		**274,59**
TOTAL A RECOLHER:		**1.152,14**

Base para cálculo empresa: 3.156,66

VERBAS CONSIDERADAS (Com exceêćo de Férias Indenizadas , Abono de Férias Indenizadas, Aviso Prévio Indenizado e FGTS)

SD.SAL/V.RESCISÓRIAS	661,22
SALÁRIO DEVIDO	2.204,97
13º SAL.(S/ REG.)	290,47
TOTAL	3.156,66

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 13/02/2017 17:54:06 - c9bea9d
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=17021317533279300000052223883
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 17021317533279300000052223883

ANEXO : 14
PÁGINA : 1 de 1
EMISSÃO: 10/02/2017

DEMONSTRATIVO DO IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE

Calculado conforme Instrução Normativa RFB 1127 de 01/02/2011.

RECLAMADA: LUX'S SERVIÇOS MARCENARIA LTDA -ME
RECLAMANTE: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
VARA - PROCESSO: 3 - 10782-36.2016 - CAMPINAS

ADMISSÃO: 01/05/2013
DEMISSÃO: 04/02/2016
DISTRIBUIÇÃO: 20/04/2016

Tabela Aplicada:	02/2017
Total Verbas:	5.993,86
Total dos Juros:	2.615,76
Sub_total:	5.993,86
Dedução Dependentes	0,00
Dedução INSS:	274,59
Rendimento Base:	5.719,27
Número de meses:	38
Rendimento Base Mensa	150,51
Alíquota:	7,50
Dedução:	142,80
Valor Mensal Apurado:	0,00
Valor Total Apurado	**0,00**

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 13/02/2017 17:54:06 - c9bea9d
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=17021317533279300000052223883
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 17021317533279300000052223883

EXMO SR DR JUIZ DO TRABALHO DA 3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS/SP

PROCESSO Nº 0010782-36.216.5.15.0043

FLAVIO HENRIQUE DA SILVA, já devidamentequalificado nos autos da presente ação**,** vem através de sua advogada infraassinada, expor e ao final requerer :

1. *In casu***,** o Recte foi intimado a apresentar sua CTPS para anotação no prazo de 05 dias.

2. Ocorre que sua CTPS já foi devidamente anotada, pelo juízo em última audiência realizada, conforme comprovação em fls. 8e2b831 do processo.

3. Portanto, tendo em vista a apresentação de cálculo de liquidação de sentença pelo Recte, requer a devida homologação e prosseguimento do feito.

Termos em que

Pede deferimento.

Campinas, 13/02/2017

SIMONE DE MORAES SOUZA

OAB/SP 313.589

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª Vara do Trabalho de Campinas

Processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME

D E S P A C H O

Considerando que a sentença exequenda é ilíquida, podendo a conta ser elaborada pelas partes, pelos órgãos auxiliares da Justiça do Trabalho, ou, quando complexos, como no caso vertente, por perito, nos termos dos §§ 3º e 6º, do art. 879, da CLT;

Considerando que a verificação de cálculos eventualmente apresentados pelas partes é de difícil realização, sendo, em geral, mais morosa do que a própria apuração dos valores devidos;
Considerando o elevado número de processos submetidos à análise do Sr. Assistente de Cálculo nesta Vara e a responsabilidade do Juízo de velar pela observância da "coisa julgada", independentemente até de impugnação dos cálculos apresentados e, finalmente,

Considerando os princípios da economia e da celeridade processual, que informam a tramitação dos feitos nesta Justiça do Trabalho, bem como a obrigação do magistrado de promover a célere finalização do processo, nos termos do art. 5º, LXXVIII, da CF, determino a elaboração dos cálculos diretamente por profissional de confiança deste Juízo.

Designo, para elaboração dos cálculos, o Sr. Perito Contábil LEANDRO COLLAÇO, que, no prazo de 60 dias, deverá entregar os cálculos.

Os cálculos atentarão para o quanto determinado na r. sentença ou no v. acórdão.
Existindo omissão na r. sentença ou no v. acórdão, o sr. Perito observará os seguintes parâmetros:
a) evolução salarial;
b) correção monetária de acordo com a Tabela Única para Atualização e Conversão de Débitos Trabalhistas e Súmula 381 do C. TST;
c) incidência de juros sobre a importância da condenação já corrigida monetariamente, devendo ser calculados no percentual de 1% ao mês, contados do ajuizamento da ação e aplicados pro rata die até a data do efetivo pagamento, sendo que na hipótese de parcelas vencidas a partir da propositura da ação, deverão os juros ser contados a partir do vencimento da obrigação. Tratando-se, entretanto, de executada Fazenda Pública, será observado o inteiro teor da OJ 07 do Pleno do C. TST;
d) indicação das contribuições previdenciárias devidas pelo empregado e pelo empregador, observada a legislação pertinente;
e) indicação dos valores devidos a título de imposto de renda, calculados nos termos da Instrução Normativa nº 1127 RFB de 7/02/2011 (DO-U S1, de 08.02.2011) e S. 368 do TST.
f) exclusão da base de cálculo do IRRF dos juros de mora (Orientação Jurisprudencial n.º 400 da SBDI-1 do C. TST); das verbas que têm natureza jurídica de indenização e dos valores apurados sob as rubricas de férias não gozadas - integrais, proporcionais ou em dobro - convertidas em pecúnia, de abono pecuniário, e de adicional de um terço constitucional, quando agregado ao pagamento de férias (Solução

de Divergência SRFB/CGT n.º1, de 2/01/2009).

Autoriza-se ao Sr. Perito que diligencie diretamente junto a qualquer agência da Caixa Econômica Federal, com o intuito específico de obter extratos de contas vinculadas ao FGTS em nome do (a) exequente, para fins de elaboração do laudo pericial, bastando, para tanto, a apresentação deste despacho ao responsável pela agência.

Em 20 de Fevereiro de 2017.

Juiz(íza) do Trabalho

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) FEDERAL DA 3ª VARA DO FÓRUM DA JUSTIÇA DO TRABALHO DE CAMPINAS/SP.

PROCESSO Nº: 0010782-36.2016.5.15.0043
RECLAMANTE: Flavio Henrique da Silva
RECLAMADA: Lux's Serviços de Marcenaria Ltda- ME

LEANDRO COLLAÇO MARQUES, na condição de Perito, cuja nomeação consta nos autos do processo em epígrafe, dando cumprimento ao seu trabalho, vem mui respeitosamente à presença de V. Excelência apresentar seu Laudo Pericial Contábil.

Com alto respeito,

Pede deferimento.

Campinas-SP, 29 de Maio de 2017.

Leandro Collaço Marques
Perito Judicial
Corecon-SP 32.041

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) FEDERAL DA 3ª VARA DO FÓRUM DA JUSTIÇA DO TRABALHO DE CAMPINAS/SP.

PROCESSO Nº: **0010782-36.2016.5.15.0043**
RECLAMANTE: **Flavio Henrique da Silva**
RECLAMADA: **Lux's Serviços de Marcenaria Ltda- ME**

LEANDRO COLLAÇO MARQUES, na condição de Perito, cuja nomeação consta nos autos do processo em epígrafe, dando cumprimento ao seu trabalho, vem mui respeitosamente à presença de V. Excelência apresentar seu **Laudo Pericial Contábil.**

Com alto respeito,
Pede deferimento.

Campinas-SP, 29 de Maio de 2017.

Leandro Collaço Marques
Perito Judicial
Corecon-SP 32.041

Assinado eletronicamente por: LEANDRO COLLACO MARQUES - 29/05/2017 10:36:29 - 6c596c6
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=17052910361773800000059789967
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 6c596c6 - Pág. 1
Número do documento: 17052910361773800000059789967

Leandro Collaço Marques – Perito Judicial
Corecon/SP 32.041

LAUDO PERICIAL CONTÁBIL

Terceira Vara do Trabalho de Campinas/SP

Processo nº: 0010782-36.2016.5.15.0043

Reclamante: Flavio Henrique da Silva

Reclamada: Lux's Serviços de Marcenaria Ltda- ME

Campinas-SP, 29 de Maio de 2017.

Rua Conceição, 121, Cj 83 – Edifício Santa Tereza - Centro Campinas/SP CEP 13.010-050
Fone/Fax: (19) 3231-5196 leandro.mq@hotmail.com

Assinado eletronicamente por: LEANDRO COLLACO MARQUES - 29/05/2017 10:36:29 - 6c596c6
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=17052910361773800000059789967
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 6c596c6 - Pág. 2
Número do documento: 17052910361773800000059789967

Leandro Collaço Marques – Perito Judicial
Corecon/SP 32.041

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) FEDERAL DA 3ª VARA DO FÓRUM DA JUSTIÇA DO TRABALHO DE CAMPINAS/SP.

Leandro Collaço Marques, Perito Judicial, vem mui respeitosamente, apresentar o **Laudo Pericial Contábil**, conforme itens, fls. e anexos abaixo:

1 - Juntada fls.

2 - Capa fls.

3 - Apresentação fls.

4 - Comentários fls.

5 - Conclusão fls.

6 - Cálculos fls.

7 – Planilhas Demonstrativas fls.

8 – Apuração de Cartões de Ponto fls.

9 – Tabela de Correção Monetária fls.

Rua Conceição, 121, Cj 83 – Edifício Santa Tereza - Centro Campinas/SP CEP 13.010-050
Fone/Fax: (19) 3231-5196 leandro.mq@hotmail.com

Assinado eletronicamente por: LEANDRO COLLACO MARQUES - 29/05/2017 10:36:29 - 6c596c6
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=17052910361773800000059789967
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 6c596c6 - Pág. 3
Número do documento: 17052910361773800000059789967

Leandro Collaço Marques – Perito Judicial
Corecon/SP 32.041

2 – Comentários:

O MM. Juízo determina a realização de prova pericial contábil dos autos.

Reclamante: Flavio Henrique da Silva
Reclamada: Lux's Serviços de Marcenaria Ltda- ME
Admissão: 01/05/2013
Demissão: 04/02/2016
Ajuizamento: 20/04/2016
Prescrição: Não Há

Verbas Deferidas/Apuradas:

Sentença, fls.138/144:

DISPOSITIVO

Pelo exposto, julgo **PROCEDENTES EM PARTE** os pedidos formulados pelo reclamante, FLAVIO HENRIQUE DA SILVA, contra a reclamada, LUX'S SERVIÇOS DE MARCENARIA LTDA –ME, a fim de condená-la a pagar-lhe, nos termos da fundamentação:

-salário do mês de janeiro de 2016;

-saldo de salário;

- aviso prévio indenizado;

-férias proporcionais, relativas ao periodo de vinculo empregatício reconhecido, e proporcionais de 2015/2016, ambas acrescidas de 1/3;e

-multa do art.467 da CLT;

-multa do art. 477, §8°, da CLT;

-indenização por dano moral;e

- restituição dos valores comprovadamente descontados a titulo de contribuição assistencial.

Assinado eletronicamente por: LEANDRO COLLACO MARQUES - 29/05/2017 10:36:29 - 6c596c6
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=17052910361773800000059789967
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 6c596c6 - Pág. 4
Número do documento: 17052910361773800000059789967

Leandro Collaço Marques – Perito Judicial
Corecon/SP 32.041

3 – Conclusão:

1-) A atualização monetária utilizada para a base de cálculo segue a legislação vigente:

Decreto de Lei 2322/87 Variação da OTN
Lei 7738/89..... Poupança
Lei 8177/91.....Taxa Referencial

2-) Os juros de mora são calculadas ***"pró rata-die"***, a partir da data do ajuizamento da ação, considerando os períodos de abrangência da legislação vigente:

Juros Capitalizados de 1,0% (até 28/Fevereiro/1991)
Juros Simples de 1,0% (a partir de 01/Março/1991)

Segue abaixo o demonstrativo do total geral devido ao reclamante, sendo que os **valores estão atualizados até 01/06/2017:**

Atualizado: 01/06/2017	**Valor Corrigido**	**Juros Mora**	**Total Apurado**
Valor Bruto:	**25.621,29**	**3.399,19**	**29.020,48**
INSS parte empregado:			**- 376,45**
IRRF:			**- 0,00**
Valor Líquido:			**28.644,03**

INSS Parte da Empresa: 752,89

Obs: Base de cálculo de I.R. = R$ 3.422,24
Obs: nº de meses de apuração = 13
% da base tributável = 13,34%

Rua Conceição, 121, Cj 83 – Edifício Santa Tereza - Centro Campinas/SP CEP 13.010-050
Fone/Fax: (19) 3231-5196 leandro.mq@hotmail.com

Assinado eletronicamente por: LEANDRO COLLACO MARQUES - 29/05/2017 10:36:29 - 6c596c6
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=17052910361773800000059789967
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 6c596c6 - Pág. 5
Número do documento: 17052910361773800000059789967

Leandro Collaço Marques – Perito Judicial
Corecon/SP 32.041

HONORÁRIOS PERICIAIS:

Considerando-se a complexidade dos cálculos, o tempo despedido na elaboração, e coleta de dados, incluindo ainda os custos pertinentes ao trabalho, depreciação, impostos, entre outros, vem requerer de V. Excelência o arbitramento de seus honorários periciais em **R$ 2.800,00 (Dois Mil e Oitocentos Reais),** corrigidos conforme Orientação Jurisprudencial n.198 da SDI (1) do C.TST, a partir da data de entrega do Laudo, bem como juros de mora de 1% a.m. conforme art. 407 do Código Civil.

Estamos ao inteiro dispor de V. Excelência para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessário.

Com alto respeito,
Pede deferimento.

Campinas-SP, 29 de Maio de 2017.

Leandro Collaço Marques
Perito Judicial
Corecon-SP 32.041

Rua Conceição, 121, Cj 83 – Edifício Santa Tereza - Centro Campinas/SP CEP 13.010-050
Fone/Fax: (19) 3231-5196 leandro.mq@hotmail.com

Assinado eletronicamente por: LEANDRO COLLACO MARQUES - 29/05/2017 10:36:29 - 6c596c6
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=17052910361773800000059789967
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 6c596c6 - Pág. 6
Número do documento: 17052910361773800000059789967

Leandro Collaço Marques – Perito Judicial
Corecon/SP 32.041

–

CÁLCULOS

Rua Conceição, 121, Cj 83 – Edifício Santa Tereza - Centro Campinas/SP CEP 13.010-050
Fone/Fax: (19) 3231-5196 / 3512-8936 leandro.mq@hotmail.com

Assinado eletronicamente por: LEANDRO COLLACO MARQUES - 29/05/2017 10:36:29 - 6c596c6
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=17052910361773800000059789967
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 6c596c6 - Pág. 7
Número do documento: 17052910361773800000059789967

Assinado eletronicamente por: LEANDRO COLLACO MARQUES - 29/05/2017 10:36:29 - 6c596c6
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=17052910361773800000059789967
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 17052910361773800000059789967
ID. 6c596c6 - Pag. 8

RESULTADO DO CÁLCULO

RECLAMADA: LUX'S SERVIÇOS DE MARCENARIA LTDA-ME
RECLAMANTE: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
VARA - PROCESSO: 3 - 0010782-36.2016.5.15.0043 - CAMPINAS

ADMISSÃO: 01/05/2013
DEMISSÃO: 04/02/2016
DISTRIBUIÇÃO: 20/04/2016

Valores atualizados até 01/06/2017

VERBAS CONSIDERADAS

01 - SALARIO E SALD. SAL.
02 - AVISO PREVIO com reflexos em - F.G.T.S. Recolhimento e Multa
03 - 13º S/ REG. E PROP com reflexos em - F.G.T.S. Recolhimento e Multa
04 - FER.S/REG. E PROP
05 - MULTA ART 467 E 477
06 - DANO MORAL
07 - FGTS 8% + MULTA 40%
08 - DEV. CONT ASSISTENC.
09 - I.N.S.S.
10 - I.R.R.F.
TOTALIZAÇÃO DO FGTS:
F.G.T.S. RECOLHIMENTO - Anexo 11: R$ 283,59 - F.G.T.S. MULTA - Anexo 11: R$ 113,44

DISCRIMINAÇÃO DAS VERBAS	VALOR CORRIGIDO	JUROS DE MORA	TOTAL APURADO
TOTAL SALARIO E SALD. SAL.	**2.502,28**	**333,64**	**2.835,92**
SALARIO E SALD. SAL.	*2.502,28*	*333,64*	*2.835,92*
TOTAL AVISO PREVIO.	**2.455,18**	**327,36**	**2.782,54**
AVISO PREVIO.	*2.207,90*	*294,39*	*2.502,29*
FGTS	*176,63*	*23,55*	*200,18*
MULTA FGTS	*70,65*	*9,42*	*80,07*
TOTAL 13º S/ REG. E PROP.	**1.023,01**	**136,39**	**1.159,40**
13º S/ REG. E PROP.	*919,96*	*122,66*	*1.042,62*
FGTS	*73,60*	*9,81*	*83,41*
MULTA FGTS	*29,45*	*3,92*	*33,37*
TOTAL FER.S/REG. E PROP.	**3.189,10**	**425,21**	**3.614,31**
FER.S/REG. E PROP.	*3.189,10*	*425,21*	*3.614,31*
TOTAL MULTA ART 467 E 477.	**4.869,61**	**649,28**	**5.518,89**
MULTA ART 467 E 477.	*4.869,61*	*649,28*	*5.518,89*
TOTAL DANO MORAL.	**5.093,18**	**662,11**	**5.755,29**

4.00-GERENTE

Assinado eletronicamente por: LEANDRO COLLACO MARQUES - 29/05/2017 10:36:29 - 6c596c6
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=17052910361773800000059789967
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 17052910361773800000059789967
ID. 6c596c6 - Pág. 9

RESULTADO DO CÁLCULO

RECLAMADA: LUX'S SERVIÇOS DE MARCENARIA LTDA-ME
RECLAMANTE: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
VARA - PROCESSO: 3 - 0010782-36.2016.5.15.0043 - CAMPINAS

ADMISSÃO: 01/05/2013
DEMISSÃO: 04/02/2016
DISTRIBUIÇÃO: 20/04/2016

Valores atualizados até 01/06/2017

DISCRIMINAÇÃO DAS VERBAS	VALOR CORRIGIDO	JUROS DE MORA	TOTAL APURADO
DANO MORAL.	*5.093,18*	*662,11*	*5.755,29*
TOTAL FGTS 8% + MULTA 40%.	**6.208,25**	**827,77**	**7.036,02**
FGTS 8% + MULTA 40%.	*6.208,25*	*827,77*	*7.036,02*
TOTAL DEV. CONT ASSISTENC..	**280,68**	**37,43**	**318,11**
DEV. CONT ASSISTENC..	*280,68*	*37,43*	*318,11*
TOTAL VERBAS	**25.621,29**	**3.399,19**	**29.020,48**
I.N.S.S. - Anexo 13			*-376,45*
TOTAL APURADO			**28.644,03**

4.00-GERENTE

Assinado eletronicamente por: LEANDRO COLLACO MARQUES - 29/05/2017 10:36:29 - 6c596c6
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=17052910361773800000059789967
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 17052910361773800000059789967
ID. 6c596c6 - Pág. 10

DEMONSTRATIVO DA APURAÇÃO DE TÍTULOS REFERENTES À SALARIO E SALD. SAL.

RECLAMADA: LUX'S SERVIÇOS DE MARCENARIA LTDA-ME
RECLAMANTE: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
VARA - PROCESSO: 3 - 0010782-36.2016.5.15.0043 - CAMPINAS

ADMISSÃO: 01/05/2013
DEMISSÃO: 04/02/2016
DISTRIBUIÇÃO: 20/04/2016

MÊS/ANO		VALOR VERBA	VALOR MÊS						
02/2016	R$	2.448,00	2.448,00						

CÁLCULO EXECUTADO PELO SOFTWARE **SCTr** - SISTEMA DE CÁLCULOS TRABALHISTAS DA **MACDATA** INFORMÁTICA E EDITORA
www.macdata.com.br

Assinado eletronicamente por: LEANDRO COLLACO MARQUES - 29/05/2017 10:36:29 - 6c596c6
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=17052910361773800000059789967
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 17052910361773800000059789967
ID. 6c596c6 - Pág. 11

DEMONSTRATIVO DA APURAÇÃO DE TÍTULOS REFERENTES À AVISO PREVIO

RECLAMADA: LUX'S SERVIÇOS DE MARCENARIA LTDA-ME
RECLAMANTE: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
VARA - PROCESSO: 3 - 0010782-36.2016.5.15.0043 - CAMPINAS

ADMISSÃO: 01/05/2013
DEMISSÃO: 04/02/2016
DISTRIBUIÇÃO: 20/04/2016

MÊS/ANO		VALOR VERBA	VALOR MÊS					TOTAL APURADO	FGTS
02/2016	R$	2.160,00	2.160,00					2.160,00	172,80

Assinado eletronicamente por: LEANDRO COLLACO MARQUES - 29/05/2017 10:36:29 - 6c596c6
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=17052910361773800000059789967
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 17052910361773800000059789967
ID. 6c596c6 - Pág. 12

DEMONSTRATIVO DA APURAÇÃO DE TÍTULOS REFERENTES À 13º S/ REG. E PROP

RECLAMADA: LUX'S SERVIÇOS DE MARCENARIA LTDA-ME
RECLAMANTE: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
VARA - PROCESSO: 3 - 0010782-36.2016.5.15.0043 - CAMPINAS

ADMISSÃO: 01/05/2013
DEMISSÃO: 04/02/2016
DISTRIBUIÇÃO: 20/04/2016

MÊS/ANO		VALOR VERBA	VALOR MÊS					TOTAL APURADO	FGTS
02/2016	R$	900,00	900,00					900,00	72,00

CÁLCULO EXECUTADO PELO SOFTWARE **SCTr** - SISTEMA DE CÁLCULOS TRABALHISTAS DA **MACDATA** INFORMÁTICA E EDITORA
www.macdata.com.br

Assinado eletronicamente por: LEANDRO COLLACO MARQUES - 29/05/2017 10:36:29 - 6c596c6
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=17052910361773800000059789967
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 17052910361773800000059789967
ID. 6c596c6 - Pág. 13

DEMONSTRATIVO DA APURAÇÃO DE TÍTULOS REFERENTES À FER.S/REG. E PROP

RECLAMADA: LUX'S SERVIÇOS DE MARCENARIA LTDA-ME
RECLAMANTE: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
VARA - PROCESSO: 3 - 0010782-36.2016.5.15.0043 - CAMPINAS

ADMISSÃO: 01/05/2013
DEMISSÃO: 04/02/2016
DISTRIBUIÇÃO: 20/04/2016

MÊS/ANO		VALOR VERBA	VALOR MÊS						
02/2016	R$	3.119,92	3.119,92						

CÁLCULO EXECUTADO PELO SOFTWARE **SCTr** - SISTEMA DE CÁLCULOS TRABALHISTAS DA **MACDATA** INFORMÁTICA E EDITORA
www.macdata.com.br

Assinado eletronicamente por: LEANDRO COLLACO MARQUES - 29/05/2017 10:36:29 - 6c596c6
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=17052910361773800000059789967
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 17052910361773800000059789967
ID. 6c596c6 - Pág. 14

DEMONSTRATIVO DA APURAÇÃO DE TÍTULOS REFERENTES À MULTA ART 467 E 477

RECLAMADA: LUX'S SERVIÇOS DE MARCENARIA LTDA-ME
RECLAMANTE: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
VARA - PROCESSO: 3 - 0010782-36.2016.5.15.0043 - CAMPINAS

ADMISSÃO: 01/05/2013
DEMISSÃO: 04/02/2016
DISTRIBUIÇÃO: 20/04/2016

MÊS/ANO		VALOR VERBA	VALOR MÊS						
02/2016	R$	4.763,97	4.763,97						

CÁLCULO EXECUTADO PELO SOFTWARE **SCTr** - SISTEMA DE CÁLCULOS TRABALHISTAS DA **MACDATA** INFORMÁTICA E EDITORA
www.macdata.com.br

Assinado eletronicamente por: LEANDRO COLLACO MARQUES - 29/05/2017 10:36:29 - 6c596c6
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=17052910361773800000059789967
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 17052910361773800000059789967
ID. 6c596c6 - Pág. 15

DEMONSTRATIVO DA APURAÇÃO DE TÍTULOS REFERENTES À DANO MORAL

RECLAMADA: LUX'S SERVIÇOS DE MARCENARIA LTDA-ME
RECLAMANTE: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
VARA - PROCESSO: 3 - 0010782-36.2016.5.15.0043 - CAMPINAS

ADMISSÃO: 01/05/2013
DEMISSÃO: 04/02/2016
DISTRIBUIÇÃO: 20/04/2016

MÊS/ANO		VALOR VERBA	VALOR MÊS								
04/2016	R$	5.000,00	5.000,00								

CÁLCULO EXECUTADO PELO SOFTWARE **SCTr** - SISTEMA DE CÁLCULOS TRABALHISTAS DA **MACDATA** INFORMÁTICA E EDITORA
www.macdata.com.br

Assinado eletronicamente por: LEANDRO COLLACO MARQUES - 29/05/2017 10:36:29 - 6c596c6
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=17052910361773800000059789967
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 17052910361773800000059789967
ID. 6c596c6 - Pag. 16

DEMONSTRATIVO DA APURAÇÃO DE TÍTULOS REFERENTES À FGTS 8% + MULTA 40%

RECLAMADA: LUX'S SERVIÇOS DE MARCENARIA LTDA-ME
RECLAMANTE: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
VARA - PROCESSO: 3 - 0010782-36.2016.5.15.0043 - CAMPINAS

ADMISSÃO: 01/05/2013
DEMISSÃO: 04/02/2016
DISTRIBUIÇÃO: 20/04/2016

MÊS/ANO		VALOR VERBA	VALOR MÊS							TOTAL APURADO
05/2013	R$	123,76	123,76							123,76
06/2013	R$	123,76	123,76							123,76
07/2013	R$	123,76	123,76							123,76
08/2013	R$	123,76	123,76							123,76
09/2013	R$	123,76	123,76							123,76
10/2013	R$	35,36	35,36							35,36
11/2013	R$	42,73	42,73							42,73
12/2013	R$	123,76	123,76							123,76
01/2014	R$	123,76	123,76							123,76
02/2014	R$	66,45	66,45							66,45
03/2014	R$	71,16	71,16							71,16
04/2014	R$	190,40	190,40							190,40
05/2014	R$	253,44	253,44							253,44
06/2014	R$	190,40	190,40							190,40
07/2014	R$	69,58	69,58							69,58
08/2014	R$	204,34	204,34							204,34
09/2014	R$	204,34	204,34							204,34
10/2014	R$	204,34	204,34							204,34
11/2014	R$	204,34	204,34							204,34
12/2014	R$	204,34	204,34							204,34
01/2015	R$	211,06	211,06							211,06
02/2015	R$	243,81	243,81							243,81
03/2015	R$	259,03	259,03							259,03

Assinado eletronicamente por: LEANDRO COLLACO MARQUES - 29/05/2017 10:36:29 - 6c596c6
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=17052910361773800000059789967
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 17052910361773800000059789967
ID. 6c596c6 - Pág. 17

DEMONSTRATIVO DA APURAÇÃO DE TÍTULOS REFERENTES À FGTS 8% + MULTA 40%

RECLAMADA: LUX'S SERVIÇOS DE MARCENARIA LTDA-ME
RECLAMANTE: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
VARA - PROCESSO: 3 - 0010782-36.2016.5.15.0043 - CAMPINAS

ADMISSÃO: 01/05/2013
DEMISSÃO: 04/02/2016
DISTRIBUIÇÃO: 20/04/2016

MÊS/ANO		VALOR VERBA	VALOR MÊS							TOTAL APURADO
04/2015	R$	245,06	245,06							245,06
05/2015	R$	224,00	224,00							224,00
06/2015	R$	224,00	224,00							224,00
07/2015	R$	241,92	241,92							241,92
08/2015	R$	241,92	241,92							241,92
09/2015	R$	267,34	267,34							267,34
10/2015	R$	241,92	241,92							241,92
11/2015	R$	242,42	242,42							242,42
12/2015	R$	241,92	241,92							241,92
01/2016	R$	241,92	241,92							241,92
02/2016	R$	32,26	32,26							32,26

Assinado eletronicamente por: LEANDRO COLLACO MARQUES - 29/05/2017 10:36:29 - 6c596c6
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=17052910361773800000059789967
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 17052910361773800000059789967
ID. 6c596c6 - Pág. 18

DEMONSTRATIVO DA APURAÇÃO DE TÍTULOS REFERENTES À DEV. CONT ASSISTENC.

RECLAMADA: LUX'S SERVIÇOS DE MARCENARIA LTDA-ME
RECLAMANTE: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
VARA - PROCESSO: 3 - 0010782-36.2016.5.15.0043 - CAMPINAS

ADMISSÃO: 01/05/2013
DEMISSÃO: 04/02/2016
DISTRIBUIÇÃO: 20/04/2016

MÊS/ANO		VALOR VERBA	VALOR MÊS							TOTAL APURADO
10/2013	R$	11,05	11,05							11,05
11/2013	R$	11,05	11,05							11,05
12/2013	R$	11,05	11,05							11,05
02/2014	R$	17,00	17,00							17,00
03/2014	R$	17,00	17,00							17,00
05/2014	R$	17,00	17,00							17,00
07/2014	R$	18,24	18,24							18,24
01/2015	R$	18,84	18,84							18,84
02/2015	R$	21,76	21,76							21,76
03/2015	R$	20,00	20,00							20,00
04/2015	R$	21,88	21,88							21,88
05/2015	R$	20,00	20,00							20,00
09/2015	R$	21,60	21,60							21,60
11/2015	R$	21,60	21,60							21,60
12/2015	R$	21,60	21,60							21,60

CÁLCULO EXECUTADO PELO SOFTWARE **SCTr** - SISTEMA DE CÁLCULOS TRABALHISTAS DA **MACDATA** INFORMÁTICA E EDITORA
www.macdata.com.br

Assinado eletronicamente por: LEANDRO COLLACO MARQUES - 29/05/2017 10:36:29 - 6c596c6
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=17052910361773800000059789967
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 17052910361773800000059789967
ID. 6c596c6 - Pág. 19

TOTALIZAÇÃO DAS VERBAS APURADAS EM VALORES PRINCIPAIS

RECLAMADA: LUX'S SERVIÇOS DE MARCENARIA LTDA-ME
RECLAMANTE: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
VARA - PROCESSO: 3 - 0010782-36.2016.5.15.0043 - CAMPINAS

ADMISSÃO: 01/05/2013
DEMISSÃO: 04/02/2016
DISTRIBUIÇÃO: 20/04/2016

DESCRIÇÃO DAS VERBAS

SALARIO E SALD. SAL. | AVISO PREVIO | 13º S/ REG. E PROP | FER.S/REG. E PROP | MULTA ART 467 E 477 | DANO MORAL
FGTS 8% + MULTA 40% | DEV. CONT ASSISTENC.

MÊS/ANO		VERBA		VERBA		VERBA		VERBA		VERBA		VERBA		TOTAL MÊS
05/2013	R$	01		02		03		04		05		06		
		07	123,76	08										**123,76**
06/2013	R$	01		02		03		04		05		06		
		07	123,76	08										**123,76**
07/2013	R$	01		02		03		04		05		06		
		07	123,76	08										**123,76**
08/2013	R$	01		02		03		04		05		06		
		07	123,76	08										**123,76**
09/2013	R$	01		02		03		04		05		06		
		07	123,76	08										**123,76**
10/2013	R$	01		02		03		04		05		06		
		07	35,36	08	11,05									**46,41**
11/2013	R$	01		02		03		04		05		06		
		07	42,73	08	11,05									**53,78**
12/2013	R$	01		02		03		04		05		06		
		07	123,76	08	11,05									**134,81**
01/2014	R$	01		02		03		04		05		06		
		07	123,76	08										**123,76**
02/2014	R$	01		02		03		04		05		06		
		07	66,45	08	17,00									**83,45**
03/2014	R$	01		02		03		04		05		06		
		07	71,16	08	17,00									**88,16**
04/2014	R$	01		02		03		04		05		06		
		07	190,40	08										**190,40**

Assinado eletronicamente por: LEANDRO COLLACO MARQUES - 29/05/2017 10:36:29 - 6c596c6
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=17052910361773800000059789967
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 17052910361773800000059789967
ID. 6c596c6 - Pag. 20

TOTALIZAÇÃO DAS VERBAS APURADAS EM VALORES PRINCIPAIS

RECLAMADA: LUX'S SERVIÇOS DE MARCENARIA LTDA-ME
RECLAMANTE: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
VARA - PROCESSO: 3 - 0010782-36.2016.5.15.0043 - CAMPINAS

ADMISSÃO: 01/05/2013
DEMISSÃO: 04/02/2016
DISTRIBUIÇÃO: 20/04/2016

DESCRIÇÃO DAS VERBAS

SALARIO E SALD. SAL. | AVISO PREVIO | 13º S/ REG. E PROP | FER.S/REG. E PROP | MULTA ART 467 E 477 | DANO MORAL
FGTS 8% + MULTA 40% | DEV. CONT ASSISTENC.

MÊS/ANO		VERBA		VERBA		VERBA		VERBA		VERBA		VERBA		TOTAL MÊS
05/2014	R$	01		02		03		04		05		06		
		07	253,44	08	17,00									**270,44**
06/2014	R$	01		02		03		04		05		06		
		07	190,40	08										**190,40**
07/2014	R$	01		02		03		04		05		06		
		07	69,58	08	18,24									**87,82**
08/2014	R$	01		02		03		04		05		06		
		07	204,34	08										**204,34**
09/2014	R$	01		02		03		04		05		06		
		07	204,34	08										**204,34**
10/2014	R$	01		02		03		04		05		06		
		07	204,34	08										**204,34**
11/2014	R$	01		02		03		04		05		06		
		07	204,34	08										**204,34**
12/2014	R$	01		02		03		04		05		06		
		07	204,34	08										**204,34**
01/2015	R$	01		02		03		04		05		06		
		07	211,06	08	18,84									**229,90**
02/2015	R$	01		02		03		04		05		06		
		07	243,81	08	21,76									**265,57**
03/2015	R$	01		02		03		04		05		06		
		07	259,03	08	20,00									**279,03**
04/2015	R$	01		02		03		04		05		06		
		07	245,06	08	21,88									**266,94**

Assinado eletronicamente por: LEANDRO COLLACO MARQUES - 29/05/2017 10:36:29 - 6c596c6
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=17052910361773800000059789967
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 17052910361773800000059789967
ID. 6c596c6 - Pág. 21

TOTALIZAÇÃO DAS VERBAS APURADAS EM VALORES PRINCIPAIS

RECLAMADA: LUX'S SERVIÇOS DE MARCENARIA LTDA-ME
RECLAMANTE: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
VARA - PROCESSO: 3 - 0010782-36.2016.5.15.0043 - CAMPINAS

ADMISSÃO: 01/05/2013
DEMISSÃO: 04/02/2016
DISTRIBUIÇÃO: 20/04/2016

DESCRIÇÃO DAS VERBAS

SALARIO E SALD. SAL. | AVISO PREVIO | 13º S/ REG. E PROP | FER.S/REG. E PROP | MULTA ART 467 E 477 | DANO MORAL
FGTS 8% + MULTA 40% | DEV. CONT ASSISTENC.

MÊS/ANO		VERBA		VERBA		VERBA		VERBA		VERBA		VERBA		TOTAL MÊS
05/2015	R$	01		02		03		04		05		06		
		07	224,00	08	20,00									**244,00**
06/2015	R$	01		02		03		04		05		06		
		07	224,00	08										**224,00**
07/2015	R$	01		02		03		04		05		06		
		07	241,92	08										**241,92**
08/2015	R$	01		02		03		04		05		06		
		07	241,92	08										**241,92**
09/2015	R$	01		02		03		04		05		06		
		07	267,34	08	21,60									**288,94**
10/2015	R$	01		02		03		04		05		06		
		07	241,92	08										**241,92**
11/2015	R$	01		02		03		04		05		06		
		07	242,42	08	21,60									**264,02**
12/2015	R$	01		02		03		04		05		06		
		07	241,92	08	21,60									**263,52**
01/2016	R$	01		02		03		04		05		06		
		07	241,92	08										**241,92**
02/2016	R$	01	2.448,00	02	2.160,00	03	900,00	04	3.119,92	05	4.763,97	06		
		07	32,26	08										**13.424,15**
04/2016	R$	01		02		03		04		05		06	5.000,00	
		07		08										**5.000,00**

Assinado eletronicamente por: LEANDRO COLLACO MARQUES - 29/05/2017 10:36:29 - 6c596c6
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=17052910361773800000059789967
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 17052910361773800000059789967
ID. 6c596c6 - Pág. 22

TOTALIZAÇÃO DO FGTS EM VALORES PRINCIPAIS

RECLAMADA: LUX'S SERVIÇOS DE MARCENARIA LTDA-ME
RECLAMANTE: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
VARA - PROCESSO: 3 - 0010782-36.2016.5.15.0043 - CAMPINAS

ADMISSÃO: 01/05/2013
DEMISSÃO: 04/02/2016
DISTRIBUIÇÃO: 20/04/2016

DESCRIÇÃO DAS VERBAS

AVISO PREVIO 13º S/ REG. E PROP

MÊS/ANO				AVISO PREVIO		13º S/ REG. E PROP								TOTAL MÊS
02/2016	R$			**02**	172,80	**03**	72,00							**244,80**

Assinado eletronicamente por: LEANDRO COLLACO MARQUES - 29/05/2017 10:36:29 - 6c596c6
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=17052910361773800000059789967
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 17052910361773800000059789967
ID. 6c596c6 - Pág. 23

DEMONSTRATIVO DA CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DO F.G.T.S. APURADO

VALORES ATUALIZADOS ATÉ 01/06/2017

RECLAMADA: LUX'S SERVIÇOS DE MARCENARIA LTDA-ME
RECLAMANTE: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
VARA - PROCESSO: 3 - 0010782-36.2016.5.15.0043 - CAMPINAS

ADMISSÃO: 01/05/2013
DEMISSÃO: 04/02/2016
DISTRIBUIÇÃO: 20/04/2016

MÊS/ANO		VALOR PRINCIPAL	DATA BASE	ÍNDICE	VALOR CORRIGIDO	TEMPO JUROS	PERCENTUAL JUROS	VALOR JUROS	VALOR APURADO
02/2016	R$	244,80	03/2016	1,022175	250,23	14 Meses e 10 Dias	13,3300	33,36	283,59
				TOTALIZAÇÃC	**250,23**			**33,36**	**283,59**
								MULTA RESCISÓRIA 40%	**113,44**

CÁLCULO EXECUTADO PELO SOFTWARE **SCTr** - SISTEMA DE CÁLCULOS TRABALHISTAS DA **MACDATA** INFORMÁTICA E EDITORA
www.macdata.com.br

Assinado eletronicamente por: LEANDRO COLLACO MARQUES - 29/05/2017 10:36:29 - 6c596c6
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=17052910361773800000059789967
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 17052910361773800000059789967
ID. 6c596c6 - Pag. 24

DEMONSTRATIVO DA CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DOS VALORES PRINCIPAIS APURADOS

VALORES ATUALIZADOS ATÉ 01/06/2017 - ÍNDICES UTILIZADOS: 02ª REGIÃO - SP

RECLAMADA: LUX'S SERVIÇOS DE MARCENARIA LTDA-ME
RECLAMANTE: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
VARA - PROCESSO: 3 - 0010782-36.2016.5.15.0043 - CAMPINAS

ADMISSÃO: 01/05/2013
DEMISSÃO: 04/02/2016
DISTRIBUIÇÃO: 20/04/2016

MÊS/ANO		VALOR PRINCIPAL	DATA BASE	ÍNDICE	VALOR CORRIGIDO	TEMPO JUROS	PERCENTUAL JUROS	VALOR JUROS	VALOR APURADO
05/2013	R$	123,76	06/2013	1,053870	130,43	13 Meses e 10 Dias	13,3300	17,39	147,82
06/2013	R$	123,76	07/2013	1,053870	130,43	13 Meses e 10 Dias	13,3300	17,39	147,82
07/2013	R$	123,76	08/2013	1,053650	130,40	13 Meses e 10 Dias	13,3300	17,39	147,79
08/2013	R$	123,76	09/2013	1,053650	130,40	13 Meses e 10 Dias	13,3300	17,39	147,79
09/2013	R$	123,76	10/2013	1,053566	130,39	13 Meses e 10 Dias	13,3300	17,39	147,78
10/2013	R$	46,41	11/2013	1,052598	48,85	13 Meses e 10 Dias	13,3300	6,51	55,36
11/2013	R$	53,78	12/2013	1,052380	56,60	13 Meses e 10 Dias	13,3300	7,55	64,15
12/2013	R$	134,81	01/2014	1,051861	141,80	13 Meses e 10 Dias	13,3300	18,91	160,71
01/2014	R$	123,76	02/2014	1,050678	130,03	13 Meses e 10 Dias	13,3300	17,34	147,37
02/2014	R$	83,45	03/2014	1,050114	87,63	13 Meses e 10 Dias	13,3300	11,68	99,31
03/2014	R$	88,16	04/2014	1,049834	92,55	13 Meses e 10 Dias	13,3300	12,34	104,89
04/2014	R$	190,40	05/2014	1,049353	199,80	13 Meses e 10 Dias	13,3300	26,64	226,44
05/2014	R$	270,44	06/2014	1,048719	283,62	13 Meses e 10 Dias	13,3300	37,82	321,44
06/2014	R$	190,40	07/2014	1,048232	199,58	13 Meses e 10 Dias	13,3300	26,61	226,19
07/2014	R$	87,82	08/2014	1,047128	91,96	13 Meses e 10 Dias	13,3300	12,26	104,22
08/2014	R$	204,34	09/2014	1,046498	213,84	13 Meses e 10 Dias	13,3300	28,51	242,35
09/2014	R$	204,34	10/2014	1,045585	213,65	13 Meses e 10 Dias	13,3300	28,49	242,14
10/2014	R$	204,34	11/2014	1,044501	213,43	13 Meses e 10 Dias	13,3300	28,46	241,89
11/2014	R$	204,34	12/2014	1,043997	213,33	13 Meses e 10 Dias	13,3300	28,44	241,77
12/2014	R$	204,34	01/2015	1,042899	213,11	13 Meses e 10 Dias	13,3300	28,41	241,52
01/2015	R$	229,90	02/2015	1,041984	239,55	13 Meses e 10 Dias	13,3300	31,94	271,49
02/2015	R$	265,57	03/2015	1,041809	276,67	13 Meses e 10 Dias	13,3300	36,89	313,56
03/2015	R$	279,03	04/2015	1,040461	290,32	13 Meses e 10 Dias	13,3300	38,71	329,03
04/2015	R$	266,94	05/2015	1,039344	277,44	13 Meses e 10 Dias	13,3300	36,99	314,43
05/2015	R$	244,00	06/2015	1,038147	253,31	13 Meses e 10 Dias	13,3300	33,77	287,08

4.00-GERENTE

Assinado eletronicamente por: LEANDRO COLLACO MARQUES - 29/05/2017 10:36:29 - 6c596c6
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=17052910361773800000059789967
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 17052910361773800000059789967
ID. 6c596c6 - Pág. 25

DEMONSTRATIVO DA CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DOS VALORES PRINCIPAIS APURADOS

VALORES ATUALIZADOS ATÉ 01/06/2017 - ÍNDICES UTILIZADOS: 02ª REGIÃO - SP

RECLAMADA: LUX'S SERVIÇOS DE MARCENARIA LTDA-ME
RECLAMANTE: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
VARA - PROCESSO: 3 - 0010782-36.2016.5.15.0043 - CAMPINAS

ADMISSÃO: 01/05/2013
DEMISSÃO: 04/02/2016
DISTRIBUIÇÃO: 20/04/2016

MÊS/ANO		VALOR PRINCIPAL	DATA BASE	ÍNDICE	VALOR CORRIGIDO	TEMPO JUROS	PERCENTUAL JUROS	VALOR JUROS	VALOR APURADO
06/2015	R$	224,00	07/2015	1,036269	232,12	13 Meses e 10 Dias	13,3300	30,95	263,07
07/2015	R$	241,92	08/2015	1,033885	250,12	13 Meses e 10 Dias	13,3300	33,35	283,47
08/2015	R$	241,92	09/2015	1,031959	249,65	13 Meses e 10 Dias	13,3300	33,29	282,94
09/2015	R$	288,94	10/2015	1,029981	297,60	13 Meses e 10 Dias	13,3300	39,68	337,28
10/2015	R$	241,92	11/2015	1,028141	248,73	13 Meses e 10 Dias	13,3300	33,16	281,89
11/2015	R$	264,02	12/2015	1,026809	271,10	13 Meses e 10 Dias	13,3300	36,15	307,25
12/2015	R$	263,52	01/2016	1,024504	269,98	13 Meses e 10 Dias	13,3300	36,00	305,98
01/2016	R$	241,92	02/2016	1,023153	247,52	13 Meses e 10 Dias	13,3300	33,00	280,52
02/2016	R$	13.424,15	03/2016	1,022175	13.721,83	13 Meses e 10 Dias	13,3300	1.829,57	15.551,40
04/2016	R$	5.000,00	05/2016	1,018636	5.093,18	13 Meses	13,0000	662,11	5.755,29
				TOTAIS:	**25.270,95**			**3.352,48**	**28.623,43**

CÁLCULO EXECUTADO PELO SOFTWARE **SCTr** - SISTEMA DE CÁLCULOS TRABALHISTAS DA **MACDATA** INFORMÁTICA E EDITORA
www.macdata.com.br

Assinado eletronicamente por: LEANDRO COLLACO MARQUES - 29/05/2017 10:36:29 - 6c596c6
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=17052910361773800000059789967
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 17052910361773800000059789967
ID. 6c596c6 - Pág. 26

DEMONSTRATIVO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DO RECLAMANTE

Elaborado de acordo com a ordem de serviço conjunta INSS/DAF/DSS nº 066, de 10 de outubro de 1997

RECLAMADA: LUX'S SERVIÇOS DE MARCENARIA LTDA-ME
RECLAMANTE: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
VARA - PROCESSO: 3 - 0010782-36.2016.5.15.0043 - CAMPINAS]{%

ADMISSÃO: 01/05/2013
DEMISSÃO: 04/02/2016
DISTRIBUIÇÃO: 20/04/2016

Mês do pagamento: 06/2017
Número de meses envolvidos: 1

MÊS/ANO		SALÁRIO CONTRIBUIÇÃO	VALOR ATUALIZADO	ALÍQUOTA	VALOR CONTRIBUIÇÃO	VALOR DESCONTADO		TOTAL CONTRIBUIÇÃO	CONTRIBUIÇÃO MÁXIMA	VALOR A RECOLHER
						ORIGINÁRIO	ATUALIZADO			
02/2016	R$	3.348.00	3.422,24	11,00	376,45			376,45	608,44	376,45

TOTAL A RECOLHER: **376,45**

4.00-GERENTE

Assinado eletronicamente por: LEANDRO COLLACO MARQUES - 29/05/2017 10:36:29 - 6c596c6
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=17052910361773800000059789967
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 17052910361773800000059789967
ID. 6c596c6 - Pág. 27

DEMONSTRATIVO DO RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

RECLAMADA: LUX'S SERVIÇOS DE MARCENARIA LTDA-ME
RECLAMANTE: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
VARA - PROCESSO: 3 - 0010782-36.2016.5.15.0043 - CAMPINAS]{%

ADMISSÃO: 01/05/2013
DEMISSÃO: 04/02/2016
DISTRIBUIÇÃO: 20/04/2016

Empresa: 20,00%	**684,45**
Terceiros: 0,00%	**0,00**
Seg. Acidentes de Trabalho: 2,00%	**68,44**
Total empresa:	**752,89**
Valor descontado do reclamante:	**376,45**
TOTAL A RECOLHER:	**1.129,34**

Mês do pagamento: 06/2017

Número de meses envolvidos: 1

Base para cálculo empresa: 3.422,24

VERBAS CONSIDERADAS (Com exceção de Férias Indenizadas , Abono de Férias Indenizadas, Aviso Prévio Indenizado e FGTS)

SALARIO E SALD. SAL.	2.502,28
13º S/ REG. E PROP	919,96
TOTAL	3.422,24

4.00-GERENTE

ANEXO : 14
PÁGINA : 1 de 3
EMISSÃO: 28/06/2017

DEMONSTRATIVO DO IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE

Valores atualizados até 01/06/2017 - Aplicação da MP 202/2004

RECLAMADA: LUX'S SERVIÇOS DE MARCENARIA LTDA-ME
RECLAMANTE: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
VARA - PROCESSO: 3 - 0010782-36.2016.5.15.0043 - CAMPINAS

ADMISSÃO: 01/05/2013
DEMISSÃO: 04/02/2016
DISTRIBUIÇÃO: 20/04/2016

Calculado mês a mês sobre as verbas incidentes

						DEDUÇÕES NA BASE						
MES/ANO	MOEDA		VERBAS	JUROS	TOTAL	0 DEPS	I.N.S.S.	BASE	ALÍQ.	SUB-TOTAL	DEDUÇÃO	VALOR APURADO
06/2017	R$				0,00							0,00
06/2017	R$				0,00							0,00
06/2017	R$				0,00							0,00
06/2017	R$				0,00							0,00
06/2017	R$				0,00							0,00
06/2017	R$				0,00							0,00
06/2017	R$				0,00							0,00
06/2017	R$				0,00							0,00
06/2017	R$				0,00							0,00
06/2017	R$				0,00							0,00
06/2017	R$				0,00							0,00
06/2017	R$				0,00							0,00
06/2017	R$				0,00							0,00
06/2017	R$				0,00							0,00
06/2017	R$				0,00							0,00
06/2017	R$				0,00							0,00
06/2017	R$				0,00							0,00
06/2017	R$				0,00							0,00

4.00-GERENTE

CÁLCULO EXECUTADO PELO SOFTWARE **SCTr** - SISTEMA DE CÁLCULOS TRABALHISTAS DA **MACDATA** INFORMÁTICA E EDITORA
www.macdata.com.br

ANEXO : **14**
PÁGINA : **2** de **3**
EMISSÃO: **28/06/2017**

DEMONSTRATIVO DO IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE

Valores atualizados até 01/06/2017 - Aplicação da MP 202/2004

RECLAMADA: LUX'S SERVIÇOS DE MARCENARIA LTDA-ME
RECLAMANTE: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
VARA - PROCESSO: 3 - 0010782-36.2016.5.15.0043 - CAMPINAS

ADMISSÃO: **01/05/2013**
DEMISSÃO: **04/02/2016**
DISTRIBUIÇÃO: **20/04/2016**

Calculado mês a mês sobre as verbas incidentes

						DEDUÇÕES NA BASE						
MES/ANO	MOEDA		VERBAS	JUROS	TOTAL	0 DEPS	I.N.S.S.	BASE	ALÍQ.	SUB-TOTAL	DEDUÇÃO	VALOR APURADO
06/2017	R$				0,00							0,00
06/2017	R$				0,00							0,00
06/2017	R$				0,00							0,00
06/2017	R$				0,00							0,00
06/2017	R$				0,00							0,00
06/2017	R$				0,00							0,00
06/2017	R$				0,00							0,00
06/2017	R$				0,00							0,00
06/2017	R$				0,00							0,00
06/2017	R$				0,00							0,00
06/2017	R$				0,00							0,00
06/2017	R$				0,00							0,00
06/2017	R$				0,00							0,00
06/2017	R$				0,00							0,00
06/2017	R$				0,00							0,00
06/2017	R$		3.422,24		3.422,24		376,45	3.045,79				0,00
06/2017	R$				0,00							0,00

CÁLCULO EXECUTADO PELO SOFTWARE **SCTr** - SISTEMA DE CÁLCULOS TRABALHISTAS DA **MACDATA** INFORMÁTICA E EDITORA
www.macdata.com.br

Assinado eletronicamente por: LEANDRO COLLACO MARQUES - 29/05/2017 10:36:29 - 6c596c6
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=17052910361773800000059789967
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 6c596c6 - Pág. 29
Número do documento: 17052910361773800000059789967

Assinado eletronicamente por: LEANDRO COLLACO MARQUES - 29/05/2017 10:36:29 - 6c596c6
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=17052910361773800000059789967
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 17052910361773800000059789967
ID. 6c596c6 - Pág. 30

DEMONSTRATIVO DO IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE

Valores atualizados até 01/06/2017 - Aplicação da MP 202/2004

RECLAMADA: LUX'S SERVIÇOS DE MARCENARIA LTDA-ME
RECLAMANTE: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
VARA - PROCESSO: 3 - 0010782-36.2016.5.15.0043 - CAMPINAS

ADMISSÃO: 01/05/2013
DEMISSÃO: 04/02/2016
DISTRIBUIÇÃO: 20/04/2016

Calculado mês a mês sobre as verbas incidentes

						DEDUÇÕES NA BASE						
MES/ANO	MOEDA		VERBAS	JUROS	TOTAL	0 DEPS	I.N.S.S.	BASE	ALÍQ.	SUB-TOTAL	DEDUÇÃO	VALOR APURADO
VERBAS CONSIDERADAS (Com exceção de Aviso Prévio e FGTS)												
SALARIO E SALD. SAL.					2.502,28							
13º S/ REG. E PROP					919,96							
TOTAL					**3.422,24**							

CÁLCULO EXECUTADO PELO SOFTWARE **SCTr** - SISTEMA DE CÁLCULOS TRABALHISTAS DA **MACDATA** INFORMÁTICA E EDITORA
www.macdata.com.br

Leandro Collaço Marques – Perito Judicial
Corecon/SP 32.041

–

PLANILHAS DEMONSTRATIVAS

Rua Conceição, 121, Cj 83 – Edifício Santa Tereza - Centro Campinas/SP CEP 13.010-050
Fone/Fax: (19) 3231-5196 / 3512-8936 leandro.mq@hotmail.com

Assinado eletronicamente por: LEANDRO COLLACO MARQUES - 29/05/2017 10:36:29 - 6c596c6
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=17052910361773800000059789967
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 6c596c6 - Pág. 31
Número do documento: 17052910361773800000059789967

Leandro Collaço Marques – Perito Judicial
Corecon/SP 32.041

Processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
3ª Vara do Trabalho de Campinas
Reclamante: Flávio Henrique da Silva
Reclamada: Lux's Serviços de Marcenaria Ltda-ME
Adm: 01/05/2013 Dem: 04/02/2016
Prescrição:Não Há

Salário 01/2016 e Saldo de Salário :

Mês / Ano	Verba Devida	Base de Cálculo	Proporção Devida	Total Devido
fev/16	Salario 01/2016	2.160,00	30 dias	2.160,00
fev/16	Saldo Salario	2.160,00	04 dias	288,00
			SOMA	**2.448,00**

Aviso Previo Indenizado :

Mês / Ano	Verba Devida	Base de Cálculo	Proporção Devida	Total Devido
fev/16	Aviso Previo	2.160,00	30 dias	**2.160,00**

13º Salário Periodo Sem Registro e Proporcional/2016 :

Mês / Ano	Verba Devida	Base de Cálculo	Proporção Devida	Total Devido
fev/16	13º S/Reg.	2.160,00	3.12	540,00
fev/16	13º /2016	2.160,00	2.12	360,00
			SOMA	**900,00**

Férias + 1/3 Periodo sem Registro e Proporcionais 2015/2016:

Mês / Ano	Verba Devida	Base de Cálculo	Proporção Devida	Total Devido
fev/16	Férias S/Reg.	2.160,00	3.12	719,98
fev/16	Férias Prop	2.160,00	10.12	2.399,94
			SOMA	**3.119,92**

Multa Artigo 467 e 477 da CLT:

Mês / Ano	Verba Devida	Base de Cálculo	Proporção Devida	Total Devido
fev/16	Multa 467	5.207,94	50%	2.603,97
fev/16	Multa 477	2.160,00	100%	2.160,00
			SOMA	**4.763,97**

Dano Moral:

Mês / Ano	Verba Devida	Base de Cálculo	Proporção Devida	Total Devido
abr/16	Dano Moral	5.000,00	100%	**5.000,00**

Rua Conceição, 121, Cj 83 – Edifício Santa Tereza - Centro Campinas/SP CEP 13.010-050
Fone/Fax: (19) 3231-5196 / 3512-8936 leandro.mq@hotmail.com

Assinado eletronicamente por: LEANDRO COLLACO MARQUES - 29/05/2017 10:36:29 - 6c596c6
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=17052910361773800000059789967
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 6c596c6 - Pág. 32
Número do documento: 17052910361773800000059789967

Leandro Collaço Marques – Perito Judicial
Corecon/SP 32.041

Processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
3ª Vara do Trabalho de Campinas
Reclamante: Flávio Henrique da Silva
Reclamada: Lux's Serviços de Marcenaria Ltda-ME
Adm: 01/05/2013 Dem: 04/2/2016
Prescrição:Não Há

FGTS 8% + Multa de 40%do FGTS:

Mês / Ano	Salário Base	FGTS Depositado	FGTS 8% Devido	Multa 40% FGTS	Total Devido
mai/13	1.105,00		88,40	35,36	**123,76**
jun/13	1.105,00		88,40	35,36	**123,76**
jul/13	1.105,00		88,40	35,36	**123,76**
ago/13	1.105,00		88,40	35,36	**123,76**
set/13	1.105,00		88,40	35,36	**123,76**
out/13	*1.105,00*	88,40	-	35,36	**35,36**
nov/13	*1.105,00*	106,83	-	42,73	**42,73**
dez/13	*1.105,00*		*88,40*	35,36	**123,76**
jan/14	1.105,00		88,40	35,36	**123,76**
fev/14	*1.700,00*	166,12	-	66,45	**66,45**
mar/14	*1.700,00*	177,90	-	71,16	**71,16**
abr/14	1.700,00		136,00	54,40	**190,40**
mai/14	*1.700,00*		*181,03*	72,41	**253,44**
jun/14	1.700,00		136,00	54,40	**190,40**
jul/14	*1.824,44*	173,95	-	69,58	**69,58**
ago/14	1.824,44		145,96	58,38	**204,34**
set/14	1.824,44		145,96	58,38	**204,34**
out/14	1.824,44		145,96	58,38	**204,34**
nov/14	1.824,44		145,96	58,38	**204,34**
dez/14	1.824,44		145,96	58,38	**204,34**
jan/15	*2.000,00*		*150,76*	60,30	**211,06**
fev/15	*2.000,00*		*174,15*	69,66	**243,81**
mar/15	*2.000,00*		*185,02*	74,01	**259,03**
abr/15	*2.000,00*		*175,04*	70,02	**245,06**
mai/15	*2.000,00*		*160,00*	64,00	**224,00**
jun/15	2.000,00		160,00	64,00	**224,00**
jul/15	2.160,00		172,80	69,12	**241,92**
ago/15	2.160,00		172,80	69,12	**241,92**
set/15	*2.160,00*		*190,96*	76,38	**267,34**
out/15	2.160,00		172,80	69,12	**241,92**
nov/15	*2.160,00*		*173,16*	69,26	**242,42**
dez/15	*2.160,00*		*172,80*	69,12	**241,92**
jan/16	*2.160,00*		172,80	69,12	**241,92**
fev/16	*288,00*		23,04	9,22	**32,26**

Devolução de Contribuição Assistencial:

Mês / Ano	Contribuição Assistencial
mai/13	**-**
jun/13	**-**
jul/13	**-**
ago/13	**-**
set/13	**-**
out/13	**11,05**
nov/13	**11,05**
dez/13	**11,05**
jan/14	**-**
fev/14	**17,00**
mar/14	**17,00**
abr/14	**-**
mai/14	**17,00**
jun/14	**-**
jul/14	**18,24**
ago/14	**-**
set/14	**-**
out/14	**-**
nov/14	**-**
dez/14	**-**
jan/15	**18,84**
fev/15	**21,76**
mar/15	**20,00**
abr/15	**21,88**
mai/15	**20,00**
jun/15	**-**
jul/15	**-**
ago/15	**-**
set/15	**21,60**
out/15	**-**
nov/15	**21,60**
dez/15	**21,60**
jan/16	**-**
fev/16	**-**

Assinado eletronicamente por: LEANDRO COLLACO MARQUES - 29/05/2017 10:36:29 - 6c596c6
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=17052910361773800000059789967
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 6c596c6 - Pág. 33
Número do documento: 17052910361773800000059789967

Leandro Collaço Marques – Perito Judicial
Corecon/SP 32.041

–

TABELA DE CORREÇÃO MONETÁRIA

Rua Conceição, 121, Cj 83 – Edifício Santa Tereza - Centro Campinas/SP CEP 13.010-050
Fone/Fax: (19) 3231-5196 / 3512-8936 leandro.mq@hotmail.com

Assinado eletronicamente por: LEANDRO COLLACO MARQUES - 29/05/2017 10:36:29 - 6c596c6
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=17052910361773800000059789967
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 6c596c6 - Pág. 34
Número do documento: 17052910361773800000059789967

Leandro Collaço Marques
Corecon/SP 32.041

TABELA DE CORREÇÃO MONETÁRIA DO MÊS DE JUNHO/2017

Data 2001		Data 2004		Data 2007		Data 2010	
Jan	1,31478284	Jan	1,19482301	Jan	1,11836020	Jan	1,07705726
Fev	1,31298536	Fev	1,19329559	Fev	1,11591746	Fev	1,07705726
Mar	1,31250236	Mar	1,19274931	Mar	1,11511346	Mar	1,07705726
Abr	1,31024350	Abr	1,19063237	Abr	1,11302542	Abr	1,07620491
Mai	1,30822099	Mai	1,18959266	Mai	1,11161145	Mai	1,07620491
Jun	1,30583523	Jun	1,18775639	Jun	1,10973711	Jun	1,07565632
Jul	1,30393409	Jul	1,18566843	Jul	1,10867943	Jul	1,07502313
Ago	1,30075894	Ago	1,18335851	Ago	1,10705317	Ago	1,07378720
Set	1,29630484	Set	1,18099063	Set	1,10543260	Set	1,07281202
Out	1,29419918	Out	1,17895340	Out	1,10504363	Out	1,07205943
Nov	1,29044012	Nov	1,17764856	Nov	1,10378311	Nov	1,07155366
Dez	1,28795694	Dez	1,17630052	Dez	1,10313226	Dez	1,07119374

Data 2002		Data 2005		Data 2008		Data 2011	
Jan	1,28540798	Jan	1,17348416	Jan	1,10242671	Jan	1,06968975
Fev	1,28208609	Fev	1,17128215	Fev	1,10131438	Fev	1,06892547
Mar	1,28058653	Mar	1,17015646	Mar	1,10104682	Mar	1,06836565
Abr	1,27833921	Abr	1,16708120	Abr	1,10059668	Abr	1,06707236
Mai	1,27533325	Mai	1,16474821	Mai	1,09954661	Mai	1,06667875
Jun	1,27265812	Jun	1,16181231	Jun	1,09873794	Jun	1,06500669
Jul	1,27064795	Jul	1,15834538	Jul	1,09748023	Jul	1,06382159
Ago	1,26728205	Ago	1,15537030	Ago	1,09538367	Ago	1,06251576
Set	1,26414571	Set	1,15137962	Set	1,09366224	Set	1,06031455
Out	1,26167912	Out	1,14835142	Out	1,09151196	Out	1,05925212
Nov	1,25819644	Nov	1,14594493	Nov	1,08878347	Nov	1,05859579
Dez	1,25487854	Dez	1,14373866	Dez	1,08702467	Dez	1,05791344

Data 2003		Data 2006		Data 2009		Data 2012	
Jan	1,25036597	Jan	1,14114939	Jan	1,08469366	Jan	1,05692310
Fev	1,24429629	Fev	1,13850124	Fev	1,08270149	Fev	1,05601071
Mar	1,23919576	Mar	1,13767642	Mar	1,08221341	Mar	1,05601071
Abr	1,23452678	Abr	1,13532290	Abr	1,08065942	Abr	1,05488409
Mai	1,22938304	Mai	1,13435303	Mai	1,08016902	Mai	1,05464468
Jun	1,22369287	Jun	1,13221541	Jun	1,07968425	Jun	1,05415134
Jul	1,21861611	Jul	1,13002654	Jul	1,07897644	Jul	1,05415134
Ago	1,21199258	Ago	1,12805133	Ago	1,07784362	Ago	1,05399957
Set	1,20711823	Set	1,12531007	Set	1,07763133	Set	1,05386994
Out	1,20307110	Out	1,12360107	Out	1,07763133	Out	1,05386994
Nov	1,19921801	Nov	1,12149826	Nov	1,07763133	Nov	1,05386994
Dez	1,19709198	Dez	1,12006234	Dez	1,07763133	Dez	1,05386994

Rua Conceição, 121, Cj 83 - Edificio Santa Tereza - Centro Campinas-SP CEP: 13.010-050
Fone/Fax: (19) 3231-5196 (19) 3512-8213 email: leandro.mq@hotmail.com

Leandro Collaço Marques
Corecon/SP 32.041

TABELA DE CORREÇÃO MONETÁRIA DO MÊS DE JUNHO/2017

Data 2013		Data 2016		Data 2019		Data 2022	
Jan	1,05386994	Jan	1,02450390	Jan	-	Jan	-
Fev	1,05386994	Fev	1,02315334	Fev	-	Fev	-
Mar	1,05386994	Mar	1,02217511	Mar	-	Mar	-
Abr	1,05386994	Abr	1,01996383	Abr	-	Abr	-
Mai	1,05386994	Mai	1,01863553	Mai	-	Mai	-
Jun	1,05386994	Jun	1,01707635	Jun	-	Jun	-
Jul	1,05386994	Jul	1,01500270	Jul	-	Jul	-
Ago	1,05364973	Ago	1,01336005	Ago	-	Ago	-
Set	1,05364973	Set	1,01078759	Set	-	Set	-
Out	1,05356650	Out	1,00919811	Out	-	Out	-
Nov	1,05259810	Nov	1,00758496	Nov	-	Nov	-
Dez	1,05238026	Dez	1,00614818	Dez	-	Dez	-
Data 2014		Data 2017		Data 2020		Data 2023	
Jan	1,05186064	Jan	1,00429125	Jan	-	Jan	-
Fev	1,05067758	Fev	1,00258685	Fev	-	Fev	-
Mar	1,05011367	Mar	1,00228416	Mar	-	Mar	-
Abr	1,04983441	Abr	1,00076400	Abr	-	Abr	-
Mai	1,04935276	Mai	1,00076400	Mai	-	Mai	-
Jun	1,04871933	Jun	1,00000000	Jun	-	Jun	-
Jul	1,04823191	Jul	-	Jul	-	Jul	-
Ago	1,04712823	Ago	-	Ago	-	Ago	-
Set	1,04649824	Set	-	Set	-	Set	-
Out	1,04558544	Out	-	Out	-	Out	-
Nov	1,04450125	Nov	-	Nov	-	Nov	-
Dez	1,04399700	Dez	-	Dez	-	Dez	-
Data 2015		Data 2018		Data 2021		Data 2024	
Jan	1,04289883	Jan	-	Jan	-	Jan	-
Fev	1,04198397	Fev	-	Fev	-	Fev	-
Mar	1,04180894	Mar	-	Mar	-	Mar	-
Abr	1,04046051	Abr	-	Abr	-	Abr	-
Mai	1,03934425	Mai	-	Mai	-	Mai	-
Jun	1,03814727	Jun	-	Jun	-	Jun	-
Jul	1,03626851	Jul	-	Jul	-	Jul	-
Ago	1,03388541	Ago	-	Ago	-	Ago	-
Set	1,03195874	Set	-	Set	-	Set	-
Out	1,02998118	Out	-	Out	-	Out	-
Nov	1,02814080	Nov	-	Nov	-	Nov	-
Dez	1,02680903	Dez	-	Dez	-	Dez	-

Rua Conceição, 121, Cj 83 - Edificio Santa Tereza - Centro Campinas-SP CEP: 13.010-050
Fone/Fax: (19) 3231-5196 (19) 3512-8213 email: leandro.mq@hotmail.com

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª Vara do Trabalho de Campinas

Avenida José de Souza Campos, 422, Nova Campinas, CAMPINAS - SP - CEP: 13092-123
TEL.: (19) 32327997 - EMAIL: saj.3vt.campinas@trt15.jus.br

PROCESSO: 0010782-36.2016.5.15.0043
CLASSE: AÇÃO TRABALHISTA - RITO SUMARÍSSIMO (1125)

AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME

DECISÃO PJe-JT

Vistos, etc.

HOMOLOGO a conta de liquidação ofertada pelo perito, eis que em consonância com o título exequendo, para que produza os legais e jurídicos efeitos.

Fixo o **montante condenatório em R$31.676,35, corrigido até 01/06/2017, atualizável no pagamento**, conforme discriminação abaixo:

I-R$28.644,03, concernentes ao valor líquido do crédito trabalhista, já descontada a contribuição previdenciária devida. Desse montante, **R$25.288,93** se referem ao valor principal devidamente atualizado e **R$3.355,10** se referem aos respectivos juros de mora.

II-R$1.129,34, referentes ao valor total do crédito previdenciário, resultante da soma do valor da contribuição previdenciária a cargo do empregado no montante de **R$376,45** (artigo 20 da Lei 8.212/91), e do valor da contribuição previdenciária sob responsabilidade direta do empregador, no montante total de **R$752,89** (contribuições previstas nos incisos I e II do artigo 22 da Lei de Custeio).

III-R$402,98, referentes às custas processuais (id ce4ff09), já corrigidas para a data do cálculo.

IV-R$1.500,00, referentes aos honorários periciais, ao Sr. Perito Leandro Collaço Marques, já corrigidos até a data do cálculo.

V-A base de cálculo do imposto de renda importa em **R$3.422,24,** (referente a 13 meses de apuração de verbas tributáveis) sendo que o valor do IRRF será calculado e retido quando da liberação do crédito do reclamante de acordo com a legislação vigente à época.

Não há depósito recursal nos autos.

Intime-se a reclamada para que, nos termos dos artigos 513, §2º, inciso I e 523, ambos do CPC, efetue o pagamento do crédito trabalhista, no prazo de 15 dias, devidamente atualizado.

Faculta-se à executada, no prazo previsto no parágrafo anterior, reconhecer o crédito do exequente e efetuar o seu pagamento mediante o depósito de 30% (trinta por cento) do valor total da execução e, o restante, em até 06 parcelas mensais, acrescidas de juros e correção monetária, nos termos do art. 916 do CPC.

Decorrido o prazo acima sem o pagamento espontâneo, terá início a execução forçada, concedendo-se desde já à executada o prazo de 48 horas, sucessivos e independentemente de nova intimação, para pagar ou indicar bens suficientes à garantia do Juízo, conforme prerrogativa processual inserta no artigo 880 da CLT, sem qualquer prejuízo processual, com observância à ordem de preferência prevista no artigo 835 do CPC.

Não efetuado o pagamento, e não havendo indicação de bens em observância à gradação legal, execute-se o montante exequendo, observando-se a forma de intimação da penhora far-se-á na forma prevista no parágrafo primeiro do artigo 513, §2º, inciso I, do CPC. Fica o/a executado (a) expressamente advertido (a) de que é considerado ato atentatório à dignidade da Justiça a não indicação de quais são e onde se encontram os bens sujeitos à constrição judicial e seus respectivos valores (artigo 774, inciso V e seu parágrafo único do CPC). Esclareça-se, igualmente, que o prazo para oferecimento de embargos é aquele previsto no artigo 884 da CLT, qual seja, cinco dias contados da garantia do Juízo ou da penhora de bens.

Os recolhimentos fiscais, previdenciários e das custas processuais, quando pertinentes, deverão ser comprovados nos autos, através das guias GPS e GRU, nos termos do capítulo INSS, do Provimento GP-CR nº 03/2011 do TRT da 15ª região, do provimento nº 3/2005 do TST e do capítulo RECO, da CNC do TRT da 15ª Região.

Deixo de intimar a União conforme Portaria nº 582, de 11 de dezembro de 2013 do Ministério da Fazenda, uma vez que o valor da contribuição previdenciária constante desta sentença de liquidação é inferior ao valor teto ali estabelecido.

Intimem-se.

CAMPINAS, 14 de Agosto de 2017.

ÃO AOS CORREIOS:
NCONTRADO O DESTINATÁRIO, DEVOLVER
HS., CONF. PAR. ÚNICO ART. 774 DA CLT.

Poder Judiciário Federal
Justiça do Trabalho - TRT 15ª Região

Carta
9912353797-DR/SI
TRT 15ª Regiã
CORREIOS

3ª Vara do Trabalho de Campinas
Avenida José de Souza Campos, 422, Nova Campinas, CAMPINAS - SP - CEP: 13092-123
(19) 32327997 - saj.3vt.campinas@trt15.jus.br

Registrado Postal nº JO743053282BR Postado em 14.09.2017

Destinatário:
Nome fantasia: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME
Endereço: AVENIDA PIZA SOBRINHO, 225, CENTRO, CAFELANDIA - SP - CEP: 16500-000

NOTIFICAÇÃO JUDICIAL EM PROCESSO ELETRÔNICO (PJe)

Processo: **0010782-36.2016.5.15.0043 - Processo PJe-JT**
Classe: **AÇÃO TRABALHISTA - RITO SUMARÍSSIMO (1125)**
Autor: **FLAVIO HENRIQUE DA SILVA**
Réu:**LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME CNPJ: 13.559.499/0001-13**

Fica V. Sa. notificado para:

"DECISÃO PJe-JT

Vistos, etc.

HOMOLOGO a conta de liquidação ofertada pelo perito, eis que em consonância com o título exequendo, para que produza os legais e jurídicos efeitos.

Fixo o **montante condenatório em R$31.676,35, corrigido até 01/06/2017, atualizável no pagamento**, conforme discriminação abaixo:

I-R$28.644,03, concernentes ao valor líquido do crédito trabalhista, já descontada a contribuição previdenciária devida. Desse montante, **R$25.288,93** se referem ao valor principal devidamente atualizado e **R$3.355,10** se referem aos respectivos juros de mora.

II-R$1.129,34, referentes ao valor total do crédito previdenciário, resultante da soma do valor da contribuição previdenciária a cargo do empregado no montante de **R$376,45** (artigo 20 da Lei 8.212/91), e do valor da contribuição previdenciária sob responsabilidade direta do empregador, no montante total de **R$752,89** (contribuições previstas nos incisos I e II do artigo 22 da Lei de Custeio).

III-R$402,98, referentes às custas processuais (id ce4ff09), já corrigidas para a data do cálculo.

IV-R$1.500,00, referentes aos honorários periciais, ao Sr. Perito Leandro Collaço Marques, já corrigidos até a data do cálculo.

V-A base de cálculo do imposto de renda importa em **R$3.422,24,** (referente a 13 meses de apuração de verbas tributáveis) sendo que o valor do IRRF será calculado e retido quando da liberação do crédito do reclamante de acordo com a legislação vigente à época.

Não há depósito recursal nos autos.

Intime-se a reclamada para que, nos termos dos artigos 513, §2º, inciso I e 523, ambos do CPC, efetue o pagamento do crédito trabalhista, no prazo de 15 dias, devidamente atualizado.

Faculta-se à executada, no prazo previsto no parágrafo anterior, reconhecer o crédito do exequente e efetuar o seu pagamento mediante o depósito de 30% (trinta por cento) do valor total da execução e, o restante, em até 06 parcelas mensais, acrescidas de juros e correção monetária, nos termos do art. 916 do CPC.

Decorrido o prazo acima sem o pagamento espontâneo, terá início a execução forçada, concedendo-se desde já à executada o prazo de 48 horas, sucessivos e independentemente de nova intimação, para pagar ou indicar bens suficientes à garantia do Juízo, conforme prerrogativa processual inserta no artigo 880 da CLT, sem qualquer prejuízo processual, com observância à ordem de preferência prevista no artigo 835 do CPC.

Não efetuado o pagamento, e não havendo indicação de bens em observância à gradação legal, execute-se o montante exequendo, observando-se a forma de intimação da penhora far-se-á na forma prevista no parágrafo primeiro do artigo 513, §2º, inciso I, do CPC. Fica o/a executado (a) expressamente advertido (a) de que é considerado ato atentatório à dignidade da Justiça a não indicação de quais são e onde se encontram os bens sujeitos à constrição judicial e seus respectivos valores (artigo 774, inciso V e seu parágrafo único do CPC). Esclareça-se, igualmente, que o prazo para oferecimento de embargos é aquele previsto no artigo 884 da CLT, qual seja, cinco dias contados da garantia do Juízo ou da penhora de bens.

Os recolhimentos fiscais, previdenciários e das custas processuais, quando pertinentes, deverão ser comprovados nos autos, através das guias GPS e GRU, nos termos do capítulo INSS, do Provimento GP-CR nº 03/2011 do TRT da 15ª região, do provimento nº 3/2005 do TST e do capítulo RECO, da CNC do TRT da 15ª Região.

Deixo de intimar a União conforme Portaria nº 582, de 11 de dezembro de 2013 do Ministério da Fazenda, uma vez que o valor da contribuição previdenciária constante desta sentença de liquidação é inferior ao valor teto ali estabelecido.

Intimem-se.

CAMPINAS, 14 de Agosto de 2017."

A petição inicial e documentos poderão ser acessados apenas em meio eletrônico, mediante consulta ao seguinte endereço na internet: **http://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam**, digitando no campo "número do documento" o(s) número(s) descrito(s) como chave(s) de acesso, abaixo identificado(s):

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Decisão	Decisão	17081417425224500000065795020
Laudo Pericial Contabil	Laudo Pericial	17052910361773800000059789967
Laudo Pericial Contabil	Laudo Pericial	17052910352453100000059789869
Despacho	Despacho	17022016032200100000052784465
Anotação CTPS	Manifestação	17021318035175000000052226232
calculo liquidação sentença	Documento Diverso	17021317533279300000052223883
Cálculo Recte	Manifestação	17021317483166500000052223712
Notificação	Notificação	16120212221413000000048934083
Ofício	Ofício	16120513410973300000049039597
Ofício	Ofício	16120513410961200000049039596
Ofício	Ofício	16120513410948300000049039595
Despacho	Despacho	16120212221413000000048934083
Notificação	Notificação	16111611505425900000047809999
Sentença	Notificação	16092711575968300000044726197
Sentença	Sentença	16092711575968300000044726197
Despacho	Despacho	16092611193238200000044606213
Anotação de baixa na CTPS	Certidão	16092616414710900000044662917

Ata da Audiência	Ata da Audiência	16092616245460900000044659398
EMENDA A INICIAL	Manifestação	16092113430027900000044338330
Notificação	Notificação	16091315514973600000043776176
Certidão de encaminhamento de nova notificação no endereço informado pelo reclamante	Certidão	16091315383559200000043774393
NOVO ENDEREÇO NOTIFICAÇÃO	Manifestação	16091315190963000000043770250
Devolução de mandado	Certidão	16091217562874800000043690803
Mandado	Mandado	16090812325909100000043450699
Notificação devolvida LUX'S	Certidão	16090812301459800000043450465
Notificação	Notificação	16081611424933600000041867056
Notificação	Notificação	16081611424911900000041867055
Despacho	Despacho	16081509333892200000041756190
Notificação	Notificação	16042513594897900000034212238
Notificação	Notificação	16042513594869500000034212237
Telegramas	Telegrama	16042015110271200000034079709
Recibos	Recibo de Salário	16042015104757000000034079670
Extrato fgts	Extrato de Conta do FGTS	16042015102919300000034079608
Contrato de honorários	Documento Diverso	16042015101357500000034079563
Documento pessoal	Documento Diverso	16042015095813100000034079525
Declaração de hipossuficiente	Declaração de Hipossuficiência	16042015092585300000034079430
CTPS	CTPS	16042015085802500000034079362
CONVENÇÃO 2015-2016	Convenção Coletiva de Trabalho	16042015083764300000034079317
CONVENÇÃO 2014	Convenção Coletiva de Trabalho	16042015082082300000034079272
CONVENCAO-2013 (parte 4)	Convenção Coletiva de Trabalho	16042015081341200000034079250
CONVENCAO-2013 (parte 3)	Convenção Coletiva de Trabalho	16042015080380700000034079217
	Convenção	

CONVENCAO-2013 (parte 2)	Coletiva de Trabalho	16042015075436100000034079193
CONVENCAO-2013 (parte 1)	Convenção Coletiva de Trabalho	16042015074321800000034079164
Procuração	Procuração	16042015055682700000034078842
Petição inicial-pdfa	Petição Inicial	16042015053647200000034078795
Petição em PDF	Petição em PDF	16042015021338900000034078298

Em 18 de Agosto de 2017.

SIMONE TERCEIRO E BARRETO

EXMO SR DR JUIZ DO TRABALHO DA 3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS /SP

PROCESSO Nº 0010782-36.2016.5.15.0043

FLAVIO HENRIQUE DA SILVA, já devidamente qualificado nos autos da presente **RECLAMAÇÃO TRABALHISTA**, por meio de sua advogada infraassinada, vem à presença de VExª expor e requerer:

1. No caso, decorreu o prazo para o pagamento da condenação, nos termos dos artigos 513, §2º, inciso I e 523, no prazo de 15 dias, sem o devido cumprimento /pagamento .

2. Portanto, vem à presença de VExª requerer seja dado início a execução forçada com indicação de bens suficientes à garantia do Juízo com a utilização das ferramentas disponíveis para pesquisa de numerários existentes em contas da executada através do convênio BACEN-JUD, bem como pesquisa RENAJUD e ARISP.

Termos em que

pede deferimento

Campinas, 18/09/2017

SIMONE DE MORAES SOUZA

OAB/SP 313.589

Certifico a devolução da notificação enviada à reclamada LUX'S SERVIÇOS DE MARCENARIA LTDA - ME, via Correios, JO74305328-2BR, com a informação: mudou-se.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª Vara do Trabalho de Campinas

PROCESSO: 0010782-36.2016.5.15.0043

CLASSE: AÇÃO TRABALHISTA - RITO SUMARÍSSIMO (1125)

AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME

stb

DECISÃO PJe-JT

Vistos etc.

Não tendo a executada quitado o débito exequendo até a presente data, venham os autos conclusos para que seja realizada a consulta sobre a existência de ativos financeiros da empresa LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME - CNPJ: 13.559.499/0001-13, nos termos do art. 655-A do CPC, com a consequente penhora dos valores que forem encontrados em conta-corrente, poupança ou aplicações financeiras, com utilização do sistema BACEN JUD, nos termos do art. 85 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho e do art. 1º do Capítulo "Dos Procedimentos Relativos ao Sistema BACEN JUD" da Consolidação das Normas da Corregedoria do E. TRT da 15ª Região, que determinam que o sistema BACEN JUD seja utilizado com precedência sobre outras modalidades de constrição judicial.

CAMPINAS, 29 de Setembro de 2017.

JUIZ(ÍZA) DO TRABALHO

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
3ª Vara do Trabalho de Campinas
Avenida José de Souza Campos, 422, Nova Campinas, CAMPINAS - SP - CEP: 13092-123
TEL.: (19) 32327997 - EMAIL: saj.3vt.campinas@trt15.jus.br

Processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME

CERTIDÃO PJe-JT

Certifico para os devidos fins que foi solicitado o pedido de penhora "on line", conforme extrato em anexo, sendo que a ordem de bloqueio restou negativa, por saldo zerado.

CAMPINAS, 9 de Outubro de 2017.

SIMONE REGINA FANTIN

BANCO CENTRAL DO BRASIL	**BacenJud 2.0** - **Sistema de Atendimento ao Poder Judiciário**	ejubb.marina segunda-feira, 09/10/2017

Minutas | **Protocolamento** | **Ordens judiciais** | **Delegações** | **Não Respostas** | **Contatos de I. Financeira** | **Relatórios Gerenciais** | **Ajuda** | **Sair**

Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores

Os valores apresentados podem sofrer alterações devido a oscilações em aplicações financeiras e/ou a incidência de impostos.

Clique **aqui** para obter ajuda na configuração da impressão, e clique **aqui** para imprimir.

Dados do bloqueio	
Situação da Solicitação:	**Respostas recebidas, processadas e disponibilizadas para consulta** As respostas recebidas das Instituições Financeiras foram processadas e disponibilizadas para consulta.
Número do Protocolo:	20170005371699
Número do Processo:	0010782-36.2016.5.15.0043
Tribunal:	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A. REGIAO
Vara/Juízo:	961 - 3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
Juiz Solicitante do Bloqueio:	Marina de Siqueira Ferreira Zerbinatti
Tipo/Natureza da Ação:	Ação Trabalhista
CPF/CNPJ do Autor/Exeqüente da Ação:	
Nome do Autor/Exeqüente da Ação:	FLAVIO HENRIQUE DA SILVA

Relação de réus/executados

- Para exibir os detalhes de todos os réus/executados **clique aqui**.
- Para ocultar os detalhes de todos os réus/executados **clique aqui**.

\- **13.559.499/0001-13 - LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME**
[**Total bloqueado (bloqueio original e reiterações)**: R$ 0,00] [**Quantidade atual de não respostas**: 0]

Respostas

BCO SANTANDER/ Todas as Agências / Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
04/10/2017 16:19	Bloq. Valor	Marina de Siqueira Ferreira Zerbinatti	33.000,00	(02) Réu/executado sem saldo positivo. 0,00	0,00	05/10/2017 05:43

Nenhuma ação disponível

ITAÚ UNIBANCO S.A./ Todas as Agências / Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
04/10/2017 16:19	Bloq. Valor	Marina de Siqueira Ferreira Zerbinatti	33.000,00	(02) Réu/executado sem saldo positivo. 0,00	0,00	05/10/2017 20:32

Nenhuma ação disponível

Não Respostas

Não há não-resposta para este réu/executado

Reiterar Não Respostas | Cancelar Não Respostas

Assinado eletronicamente por: SIMONE REGINA FANTIN - 09/10/2017 13:11:02 - 417a9cb
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=17100913104175600000070115483
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 417a9cb - Pág. 1
Número do documento: 17100913104175600000070115483

Dados para depósito judicial em caso de transferência		
Instituição Financeira para Depósito Judicial Caso Transferência:	-	Usar IF e agência padrã
Agência para Depósito Judicial Caso Transferência:		
Nome do Titular da Conta de Depósito Judicial:	FLAVIO HENRIQUE DA SILVA	
CPF/CNPJ do Titular da Conta de Depósito Judicial:		
Tipo de Crédito Judicial:	-	
Código de Depósito Judicial:	-	

Nome de usuário do juiz solicitante no sistema:	EJUBB. MARINA

Conferir Ações Selecionadas Voltar

Utilizar Dados do Bloqueio para Criar Nova Ordem Marcar Ordem Como Não Lida

Dados do Bloqueio Original

Assinado eletronicamente por: SIMONE REGINA FANTIN - 09/10/2017 13:11:02 - 417a9cb
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=17100913104175600000070115483
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 417a9cb - Pág. 2
Número do documento: 17100913104175600000070115483

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
3ª Vara do Trabalho de Campinas
Avenida José de Souza Campos, 422, Nova Campinas, CAMPINAS - SP - CEP: 13092-123
TEL.: (19) 32327997 - EMAIL: saj.3vt.campinas@trt15.jus.br

Processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME

CERTIDÃO PJe-JT

Certifico para os devidos fins a juntada da ficha cadastral JUCESP.

CAMPINAS, 11 de Outubro de 2017.

SIMONE TERCEIRO E BARRETO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

JUCESP
Junta Comercial do Estado de São Paulo

FICHA CADASTRAL SIMPLIFICADA

NESTA FICHA CADASTRAL SIMPLIFICADA, AS INFORMAÇÕES DOS QUADROS “EMPRESA”, “CAPITAL”, “ENDEREÇO”, “OBJETO SOCIAL” E “TITULAR/SÓCIOS/DIRETORIA” REFEREM-SE À SITUAÇÃO ATUAL DA EMPRESA, NA DATA DE EMISSÃO DESTE DOCUMENTO.

A SEGUIR, SÃO INFORMADOS OS EXTRATOS DOS CINCO ÚLTIMOS ARQUIVAMENTOS REALIZADOS, SE HOUVER.

A AUTENTICIDADE DESTA FICHA CADASTRAL SIMPLIFICADA PODERÁ SER CONSULTADA NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DESTE DOCUMENTO.

PARA OBTER O HISTÓRICO COMPLETO DA EMPRESA, CONSULTE A FICHA CADASTRAL COMPLETA.

EMPRESA

LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA

TIPO: SOCIEDADE LIMITADA (M.E.)

NIRE MATRIZ	DATA DA CONSTITUIÇÃO	EMISSÃO
35225323892	18/04/2011	11/10/2017 14:25:22

INÍCIO DE ATIVIDADE	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL
13/04/2011	13.559.499/0001-13	

CAPITAL

R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS)

ENDEREÇO

LOGRADOURO: RUA MARIA SOARES	NÚMERO: 200	
BAIRRO: VILA INDUSTRIAL	COMPLEMENTO:	
MUNICÍPIO: CAMPINAS	CEP: 13035-390	UF: SP

OBJETO SOCIAL

REPARAÇÃO DE ARTIGOS DO MOBILIÁRIO
COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS

TITULAR / SÓCIOS / DIRETORIA

EMERSON RODRIGUES DE OLIVEIRA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 377.284.558-42, RG/RNE: 458056169 - SP, RESIDENTE À RUA DOUTOR SALES DE OLIVEIRA, 1760, VILA INDUSTRIAL, CAMPINAS - SP, CEP 13035-500, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 5.000,00.

FRANCISCO APARECIDO DE OLIVEIRA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 100.935.398-51, RG/RNE: 20924585 - SP, RESIDENTE À RUA SALES DE OLIVEIRA, 1760, VILA INDUSTRIAL, CAMPINAS - SP, CEP 13035-270, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 5.000,00

5 ÚLTIMOS ARQUIVAMENTOS

NUM.DOC: 745.227/11-9 SESSÃO: 18/04/2011

Assinado eletronicamente por: SIMONE TERCEIRO E BARRETO - 11/10/2017 14:28:31 - 4211e61
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=17101114281252300000070368897
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 4211e61 - Pág. 1
Número do documento: 17101114281252300000070368897

REGISTRO DA DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA (ME).

NUM.DOC: 260.080/12-3 SESSÃO: 02/07/2012

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE EMERSON RODRIGUES DE OLIVEIRA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 377.284.558-42, RG/RNE: 45805616-9 - SP, RESIDENTE À RUA DOUTOR SALES DE OLIVEIRA, 1760, VILA INDUSTRIAL, CAMPINAS - SP, CEP 13035-500, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 5.000,00.

RETIRA-SE DA SOCIEDADE JEFERSON RODRIGUES DE OLIVEIRA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 331.950.738-97, RESIDENTE À RUA ELIANA DE CASTRO, 52, APTO 21 - BLO, JARDIM MONTE VERDE, VALINHOS - SP, CEP 13275-060, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 5.000,00.

ADMITIDO FRANCISCO APARECIDO DE OLIVEIRA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 100.935.398-51, RG/RNE: 20924585 - SP, RESIDENTE À RUA SALES DE OLIVEIRA, 1760, VILA INDUSTRIAL, CAMPINAS - SP, CEP 13035-270, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 5.000,00.

INCLUSÃO DE CNPJ 13.559.499/0001-13

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 414.427/12-9 SESSÃO: 04/10/2012

ENDEREÇO DA SEDE ALTERADO PARA RUA MARIA SOARES, 200, VILA INDUSTRIAL, CAMPINAS - SP, CEP 13035-390.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 071.113/14-9 SESSÃO: 26/02/2014

ABERTURA DE FILIAL NIRE 35904648264, CNPJ 13.559.499/0002-02, SITUADA À: AVENIDA PIZA SOBRINHO, 221, D, CENTRO, CAFELANDIA - SP, CEP 16500-000. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 01/02/2014.

ALTERAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA / OBJETO SOCIAL DA SEDE PARA COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS, REPARAÇÃO DE ARTIGOS DO MOBILIÁRIO.

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35225323892
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 10/10/2017

JUCESP GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO documento assinado digitalmente

Ficha Cadastral Simplificada emitida para SIMONE TERCEIRO E BARRETO : 54553300559. Documento certificado por JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 92229205, quarta-feira, 11 de outubro de 2017 às 14:25:22.

PJe

Assinado eletronicamente por: SIMONE TERCEIRO E BARRETO - 11/10/2017 14:28:31 - 4211e61
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=17101114281252300000070368897
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 4211e61 - Pág. 2
Número do documento: 17101114281252300000070368897

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª Vara do Trabalho de Campinas

Avenida José de Souza Campos, 422, Nova Campinas, CAMPINAS - SP - CEP: 13092-123
TEL.: (19) 32327997 - EMAIL: saj.3vt.campinas@trt15.jus.br

PROCESSO: 0010782-36.2016.5.15.0043
CLASSE: AÇÃO TRABALHISTA - RITO SUMARÍSSIMO (1125)

AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME

stb

DECISÃO PJe-JT

Vistos etc.

Infrutífera ou parcial a tentativa de penhora "on line" nas contas bancárias da executada, presume-se a sua incapacidade econômica, devendo a execução, portanto, prosseguir, inclusive, sobre o patrimônio dos sócios, tanto pela responsabilidade patrimonial que lhes impõe o artigo 790, inciso II do CPC, quanto pela despersonalização da pessoa jurídica conforme as disposições insertas nos artigos 50 do CC e artigo 28 do CDC, todos de aplicação subsidiária e supletiva, porque, na impossibilidade de forçar a sociedade a solve-lo, seus sócios devem assumir a obrigação com sujeição de seu patrimônio pessoal, pois o risco do empreendimento lhes pertence e são solidária e ilimitadamente responsáveis pelo débito trabalhista e pelos encargos decorrentes.

Determino, portanto, a inclusão dos sócios: EMERSON RODRIGUES DE OLIVEIRA, CPF 377.284.558-42, e, FRANCISCO APARECIDO DE OLIVEIRA, CPF 100.935.3980-51, no polo passivo da execução, procedendo-se à nova tentativa de penhora via Bacen Jud em suas contas, com base no art. 854 do CPC, c/c os arts. 878 da CLT e 6º da IN 39/2016, do C. TST. Em caso de penhora negativa, proceda-se em seguida à expedição do mandado padronizado de que trata o o Ato GP-CR n. 05/2015, assim como à pesquisa em outros processos em execução, para fins de verificar a possibilidade de cumulação ou eventual extinção do feito, tudo com base no poder geral de cautela atribuído ao Magistrado, para que se assegure o resultado útil do processo.

A responsabilidade dos sócios subsistirá até dois anos após a averbação de sua exclusão nos atos constitutivos da(s) executada(s), conforme art. 1.032, do Código Civil. Deverão responder pela execução, desta forma, caso tenham se retirado dos atos constitutivos até dois anos antes da propositura da ação, caso em que serão responsáveis independentemente da data da desconsideração da personalidade jurídica.

No mesmo ato, notifiquem-se os interessados de sua inclusão no polo passivo, e para que, nos termos do art. 133 do CPC c/c o art. 6º da IN 39/2016 do C. TST, manifestem-se e requeiram as provas cabíveis no prazo de 15 (quinze) dias.

Com a resposta, intime-se o exequente para manifestação também no prazo de 15 dias, tornando os autos conclusos para decisão.

Autorizo desde já a quebra dos sigilos fiscal, bancário, telefônico e telemático dos executados, conforme Ato GP-CR n. 05/2015, com o cadastro dos devedores no sistema informatizado de execuções do E. TRT 15.

CAMPINAS, 11 de Outubro de 2017.

JUIZ(ÍZA) DO TRABALHO

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
3ª Vara do Trabalho de Campinas
Avenida José de Souza Campos, 422, Nova Campinas, CAMPINAS - SP - CEP: 13092-123
TEL.: (19) 32327997 - EMAIL: saj.3vt.campinas@trt15.jus.br

Processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME, EMERSON RODRIGUES DE OLIVEIRA, FRANCISCO APARECIDO DE OLIVEIRA

CERTIDÃO PJe-JT

Certifico para os devidos fins que foi solicitado o pedido de penhora "on line", conforme extrato em anexo, sendo que a ordem de bloqueio restou negativa, por saldo insignificante.

CAMPINAS, 18 de Outubro de 2017.

JANAINA CAMARGO FUZETTI

BANCO CENTRAL DO BRASIL	**BacenJud 2.0** - **Sistema de Atendimento ao Poder Judiciário**	ejubb.marina quarta-feira, 18/10/2017

Minutas | **Protocolamento** | **Ordens judiciais** | **Delegações** | **Não Respostas** | **Contatos de I. Financeira** | **Relatórios Gerenciais** | **Ajuda** | **Sair**

Recibo de Protocolamento de Ordens Judiciais de Transferências, Desbloqueios e/ou Reiterações para Bloqueio de Valores

Clique **aqui** para obter ajuda na configuração da impressão, e clique **aqui** para imprimir.

Dados do bloqueio	
Número do Protocolo:	20170005597779
Número do Processo:	0010782-36.2016.5.15.0043
Tribunal:	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A. REGIAO
Vara/Juízo:	961 - 3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
Juiz Solicitante do Bloqueio:	Marina de Siqueira Ferreira Zerbinatti
Tipo/Natureza da Ação:	Ação Trabalhista
CPF/CNPJ do Autor/Exeqüente da Ação:	
Nome do Autor/Exeqüente da Ação:	FLAVIO HENRIQUE DA SILVA

Relação de réus/executados

- Para exibir os detalhes de todos os réus/executados **clique aqui**.
- Para ocultar os detalhes de todos os réus/executados **clique aqui**.

100.935.398-51 - FRANCISCO APARECIDO DE OLIVEIRA
[**Total bloqueado (bloqueio original e reiterações)**:R$653,47] [**Quantidade atual de não respostas**: 0]

Respostas

BCO BRADESCO / Todas as Agências / Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
16/10/2017 14:59	Bloq. Valor	Marina de Siqueira Ferreira Zerbinatti	33.000,00	(03) Cumprida parcialmente por insuficiência de saldo. 398,73	398,73	16/10/2017 20:06
18/10/2017 14:27:27	**Desb. Valor**	**Marina de Siqueira Ferreira Zerbinatti**	**398,73**	**Não enviada**	-	-

BCO SANTANDER / Todas as Agências / Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
16/10/2017 14:59	Bloq. Valor	Marina de Siqueira Ferreira Zerbinatti	33.000,00	(03) Cumprida parcialmente por insuficiência de saldo. 163,55	163,55	17/10/2017 05:28
18/10/2017 14:27:27	**Desb. Valor**	**Marina de Siqueira Ferreira Zerbinatti**	**163,55**	**Não enviada**	-	-

Assinado eletronicamente por: JANAINA CAMARGO FUZETTI - 18/10/2017 14:44:55 - 49a2140
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=17101814444140200000070787736
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 49a2140 - Pág. 1
Número do documento: 17101814444140200000070787736

CAIXA ECONOMICA FEDERAL / Todas as Agências / Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
16/10/2017 14:59	Bloq. Valor	Marina de Siqueira Ferreira Zerbinatti	33.000,00	(03) Cumprida parcialmente por insuficiência de saldo. 91,19	91,19	17/10/2017 03:58
18/10/2017 14:27:27	**Desb. Valor**	**Marina de Siqueira Ferreira Zerbinatti**	**91,19**	**Não enviada**	-	-

Não Respostas

Não há não-resposta para este réu/executado

- **13.559.499/0001-13 - LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME**
[**Total bloqueado (bloqueio original e reiterações)**:R$0,00] [**Quantidade atual de não respostas**: 0]

Respostas

BCO SANTANDER / Todas as Agências / Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
16/10/2017 14:59	Bloq. Valor	Marina de Siqueira Ferreira Zerbinatti	33.000,00	(02) Réu/executado sem saldo positivo. 0,00	0,00	17/10/2017 05:28

ITAÚ UNIBANCO S.A. / Todas as Agências / Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
16/10/2017 14:59	Bloq. Valor	Marina de Siqueira Ferreira Zerbinatti	33.000,00	(02) Réu/executado sem saldo positivo. 0,00	0,00	17/10/2017 20:39

Não Respostas

Não há não-resposta para este réu/executado

- **377.284.558-42 - EMERSON RODRIGUES DE OLIVEIRA**
[**Total bloqueado (bloqueio original e reiterações)**:R$0,95] [**Quantidade atual de não respostas**: 0]

Respostas

ITAÚ UNIBANCO S.A. / Todas as Agências / Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
16/10/2017 14:59	Bloq. Valor	Marina de Siqueira Ferreira Zerbinatti	33.000,00	(03) Cumprida parcialmente por insuficiência de saldo. 0,95	0,95	17/10/2017 20:39

Assinado eletronicamente por: JANAINA CAMARGO FUZETTI - 18/10/2017 14:44:55 - 49a2140
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=17101814444140200000070787736
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 49a2140 - Pág. 2
Número do documento: 17101814444140200000070787736

18/10/2017 14:27:27	Desb. Valor	Marina de Siqueira Ferreira Zerbinatti	0,95	Não enviada	-	-

BCO SANTANDER / Todas as Agências / Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
16/10/2017 14:59	Bloq. Valor	Marina de Siqueira Ferreira Zerbinatti	33.000,00	(02) Réu/executado sem saldo positivo. 0,00	0,00	17/10/2017 05:28

CAIXA ECONOMICA FEDERAL / Todas as Agências / Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
16/10/2017 14:59	Bloq. Valor	Marina de Siqueira Ferreira Zerbinatti	33.000,00	(02) Réu/executado sem saldo positivo. 0,00	0,00	17/10/2017 03:59

Não Respostas

Não há não-resposta para este réu/executado

Voltar para a tela inicial do sistema

Assinado eletronicamente por: JANAINA CAMARGO FUZETTI - 18/10/2017 14:44:55 - 49a2140
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=17101814444140200000070787736
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 49a2140 - Pág. 3
Número do documento: 17101814444140200000070787736

ÃO AOS CORREIOS:
NCONTRADO O DESTINATÁRIO, DEVOLVER
HS., CONF. PAR. ÚNICO ART. 774 DA CLT.

Poder Judiciário Federal
Justiça do Trabalho - TRT 15ª Região

Carta
9912353797-DR/SI
TRT 15ª Regiã
CORREIOS

3ª Vara do Trabalho de Campinas
Avenida José de Souza Campos, 422, Nova Campinas, CAMPINAS - SP - CEP: 13092-123
(19) 32327997 - saj.3vt.campinas@trt15.jus.br

Registrado Postal nº JO743067701BR Postado em 09/11/2017

Destinatário:
EMERSON RODRIGUES DE OLIVEIRA
Endereço: IBRAIN ADDAD, 74, CAPELA, VINHEDO - SP - CEP: 13280-000

NOTIFICAÇÃO JUDICIAL EM PROCESSO ELETRÔNICO (PJe)

Processo: **0010782-36.2016.5.15.0043 - Processo PJe-JT**
Classe: **AÇÃO TRABALHISTA - RITO SUMARÍSSIMO (1125)**
Autor: **FLAVIO HENRIQUE DA SILVA**
Réu:**LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME CNPJ: 13.559.499/0001-13, EMERSON RODRIGUES DE OLIVEIRA CPF: 377.284.558-42, FRANCISCO APARECIDO DE OLIVEIRA CPF: 100.935.398-51**

Fica V. Sa. notificado para:

DECISÃO PJe-JT

Vistos etc.

Infrutífera ou parcial a tentativa de penhora "on line" nas contas bancárias da executada, presume-se a sua incapacidade econômica, devendo a execução, portanto, prosseguir, inclusive, sobre o patrimônio dos sócios, tanto pela responsabilidade patrimonial que lhes impõe o artigo 790, inciso II do CPC, quanto pela despersonalização da pessoa jurídica conforme as disposições insertas nos artigos 50 do CC e artigo 28 do CDC, todos de aplicação subsidiária e supletiva, porque, na impossibilidade de forçar a sociedade a solve-

lo, seus sócios devem assumir a obrigação com sujeição de seu patrimônio pessoal, pois o risco do empreendimento lhes pertence e são solidária e ilimitadamente responsáveis pelo débito trabalhista e pelos encargos decorrentes.

Determino, portanto, a inclusão dos sócios: EMERSON RODRIGUES DE OLIVEIRA, CPF 377.284.558-42, e, FRANCISCO APARECIDO DE OLIVEIRA, CPF 100.935.3980-51, no polo passivo da execução, procedendo-se à nova tentativa de penhora via Bacen Jud em suas contas, com base no art. 854 do CPC, c/c os arts. 878 da CLT e 6º da IN 39/2016, do C. TST. Em caso de penhora negativa, proceda-se em seguida à expedição do mandado padronizado de que trata o o Ato GP-CR n. 05/2015, assim como à pesquisa em outros processos em execução, para fins de verificar a possibilidade de cumulação ou eventual extinção do feito, tudo com base no poder geral de cautela atribuído ao Magistrado, para que se assegure o resultado útil do processo.

A responsabilidade dos sócios subsistirá até dois anos após a averbação de sua exclusão nos atos constitutivos da(s) executada(s), conforme art. 1.032, do Código Civil. Deverão responder pela execução, desta forma, caso tenham se retirado dos atos constitutivos até dois anos antes da propositura da ação, caso em que serão responsáveis independentemente da data da desconsideração da personalidade jurídica.

No mesmo ato, notifiquem-se os interessados de sua inclusão no polo passivo, e para que, nos termos do art. 133 do CPC c/c o art. 6º da IN 39/2016 do C. TST, manifestem-se e requeiram as provas cabíveis no prazo de 15 (quinze) dias.

Com a resposta, intime-se o exequente para manifestação também no prazo de 15 dias, tornando os autos conclusos para decisão.

Autorizo desde já a quebra dos sigilos fiscal, bancário, telefônico e telemático dos executados, conforme Ato GP-CR n. 05/2015, com o cadastro dos devedores no sistema informatizado de execuções do E. TRT 15.

CAMPINAS, 11 de Outubro de 2017.

JUIZ(ÍZA) DO TRABALHO

Assinado eletronicamente. A Certificação Digital pertence a:
[ERIKA DE FRANCESCHI]

A petição inicial e documentos poderão ser acessados apenas em meio eletrônico, mediante consulta ao seguinte endereço na internet: **http://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam**, digitando no campo "número do documento" o(s) número(s) descrito(s) como chave(s) de acesso, abaixo identificado(s):

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Protocolo BACENJUD	Documento Diverso	17101814444140200000070787736
Resposta BACENJUD	Certidão	17101814435654400000070787710
Decisão	Decisão	17101114292953000000070369124
JUCESP - 10.782-36 LUX	Certidão	17101114281252300000070368897
JUCESP	Certidão	17101114271982100000070368796
Protocolo BACENJUD	Documento Diverso	17100913104175600000070115483
Resposta BACENJUD	Certidão	17100913095447400000070115463
Decisão	Decisão	17092915183218400000069433326
Notificação Devolvida LUXS SERVIÇOS DE MARCENAERIA	Certidão	17100215575667900000069571790
VCTO PRAZO PAGAMENTO	Manifestação	17091817512147300000068494473
Intimação	Intimação	17081814082356700000066189376
Decisão	Decisão	17081417425224500000065795020
Laudo Pericial Contabil	Laudo Pericial	17052910361773800000059789967
Laudo Pericial Contabil	Laudo Pericial	17052910352453100000059789869
Despacho	Despacho	17022016032200100000052784465
Anotação CTPS	Manifestação	17021318035175000000052226232
calculo liquidação sentença	Documento Diverso	17021317533279300000052223883
Cálculo Recte	Manifestação	17021317483166500000052223712
Notificação	Notificação	16120212221413000000048934083
Ofício	Ofício	16120513410973300000049039597
Ofício	Ofício	16120513410961200000049039596

Ofício	Ofício	16120513410948300000049039595
Despacho	Despacho	16120212221413000000048934083
Notificação	Notificação	16111611505425900000047809999
Sentença	Notificação	16092711575968300000044726197
Sentença	Sentença	16092711575968300000044726197
Despacho	Despacho	16092611193238200000044606213
Anotação de baixa na CTPS	Certidão	16092616414710900000044662917
Ata da Audiência	Ata da Audiência	16092616245460900000044659398
EMENDA A INICIAL	Manifestação	16092113430027900000044338330
Notificação	Notificação	16091315514973600000043776176
Certidão de encaminhamento de nova notificação no endereço informado pelo reclamante	Certidão	16091315383559200000043774393
NOVO ENDEREÇO NOTIFICAÇÃO	Manifestação	16091315190963000000043770250
Devolução de mandado	Certidão	16091217562874800000043690803
Mandado	Mandado	16090812325909100000043450699
Notificação devolvida LUX'S	Certidão	16090812301459800000043450465
Notificação	Notificação	16081611424933600000041867056
Notificação	Notificação	16081611424911900000041867055
Despacho	Despacho	16081509333892200000041756190
Notificação	Notificação	16042513594897900000034212238
Notificação	Notificação	16042513594869500000034212237
Telegramas	Telegrama	16042015110271200000034079709
Recibos	Recibo de Salário	16042015104757000000034079670
Extrato fgts	Extrato de Conta do FGTS	16042015102919300000034079608
Contrato de honorários	Documento Diverso	16042015101357500000034079563
Documento pessoal	Documento Diverso	16042015095813100000034079525
Declaração de hipossuficiente	Declaração de Hipossuficiência	16042015092585300000034079430

CTPS	CTPS	16042015085802500000034079362
CONVENÇÃO 2015-2016	Convenção Coletiva de Trabalho	16042015083764300000034079317
CONVENÇÃO 2014	Convenção Coletiva de Trabalho	16042015082082300000034079272
CONVENCAO-2013 (parte 4)	Convenção Coletiva de Trabalho	16042015081341200000034079250
CONVENCAO-2013 (parte 3)	Convenção Coletiva de Trabalho	16042015080380700000034079217
CONVENCAO-2013 (parte 2)	Convenção Coletiva de Trabalho	16042015075436100000034079193
CONVENCAO-2013 (parte 1)	Convenção Coletiva de Trabalho	16042015074321800000034079164
Procuração	Procuração	16042015055682700000034078842
Petição inicial-pdfa	Petição Inicial	16042015053647200000034078795
Petição em PDF	Petição em PDF	16042015021338900000034078298

Em 19 de Outubro de 2017.

SIMONE TERCEIRO E BARRETO

ÃO AOS CORREIOS:
NCONTRADO O DESTINATÁRIO, DEVOLVER
HS., CONF. PAR. ÚNICO ART. 774 DA CLT.

Poder Judiciário Federal
Justiça do Trabalho - TRT 15ª Região

Carta
9912353797-DR/SI
TRT 15ª Regiã
CORREIOS

3ª Vara do Trabalho de Campinas
Avenida José de Souza Campos, 422, Nova Campinas, CAMPINAS - SP - CEP: 13092-123
(19) 32327997 - saj.3vt.campinas@trt15.jus.br

Registrado Postal nº JO743067715BR Postado em 09/11/2017

Destinatário:
FRANCISCO APARECIDO DE OLIVEIRA
Endereço: MIGUEL JERONIMO GUERREIRO, 338, CASA B, JD ALTO CAFEZAL, CAFELANDIA - SP - CEP: 16500-000

NOTIFICAÇÃO JUDICIAL EM PROCESSO ELETRÔNICO (PJe)

Processo: **0010782-36.2016.5.15.0043 - Processo PJe-JT**
Classe: **AÇÃO TRABALHISTA - RITO SUMARÍSSIMO (1125)**
Autor: **FLAVIO HENRIQUE DA SILVA**
Réu:**LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME CNPJ: 13.559.499/0001-13, EMERSON RODRIGUES DE OLIVEIRA CPF: 377.284.558-42, FRANCISCO APARECIDO DE OLIVEIRA CPF: 100.935.398-51**

Fica V. Sa. notificado para:

DECISÃO PJe-JT

Vistos etc.

Infrutífera ou parcial a tentativa de penhora "on line" nas contas bancárias da executada, presume-se a sua incapacidade econômica, devendo a execução, portanto, prosseguir, inclusive, sobre o patrimônio dos sócios, tanto pela responsabilidade patrimonial que lhes impõe o artigo 790, inciso II do CPC, quanto pela despersonalização da pessoa jurídica conforme as disposições insertas nos artigos 50 do CC e artigo 28 do CDC, todos de

aplicação subsidiária e supletiva, porque, na impossibilidade de forçar a sociedade a solve-lo, seus sócios devem assumir a obrigação com sujeição de seu patrimônio pessoal, pois o risco do empreendimento lhes pertence e são solidária e ilimitadamente responsáveis pelo débito trabalhista e pelos encargos decorrentes.

Determino, portanto, a inclusão dos sócios: EMERSON RODRIGUES DE OLIVEIRA, CPF 377.284.558-42, e, FRANCISCO APARECIDO DE OLIVEIRA, CPF 100.935.3980-51, no polo passivo da execução, procedendo-se à nova tentativa de penhora via Bacen Jud em suas contas, com base no art. 854 do CPC, c/c os arts. 878 da CLT e 6º da IN 39/2016, do C. TST. Em caso de penhora negativa, proceda-se em seguida à expedição do mandado padronizado de que trata o o Ato GP-CR n. 05/2015, assim como à pesquisa em outros processos em execução, para fins de verificar a possibilidade de cumulação ou eventual extinção do feito, tudo com base no poder geral de cautela atribuído ao Magistrado, para que se assegure o resultado útil do processo.

A responsabilidade dos sócios subsistirá até dois anos após a averbação de sua exclusão nos atos constitutivos da(s) executada(s), conforme art. 1.032, do Código Civil. Deverão responder pela execução, desta forma, caso tenham se retirado dos atos constitutivos até dois anos antes da propositura da ação, caso em que serão responsáveis independentemente da data da desconsideração da personalidade jurídica.

No mesmo ato, notifiquem-se os interessados de sua inclusão no polo passivo, e para que, nos termos do art. 133 do CPC c/c o art. 6º da IN 39/2016 do C. TST, manifestem-se e requeiram as provas cabíveis no prazo de 15 (quinze) dias.

Com a resposta, intime-se o exequente para manifestação também no prazo de 15 dias, tornando os autos conclusos para decisão.

Autorizo desde já a quebra dos sigilos fiscal, bancário, telefônico e telemático dos executados, conforme Ato GP-CR n. 05/2015, com o cadastro dos devedores no sistema informatizado de execuções do E. TRT 15.

CAMPINAS, 11 de Outubro de 2017.

JUIZ(ÍZA) DO TRABALHO

Assinado eletronicamente. A Certificação Digital pertence a:
[ERIKA DE FRANCESCHI]

A petição inicial e documentos poderão ser acessados apenas em meio eletrônico, mediante consulta ao seguinte endereço na internet: **http://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam**, digitando no campo "número do documento" o(s) número(s) descrito(s) como chave(s) de acesso, abaixo identificado(s):

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Intimação	Intimação	17101913184739600000070884814
Protocolo BACENJUD	Documento Diverso	17101814444140200000070787736
Resposta BACENJUD	Certidão	17101814435654400000070787710
Decisão	Decisão	17101114292953000000070369124
JUCESP - 10.782-36 LUX	Certidão	17101114281252300000070368897
JUCESP	Certidão	17101114271982100000070368796
Protocolo BACENJUD	Documento Diverso	17100913104175600000070115483
Resposta BACENJUD	Certidão	17100913095447400000070115463
Decisão	Decisão	17092915183218400000069433326
Notificação Devolvida LUXS SERVIÇOS DE MARCENAERIA	Certidão	17100215575667900000069571790
VCTO PRAZO PAGAMENTO	Manifestação	17091817512147300000068494473
Intimação	Intimação	17081814082356700000066189376
Decisão	Decisão	17081417425224500000065795020
Laudo Pericial Contabil	Laudo Pericial	17052910361773800000059789967
Laudo Pericial Contabil	Laudo Pericial	17052910352453100000059789869
Despacho	Despacho	17022016032200100000052784465
Anotação CTPS	Manifestação	17021318035175000000052226232
calculo liquidação sentença	Documento Diverso	17021317533279300000052223883
Cálculo Recte	Manifestação	17021317483166500000052223712
Notificação	Notificação	16120212221413000000048934083
		1612051341097330

Ofício	Ofício	0000049039597
Ofício	Ofício	16120513410961200000049039596
Ofício	Ofício	16120513410948300000049039595
Despacho	Despacho	16120212221413000000048934083
Notificação	Notificação	16111611505425900000047809999
Sentença	Notificação	16092711575968300000044726197
Sentença	Sentença	16092711575968300000044726197
Despacho	Despacho	16092611193238200000044606213
Anotação de baixa na CTPS	Certidão	16092616414710900000044662917
Ata da Audiência	Ata da Audiência	16092616245460900000044659398
EMENDA A INICIAL	Manifestação	16092113430027900000044338330
Notificação	Notificação	16091315514973600000043776176
Certidão de encaminhamento de nova notificação no endereço informado pelo reclamante	Certidão	16091315383559200000043774393
NOVO ENDEREÇO NOTIFICAÇÃO	Manifestação	16091315190963000000043770250
Devolução de mandado	Certidão	16091217562874800000043690803
Mandado	Mandado	16090812325909100000043450699
Notificação devolvida LUX'S	Certidão	16090812301459800000043450465
Notificação	Notificação	16081611424933600000041867056
Notificação	Notificação	16081611424911900000041867055
Despacho	Despacho	16081509333892200000041756190
Notificação	Notificação	16042513594897900000034212238
Notificação	Notificação	16042513594869500000034212237
Telegramas	Telegrama	16042015110271200000034079709
Recibos	Recibo de Salário	16042015104757000000034079670
Extrato fgts	Extrato de Conta do FGTS	16042015102919300000034079608
Contrato de honorários	Documento Diverso	16042015101357500000034079563
	Documento	1604201509581310

Documento pessoal	Diverso	0000034079525
Declaração de hipossuficiente	Declaração de Hipossuficiência	1604201509258530 0000034079430
CTPS	CTPS	1604201508580250 0000034079362
CONVENÇÃO 2015-2016	Convenção Coletiva de Trabalho	1604201508376430 0000034079317
CONVENÇÃO 2014	Convenção Coletiva de Trabalho	1604201508208230 0000034079272
CONVENCAO-2013 (parte 4)	Convenção Coletiva de Trabalho	1604201508134120 0000034079250
CONVENCAO-2013 (parte 3)	Convenção Coletiva de Trabalho	1604201508038070 0000034079217
CONVENCAO-2013 (parte 2)	Convenção Coletiva de Trabalho	1604201507543610 0000034079193
CONVENCAO-2013 (parte 1)	Convenção Coletiva de Trabalho	1604201507432180 0000034079164
Procuração	Procuração	1604201505568270 0000034078842
Petição inicial-pdfa	Petição Inicial	1604201505364720 0000034078795
Petição em PDF	Petição em PDF	1604201502133890 0000034078298

Em 19 de Outubro de 2017.

SIMONE TERCEIRO E BARRETO

EXMO. SR. DR. JUIZ PRESIDENTE DA 3A. VARA DO TRABALHO DA COMARCA DE CAMPINAS/SP.

PROCESSO 0010782-36.2016.5.15.0043

LUX'S SERVIÇOS DE MARCENARIA LTDA.,

empresa inscrita no CNPJ sob no. 13.559.499/0001-13, na pessoa de seu representante legal, já qualificado nos autos da ação e processo em epigrafe em tramite perante a esse ilustre Juízo e cartório, por sua advogada e procuradora signatária, vem a presença de V. EXa., a fim de requerer vista dos autos no prazo legal.

Termos em que,

Pede e espera deferimento.

Campinas, 01 de novembro de 2017.

ROSANGELA AP. MATTOS.

OAB/SP 99.230

LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME

CNPJ 13.559.499/0001-13
NIRE 35.225.323.892

3ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

Pelo presente instrumento de Alteração Contratual:

EMERSON RODRIGUES DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, empresário, nascido em 09/08/1989, natural de Cafelândia/SP, portador da Cédula de Identidade RG nº 45.805.616-9 – SSP/SP e CPF nº 377.284.558-42, residente e domiciliado em Campinas/SP, na Rua Doutor Sales de Oliveira, nº. 1760 - Vila Industrial, CEP 13035-270; e,

FRANCISCO APARECIDO DE OLIVEIRA, brasileiro, casado pelo regime de Separação de Bens, empresário, nascido em 03/01/1965, natural de Cafelândia/SP, portador da Cédula de Identidade, RG nº. 20.924.585 – SSP/SP, expedida em 22/07/1987 e CPF nº. 100.935.398-51, residente e domiciliado em Campinas/SP, na Rua Sales de Oliveira, nº. 1760 - Vila Industrial, CEP 13035-270,

Únicos sócios componentes da **SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA** denominada **"LUX'S SERVIÇOS DE MARCENARIA LTDA - ME"** que gira nesta cidade de Campinas, estado de São Paulo com sede na Rua Maria Soares, nº. 200 - Vila Industrial, CEP 13035-390, com contrato social constitutivo arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob **NIRE nº. 35.225.323.892** em 18 de abril de 2011, e inscrita no **CNPJ sob nº. 13.559.499/0001-13**, resolvem de comum e pleno acordo alterar e consolidar o Contrato Social mediante cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA 1ª – Os sócios de comum acordo resolvem abrir uma **FILIAL** na Cidade de **CAFELÂNDIA, Estado de São Paulo na Avenida Piza Sobrinho, nº 221-D, Centro, CEP 16500-000.**

CLÁUSULA 2ª – Os sócios resolvem também alterar o ramo de atividade para: **"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MARCENARIA EM GERAL E COMÉRCIO A VAREJO DE MÓVEIS".**

CLÁUSULA 3ª: A vista das modificações ora ajustadas consolidam-se o contrato social, com a seguinte redação, de acordo com o novo Código Civil (Lei 10.406/2002);

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL

Primeira - A sociedade girará sob a denominação social de **"LUX'S SERVIÇOS DE MARCENARIA LTDA - ME"**, com sede na Rua Maria Soares, nº. 200 - Vila Industrial, CEP 13035-390, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo e FILIAL na Cidade de Cafelândia, Estado de São Paulo na Avenida Piza Sobrinho, Nº 221-D, Centro, CEP 16500-000;

Parágrafo Único - Observadas as disposições da legislação aplicável, a sociedade poderá abrir filiais, sucursais, agencias e escritórios em qualquer parte do território nacional, a critério dos sócios.

Segunda - A sociedade terá por objetivo o ramo de atividade de **"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MARCENARIA EM GERAL E COMÉRCIO A VAREJO DE MÓVEIS";**

Assinado eletronicamente por: ROSANGELA APARECIDA MATTOS FERREGUTTI - 01/11/2017 13:58:50 - 687d763
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=17110113575471300000071917031
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 687d763 - Pág. 1
Número do documento: 17110113575471300000071917031

Terceira - O capital social totalmente integralizado neste ato em moeda corrente do país é de R$ 10.000,00 (dez mil reais), dividido em 10.000 (dez mil) quotas no valor de R$ 1,00 (um real) cada uma, assim subscritas pelos sócios:

SÓCIO	Nº QUOTAS	%	VALOR	
FRANCISCO APARECIDO DE OLIVEIRA	5.000	50	R$	5.000,00
EMERSON RODRIGUES DE OLIVEIRA	5.000	50	R$	5.000,00
TOTAL	10.000	50	R$	5.000,00

Parágrafo único - A responsabilidade de cada sócio nas obrigações assumidas pela sociedade é restrita ao valor de suas quotas no capital social, porém todos respondem solidariamente pela integralização do capital social conforme artigo 1.052 da Lei 10.406/2002;

Quarta - A sociedade tem prazo indeterminado de duração, tendo como seu inicio a data de 18 de abril de 2011;

Quinta - A sociedade será administrada pelo sócio **EMERSON RODRIGUES DE OLIVEIRA** indistintamente e individualmente, e a ele caberá a responsabilidade ou a representação ativa e passiva da sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre no interesse da sociedade, ficando vedado, entretanto, o uso da denominação social em negócios estranhos aos fins sociais.

Parágrafo único - Nos termos do artigo 1.061 da Lei 10.406/2002, fica permitida a alteração deste contrato para nomeação e destituição de administradores não integrantes do quadro de societário, desde que aprovado pelos sócios;

Sexta - Fica facultado aos administradores, nomear procuradores para um período determinado, nunca excedente há um ano, devendo o instrumento de procuração especificar os atos a serem praticados pelos procuradores;

Sétima - Pelo exercício da administração, o dirigente terá direito a uma retirada mensal a titulo de pro labore.

Oitava - As deliberações dos sócios, obedecidos ao disposto no artigo 1010 da Lei 10.406/2002, serão tomadas em reunião, devendo ser convocada pelos administradores.

Nona - Os sócios que representam à maioria do capital social poderão promover a alteração do contrato social, independentemente do consentimento expresso ou tácito, por parte dos demais sócios, especialmente no que tange a exclusão de sócio que passe a colocar em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade.

Décima - O sócio retirante, após quitar todas as suas obrigações com a pessoa jurídica da qual foi integrante, sendo estas decorrentes de seu período de participação na sociedade, fica livre e desembaraçado de quaisquer responsabilidades posteriores a data de averbação de sua saída.

Décima Primeira - O exercício social terminará em 31 de Dezembro de cada ano, quando serão levantados o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras e será efetuada a apuração dos resultados com observância das disposições legais aplicáveis.

Décima Segunda - O falecimento de qualquer um dos sócios não implicará dissolução da sociedade, que prosseguirá com o sócio remanescente, devendo ser pago aos herdeiros do falecido o valor correspondente as suas quotas de capital, e a sua participação nos lucros líquidos apurados ate a data do falecimento, mediante levantamento de balanço geral específico para este fim;

Assinado eletronicamente por: ROSANGELA APARECIDA MATTOS FERREGUTTI - 01/11/2017 13:58:50 - 687d763
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=17110113575471300000071917031
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 687d763 - Pág. 2
Número do documento: 17110113575471300000071917031

Décima Terceira - As quotas de capital da sociedade não poderão ser alienadas a terceiros, estranhos ao quadro social sem o prévio consentimento dos demais sócios, aos quais fica assegurada a preferência na aquisição, em igualdade de condições, devendo o sócio retirante oferecer aos demais sócios, sempre por escrito, em correspondência dirigida a cada sócio da qual constem as condições da alienação, para que estes se manifestem sobre o exercício prazo de trinta dias.

Parágrafo único - Findo o prazo de 30 (trinta) dias para o exercício da preferência sem que os sócios tenham se manifestado ou se houver sobras, as quotas poderão ser cedidas ou alienadas a terceiros.

Décima Quarta - O sócio que desejar retirar-se da sociedade deverá notificar os demais, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias e seus haveres lhes serão pagos, após o levantamento geral da sociedade especifico para este fim, em 24 (vinte e quatro) prestações mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data de retirada do sócio.

Décima Quinta - A regência supletiva da sociedade limitada dar-se-á pelas normas regimentais da Sociedade Anônima, Lei 6.404/76.

Décima Sexta - Segunda remissão determinada pelo artigo 1.054 da Lei 10.406/2002 ao artigo 997 da mesma legislação fica expressa que os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

Décima Sétima - Fica eleito o foro desta comarca de Campinas – SP, para qualquer ação fundada neste contrato, com exclusão expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Décima Oitava - Os sócios declaram sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob efeitos dela, ou sob pena que ainda que temporariamente, vede o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peitas ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé publica, ou a propriedade.

E por estarem de pleno acordo, assinam o presente instrumento de Contrato Social em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas abaixo nomeadas, que também assinam, para que produza todos os efeitos de direito.

Campinas, 01 de fevereiro de 2014.

EMERSON RODRIGUES DE OLIVEIRA

FRANCISCO APARECIDO DE OLIVEIRA

TESTEMUNHAS:

REGINA CÉLIA DE OLIVEIRA
RG. 14.467.184-0 - SSP/SP

BIANCA HELENA BERNARDO
RG. 40.816.245-4 – SSP/SP

Assinado eletronicamente por: ROSANGELA APARECIDA MATTOS FERREGUTTI - 01/11/2017 13:58:50 - 687d763
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=17110113575471300000071917031
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 687d763 - Pág. 3
Número do documento: 17110113575471300000071917031

pelo instrumento de procuração, nomeia(m) e constitui(em) pessoa(s) bastante (s) procuradora a Advogada **ROSANGELA AP. MATTOS FERREGUTTI**, brasileira, inscrita no OAB/SP sob no.99.230, e **APARECIDA DO CARMO ROMANO**, inscrita na OAB/SP no. 268.869, com escritório na Avenida Mirassol, no. 226- bairro Vila Joaquim Inácio, nesta cidade e comarca de Campinas/SP, com endereço eletrônico, EMAIL dra_rosangela_mattos@hotmail.com. a quem confere(m) amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula ad judicia, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as Ações competentes e defendê-lo(s) nas contrárias, seguindo uma as outras, até final decisão, usando os Recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe(s) ainda, poderes especiais para confessar, desistir, transferir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitações, agindo em conjunto ou separadamente, podendo ainda, substabelecer esta a outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando por bom, firme e valioso, especialmente para representa-lo(a) e defendê-lo(a), especialmente e exclusivamente para a

Campinas, 27 de outubro de 2017.

Assinado eletronicamente por: ROSANGELA APARECIDA MATTOS FERREGUTTI - 01/11/2017 13:58:50 - 687d763
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=17110113575471300000071917031
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 687d763 - Pág. 4
Número do documento: 17110113575471300000071917031

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

Justiça do Trabalho - 15ª Região

3ª Vara do Trabalho de Campinas

0010782-36.2016.5.15.0043

MANDADO DE PESQUISAS BÁSICAS

Reclamada(s): RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME e outros (2) - **CNPJ/CPF: EMERSON RODRIGUES DE OLIVEIRA CPF: 377.284.558-42, FRANCISCO APARECIDO DE OLIVEIRA CPF: 100.935.398-51**, **LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME CNPJ: 13.559.499/0001-13**

LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME
AVENIDA PIZA SOBRINHO, 225, CENTRO, CAFELANDIA - SP - CEP: 16500-000

EMERSON RODRIGUES DE OLIVEIRA
IBRAIN ADDAD, 74, CAPELA, VINHEDO - SP - CEP: 13280-000

FRANCISCO APARECIDO DE OLIVEIRA
MIGUEL JERONIMO GUERREIRO, 338, CASA B, JD ALTO CAFEZAL, CAFELANDIA - SP - CEP: 16500-000

Houve desconsideração da personalidade jurídica e incluídos o(s) seguinte(s) sócios, nas respectivas datas

Em 09/10/2017

EMERSON RODRIGUES DE OLIVEIRA CPF: 377.284.558-42, FRANCISCO APARECIDO DE OLIVEIRA CPF: 100.935.398-51

Reclamante(s): FLAVIO HENRIQUE DA SILVA, CPF: 227.265.768-00

Valor do débito: R$ 31.676,35 , atualizado para 01/06/2017

Justiça Gratuida concedida: (x) sim, em 11/11/2016, ID ce4ff09

Data da propositura da ação: 20/04/2016

De ordem do(a) MM. Juiz (a) do Trabalho, MARINA DE SIQUEIRA FERREIRA ZERBINATTI, prossiga-se, por meio deste **M ANDADO DE PENHORA E AVALIAÇÃO**, que deverá ser cumprido por um dos oficiais de justiça avaliadores,na forma do Provimento GP-CR 05/2015, o qual deverá utilizar as ferramentas RENAJUD, INFOJUD, ARISP, além de quaisquer outras ferramentas criadas para serem usadas na execução, observados os convênios firmados por este E. TRT, visando a penhora de bens, tantos quantos bastem para a garantia da dívida.

Sendo localizado(s) veículo(s) deverá ser observada a parametrização local quanto à restrição a ser lançada.Eventualpenhora e avaliação deverá registrá-la no RENAJUD.

Sendo localizado imóvel penhorável em nome do executado, a penhora deverá ser efetuada e imediatamente registrada no Arisp. Se imóvel localizado na própria jurisdição procederá à avaliação e as intimações necessárias. Na hipótese de ser localizado em out ra jurisdição, deverá ser emitido termo de penhora.

Poderá, nos termos da parametrização local, o Oficial de Justiça, ainda, dirigir-se ao endereço da executada à procura de bens para satisfação da execução.

Autoriza-se, desde logo, que o Oficial de Justiça Avaliador se valha das prerrogativas previstas nos artigos 212, 249, 252, 253, 846 e 846 §2º do CPC, requisitando força, com a mera apresentação deste à Autoridade Policial. Deverá o Oficial de Justiça proceder a todas as diligências necessárias para o fiel cumprimento do presente Mandado, efetivando a penhora, se necessário for, onde quer que se encontrem os bens (art. 845 do CPC), independente de nova ordem ou mandado.

Determina-se a utilização do banco de dados existente na extranet/jurídico/execuções, especialmente para registro de bens constritos e/ouexpedição decertidão deexecução frustrada, com a consequente informação deinsolvência do devedor.

Cumpra-se**-**

Esta é assinada pelo servidor SIMONE TERCEIRO E BARRETO, de ordem do MM. Juiz do Trabalho, nos termos do artigo 250, inciso VI do CPC.

CAMPINAS , 5 de Dezembro de 2017 .

EXMO. SR. DR. JUIZ PRESIDENTE DA MM. 3A. VARA DO TRABALHO DA COMARCA DE CAMPINAS/SP.

PROCESSO 0010782-36.2016.5.15.0043

LUX'S SERVIÇOS DE MARCENARIA LTDA.,

na pessoa de seu representante legal, ja qualificado nos autos da ação e processo em epigrafe em tramite perante a esse ilustre Juízo e cartório, por sua advogada e procuradora signatária, vem à presença de V. Exa., a fim de requerer AUDIÊNCIA CONCILIATÓRIA, a fim de tentar por fim no litígio.

Termos em que,
pede e espera deferimento.

Campinas, 06 de dezembro de 2017.

ROSANGELA AP. MATTOS

OAB/SP 99.230

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

PROCESSO: RTSum 0010782-36.2016.5.15.0043
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME, EMERSON RODRIGUES DE OLIVEIRA, FRANCISCO APARECIDO DE OLIVEIRA

ID do mandado: 8140299
Destinatário: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME.

CERTIDÃO DE OFICIAL DE JUSTIÇA

Certifico para os devidos fins que, compulsando o r. mandado, verifiquei tratar-se de ordem expedida por Juízo de outra jurisdição nos moldes do Provimento GP-CR 05/2015, determinando ao Oficial de Justiça deprecado que efetue pesquisa patrimonial e, em seguida, penhore eventuais bens encontrados em nome do executado.

Entretanto, de acordo com o teor do artigo 1º, XVI, do referido Provimento, reproduzido a seguir, tais medidas devem ser efetivadas pelo deprecante, cabendo ao deprecado realizar as diligências acessórias.

"*no âmbito da 15ª Região, a unidade de origem deverá, obrigatoriamente, promover todas as pesquisas, localizar os devedores e realizar as penhoras. A ordem a ser deprecada à outra unidade deste regional deve ser encaminhada por mandado, via malote digital ou PJe, e restringir-se, na execução, a diligências acessórias, tais como a intimação pessoal de executados ou terceiros interessados, a remoção ou avaliação de bens etc, ou seja, não será permitido que a execução, integralmente, seja deprecada, mas apenas os atos para aperfeiçoamento da constrição. Deverá ser devolvida à origem a carta precatória recebida em dissonância com esta normatização*".

Ante o exposto, por ora, suspendi o cumprimento da diligência para devolver o expediente à origem e aguardar novas determinações.

Nada mais.

CAMPINAS, 12 de Dezembro de 2017

LUIZ AUGUSTO GANDRA
Oficial de Justiça Avaliador Federal

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

Justiça do Trabalho - 15ª Região

3ª Vara do Trabalho de Campinas

0010782-36.2016.5.15.0043

MANDADO DE PESQUISAS BÁSICAS

Reclamada(s): RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME e outros (2) - **CNPJ/CPF: EMERSON RODRIGUES DE OLIVEIRA CPF: 377.284.558-42, FRANCISCO APARECIDO DE OLIVEIRA CPF: 100.935.398-51**, **LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME CNPJ: 13.559.499/0001-13**

LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME
AVENIDA PIZA SOBRINHO, 225, CENTRO, CAFELANDIA - SP - CEP: 16500-000

EMERSON RODRIGUES DE OLIVEIRA
IBRAIN ADDAD, 74, CAPELA, VINHEDO - SP - CEP: 13280-000

FRANCISCO APARECIDO DE OLIVEIRA
MIGUEL JERONIMO GUERREIRO, 338, CASA B, JD ALTO CAFEZAL, CAFELANDIA - SP - CEP: 16500-000

Houve desconsideração da personalidade jurídica e incluídos o(s) seguinte(s) sócios, nas respectivas datas

Em 09/10/2017

EMERSON RODRIGUES DE OLIVEIRA CPF: 377.284.558-42, FRANCISCO APARECIDO DE OLIVEIRA CPF: 100.935.398-51

Reclamante(s): FLAVIO HENRIQUE DA SILVA, CPF: 227.265.768-00

Valor do débito: R$ 31.676,35 , atualizado para 01/06/2017

Justiça Gratuida concedida: (x) sim, em 11/11/2016, ID ce4ff09

Data da propositura da ação: 20/04/2016

De ordem do(a) MM. Juiz (a) do Trabalho, MARINA DE SIQUEIRA FERREIRA ZERBINATTI, prossiga-se, por meio deste **M ANDADO DE PENHORA E AVALIAÇÃO**, que deverá ser cumprido por um dos oficiais de justiça avaliadores,na forma do Provimento GP-CR 05/2015, o qual deverá utilizar as ferramentas RENAJUD, INFOJUD, ARISP, além de quaisquer outras ferramentas criadas para serem usadas na execução, observados os convênios firmados por este E. TRT, visando a penhora de bens, tantos quantos bastem para a garantia da dívida.

Sendo localizado(s) veículo(s) deverá ser observada a parametrização local quanto à restrição a ser lançada.Eventualpenhora e avaliação deverá registrá-la no RENAJUD.

Sendo localizado imóvel penhorável em nome do executado, a penhora deverá ser efetuada e imediatamente registrada no Arisp. Se imóvel localizado na própria jurisdição procederá à avaliação e as intimações necessárias. Na hipótese de ser localizado em out ra jurisdição, deverá ser emitido termo de penhora.

Poderá, nos termos da parametrização local, o Oficial de Justiça, ainda, dirigir-se ao endereço da executada à procura de bens para satisfação da execução.

Autoriza-se, desde logo, que o Oficial de Justiça Avaliador se valha das prerrogativas previstas nos artigos 212, 249, 252, 253, 846 e 846 §2º do CPC, requisitando força, com a mera apresentação deste à Autoridade Policial. Deverá o Oficial de Justiça proceder a todas as diligências necessárias para o fiel cumprimento do presente Mandado, efetivando a penhora, se necessário for, onde quer que se encontrem os bens (art. 845 do CPC), independente de nova ordem ou mandado.

Determina-se a utilização do banco de dados existente na extranet/jurídico/execuções, especialmente para registro de bens constritos e/ouexpedição decertidão deexecução frustrada, com a consequente informação deinsolvência do devedor.

Cumpra-se

Esta é assinada pelo servidor SIMONE TERCEIRO E BARRETO, de ordem do MM. Juiz do Trabalho, nos termos do artigo 250, inciso VI do CPC.

CAMPINAS , 11 de Janeiro de 2018 .

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª Vara do Trabalho de Campinas

Processo: 0010782-36.2016.5.15.0043

AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME e outros (2)

GAB/sf

D E S P A C H O

Vistos,

Regularizem os executados a representação processual, no prazo de quinze dias.

Considerando o dever do Juiz de zelar por uma célere solução do processo, assim como de promover esforços no sentido de conciliar as partes, **e ainda o pedido de conciliação formulado pela executada**, **designo audiência de tentativa de conciliação para o dia 21/02/2018 às 14:05 horas, Mesa 5, que será mediada por Servidor e supervisionada por Magistrado, no CEJUSC-JT 1º GRAU, SITUADO NA AVENIDA JOSÉ DE SOUZA CAMPOS, 422, BAIRRO NOVA CAMPINAS, COBERTURA DO FÓRUM TRABALHISTA DE CAMPINAS/SP.**

O comparecimento das partes e advogados é imprescindível, tanto para a tentativa de conciliação como para encaminhamentos que visem a efetividade e o trâmite do processo em tempo razoável, como preconizado pelo artigo 5º, inciso LXXVII da Constituição da República.

A ausência injustificada das partes poderá implicar na imposição de multa, na forma do artigo 774 do CPC c/c 769 da CLT, assim como nos termos dos artigos 23 da Resolução Administrativa 12/2014 e 17 da Resolução 04/2017, ambas do TRT15ª Região.

Caso haja condenação em anotação/retificação de CTPS o reclamante deverá trazê-la na audiência para que a reclamada possa cumprir a obrigação de fazer.

Ficam as partes cientes que em caso de insucesso, serão praticados atos processuais, ficando as mesmas cientes de que os atos praticados na audiência serão considerados publicados na mesma ocasião, não havendo nova intimação ou citação a respeito (CLT, art. 834 e TST, Súmula 197).

Intimem-se as partes, ficando a devedora cientificada de que, na data supra, deverá se fazer presente por meio de seu representante legal ou de preposto com poderes para transigir e receber citação.

Campinas, 12 de janeiro de 2018

ANA FLÁVIA DE MORAES GARCIA CUESTA

Juíza do Trabalho

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª Vara do Trabalho de Campinas

Processo: 0010782-36.2016.5.15.0043

AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME e outros (2)

GAB/sf

D E S P A C H O

Vistos,

Regularizem os executados a representação processual, no prazo de quinze dias.

Considerando o dever do Juiz de zelar por uma célere solução do processo, assim como de promover esforços no sentido de conciliar as partes, **e ainda o pedido de conciliação formulado pela executada**, **designo audiência de tentativa de conciliação para o dia 21/02/2018 às 14:05 horas, Mesa 5, que será mediada por Servidor e supervisionada por Magistrado, no CEJUSC-JT 1º GRAU, SITUADO NA AVENIDA JOSÉ DE SOUZA CAMPOS, 422, BAIRRO NOVA CAMPINAS, COBERTURA DO FÓRUM TRABALHISTA DE CAMPINAS/SP.**

O comparecimento das partes e advogados é imprescindível, tanto para a tentativa de conciliação como para encaminhamentos que visem a efetividade e o trâmite do processo em tempo razoável, como preconizado pelo artigo 5º, inciso LXXVII da Constituição da República.

A ausência injustificada das partes poderá implicar na imposição de multa, na forma do artigo 774 do CPC c/c 769 da CLT, assim como nos termos dos artigos 23 da Resolução Administrativa 12/2014 e 17 da Resolução 04/2017, ambas do TRT15ª Região.

Caso haja condenação em anotação/retificação de CTPS o reclamante deverá trazê-la na audiência para que a reclamada possa cumprir a obrigação de fazer.

Ficam as partes cientes que em caso de insucesso, serão praticados atos processuais, ficando as mesmas cientes de que os atos praticados na audiência serão considerados publicados na mesma ocasião, não havendo nova intimação ou citação a respeito (CLT, art. 834 e TST, Súmula 197).

Intimem-se as partes, ficando a devedora cientificada de que, na data supra, deverá se fazer presente por meio de seu representante legal ou de preposto com poderes para transigir e receber citação.

Campinas, 12 de janeiro de 2018

ANA FLÁVIA DE MORAES GARCIA CUESTA

Juíza do Trabalho

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

PROCESSO: RTSum 0010782-36.2016.5.15.0043
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME, EMERSON RODRIGUES DE OLIVEIRA, FRANCISCO APARECIDO DE OLIVEIRA

ID do mandado: 1baa366
Destinatário: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME.

CERTIDÃO DE OFICIAL DE JUSTIÇA

Certifico para os devidos fins que, compulsando o r. mandado, verifiquei tratar-se de ordem expedida por Juízo de outra jurisdição nos moldes do Provimento GP-CR 05/2015, determinando ao Oficial de Justiça deprecado que efetue pesquisa patrimonial e, em seguida, penhore eventuais bens encontrados em nome do executado.

Entretanto, de acordo com o teor do artigo 1º, XVI, do referido Provimento, reproduzido a seguir, tais medidas devem ser efetivadas pelo deprecante, cabendo ao deprecado realizar as diligências acessórias.

"no âmbito da 15ª Região, a unidade de origem deverá, obrigatoriamente, promover todas as pesquisas, localizar os devedores e realizar as penhoras. A ordem a ser deprecada à outra unidade deste regional deve ser encaminhada por mandado, via malote digital ou PJe, e restringir-se, na execução, a diligências acessórias, tais como a intimação pessoal de executados ou terceiros interessados, a remoção ou avaliação de bens etc, ou seja, não será permitido que a execução, integralmente, seja deprecada, mas apenas os atos para aperfeiçoamento da constrição. Deverá ser devolvida à origem a carta precatória recebida em dissonância com esta normatização".

Ante o exposto, por ora, suspendi o cumprimento da diligência para devolver o expediente à origem e aguardar novas determinações.

Nada mais.

CAMPINAS, 18 de Janeiro de 2018

FERNANDA CAROLINA TORRES
Oficial de Justiça Avaliador Federal

Processo n. 0010782-36.2016.5.15.0043

3ªVara do Trabalho DE CAMPINAS

AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA - CPF: 227.265.768-00

ADVOGADO: SIMONE DE MORAES SOUZA - OAB: SP313589

RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME - CNPJ: 13.559.499/0001-13

ADVOGADO: ROSANGELA APARECIDA MATTOS FERREGUTTI - OAB: SP99230

RÉU: EMERSON RODRIGUES DE OLIVEIRA - CPF: 377.284.558-42

ADVOGADO: ROSANGELA APARECIDA MATTOS FERREGUTTI - OAB: SP99230

RÉU: FRANCISCO APARECIDO DE OLIVEIRA - CPF: 100.935.398-51

ADVOGADO: ROSANGELA APARECIDA MATTOS FERREGUTTI - OAB: SP99230

Fase do Processo: Execução

Modalidade: Eletrônico (PJe/Migrado)

Em 21/02/2018, no CEJUSC-JT-1º GRAU - CAMPINAS, situado à Avenida José de Souza Campos, nº 422, cobertura do Fórum Trabalhista de Campinas, sob a responsabilidade do(a) Exmo/a. Juiz (a) Dr.(a) Ana Cláudia Torres Vianna, ora atuando como mediador(es), Davi de Matos Cardoso Araújo, Mediador(a)/Servidor(a), ocorre a presente audiência de mediação e tentativa de conciliação e encaminhamento do feito.

Presente a(s) parte(s) reclamante(s)/exequente(s) e presente seu(sua) advogado(a) Dr.(a) DIOGENES ELEUTERIO DE SOUZA OAB148496SP.

Presente a primeira parte reclamada/executada, representada por EMERSON RODRIGUES DE OLIVEIRA (sócio/preposto/proprietário“a”), RG/CPF: 377.284.558-42, acompanhado de seu(sua) advogado(a) Dr.(a) ROSANGELA APARECIDA MATTOS FERREGUTTI, OAB n.99230.

Presente a segunda parte reclamada/executada, Sr. EMERSON RODRIGUES DE OLIVEIRA (sócio/preposto/proprietário“a”), RG/CPF: 377.284.558-42, acompanhado de seu(sua) advogado(a) Dr. (a) ROSANGELA APARECIDA MATTOS FERREGUTTI, OAB n.99230.

Ausente a terceira parte reclamada/executada, representada por EMERSON RODRIGUES DE OLIVEIRA (sócio/preposto/proprietário“a”), RG/CPF: 377.284.558-42, acompanhado de seu(sua) advogado(a) Dr.(a) ROSANGELA APARECIDA MATTOS FERREGUTTI, OAB n.99230.

CONCILIADOS

Após esclarecimentos e ampla negociação com a mediação do servidor qualificado acima, as partes celebram o seguinte acordo, que submetem à homologação:

A parte reclamada pagará à parte reclamante a importância LÍQUIDA TOTAL de R$31.000,00 (trinta e um mil reais), sendo da seguinte forma:

I) o valor de R$13.000,00, em 13 parcelas mensais e sucessivas de R$1.000,00, sendo a primeira para o dia 21/03/2018 e as demais, cada uma, vencível em todo dia 25 ou no primeiro dia imediato quando este recair em sábado, domingo ou feriado, iniciando-se no mês de Abril de 2018 e as demais em cada mês subsequente, através de depósito bancário na conta-corrente do patrono do autor, cujos dados informa neste momento à ré.

I) o valor de R$18.000,00, em 09 parcelas mensais e sucessivas de R$2.000,00, cada uma, vencíveis em todo dia 25 ou no primeiro dia imediato quando este recair em sábado, domingo ou feriado, iniciando-se no mês de Abril de 2019 e as demais em cada mês subsequente, através de depósito bancário na conta-corrente do patrono do autor, cujos dados informa neste momento à ré.

QUITAÇÃO

A parte reclamante, uma vez cumpridas as obrigações avençadas, dá plena e geral quitação quanto ao objeto do presente processo e eventuais direitos oriundos do extinto contrato de trabalho ou da extinta relação jurídica havida entre as partes, tendo plena ciência da quitação ofertada e dos efeitos daí advindos.

MULTA

Em caso de inadimplência ou atraso nas parcelas a parte reclamada responderá pelo pagamento de multa no importe de 50% sobre o valor inadimplido (saldo remanescente do acordo), com vencimento antecipado das parcelas vincendas.

HOMOLOGAÇÃO

Homologa-se acordo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

DISCRIMINAÇÃO DE VERBAS

A discriminação das parcelas será apresentada pela parte reclamada, no prazo de 15 dias, observando-se a natureza jurídica e proporcionalidade com as parcelas deferidas na r. decisão transitada em julgado (OJ. 376, SDI-1, C. TST).

CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Contribuições previdenciárias e fiscais, deverão ser comprovadas nos autos, se houver, 45 dias após o vencimento da obrigação relativa a última parcela, sob pena de execução. No mesmo prazo, deverá a parte reclamada comprovar nos autos, sob pena de preclusão, sua eventual opção pelo SIMPLES.

IMPOSTO DE RENDA

Deverá a parte reclamada, no prazo de 10 (dez) dias após o vencimento da última parcela, comprovar o recolhimento da parcela correspondente ao imposto de renda, se cabível, nos termos das Instruções Normativas n.º 1500/2014, com as pertinentes alterações, e 1127/2010, ambas da Secretaria da Receita Federal e da Orientação Jurisprudencial 400 da SDI-1, do C. TST, sob pena de expedição de ofício à Receita Federal.

CASO NÃO PAGAMENTO

Decorridos 05 (cinco) dias após o vencimento da última parcela sem que haja qualquer provocação da parte demandante e nada mais havendo, serão os autos remetidos ao arquivo.

No inadimplemento da obrigação fica a parte reclamada ciente de que não será novamente intimada/citada para o pagamento do débito, tendo em vista que conhece o valor a ser quitado. Será presumida a sua insolvência; serão inseridos os seus sócios no polo passivo da lide, independentemente de nova ciência, bem como a consequente inserção de seus nomes no BNDT. Serão, igualmente, realizados todos os demais atos necessários à efetiva constrição de bens, reprise-se, independentemente de nova ordem ou despacho, porque de todas as consequências de seu inadimplemento a devedora está ciente e com elas concorda.

Responderá a parte reclamante, nos autos desse próprio processo, pelos prejuízos que causar à parte reclamada, em razão da execução das medidas em comento, na hipótese de noticiar incorretamente o descumprimento do acordo.

CUSTAS

Custas já fixadas ficam a cargo da parte reclamada, que deverá comprovar o recolhimento no prazo de 60 dias, após o vencimento da última parcela do acordo.

HONORÁRIOS PERICIAIS

Honorários periciais contábeis ora arbitrados no importe de R$1.500,00, a cargo da parte reclamada, que efetuará o pagamento em 90 dias, após o vencimento da última parcela do acordo. Cumprido, libere-se ao Sr. Expert.

Desnecessária a intimação da União em face do valor das contribuições previdenciárias ser inferior a R$ 20.000,00, nos termos da Portaria nº 582/2013 do Ministério da Fazenda.

Após o cumprimento da avença, reputo extinta a execução, com fulcro no inciso II do art. 924 do Código de Processo Civil.

A reclamada requer expedição de OFÍCIO junto às agências bancárias do BANCO SANT ANDER e BANCO BRADESCO para desbloqueio das suas contas. À vara para expedição de ofício.

Desnecessária a expedição de OFÍCIO supracitada, uma vez que a instituição bancária havendo BACEN negativo não renova o procedimento.

Decorridos os prazos supra e nada mais havendo, arquivem-se.

Cientes os presentes.

Prestação Jurisdicional entregue.

Ana Cláudia Torres Vianna

Juiz(a) do Trabalho

Davi de Matos Cardoso Araújo

Mediador(a)/Servidor(a)

PARTE(S) RECLAMANTE(S)

ADVOGADO(S) PARTE(S) RECLAMANTE(S)

PARTE(S) RECLAMADA(S)

ADVOGADO(S) PARTE(S) RECLAMADA(S)

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DO TRABALHO DA MM. ª 03.ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS – ESTADO DE SÃO PAULO.

PROC. Nº 0010782-36.2016.5.15.0043

FLÁVIO HENRIQUE DA SILVA, já devidamente qualificado nos autos da presente **RECLAMAÇÃO TRABALHISTA,** que move em face de **LUX'S SERVIÇOS DE MARCENARIA LTDA. E OUTROS,** processo n.º em epígrafe, em tramitação perante essa MM. Vara, por meio de sua advogada infra-assinada, vem, respeitosamente, a presença de Vossa Excelência, informar sobre o **DESCUMPRIMENTO DO ACORDO PELA RECLAMADA**, e o faz nos seguintes termos:

As partes se compuseram no dia **21/02/2018**, como deixa certo a ata de audiência anexa, ficando acordado que a Reclamada pagaria ao Reclamante a importância líquida e total de **R$ 31.000,00 (Trinta e um mil reais) em 13 parcelas mensais e sucessivas de R$ 1.000,00 (Um mil reais), a começar no dia 21/03/2018**, **e o restante no valor de R$ 18.000,00 (Dezoito mil reais), em 09 parcelas mensais e sucessivas de R$ 2.000,00 (Dois mil reais)** iniciando-se no mês de abril de 2019.

Ocorre que, sequer houve o pagamento da primeira parcela, vencida no dia **21/03/2018**, caracterizando o descumprimento do acordo por parte da Reclamada.

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 03/04/2018 15:58:01 - c3e258d
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18040315540971400000081347233
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. c3e258d - Pág. 1
Número do documento: 18040315540971400000081347233

No acordo supracitado restou consignado que:

> ***"Em caso de inadimplência ou atraso nas parcelas a parte Reclamada responderá pelo pagamento de multa no importe de 50% sobre o valor inadimplido (saldo remanescente do acordo), com vencimento antecipado das parcelas vincendas."***

Assim, diante do inadimplemento por parte da Reclamada é devido o **vencimento antecipado de todas as 22 (vinte e duas)** parcelas do acordo e a incidência de **multa de 50%** sobre o saldo total remanescente, perfazendo o montante de **R$ 46.500,00 (Quarenta e seis mil e quinhentos reais),** devidamente atualizado, conforme demonstrativo de débito em anexo.

Diante do exposto, requer a inserção da empresa e seus sócios no BNDT (Banco Nacional de Devedores Trabalhista), sem prejuízo da realização de todos os atos necessários à efetiva constrição de bens, tais como, BACENJUD, RENAJUD e ARISP.

Requer ainda, seja o valor do débito levado a protesto em nome das pessoas físicas dos sócios com a devida expedição de ofício ao Sr. Oficial do Cartório de Protesto para que proceda ao competente registro, ou para fins de celeridade processual, seja esta patrona autorizada a desentranhar o ofício para, pessoalmente, protocolar junto ao Cartório de Protesto.

É, pois o que fica aqui respeitosamente requerido.

Campinas – SP, 03 de abril de 2018.

SIMONE DE MORAES SOUZA
OAB/SP 313.589

GUILHERME GASBARRO NORIEGA
ESTAGIÁRIO – CPF 477.214.378-57

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 03/04/2018 15:58:01 - c3e258d
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18040315540971400000081347233
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. c3e258d - Pág. 2
Número do documento: 18040315540971400000081347233

PLANILHA DE DÉBITOS

PARCELAS DEVIDAS	DATA	VALOR DA PARCELA	MULTA DE 50%	TOTAL
1	21/03/2018	R$ 1.000,00	R$ 500,00	R$ 1.500,00
2	25/04/2018	R$ 1.000,00	R$ 500,00	R$ 1.500,00
3	25/05/2018	R$ 1.000,00	R$ 500,00	R$ 1.500,00
4	25/06/2018	R$ 1.000,00	R$ 500,00	R$ 1.500,00
5	25/07/2018	R$ 1.000,00	R$ 500,00	R$ 1.500,00
6	25/08/2018	R$ 1.000,00	R$ 500,00	R$ 1.500,00
7	25/09/2018	R$ 1.000,00	R$ 500,00	R$ 1.500,00
8	25/10/2018	R$ 1.000,00	R$ 500,00	R$ 1.500,00
9	25/11/2018	R$ 1.000,00	R$ 500,00	R$ 1.500,00
10	25/12/2018	R$ 1.000,00	R$ 500,00	R$ 1.500,00
11	25/01/2019	R$ 1.000,00	R$ 500,00	R$ 1.500,00
12	25/02/2019	R$ 1.000,00	R$ 500,00	R$ 1.500,00
13	25/03/2019	R$ 1.000,00	R$ 500,00	R$ 1.500,00
14	25/04/2019	R$ 2.000,00	R$ 1.000,00	R$ 3.000,00
15	25/05/2019	R$ 2.000,00	R$ 1.000,00	R$ 3.000,00
16	25/06/2019	R$ 2.000,00	R$ 1.000,00	R$ 3.000,00
17	25/07/2019	R$ 2.000,00	R$ 1.000,00	R$ 3.000,00
18	25/08/2019	R$ 2.000,00	R$ 1.000,00	R$ 3.000,00
19	25/09/2019	R$ 2.000,00	R$ 1.000,00	R$ 3.000,00
20	25/10/2019	R$ 2.000,00	R$ 1.000,00	R$ 3.000,00
21	25/11/2019	R$ 2.000,00	R$ 1.000,00	R$ 3.000,00

VALOR DA MULTA DE 50% **R$ 15.500,00**

VALOR TOTAL ATUALIZADO **R$ 46.500,00**

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª Vara do Trabalho de Campinas

Processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME e outros (2)

D E S P A C H O

Intime-se a reclamada para manifestação quanto à notícia de descumprimento do acordo homologado, ocasião em que deverá comprovar nos autos os depósitos das parcelas vencidas, sob pena de execução direta.

Em 6 de Abril de 2018.

Juiz(íza) do Trabalho

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª Vara do Trabalho de Campinas

Processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME e outros (2)

D E S P A C H O

Intime-se a reclamada para manifestação quanto à notícia de descumprimento do acordo homologado, ocasião em que deverá comprovar nos autos os depósitos das parcelas vencidas, sob pena de execução direta.

Em 6 de Abril de 2018.

Juiz(íza) do Trabalho

EXMO SR DR JUIZ DO TRABALHO DA VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS /SP

PROCESSO No 0010782-36.2016.5.15.0043

FLÁVIO HENRIQUE DA SILVA, já devidamente qualificado nos autos da presente **RECL AMAÇÃO TRABALHISTA,** processo no em epígrafe, que move contra **LUX'S SERVIÇOS DE MARCENARIA LTDA - ME**, por sua advogada constituída, vem à presença de VExa, expor e ao final requerer:

1. No caso, o Reclamado foi intimado a manifestar-se acerca do acordo inadimplido, porém não se manifestou e sequer comprovou nos autos os depósitos das parcelas vencidas.

2. Conforme homologação do acordo firmado entre as partes, restou consignado que em caso de inadimplência ou atraso nas parcelas, a parte reclamada responderá pelo pagamento de multa no importe de 50% sobre o valor inadimplido (saldo remanescente do acordo), com vencimento antecipado das parcelas vincendas.

3. Diante do exposto, resulta que o valor atual da execução perfaz o montante de R$ 46.500,00 (quarenta e seis mil e quinhentos reais). Portanto, vem à presença de VExa reiterar os pedidos realizados em fls *"Id c3e258d"*, quais sejam :

- inserção da empresa e seus sócios no BNDT (Banco Nacional de Devedores Trabalhista);

- seja o valor do débito levado a protesto em nome da pessoa física dos sócios com a devida expedição de ofício ao Sr. Oficial do Cartório de Protesto para que proceda ao competente registro, ou para fins de celeridade processual, seja esta patrona autorizada a desentranhar o ofício para, pessoalmente, protocolar junto ao Cartório de Protesto;

- seja realizado todos os atos necessários à efetiva constrição de bens **em nome da empresa e de seus sócios**, tais como, BACENJUD, RENAJUD e ARISP;

É pois, o que fica requerido.

Termos em que

Pede deferimento.

Campinas - SP, 08/05/2018.

SIMONE DE MORAES SOUZA

OAB/SP 313.589

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª Vara do Trabalho de Campinas

Avenida José de Souza Campos, 422, Nova Campinas, CAMPINAS - SP - CEP: 13092-123
TEL.: (19) 32327997 - EMAIL: saj.3vt.campinas@trt15.jus.br

PROCESSO: 0010782-36.2016.5.15.0043
CLASSE: AÇÃO TRABALHISTA - RITO SUMARÍSSIMO (1125)

AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME e outros (2)

lsp

DECISÃO PJe-JT

Diante do silêncio das executadas e considerando o inadimplemento do acordo entabulado entre as partes, incluam-se os devedores no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas e prossiga-se pela penhora on-line dos ativos financeiros existentes nas contas dos executados, por meio do sistema Bacen Jud.

Restando infrutífera a diligência junto ao BACEN JUD, expeça-se mandado para pesquisa utilizando os demais convênios disponíveis, nos termos do Provimento GP-CR N 05/2015.

CAMPINAS, 29 de Maio de 2018.

JUIZ(ÍZA) DO TRABALHO

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
3ª Vara do Trabalho de Campinas
Avenida José de Souza Campos, 422, Nova Campinas, CAMPINAS - SP - CEP: 13092-123
TEL.: (19) 32327997 - EMAIL: saj.3vt.campinas@trt15.jus.br

Processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME, EMERSON RODRIGUES DE OLIVEIRA, FRANCISCO APARECIDO DE OLIVEIRA

CERTIDÃO PJe-JT

Certifico para os devidos fins a juntada da pesquisa BACENJUD.

CAMPINAS, 31 de Julho de 2018.

SIMONE TERCEIRO E BARRETO

BANCO CENTRAL DO BRASIL

BacenJud 2.0 - Sistema de Atendimento ao Poder Judiciário

EJUBB.CUESTA
terça-feira, 31/07/2018

Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores

Os valores apresentados podem sofrer alterações devido a oscilações em aplicações financeiras e/ou a incidência de impostos.

Clique **aqui** para obter ajuda na configuração da impressão, e clique **aqui** para imprimir.

Dados do bloqueio	
Situação da Solicitação:	**Respostas recebidas, processadas e disponibilizadas para consulta** As respostas recebidas das Instituições Financeiras foram processadas e disponibilizadas para consulta.
Número do Protocolo:	20180004465770
Número do Processo:	0010782-36.2016.5.15.0043
Tribunal:	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A. REGIAO
Vara/Juízo:	961 - 3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
Juiz Solicitante do Bloqueio:	Ana Flavia de Moraes Garcia Cuesta
Tipo/Natureza da Ação:	Ação Trabalhista
CPF/CNPJ do Autor/Exeqüente da Ação:	
Nome do Autor/Exeqüente da Ação:	FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
Deseja bloquear conta-salário?	Não

Relação de réus/executados

- Para exibir os detalhes de todos os réus/executados **clique aqui**.
- Para ocultar os detalhes de todos os réus/executados **clique aqui**.

100.935.398-51 - FRANCISCO APARECIDO DE OLIVEIRA
[**Total bloqueado (bloqueio original e reiterações)**: R$ 0,00] [**Quantidade atual de não respostas**: 0]

Respostas

BCO BRADESCO/ Todas as Agências / Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
17/07/2018 13:04	Bloq. Valor	Ana Flavia de Moraes Garcia Cuesta	44.692,86	(02) Réu/executado sem saldo positivo. 0,00	0,00 (0,00 em conta-salário)	17/07/2018 20:06
Nenhuma ação disponível						

BCO SANTANDER/ Todas as Agências / Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
17/07/2018 13:04	Bloq. Valor	Ana Flavia de Moraes Garcia Cuesta	44.692,86	(02) Réu/executado sem saldo positivo. 0,00	0,00 (0,00 em conta-salário)	18/07/2018 03:56
Nenhuma ação disponível						

CAIXA ECONOMICA FEDERAL/ Todas as Agências / Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento

Assinado eletronicamente por: SIMONE TERCEIRO E BARRETO - 31/07/2018 12:39:42 - e51b651
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18073112392801100000089506859
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. e51b651 - Pág. 1
Número do documento: 18073112392801100000089506859

17/07/2018 13:04	Bloq. Valor	Ana Flavia de Moraes Garcia Cuesta	44.692,86	(00) Resposta negativa: réu/executado não é cliente ou possui apenas contas inativas. 0,00	0,00 (0,00 em conta-salário)	17/07/2018 23:01
Nenhuma ação disponível						

Não Respostas

Não há não-resposta para este réu/executado

- **13.559.499/0001-13 - LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA**
[**Total bloqueado (bloqueio original e reiterações)**: R$ 0,00] [**Quantidade atual de não respostas**: 0]

Respostas

BCO SANTANDER/ Todas as Agências / Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
17/07/2018 13:04	Bloq. Valor	Ana Flavia de Moraes Garcia Cuesta	44.692,86	(02) Réu/executado sem saldo positivo. 0,00	0,00 (0,00 em conta-salário)	18/07/2018 03:56
Nenhuma ação disponível						

ITAÚ UNIBANCO S.A./ Todas as Agências / Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
17/07/2018 13:04	Bloq. Valor	Ana Flavia de Moraes Garcia Cuesta	44.692,86	(02) Réu/executado sem saldo positivo. 0,00	0,00 (0,00 em conta-salário)	18/07/2018 20:30
Nenhuma ação disponível						

Não Respostas

Não há não-resposta para este réu/executado

- **377.284.558-42 - EMERSON RODRIGUES DE OLIVEIRA**
[**Total bloqueado (bloqueio original e reiterações)**: R$ 0,00] [**Quantidade atual de não respostas**: 0]

Respostas

BCO SANTANDER/ Todas as Agências / Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
17/07/2018 13:04	Bloq. Valor	Ana Flavia de Moraes Garcia Cuesta	44.692,86	(02) Réu/executado sem saldo positivo. 0,00	0,00 (0,00 em conta-salário)	18/07/2018 03:56
Nenhuma ação disponível						

CAIXA ECONOMICA FEDERAL/ Todas as Agências / Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento

Assinado eletronicamente por: SIMONE TERCEIRO E BARRETO - 31/07/2018 12:39:42 - e51b651
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18073112392801100000089506859
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. e51b651 - Pág. 2
Número do documento: 18073112392801100000089506859

17/07/2018 13:04	Bloq. Valor	Ana Flavia de Moraes Garcia Cuesta	44.692,86	(00) Resposta negativa: réu/executado não é cliente ou possui apenas contas inativas. 0,00	0,00 (0,00 em conta-salário)	17/07/2018 23:01
Nenhuma ação disponível						

ITAÚ UNIBANCO S.A./ Todas as Agências / Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
17/07/2018 13:04	Bloq. Valor	Ana Flavia de Moraes Garcia Cuesta	44.692,86	(02) Réu/executado sem saldo positivo. 0,00	0,00 (0,00 em conta-salário)	18/07/2018 20:30
Nenhuma ação disponível						

Não Respostas

Não há não-resposta para este réu/executado

Reiterar Não Respostas | Cancelar Não Respostas

Dados para depósito judicial em caso de transferência		
Instituição Financeira para Depósito Judicial Caso Transferência:	-	Usar IF e agência padrã
Agência para Depósito Judicial Caso Transferência:		
Nome do Titular da Conta de Depósito Judicial:	FLAVIO HENRIQUE DA SILVA	
CPF/CNPJ do Titular da Conta de Depósito Judicial:		
Tipo de Crédito Judicial:	-	
Código de Depósito Judicial:	-	

Nome de usuário do juiz solicitante no sistema:	EJUBB. CUESTA

Conferir Ações Selecionadas | Voltar

Utilizar Dados do Bloqueio para Criar Nova Ordem | Marcar Ordem Como Não Lida

Dados do Bloqueio Original

Assinado eletronicamente por: SIMONE TERCEIRO E BARRETO - 31/07/2018 12:39:42 - e51b651
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18073112392801100000089506859
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. e51b651 - Pág. 3
Número do documento: 18073112392801100000089506859

PODER JUDICI RIO FEDERAL

Justi a do Trabalho - 15 Regi o

3 Vara do Trabalho de Campinas

0010782-36.2016.5.15.0043

MANDADO DE PESQUISAS B SICAS

Reclamada(s): R U: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME e outros (2) - **CNPJ/CPF: EMERSON RODRIGUES DE OLIVEIRA CPF: 377.284.558-42, FRANCISCO APARECIDO DE OLIVEIRA CPF: 100.935.398-51**, **L UX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME CNPJ: 13.559.499/0001-13**

LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME
MARIA SOARES, 200, VILA INDUSTRIAL, CAMPINAS, SÃO PAULO, 13.035-390

EMERSON RODRIGUES DE OLIVEIRA
IBRAIN ADDAD, 74, CAPELA, VINHEDO - SP - CEP: 13280-000

FRANCISCO APARECIDO DE OLIVEIRA
MIGUEL JERONIMO GUERREIRO, 338, CASA B, JD ALTO CAFEZAL, CAFELANDIA - SP - CEP: 16500-000

Houve desconsideração da personalidade jurídica e incluídos o(s) seguinte(s) sócios, nas respectivas datas

Em 09/10/2017

EMERSON RODRIGUES DE OLIVEIRA CPF: 377.284.558-42, FRANCISCO APARECIDO DE OLIVEIRA CPF: 100.935.398-51

Reclamante(s): FLAVIO HENRIQUE DA SILVA, CPF: 227.265.768-00

Valor do débito: R$ 46.500,00 , atualizado para 03/04/2018

Justiça Gratuita concedida: (x) sim, em 11/11/2016, ID ce4ff09

Data da propositura: 20/04/2016

De ordem do(a) MM. Juiz (a) do Trabalho, MARINA DE SIQUEIRA FERREIRA ZERBINATTI, prossiga-se, por meio deste **M ANDADO DE PENHORA E AVALIA O**, que dever ser cumprido por um dos oficiais de justi a avaliadores,na forma do Provimento GP-CR 05/2015, o qual dever utilizar as ferramentas RENAJUD, INFOJUD, ARISP, al m de quaisquer outras ferramentas criadas para serem usadas na execu o, observados os conv nios firmados por este E. TRT, visando a penhora de bens, tantos quantos bastem para a garantia da d vida.

Sendo localizado(s) ve culo(s) dever ser observada a parametriza o local quanto restri o a ser lan ada.Eventualpenhora e avalia o dever registr -la no RENAJUD.

Sendo localizado im vel penhor vel em nome do executado, a penhora dever ser efetuada e imediatamente registrada no Arisp. Se im vel localizado na pr pria jurisdi o proceder avalia o e as intima es necess rias. Na hip tese de ser localizado em outra jurisdi o, dever ser emitido termo de penhora.

Poder , nos termos da parametriza o local, o Oficial de Justi a, ainda, dirigir-se ao endere o da executada procura de bens para satisfa o da execu o.

Autoriza-se, desde logo, que o Oficial de Justi a Avaliador se valha das prerrogativas previstas nos artigos 212, 249, 252, 253, 846 e 846 2 do CPC, requisitando for a, com a mera apresenta o deste Autoridade Policial. Dever o Oficial de Justi a proceder a todas as dilig ncias necess rias para o fiel cumprimento do presente Mandado, efetivando a penhora, se necess rio for, onde quer que se encontrem os bens (art. 845 do CPC), independente de nova ordem ou mandado.

Determina-se a utiliza o do banco de dados existente na extranet/jur dico/execu es, especialmente para registro de bens constritos e/ouexpedi o decertid o deexecu o frustrada, com a consequente informa o deinsolv ncia do devedor.

Cumpra-se

Esta assinada pelo servidor SIMONE TERCEIRO E BARRETO, de ordem do MM. Juiz do Trabalho, nos termos do artigo 250, inciso VI do CPC.

CAMPINAS , 2 de Agosto de 2018 .

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

PROCESSO: RTSum 0010782-36.2016.5.15.0043
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME, EMERSON RODRIGUES DE OLIVEIRA, FRANCISCO APARECIDO DE OLIVEIRA

ID do mandado: 416b1dd
Destinatário: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME.

CERTIDÃO DE OFICIAL DE JUSTIÇA - REDISTRIBUIÇÃO MANDADO FERRAMENTAS

Certifico para os devidos fins ter recebido o presente mandado para pesquisa patrimonial. Seguindo determinação da Coordenadoria de Campinas, devolvo o documento à Central de Mandados para que seja contabilizado e faça parte da distribuição semanal de Ferramentas.

CAMPINAS, 2 de Agosto de 2018

CRISTIANE CASTILHO MOUCO
Oficial de Justiça Avaliador Federal

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

PROCESSO: RTSum 0010782-36.2016.5.15.0043
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME, EMERSON RODRIGUES DE OLIVEIRA, FRANCISCO APARECIDO DE OLIVEIRA

ID do mandado: 416b1dd
Destinatário: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME.

CAMPINAS, 30 de Agosto de 2018

MARIA NAZARETH VASCONCELLOS MOREIRA SANCHES
Oficial de Justiça Avaliador Federal

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
3ª Vara do Trabalho de Campinas
Avenida José de Souza Campos, 422, Nova Campinas, CAMPINAS - SP - CEP: 13092-123
TEL.: (19) 32327997 - EMAIL: saj.3vt.campinas@trt15.jus.br

Processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME, EMERSON RODRIGUES DE OLIVEIRA, FRANCISCO APARECIDO DE OLIVEIRA

CERTIDÃO PJe-JT

Certifico para os devidos fins que foi anexado GD

CAMPINAS, 30 de Agosto de 2018.

WILLIAM ELDE SILVERIO

CAIXA

Guia para Depósito Judicial Trabalhista

Levantamento do Depósito (Alvará)

3ª via Acolhimento - Documento de Caixa

Para obtenção de ID Depósito acesse www.caixa.gov.br

Tipo de depósito: 1 | 1 - Primeiro 2 - Em continuação

Nº da conta judicial: 042/04889720-7

Agência: 4056

Para primeiro depósito, fornecido pelo sistema

Processo nº	TRT/Região	Órgão/Vara	Município	Nº do ID Depósito
00107823620165150043	00?	03? VARA DO TRABALHO		03405600076180717-0

Réu/Reclamado	CPF/CNPJ - Réu/Reclamado
FRANCISCO APARECIDO DE OLIVEIRA	100.935.398-51

Autor/Reclamante	CPF/CNPJ - Autor/Reclamante
FLAVIO HENRIQUE DA SILVA	

Depositante	CPF/CNPJ - Depositante	Origem do depósito - Bco./Ag./Nº Conta
FRANCISCO APARECIDO DE OLIVEIRA		000/0000/000000000

Motivo do depósito	Depósito em	Valor total (somatório dos campos 1 a 14)	Data de atualização
4 — 1 - Garantia de Juízo 2 - Pagamento 3 - Consignação em pto 4 - Outros	1 - Dinheiro 2 - Cheque	R$ 139.68	20/07/2018

(1) Valor principal	(2) FGTS/Conta vinculada	(3) Juros	(4) Leiloeiro	(5) Editais	(6) INSS Reclamante
R$ 139.68	R$ 0.00	R$ 0.00	R$ 0.00	R$ 0.00	R$ 0.00

(7) INSS reclamado	(8) Custas	(9) Emolumentos	(10) Imposto de renda	(11) Multas	(12) Honorários advocatícios
R$ 0.00	R$ 0.00	R$ 0.00	R$ 0.00	R$ 0.00	R$ 0.00

(13) Honorários periciais

(a) Engenheiro	(b) Contador	(c) Documentoscópio	(d) Intérprete	(e) Médico	(f) Outras perícias
R$ 0.00	R$ 0.00	R$ 0.00	R$ 0.00	R$ 0.00	R$ 0.00

(14) Outros	Observações	Opcional - Uso do Órgão EXpedidor
R$ 0.00	BACENJUD	Guia nº 00000000000000000

NÃO UTILIZE ESTA ÁREA

Autenticação mecânica do depósito

CEF4056200720180422007201 8ADT0020469 139,68TES

Autenticação mecânica do levantamento

37.256 v003 micro

Assinado eletronicamente por: WILLIAM ELDE SILVERIO - 30/08/2018 15:54:46 - 31d1fda
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18083015544109600000091733720
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 18083015544109600000091733720
ID. 31d1fda - Pág. 1

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
3ª Vara do Trabalho de Campinas
Avenida José de Souza Campos, 422, Nova Campinas, CAMPINAS - SP - CEP: 13092-123
TEL.: (19) 32327997 - EMAIL: saj.3vt.campinas@trt15.jus.br

Processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME, EMERSON RODRIGUES DE OLIVEIRA, FRANCISCO APARECIDO DE OLIVEIRA

CERTIDÃO PJe-JT

Certifico para os devidos fins que foi anexado GD

CAMPINAS, 30 de Agosto de 2018.

WILLIAM ELDE SILVERIO

CAIXA

Guia para Depósito Judicial Trabalhista

Levantamento do Depósito (Alvará)

2ª via Levantamento - Vara/Vara

Para obtenção de ID Depósito acesse www.caixa.gov.br

Tipo de depósito: 1 (1 - Primeiro 2 - Em continuação)	Nº da conta judicial: 042/04889719-3	Para primeiro depósito, fornecido pelo sistema			
	Agência: 4056				
Processo nº: 00107823620165150043	TRT/Região: 00?	Órgão/Vara: 03? VARA DO TRABALHO	Município:	Nº do ID Depósito: 03405600075180717-8	
Réu/Reclamado: FRANCISCO APARECIDO DE OLIVEIRA				CPF/CNPJ - Réu/Reclamado: 100.935.398-51	
Autor/Reclamante: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA				CPF/CNPJ - Autor/Reclamante:	
Depositante: FRANCISCO APARECIDO DE OLIVEIRA			CPF/CNPJ - Depositante:	Origem do depósito - Bco./Ag./Nº Conta: 000/0000/000000000	
Motivo do depósito: 4 (1 - Garantia de Juízo 2 - Pagamento 3 - Consignação em pto 4 - Outros)		Depósito em: 1 (1 - Dinheiro 2 - Cheque)	Valor total (somatório dos campos 1 a 14): R$ 472.20	Data de atualização: 19/07/2018	

(1) Valor principal R$ 0.00	(2) FGTS/Conta vinculada R$ 0.00	(3) Juros R$ 0.00	(4) Leiloeiro R$ 0.00	(5) Editais R$ 0.00	(6) INSS Reclamante R$ 0.00
(7) INSS reclamado R$ 0.00	(8) Custas R$ 0.00	(9) Emolumentos R$ 0.00	(10) Imposto de renda R$ 0.00	(11) Multas R$ 0.00	(12) Honorários advocatícios R$ 0.00
(13) Honorários periciais (a) Engenheiro R$ 0.00	(b) Contador R$ 0.00	(c) Documentoscópio R$ 0.00	(d) Intérprete R$ 0.00	(e) Médico R$ 0.00	(f) Outras perícias R$ 0.00
(14) Outros R$ 0.00	Observações: BACENJUD.			Opcional - Uso do Órgão EXpedidor: Guia nº 00000000000000000	

Pelo presente autorizo o(a) Sr.(a) _____, CPF/CNPJ _____ ou pelo procurador Dr.(a) _____, CPF _____, a receber a importância de R$ _____, acrescido de juros e correção monetária devidos a partir da data do depósito, já deduzidos o Imposto de Renda.

Data de emissão	Identificação do Juíz

Assinatura do Juíz

Valor bruto	Recebi em	Autenticação mecânica do depósito: CEF405619072018042201807191411139567 472,20TES
CPMF		
Líquido	Assinatura	

Autenticação mecânica do levantamento

37.256 v003 micro

Assinado eletronicamente por: WILLIAM ELDE SILVERIO - 30/08/2018 16:04:17 - ec8f2a3
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18083016041187900000091735511
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 18083016041187900000091735511
ID. ec8f2a3 - Pág. 1

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
3ª Vara do Trabalho de Campinas
Avenida José de Souza Campos, 422, Nova Campinas, CAMPINAS - SP - CEP: 13092-123
TEL.: (19) 32327997 - EMAIL: saj.3vt.campinas@trt15.jus.br

Processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME, EMERSON RODRIGUES DE OLIVEIRA, FRANCISCO APARECIDO DE OLIVEIRA

CERTIDÃO PJe-JT

Certifico para os devidos fins que foi anexado GD

CAMPINAS, 30 de Agosto de 2018.

WILLIAM ELDE SILVERIO

CAIXA

Guia para Depósito Judicial Trabalhista

Levantamento do Depósito (Alvará)

3ª via Acolhimento - Documento de Caixa

Para obtenção de ID Depósito acesse www.caixa.gov.br

Tipo de depósito: 1 | 1 - Primeiro 2 - Em continuação

Nº da conta judicial: 042/04889719-3

Agência: 4056

Para primeiro depósito, fornecido pelo sistema

Processo nº	TRT/Região	Órgão/Vara	Município	Nº do ID Depósito
00107823620165150043	00?	03? VARA DO TRABALHO		03405600019180719-4

Réu/Reclamado	CPF/CNPJ - Réu/Reclamado
FRANCISCO APARECIDO DE OLIVEIRA	100.935.398-51

Autor/Reclamante	CPF/CNPJ - Autor/Reclamante
FLAVIO HENRIQUE DA SILVA	

Depositante	CPF/CNPJ - Depositante	Origem do depósito - Bco./Ag./Nº Conta
FRANCISCO APARECIDO DE OLIVEIRA		000/0000/000000000

Motivo do depósito	Depósito em	Valor total (somatório dos campos 1 a 14)	Data de atualização
0 (1 - Garantia de Juízo 2 - Pagamento 3 - Consignação em pto 4 - Outros)	1 - Dinheiro 2 - Cheque	R$ 949.48	19/07/2018

(1) Valor principal	(2) FGTS/Conta vinculada	(3) Juros	(4) Leiloeiro	(5) Editais	(6) INSS Reclamante
R$ 949.48	R$ 0.00	R$ 0.00	R$ 0.00	R$ 0.00	R$ 0.00

(7) INSS reclamado	(8) Custas	(9) Emolumentos	(10) Imposto de renda	(11) Multas	(12) Honorários advocatícios
R$ 0.00	R$ 0.00	R$ 0.00	R$ 0.00	R$ 0.00	R$ 0.00

(13) Honorários periciais

(a) Engenheiro	(b) Contador	(c) Documentoscópio	(d) Intérprete	(e) Médico	(f) Outras perícias
R$ 0.00	R$ 0.00	R$ 0.00	R$ 0.00	R$ 0.00	R$ 0.00

(14) Outros	Observações	Opcional - Uso do Órgão EXpedidor
R$ 0.00	BACENJUD	Guia nº 00000000000000000

NÃO UTILIZE ESTA ÁREA

Autenticação mecânica do depósito

CEF405619072018042 949,48TES

Autenticação mecânica do levantamento

37.256 v003 micro

Assinado eletronicamente por: WILLIAM ELDE SILVERIO - 30/08/2018 16:05:47 - 0dcf2fb
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18083016053931900000091735801
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 18083016053931900000091735801
ID. 0dcf2fb - Pág. 1

CAIXA

Guia para Depósito Judicial Trabalhista

Levantamento do Depósito (Alvará)

2ª via Levantamento - Vara/Vara

Para obtenção de ID Depósito acesse www.caixa.gov.br

Tipo de depósito: 1 | 1 - Primeiro 2 - Em continuação

Nº da conta judicial: 042/04889721-5

Agência: 4056

Para primeiro depósito, fornecido pelo sistema

Processo nº	TRT/Região	Órgão/Vara	Município	Nº do ID Depósito
00107823620165150043	00?	03? VARA DO TRABALHO		03405600077180717-3

Réu/Reclamado	CPF/CNPJ - Réu/Reclamado
EMERSON RODRIGUES DE OLIVEIRA	377.284.558-42

Autor/Reclamante	CPF/CNPJ - Autor/Reclamante
FLAVIO HENRIQUE DA SILVA	

Depositante	CPF/CNPJ - Depositante	Origem do depósito - Bco./Ag./Nº Conta
EMERSON RODRIGUES DE OLIVEIRA		000/0000/000000000

Motivo do depósito	Depósito em	Valor total (somatório dos campos 1 a 14)	Data de atualização
4 — 1 - Garantia de Juízo 2 - Pagamento 3 - Consignação em pto 4 - Outros	1 - Dinheiro 2 - Cheque	R$ 245.78	20/07/2018

(1) Valor principal	(2) FGTS/Conta vinculada	(3) Juros	(4) Leiloeiro	(5) Editais	(6) INSS Reclamante
R$ 245.78	R$ 0.00	R$ 0.00	R$ 0.00	R$ 0.00	R$ 0.00

(7) INSS reclamado	(8) Custas	(9) Emolumentos	(10) Imposto de renda	(11) Multas	(12) Honorários advocatícios
R$ 0.00	R$ 0.00	R$ 0.00	R$ 0.00	R$ 0.00	R$ 0.00

(13) Honorários periciais

(a) Engenheiro	(b) Contador	(c) Documentoscópio	(d) Intérprete	(e) Médico	(f) Outras perícias
R$ 0.00	R$ 0.00	R$ 0.00	R$ 0.00	R$ 0.00	R$ 0.00

(14) Outros	Observações	Opcional - Uso do Órgão EXpedidor
R$ 0.00	BACENJUD	Guia nº 00000000000000000

Pelo presente autorizo o(a) Sr.(a) _____, CPF/CNPJ _____ ou pelo procurador Dr.(a) _____, CPF _____, a receber a importância de R$ _____, acrescido de juros e correção monetária devidos a partir da data do depósito, já deduzidos o Imposto de Renda.

Data de emissão	Identificação do Juíz

Assinatura do Juíz

Valor bruto	Recebi em

CPMF

Líquido

Assinatura

Autenticação mecânica do depósito

CEF4056200720180422007201 8ADT0020470 245,78TES

Autenticação mecânica do levantamento

37.256 v003 micro

Assinado eletronicamente por: WILLIAM ELDE SILVERIO - 30/08/2018 16:05:47 - c3dca4e
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18083016054108700000091735808
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 18083016054108700000091735808
ID. c3dca4e - Pág. 1

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

PROCESSO: RTSum 0010782-36.2016.5.15.0043
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME, EMERSON RODRIGUES DE OLIVEIRA, FRANCISCO APARECIDO DE OLIVEIRA

ID do mandado: 416b1dd
Destinatário: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME.

CERTIDÃO DE OFICIAL DE JUSTIÇA

Certifico eu Oficial de Justiça abaixo assinado que recebi o r. mandado Id 416b1dd para proceder a pesquisa patrimonial dos executados nos termos do Provimento GP-CR 005/2018 através das ferramentas eletrônicas disponíveis, tendo averbado o registro de penhora no imóvel de matricula 8721 do Cartório de Registro de Imóveis de Cafelândia/SP, ao que faço devolução do mandado aos autos para fins de avaliação do imóvel naquela Comarca. À consideração do MM. Juízo.

CAMPINAS, 29 de Novembro de 2018

VICENTE DE PAULA FERREIRA
Oficial de Justiça Avaliador Federal

Estado: São Paulo

Tribunal: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15° REGIÃO

Comarca: CAMPINAS

Foro: CAMPINAS

Vara: CENTRAL DE MANDADOS DE CAMPINAS

Escrivão/Diretor: ANDREA AZEVEDO

CERTIDÃO DE PENHORA

Certifico para fins de averbação da penhora da propriedade ou de direitos sobre o(s) imóvel(is) efetuada no processo como adiante se contém:

PROCESSO

NATUREZA DO PROCESSO: EXECUÇÃO TRABALHISTA

Número de ordem: 0010782-36.2016.5.15.0043

Exequente(s)

FLAVIO HENRIQUE DA SILVA

CPF: 227.265.768-00

Executado(a, os, as)

EMERSON RODRIGUES DE OLIVEIRA

CPF: 377.284.558-42

FRANCISCO APARECIDO DE OLIVEIRA

CPF: 100.935.398-51

LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME

CNPJ: 13.559.499/0001-13

Terceiro(s)

Valor da dívida: R$ 46.500,00

IMÓVEIS PENHORADOS

Assinado eletronicamente por: VICENTE DE PAULA FERREIRA - 29/11/2018 11:08:11 - 5b06f52
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18112911041506400000097693737
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 5b06f52 - Pág. 1
Número do documento: 18112911041506400000097693737

1.

Protocolo de Penhora Online: PH000237944

Endereço do imóvel: Lote 25 da Quadra B

Bairro: Jd. Alto Cafezal

Município: Cafelândia

Estado: São Paulo

Número da Matrícula: Mat 8721pdf

Cartório de Registro de Imóveis: OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE CAFELÂNDIA - SP

DADOS INFORMATIVOS:

TIPO DA CONSTRIÇÃO: PENHORA

Data do auto ou termo: 30/10/2018

Percentual penhorado (%): 100,00

Percentual do proprietário ou titular de direitos sobre o imóvel (Compromissário comprador, devedor fiduciante etc.): % 100,00

Nome do proprietário ou titular de direitos sobre o imóvel: FRANCISCO APARECIDO DE OLIVEIRA

O Proprietário ou titular de direitos sobre o imóvel é parte no processo? Sim

Nome do depositário: Francisco Aparecido de Oliveira

Eventual necessidade de intimação de cônjuge será analisada nos autos pelo Magistrado.

EMOLUMENTOS

Beneficiário de assistência judiciária gratuita

Data da decisão: 11/11/2016

Folhas: Id ce4ff09

ADVOGADO

Nome:

Telefone para contato:

E-mail:

Número OAB:

Estado OAB:

O referido é verdade e dou fé.

Data: 30/10/2018 18:17:03

Assinado eletronicamente por: VICENTE DE PAULA FERREIRA - 29/11/2018 11:08:11 - 5b06f52
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18112911041506400000097693737
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 5b06f52 - Pág. 2
Número do documento: 18112911041506400000097693737

Emitido por: VICENTE DE PAULA FERREIRA

Cargo:

Documento eletrônico produzido conforme disposto no artigo 837 do CPC, devendo para validade e acesso no Oficial de Registro de Imóveis ser transmitido e recepcionado em meio eletrônico no site http://www.oficioeletronico.com.br, cujo *download* comprova sua autoria e integridade.
Dados preenchidos em formulário eletrônico, dispensadas a qualificação completa das partes e a descrição completa do imóvel.

Assinado eletronicamente por: VICENTE DE PAULA FERREIRA - 29/11/2018 11:08:11 - 5b06f52
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18112911041506400000097693737
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 5b06f52 - Pág. 3
Número do documento: 18112911041506400000097693737

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS
COMARCA DE CAFELÂNDIA - SÃO PAULO
Praça Afonso Pena, 185 - Cafelândia - SP - CNPJ: 49.890.056/0001-58 - CEP: 16.500-000
Fone (14) 3554-3252 - E-mail: oricafelandia@hotmail.com
Carlos Fernando Rocha Soares - Oficial

REGISTRO DE IMÓVEIS
REGISTRO GERAL

LIVRO N.o 2-P-1 (174)

MATRÍCULA N.o 8.721 DATA 24 de julho de 2002.-

IMÓVEL: "UM(1) lote de terreno, de formato regular, sem qualquer benfeitoria, situado - nesta cidade, distrito de paz, município e comarca de Cafelandia, Estado de São Paulo, identificado como sendo o LOTE 25(vinte e cinco) da Quadra B, do Loteamento denominado JARDIM - ALTO CAFEZAL, com as seguintes medidas e confrontações:- pela frente mede 10,00(dez) metros com frente para a Avenida A, confrontando: á esquerda, 26,00(vinte e seis) metros com o lote 24; á direita, 26,00(vinte e seis) metros com o lote 26; e aos fundos, 10,00(dez) metros com Constantino Fabricio Junior, perfazendo uma área de 260,00m2(duzentos e sessenta metros quadrados)".-

PROPRIETÁRIOS:- REAL IMÓVEIS E CONSTRUÇÕES LTDA, empresa esse sucessora da REal Imóveis ltda com sede na cidade de São Carlos-SP, á Rua 13 de maio nº 1267-fundos, devidamente cadastrada no CGC(MF) sob nº 48.524.813/0001-07.-

REGISTRO ANTERIOR:- R2/M-7.594, Fls.193 do lvº 2-I-1, deste ORI local.- O Oficial
(Carlos Fernando Rocha Soares)

R1/M-8.721.-Cafelandia, 24 de julho de 2002.- Por Carta Precatória Cível/PENHORA, de 29 de-abril de 2002, expedida pelo Exmo.Dr. Paulo Cássio Moreira, MM.Juiz de Direito da 2ª Vara - Cível da Comarca de Alfenas-MG, Extraído do Processo nº 016.98.005024-5, de natureza Rescisão, movida por JOIRO MARIANO DE ÁVILA e outros, contra REAL IMÓVEIS E CONSTRUÇÕES LTDA, foi procedida a PENHORA, do imóvel acima descrito e matriculado sob nº 8.721, para Garantia da - dívida total de R$448.543,77(quatrocentos e quarenta e oito mil, quinhentos e quarenta e - tres reais e setenta e sete centavos), incidente sôbre a penhora de 71(setenta e um) lotes-do mesmo loteamento.-O Oficial (Carlos Fernando Rocha Soares)

segue as fichas nº 2 lvº 2
Cafelândia, 13 / 8 / 2014

Assinado eletronicamente por: VICENTE DE PAULA FERREIRA - 29/11/2018 11:08:12 - 0051d15
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18112911071939900000097694157
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 0051d15 - Pág. 1
Número do documento: 18112911071939900000097694157

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS
COMARCA DE CAFELÂNDIA - SÃO PAULO
Praça Afonso Pena, 185 - Cafelândia - SP - CNPJ: 49.890.056/0001-58 - CEP: 16.500-000
Fone (14) 3554-3252 - E-mail: oricafelandia@hotmail.com
Carlos Fernando Rocha Soares - Oficial

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS
COMARCA DE CAFELÂNDIA - SÃO PAULO
REGISTRO GERAL
LIVRO 2

MATRÍCULA Nº 8.721 **DATA: 13/08/2014**
FICHA: 02 (vem das fls. 174 do lvº 2-P-1)

AV2/M-8.721.- Cafelândia, 13 de agosto de 2014.- Por Mandado de Cancelamento de Penhora/Ofício Precatório nº 075/2014, de 11 de Fevereiro de 2014, expedido pelo Exmº Srº Drº Paulo Cássio Moreira, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Alfenas-MG, extraído do Processo nº 0016.98.005024-5 (nº antigo 1016/93) movido por JAIRO MARIANO DE ÁVILA e Outros contra REAL IMÓVEIS E CONSTRUÇÕES LTDA, (CNPJ/MF nº 48.524.813/0001-07, e o cumpra-se expedido pelo MM. Juiz de Direito da Comarca de Cafelândia-SP, Srº Drº Ricardo Truitte Alves; foi procedido o **CANCELAMENTO DA PENHORA**, registrada sob **R1/M-8.731**, ficando o Imóvel **LIBERADO**. O Oficial _____ (Carlos Fernando Rocha Soares).

R3/M-8.721.- Cafelândia, 05 de setembro de 2014.- Por Escritura Particular de Venda e Compra, de 13 de agosto de 2014, nos termos do Art.108 do Código Civil vigente; **FRANCISCO APARECIDO DE OLIVEIRA**, pedreiro, portador do RG n. 20.924.585-2 e CPF n. 100.935.398-51, casado sob o regime da Separação de Bens, nos termos do artigo 258 do parágrafo único do Código Civil, em 16/11/1984, no Tabelionato de Notas local, com MARIA MADALENA RODRIGUES DE OLIVEIRA, brasileira, do lar, portadora do RG n. 33.809-262-SSP.SP e CPF n. 174.028.748-77, ambos brasileiros, residentes na Avenida Miguel Jeronymo Guerreiro, n. 338, nesta cidade de Cafelândia- SP. **ADQUIRIU**, o imóvel descrito e matriculado sob nº 8721, por compra feita de REAL IMOVEIS E CONSTRUÇOES LTDA, já qualificada, pelo preço certo e ajustado de R$2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais). O Oficial _____ (Carlos Fernando Rocha Soares).

R04/M-8.721.- **Cafelândia, 19 de Novembro de 2018.- Por Mandado de Penhora Online PH000237944, expedido pela Vara da Comarca de Campinas, Vara: Central de Mandados de Campinas, Foro Campinas, emitido por Vicente de Paula Ferreira, em 30/10/2018, Escrivão/diretor Andrea Azevedo, a fim de instruir os Autos da Ação de Execução Trabalhista nº 0010782-36.2016.5.15.0043, exequente FLAVIO HENRIQUE DA SILVA, CPF n. 227.265.768-00, e como executados EMERSON RODRIGUES DE OLIVEIRA, CPF n. 377.284.558-42, FRANCISCO APARECIDO DE OLIVEIRA, CPF n. 100.935.398-51 e LUX'S SERVIÇOS DE MARCENARIA LTDA – ME, CNPJ n. 13.559.499/0001-13, foi procedida a PENHORA sobre a TOTALIDADE do imóvel retro descrito e matriculado sob nº 8.721, valor da dívida de R$46.500,00 (Quarenta e seis mil e quinhentos reais), conforme consta no mandado.- O Oficial _____ (Carlos Fernando Rocha Soares) Protocolo 72.213 – 01/11/2018**

Ao Tabelião..:	R$	0,00
Ao Estado....:	R$	0,00
Ao Ipesp.....:	R$	0,00
Ao Reg. Civil:	R$	0,00
Ao Trib. Just:	R$	0,00
Ao Município.:	R$	0,00
Ao Min.Púb...:	R$	0,00
Total.....:	R$	0,00

Certifico que a presente foi extraída em inteiro teor da **MATRÍCULA Nº8721**, em forma reprográfica nos termos do art. 19, Parágrafo 1º, da Lei 6.015/1973, e refere-se aos atos praticados até o dia imediatamente anterior à emissão. **Cafelândia-SP, 26 de novembro de 2018**. Eu, _____ Carlos Fernando Rocha Soares Oficial conferi, assino em público e raso. **A presente certidão tem validade de 30 dias.**

Controle: 81664

Assinado eletronicamente por: VICENTE DE PAULA FERREIRA - 29/11/2018 11:08:12 - 0051d15
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18112911071939900000097694157
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 0051d15 - Pág. 2
Número do documento: 18112911071939900000097694157

EXMO SR DR JUIZ DO TRABALHO DA VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS /SP

PROCESSO Nº 0010782-36.2016.5.15.0043

FLÁVIO HENRIQUE DA SILVA, já devidamente qualificado nos autos da presente **RECL AMAÇÃO TRABALHISTA,** processo no em epígrafe, que move contra **LUX'S SERVIÇOS DE MARCENARIA LTDA - ME**, por sua advogada constituída, vem à presença de VExa, expor e ao final requerer:

1. No caso, conforme depreende-se do documento de ID 416b1dd, Vossa, Excelência expediu mandado de penhora e avaliação a ser cumprido por oficial de justiça avaliador, determinando a utilização das ferramentas RENAJUD, INFOJUD, ARISP, visando a penhora de bens tantos quantos bastem para a garantia da dívida.

2. Ocorre que, em detrimento do cumprimento do mandado pelo Sr. Oficial de Justiça, em 02/08 /2018 (ID 82f9823), foram anexadas aos autos guias de depósitos judiciais referentes as pesquisas patrimoniais realizadas, conforme constam dos documentos de ID 31d1fda, ec8f2a3, 0dcf2fb e c3dca4e.

3. Desta forma, diante de todo o exposto, requer se digne Vossa Excelência determinar à Serventia a expedição de guia de retirada dos valores constantes das guias de depósitos judiciais supra citadas.

É pois, o que fica requerido.

Termos em que

Pede deferimento.

Campinas - SP, 05/12/2018.

SIMONE DE MORAES SOUZA

OAB/SP 313.589

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª Vara do Trabalho de Campinas

Processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME e outros (2)

stb

D E S P A C H O

Intimem-se o executado, FRANCISCO APARECIDO DE OLIVEIRA, por meio de sua i. patrona, para que tome ciência da penhora efetuada, nos termos do § 1º, do art. 841, do CPC e os demais, nos termos do art 884, da CLT.

Em 19 de Dezembro de 2018.

Juiz(íza) do Trabalho

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª Vara do Trabalho de Campinas

Processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME e outros (2)

stb

D E S P A C H O

Intimem-se o executado, FRANCISCO APARECIDO DE OLIVEIRA, por meio de sua i. patrona, para que tome ciência da penhora efetuada, nos termos do § 1º, do art. 841, do CPC e os demais, nos termos do art 884, da CLT.

Em 19 de Dezembro de 2018.

Juiz(íza) do Trabalho

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
3ª Vara do Trabalho de Campinas
Avenida José de Souza Campos, 422, Nova Campinas, CAMPINAS - SP - CEP: 13092-123
TEL.: (19) 32327997 - EMAIL: saj.3vt.campinas@trt15.jus.br

Processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME, EMERSON RODRIGUES DE OLIVEIRA, FRANCISCO APARECIDO DE OLIVEIRA

CERTIDÃO PJe-JT

Certifico para os devidos fins a juntada de protocolo BacenJud que realizou penhora parcial.

CAMPINAS, 15 de Fevereiro de 2019.

BacenJud 2.0 - Sistema de Atendimento ao Poder Judiciário

EJUBB.CUESTA
sexta-feira, 15/02/2019

Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores

O Comitê Gestor do Bacen Jud Informa:

- As corretoras e as distribuidoras de títulos e valores mobiliários (instituições financeiras que custodiam investimentos de devedores) já estão respondendo ordens de bloqueio de valores mobiliários pelo sistema BACENJUD 2.0.

Até que sejam criados códigos específicos de resposta para o bloqueio e transferência dos ativos sob a responsabilidade desses novos participantes, os quais podem não ser líquidos (apuração imediata do valor), convencionou-se como resposta padrão a mensagem "bloqueio: R$0,01 - um centavo", via sistema. Nesses casos, SUGERE-SE NÃO DESBLOQUEAR a ordem, e aguardar o prazo de 30 dias, pois provavelmente as instituições financeiras encaminharão ofício, via Correios, com mais informações.

Os valores apresentados podem sofrer alterações devido a oscilações em aplicações financeiras e/ou a incidência de impostos.

Clique **aqui** para obter ajuda na configuração da impressão, e clique **aqui** para imprimir.

Dados do bloqueio	
Situação da Solicitação:	**Respostas recebidas, processadas e disponibilizadas para consulta** As respostas recebidas das Instituições Financeiras foram processadas e disponibilizadas para consulta.
Número do Protocolo:	20180004080866
Número do Processo:	0010782-36.2016.5.15.0043
Tribunal:	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A. REGIAO
Vara/Juízo:	961 - 3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
Juiz Solicitante do Bloqueio:	Ana Flavia de Moraes Garcia Cuesta
Tipo/Natureza da Ação:	Ação Trabalhista
CPF/CNPJ do Autor/Exeqüente da Ação:	
Nome do Autor/Exeqüente da Ação:	FLAVIO HENRIQUE DA SILVA

Relação de réus/executados

- Para exibir os detalhes de todos os réus/executados **clique aqui**.
- Para ocultar os detalhes de todos os réus/executados **clique aqui**.

100.935.398-51 - FRANCISCO APARECIDO DE OLIVEIRA
[**Total bloqueado (bloqueio original e reiterações)**: R$ 1.561,36] [**Quantidade atual de não respostas**: 0]

Respostas

BCO SANTANDER/ Todas as Agências / Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
29/06/2018 18:36	Bloq. Valor	Ana Flavia de Moraes Garcia Cuesta	46.500,00	(03) Cumprida parcialmente por insuficiência de saldo. 1.421,68	1.421,68	30/06/2018 04:30
17/07/2018 13:02	Transf. de Valores ID:072018000009184143 Instituição:CAIXA ECONOMICA FEDERAL Agência:4056 Tipo créd. jud.:Geral	Ana Flavia de Moraes Garcia Cuesta	1.421,68	(01) Recebida. em 18/07/2018. Valor Previsto: 1.421,68	0,00	Até 23/07/2018
Nenhuma ação disponível						

CAIXA ECONOMICA FEDERAL/ Todas as Agências / Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento

Assinado eletronicamente por: LUCIANA BITTENCOURT NEIVA DE LIMA - 15/02/2019 17:51:01 - 8a21970
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19021517505605700000101579943
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 8a21970 - Pág. 1
Número do documento: 19021517505605700000101579943

29/06/2018 18:36	Bloq. Valor	Ana Flavia de Moraes Garcia Cuesta	46.500,00	(03) Cumprida parcialmente por insuficiência de saldo. 139,68	139,68	30/06/2018 03:46
17/07/2018 13:02	Transf. de Valores ID:072018000009184150 Instituição:CAIXA ECONOMICA FEDERAL Agência:4056 Tipo créd. jud.:Geral	Ana Flavia de Moraes Garcia Cuesta	139,68	(01) Recebida. em 18/07/2018. Valor Previsto: 139,68	0,00	Até 19/07/2018
Nenhuma ação disponível						

BCO BRADESCO/ Todas as Agências / Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
29/06/2018 18:36	Bloq. Valor	Ana Flavia de Moraes Garcia Cuesta	46.500,00	(02) Réu/executado sem saldo positivo. 0,00	0,00	29/06/2018 22:11
Nenhuma ação disponível						

Não Respostas

Não há não-resposta para este réu/executado

13.559.499/0001-13 - LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA
[**Total bloqueado (bloqueio original e reiterações)**: R$ 0,00] [**Quantidade atual de não respostas**: 0]

Respostas

BCO SANTANDER/ Todas as Agências / Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
29/06/2018 18:36	Bloq. Valor	Ana Flavia de Moraes Garcia Cuesta	46.500,00	(02) Réu/executado sem saldo positivo. 0,00	0,00	30/06/2018 04:30
Nenhuma ação disponível						

ITAÚ UNIBANCO S.A./ Todas as Agências / Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
29/06/2018 18:36	Bloq. Valor	Ana Flavia de Moraes Garcia Cuesta	46.500,00	**(98) Não Resposta**	-	-
17/07/2018 13:02	Bloq. Valor	Ana Flavia de Moraes Garcia Cuesta	46.500,00	(02) Réu/executado sem saldo positivo. 0,00	0,00	18/07/2018 20:30
Nenhuma ação disponível						

Não Respostas

Não há não-resposta para este réu/executado

377.284.558-42 - EMERSON RODRIGUES DE OLIVEIRA
[**Total bloqueado (bloqueio original e reiterações)**: R$ 246,73] [**Quantidade atual de não respostas**: 0]

Respostas

CAIXA ECONOMICA FEDERAL/ Todas as Agências / Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento

Assinado eletronicamente por: LUCIANA BITTENCOURT NEIVA DE LIMA - 15/02/2019 17:51:01 - 8a21970
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19021517505605700000101579943
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 8a21970 - Pág. 2
Número do documento: 19021517505605700000101579943

29/06/2018 18:36	Bloq. Valor	Ana Flavia de Moraes Garcia Cuesta	46.500,00	(03) Cumprida parcialmente por insuficiência de saldo. 245,78	245,78	30/06/2018 03:46
17/07/2018 13:02	Transf. de Valores ID:072018000009184160 Instituição:CAIXA ECONOMICA FEDERAL Agência:4056 Tipo créd. jud.:Geral	Ana Flavia de Moraes Garcia Cuesta	245,78	(01) Recebida. em 18/07/2018. Valor Previsto: 245,78	0,00	Até 19/07/2018
Nenhuma ação disponível						

BCO SANTANDER/ Todas as Agências / Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
29/06/2018 18:36	Bloq. Valor	Ana Flavia de Moraes Garcia Cuesta	46.500,00	(02) Réu/executado sem saldo positivo. 0,00	0,00	30/06/2018 04:30
Nenhuma ação disponível						

ITAÚ UNIBANCO S.A./ Todas as Agências / Todas as Contas

Data/Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R$)	Resultado (R$)	Saldo Bloqueado Remanescente (R$)	Data/Hora Cumprimento
29/06/2018 18:36	Bloq. Valor	Ana Flavia de Moraes Garcia Cuesta	46.500,00	**(98) Não Resposta**	-	-
17/07/2018 13:02	Bloq. Valor	Ana Flavia de Moraes Garcia Cuesta	46.500,00	(03) Cumprida parcialmente por insuficiência de saldo. 0,95	0,95	18/07/2018 20:30
24/07/2018 14:04	Desb. Valor	Ana Flavia de Moraes Garcia Cuesta	0,95	(01) Cumprida integralmente. 0,95	0,00	25/07/2018 20:31
Nenhuma ação disponível						

Não Respostas

Não há não-resposta para este réu/executado

Reiterar Não Respostas | Cancelar Não Respostas

Dados para depósito judicial em caso de transferência		
Instituição Financeira para Depósito Judicial Caso Transferência:	-	Usar IF e agência padrã
Agência para Depósito Judicial Caso Transferência:		
Nome do Titular da Conta de Depósito Judicial:	FLAVIO HENRIQUE DA SILVA	
CPF/CNPJ do Titular da Conta de Depósito Judicial:		
Tipo de Crédito Judicial:	-	
Código de Depósito Judicial:	-	

Nome de usuário do juiz solicitante no sistema:	EJUBB. CUESTA

Assinado eletronicamente por: LUCIANA BITTENCOURT NEIVA DE LIMA - 15/02/2019 17:51:01 - 8a21970
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19021517505605700000101579943
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 8a21970 - Pág. 3
Número do documento: 19021517505605700000101579943

Conferir Ações Selecionadas | Voltar

Utilizar Dados do Bloqueio para Criar Nova Ordem | Marcar Ordem Como Não Lida

Dados do Bloqueio Original

Assinado eletronicamente por: LUCIANA BITTENCOURT NEIVA DE LIMA - 15/02/2019 17:51:01 - 8a21970
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19021517505605700000101579943
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 8a21970 - Pág. 4
Número do documento: 19021517505605700000101579943

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª Vara do Trabalho de Campinas

Processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME e outros (2)

D E S P A C H O

Diante do decurso de prazo concedido em despacho anterior, expeça-se mandado para Vara do Trabalho de Lins (TRT15), a fim de que seja realizada a avaliação do imóvel sob matricula n° 8.721 do Cartório de Registro de Imóveis de Cafelândia/SP.

Sem prejuízo, considerando os valores penhorados via BacenJud após descumprimento de acordo, conforme protocolo de id 8a21970, dê-se ciência ao executado FRANCISCO APARECIDO DE OLIVEIRA.

Decorrido o prazo, libere-se ao exequente, atualizando-se o valor do crédito exequendo.

Em 15 de Fevereiro de 2019.

Juiz(íza) do Trabalho

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª Vara do Trabalho de Campinas

Processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME e outros (2)

D E S P A C H O

Diante do decurso de prazo concedido em despacho anterior, expeça-se mandado para Vara do Trabalho de Lins (TRT15), a fim de que seja realizada a avaliação do imóvel sob matricula n° 8.721 do Cartório de Registro de Imóveis de Cafelândia/SP.

Sem prejuízo, considerando os valores penhorados via BacenJud após descumprimento de acordo, conforme protocolo de id 8a21970, dê-se ciência ao executado FRANCISCO APARECIDO DE OLIVEIRA.

Decorrido o prazo, libere-se ao exequente, atualizando-se o valor do crédito exequendo.

Em 15 de Fevereiro de 2019.

Juiz(íza) do Trabalho

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

Justiça do Trabalho - 15ª Região

3ª Vara do Trabalho de Campinas

0010782-36.2016.5.15.0043

MANDADO DE PENHORA DE BENS ESPECÍFICOS OS CR 05/2016:

IMÓVEL MATRÍCULA 8721, do CRI de CAFELÂNDIA

Reclamante: AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA

Reclamada(s): RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME e outros (2) - **CNPJ/CPF: EMERSON RODRIGUES DE OLIVEIRA CPF: 377.284.558-42, FRANCISCO APARECIDO DE OLIVEIRA CPF: 100.935.398-51, L UX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME CNPJ: 13.559.499/0001-13**

FRANCISCO APARECIDO DE OLIVEIRA
RUA MIGUEL JERONIMO GUERREIRO, 338, CASA B, JD ALTO CAFEZAL, CAFELANDIA - SP - CEP: 16500-000

Valor do débito: R$ 46.500.00, atualizado para 03/04/2018.

De ordem do(a) MM. Juiz (a) do Trabalho, MARINA DE SIQUEIRA FERREIRA ZERBINATTI , proce da, o oficial de justiça avaliador, por meio desteMANDADO**, à penhora e avaliação**, do bem imóvel de Matrícula nº 8721, do CRI de Cafelândia: LOTE DE TERRENO, sem qualquer benfeitoria, situado no distrito da paz, designado lote 25, da Quadra B, do Loteamento Jardim Alto Cafezal, Cafelândia, de propriedade de FRANCISCO APARECIDO DE OLIVEIRA e sua cônjuge (terceira ao precesso) MARIA MADALENA RODRIGUES DE OLIVEIRA, CPF 174.028.748-77.

Se imóvel localizado na própria jurisdição procederá à avaliação e as intimações necessárias. Na hipótese de ser localizado em outra jurisdição, deverá ser emitido termo de penhora.

Efetivadas a penhora e avaliação do bem acima descrito, promova-seo imediato registro na ARISP, e a intimação dos interessados.

Autoriza-se, desde logo, que o Oficial de Justiça Avaliador se valha das prerrogativas previstas nos artigos 212, 249, 252, 253, 846 e 846 §2º do CPC, requisitando força, com a mera apresentação deste à Autoridade Policial. Deverá o Oficial de Justiça proceder a todas as diligências necessárias para o fiel cumprimento do presente Mandado, efetivando a penhora, se necessário for, onde quer que se encontrem os bens (art. 845 do CPC), independente de nova ordem ou mandado.

Determina-se a utilização do banco de dados existente na extranet/jurídico/execuções, especialmente para registro do(s)bem(ns)constrito(s)e/ouexpedição decertidão negativa ou deexecução frustrada, com a consequente informação deinsolvência do devedor, se o caso.

Cumpra-se-

Esta é assinada pelo servidor SIMONE TERCEIRO E BARRETO, de ordem do MM. Juiz do Trabalho, nos termos do artigo 250, inciso VI do CPC.

CAMPINAS , 21 de Fevereiro de 2019 .

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª Vara do Trabalho de Campinas

Processo nº 0010782-36.2016.5.15.0043

Reclamante: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA

Reclamada: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME e outros

GUIA DE RETIRADA JUDICIAL

*** Saque do depósito judicial efetuado na conta 042 / 04889719-3**

*** Saque do depósito judicial efetuado na conta 042 / 04889720-7**

A Exma. Juíza do Trabalho da 3ª Vara do Trabalho de Campinas/SP, no uso de suas atribuições legais, **MANDA** ao Sr. Gerente da **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL,** agência local, ou a quem suas vezes fizer, que à vista da presente guia de retirada expedida nos autos supra, efetue o pagamento ao reclamante **FLAVIO HENRIQUE DA SILVA, CPF: 227.265.768-00,** ou a sua advogada, **Dra. Simone De Moraes Souza, OAB/SP 313.589,** da importância de **R$1.462, 39 e R$143,66em 07/03/2019,**do depósito judicial precitado, à disposição do Juízo, acrescido dos juros e correções até o efetivo pagamento.

Nos termos da Medida Provisória 2.200, Ofício Circular TST GP.JAP nº 18/2017 e Ofício Circular TRT15 nº 005 /2017-GP é desnecessária a assinatura manuscrita do documento eletrônico assinado com certificado digital.

Deverá a parte imprimir o documento e se dirigir à agência bancária para levantamento dos valores deferidos.

CUMPRA-SE, sob as penas da Lei.

CAMPINAS, 7 de Março de 2019.

DESTINATÁRIO:

AO ADVOGADO DO RECLAMANTE:

Ciência ao autor da expedição de guia de retirada de id c788533. Nada mais.

PJECALC 1078236.2016

PJe-Calc
Sistema de Cálculos Trabalhistas

Processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Cálculo: 101964

PLANILHA DE ATUALIZAÇÃO DE CÁLCULO

Reclamante: **FLAVIO HENRIQUE DA SILVA**
Reclamado: **LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME**
Período do Cálculo: **21/03/2018 a 21/03/2018** Data Ajuizamento: **22/03/2018** Data Liquidação: **31/03/2019**

Resumo da Atualização do Cálculo

Descrição do Saldo Devedor por Credor	Valor
LÍQUIDO DEVIDO AO RECLAMANTE	50.608,96
Total Devido Pelo Reclamado	**50.608,96**

Eventos ocorridos: Pagamento em 07/03/2019 no valor de R$ 1.606,05.

Critério da Atualização e Fundamentação Legal

1. Valores corrigidos pelo índice 'Tabela Única JT Diário', acumulado a partir do mês de vencimento.
2. Contribuições sociais sobre 'salários devidos vencidos antes de 05/03/2009' sem acréscimo de juros e multa, conforme Art. 276, caput do Decreto nº 3.048/99. Contribuições sociais sobre 'salários devidos vencidos a partir de 05/03/2009' com acréscimo de juros desde a prestação do serviço e sem acréscimos de multa.

3. Juros simples de 1% a.m., pro rata dia (Art. 39 da Lei nº 8177/91).

PJe
Assinado eletronicamente por: ANA PAULA TAKAKI - 08/03/2019 17:59:03 - 6c34f51
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19030817583778200000102938394
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 19030817583778200000102938394

Processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Cálculo: 101964

PLANILHA DE ATUALIZAÇÃO DE CÁLCULO

Reclamante: **FLAVIO HENRIQUE DA SILVA**
Reclamado: **LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME**
Período do Cálculo: **21/03/2018 a 21/03/2018** Data Ajuizamento: **22/03/2018** Data Liquidação: **31/03/2019**

Demonstrativo da Atualização do Cálculo

Atualização do Cálculo (Folha/ID não informado) até 07/03/2019, data do(s) evento(s) Pagamento (Folha/ID não informado).

Créditos do Reclamante	Base	Taxa	Valor	Índice	Devido	Pago	Diferença
Principal Corrigido	-	-	31.000,00	1,000000000	31.000,00	0,00	31.000,00
Juros de Mora até 25/04/2018	-	-	348,33	1,000000000	348,33	0,00	348,33
Juros de Mora de 26/04/2018 até 07/03/2019	31.000,00	10,3925%	-	-	3.221,68	0,00	3.221,68
MULTA 50% devida ao Reclamante	34.570,01	50,0000%	-	-	17.285,00	1.606,05	15.678,95
Total Parcial					**51.855,01**	**1.606,05**	**50.248,96**

Saldo Devedor em 31/03/2019

Créditos do Reclamante	Base	Taxa	Valor	Índice	Devido	Pago	Diferença
Principal Corrigido	-	-	31.000,00	1,000000000	31.000,00	0,00	31.000,00
Juros de Mora até 07/03/2019	-	-	3.570,01	1,000000000	3.570,01	0,00	3.570,01
Juros de Mora de 08/03/2019 até 31/03/2019	31.000,00	0,7742%	-	-	240,00	0,00	240,00
MULTA 50% devida ao Reclamante - Remanescente	-	-	15.678,95	1,000000000	15.678,95	0,00	15.678,95
MULTA 50% devida ao Reclamante - sobre juros do período	240,00	50,0000%	-	-	120,00	0,00	120,00
Total Parcial					**50.608,96**	**0,00**	**50.608,96**

Atualização liquidada por ANA PAULA TAKAKI em 07/03/2019 às 17:59:24.

Assinado eletronicamente por: ANA PAULA TAKAKI - 08/03/2019 17:59:03 - 6c34f51
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19030817583778200000102938394
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 19030817583778200000102938394

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª Vara do Trabalho de Campinas

Processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME e outros (2)

lsp

D E S P A C H O

Considerando o valor de R$245,78 também penhorado via BacenJud após descumprimento de acordo, conforme protocolo de id 8a21970, dê-se ciência ao executado EMERSON RODRIGUES DE OLIVEIRA.

Decorrido o prazo, libere-se ao exequente, atualizando-se o valor do crédito exequendo.

No mais, aguarde-se cumprimento de mandado para avaliação do imóvel sob matricula n° 8.721 do Cartório de Registro de Imóveis de Cafelândia/SP.

Em 8 de Março de 2019.

Juiz(íza) do Trabalho

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª Vara do Trabalho de Campinas

Processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME e outros (2)

lsp

D E S P A C H O

Considerando o valor de R$245,78 também penhorado via BacenJud após descumprimento de acordo, conforme protocolo de id 8a21970, dê-se ciência ao executado EMERSON RODRIGUES DE OLIVEIRA.

Decorrido o prazo, libere-se ao exequente, atualizando-se o valor do crédito exequendo.

No mais, aguarde-se cumprimento de mandado para avaliação do imóvel sob matricula n° 8.721 do Cartório de Registro de Imóveis de Cafelândia/SP.

Em 8 de Março de 2019.

Juiz(íza) do Trabalho

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA 3ª VARA DO TRABALHO DA COMARCA DE CAMPINAS, ESTADO DE SÃO PAULO.

PROCESSO Nº 0010782-36.2016.5.15.0043

LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME e OUTROS, já qualificados nos autos da **RECLAMAÇÃO TRABALHISTA,** processo em epigrafe em trâmite perante a este ilustre Juízo, que lhe move **FLÁVIO HENRIQUE DA SILVA**, já qualificado, através de sua advogadas e procuradoras, *in fine* assinada, vem mui respeitosamente a presença V. Exa., propor a presente **IMPUGNAÇÃO A PENHORA**, pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos:

SÍNTESE DOS FATOS

Os Impugnantes firmaram termo de acordo com o Impugnado, a fim de quitarem os débitos referente a esta Reclamação Trabalhista, conforme consta no ID 94f41d8. Entretanto Excelência, devido a crise financeira que assola o País, os Impugnantes ficaram impossibilitados de quitarem as parcelas acordadas.

Em consequência, foi penhorado seu único bem imóvel de família, conforme informado pelo Sr. Oficial de Justiça em sua certidão, constante no ID 416b1dd, que deverá ser levantada, uma vez que a penhora do mesmo, afronta ao princípio constitucional fundamental da dignidade da pessoa humana.

DA IMPENHORABILIDADE DOS BENS DOS IMPUGNANTES

Deverá ser declarada nula a penhora realizada no único bem imóvel de família dos impugnantes, tendo em vista que foi procedida em frontal desrespeito à lei. 8.009/90. Senão vejamos :

O Referido imóvel, objeto da penhora, descrito na matrícula nº 8.721, trata-se de único imóvel de residência da família e como tal, é impenhorável, não respondendo por qualquer tipo de dívida, salvo nas hipóteses previstas no artigo 3º da referida Lei.

Este imóvel é a unica residência dos Impugnantes. Sendo assim, a penhora efetivada nos presentes autos, deverá ser levantada, tendo em vista a impenhorabilidade do imóvel da família, uma vez que deve ser respeitadas as exceções legais.

DO DIREITO

A Lei nº 8.009/90 tem por objetivo salvaguardar o imóvel no qual reside o seu proprietário, no caso os executados.

Reza o artigo 1º da Lei:

"O imóvel residencial próprio do casal, ou da entidade familiar, é impenhorável e não responderá por qualquer tipo de dívida civil, comercial, fiscal, previdenciária ou de outra natureza, contraída pelos cônjuges ou pelos pais ou filhos que sejam seus proprietários e nele residam, salvo nas hipóteses previstas nesta Lei."

Diz ainda o artigo 5º da mesma Lei:

"Para os efeitos de impenhorabilidade, de que trata esta Lei, considera-se residência um único imóvel utilizado pelo casal, ou pela entidade familiar para moradia permanente." (g.n.)

Como relatou o eminente Juiz Garcia Leon:

"A melhor hermenêutica é aquela que, sem nunca esquecer que o direito, antes de tudo fora instituído para o homem, em razão do homem, busca harmonizar seu alcance e fins a este princípio eterno e imperecível." (g.n.)

A Lei nº 8.009/90 vigora, impondo-se a sua observância, é o que justamente pretende os Executados ora Requerentes, para que, via de consequência seja desfeito o ato constritivo do bem.

"BEM DE FAMÍLIA - PENHORA - Consequência da impenhorabilidade estabelecida pela Lei 8.009/90 é o desfazimento do ato constritivo que atingirá o bem de família do executado. Unânime." (STJ - 4ª Turma Esp. nº 30.695-8 - SP - Rel. Min. Fontes de Alencar. j. 29.03.93, v.u. - JU 03.05.93).

Sendo assim, deverá ser reconhecida a ilegalidade do ato constritivo do bem penhorado, frente a Lei invocada, determinando o desfazimento da constrição e o levantamento da penhora.

DOS PEDIDOS

Por todo o exposto e conforme fundamentação acima, os Impugnantes requerem a V.Exa pelo reconhecimento da ilegalidade do ato constritivo do imóvel penhorado, frente a Lei invocada de Bem de Família, determinando o desfazimento da constrição, e o levantamento da penhora, sem qualquer averbação na matrícula de nº 8.721.

Pretendem provar o alegado, por todos os meios de provas admitidas em direito, como documentos e oitiva de testemunhas a serem oportunamente arroladas.

Ainda, na oportunidade, requer que todos os atos e publicações alusivos ao feito, sejam efetuados em nome da advogada **Dra**. **Rosangela Ap. Mattos**, **inscrita na OAB/SP sob nº 99.230**, sob pena de nulidade.

Termos em que,

Pede deferimento.

Campinas, 11 de março de 2019

ROSÂNGELA APARECIDA MATTOS

OAB/SP Nº 99.230

ROSANE DE OLIVEIRA

OAB/SP Nº 205.650

ROSANGELA AP. MATTOS FERREGUTTI

OAB/SP 99.230

SUBSTABELECIMENTO

ROSANGELA AP. MATTOS, brasileira, divorciada, inscrita na **OAB/SP sob nº 99.230**, com escritório na Avenida Mirassol, nº 226, Vila Joaquim Inácio, nesta cidade e comarca de Campinas/SP, substabelece com reservas de poderes, na pessoa da advogada, **ROSANE DE OLIVEIRA**, **OAB/SP nº 205.650**, os poderes que lhe foram outorgados.

Campinas, 10 de janeiro de 2018.

ROSANGELA AP. MATTOS FERREGUTTI

OAB/SP nº 99.230

Av. Mirassol, 226 – Vila Joaquim Inácio – Campinas/SP – CEP 13043-300 – email Dra_rosangela_mattos@hotmail.com
Fone/Fax 3276.0693 e 3276.5074

Assinado eletronicamente por: ROSANE DE OLIVEIRA - 12/03/2019 16:44:43 - fd44557
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19031216440967800000103144896
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. fd44557 - Pág. 1
Número do documento: 19031216440967800000103144896

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

PROCESSO: RTSum 0010782-36.2016.5.15.0043
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME, EMERSON RODRIGUES DE OLIVEIRA, FRANCISCO APARECIDO DE OLIVEIRA

ID do mandado: 8eeadb5
Destinatário: FRANCISCO APARECIDO DE OLIVEIRA.

AUTO DE PENHORA E AVALIAÇÃO

Em 15/03/2019, em cumprimento ao mandado ID 8eeadb5, observado o art. 659, § 4º e § 5º do CPC, procedi à penhora sobre o imóvel registrado no Cartório de Registro de Imóveis de Cafelândia sob nº 8721, situado na

AV. MIGUEL JERONIMO GUERREIRO, 338, JD ALTO CAFEZAL

, avaliando-o, conforme regras de experiência e em pesquisa ao mercado imobiliário local, e ainda com base na construção edificada, no valor de

R$106.570,00 (cento e seis mil, quinhentos e setenta reais) conforme demonstrativo anexo.

Cadastro municipal de contribuinte: 430875.54.3.0134.01.

Segundo informações da laudo de valor venal do Município de Cafelândia, o imóvel tem 175,82 m² de área construída, em terreno de 260 m² de área.

E, do que, para constar, lavrei o presente.

FERNANDA CAROLINA TORRES

Oficial(a) de Justiça Avaliador(a) Federal

INTIMAÇÃO DA PENHORA, AVALIAÇÃO e DEPÓSITO

Certifico e dou fé que, nesta data, intimei

EMERSON RODRIGUES DE OLIVEIRA

, para ciência da penhora e da avaliação, bem como de sua nomeação como depositário (a) do bem, o qual, até nova determinação judicial, obriga-se a não abrir mão do bem constrito, sob as penas da lei. Outrossim, dei-lhe ciência de que tem o prazo de cinco dias para, querendo, apresentar embargos. Lins 15/03/2019.

LINS, 19 de Março de 2019

FERNANDA CAROLINA TORRES
Oficial de Justiça Avaliador Federal

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Vara do Trabalho de Lins
Rua Val de Palmas, 168 – Jd. Americano

Processo nº 0010782-36.2016.5.15.0043
Exequente: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
Executado: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME e outros (2) - CNPJ/CPF: EMERSON RODRIGUES DE OLIVEIRA CPF: 377.284.558-42, FRANCISCO APARECIDO DE OLIVEIRA CPF: 100.935.398-51, LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME CNPJ: 13.559.499/0001-13
Valor da execução: R$ 46.500.00, atualizado para 03/04/2018
Endereço da diligência: AV. MIGUEL JERONIMO GUERREIRO, 338, JD ALTO CAFEZAL, CAFELANDIA - SP - CEP: 16500-000

AUTO DE PENHORA E AVALIAÇÃO DE IMÓVEL

Aos 15 dias de março de 2019, para a garantia total do débito exequendo, penhorei e avaliei parte do bem abaixo descrito, conforme segue.

Matrícula - nº 8721 do Cartório de Registro de Imóveis de Cafelândia/SP.

Descrição da matrícula–

LIVRO N.o 2-P-1 (174)

MATRÍCULA N.o 8.721 DATA 24 de Julho de 2002.

IMÓVEL: "UM(1) lote de terreno, de formato regular, sem qualquer benfeitoria, situado - nesta cidade, distrito de paz, municipio e comarca de Cafelandia, Estado de São Paulo, identificado como sendo o LOTE 25(vinte e cinco) da Quadra B, do Loteamento denominado JARDIM - ALTO CAFEZAL, com as seguintes medidas e confrontações:- pela frente mede 10,00(dez) metros com frente para a Avenida 8, confrontando à requerda, 26,00(vinte e seis) metros com o lote 24; à direita, 26,00(vinte e seis) metros com o lote 26; e aos fundos, 10,00(dez) metros com Constantino Fabricio Junior, perfazendo uma área de 260,00m2(duzentos e sessenta metros quadrados)".-

Dados Municipais – consta edificação no total de 175,82m², certidão de valor venal em anexo.

Benfeitorias– Conforme vistoria *in loco* e fotos em anexo, trata-se de dois imóveis edificados no mesmo terreno. Aos fundos uma residência e na frente um prédio inacabado onde funciona uma vidraçaria de propriedade dos executados que trabalham no local.

Ocupação: Residem no imóvel aos fundos os executados (**EMERSON RODRIGUES DE OLIVEIRA e FRANCISCO APARECIDO DE OLIVEIRA**) e sua família, razão pela qual procedi com a penhora somente do imóvel da frente, comercial que possui 124,92m², tendo em vista a proteção da lei 8009/90.

Avaliação - Imóvel avaliado em R$106.570,00 (cento e seis mil, quinhentos e setenta reais) conforme demonstrativo anexo.

Fernanda Carolina Torres
Oficial de Justiça Avaliador

Assinado eletronicamente por: FERNANDA CAROLINA TORRES - 19/03/2019 11:41:12 - cf6d834
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19031911400274400000103594390
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. cf6d834 - Pág. 1
Número do documento: 19031911400274400000103594390

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Vara do Trabalho de Lins
Rua Val de Palmas, 168 – Jd. Americano

Processo nº 0010782-36.2016.5.15.0043

DEMONSTRATIVO DE AVALIAÇÃO DO IMÓVEL

O valor atribuído ao imóvel foi obtido pela aplicação do método evolutivo, resultado do somatório do preço médio do terreno com a estimativa de custo das benfeitorias edificadas, conforme Norma ABNT 14653-2.

Determinação do valor do terreno – De acordo com demonstrativo a seguir e informações obtidas junto ao mercado imobiliário local, o preço médio para o metro quadrado do terreno na região onde se situa o imóvel avaliando, foi apurado em R$197,00/m². Então, considerando que a fração ideal de terreno (82,175 m²), avalio parte do terreno em R$16.188,48.

Determinação do valor das benfeitorias – Para valorar as edificações adotei como referencial o valor do custo unitário básico civil (CUB), obtido na página eletrônica do *SindusCon SP*, Boletim Econômico fevereiro/2019, equivalente ao projeto CAL(comercial andares livres), no importe de R$ 1.597,17 o m², para obter o custo de reprodução da edificação (obra nova). Por se tratar de obra inacabada que inclui os serviços preliminares, infraestrutura, supraestrutura, esquadrias, cobertura , instalações hidráulicas, instalações elétricas e vidros apliquei o percentual de estimativa de gastos por etapa de obra ,da revista Construção Mercado n. 197, abril 2018, editora Pini, no valor de 1,1% para serviços preliminares, fundações 3,0% , para infraestrutura 3,8%, 19,5% para supraestrutura, 3,7% para esquadrias, 0,6% para cobertura, 9,3% para instalações hidráulicas, 3,8% para instalações elétricas e 0,4% para os vidros. Total de 45,3% de gastos.

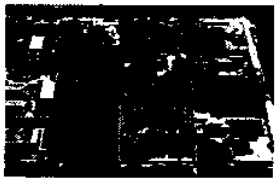
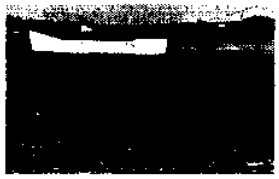
CÁLCULO DO VALOR MÉDIO DO IMÓVEL COM BASE NOS DADOS COLETADOS

ITEM	CUB (R$)	Área (m²)	Reprodução (R$)	Serviços preliminares e fundações (%)	Infraestrutura e supraestrutura(%)	Esquadrias ,cobertura instalações hidráulicas e elétricas e vidros (%)	TOTAL (R$)
edificação	1.597,17	124,92	199.518	1,1+3,0=4,2	3,8+19,5=23,3	3,7+0,6+9,3+3,8+0,4=17,8	90.382,00
terreno							16.188,00
IMÓVEL							**106.570,00**

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Processo nº 0010782-36.2016.5.15.0043

DEMONSTRATIVO DE AVALIAÇÃO DO TERRENO

	IMÓVEL 1	IMÓVEL 2	IMÓVEL 3
FOTO			
ANÚNCIO	http://gioprisimobiliaria.com.br/ref315.php	http://gioprisimobiliaria.com.br/ref301.php	**http://gioprisimobiliaria.com.br/ref310.php**
ÁREA	1.250m²	312,5 m²	625 m²
VALOR ANUNCIADO	R$ 300.000,00	R$ 70.000,00	R$ 80.000
VALOR POR M	**R$ 240,00**	**R$ 224,00**	**R$ 128,00**

VALOR MÉDIO DO M² COM BASE NOS DADOS COLETADOS

	VALOR DO M²
	R$ 240,00
	R$ 224,00
	R$ 128,00
TOTAL	R$ 592,00
÷ 3 = Média	R$ 197,00

CÁLCULO DO VALOR DO IMÓVEL

ÁREA DE CADA LOTE	**82,175 m²**
Valor do m²	**R$ 197,00**
VALOR DO TERRENO	**R$ 16.188,48**

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Processo nº 0010782-36.2016.5.15.0043

AUTO DE DEPÓSITO E INTIMAÇÃO

Após realizada a penhora do imóvel de matrícula 8721 CRI DE CAFELÂNDIA como consta no respectivo auto, depositei o bem penhorado nas mãos da seguinte pessoa:

Nome: EMERSON RODRIGUES DE OLIVEIRA
RG: 45805616-9
CPF: 377284558-42
Endereço: AV. MIGUEL JERONIMO GUERREIRO, 338, JD ALTO CAFEZAL, CAFELANDIA - SP - CEP: 16500-000

a qual se compromete a guardar e conservar o bem e não abrir mão dele ou agregar-lhe qualquer ônus sem autorização judicial, sendo passível das penalidades legalmente previstas para o depositário infiel.

Certifico que intimei o depositário da penhora e avaliação realizadas, bem como do respectivo mandado, para que decorram todos os efeitos legais oriundos destes atos, em especial, quanto aos prazos e medidas processuais cabíveis, ficando este ciente e recebido a contrafé nesta data.

Lins,

Nada mais

FERNANDA CAROLINA TORRES
OFICIAL DE JUSTIÇA

MUNICIPIO DE CAFELANDIA
MUNICIPIO DE CAFELANDIA
AV. JACOB ZUCCHI, Nº 200 - PARTE ALTA
CNPJ: 46186375000199

Exercício: 2019

CERTIDÃO DE VALOR VENAL

CERTIFICAMOS, a pedido do interessado, e a vista dos elementos constantes nos arquivos próprios desta municipalidade, que o valor venal e dados cadastrais referentes a este imóvel, localizado neste município na data desta certidão, seguem descritos abaixo:

Cadastro: 002988 Inscrição: 430875.54.3.0134.01
Contribuinte: FRANCISCO APARECIDO DE OLIVEIRA CPF/CNPJ 10093539851
Endereço: AV MIGUEL JERONYMO GUERRERO, 338 Complemento:
Bairro: JARDIM ALTO CAFEZAL CEP: 16500000
Cidade: CAFELANDIA UF: SP

DADOS ESPECÍFICOS DO CADASTRO

Setor : 00000 Quadra : B Lote : 25 Unidade : Código Antigo :
Área do Terreno : 260,00m² Testada Principal : 10,00m Área Edificada : 175,82m² Início da Construção: 18/12/2018
Valor Venal do Terreno : R$ 2.787,28 Valor Venal da Edificação : R$ 32.761,66 Valor Venal do Imóvel : R$ 35.548,94

Esta certidão abrange somente o imóvel acima e todo referido é verdade e dou fé.

Data de Emissão: 26/02/2019 **usuário: ISAURA**

Código de Controle da certidão/Número:
5052.AE5E.4793.7A8B

OSVALDO SANCHES JUNIOR
Secretário de Tributação e Arrecadação

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Vara do Trabalho de Lins
Rua Val de Palmas, 168 – Jd. Americano

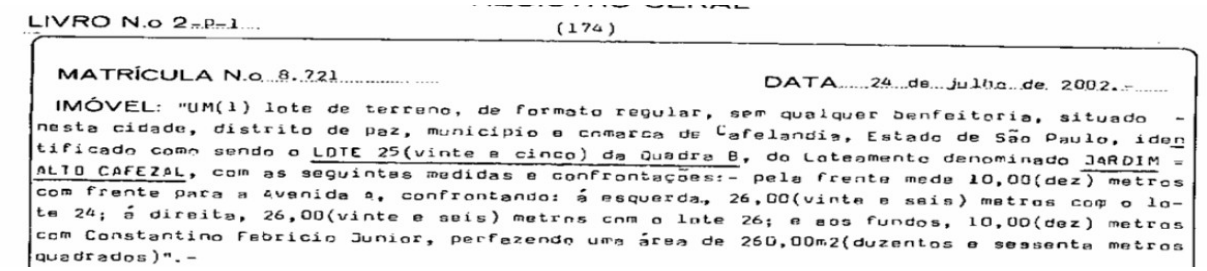
Processo nº 0010782-36.2016.5.15.0043
Exequente: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
Executado: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME e outros (2) - CNPJ/CPF: EMERSON RODRIGUES DE OLIVEIRA CPF: 377.284.558-42, FRANCISCO APARECIDO DE OLIVEIRA CPF: 100.935.398-51, LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME CNPJ: 13.559.499/0001-13
Valor da execução: R$ 46.500.00, atualizado para 03/04/2018
Endereço da diligência: AV. MIGUEL JERONIMO GUERREIRO, 338, JD ALTO CAFEZAL, CAFELANDIA - SP - CEP: 16500-000

AUTO DE PENHORA E AVALIAÇÃO DE IMÓVEL

Aos 15 dias de março de 2019, para a garantia total do débito exequendo, penhorei e avaliei parte do bem abaixo descrito, conforme segue.

Matrícula - nº 8721 do Cartório de Registro de Imóveis de Cafelândia/SP.

Descrição da matrícula–



LIVRO N.o 2-R.G.-1 (174)

MATRÍCULA N.o 8.721 DATA 24 de julho de 2002.-

IMÓVEL: "UM(1) lote de terreno, de formato regular, sem qualquer benfeitoria, situado - nesta cidade, distrito de paz, município e comarca de Cafelandia, Estado de São Paulo, identificado como sendo o LOTE 25(vinte e cinco) da Quadra B, do Loteamento denominado JARDIM - ALTO CAFEZAL, com as seguintes medidas e confrontações:- pela frente mede 10,00(dez) metros com frente para a Avenida 8, confrontando: á esquerda, 26,00(vinte e seis) metros com o lote 24; á direita, 26,00(vinte e seis) metros com o lote 26; e aos fundos, 10,00(dez) metros com Constantino Febricio Junior, perfazendo uma área de 260,00m2(duzentos e sessenta metros quadrados)".-

Dados Municipais – consta edificação no total de 175,82m², certidão de valor venal em anexo.

Benfeitorias– Conforme vistoria *in loco* e fotos em anexo, trata-se de dois imóveis edificados no mesmo terreno. Aos fundos uma residência e na frente um prédio inacabado onde funciona uma vidraçaria de propriedade dos executados que trabalham no local.

Ocupação: Residem no imóvel aos fundos os executados (**EMERSON RODRIGUES DE OLIVEIRA e FRANCISCO APARECIDO DE OLIVEIRA**) e sua família, razão pela qual procedi com a penhora somente do imóvel da frente, comercial que possui 124,92m², tendo em vista a proteção da lei 8009/90.

Avaliação - Imóvel avaliado em R$106.570,00 (cento e seis mil, quinhentos e setenta reais) conforme demonstrativo anexo.

.....
Fernanda Carolina Torres
Oficial de Justiça Avaliador

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Vara do Trabalho de Lins
Rua Val de Palmas, 168 – Jd. Americano

Processo nº 0010782-36.2016.5.15.0043

DEMONSTRATIVO DE AVALIAÇÃO DO IMÓVEL

O valor atribuído ao imóvel foi obtido pela aplicação do método evolutivo, resultado do somatório do preço médio do terreno com a estimativa de custo das benfeitorias edificadas, conforme Norma ABNT 14653-2.

Determinação do valor do terreno – De acordo com demonstrativo a seguir e informações obtidas junto ao mercado imobiliário local, o preço médio para o metro quadrado do terreno na região onde se situa o imóvel avaliando, foi apurado em R$197,00/m². Então, considerando que a fração ideal de terreno (82,175 m²), avalio parte do terreno em R$16.188,48.

Determinação do valor das benfeitorias – Para valorar as edificações adotei como referencial o valor do custo unitário básico civil (CUB), obtido na página eletrônica do *SindusCon SP*, Boletim Econômico fevereiro/2019, equivalente ao projeto CAL(comercial andares livres), no importe de R$ 1.597,17 o m², para obter o custo de reprodução da edificação (obra nova). Por se tratar de obra inacabada que inclui os serviços preliminares, infraestrutura, supraestrutura, esquadrias, cobertura , instalações hidráulicas, instalações elétricas e vidros apliquei o percentual de estimativa de gastos por etapa de obra ,da revista Construção Mercado n. 197, abril 2018, editora Pini, no valor de 1,1% para serviços preliminares, fundações 3,0% , para infraestrutura 3,8%, 19,5% para supraestrutura, 3,7% para esquadrias, 0,6% para cobertura, 9,3% para instalações hidráulicas, 3,8% para instalações elétricas e 0,4% para os vidros. Total de 45,3% de gastos.

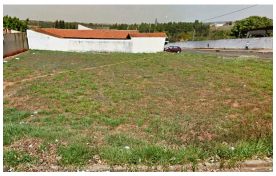
CÁLCULO DO VALOR MÉDIO DO IMÓVEL COM BASE NOS DADOS COLETADOS

ITEM	CUB (R$)	Área (m²)	Reprodução (R$)	Serviços preliminares e fundações (%)	Infraestrutura e supraestrutura(%)	Esquadrias ,cobertura instalações hidráulicas e elétricas e vidros (%)	TOTAL (R$)
edificação	1.597,17	124,92	199.518	1,1+3,0=4,2	3,8+19,5=23,3	3,7+0,6+9,3+3,8+0,4=17,8	90.382,00
terreno							16.188,00
IMÓVEL							**106.570,00**

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Processo nº 0010782-36.2016.5.15.0043

DEMONSTRATIVO DE AVALIAÇÃO DO TERRENO

	IMÓVEL 1	IMÓVEL 2	IMÓVEL 3
FOTO			
ANÚNCIO	http://gioprisimobiliaria.com.br/ref315.php	http://gioprisimobiliaria.com.br/ref301.php	**http://gioprisimobiliaria.com.br/ref310.php**
ÁREA	1.250m²	312,5 m²	625 m²
VALOR ANUNCIADO	R$ 300.000,00	R$ 70.000,00	R$ 80.000
VALOR POR M	**R$ 240,00**	**R$ 224,00**	**R$ 128,00**

VALOR MÉDIO DO M² COM BASE NOS DADOS COLETADOS

	VALOR DO M²
	R$ 240,00
	R$ 224,00
	R$ 128,00
TOTAL	R$ 592,00
÷ 3 = Média	R$ 197,00

CÁLCULO DO VALOR DO IMÓVEL

ÁREA DE CADA LOTE	**82,175 m²**
Valor do m²	**R$ 197,00**
VALOR DO TERRENO	**R$ 16.188,48**

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Processo nº 0010782-36.2016.5.15.0043

AUTO DE DEPÓSITO E INTIMAÇÃO

Após realizada a penhora do imóvel de matrícula 8721 CRI DE CAFELÂNDIA como consta no respectivo auto, depositei o bem penhorado nas mãos da seguinte pessoa:
Nome: EMERSON RODRIGUES DE OLIVEIRA
RG: 45805616-9
CPF: 377284558-42
Endereço: AV. MIGUEL JERONIMO GUERREIRO, 338, JD ALTO CAFEZAL, CAFELANDIA - SP - CEP: 16500-000
a qual se compromete a guardar e conservar o bem e não abrir mão dele ou agregar-lhe qualquer ônus sem autorização judicial, sendo passível das penalidades legalmente previstas para o depositário infiel.
Certifico que intimei o depositário da penhora e avaliação realizadas, bem como do respectivo mandado, para que decorram todos os efeitos legais oriundos destes atos, em especial, quanto aos prazos e medidas processuais cabíveis, ficando este ciente e recebido a contrafé nesta data.
Lins,
Nada mais

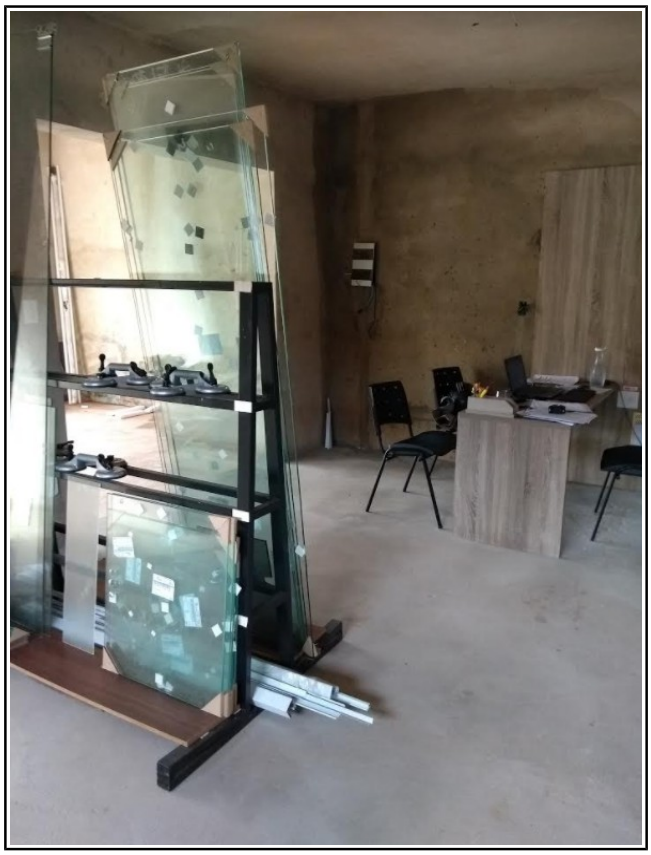
FERNANDA CAROLINA TORRES
OFICIAL DE JUSTIÇA

FOTOS DO IMÓVEL PENHORADO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Fotos da parte térrea com 82m² aproximadamente



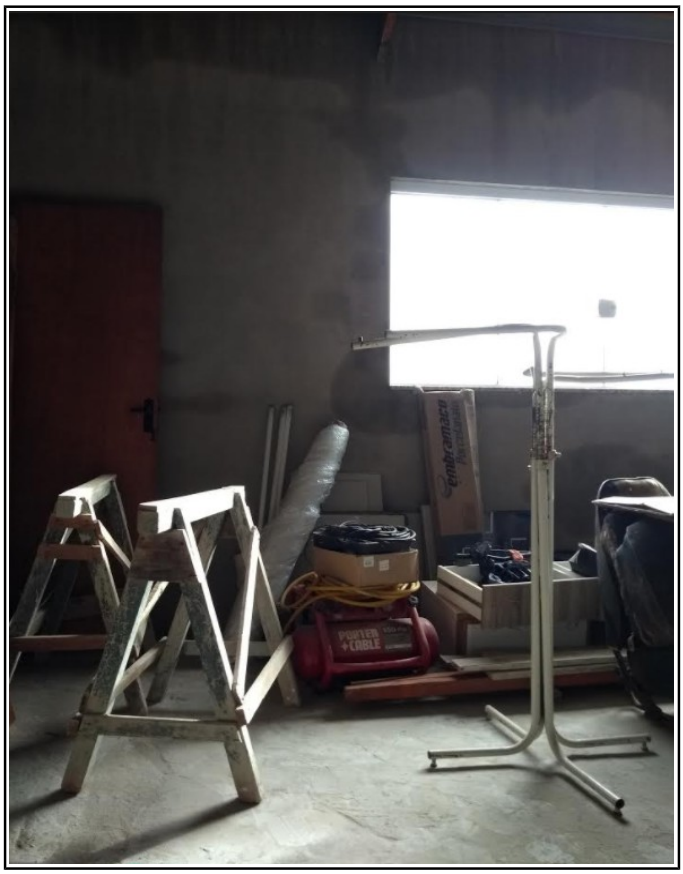


PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO





Fotos do andar superior com 42m² aproximadamente







EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA VARA DO TRABALHO DE LINS, ESTADO DE SÃO PAULO.

PROCESSO Nº 0010782-36.2016.5.15.0043

LUX'S SERVIÇOS DE MARCENARIA LTDA ME, já qualificada, através de suas advogadas e procuradoras *in fine* assinadas, nos autos da Reclamatória Trabalhista, processo em epígrafe, que move **FLÁVIO HENRIQUE DA SILVA,** já qualificado, vem mui respeitosamente, a presença de Vossa Excelência, requerer, que seja designada **AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO,** a fim de dar fim ao litígio, com o devido acordo para pagamento do débito.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Campinas, 21 de março de 2019.

ROSANGELA AP. MATTOS

OAB/SP nº 99.230

ROSANE DE OLIVEIRA

OAB/SP nº 205.650

ROSANGELA AP. MATTOS

OAB/SP 99.230

SUBSTABELECIMENTO

ROSANGELA AP. MATTOS, brasileira, divorciada, inscrita na **OAB/SP sob nº 99.230**, com escritório na Avenida Mirassol, nº 226, Vila Joaquim Inácio, nesta cidade e comarca de Campinas/SP, substabelece com reservas de poderes, na pessoa da advogada, **ROSANE DE OLIVEIRA**, **OAB/SP nº 205.650**, os poderes que lhe foram outorgados.

Campinas, 21 de janeiro de 2019.

ROSANGELA AP. MATTOS

OAB/SP nº 99.230

Av. Mirassol, 226 – Vila Joaquim Inácio – Campinas/SP – CEP 13043-300 – email Dra_rosangela_mattos@hotmail.com
Fone/Fax 3276.0693 e 3276.5074

Assinado eletronicamente por: ROSANE DE OLIVEIRA - 21/03/2019 12:24:44 - 43d8605
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19032112242190500000103796476
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 43d8605 - Pág. 1
Número do documento: 19032112242190500000103796476

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª Vara do Trabalho de Campinas

Processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME e outros (2)

stb

D E S P A C H O

Efetuada a avaliação do imóvel de Matrícula nº 8721, do Cartório de Registro de Imóveis de Cafelândia(SP), no importe de R$ 106.570,00 (em 15/03/2019) para pagamento do débito de R$ 50.608,96 (em 31/03/2019) e nomeado fiel depositário o sócio executado Emerson Rodrigues de Oliveira, de tudo já ciente, conforme ID cf6d834, registre-se a penhora e, em nada mais havendo, encaminhe-se à Hasta.

Em 20 de Março de 2019.

Juiz(íza) do Trabalho

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª Vara do Trabalho de Campinas

Processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME e outros (2)

stb

D E S P A C H O

Efetuada a avaliação do imóvel de Matrícula nº 8721, do Cartório de Registro de Imóveis de Cafelândia(SP), no importe de R$ 106.570,00 (em 15/03/2019) para pagamento do débito de R$ 50.608,96 (em 31/03/2019) e nomeado fiel depositário o sócio executado Emerson Rodrigues de Oliveira, de tudo já ciente, conforme ID cf6d834, registre-se a penhora e, em nada mais havendo, encaminhe-se à Hasta.

Em 20 de Março de 2019.

Juiz(íza) do Trabalho

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA 1ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS, ESTADO DE SÃO PAULO.

PROCESSO Nº 0010782-36.2016.5.15.0043

LUX'S SERVIÇOS DE MARCENARIA LTDA ME, já qualificada, através de suas advogadas e procuradoras *in fine* assinadas, nos autos da Reclamatória Trabalhista, processo em epígrafe, que lhe move **FLÁVIO HENRIQUE DA SILVA,** já qualificado, vem mui respeitosamente, a presença de Vossa Excelência, reiterar o pedido de designada **AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO,** de Id 305df32.

Termos em que,

Pede deferimento.

Campinas, 25 de março de 2019.

ROSANGELA AP. MATTOS

OAB/SP nº 99.230

ROSANE DE OLIVEIRA

OAB/SP nº 205.650

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª Vara do Trabalho de Campinas

Processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME e outros (2) lsp

D E S P A C H O

Preliminarmente ao prosseguimento da execução com relação ao imóvel de matricula n° 8721, do Cartório de Registro de Imóveis de Cafelândia (SP) e considerando o dever do Juiz de velar pela célere solução do processo, assim como de promover esforços no sentido da conciliação das partes, designo audiência para a primeira data vaga na pauta de mediação, que será mediada por servidor e supervisionada por Magistrado.

Este juízo convida as partes para uma reflexão, desde já, quanto a possibilidade de um acordo.

Ante o pedido de inclusão em pauta formulado pela reclamada por petição, esta deverá trazer proposta de acordo, nos termos da Resolução Administrativa nº 12/2014, bem como da Resolução 04/2017, ambas deste Tribunal.

As partes serão intimadas quando da disponibilização da data.

Aguarde-se.

Em 3 de Abril de 2019.

Juiz(íza) do Trabalho

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª Vara do Trabalho de Campinas

Processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME e outros (2) lsp

D E S P A C H O

Preliminarmente ao prosseguimento da execução com relação ao imóvel de matricula n° 8721, do Cartório de Registro de Imóveis de Cafelândia (SP) e considerando o dever do Juiz de velar pela célere solução do processo, assim como de promover esforços no sentido da conciliação das partes, designo audiência para a primeira data vaga na pauta de mediação, que será mediada por servidor e supervisionada por Magistrado.

Este juízo convida as partes para uma reflexão, desde já, quanto a possibilidade de um acordo.

Ante o pedido de inclusão em pauta formulado pela reclamada por petição, esta deverá trazer proposta de acordo, nos termos da Resolução Administrativa nº 12/2014, bem como da Resolução 04/2017, ambas deste Tribunal.

As partes serão intimadas quando da disponibilização da data.

Aguarde-se.

Em 3 de Abril de 2019.

Juiz(íza) do Trabalho

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª Vara do Trabalho de Campinas

Processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME e outros (2)

rlh

D E S P A C H O

Considerando o dever do Juiz de zelar por uma célere solução do processo, assim como de promover esforços no sentido de conciliar as partes, designo audiência de tentativa de conciliação para o **dia 29/5/2019 às 15h00,** que será mediada por Servidor e supervisionada por Magistrado, na sala de mediação localizada nesta 3ª Vara do Trabalho, 3º andar.

O comparecimento das partes e advogados é imprescindível, tanto para a tentativa de conciliação como para encaminhamentos que visem a efetividade e o trâmite do processo em tempo razoável, como preconizado pelo artigo 5º, inciso LXXVII da Constituição da República.

A ausência injustificada das partes poderá implicar na imposição de multa, na forma do artigo 774 do CPC c/c 769 da CLT, assim como nos termos dos artigos 23 da Resolução Administrativa 12/2014 e 17 da Resolução 04/2017, ambas do TRT15ª Região.

Ficam as partes cientes que em caso de insucesso, serão praticados atos processuais, ficando as mesmas cientes de que os atos praticados na audiência serão considerados publicados na mesma ocasião, não havendo nova intimação ou citação a respeito (CLT, art. 834 e TST, Súmula 197).

Intimem-se as partes, ficando a devedora cientificada de que, na data supra, deverá se fazer presente por meio de seu representante legal ou de preposto com poderes para transigir e receber citação.

Infrutífera a tentativa conciliatória, prossigam-se os atos executórios com relação ao imóvel de matricula n° 8.721, do Cartório de Registro de Imóveis de Cafelândia (SP).

Em 22 de Abril de 2019.

Juiz(íza) do Trabalho

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª Vara do Trabalho de Campinas

Processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME e outros (2)

rlh

D E S P A C H O

Considerando o dever do Juiz de zelar por uma célere solução do processo, assim como de promover esforços no sentido de conciliar as partes, designo audiência de tentativa de conciliação para o **dia 29/5/2019 às 15h00,** que será mediada por Servidor e supervisionada por Magistrado, na sala de mediação localizada nesta 3ª Vara do Trabalho, 3º andar.

O comparecimento das partes e advogados é imprescindível, tanto para a tentativa de conciliação como para encaminhamentos que visem a efetividade e o trâmite do processo em tempo razoável, como preconizado pelo artigo 5º, inciso LXXVII da Constituição da República.

A ausência injustificada das partes poderá implicar na imposição de multa, na forma do artigo 774 do CPC c/c 769 da CLT, assim como nos termos dos artigos 23 da Resolução Administrativa 12/2014 e 17 da Resolução 04/2017, ambas do TRT15ª Região.

Ficam as partes cientes que em caso de insucesso, serão praticados atos processuais, ficando as mesmas cientes de que os atos praticados na audiência serão considerados publicados na mesma ocasião, não havendo nova intimação ou citação a respeito (CLT, art. 834 e TST, Súmula 197).

Intimem-se as partes, ficando a devedora cientificada de que, na data supra, deverá se fazer presente por meio de seu representante legal ou de preposto com poderes para transigir e receber citação.

Infrutífera a tentativa conciliatória, prossigam-se os atos executórios com relação ao imóvel de matricula n° 8.721, do Cartório de Registro de Imóveis de Cafelândia (SP).

Em 22 de Abril de 2019.

Juiz(íza) do Trabalho

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA 3ª VARA DO TRABALHO DA COMARCA DE CAMPINAS

PROCESSO Nº 0010782-36.2016.5.15.0043

LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME e outros, já qualificado nos autos da RECLAMAÇÃO TRABALHISTA em epigrafe em tramite perante a este ilustre Juízo vem mui respeitosamente a presença V. Exa., a fim de apresentar o seguinte embargos a penhora pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos:

SÍNTESE DOS FATOS

A Reclamante propôs reclamação trabalhista com acordo firmado sob ID. 94f41d8.

A parte autora em execução trabalhista, com valor total de R$ 44.692,86 (quarenta e quatro mil, seiscentos e noventa e dois e oitenta e seis centavos), a exequente pede (conforme Certidão de penhora esta ID 5b06f52) pela penhora do único bem da família dos executados, constante da matrícula nº 8.721.

DA PENHORA INCORRETA PELA IMPENHORABILIDADE

A penhora deve ser declarada ineficaz, pois o imóvel penhorado descrito na matrícula nº 8.721, trata-se de bem protegido pela Lei nº 8.009/90.

Referido imóvel, objeto da penhora, trata-se de imóvel de residência da família e como tal, é impenhorável, não respondendo por qualquer tipo de dívida, salvo nas hipóteses previstas no artigo 3º da referida Lei.

Este imóvel é a única residência dos Executados. Sendo assim, a penhora efetivada nos presentes autos, deverá ser levantada, tendo em vista a impenhorabilidade do imóvel da família, uma vez que deve ser respeitadas as exceções legais.

DO DIREITO

A Lei nº 8.009/90 tem por objetivo salvaguardar o imóvel no qual reside o seu proprietário, no caso os executados.

Reza o artigo 1º da Lei:

"O imóvel residencial próprio do casal, ou da entidade familiar, é impenhorável e não responderá por qualquer tipo de dívida civil, comercial, fiscal, previdenciária ou de outra natureza, contraída pelos cônjuges ou pelos pais ou filhos que sejam seus proprietários e nele residam, salvo nas hipóteses previstas nesta Lei."

Diz ainda o artigo 5º da mesma Lei:

"Para os efeitos de impenhorabilidade, de que trata esta Lei, considera-se residência um único imóvel utilizado pelo casal, ou pela entidade familiar para moradia permanente." (g.n.)

Como relatou o eminente Juiz Garcia Leon:

"A melhor hermenêutica é aquela que, sem nunca esquecer que o direito, antes de tudo fora instituído para o homem, em razão do homem, busca harmonizar seu alcance e fins a este princípio eterno e imperecível." (g.n.)

A Lei nº 8.009/90 vigora, impondo-se a sua observância, é o que justamente pretende os Executados ora Requerentes, para que, via de consequência seja desfeito o ato constritivo do bem.

"BEM DE FAMÍLIA - PENHORA - Consequência da impenhorabilidade estabelecida pela Lei 8.009/90 é o desfazimento do ato constritivo que atingirá o bem de família do executado. Unânime." (STJ - 4ª Turma Esp. nº 30.695-8 - SP - Rel. Min. Fontes de Alencar. j. 29.03.93, v.u. - JU 03.05.93).

Sendo assim, deverá ser reconhecida a ilegalidade do ato constritivo do bem penhorado, frente a Lei invocada, determinando o desfazimento da constrição e o levantamento da penhora.

Há de se considerar ainda o excesso de penhora, haja vista que referido valor penhorado ultrapassada mais de 03 (três) vezes o valor do imóvel, o que também deve ser considerado pela efeito de desconsideração da penhora efetuada.

DOS PEDIDOS

Por todo o exposto e conforme fundamentação acima, os Executados **requere** a V.Exa pelo reconhecimento da ilegalidade do ato constritivo do imóvel penhorado, frente a Le invocada de bem de Família, determinando que seja desfeita a constrição e o levantamento da penhora sem qualquer averbação na matrícula de nº 8.721;

Pretende provar o alegado, por todos os meios de provas admitidas em direito como documentos e oitiva de testemunhas a serem oportunamente arroladas.

Requer audiência conciliatória para tentar por fim no litígio.

Ainda, na oportunidade, requer que todos os atos e publicações alusivos ao feito sejam efetuados em nome da advogada **Rosangela Ap. Mattos**, **inscrita na OAB/SP sob nº 99.230** sob pena de nulidade.

Termos em que,

Pede deferimento.

Campinas, 11 de março de 2019

ROSÂNGELA APARECIDA MATTOS

OAB/SP Nº 99.230

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª Vara do Trabalho de Campinas

Processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME e outros (2)

D E S P A C H O

Aguarde-se audiência designada, ocasião em que será deliberado quanto ao processamento dos embargos apresentados pela executada, ID 538e92f, em caso de conciliação frustrada.

Em 8 de Maio de 2019.

Juiz(íza) do Trabalho

3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

TERMO DE AUDIÊNCIA RELATIVO AO PROCESSO 0010782-36.2016.5.15.0043

Em 29 de maio de 2019, na sala de sessões da 3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS/SP, sob a direção da Exmo(a). Juíza MARINA DE SIQUEIRA FERREIRA ZERBINATTI, realizou-se audiência relativa a AÇÃO TRABALHISTA - RITO SUMARÍSSIMO número 0010782-36.2016.5.15.0043 ajuizada por FLAVIO HENRIQUE DA SILVA em face de LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME.

Às 16h08min, aberta a audiência, foram, de ordem da Exmo(a). Juíza do Trabalho, apregoadas as partes.

Presente o exeqüente, acompanhado do(a) advogado(a), Dr(a). SIMONE DE MORAES SOUZA, OAB nº 313589/SP.

Presente o representante legal do(a) executado(a) LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME, Sr(a). Francisco Aparecido de Oliveira, CPF 100.935.398-51, acompanhado(a) do(a) advogado(a), Dr(a). APARECIDA DO CARMO ROMANO, OAB nº 268869/SP.

Presente o representante legal do(a) executado(a) EMERSON RODRIGUES DE OLIVEIRA, Sr(a). Maria Madalena Rodrigues de Oliveira, CPF 174.028.748-77, acompanhado(a) do(a) advogado(a), Dr(a). APARECIDA DO CARMO ROMANO, OAB nº 268869/SP.

Presente o executado FRANCISCO APARECIDO DE OLIVEIRA, acompanhado do(a) advogado(a), Dr(a). APARECIDA DO CARMO ROMANO, OAB nº 268869/SP.

INCONCILIADOS

A reclamada propôs o pagamento de R$ 10.000,00 em 20 parcela(s). O reclamante aceitaria o valor de R$ 53.000,00, sendo 10% de entrada e o restante em dez parcelas.

Apesar dos esforços empreendidos e das ponderações realizadas, as partes não se conciliaram.

Portanto, prossigam-se com os atos executórios.

MARINA DE SIQUEIRA FERREIRA ZERBINATTI

Juíza do Trabalho

Ata redigida por Rosemary de Lima Horta, Mediadora.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª Vara do Trabalho de Campinas

Processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME e outros (2)

D E S P A C H O

Recebo a manifestação de id 538e92f como exceção de pré-executividade.

Intime-se a parte contrária para manifestação, no prazo legal.

Após, tornem-se os autos conclusos para apreciação do incidente processual.

Em 30 de Maio de 2019.

Juiz(íza) do Trabalho

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª Vara do Trabalho de Campinas

Processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME e outros (2)

D E S P A C H O

Recebo a manifestação de id 538e92f como exceção de pré-executividade.

Intime-se a parte contrária para manifestação, no prazo legal.

Após, tornem-se os autos conclusos para apreciação do incidente processual.

Em 30 de Maio de 2019.

Juiz(íza) do Trabalho

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DO TRABALHO DA 3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS/SP

Processo nº 0010782-36.2016.5.15.0043

FLÁVIO HENRIQUE DA SILVA, já devidamente qualificado nos autos da presente RECLAMÇÃO TRABALHISTA, processo em epígrafe, que move em face de **LUX`S SERVIÇOS DE MARCENARIA LTDA**, vem à presença de VExª manifesta acerca da **EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE** apresentada pela Recda, e o faz nos seguintes termos:

Trata-se de exceção de pré-executividade em face da penhora realizada sobre o bem imóvel, conforme certidão de penhora em *ID 5b06f52*, constante da matrícula nº 8.721, o qual alega a Recda ser único bem de família o único bem da família, onde a Excipiente alega em sua defesa bem impenhorável.

Cumpre evidenciar primeiramente, que a simples alegação de bem de família não basta para afastar a sua penhora, ou seja, a Recda não faz prova de suas alegações, sequer juntou algum documento que prove ser o imóvel bem de família, tais como contas de consumo, carnes de IPTU, declaração de imposto de renda.

Por outro lado, inverídica a alegação de que o imóvel penhorado trata-se de residência, na verdade trata-se de imóvel comercial onde a Recda exerce suas atividades profissionais, a comprovar pelas fotos tiradas pelo Sr Oficial de Justiça, em fls "ID c5a3e09", que comprovam se tratar de barracão comercial, onde a Recda comercializa venda de vidros e materiais de marcenaria.

Na verdade, a Recda, atualmente, está ativa no comércio de fabricação de móveis planejados participando de Feiras e Eventos, tais como "ART DECOR", e outros mais.

A fim de comprovar suas alegações o Recte, junta com a presente impugnação, fotos de chegada de materiais e propaganda da empresa, inclusive em frente ao barracão comercial que foi penhorado comprovando a falsidade da Recda.

Ou seja, a presente exceção de pré-executividade não passa de modo ardil utilizado pela Recda, para se esquivar da presente execução.

De modo que, resta impugnada *in totum* a exceção de pré-executividade, por todas as razões expostas e comprovação, ora juntadas, aos autos.

DO PEDIDO

Diante do exposto requer:

ISTO POSTO, requer a V.Exª, que se digne em acolhendo as razões supra enfocadas REJEITAR à exceção de pré-executividade proposta pela Recda, para o prosseguimento da execução até a integral satisfação do crédito reclamado.

Termos em que

Pede deferimento

Campinas, 10/06/2019

SIMONE DE MORAES SOUZA

OAB/SP 313.589

DIÓGENES ELEUTÉRIO DE SOUZA

OAB/SP 148.496



Curtir Compartilhar

Oliveira Oliveira
7 de mar às 09:33 •

Bom dia, amigos e clientes promoção do mês de março aproveite já

Prazo de entrega 7 dias!

Forma de pagamento em ate 10x sem juros no

17:11 3G 41%

Oliveira Oliveira

Oliveira Oliveira
28 de fev às 12:24 •

Bom dia amigos e clientes, com chuva ou sem chuva esta chegando os pedidos .

Mais uma carga chegando
#**emporiooliveira**#cafelandiasp

Pagamentos em até 10x sem juros Avista até 20% de desconto.

Solicite um orçamento sem compromisso!...
Ver mais





Assinado eletronicamente por: DIOGENES ELEUTERIO DE SOUZA - 11/06/2019 12:28:03 - a0157a7
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19061112274729500000109367387
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. a0157a7 - Pág. 1
Número do documento: 19061112274729500000109367387

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª Vara do Trabalho de Campinas

Avenida José de Souza Campos, 422, Nova Campinas, CAMPINAS - SP - CEP: 13092-123
TEL.: (19) 32327997 - EMAIL: saj.3vt.campinas@trt15.jus.br

PROCESSO: 0010782-36.2016.5.15.0043
CLASSE: AÇÃO TRABALHISTA - RITO SUMARÍSSIMO (1125)

AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME e outros (2)

DECISÃO PJe-JT

Vistos, etc.

LUXS SERVIÇOS DE MARCENARIA LTDA - ME, qualificada em sua manifestação, opôs embargos à execução, contestando, em suma, a penhora recaída sobre o imóvel de matrícula 8.721.

Embargado intimada para contraminutar, ID bddfa42.

Juízo garantido.

É o relatório.

Do mérito

-Da impenhorabilidade

Alega a reclamada que o imóvel penhorado consiste em bem de família, sendo o único dos executados e, portanto, protegido pela Lei n.º 8.009/90.

Não obstante tal fato, a executada deixou de comprovar tal situação, resumindo-se, tão somente, nas suas próprias alegações.

Ademais, o Sr. Oficial de Justiça, pela certidão ID c5a3e09, demonstrou que o local é utilizado pelos executados como endereço do próprio estabelecimento.

Tal natureza é incontroversa no processo.

Desta forma, entende-se que a impenhorabilidade suscitada não foi devidamente comprovada pela embargante.

Rejeita-se.

CONCLUSÃO

Pelo exposto, julgo IMPROCEDENTES os embargos à execução opostos.

Custas a cargo da executada, nos termos da Lei.

Intime-se.

CAMPINAS, 22 de Julho de 2019.

JUIZ(ÍZA) DO TRABALHO

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª Vara do Trabalho de Campinas

Avenida José de Souza Campos, 422, Nova Campinas, CAMPINAS - SP - CEP: 13092-123
TEL.: (19) 32327997 - EMAIL: saj.3vt.campinas@trt15.jus.br

PROCESSO: 0010782-36.2016.5.15.0043
CLASSE: AÇÃO TRABALHISTA - RITO SUMARÍSSIMO (1125)
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME e outros (2)

DECISÃO PJe-JT

Vistos, etc.

LUXS SERVIÇOS DE MARCENARIA LTDA - ME, qualificada em sua manifestação, opôs embargos à execução, contestando, em suma, a penhora recaída sobre o imóvel de matrícula 8.721.

Embargado intimada para contraminutar, ID bddfa42.

Juízo garantido.

É o relatório.

Do mérito

-Da impenhorabilidade

Alega a reclamada que o imóvel penhorado consiste em bem de família, sendo o único dos executados e, portanto, protegido pela Lei n.º 8.009/90.

Não obstante tal fato, a executada deixou de comprovar tal situação, resumindo-se, tão somente, nas suas próprias alegações.

Ademais, o Sr. Oficial de Justiça, pela certidão ID c5a3e09, demonstrou que o local é utilizado pelos executados como endereço do próprio estabelecimento.

Tal natureza é incontroversa no processo.

Desta forma, entende-se que a impenhorabilidade suscitada não foi devidamente comprovada pela embargante.

Rejeita-se.

CONCLUSÃO

Pelo exposto, julgo IMPROCEDENTES os embargos à execução opostos.

Custas a cargo da executada, nos termos da Lei.

Intime-se.

CAMPINAS, 22 de Julho de 2019.

JUIZ(ÍZA) DO TRABALHO

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª Vara do Trabalho de Campinas

Avenida José de Souza Campos, 422, Nova Campinas, CAMPINAS - SP - CEP: 13092-123
TEL.: (19) 32327997 - EMAIL: saj.3vt.campinas@trt15.jus.br

PROCESSO: 0010782-36.2016.5.15.0043
CLASSE: AÇÃO TRABALHISTA - RITO SUMARÍSSIMO (1125)
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME e outros (2)

DECISÃO PJe-JT

Vistos, etc.

LUXS SERVIÇOS DE MARCENARIA LTDA - ME, qualificada em sua manifestação, opôs embargos à execução, contestando, em suma, a penhora recaída sobre o imóvel de matrícula 8.721.

Embargado intimada para contraminutar, ID bddfa42.

Juízo garantido.

É o relatório.

Do mérito

-Da impenhorabilidade

Alega a reclamada que o imóvel penhorado consiste em bem de família, sendo o único dos executados e, portanto, protegido pela Lei n.º 8.009/90.

Não obstante tal fato, a executada deixou de comprovar tal situação, resumindo-se, tão somente, nas suas próprias alegações.

Ademais, o Sr. Oficial de Justiça, pela certidão ID c5a3e09, demonstrou que o local é utilizado pelos executados como endereço do próprio estabelecimento.

Tal natureza é incontroversa no processo.

Desta forma, entende-se que a impenhorabilidade suscitada não foi devidamente comprovada pela embargante.

Rejeita-se.

CONCLUSÃO

Pelo exposto, julgo IMPROCEDENTES os embargos à execução opostos.

Custas a cargo da executada, nos termos da Lei.

Intime-se.

CAMPINAS, 22 de Julho de 2019.

JUIZ(ÍZA) DO TRABALHO

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª Vara do Trabalho de Campinas

Avenida José de Souza Campos, 422, Nova Campinas, CAMPINAS - SP - CEP: 13092-123
TEL.: (19) 32327997 - EMAIL: saj.3vt.campinas@trt15.jus.br

PROCESSO: 0010782-36.2016.5.15.0043
CLASSE: AÇÃO TRABALHISTA - RITO SUMARÍSSIMO (1125)
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME e outros (2)

DECISÃO PJe-JT

Vistos, etc.

LUXS SERVIÇOS DE MARCENARIA LTDA - ME, qualificada em sua manifestação, opôs embargos à execução, contestando, em suma, a penhora recaída sobre o imóvel de matrícula 8.721.

Embargado intimada para contraminutar, ID bddfa42.

Juízo garantido.

É o relatório.

Do mérito

-Da impenhorabilidade

Alega a reclamada que o imóvel penhorado consiste em bem de família, sendo o único dos executados e, portanto, protegido pela Lei n.º 8.009/90.

Não obstante tal fato, a executada deixou de comprovar tal situação, resumindo-se, tão somente, nas suas próprias alegações.

Ademais, o Sr. Oficial de Justiça, pela certidão ID c5a3e09, demonstrou que o local é utilizado pelos executados como endereço do próprio estabelecimento.

Tal natureza é incontroversa no processo.

Desta forma, entende-se que a impenhorabilidade suscitada não foi devidamente comprovada pela embargante.

Rejeita-se.

CONCLUSÃO

Pelo exposto, julgo IMPROCEDENTES os embargos à execução opostos.

Custas a cargo da executada, nos termos da Lei.

Intime-se.

CAMPINAS, 22 de Julho de 2019.

JUIZ(ÍZA) DO TRABALHO

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª Vara do Trabalho de Campinas

Processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME e outros (2)

D E S P A C H O

Consoante a nova redação dos artigos 879 e 881 do CPC, a hasta pública passou a ser precedida, na ordem de meios para satisfação do crédito, pela adjudicação e alienação por iniciativa particular. Tal preceito, à míngua de previsão normativa na CLT sobre as espécies de transferência compulsória de bens constritos e considerando o art. 24, inc. I da LEF, também aplicável subsidiariamente, é perfeitamente compatível com o processo trabalhista. Assim sendo, ao exequente para, querendo, exercer o direito de adjudicação na forma do art. 876 e parágrafos do CPC. Nesses casos, fica ressalvada a continuidade da execução por eventual saldo remanescente.

Em caso positivo, intime-se o executado para fins do art. 746 do CPC. Decorrido o prazo, lavre-se o auto e mandado de entrega, (art. 903 do CPC), devendo o adjudicante informar, em até 10 dias, a efetiva entrega dos bens adjudicados, presumindo-se o silêncio como resposta positiva.

Neste caso, à Contadoria para adequação de cálculos, devendo o autor indicar o meio pelo qual pretende perseguir o crédito restante em 15 dias.

Sendo negativa a manifestação do exequente, fica desde já nomeado o Dr. Adílio Gregório Pereira, advogado inscrito na OAB/SP n. 292.948, (credenciado pelo Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, inscrito no CRECI/SP sob nº 65.564-F, site: www.galeriapereira.com.br, e-mail: adilio@galeriapereira.com.br), (19)9-9702-1050 (Claro), (16)9-8138-9310 TIM, (17)9-9132-1050, (Claro), corretor responsável pela alienação judicial do bem penhorado, nos termos da Portaria GP nº 81/2014, em conformidade com o §2º do artigo 2º do Provimento GP-CR nº 04/2014, para tentativa de venda no prazo de 90 dias.

Objeto da alienação: Imóveis de matricula n° 8721 - CRI de Cafelândia.

Fica, desde já, autorizada a visitação do imóvel pelos interessados, desde que acompanhados pelo CORRETOR ou por quem for por ele indicado, devendo ser apresentada cópia do presente despacho, devidamente assinada por este Juízo, à qual se dá força de MANDADO JUDICIAL, que possibilita o ingresso e a visitação do imóvel a ser alienado.

É vedado aos depositários, criar embaraços à visitação do bem sob sua guarda, sob pena de ofensa ao artigo 14, inciso V, do CPC (artigo 77, inciso IV do NOVO CPC), ficando desde logo autorizado o uso de força policial, caso a providência se mostre necessária.

PREFERENCIA À VISTA E POSSIBILIDADE DE PARCELAMENTO:

A proposta de maior valor dentre as que atingirem o valor mínimo estabelecido será imediatamente aceita.

A alienação dos bens será formalizada por termo nos autos da execução, no qual o licitante deverá declarar: "estar ciente das regras da alienação por iniciativa particular, especialmente quanto aos embargos, evicção, e sanções cíveis e criminais que lhe serão impostas se descumprir às obrigações assumidas, e a veracidade das informações prestadas".

Não havendo proposta para pagamento imediato, À VISTA, registre-se a possibilidade de parcelamento do pagamento do valor ofertado, consoante previsão contida no artigo 895, parágrafo 1º do CPC.

A arrematação de bens móveis, em regra, será deferida ao licitante que formular proposta para pagamento imediato (Á VISTA), entretanto, o juízo apreciará oportunamente, eventuais propostas com pagamento parcelado, a qual poderá ter sua homologação, condicionada a apresentação de garantia idônea.

DOS PAGAMENTOS:

O arrematante deverá efetuar os pagamentos do preço do bem arrematado e da comissão de 5% sobre o preçoa título de honorários ao Corretor responsável no prazo de 5 (cinco) dias uteis a contar da ciência da homologação da proposta. A comissão devida não está inclusa no valor da proposta (lance) e não será devolvida, salvo determinação judicial.

AD CORPUS + ESTADO DAS COISAS.

A arrematação será realizada no estado de uso e conservação em que se encontram, sendo exclusiva atribuição dos interessados na arrematação a verificação antecipada quanto ao levantamento de ônus, ocupação, viabilidades legais, permissões, consertos, reparos ou mesmo providências referentes à retirada, embalagem, transporte e ainda qualquer informação que se julgue necessário daqueles que virem a serem arrematados;

Os imóveis serão vendidos no estado em que se encontram, e em caráter "AD CORPUS", ou seja, medidas meramente enunciativas. Em nenhuma hipótese a arrematação abrangerá bens móveis que se encontram no interior e nas dependências do imóvel.

DOS HONORÁRIOS:

Na hipótese remição, adjudicação, acordo, pagamento do débito após o despacho de nomeação, o corretor responsável fará jus à integralidade da comissão no montante de 5% (cinco por cento) do valor do bem, ainda que seja realizada antes da expropriação.

O credor que não adjudicar os bens constritos antes do despacho de nomeação, só poderá adquiri-los presencialmente durante o certame na condição de arrematante, respondendo, pela integralidade dos honorários do Corretor nomeado.

Caso o arrematante seja o próprio credor, deverá no prazo de 48 horas, efetuar o depósito do valor proposto que superar seu crédito, sob pena de, tornar sem efeito a arrematação, ou, se for o caso, de atribuí-la ao licitante concorrente, sem prejuízo dos honorários do profissional nomeado.

DA REMOÇÃO E GUARDA DE BENS MÓVEIS.

Além da comissão de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, a cargo do arrematante, serão acrescidos à execução, o ressarcimento do Corretor ora depositário, das despesas incorridas com a remoção e aguarda de bens móveis, os quais deverão ser estimados e aprovados previamente por este juízo.

DA REMIÇÃO:

Se o(a) executado(a) pagar a dívida antes de adjudicado(s) ou alienado(s) o(s) bem(ns), na forma do artigo 826, do Novo Código de Processo Civil, deverá apresentar até a data e hora designadas para a praça, a guia comprobatória do referido pagamento, acompanhada de petição fazendo menção expressa quanto à remição da execução. Neste caso, deverá o(a) executado(a) pagar a importância atualizada da dívida, mais juros, custas, honorários advocatícios valor de 2,5% (dois e meio por cento) do valor da avaliação, a titulo de ressarcimento ao Corretor nomeado.

DO INADIMPLEMENTO DO ARREMATANTE:

Ressalvada a hipótese do artigo 903, parágrafo 5º, do Código de Processo Civil, a desistência da arrematação, a ausência do depósito, ou inadimplemento, acarretará a perda, em favor da execução, do valor já pago, além da comissão destinada ao corretor responsável, sem prejuízo de aplicação de multa pela mora de 20% (vinte por cento), sobre o valor da venda, bem como, execução do valor remanescente que poderá ser dirigida ao patrimônio dos adquirentes, com responsabilidade solidária de seus sócios, no caso de pessoa jurídica, dispensando qualquer intimação para tanto.

DA MORA DO ARREMATANTE

Em caso de não pagamento ou atraso superior a trinta dias de qualquer das parcelas, a multa pela mora será de 20% sobre o valor da venda e execução do valor remanescente será dirigida ao patrimônio dos adquirentes, com responsabilidade solidária de seus sócios, no caso de pessoa jurídica, dispensando qualquer citação para tanto.

DOS RECURSOS:

Os embargos à arrematação, de acordo com o artigo 903 do Código de Processo Civil, não terão efeito suspensivo da venda realizada, considerando-se perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham a serem julgados procedentes os embargos.

O prazo para eventuais embargos à arrematação ou adjudicação passará a fluir da data da alienação, independentemente de nova notificação.

DA PREFERÊNCIA PELA AQUISIÇÃO GLOBAL.

Os lotes com mais de um item serão expropriados em sua totalidade, ou seja, preferencia para aquisição global nos termos do artigo 893 do Código de Processo Civil. Entretanto, não havendo licitante para aquisição total dos itens, os lotes poderão ser alienados individualmente devendo ser observado o mesmo percentual fixado pelo juízo.

ÔNUS: DIVIDAS DE IPTU, IPVA, MULTAS, DÉBITOS CONDOMINIAIS, PENHORAS E HIPOTECAS:

A aquisição realizada em alienação judicial é realizada de forma livre e desembaraçada de ônus (dívidas) trabalhistas, tributários e fiscais, de qualquer órgão da Administração Pública, inscritas ou não em dívida pública, ou seja, os débitos até a data da alienação judicial sub-rogam no preço da arrematação.

Nos termos do parágrafo único do artigo 130 do Código Tributário Nacional e artigo 78 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a aquisição através de alienação judicial (expropriação), tem natureza jurídica de **AQUISIÇÃO ORIGINÁRIA**, ou seja, **O ARREMATANTE**e o bem adquirido, não respondem por nenhum débito que incida sobre o bem (seja ele móvel ou imóvel), especialmente IPTU, IPVA, MULTAS E JUROS, DÉBITOS CONDOMINIAIS, que são de responsabilidade do executado, nos termos dos artigos 1.430 do Código Civil e 908, § 1º do Código de Processo Civil.

HIPOTECA: Na existência de hipoteca vinculada ao bem, a mesma será cancelada com a venda, nos termos do artigo 1499 CC, inciso VI. (Art. 1.499. A hipoteca extingue-se: VI - pela arrematação ou adjudicação.)

Com o registro da carta de alienação/arrematação os ônus que averbados à margem da certidão de ônus reais (certidão de matricula) serão baixados pelo Oficial do Registro de Imóveis.

A base de calculo para apuração do ITBI (Imposto de Transmissão de bem Imóvel), será o valor da arrematação. (STJ - RECURSO ESPECIAL Nº 863.893 - PR (2006/0141866-4)

DESPESAS INCIDENTES NA ARREMATAÇÃO:

Todas as providências e despesas referentes à transferência do imóvel, tais como registro da carta de arrematação/alienação, ITBI, foro, laudêmio, taxas, alvarás, certidões, escrituras, registros, averbações, retificação de área, e outras eventuais despesas pertinentes, inclusive débitos apurados junto ao INSS oriundos de construção e/ou reformas não averbadas, assim como eventuais taxas, correrão por conta do arrematante ou adjudicante.

DISPOSIÇÕES FINAIS:

Às propostas deverão ser entregues diretamente ao Corretor responsável.

PROPOSTAS CONDICIONAIS:

As propostas que não atingirem o valor mínimo de venda poderão ser recebidas "condicionalmente", ficando sujeitos a posterior apreciação do Juízo responsável.

O licitante que formular proposta condicional, se declara ciente e de acordo, que o recebimento da referida proposta, não implicará em imediata homologação, tampouco suspensão do certame, e durante o lapso temporal entre a apresentação da proposta condicional e apreciação do juízo, outro licitante poderá formular proposta que atenda às condições mínimas do edital, e poderá ser será imediatamente aceita pelo juízo.

DA CIENCIA DO LICITANTE:

Os licitantes/arrematantes não poderão alegar desconhecimento das condições de venda, edital de alienação, dos encargos do bem, condições e prazos de pagamento, das despesas e custas relativas à alienação.

DO DIREITO DE PREFERÊNCIA:

O exercício do direito de preferência só poderá ser exercido na modalidade presencial até o encerramento do certame.

DA EVICÇÃO

Constitui ônus do Arrematante o acompanhamento da expedição da carta de alienação /arrematação junto ao cartório, e seu imediato registro. Qualquer dificuldade quanto a: obter /localizar o bem móvel, registrar a carta de arrematação/alienação, localizar o bem, imitir-se na posse, deverão ser imediatamente comunicada ao juízo responsável para as providências cabíveis.

A procedência e evicção de direitos dos bens vendidos em alienação judicial/leilão são de inteira e exclusiva responsabilidade dos arrematantes/proprietários/União. O Corretor nomeado é um mero mandatário, ficando, assim, eximido de eventuais responsabilidades por vícios ou defeitos nos bens alienados (ocultos ou não), bem como, também por indenizações, trocas, consertos, compensações financeiras de qualquer hipótese ou natureza, portanto.

PRODUTOS CONTROLADOS

Para arrematação dos produtos de venda e/ou armazenagem controlados (ex. Combustível, Inflamáveis, remédio, produtos bélicos, dentre outros,), o licitante deverá atender às regras impostas pelo órgão responsável e legislação em vigor.

NAS OMISSÕES:

Os casos omissos e havendo incidentes ocorridos por ocasião da expropriação, serão resolvidos pelo Juízo mediante provocação.

INTIMAÇÕES

Nos termos do Art. 889, § único, do CPC, a publicação deste despacho de nomeação e edital de alienação, supre eventual insucesso nas intimações pessoais e dos respectivos patronos, em especial à executada e/ou sócios, inclusive aos cônjuges quando for o caso. A publicação do edital valerá como EDITAL DE INTIMAÇÃO. E, para que produza seus fins efeitos de direito, será o presente edital, por extrato, afixado e será afixado no átrio fórum no local de costume.

Intimem-se as partes, sendo o corretor via correio eletrônico para apresentação de edital em cartório para aprovação.

Em 16 de Setembro de 2019.

Juiz(íza) do Trabalho

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª Vara do Trabalho de Campinas

Processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME e outros (2)

D E S P A C H O

Consoante a nova redação dos artigos 879 e 881 do CPC, a hasta pública passou a ser precedida, na ordem de meios para satisfação do crédito, pela adjudicação e alienação por iniciativa particular. Tal preceito, à míngua de previsão normativa na CLT sobre as espécies de transferência compulsória de bens constritos e considerando o art. 24, inc. I da LEF, também aplicável subsidiariamente, é perfeitamente compatível com o processo trabalhista. Assim sendo, ao exequente para, querendo, exercer o direito de adjudicação na forma do art. 876 e parágrafos do CPC. Nesses casos, fica ressalvada a continuidade da execução por eventual saldo remanescente.

Em caso positivo, intime-se o executado para fins do art. 746 do CPC. Decorrido o prazo, lavre-se o auto e mandado de entrega, (art. 903 do CPC), devendo o adjudicante informar, em até 10 dias, a efetiva entrega dos bens adjudicados, presumindo-se o silêncio como resposta positiva.

Neste caso, à Contadoria para adequação de cálculos, devendo o autor indicar o meio pelo qual pretende perseguir o crédito restante em 15 dias.

Sendo negativa a manifestação do exequente, fica desde já nomeado o Dr. Adílio Gregório Pereira, advogado inscrito na OAB/SP n. 292.948, (credenciado pelo Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, inscrito no CRECI/SP sob nº 65.564-F, site: www.galeriapereira.com.br, e-mail: adilio@galeriapereira.com.br), (19)9-9702-1050 (Claro), (16)9-8138-9310 TIM, (17)9-9132-1050, (Claro), corretor responsável pela alienação judicial do bem penhorado, nos termos da Portaria GP nº 81/2014, em conformidade com o §2º do artigo 2º do Provimento GP-CR nº 04/2014, para tentativa de venda no prazo de 90 dias.

Objeto da alienação: Imóveis de matricula n° 8721 - CRI de Cafelândia.

Fica, desde já, autorizada a visitação do imóvel pelos interessados, desde que acompanhados pelo CORRETOR ou por quem for por ele indicado, devendo ser apresentada cópia do presente despacho, devidamente assinada por este Juízo, à qual se dá força de MANDADO JUDICIAL, que possibilita o ingresso e a visitação do imóvel a ser alienado.

É vedado aos depositários, criar embaraços à visitação do bem sob sua guarda, sob pena de ofensa ao artigo 14, inciso V, do CPC (artigo 77, inciso IV do NOVO CPC), ficando desde logo autorizado o uso de força policial, caso a providência se mostre necessária.

PREFERENCIA À VISTA E POSSIBILIDADE DE PARCELAMENTO:

A proposta de maior valor dentre as que atingirem o valor mínimo estabelecido será imediatamente aceita.

A alienação dos bens será formalizada por termo nos autos da execução, no qual o licitante deverá declarar: "estar ciente das regras da alienação por iniciativa particular, especialmente quanto aos embargos, evicção, e sanções cíveis e criminais que lhe serão impostas se descumprir às obrigações assumidas, e a veracidade das informações prestadas".

Não havendo proposta para pagamento imediato, À VISTA, registre-se a possibilidade de parcelamento do pagamento do valor ofertado, consoante previsão contida no artigo 895, parágrafo 1º do CPC.

A arrematação de bens móveis, em regra, será deferida ao licitante que formular proposta para pagamento imediato (Á VISTA), entretanto, o juízo apreciará oportunamente, eventuais propostas com pagamento parcelado, a qual poderá ter sua homologação, condicionada a apresentação de garantia idônea.

DOS PAGAMENTOS:

O arrematante deverá efetuar os pagamentos do preço do bem arrematado e da comissão de 5% sobre o preçoa título de honorários ao Corretor responsável no prazo de 5 (cinco) dias uteis a contar da ciência da homologação da proposta. A comissão devida não está inclusa no valor da proposta (lance) e não será devolvida, salvo determinação judicial.

AD CORPUS + ESTADO DAS COISAS.

A arrematação será realizada no estado de uso e conservação em que se encontram, sendo exclusiva atribuição dos interessados na arrematação a verificação antecipada quanto ao levantamento de ônus, ocupação, viabilidades legais, permissões, consertos, reparos ou mesmo providências referentes à retirada, embalagem, transporte e ainda qualquer informação que se julgue necessário daqueles que virem a serem arrematados;

Os imóveis serão vendidos no estado em que se encontram, e em caráter "AD CORPUS", ou seja, medidas meramente enunciativas. Em nenhuma hipótese a arrematação abrangerá bens móveis que se encontram no interior e nas dependências do imóvel.

DOS HONORÁRIOS:

Na hipótese remição, adjudicação, acordo, pagamento do débito após o despacho de nomeação, o corretor responsável fará jus à integralidade da comissão no montante de 5% (cinco por cento) do valor do bem, ainda que seja realizada antes da expropriação.

O credor que não adjudicar os bens constritos antes do despacho de nomeação, só poderá adquiri-los presencialmente durante o certame na condição de arrematante, respondendo, pela integralidade dos honorários do Corretor nomeado.

Caso o arrematante seja o próprio credor, deverá no prazo de 48 horas, efetuar o depósito do valor proposto que superar seu crédito, sob pena de, tornar sem efeito a arrematação, ou, se for o caso, de atribuí-la ao licitante concorrente, sem prejuízo dos honorários do profissional nomeado.

DA REMOÇÃO E GUARDA DE BENS MÓVEIS.

Além da comissão de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, a cargo do arrematante, serão acrescidos à execução, o ressarcimento do Corretor ora depositário, das despesas incorridas com a remoção e aguarda de bens móveis, os quais deverão ser estimados e aprovados previamente por este juízo.

DA REMIÇÃO:

Se o(a) executado(a) pagar a dívida antes de adjudicado(s) ou alienado(s) o(s) bem(ns), na forma do artigo 826, do Novo Código de Processo Civil, deverá apresentar até a data e hora designadas para a praça, a guia comprobatória do referido pagamento, acompanhada de petição fazendo menção expressa quanto à remição da execução. Neste caso, deverá o(a) executado(a) pagar a importância atualizada da dívida, mais juros, custas, honorários advocatícios valor de 2,5% (dois e meio por cento) do valor da avaliação, a titulo de ressarcimento ao Corretor nomeado.

DO INADIMPLEMENTO DO ARREMATANTE:

Ressalvada a hipótese do artigo 903, parágrafo 5º, do Código de Processo Civil, a desistência da arrematação, a ausência do depósito, ou inadimplemento, acarretará a perda, em favor da execução, do valor já pago, além da comissão destinada ao corretor responsável, sem prejuízo de aplicação de multa pela mora de 20% (vinte por cento), sobre o valor da venda, bem como, execução do valor remanescente que poderá ser dirigida ao patrimônio dos adquirentes, com responsabilidade solidária de seus sócios, no caso de pessoa jurídica, dispensando qualquer intimação para tanto.

DA MORA DO ARREMATANTE

Em caso de não pagamento ou atraso superior a trinta dias de qualquer das parcelas, a multa pela mora será de 20% sobre o valor da venda e execução do valor remanescente será dirigida ao patrimônio dos adquirentes, com responsabilidade solidária de seus sócios, no caso de pessoa jurídica, dispensando qualquer citação para tanto.

DOS RECURSOS:

Os embargos à arrematação, de acordo com o artigo 903 do Código de Processo Civil, não terão efeito suspensivo da venda realizada, considerando-se perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham a serem julgados procedentes os embargos.

O prazo para eventuais embargos à arrematação ou adjudicação passará a fluir da data da alienação, independentemente de nova notificação.

DA PREFERÊNCIA PELA AQUISIÇÃO GLOBAL.

Os lotes com mais de um item serão expropriados em sua totalidade, ou seja, preferencia para aquisição global nos termos do artigo 893 do Código de Processo Civil. Entretanto, não havendo licitante para aquisição total dos itens, os lotes poderão ser alienados individualmente devendo ser observado o mesmo percentual fixado pelo juízo.

ÔNUS: DIVIDAS DE IPTU, IPVA, MULTAS, DÉBITOS CONDOMINIAIS, PENHORAS E HIPOTECAS:

A aquisição realizada em alienação judicial é realizada de forma livre e desembaraçada de ônus (dívidas) trabalhistas, tributários e fiscais, de qualquer órgão da Administração Pública, inscritas ou não em dívida pública, ou seja, os débitos até a data da alienação judicial sub-rogam no preço da arrematação.

Nos termos do parágrafo único do artigo 130 do Código Tributário Nacional e artigo 78 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a aquisição através de alienação judicial (expropriação), tem natureza jurídica de **AQUISIÇÃO ORIGINÁRIA**, ou seja, **O ARREMATANTE**e o bem adquirido, não respondem por nenhum débito que incida sobre o bem (seja ele móvel ou imóvel), especialmente IPTU, IPVA, MULTAS E JUROS, DÉBITOS CONDOMINIAIS, que são de responsabilidade do executado, nos termos dos artigos 1.430 do Código Civil e 908, § 1º do Código de Processo Civil.

HIPOTECA: Na existência de hipoteca vinculada ao bem, a mesma será cancelada com a venda, nos termos do artigo 1499 CC, inciso VI. (Art. 1.499. A hipoteca extingue-se: VI - pela arrematação ou adjudicação.)

Com o registro da carta de alienação/arrematação os ônus que averbados à margem da certidão de ônus reais (certidão de matricula) serão baixados pelo Oficial do Registro de Imóveis.

A base de calculo para apuração do ITBI (Imposto de Transmissão de bem Imóvel), será o valor da arrematação. (STJ - RECURSO ESPECIAL Nº 863.893 - PR (2006/0141866-4)

DESPESAS INCIDENTES NA ARREMATAÇÃO:

Todas as providências e despesas referentes à transferência do imóvel, tais como registro da carta de arrematação/alienação, ITBI, foro, laudêmio, taxas, alvarás, certidões, escrituras, registros, averbações, retificação de área, e outras eventuais despesas pertinentes, inclusive débitos apurados junto ao INSS oriundos de construção e/ou reformas não averbadas, assim como eventuais taxas, correrão por conta do arrematante ou adjudicante.

DISPOSIÇÕES FINAIS:

Às propostas deverão ser entregues diretamente ao Corretor responsável.

PROPOSTAS CONDICIONAIS:

As propostas que não atingirem o valor mínimo de venda poderão ser recebidas "condicionalmente", ficando sujeitos a posterior apreciação do Juízo responsável.

O licitante que formular proposta condicional, se declara ciente e de acordo, que o recebimento da referida proposta, não implicará em imediata homologação, tampouco suspensão do certame, e durante o lapso temporal entre a apresentação da proposta condicional e apreciação do juízo, outro licitante poderá formular proposta que atenda às condições mínimas do edital, e poderá ser será imediatamente aceita pelo juízo.

DA CIENCIA DO LICITANTE:

Os licitantes/arrematantes não poderão alegar desconhecimento das condições de venda, edital de alienação, dos encargos do bem, condições e prazos de pagamento, das despesas e custas relativas à alienação.

DO DIREITO DE PREFERÊNCIA:

O exercício do direito de preferência só poderá ser exercido na modalidade presencial até o encerramento do certame.

DA EVICÇÃO

Constitui ônus do Arrematante o acompanhamento da expedição da carta de alienação /arrematação junto ao cartório, e seu imediato registro. Qualquer dificuldade quanto a: obter /localizar o bem móvel, registrar a carta de arrematação/alienação, localizar o bem, imitir-se na posse, deverão ser imediatamente comunicada ao juízo responsável para as providências cabíveis.

A procedência e evicção de direitos dos bens vendidos em alienação judicial/leilão são de inteira e exclusiva responsabilidade dos arrematantes/proprietários/União. O Corretor nomeado é um mero mandatário, ficando, assim, eximido de eventuais responsabilidades por vícios ou defeitos nos bens alienados (ocultos ou não), bem como, também por indenizações, trocas, consertos, compensações financeiras de qualquer hipótese ou natureza, portanto.

PRODUTOS CONTROLADOS

Para arrematação dos produtos de venda e/ou armazenagem controlados (ex. Combustível, Inflamáveis, remédio, produtos bélicos, dentre outros,), o licitante deverá atender às regras impostas pelo órgão responsável e legislação em vigor.

NAS OMISSÕES:

Os casos omissos e havendo incidentes ocorridos por ocasião da expropriação, serão resolvidos pelo Juízo mediante provocação.

INTIMAÇÕES

Nos termos do Art. 889, § único, do CPC, a publicação deste despacho de nomeação e edital de alienação, supre eventual insucesso nas intimações pessoais e dos respectivos patronos, em especial à executada e/ou sócios, inclusive aos cônjuges quando for o caso. A publicação do edital valerá como EDITAL DE INTIMAÇÃO. E, para que produza seus fins efeitos de direito, será o presente edital, por extrato, afixado e será afixado no átrio fórum no local de costume.

Intimem-se as partes, sendo o corretor via correio eletrônico para apresentação de edital em cartório para aprovação.

Em 16 de Setembro de 2019.

Juiz(íza) do Trabalho

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª Vara do Trabalho de Campinas

Processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME e outros (2)

D E S P A C H O

Consoante a nova redação dos artigos 879 e 881 do CPC, a hasta pública passou a ser precedida, na ordem de meios para satisfação do crédito, pela adjudicação e alienação por iniciativa particular. Tal preceito, à míngua de previsão normativa na CLT sobre as espécies de transferência compulsória de bens constritos e considerando o art. 24, inc. I da LEF, também aplicável subsidiariamente, é perfeitamente compatível com o processo trabalhista. Assim sendo, ao exequente para, querendo, exercer o direito de adjudicação na forma do art. 876 e parágrafos do CPC. Nesses casos, fica ressalvada a continuidade da execução por eventual saldo remanescente.

Em caso positivo, intime-se o executado para fins do art. 746 do CPC. Decorrido o prazo, lavre-se o auto e mandado de entrega, (art. 903 do CPC), devendo o adjudicante informar, em até 10 dias, a efetiva entrega dos bens adjudicados, presumindo-se o silêncio como resposta positiva.

Neste caso, à Contadoria para adequação de cálculos, devendo o autor indicar o meio pelo qual pretende perseguir o crédito restante em 15 dias.

Sendo negativa a manifestação do exequente, fica desde já nomeado o Dr. Adílio Gregório Pereira, advogado inscrito na OAB/SP n. 292.948, (credenciado pelo Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, inscrito no CRECI/SP sob nº 65.564-F, site: www.galeriapereira.com.br, e-mail: adilio@galeriapereira.com.br), (19)9-9702-1050 (Claro), (16)9-8138-9310 TIM, (17)9-9132-1050, (Claro), corretor responsável pela alienação judicial do bem penhorado, nos termos da Portaria GP nº 81/2014, em conformidade com o §2º do artigo 2º do Provimento GP-CR nº 04/2014, para tentativa de venda no prazo de 90 dias.

Objeto da alienação: Imóveis de matricula n° 8721 - CRI de Cafelândia.

Fica, desde já, autorizada a visitação do imóvel pelos interessados, desde que acompanhados pelo CORRETOR ou por quem for por ele indicado, devendo ser apresentada cópia do presente despacho, devidamente assinada por este Juízo, à qual se dá força de MANDADO JUDICIAL, que possibilita o ingresso e a visitação do imóvel a ser alienado.

É vedado aos depositários, criar embaraços à visitação do bem sob sua guarda, sob pena de ofensa ao artigo 14, inciso V, do CPC (artigo 77, inciso IV do NOVO CPC), ficando desde logo autorizado o uso de força policial, caso a providência se mostre necessária.

PREFERENCIA À VISTA E POSSIBILIDADE DE PARCELAMENTO:

A proposta de maior valor dentre as que atingirem o valor mínimo estabelecido será imediatamente aceita.

A alienação dos bens será formalizada por termo nos autos da execução, no qual o licitante deverá declarar: "estar ciente das regras da alienação por iniciativa particular, especialmente quanto aos embargos, evicção, e sanções cíveis e criminais que lhe serão impostas se descumprir às obrigações assumidas, e a veracidade das informações prestadas".

Não havendo proposta para pagamento imediato, À VISTA, registre-se a possibilidade de parcelamento do pagamento do valor ofertado, consoante previsão contida no artigo 895, parágrafo 1º do CPC.

A arrematação de bens móveis, em regra, será deferida ao licitante que formular proposta para pagamento imediato (Á VISTA), entretanto, o juízo apreciará oportunamente, eventuais propostas com pagamento parcelado, a qual poderá ter sua homologação, condicionada a apresentação de garantia idônea.

DOS PAGAMENTOS:

O arrematante deverá efetuar os pagamentos do preço do bem arrematado e da comissão de 5% sobre o preçoa título de honorários ao Corretor responsável no prazo de 5 (cinco) dias uteis a contar da ciência da homologação da proposta. A comissão devida não está inclusa no valor da proposta (lance) e não será devolvida, salvo determinação judicial.

AD CORPUS + ESTADO DAS COISAS.

A arrematação será realizada no estado de uso e conservação em que se encontram, sendo exclusiva atribuição dos interessados na arrematação a verificação antecipada quanto ao levantamento de ônus, ocupação, viabilidades legais, permissões, consertos, reparos ou mesmo providências referentes à retirada, embalagem, transporte e ainda qualquer informação que se julgue necessário daqueles que virem a serem arrematados;

Os imóveis serão vendidos no estado em que se encontram, e em caráter "AD CORPUS", ou seja, medidas meramente enunciativas. Em nenhuma hipótese a arrematação abrangerá bens móveis que se encontram no interior e nas dependências do imóvel.

DOS HONORÁRIOS:

Na hipótese remição, adjudicação, acordo, pagamento do débito após o despacho de nomeação, o corretor responsável fará jus à integralidade da comissão no montante de 5% (cinco por cento) do valor do bem, ainda que seja realizada antes da expropriação.

O credor que não adjudicar os bens constritos antes do despacho de nomeação, só poderá adquiri-los presencialmente durante o certame na condição de arrematante, respondendo, pela integralidade dos honorários do Corretor nomeado.

Caso o arrematante seja o próprio credor, deverá no prazo de 48 horas, efetuar o depósito do valor proposto que superar seu crédito, sob pena de, tornar sem efeito a arrematação, ou, se for o caso, de atribuí-la ao licitante concorrente, sem prejuízo dos honorários do profissional nomeado.

DA REMOÇÃO E GUARDA DE BENS MÓVEIS.

Além da comissão de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, a cargo do arrematante, serão acrescidos à execução, o ressarcimento do Corretor ora depositário, das despesas incorridas com a remoção e aguarda de bens móveis, os quais deverão ser estimados e aprovados previamente por este juízo.

DA REMIÇÃO:

Se o(a) executado(a) pagar a dívida antes de adjudicado(s) ou alienado(s) o(s) bem(ns), na forma do artigo 826, do Novo Código de Processo Civil, deverá apresentar até a data e hora designadas para a praça, a guia comprobatória do referido pagamento, acompanhada de petição fazendo menção expressa quanto à remição da execução. Neste caso, deverá o(a) executado(a) pagar a importância atualizada da dívida, mais juros, custas, honorários advocatícios valor de 2,5% (dois e meio por cento) do valor da avaliação, a titulo de ressarcimento ao Corretor nomeado.

DO INADIMPLEMENTO DO ARREMATANTE:

Ressalvada a hipótese do artigo 903, parágrafo 5º, do Código de Processo Civil, a desistência da arrematação, a ausência do depósito, ou inadimplemento, acarretará a perda, em favor da execução, do valor já pago, além da comissão destinada ao corretor responsável, sem prejuízo de aplicação de multa pela mora de 20% (vinte por cento), sobre o valor da venda, bem como, execução do valor remanescente que poderá ser dirigida ao patrimônio dos adquirentes, com responsabilidade solidária de seus sócios, no caso de pessoa jurídica, dispensando qualquer intimação para tanto.

DA MORA DO ARREMATANTE

Em caso de não pagamento ou atraso superior a trinta dias de qualquer das parcelas, a multa pela mora será de 20% sobre o valor da venda e execução do valor remanescente será dirigida ao patrimônio dos adquirentes, com responsabilidade solidária de seus sócios, no caso de pessoa jurídica, dispensando qualquer citação para tanto.

DOS RECURSOS:

Os embargos à arrematação, de acordo com o artigo 903 do Código de Processo Civil, não terão efeito suspensivo da venda realizada, considerando-se perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham a serem julgados procedentes os embargos.

O prazo para eventuais embargos à arrematação ou adjudicação passará a fluir da data da alienação, independentemente de nova notificação.

DA PREFERÊNCIA PELA AQUISIÇÃO GLOBAL.

Os lotes com mais de um item serão expropriados em sua totalidade, ou seja, preferencia para aquisição global nos termos do artigo 893 do Código de Processo Civil. Entretanto, não havendo licitante para aquisição total dos itens, os lotes poderão ser alienados individualmente devendo ser observado o mesmo percentual fixado pelo juízo.

ÔNUS: DIVIDAS DE IPTU, IPVA, MULTAS, DÉBITOS CONDOMINIAIS, PENHORAS E HIPOTECAS:

A aquisição realizada em alienação judicial é realizada de forma livre e desembaraçada de ônus (dívidas) trabalhistas, tributários e fiscais, de qualquer órgão da Administração Pública, inscritas ou não em dívida pública, ou seja, os débitos até a data da alienação judicial sub-rogam no preço da arrematação.

Nos termos do parágrafo único do artigo 130 do Código Tributário Nacional e artigo 78 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a aquisição através de alienação judicial (expropriação), tem natureza jurídica de **AQUISIÇÃO ORIGINÁRIA**, ou seja, **O ARREMATANTE**e o bem adquirido, não respondem por nenhum débito que incida sobre o bem (seja ele móvel ou imóvel), especialmente IPTU, IPVA, MULTAS E JUROS, DÉBITOS CONDOMINIAIS, que são de responsabilidade do executado, nos termos dos artigos 1.430 do Código Civil e 908, § 1º do Código de Processo Civil.

HIPOTECA: Na existência de hipoteca vinculada ao bem, a mesma será cancelada com a venda, nos termos do artigo 1499 CC, inciso VI. (Art. 1.499. A hipoteca extingue-se: VI - pela arrematação ou adjudicação.)

Com o registro da carta de alienação/arrematação os ônus que averbados à margem da certidão de ônus reais (certidão de matricula) serão baixados pelo Oficial do Registro de Imóveis.

A base de calculo para apuração do ITBI (Imposto de Transmissão de bem Imóvel), será o valor da arrematação. (STJ - RECURSO ESPECIAL Nº 863.893 - PR (2006/0141866-4)

DESPESAS INCIDENTES NA ARREMATAÇÃO:

Todas as providências e despesas referentes à transferência do imóvel, tais como registro da carta de arrematação/alienação, ITBI, foro, laudêmio, taxas, alvarás, certidões, escrituras, registros, averbações, retificação de área, e outras eventuais despesas pertinentes, inclusive débitos apurados junto ao INSS oriundos de construção e/ou reformas não averbadas, assim como eventuais taxas, correrão por conta do arrematante ou adjudicante.

DISPOSIÇÕES FINAIS:

Às propostas deverão ser entregues diretamente ao Corretor responsável.

PROPOSTAS CONDICIONAIS:

As propostas que não atingirem o valor mínimo de venda poderão ser recebidas "condicionalmente", ficando sujeitos a posterior apreciação do Juízo responsável.

O licitante que formular proposta condicional, se declara ciente e de acordo, que o recebimento da referida proposta, não implicará em imediata homologação, tampouco suspensão do certame, e durante o lapso temporal entre a apresentação da proposta condicional e apreciação do juízo, outro licitante poderá formular proposta que atenda às condições mínimas do edital, e poderá ser será imediatamente aceita pelo juízo.

DA CIENCIA DO LICITANTE:

Os licitantes/arrematantes não poderão alegar desconhecimento das condições de venda, edital de alienação, dos encargos do bem, condições e prazos de pagamento, das despesas e custas relativas à alienação.

DO DIREITO DE PREFERÊNCIA:

O exercício do direito de preferência só poderá ser exercido na modalidade presencial até o encerramento do certame.

DA EVICÇÃO

Constitui ônus do Arrematante o acompanhamento da expedição da carta de alienação /arrematação junto ao cartório, e seu imediato registro. Qualquer dificuldade quanto a: obter /localizar o bem móvel, registrar a carta de arrematação/alienação, localizar o bem, imitir-se na posse, deverão ser imediatamente comunicada ao juízo responsável para as providências cabíveis.

A procedência e evicção de direitos dos bens vendidos em alienação judicial/leilão são de inteira e exclusiva responsabilidade dos arrematantes/proprietários/União. O Corretor nomeado é um mero mandatário, ficando, assim, eximido de eventuais responsabilidades por vícios ou defeitos nos bens alienados (ocultos ou não), bem como, também por indenizações, trocas, consertos, compensações financeiras de qualquer hipótese ou natureza, portanto.

PRODUTOS CONTROLADOS

Para arrematação dos produtos de venda e/ou armazenagem controlados (ex. Combustível, Inflamáveis, remédio, produtos bélicos, dentre outros,), o licitante deverá atender às regras impostas pelo órgão responsável e legislação em vigor.

NAS OMISSÕES:

Os casos omissos e havendo incidentes ocorridos por ocasião da expropriação, serão resolvidos pelo Juízo mediante provocação.

INTIMAÇÕES

Nos termos do Art. 889, § único, do CPC, a publicação deste despacho de nomeação e edital de alienação, supre eventual insucesso nas intimações pessoais e dos respectivos patronos, em especial à executada e/ou sócios, inclusive aos cônjuges quando for o caso. A publicação do edital valerá como EDITAL DE INTIMAÇÃO. E, para que produza seus fins efeitos de direito, será o presente edital, por extrato, afixado e será afixado no átrio fórum no local de costume.

Intimem-se as partes, sendo o corretor via correio eletrônico para apresentação de edital em cartório para aprovação.

Em 16 de Setembro de 2019.

Juiz(íza) do Trabalho

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª Vara do Trabalho de Campinas

Processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME e outros (2)

D E S P A C H O

Consoante a nova redação dos artigos 879 e 881 do CPC, a hasta pública passou a ser precedida, na ordem de meios para satisfação do crédito, pela adjudicação e alienação por iniciativa particular. Tal preceito, à míngua de previsão normativa na CLT sobre as espécies de transferência compulsória de bens constritos e considerando o art. 24, inc. I da LEF, também aplicável subsidiariamente, é perfeitamente compatível com o processo trabalhista. Assim sendo, ao exequente para, querendo, exercer o direito de adjudicação na forma do art. 876 e parágrafos do CPC. Nesses casos, fica ressalvada a continuidade da execução por eventual saldo remanescente.

Em caso positivo, intime-se o executado para fins do art. 746 do CPC. Decorrido o prazo, lavre-se o auto e mandado de entrega, (art. 903 do CPC), devendo o adjudicante informar, em até 10 dias, a efetiva entrega dos bens adjudicados, presumindo-se o silêncio como resposta positiva.

Neste caso, à Contadoria para adequação de cálculos, devendo o autor indicar o meio pelo qual pretende perseguir o crédito restante em 15 dias.

Sendo negativa a manifestação do exequente, fica desde já nomeado o Dr. Adílio Gregório Pereira, advogado inscrito na OAB/SP n. 292.948, (credenciado pelo Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, inscrito no CRECI/SP sob nº 65.564-F, site: www.galeriapereira.com.br, e-mail: adilio@galeriapereira.com.br), (19)9-9702-1050 (Claro), (16)9-8138-9310 TIM, (17)9-9132-1050, (Claro), corretor responsável pela alienação judicial do bem penhorado, nos termos da Portaria GP nº 81/2014, em conformidade com o §2º do artigo 2º do Provimento GP-CR nº 04/2014, para tentativa de venda no prazo de 90 dias.

Objeto da alienação: Imóveis de matricula n° 8721 - CRI de Cafelândia.

Fica, desde já, autorizada a visitação do imóvel pelos interessados, desde que acompanhados pelo CORRETOR ou por quem for por ele indicado, devendo ser apresentada cópia do presente despacho, devidamente assinada por este Juízo, à qual se dá força de MANDADO JUDICIAL, que possibilita o ingresso e a visitação do imóvel a ser alienado.

É vedado aos depositários, criar embaraços à visitação do bem sob sua guarda, sob pena de ofensa ao artigo 14, inciso V, do CPC (artigo 77, inciso IV do NOVO CPC), ficando desde logo autorizado o uso de força policial, caso a providência se mostre necessária.

PREFERENCIA À VISTA E POSSIBILIDADE DE PARCELAMENTO:

A proposta de maior valor dentre as que atingirem o valor mínimo estabelecido será imediatamente aceita.

A alienação dos bens será formalizada por termo nos autos da execução, no qual o licitante deverá declarar: "estar ciente das regras da alienação por iniciativa particular, especialmente quanto aos embargos, evicção, e sanções cíveis e criminais que lhe serão impostas se descumprir às obrigações assumidas, e a veracidade das informações prestadas".

Não havendo proposta para pagamento imediato, À VISTA, registre-se a possibilidade de parcelamento do pagamento do valor ofertado, consoante previsão contida no artigo 895, parágrafo 1º do CPC.

A arrematação de bens móveis, em regra, será deferida ao licitante que formular proposta para pagamento imediato (Á VISTA), entretanto, o juízo apreciará oportunamente, eventuais propostas com pagamento parcelado, a qual poderá ter sua homologação, condicionada a apresentação de garantia idônea.

DOS PAGAMENTOS:

O arrematante deverá efetuar os pagamentos do preço do bem arrematado e da comissão de 5% sobre o preçoa título de honorários ao Corretor responsável no prazo de 5 (cinco) dias uteis a contar da ciência da homologação da proposta. A comissão devida não está inclusa no valor da proposta (lance) e não será devolvida, salvo determinação judicial.

AD CORPUS + ESTADO DAS COISAS.

A arrematação será realizada no estado de uso e conservação em que se encontram, sendo exclusiva atribuição dos interessados na arrematação a verificação antecipada quanto ao levantamento de ônus, ocupação, viabilidades legais, permissões, consertos, reparos ou mesmo providências referentes à retirada, embalagem, transporte e ainda qualquer informação que se julgue necessário daqueles que virem a serem arrematados;

Os imóveis serão vendidos no estado em que se encontram, e em caráter "AD CORPUS", ou seja, medidas meramente enunciativas. Em nenhuma hipótese a arrematação abrangerá bens móveis que se encontram no interior e nas dependências do imóvel.

DOS HONORÁRIOS:

Na hipótese remição, adjudicação, acordo, pagamento do débito após o despacho de nomeação, o corretor responsável fará jus à integralidade da comissão no montante de 5% (cinco por cento) do valor do bem, ainda que seja realizada antes da expropriação.

O credor que não adjudicar os bens constritos antes do despacho de nomeação, só poderá adquiri-los presencialmente durante o certame na condição de arrematante, respondendo, pela integralidade dos honorários do Corretor nomeado.

Caso o arrematante seja o próprio credor, deverá no prazo de 48 horas, efetuar o depósito do valor proposto que superar seu crédito, sob pena de, tornar sem efeito a arrematação, ou, se for o caso, de atribuí-la ao licitante concorrente, sem prejuízo dos honorários do profissional nomeado.

DA REMOÇÃO E GUARDA DE BENS MÓVEIS.

Além da comissão de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, a cargo do arrematante, serão acrescidos à execução, o ressarcimento do Corretor ora depositário, das despesas incorridas com a remoção e aguarda de bens móveis, os quais deverão ser estimados e aprovados previamente por este juízo.

DA REMIÇÃO:

Se o(a) executado(a) pagar a dívida antes de adjudicado(s) ou alienado(s) o(s) bem(ns), na forma do artigo 826, do Novo Código de Processo Civil, deverá apresentar até a data e hora designadas para a praça, a guia comprobatória do referido pagamento, acompanhada de petição fazendo menção expressa quanto à remição da execução. Neste caso, deverá o(a) executado(a) pagar a importância atualizada da dívida, mais juros, custas, honorários advocatícios valor de 2,5% (dois e meio por cento) do valor da avaliação, a titulo de ressarcimento ao Corretor nomeado.

DO INADIMPLEMENTO DO ARREMATANTE:

Ressalvada a hipótese do artigo 903, parágrafo 5º, do Código de Processo Civil, a desistência da arrematação, a ausência do depósito, ou inadimplemento, acarretará a perda, em favor da execução, do valor já pago, além da comissão destinada ao corretor responsável, sem prejuízo de aplicação de multa pela mora de 20% (vinte por cento), sobre o valor da venda, bem como, execução do valor remanescente que poderá ser dirigida ao patrimônio dos adquirentes, com responsabilidade solidária de seus sócios, no caso de pessoa jurídica, dispensando qualquer intimação para tanto.

DA MORA DO ARREMATANTE

Em caso de não pagamento ou atraso superior a trinta dias de qualquer das parcelas, a multa pela mora será de 20% sobre o valor da venda e execução do valor remanescente será dirigida ao patrimônio dos adquirentes, com responsabilidade solidária de seus sócios, no caso de pessoa jurídica, dispensando qualquer citação para tanto.

DOS RECURSOS:

Os embargos à arrematação, de acordo com o artigo 903 do Código de Processo Civil, não terão efeito suspensivo da venda realizada, considerando-se perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham a serem julgados procedentes os embargos.

O prazo para eventuais embargos à arrematação ou adjudicação passará a fluir da data da alienação, independentemente de nova notificação.

DA PREFERÊNCIA PELA AQUISIÇÃO GLOBAL.

Os lotes com mais de um item serão expropriados em sua totalidade, ou seja, preferencia para aquisição global nos termos do artigo 893 do Código de Processo Civil. Entretanto, não havendo licitante para aquisição total dos itens, os lotes poderão ser alienados individualmente devendo ser observado o mesmo percentual fixado pelo juízo.

ÔNUS: DIVIDAS DE IPTU, IPVA, MULTAS, DÉBITOS CONDOMINIAIS, PENHORAS E HIPOTECAS:

A aquisição realizada em alienação judicial é realizada de forma livre e desembaraçada de ônus (dívidas) trabalhistas, tributários e fiscais, de qualquer órgão da Administração Pública, inscritas ou não em dívida pública, ou seja, os débitos até a data da alienação judicial sub-rogam no preço da arrematação.

Nos termos do parágrafo único do artigo 130 do Código Tributário Nacional e artigo 78 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a aquisição através de alienação judicial (expropriação), tem natureza jurídica de **AQUISIÇÃO ORIGINÁRIA**, ou seja, **O ARREMATANTE**e o bem adquirido, não respondem por nenhum débito que incida sobre o bem (seja ele móvel ou imóvel), especialmente IPTU, IPVA, MULTAS E JUROS, DÉBITOS CONDOMINIAIS, que são de responsabilidade do executado, nos termos dos artigos 1.430 do Código Civil e 908, § 1º do Código de Processo Civil.

HIPOTECA: Na existência de hipoteca vinculada ao bem, a mesma será cancelada com a venda, nos termos do artigo 1499 CC, inciso VI. (Art. 1.499. A hipoteca extingue-se: VI - pela arrematação ou adjudicação.)

Com o registro da carta de alienação/arrematação os ônus que averbados à margem da certidão de ônus reais (certidão de matricula) serão baixados pelo Oficial do Registro de Imóveis.

A base de calculo para apuração do ITBI (Imposto de Transmissão de bem Imóvel), será o valor da arrematação. (STJ - RECURSO ESPECIAL Nº 863.893 - PR (2006/0141866-4)

DESPESAS INCIDENTES NA ARREMATAÇÃO:

Todas as providências e despesas referentes à transferência do imóvel, tais como registro da carta de arrematação/alienação, ITBI, foro, laudêmio, taxas, alvarás, certidões, escrituras, registros, averbações, retificação de área, e outras eventuais despesas pertinentes, inclusive débitos apurados junto ao INSS oriundos de construção e/ou reformas não averbadas, assim como eventuais taxas, correrão por conta do arrematante ou adjudicante.

DISPOSIÇÕES FINAIS:

Às propostas deverão ser entregues diretamente ao Corretor responsável.

PROPOSTAS CONDICIONAIS:

As propostas que não atingirem o valor mínimo de venda poderão ser recebidas "condicionalmente", ficando sujeitos a posterior apreciação do Juízo responsável.

O licitante que formular proposta condicional, se declara ciente e de acordo, que o recebimento da referida proposta, não implicará em imediata homologação, tampouco suspensão do certame, e durante o lapso temporal entre a apresentação da proposta condicional e apreciação do juízo, outro licitante poderá formular proposta que atenda às condições mínimas do edital, e poderá ser será imediatamente aceita pelo juízo.

DA CIENCIA DO LICITANTE:

Os licitantes/arrematantes não poderão alegar desconhecimento das condições de venda, edital de alienação, dos encargos do bem, condições e prazos de pagamento, das despesas e custas relativas à alienação.

DO DIREITO DE PREFERÊNCIA:

O exercício do direito de preferência só poderá ser exercido na modalidade presencial até o encerramento do certame.

DA EVICÇÃO

Constitui ônus do Arrematante o acompanhamento da expedição da carta de alienação /arrematação junto ao cartório, e seu imediato registro. Qualquer dificuldade quanto a: obter /localizar o bem móvel, registrar a carta de arrematação/alienação, localizar o bem, imitir-se na posse, deverão ser imediatamente comunicada ao juízo responsável para as providências cabíveis.

A procedência e evicção de direitos dos bens vendidos em alienação judicial/leilão são de inteira e exclusiva responsabilidade dos arrematantes/proprietários/União. O Corretor nomeado é um mero mandatário, ficando, assim, eximido de eventuais responsabilidades por vícios ou defeitos nos bens alienados (ocultos ou não), bem como, também por indenizações, trocas, consertos, compensações financeiras de qualquer hipótese ou natureza, portanto.

PRODUTOS CONTROLADOS

Para arrematação dos produtos de venda e/ou armazenagem controlados (ex. Combustível, Inflamáveis, remédio, produtos bélicos, dentre outros,), o licitante deverá atender às regras impostas pelo órgão responsável e legislação em vigor.

NAS OMISSÕES:

Os casos omissos e havendo incidentes ocorridos por ocasião da expropriação, serão resolvidos pelo Juízo mediante provocação.

INTIMAÇÕES

Nos termos do Art. 889, § único, do CPC, a publicação deste despacho de nomeação e edital de alienação, supre eventual insucesso nas intimações pessoais e dos respectivos patronos, em especial à executada e/ou sócios, inclusive aos cônjuges quando for o caso. A publicação do edital valerá como EDITAL DE INTIMAÇÃO. E, para que produza seus fins efeitos de direito, será o presente edital, por extrato, afixado e será afixado no átrio fórum no local de costume.

Intimem-se as partes, sendo o corretor via correio eletrônico para apresentação de edital em cartório para aprovação.

Em 16 de Setembro de 2019.

Juiz(íza) do Trabalho

D.E. SOUZA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

EXMO. SR. DR. JUIZ DO TRABALHO DA 3ª VARA DO TRABALHO DA COMARCA DE CAMPINAS/SP.

PROC. N.º 0010782-36.2016.5.15.0043

FLÁVIO HENRIQUE DA SILVA, já devidamente qualificado nos autos da presente **RECLAMAÇÃO TRABALHISTA,** processo em epígrafe, que move em face de **LUX SERVIÇOS DE MARCENARIA LTDA,** por sua advogada infra-assinada, vem, respeitosamente, à presença de VExª, expor e requerer:

1) O Reclamante foi intimado a manifestar-se acerca do interesse na adjudicação ou alienação por iniciativa particular do bem penhorado nos presentes autos.

2) Diante do exposto, vem à presença de VExª externar que não possui interesse na adjudicação do imóvel, requerendo seja o bem alienado judicialmente para tentativa de venda no prazo de 90 dias.

3) Para tanto, requer o prosseguimento do feito,

Termos em que

Pede deferimento.

Campinas – SP, 19/09/2019.

SIMONE DE MORAES DE SOUZA
OAB/SP 313.589

Av. Andrade Neve, nº 295, sala 91, 9º andar, Centro, Campinas/SP, CEP.: 13013-160
Fones.: (19) 3236-2152 e 3233-3535 e-mail: contato@desouzaadv.com.br

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 19/09/2019 17:10:16 - b69fd3d
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19091917093451800000116086126
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. b69fd3d - Pág. 1
Número do documento: 19091917093451800000116086126

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª Vara do Trabalho de Campinas

Processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME e outros (2)

D E S P A C H O

Prossiga-se pela comunicação ao corretor para alienação particular.

Em 23 de Setembro de 2019.

Juiz(íza) do Trabalho

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
ATSum 0010782-36.2016.5.15.0043
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME E OUTROS (3)

Certifico para os devidos fins o envio do despacho id 79cf3ed para o email do Corretor, Dr. Adílio Pereira.

CAMPINAS/SP, 26 de setembro de 2019.

SIMONE TERCEIRO E BARRETO
Servidor

Simone Terceiro e Barreto <simonehumbert@trt15.jus.br>

Processo: 0010782-36.2016.5.15.0043

1 mensagem

3ª VT <saj.3vt.campinas@trt15.jus.br> 26 de setembro de 2019 06:14
Para: adilio@galeriapereira.com.br

Prezado Senhor Corretor:

De ordem da MM Juíza da 3ª VT de Campinas, transcrevo despacho exarado nos autos do Processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA e RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME:

"D E S P A C H O

Consoante a nova redação dos artigos 879 e 881 do CPC, a hasta pública passou a ser precedida, na ordem de meios para satisfação do crédito, pela adjudicação e alienação por iniciativa particular. Tal preceito, à míngua de previsão normativa na CLT sobre as espécies de transferência compulsória de bens constritos e considerando o art. 24, inc. I da LEF, também aplicável subsidiariamente, é perfeitamente compatível com o processo trabalhista. Assim sendo, ao exequente para, querendo, exercer o direito de adjudicação na forma do art. 876 e parágrafos do CPC. Nesses casos, fica ressalvada a continuidade da execução por eventual saldo remanescente.

Em caso positivo, intime-se o executado para fins do art. 746 do CPC. Decorrido o prazo, lavre-se o auto e mandado de entrega, (art. 903 do CPC), devendo o adjudicante informar, em até 10 dias, a efetiva entrega dos bens adjudicados, presumindo-se o silêncio como resposta positiva.

Neste caso, à Contadoria para adequação de cálculos, devendo o autor indicar o meio pelo qual pretende perseguir o crédito restante em 15 dias.

Sendo negativa a manifestação do exequente, fica desde já nomeado o Dr. Adílio Gregório Pereira, advogado inscrito na OAB/SP n. 292.948, (credenciado pelo Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, inscrito no CRECI/SP sob nº 65.564-F, site: www.galeriapereira.com.br, e-mail: adilio@galeriapereira.com.br), (19)9-9702-1050 (Claro), (16)9-8138-9310 TIM, (17)9-9132-1050, (Claro), corretor responsável pela alienação judicial do bem penhorado, nos termos da Portaria GP nº 81/2014, em conformidade com o §2º do artigo 2º do Provimento GP-CR nº 04/2014, para tentativa de venda no prazo de 90 dias.

Objeto da alienação: Imóveis de matricula n° 8721 - CRI de Cafelândia.

Fica, desde já, autorizada a visitação do imóvel pelos interessados, desde que acompanhados pelo CORRETOR ou por quem for por ele indicado, devendo ser apresentada cópia do presente despacho, devidamente assinada por este Juízo, à qual se dá força de MANDADO JUDICIAL, que possibilita o ingresso e a visitação do imóvel a ser alienado.

É vedado aos depositários, criar embaraços à visitação do bem sob sua guarda, sob pena de ofensa ao artigo 14, inciso V, do CPC (artigo 77, inciso IV do NOVO CPC), ficando desde logo autorizado o uso de força policial, caso a providência se mostre necessária.

PREFERENCIA À VISTA E POSSIBILIDADE DE PARCELAMENTO:

A proposta de maior valor dentre as que atingirem o valor mínimo estabelecido será imediatamente

Assinado eletronicamente por: SIMONE TERCEIRO E BARRETO - 26/09/2019 06:16:45 - bc7ada7
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19092606163668300000116516819
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. bc7ada7 - Pág. 1
Número do documento: 19092606163668300000116516819

aceita.

A alienação dos bens será formalizada por termo nos autos da execução, no qual o licitante deverá declarar: "estar ciente das regras da alienação por iniciativa particular, especialmente quanto aos embargos, evicção, e sanções cíveis e criminais que lhe serão impostas se descumprir às obrigações assumidas, e a veracidade das informações prestadas".

Não havendo proposta para pagamento imediato, À VISTA, registre-se a possibilidade de parcelamento do pagamento do valor ofertado, consoante previsão contida no artigo 895, parágrafo 1º do CPC.

A arrematação de bens móveis, em regra, será deferida ao licitante que formular proposta para pagamento imediato (Á VISTA), entretanto, o juízo apreciará oportunamente, eventuais propostas com pagamento parcelado, a qual poderá ter sua homologação, condicionada a apresentação de garantia idônea.

DOS PAGAMENTOS:

O arrematante deverá efetuar os pagamentos do preço do bem arrematado e da comissão de 5% sobre o preçoa título de honorários ao Corretor responsável no prazo de 5 (cinco) dias uteis a contar da ciência da homologação da proposta. A comissão devida não está inclusa no valor da proposta (lance) e não será devolvida, salvo determinação judicial.

AD CORPUS + ESTADO DAS COISAS.

A arrematação será realizada no estado de uso e conservação em que se encontram, sendo exclusiva atribuição dos interessados na arrematação a verificação antecipada quanto ao levantamento de ônus, ocupação, viabilidades legais, permissões, consertos, reparos ou mesmo providências referentes à retirada, embalagem, transporte e ainda qualquer informação que se julgue necessário daqueles que virem a serem arrematados;

Os imóveis serão vendidos no estado em que se encontram, e em caráter "AD CORPUS", ou seja, medidas meramente enunciativas. Em nenhuma hipótese a arrematação abrangerá bens móveis que se encontram no interior e nas dependências do imóvel.

DOS HONORÁRIOS:

Na hipótese remição, adjudicação, acordo, pagamento do débito após o despacho de nomeação, o corretor responsável fará jus à integralidade da comissão no montante de 5% (cinco por cento) do valor do bem, ainda que seja realizada antes da expropriação.

O credor que não adjudicar os bens constritos antes do despacho de nomeação, só poderá adquiri-los presencialmente durante o certame na condição de arrematante, respondendo, pela integralidade dos honorários do Corretor nomeado.

Caso o arrematante seja o próprio credor, deverá no prazo de 48 horas, efetuar o depósito do valor proposto que superar seu crédito, sob pena de, tornar sem efeito a arrematação, ou, se for o caso, de atribuí-la ao licitante concorrente, sem prejuízo dos honorários do profissional nomeado.

DA REMOÇÃO E GUARDA DE BENS MÓVEIS.

Além da comissão de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, a cargo do arrematante, serão acrescidos à execução, o ressarcimento do Corretor ora depositário, das despesas incorridas com a remoção e aguarda de bens móveis, os quais deverão ser estimados e aprovados previamente por este juízo.

DA REMIÇÃO:

Se o(a) executado(a) pagar a dívida antes de adjudicado(s) ou alienado(s) o(s) bem(ns), na forma do artigo 826, do Novo Código de Processo Civil, deverá apresentar até a data e hora designadas para a praça, a guia comprobatória do referido pagamento, acompanhada de petição fazendo menção expressa quanto à remição da execução. Neste caso, deverá o(a) executado(a) pagar a importância atualizada da dívida, mais juros, custas, honorários advocatícios valor de 2,5% (dois e meio por cento) do valor da avaliação, a titulo de ressarcimento ao Corretor nomeado.

Assinado eletronicamente por: SIMONE TERCEIRO E BARRETO - 26/09/2019 06:16:45 - bc7ada7
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19092606163668300000116516819
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. bc7ada7 - Pág. 2
Número do documento: 19092606163668300000116516819

DO INADIMPLEMENTO DO ARREMATANTE:

Ressalvada a hipótese do artigo 903, parágrafo 5º, do Código de Processo Civil, a desistência da arrematação, a ausência do depósito, ou inadimplemento, acarretará a perda, em favor da execução, do valor já pago, além da comissão destinada ao corretor responsável, sem prejuízo de aplicação de multa pela mora de 20% (vinte por cento), sobre o valor da venda, bem como, execução do valor remanescente que poderá ser dirigida ao patrimônio dos adquirentes, com responsabilidade solidária de seus sócios, no caso de pessoa jurídica, dispensando qualquer intimação para tanto.

DA MORA DO ARREMATANTE

Em caso de não pagamento ou atraso superior a trinta dias de qualquer das parcelas, a multa pela mora será de 20% sobre o valor da venda e execução do valor remanescente será dirigida ao patrimônio dos adquirentes, com responsabilidade solidária de seus sócios, no caso de pessoa jurídica, dispensando qualquer citação para tanto.

DOS RECURSOS:

Os embargos à arrematação, de acordo com o artigo 903 do Código de Processo Civil, não terão efeito suspensivo da venda realizada, considerando-se perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham a serem julgados procedentes os embargos.

O prazo para eventuais embargos à arrematação ou adjudicação passará a fluir da data da alienação, independentemente de nova notificação.

DA PREFERÊNCIA PELA AQUISIÇÃO GLOBAL.

Os lotes com mais de um item serão expropriados em sua totalidade, ou seja, preferencia para aquisição global nos termos do artigo 893 do Código de Processo Civil. Entretanto, não havendo licitante para aquisição total dos itens, os lotes poderão ser alienados individualmente devendo ser observado o mesmo percentual fixado pelo juízo.

ÔNUS: DIVIDAS DE IPTU, IPVA, MULTAS, DÉBITOS CONDOMINIAIS, PENHORAS E HIPOTECAS:

A aquisição realizada em alienação judicial é realizada de forma livre e desembaraçada de ônus (dívidas) trabalhistas, tributários e fiscais, de qualquer órgão da Administração Pública, inscritas ou não em dívida pública, ou seja, os débitos até a data da alienação judicial sub-rogam no preço da arrematação.

Nos termos do parágrafo único do artigo 130 do Código Tributário Nacional e artigo 78 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a aquisição através de alienação judicial (expropriação), tem natureza jurídica de **AQUISIÇÃO ORIGINÁRIA**, ou seja, **O ARREMATANTE**e o bem adquirido, não respondem por nenhum débito que incida sobre o bem (seja ele móvel ou imóvel), especialmente IPTU, IPVA, MULTAS E JUROS, DÉBITOS CONDOMINIAIS, que são de responsabilidade do executado, nos termos dos artigos 1.430 do Código Civil e 908, § 1º do Código de Processo Civil.

HIPOTECA: Na existência de hipoteca vinculada ao bem, a mesma será cancelada com a venda, nos termos do artigo 1499 CC, inciso VI. (Art. 1.499. A hipoteca extingue-se: VI - pela arrematação ou adjudicação.)

Com o registro da carta de alienação/arrematação os ônus que averbados à margem da certidão de ônus reais (certidão de matricula) serão baixados pelo Oficial do Registro de Imóveis.

A base de calculo para apuração do ITBI (Imposto de Transmissão de bem Imóvel), será o valor da arrematação. (STJ - RECURSO ESPECIAL Nº 863.893 - PR (2006/0141866-4)

DESPESAS INCIDENTES NA ARREMATAÇÃO:

Todas as providências e despesas referentes à transferência do imóvel, tais como registro da carta de arrematação/alienação, ITBI, foro, laudêmio, taxas, alvarás, certidões, escrituras, registros, averbações, retificação de área, e outras eventuais despesas pertinentes, inclusive débitos apurados junto ao INSS oriundos de construção e/ou reformas não averbadas, assim como eventuais taxas, correrão por conta do arrematante ou adjudicante.

Assinado eletronicamente por: SIMONE TERCEIRO E BARRETO - 26/09/2019 06:16:45 - bc7ada7
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19092606163668300000116516819
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. bc7ada7 - Pág. 3
Número do documento: 19092606163668300000116516819

DISPOSIÇÕES FINAIS:

Às propostas deverão ser entregues diretamente ao Corretor responsável.

PROPOSTAS CONDICIONAIS:

As propostas que não atingirem o valor mínimo de venda poderão ser recebidas "condicionalmente", ficando sujeitos a posterior apreciação do Juízo responsável.

O licitante que formular proposta condicional, se declara ciente e de acordo, que o recebimento da referida proposta, não implicará em imediata homologação, tampouco suspensão do certame, e durante o lapso temporal entre a apresentação da proposta condicional e apreciação do juízo, outro licitante poderá formular proposta que atenda às condições mínimas do edital, e poderá ser será imediatamente aceita pelo juízo.

DA CIENCIA DO LICITANTE:

Os licitantes/arrematantes não poderão alegar desconhecimento das condições de venda, edital de alienação, dos encargos do bem, condições e prazos de pagamento, das despesas e custas relativas à alienação.

DO DIREITO DE PREFERÊNCIA:

O exercício do direito de preferência só poderá ser exercido na modalidade presencial até o encerramento do certame.

DA EVICÇÃO

Constitui ônus do Arrematante o acompanhamento da expedição da carta de alienação/arrematação junto ao cartório, e seu imediato registro. Qualquer dificuldade quanto a: obter/localizar o bem móvel, registrar a carta de arrematação/alienação, localizar o bem, imitir-se na posse, deverão ser imediatamente comunicada ao juízo responsável para as providências cabíveis.

A procedência e evicção de direitos dos bens vendidos em alienação judicial/leilão são de inteira e exclusiva responsabilidade dos arrematantes/proprietários/União. O Corretor nomeado é um mero mandatário, ficando, assim, eximido de eventuais responsabilidades por vícios ou defeitos nos bens alienados (ocultos ou não), bem como, também por indenizações, trocas, consertos, compensações financeiras de qualquer hipótese ou natureza, portanto.

PRODUTOS CONTROLADOS

Para arrematação dos produtos de venda e/ou armazenagem controlados (ex. Combustível, Inflamáveis, remédio, produtos bélicos, dentre outros,), o licitante deverá atender às regras impostas pelo órgão responsável e legislação em vigor.

NAS OMISSÕES:

Os casos omissos e havendo incidentes ocorridos por ocasião da expropriação, serão resolvidos pelo Juízo mediante provocação.

INTIMAÇÕES

Nos termos do Art. 889, § único, do CPC, a publicação deste despacho de nomeação e edital de alienação, supre eventual insucesso nas intimações pessoais e dos respectivos patronos, em especial à executada e/ou sócios, inclusive aos cônjuges quando for o caso. A publicação do edital valerá como EDITAL DE INTIMAÇÃO. E, para que produza seus fins efeitos de direito, será o presente edital, por extrato, afixado e será afixado no átrio fórum no local de costume.

Intimem-se as partes, sendo o corretor via correio eletrônico para apresentação de edital em cartório para aprovação.

Em 16 de Setembro de 2019.

Assinado eletronicamente por: SIMONE TERCEIRO E BARRETO - 26/09/2019 06:16:45 - bc7ada7
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19092606163668300000116516819
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. bc7ada7 - Pág. 4
Número do documento: 19092606163668300000116516819

Juiz(íza) do Trabalho

Assinado eletronicamente por: **ANA FLAVIA DE MORAES GARCIA CUESTA** - 16/09/2019 13:16:48 - 582f74b
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19091611275768600000115723416
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 19091611275768600000115723416"

Atenciosamente

Simone Terceiro
T Judiciário

Assinado eletronicamente por: SIMONE TERCEIRO E BARRETO - 26/09/2019 06:16:45 - bc7ada7
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19092606163668300000116516819
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. bc7ada7 - Pág. 5
Número do documento: 19092606163668300000116516819

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DA 3° VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS- SP.

Processo n. 0010782-36.2016.5.15.0043.

Adílio Gregório Pereira, nomeado por esta Egrégia Vara para realizar a alienação dos bens penhorados nos autos em epígrafe, vem mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência, Requerer a juntada da minuta do edital.

Termos em que,
Pede deferimento.
Campinas, 23 de outubro de 2019.

Adílio Gregório Pereira
OAB/SP 292.948

GALERIAPEREIRA

Responsável: **Adílio Gregório Pereira**, Advogado – OAB/SP 292.948, corretor de imóveis CRECI/SP 65.564-F, fone: (16)9-8138.9310 vivo, (19)9-9631-1050 claro, (17)9-9132-1050 claro.
Site: www.galeriapereira.com.br/ e-mail: adilio@galeriapereira.com.br

---

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 25/11/2019 a 03/12/2019.

1 - **No dia 03/12/2019**, o corretor nomeado estará nas dependências da Justiça do Trabalho de Campinas – SP, localizada na AVENIDA JOSÉ DE SOUZA CAMPOS, 422 – CAMPINAS - SP (sala de espera da 3ª Vara) - CEP: 13.092-123, entre às 14h00min (quatorze horas) e 14h30min (quatorze horas e trinta minutos), para receber propostas (em envelopes lacrados), e ato contínuo, procederá ao encerramento da alienação, e anúncio do rol de propostas recebidas.

2 – DO ENCERRAMENTO:

a) O recebimento das propostas se dará da seguinte forma: primeiramente às propostas para pagamento **À VISTA** (preferenciais).

b) Não havendo propostas para pagamento À VISTA, serão recebidas propostas para pagamento **PARCELADO**, quando: Os bens não receberem propostas para pagamento À VISTA, ou, embora tenham recebido propostas para pagamento À VISTA, estas não atendam às condições mínimas exigidas pelo edital (especialmente quanto ao valor mínimo) ou apresentam "*condições*".

3 - VENDA DIRETA:

Os bens que não receberem propostas até a **abertura dos envelopes,** poderão ser alienados ao primeiro licitante que formular proposta que atenda às condições mínimas do edital, ou seja, venda na modalidade de **"VENDA DIRETA", até o dia 24/02/2020.**
A **venda direta** se dará exclusivamente através da entrega da(s) proposta(s) diretamente ao Corretor responsável, não haverá encerramento presencial como na fase de Concorrência (1ª fase).

Importante: O bem apenas será disponibilizado para "VENDA DIRETA" se não for vendido na "CONCORRÊNCIA".

4 - A proposta de maior valor dentre as que atingirem o valor mínimo estabelecido pelo Juízo será imediatamente aceita.

5 – VALOR MÍNIMO: a partir de 50% (cinquenta por cento) da avaliação.

6 – DA COMISSÃO: O proponente (adquirente) deverá pagar ao Sr. Adílio Gregório Pereira, a título de comissão, o valor correspondente a 5% (cinco por cento) do preço da alienação (arrematação).

a) A comissão devida não integra (não está inclusa) o valor da proposta, e não será devolvida ao proponente (adquirente) em nenhuma hipótese, salvo se a alienação (arrematação) for desfeita por determinação judicial, por razões alheias à vontade do proponente (adquirente), deduzidas as despesas incorridas.

b) Nos casos em que o Sr. Adílio Gregório Pereira for nomeado como depositário de bens móveis, será devido em seu favor o equivalente a 2% (dois por cento) do valor da última avaliação do bem, a ser pago pelo proponente (adquirente), a título de custeio com as despesas com a remoção, guarda e conservação do respectivo bem.

c) A comissão devida ao corretor deverá ser paga pelo proponente no prazo máximo e improrrogável de 5 (cinco) dias após a homologação da proposta, através de depósito judicial, devendo apresentar o comprovante de recolhimento nos autos.

7 - Ocorrendo propostas de idêntico valor, observar-se-á a seguinte **ordem**:

a) o pagamento à vista;

b) a proposta com menor número de parcelas.

OBS.1): havendo propostas idênticas, a que tiver sido recebida em primeiro lugar.

8 - FORMAS DE PAGAMENTO:

a) À VISTA, no prazo máximo e improrrogável de 5 (cinco) dias a contar da intimação da homologação da proposta vencedora.

b) A PRAZO, apenas no caso de IMÓVEIS, com 30% (trinta por cento) de entrada e o restante em até 6 (seis) parcelas mensais e consecutivas, atualizadas monetariamente, pela Tabela Prática de Atualização dos Débitos Judiciais, na data do efetivo pagamento, sempre por meio de depósito judicial.

- Em caso de não pagamento ou atraso superior a dez dias de qualquer das parcelas, a multa pela mora será de 20% sobre o valor da venda e execução do valor remanescente será dirigida ao patrimônio dos adquirentes, com responsabilidade solidária de seus sócios, no caso de pessoa jurídica, dispensando qualquer citação para tanto.

9 - O proponente deverá realizar o recolhimento do valor proposto e da comissão do alienante (5%), em até 5 (cinco) dias a contar da homologação da proposta, devendo apresentar as guias de recolhimentos ao respectivo cartório.

10 - A alienação dos bens será formalizada por termo nos autos da execução, no qual o licitante deverá declarar: "estar ciente das regras da alienação por iniciativa particular, principalmente quanto aos embargos e sanções cíveis e criminais que lhe serão impostas se descumprir as obrigações assumidas; e declarar também a total veracidade das informações prestadas."

11 - 15 (quinze) dias após a apresentação da proposta, o proponente deverá dirigir-se ao cartório da respectiva Vara Judicial para acompanhamento da expedição da carta de arrematação ou mandado de entrega, ciente de que após esse prazo poderá ocorrer à liberação do dinheiro depositado pelo arrematante aos credores, eventualmente ocorrendo evicção.

12 - A procedência e evicção de direitos dos bens vendidos em alienação judicial/leilão são de inteira e exclusiva responsabilidade dos arrematantes/proprietários/União. O corretor é um mero mandatário, ficando, assim, eximido de eventuais responsabilidades por vícios ou defeitos nos bens alienados (ocultos ou não), como também por indenizações, trocas, consertos, compensações financeiras de qualquer hipótese ou natureza, portanto, qualquer dificuldade quanto a: obter/localizar o bem móvel, registrar a carta de arrematação/alienação, localizar o bem, imitir-se na posse, deverá ser imediatamente comunicada ao juízo responsável para as providências cabíveis.

13 – DOS DÉBITOS CONDOMINIAIS: Nos termos dos artigos 1.430 do Código Civil e 908, § 1º do Código de Processo Civil, o arrematante não responde pelos débitos condominiais vencidos antes da arrematação.

14 - DA PROPOSTA CONDICIONAL: As propostas que não atingirem o valor mínimo de venda poderão ser recebidas "condicionalmente", ficando sujeitos a posterior apreciação do Juízo responsável.

IMPORTANTISSÍMO:

O licitante que formular proposta condicional, se declara ciente e de acordo, que o recebimento da referida proposta, não implicará em imediata homologação, logo, proposta posterior que atenda às condições mínimas do edital, poderá ser imediatamente acolhida pelo juízo, sem a possibilidade de complementação da proposta condicional pelo licitante.

15 - Será expedida carta de alienação, se imóvel, para registro imobiliário, nos termos do § 2º do art. 880 do CPC/2015.

16 - **LOCAL PARA O RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS**:

- **a)** Previamente**,** entrar em contato pelo fone **(16) 9-8138.9310 (vivo) / 19-9-9702-1050 (claro),** para agendamento.
- **b)** Ou, antes do encerramento da alienação (na data e hora designada), nas dependências da Justiça do Trabalho de Campinas - SP.

CONDIÇÕES GERAIS:

DA ADJUDICAÇÃO – Poderá o exequente também ADJUDICAR ou ARREMATAR os bens, em igualdade de condições com outros interessados, prevalecendo o maior lance, nos termos do art. 892, parágrafo primeiro do CPC/2015, c/c art. 769 da CLT). Os pedidos de arrematação e adjudicação serão apreciados pelo Juiz que, aceitando, determinará a lavratura do auto. Os referidos pedidos poderão ser indeferidos em caso de fraude ou lance vil, este avaliado pelo Juiz(a) no momento da alienação, considerando as condições e peculiaridades dos bens alienados.

- A partir da publicação deste Edital, na hipótese de adjudicação do(s) bem(s) pelo exequente, este ficará responsável pela integralidade da comissão do Sr. Adílio Gregório Pereira.

DA REMIÇÃO DA EXECUÇÃO – Se o(a) executado(a) pagar a dívida antes de adjudicado(s) ou alienado(s) o(s) bem(ns), na forma do artigo 826, do Novo Código de Processo Civil, deverá apresentar até a data e hora designadas para a praça, a guia comprobatória do referido pagamento, acompanhada de petição fazendo menção expressa quanto à remição da execução, sendo vedado para tal finalidade o uso do protocolo integrado. Neste caso, deverá o(a) executado(a) pagar a importância atualizada da dívida, mais juros, custas, honorários

advocatícios e a pagar a integralidade dos honorários do Sr. Adílio Gregório Pereira, no valor de 2,5% (dois e meio por cento) do valor da avaliação.
DO(S) IMÓVEL(IS) - O(s) imóvel(is) será(ão) vendido(s) no estado em que se encontra(m), em caráter "*AD CORPUS*", ou seja, medidas meramente enunciativas. Em nenhuma hipótese a arrematação abrangerá bens móveis que se encontram no interior e nas dependências do imóvel.
A descrição detalhada e as fotos do(s) imóvel(is) a ser(em) apregoado(s) estão disponíveis no www.galeriapereira.com.br (as fotos disponíveis no referido site são meramente ilustrativas/exemplificativas).
DA VISITAÇÃO - Constitui ônus dos interessados examinar o(s) imóvel(is) a ser(em) apregoado(s), podendo valer-se de pesquisa junto ao Registro de Imóveis e a Prefeitura.
DOS EMBARGOS À ALIENAÇÃO (ARREMATAÇÃO) – O prazo para eventuais questionamentos à arrematação passará a fluir da data da alienação, independente de nova notificação. Assinado o Auto, a alienação é considerada perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham a ser julgados procedentes os Embargos à Alienação (arrematação). A alienação (arrematação) poderá, no entanto, ser tornada sem efeito nos casos previstos no artigo 903 § 1º, do Código de Processo Civil.
ÔNUS: Aos interessados em arrematar bens imóveis, fica esclarecido que os créditos relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse, e bem assim, os relativos a taxas pela prestação de serviços de tais bens, ou a contribuição de melhoria e multas, sub-rogam-se sobre o respectivo preço, por eles não respondendo o adquirente, já que a arrematação de bem através de alienação judicial, é considerada como aquisição originária, inexistindo relação jurídica entre o arrematante e o anterior proprietário do bem (aplicação do artigo 130, parágrafo único, do CTN).
DOS VEÍCULOS: Aos interessados em arrematar veículos automotores, fica esclarecido que, tratando-se a aquisição em alienação judicial, a mesma é considerada originária e, pelo mesmo motivo, os débitos relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse e relativos a multas ou outros débitos, ficarão a cargo do antigo proprietário.
Após o recebimento do Auto e/ou Carta de Alienação, o Arrematante deverá confirmar o recebimento do bem no prazo máximo de 15 dias, após o qual, não havendo manifestação, presume-se o recebimento, ficando autorizada a liberação dos valores arrecadados ao Exequente.
PECULIARIDADES: Os produtos de venda e/ou armazenagem controlados (ex. Combustível, Inflamáveis, remédio, produtos bélicos e etc), o arrematante deverá obedecer às regras impostas pelo órgão responsável, ter autorização e comprovar este direito para dar lances e arrematar.
IMPORTANTE:
a) A publicação deste edital supre eventual insucesso das notificações / intimações pessoais dos respectivos patronos, executados, coproprietários, cônjuges e credores com penhora anterior.
b) Qualquer inconsistência das informações poderá ser sanada até a assinatura do auto.
Reservamo-nos o direito à correção de possíveis erros de digitação, e demais inconsistências das informações apresentadas até a assinatura do auto.
c) As fotos do site www.galeriapereira.com.br são meramente exemplificativas.

BENS DISPONÍVEIS: 3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS – SP.

LOTE 01: N° PROCESSO: 0012005-87.2017.5.15.0043 – EXEQUENTE: UNIÃO FEDERAL (PGFN); EXECUTADO: CORREIO POPULAR SOCIEDADE ANONIMA + 03. A) Prédio, na **Rua Alexandre Herculano nº 148,** em **Campinas**, que mede: - 12,00 m. de frente, e em curva, fazendo esquina com as Ruas Alexandre Herculano e 6-A, 12,00 m. nos fundos por 27,00 m. da frente aos fundos, de ambos os lados, com área de 30,6, digo, de **306,60 ms²** - dito prédio fora construído sobre o lote nº 1, da quadra 9, do **J.N.S. Auxiliadora**. CCPM nº 4.344.000. Imóvel matriculado sob nº 3674 do 2º RGI de Campinas – SP. OBS: 1) Conforme Av.05/3674 o imóvel encontra-se cadastrado na Prefeitura Municipal de Campinas sob código cartográfico nº 3421.12.12.0001.01001. 2) Conforme Auto de Penhora e Avaliação, o imóvel está localizado no Jardim Nossa Senhora Auxiliadora, e trata-se de uma

construção em alvenaria, em regular estado de conservação, necessitando de reparos simples. O demonstrativo do Lançamento de IPTU aponta **área construída de 215,50m²,** com o ano de edificação em 1976. Avaliado em 19/03/2019 em R$ 601.245,00 (seiscentos e um mil e duzentos e quarenta e cinco reais). **Valor mínimo: R$ 450.933,75 (quatrocentos e cinquenta mil, novecentos e trinta e três reais e setenta e cinco centavos).** Depositário: Marco Aurelio Matallo Pavani.

B) Conjunto constituído pelas salas nºs. "9" e "10" mais a respectiva parte ideal no terreno, situado no 1º andar ou pavimento sobre o andar térreo do edifício denominado **CORREIO POPULAR**, sito à **Rua Conceição nº 124** esquina com a rua Dr. Quirino, medindo a primeira sala 2,90 ms por 3,80 ms, e a segunda 3,70 ms por 3,80 ms, confrontando ambas que são anexas, de um lado com o espaço do ascensor coleta de lixo, pela frente com um corredor, de outro lado com os compartimentos de lavatório e WC, e nos fundos com a área descoberta da qual recebem luz por um vitrô para cada sala. O terreno do edifício tem as seguintes medidas: 14,53 ms para a rua Conceição; 19,97 ms de frente para a R. Dr. Quirino, onde faz um canto chanfrado nessa confluência; 21,05 ms na face oposta à rua Conceição, e 19,99 mts na face oposta à Rua Doutor Quirino, medidas estas aproximadas. Imóvel matriculado sob nº 25.046 do 1º RGI de Campinas – SP. OBS: Conforme Auto de Avaliação, o imóvel encontra-se fechado/desocupado. A Prefeitura Municipal de Campinas não identificou o Código Cartográfico das referidas salas. A edificação do prédio data do ano de 1950, conforme demonstrativo de IPTU 2019, das salas 1 e 2 da sobreloja e térreo. ÔNUS: Conforme R.06/25.046 o imóvel foi ARROLADO, devendo a alienação ou oneração do imóvel ser comunicada ao requisitante no prazo de quarenta e oito horas. Avaliado em 19/03/2019 em R$ 76.500,00 (setenta e seis mil e quinhentos reais). **Valor mínimo: R$ 38.250,00 (trinta e oito mil e duzentos e cinquenta reais).** Depositário: Correio Popular S/A.

LOTE 02: N° PROCESSO: 0002016-33.2012.5.15.0043 – EXEQUENTE: JEFERSON JUST; EXECUTADO: SAO PAULO AIR TRANSPORTS - TRANSPORTE DE CARGAS AEREAS + 04. Lote nº 32 da quadra nº 44, do plano de loteamento e arruamento denominado **Jardim Paulista**, bairro do **Itapetinga**, perímetro urbano desta cidade e comarca de **Atibaia – SP., com área de 620 m²**, medindo 11 ms. de frente para a Av. Paulista; 44 ms. do lado direito, onde confronta com o lote nº 31; 38 ms. do lado esquerdo, onde confronta com o lote nº 33; e 20 ms. nos fundos, confrontando com o lote nº 34. INSCRIÇÃO CADASTRAL: 0309303100-0008732. Imóvel matriculado sob nº 59.550 do RGI de Atibaia – SP. OBS: 1) Conforme Auto de Penhora e Avaliação, trata-se de um terreno, onde existe uma **construção averbada na Prefeitura de 197,70 de uma casa**, necessitando de reformas, em bairro residencial, em rua com asfalto e calçamento, localizado na **Avenida Paulista, 1151, Jd. Paulista, Atibaia - SP.** ÔNUS: Conforme pesquisa realizada no site da Prefeitura Municipal de Atibaia – SP, em 10/10/2019, constam débitos relativos a IPTU no valor de R$ 950,26. Avaliado em 22/02/2018 em R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais). **Valor mínimo: R$ 300.000,00 (trezentos mil reais).** Depositário: Ytsushigue Kanai.

LOTE 03: N° PROCESSO: 0010982-77.2015.5.15.0043 – EXEQUENTE: ERIC ROGERIO CANER; EXECUTADO: P. J. DE ANDRADE E OUTROS. Uma unidade autônoma designada por **APARTAMENTO nº 51**, localizado no 4º pavimento denominado como 5º Piso, da TORRE B **HORTÊNSIA do REVIVA – CONDOMINIO 03**, com entrada pela **Avenida Washington Luiz nº 1500**, nesta cidade de **Campinas**, com as seguintes áreas: **real privativa de 75,43m²,** real de uso comum de 60,769m², **real total de 139,199m²** e fração ideal de 0,7184%, no terreno onde encontra-se edificado o Condomínio. Imóvel matriculado sob nº 194.239 do 3º RGI de Campinas – SP. OBS: Conforme Auto de Penhora e Avaliação o imóvel está situado na **Av. Washington Luis, 1500, V. Marieta,** entrada pela **Av. Nelsia Vannucci, 105, apartamento 51, Torre B - Hortência do Reviva.** ÔNUS: 1) Conforme Av.01/194.239 o imóvel acha-se gravado com SERVIDÃO PREDIAL, sobre parte do terreno onde foi construído o Condomínio, em carácter perpétuo e gratuito, destinada a permitir o acesso, utilização e trânsito em favor dos imóveis dominantes. 2) Conforme R.03/194.239 consta ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA em favor do Banco Santander (Brasil) SA. Avaliado em 10/04/2019 em R$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais). **Valor mínimo: R$ 337.500,00 (trezentos trinta e sete mil e quinhentos reais).** Depositário: Paulo José de Andrade.

LOTE 04: N° PROCESSO: 0010359-76.2016.5.15.0043 – EXEQUENTE: ODAIR FERNANDES; EXECUTADO: PLF CONSTRUTORA LTDA. Lote nº 29 (vinte e nove), localizado na quadra "D", do loteamento denominado **"PARQUE DOS COCAIS"**, Bairro Espirito Santo, nesta cidade e Comarca de **Valinhos**, com as seguintes medidas e confrontações: 10,31m em reta de frente com a faixa para alargamento da Estrada Municipal; à direita (de quem do imóvel olha para frente) por 37,70m na divisa com o lote "30"; à esquerda por 37,71m, na divisa com o lote "28", e nos fundos por 10,31m, na divisa com o lote "3", encerrando a **área de 388,74m².** Cadastro: 38443/00, setor 6197, quarteirão 1583, da Prefeitura Municipal de Valinhos. Imóvel matriculado sob nº 15.431 do RGI de Valinhos – SP. OBS: Conforme Av.01/15.431 a Estrada Municipal do loteamento Parque dos Cocais, atualmente denomina-se **Avenida Vice Prefeito Anésio Capovilla**. ÔNUS: 1) Conforme Av.04/15.431 consta AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL no processo nº 650.01.2012.005906/000000-000 pela 1ª Vara de Valinhos - SP. 2) Conforme Av.05/15.431 consta PENHORA no processo nº 0005472552012 pela 3ª Vara do Foro de Valinhos – SP. 3) Conforme Av.06/15.431 consta PENHORA no processo nº 0005906442012 pela 3ª Vara do Foro de Valinhos – SP. 4) Conforme pesquisa realizada no site da Prefeitura Municipal de Valinhos - SP, em 11/10/2019, constam débitos relativos a IPTU no valor de R$ 6.848,42. Avaliado em 12/09/2018 em R$ 415.000,00 (quatrocentos e quinze mil reais). **Valor mínimo: R$ 207.500,00 (duzentos e sete mil e quinhentos reais).** Depositário: PLF Construtora LTDA.

LOTE 05: N° PROCESSO: 0010782-36.2016.5.15.0043 – EXEQUENTE: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA; EXECUTADO: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA – ME + 02. Um (1) lote de terreno, de formato regular, sem qualquer benfeitoria, situado nesta cidade, distrito de Paz, município e comarca de **Cafelândia**, Estado de São Paulo, identificado como sendo o lote 25 (vinte e cinco) da quadra b, do Loteamento denominado **JARDIM ALTO CAFEZAL**, com as seguintes medidas e confrontações: - pela frente mede 10,00 (dez) metros com frente para a Avenida A, confrontando: à esquerda, 26,00 (vinte e seis) metros com o lote 24; à direita, 26,00 (vinte e seis) metros com o lote 26; e aos fundos, 10,00 (dez) metros com Constantino Fabricio Junior, perfazendo uma **área de 260,00m² (duzentos e sessenta metros quadrados).** Imóvel matriculado sob nº 8.721 do RGI de Cafelândia – SP. OBS: 1) Conforme Auto de Penhora e Avaliação, consta edificação no imóvel no total de 175,82m²**.** Conforme vistoria *in loco,* trata-se de dois imóveis edificados no mesmo terreno. Aos fundos uma residência e na frente um prédio inacabado onde funciona uma vidraçaria de propriedade dos executados, que trabalham no local. **Foi penhorado somente o imóvel da frente, comercial, que possui 124,92m2.** 2) Conforme Certidão de Valor Venal, da Prefeitura Municipal de Cafelândia, juntada aos autos fls. 341, o imóvel está situado na **Av. Miguel Jeronymo Guerreiro, 338, Jd. Alto Cafezal, Cafelândia – SP,** com cadastro municipal n. 002988. Avaliado em 15/03/2019 em R$ 106.570,00 (cento e seis mil e quinhentos e setenta reais). **Valor mínimo: R$ 53.285,00 (cinquenta e três mil e duzentos e setenta e cinco reais).** Depositário: Emerson Rodrigues de Oliveira, Av. Miguel Jeronimo Guerreiro, 338, Jd. Alto Cafezal, Cafelândia – SP.

LOTE 06: N° PROCESSO: 0016600-67.1996.5.15.0043 – EXEQUENTE: DANIEL LIGER BAGGIO; EXECUTADO: C I P CENTRAL DE INFORMATICA E PAPELARIA LTDA + 02. Apartamento nº "14" (CATORZE), situado no 1º andar do edifício denominado **FERNANDA,** à **Avenida Doutor Moraes Sales, sob nº 1.768**, nesta cidade de **CAMPINAS** e 1º subdistrito, composto de sala, um dormitório, cozinha, área de serviço e banheiro social, com uma **área útil de 45,00 ms2,** área comum de 19,76 ms2, **área total de 64,76 ms2** e uma parte ideal correspondente a 10,45 m² no todo do terreno onde se assenta o edifício, constituído pelo lote nº "37", com área de 313,05 m², medindo: 18,00 ms de frente para a Avenida Dr. Moraes Sales; 17,36 mts do lado direito, confrontando com o prédio nº 1.776 da mesma via pública; 17,45 mts do lado esquerdo, confrontando com o remanescente do prédio nº 1.750, também pela mesma avenida; e nos fundos mede 18,00 ms, confrontando com parte do lote nº "66". Nº CADASTRO: 042.079.888, quarteirão número 01111, da Prefeitura local. Imóvel matriculado sob nº 52.726 do 1º RGI de Campinas – SP. OBS: Conforme Av.15/52.726 foi declarada ineficaz a alienação objeto do R.14/52.726, feita pelo executado. Avaliado em 19/01/2017 em R$ 234.379,40 (duzentos e trinta e quatro mil, trezentos e setenta e nove reais e quarenta centavos). **Valor mínimo: R$ 175.784,55 (cento e setenta e cinco mil, setecentos e**

oitenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos). Depositário: Paulo Sergio Bosso.

LOTE 07: N° PROCESSO: 0011560-69.2017.5.15.0043 – EXEQUENTE: GUSTAVO DE ARAUJO; EXECUTADO: FREEART SERAL BRASIL METALURGICA LTDA E OUTROS. Veiculo marca BMW, modelo X5 XDrive 35i, 3.0, placa EPE - 2808, chassi WBAZV4101BL457381, ano e modelo 2011, cor branca, direção hidráulica, câmbio automático, motor: gasolina, banco de couro. Pneus, pintura, lataria e faróis em bom estado de uso e conservação. Funcionamento normal. Veículo com 89.688 Km rodados. Avaliado em 10/09/2019 em R$ 108.000,00 (cento e oito mil reais). **Valor mínimo: R$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais).** Localizado: Rua Vigato, 601, bloco 1, João Al Nassif, Jaguariúna – SP.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª Vara do Trabalho de Campinas

Processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME e outros (3)

D E S P A C H O

O corretor judicial apresentou seu edital sob id 3d5be69 em 23/10/2019, informando as datas de recebimento das propostas para alienação do bem penhorado nestes autos.

Considerando que as datas já são passadas (25/11/2019 a 03/12/2019), comunique-se novamente para que o Corretor apresente novo período, observando um prazo de, pelo menos, 60 dias.

Em 03 de março de 2020.

Juiz(íza) do Trabalho

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
ATSum 0010782-36.2016.5.15.0043
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME E OUTROS (3)

Certifico o envio do email id 714080a para o Corretor Adílio.

CAMPINAS/SP, 09 de março de 2020.

SIMONE TERCEIRO E BARRETO
Servidor

TRT-15ª REGIÃO Campinas

Simone Terceiro e Barreto <simonehumbert@trt15.jus.br>

Processo: 0010782-36.2016.5.15.0043

1 mensagem

3ª VT <saj.3vt.campinas@trt15.jus.br> 9 de março de 2020 08:33
Para: adilio@galeriapereira.com.br

Prezado Corretor:

De ordem da MM Juíza da 3ª VT de Campinas, transcrevo despacho exarado nos autos do processo 0010782-36.2016.5.15.0043AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVARÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME e outros (3):

"D E S P A C H O

O corretor judicial apresentou seu edital sob id 3d5be69 em 23/10/2019, informando as datas derecebimento das propostas para alienação do bem penhorado nestes autos.

Considerando que as datas já são passadas (25/11/2019 a 03/12/2019), comunique-se novamente para que o Corretor apresente novo período, observando um prazo de, pelo menos, 60 dias.

Em 03 de março de 2020.

Juiz(íza) do Trabalho"

Atenciosamente

Simone Terceiro
T Judiciário

PJe
Assinado eletronicamente por: SIMONE TERCEIRO E BARRETO - Juntado em: 09/03/2020 08:34:37 - 13d97bc
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/20030908342735600000125821364?instancia=1
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 20030908342735600000125821364

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DA 3° VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS - SP.

Processo n. 0010782-36.2016.5.15.0043

Adílio Gregório Pereira, nomeado por esta Egrégia Vara para realizar a alienação dos bens penhorados nos autos em epígrafe, vem mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência, Requerer a juntada da minuta do edital.

Termos em que,
Pede deferimento.
Campinas, 10 de março de 2020.

Adílio Gregório Pereira
OAB/SP 292.948

GALERIAPEREIRA

Responsável: **Adílio Gregório Pereira**, Advogado – OAB/SP 292.948, corretor de imóveis CRECI/SP 65.564-F, fone: (16)9-8138.9310 vivo, (19)9-9631-1050 claro, (17)9-9132-1050 claro.
Site: www.galeriapereira.com.br/ e-mail: adilio@galeriapereira.com.br

---

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 08/04/2020 a 15/04/2020.

1 - **No dia 15/04/2020**, o corretor nomeado estará nas dependências da Justiça do Trabalho de Campinas – SP, localizada na AVENIDA JOSÉ DE SOUZA CAMPOS, 422 – CAMPINAS - SP (sala de espera da 3ª Vara) - CEP: 13.092-123, entre às 14h00min (quatorze horas) e 14h30min (quatorze horas e trinta minutos), para receber propostas (em envelopes lacrados), e ato contínuo, procederá ao encerramento da alienação, e anúncio do rol de propostas recebidas.

2 – DO ENCERRAMENTO:

a) O recebimento das propostas se dará da seguinte forma: primeiramente às propostas para pagamento **À VISTA** (preferenciais).

b) Não havendo propostas para pagamento À VISTA, serão recebidas propostas para pagamento **PARCELADO**, quando: Os bens não receberem propostas para pagamento À VISTA, ou, embora tenham recebido propostas para pagamento À VISTA, estas não atendam às condições mínimas exigidas pelo edital (especialmente quanto ao valor mínimo) ou apresentam "*condições*".

3 - VENDA DIRETA:

Os bens que não receberem propostas até a **abertura dos envelopes,** poderão ser alienados ao primeiro licitante que formular proposta que atenda às condições mínimas do edital, ou seja, venda na modalidade de **"VENDA DIRETA", até o dia 06/07/2020.**
A **venda direta** se dará exclusivamente através da entrega da(s) proposta(s) diretamente ao Corretor responsável, não haverá encerramento presencial como na fase de Concorrência (1ª fase).

Importante: O bem apenas será disponibilizado para "VENDA DIRETA" se não for vendido na "CONCORRÊNCIA".

4 - A proposta de maior valor dentre as que atingirem o valor mínimo estabelecido pelo Juízo será imediatamente aceita.

5 – VALOR MÍNIMO: a partir de 50% (cinquenta por cento) da avaliação.

6 – DA COMISSÃO: O proponente (adquirente) deverá pagar ao Sr. Adílio Gregório Pereira, a título de comissão, o valor correspondente a 5% (cinco por cento) do preço da alienação (arrematação).

a) A comissão devida não integra (não está inclusa) o valor da proposta, e não será devolvida ao proponente (adquirente) em nenhuma hipótese, salvo se a alienação (arrematação) for desfeita por determinação judicial, por razões alheias à vontade do proponente (adquirente), deduzidas as despesas incorridas.

b) Nos casos em que o Sr. Adílio Gregório Pereira for nomeado como depositário de bens móveis, será devido em seu favor o equivalente a 2% (dois por cento) do valor da última avaliação do bem, a ser pago pelo proponente (adquirente), a título de custeio com as despesas com a remoção, guarda e conservação do respectivo bem.

c) A comissão devida ao corretor deverá ser paga pelo proponente no prazo máximo e improrrogável de 5 (cinco) dias após a homologação da proposta, através de depósito judicial, devendo apresentar o comprovante de recolhimento nos autos.

7 - Ocorrendo propostas de idêntico valor, observar-se-á a seguinte **ordem**:

a) o pagamento à vista;

b) a proposta com menor número de parcelas.

OBS.1): havendo propostas idênticas, a que tiver sido recebida em primeiro lugar.

8 - FORMAS DE PAGAMENTO:

a) À VISTA, no prazo máximo e improrrogável de 5 (cinco) dias a contar da intimação da homologação da proposta vencedora.

b) A PRAZO, apenas no caso de IMÓVEIS, com 30% (trinta por cento) de entrada e o restante em até 6 (seis) parcelas mensais e consecutivas, atualizadas monetariamente, pela Tabela Prática de Atualização dos Débitos Judiciais, na data do efetivo pagamento, sempre por meio de depósito judicial.

Assinado eletronicamente por: ADILIO GREGORIO PEREIRA - 10/03/2020 10:18:44 - c1d6059
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20031010183416700000125944117
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. c1d6059 - Pág. 1
Número do documento: 20031010183416700000125944117

- Em caso de não pagamento ou atraso superior a dez dias de qualquer das parcelas, a multa pela mora será de 20% sobre o valor da venda e execução do valor remanescente será dirigida ao patrimônio dos adquirentes, com responsabilidade solidária de seus sócios, no caso de pessoa jurídica, dispensando qualquer citação para tanto.

9 - O proponente deverá realizar o recolhimento do valor proposto e da comissão do alienante (5%), em até 5 (cinco) dias a contar da homologação da proposta, devendo apresentar as guias de recolhimentos ao respectivo cartório.

10 - A alienação dos bens será formalizada por termo nos autos da execução, no qual o licitante deverá declarar: "estar ciente das regras da alienação por iniciativa particular, principalmente quanto aos embargos e sanções cíveis e criminais que lhe serão impostas se descumprir as obrigações assumidas; e declarar também a total veracidade das informações prestadas."

11 - 15 (quinze) dias após a apresentação da proposta, o proponente deverá dirigir-se ao cartório da respectiva Vara Judicial para acompanhamento da expedição da carta de arrematação ou mandado de entrega, ciente de que após esse prazo poderá ocorrer à liberação do dinheiro depositado pelo arrematante aos credores, eventualmente ocorrendo evicção.

12 - A procedência e evicção de direitos dos bens vendidos em alienação judicial/leilão são de inteira e exclusiva responsabilidade dos arrematantes/proprietários/União. O corretor é um mero mandatário, ficando, assim, eximido de eventuais responsabilidades por vícios ou defeitos nos bens alienados (ocultos ou não), como também por indenizações, trocas, consertos, compensações financeiras de qualquer hipótese ou natureza, portanto, qualquer dificuldade quanto a: obter/localizar o bem móvel, registrar a carta de arrematação/alienação, localizar o bem, imitir-se na posse, deverá ser imediatamente comunicada ao juízo responsável para as providências cabíveis.

13 – DOS DÉBITOS CONDOMINIAIS: Nos termos dos artigos 1.430 do Código Civil e 908, § 1º do Código de Processo Civil, o arrematante não responde pelos débitos condominiais vencidos antes da arrematação.

14 - DA PROPOSTA CONDICIONAL: As propostas que não atingirem o valor mínimo de venda poderão ser recebidas "condicionalmente", ficando sujeitos a posterior apreciação do Juízo responsável.

IMPORTANTISSÍMO:

O licitante que formular proposta condicional, se declara ciente e de acordo, que o recebimento da referida proposta, não implicará em imediata homologação, logo, proposta posterior que atenda às condições mínimas do edital, poderá ser imediatamente acolhida pelo juízo, sem a possibilidade de complementação da proposta condicional pelo licitante.

15 - Será expedida carta de alienação, se imóvel, para registro imobiliário, nos termos do § 2º do art. 880 do CPC/2015.

16 - **LOCAL PARA O RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS**:

- **a)** Previamente**,** entrar em contato pelo fone **(16) 9-8138.9310 (vivo) / 19-9-9702-1050 (claro),** para agendamento.
- **b)** Ou, antes do encerramento da alienação (na data e hora designada), nas dependências da Justiça do Trabalho de Campinas - SP.

CONDIÇÕES GERAIS:

DA ADJUDICAÇÃO – Poderá o exequente também ADJUDICAR ou ARREMATAR os bens, em igualdade de condições com outros interessados, prevalecendo o maior lance, nos termos do art. 892, parágrafo primeiro do CPC/2015, c/c art. 769 da CLT). Os pedidos de arrematação e adjudicação serão apreciados pelo Juiz que, aceitando, determinará a lavratura do auto. Os referidos pedidos poderão ser indeferidos em caso de fraude ou lance vil, este avaliado pelo Juiz(a) no momento da alienação, considerando as condições e peculiaridades dos bens alienados.

- A partir da publicação deste Edital, na hipótese de adjudicação do(s) bem(s) pelo exequente, este ficará responsável pela integralidade da comissão do Sr. Adílio Gregório Pereira.

DA REMIÇÃO DA EXECUÇÃO – Se o (a) executado(a) pagar a dívida antes de adjudicado(s) ou alienado(s) o(s) bem(ns), na forma do artigo 826, do Novo Código de Processo Civil, deverá apresentar até a data e hora designadas para a praça, a guia comprobatória do referido pagamento, acompanhada de petição fazendo menção expressa quanto à remição da execução. Neste caso, deverá o(a) executado(a) pagar a importância atualizada da dívida, mais juros, custas, honorários advocatícios e a pagar a integralidade dos honorários do Sr. Adílio Gregório

Pereira, no valor de 2,5% (dois e meio por cento) do valor da avaliação.
DO(S) IMÓVEL(IS) - O(s) imóvel(is) será(ão) vendido(s) no estado em que se encontra(m), em caráter "*AD CORPUS*", ou seja, medidas meramente enunciativas. Em nenhuma hipótese a arrematação abrangerá bens móveis que se encontram no interior e nas dependências do imóvel.
A descrição detalhada e as fotos do(s) imóvel(is) a ser(em) apregoado(s) estão disponíveis no www.galeriapereira.com.br (as fotos disponíveis no referido site são meramente ilustrativas/exemplificativas).
DA VISITAÇÃO - Constitui ônus dos interessados examinar o(s) imóvel(is) a ser(em) apregoado(s), podendo valer-se de pesquisa junto ao Registro de Imóveis e a Prefeitura.
DOS EMBARGOS À ALIENAÇÃO (ARREMATAÇÃO) – O prazo para eventuais questionamentos à arrematação passará a fluir da data da alienação, independente de nova notificação. Assinado o Auto, a alienação é considerada perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham a ser julgados procedentes os Embargos à Alienação (arrematação). A alienação (arrematação) poderá, no entanto, ser tornada sem efeito nos casos previstos no artigo 903 § 1º, do Código de Processo Civil.
ÔNUS: Aos interessados em arrematar bens imóveis, fica esclarecido que os créditos relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse, e bem assim, os relativos a taxas pela prestação de serviços de tais bens, ou a contribuição de melhoria e multas, sub-rogam-se sobre o respectivo preço, por eles não respondendo o adquirente, já que a arrematação de bem através de alienação judicial, é considerada como aquisição originária, inexistindo relação jurídica entre o arrematante e o anterior proprietário do bem (aplicação do artigo 130, parágrafo único, do CTN).
DOS VEÍCULOS: Aos interessados em arrematar veículos automotores, fica esclarecido que, tratando-se a aquisição em alienação judicial, a mesma é considerada originária e, pelo mesmo motivo, os débitos relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse e relativos a multas ou outros débitos, ficarão a cargo do antigo proprietário.
Após o recebimento do Auto e/ou Carta de Alienação, o Arrematante deverá confirmar o recebimento do bem no prazo máximo de 15 dias, após o qual, não havendo manifestação, presume-se o recebimento, ficando autorizada a liberação dos valores arrecadados ao Exequente.
PECULIARIDADES: Os produtos de venda e/ou armazenagem controlados (ex. Combustível, Inflamáveis, remédio, produtos bélicos e etc), o arrematante deverá obedecer às regras impostas pelo órgão responsável, ter autorização e comprovar este direito para dar lances e arrematar.
IMPORTANTE:
a) A publicação deste edital supre eventual insucesso das notificações / intimações pessoais dos respectivos patronos, executados, coproprietários, cônjuges e credores com penhora anterior.
b) Qualquer inconsistência das informações poderá ser sanada até a assinatura do auto.
Reservamo-nos o direito à correção de possíveis erros de digitação, e demais inconsistências das informações apresentadas até a assinatura do auto.
c) As fotos do site www.galeriapereira.com.br são meramente exemplificativas.

BENS DISPONÍVEIS: 3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS – SP.

LOTE 01: N° PROCESSO: 0011300-55.2018.5.15.0043 – EXEQUENTE: GERALDO ROCHA PINTO JUNIOR; EXECUTADO: STENVILLE INDUSTRIA DE PRODUTOS TEXTEIS EIRELI – EPP E OUTROS. Um terreno, destacado de maior porção de um terreno destacado do Lote B-3-A, constituído dos lotes números B-3 e B-4, denominado como Lote B-3-A-A, situado no Bairro do Engordadouro, Distrito Industrial, situado nesta cidade e comarca de **Jundiaí**, designado como "Gleba B-3-A-1-A" com a **área de 16.881,19 metros quadrados**, contendo em fase de construção, um galpão industrial, uma casa de caldeira e depósito, que assim se descreve: inicia na divisa com a Área Institucional, fazendo frente para a Avenida Luiz Pellizzari, onde mede sessenta e cinco metros e quinze centímetros (65,15m) deflete à direita e segue na distância de duzentos e cinco metros e trinta centímetros (205,30m), dividindo com Lajes Maroci, deflete à direita e segue na distância de cento e doze metros e setenta e sete centímetros (112,77m), dividindo com Correias Mercúrio S.A Indústria e Comércio, deflete à direita e segue

na distância de oitenta e sete metros e dezoito centímetros (87,18m) dividindo com o Lote B-3-A-1-B, deflete ligeiramente à direita e segue na distância de nove metros e noventa e quatro centímetros (9,94m), dividindo com o lote B-3-A-2, deflete à direita e segue na distância de dez metros (10,00m), dividindo com a Área Verde, deflete à esquerda e segue na distância de cinquenta e dois metros e sessenta e nove centímetros (52,69m), dividindo com a Área Verde, defleta à direta e segue na distância de dez metros (10,00m), dividindo com a Área Institucional, deflete à esquerda e segue na distância de cinquenta e um metros e cinquenta e nove centímetros (51,59m), dividindo com a Área Institucional, onde encontra o ponto de partida. Contribuinte: - 33.007.0020 (em área maior). Imóvel matriculado sob nº 104.915 do 1º RGI de Jundiaí – SP. OBS: Conforme Auto de Constatação e Avaliação, o imóvel está localizado na **Avenida Luiz Pellizzari, 210, Distrito Industrial, Jundiaí – SP**, com **área construída de 5.359,00 metros quadrados,** conforme Certidão de Contribuinte Imobiliário. O imóvel encontrava-se ocupado, sendo a sede da empresa W – Six Estamparia Ltda, de propriedade do executado. 2) Conforme Certidão de Contribuinte Imobiliário, juntado aos autos sob fls. 143, o número atual do cadastro municipal do imóvel é nº 33.007.0022, sendo que o ano de construção do imóvel é 1997, e o seu padrão de construção industrial médio. ÔNUS: 1) Conforme Av.01/104.915 existe no imóvel supra uma "ÁREA NÃO EDIFICANTE": que assim se descreve "inicia-se no ponto C, localizado na divisa com o Lote B-3-A-1-B, situado a vinte e cinco metros e setenta e dois centímetros (25,72m), do ponto D, na divisa da Gleba B-3-A-1-A e Lote B-3-A-2, daí segue na distância de vinte e cinco metros e quarenta e nove centímetros (25,49m), até encontrar o ponto F, deflete ligeiramente à esquerda e segue na distância de dez metros e vinte centímetros (10,20m), até encontrar o ponto G, na divisa com a Área Verde, deflete à esquerda e segue na distância de cinco metros (5,00m) até encontrar o ponto H, na divisa com o Lote B-3-A-2, deflete à esquerda e segue na distância de nove metros e noventa e quatro centímetros (9,94m), até encontrar o ponto D, na divisa com o Lote B-3-A-2, deflete à esquerda e segue na distância de vinte e cinco metros e setenta e dois centímetros (25,72m), até encontrar o ponto C, início desta descrição, com área de 114,07 metros quadrados. 2) Conforme Av.02/104.915 consta PENHORA no processo nº 1002647-09.2014 pela 2ª Vara Cível de Jundiaí – SP. 3) Conforme Av.03/104.915 consta AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL no processo nº 1005975-73.2016.8.26.0309 pela 2ª Vara Cível de Jundiaí – SP. 4) Conforme Av.04/104.915 consta PENHORA no processo nº 1005975-7320168260309 pelo 2º Oficio Cível de Jundiaí – SP. 5) Conforme Av.05/104.915 consta INDISPONIBILIDADE DE BENS no processo nº 00006529220125150021 pela 2ª Vara do Trabalho de Jundiaí – SP. 6) Conforme pesquisa realizada no site da Prefeitura Municipal de Jundiaí – SP, em 29/02/2020, constam débitos relativos à IPTU no valor de R$ 226.236,29. Avaliado em 14/11/2019 em R$ 15.943.100,00 (quinze milhões, novecentos e quarenta e três mil e cem reais). **Valor mínimo: R$ 11.957.325,00 (onze milhões, novecentos e cinquenta e sete mil e trezentos e vinte e cinco reais).** Depositário: George Tomic.

LOTE 02: N° PROCESSO: 0012380-93.2014.5.15.0043 – EXEQUENTE: MARCOS SERGIO PINHEIRO JUNIOR; EXECUTADO: GOLD STREET BAR LTDA – EPP + 08. UM IMÓVEL RURAL, CONSTITUÍDO PELA GLEBA DE TERRAS, DESIGNADA 'B', DENOMINADA **SÍTIO FRANCISCO DE ASSIS,** situado neste distrito, município e comarca de **Jaguariúna – SP**, com a **área de 139.110,00 m² (cento e trinta e nove mil, cento e dez metros quadrados),** equivalentes a 13,91,10 has (treze hectares, noventa e um ares e dez centiares) de terras, contendo uma casa de morada e um rancho construídos de tijolos e cobertos de telhas, compreendida dentro das seguintes divisas e confrontações: inicia-se no ponto "C", assinalado em planta e cravado na vértice formado pela gleba aqui descrita, com propriedade de Francisco Carlos de Santis e a Gleba "A" (remanescente); daí, segue na extensão de 758,10m (setecentos e cinquenta e oito metros e dez centímetros) com rumo de 5º45'SW até o ponto "D", situado à margem direita do Rio Camanducaia, confrontando desde o ponto "C" até o ponto "D" com propriedade de Francisco Carlos de Santis; daí segue rio acima à distância de 382,00 m (trezentos e oitenta e dois metros) até encontrar o ponto "E", situado no vértice formado pela propriedade aqui descrita com propriedade de Antonio Carvalhal dos Santos e margem direita do rio Camanducaia; daí segue, na extensão de 625,70 m (seiscentos e vinte e cinco metros e setenta centímetros) com rumo de 3º25"NE até o ponto "F", daí segue na extensão de 32,50m (trinta e dois metros e cinquenta centímetros) com rumo de 86º25"SW, até o ponto "G", daí

segue na extensão de 95,00 m (noventa e cinco metros) com rumo de 5º45'NE até o ponto "H", daí segue na extensão de 73,80 m (setenta e três metros e oitenta centímetros) com rumo de 18º45'NE até o ponto "I", daí segue na extensão de 17,60 m (dezessete metros e sessenta centímetros) com rumo de 2º25'NE até o ponto "J", daí segue a extensão de 69,00 m (sessenta e nove metros) com rumo de 17º25'NE até o ponto "K", confrontando desde o ponto "E" até o ponto "K", com propriedade de Antonio Carvalhal dos Santos; daí segue a extensão de 151,00 m (cento e cinquenta e um metros) com rumo de 81º05'NE até o ponto "N", daí segue na extensão de 100,00m (cem metros), com rumo de 87º55' NE até o ponto "M", daí segue na extensão de 82,00 m (oitenta e dois metros) com rumo de 57º45' NE até o ponto "C", onde teve início esta descrição, confrontando desde o ponto "K" até o ponto "C", com a Gleba "A" (remanescente). Identificação Cadastral: Cadastrado no INCRA sob nº 624.101.007.471-0, com os seguintes dados: denominação o imóvel rural: SÍTIO SÃO FRANCISCO DE ASSIS – área total: 13.9000 ha, indicações para a localização do imóvel rural: Estrada Municipal Jaguariúna ao bairro Jardim – município sede do imóvel rural: Jaguariúna – módulo rural: 30,2222 ha, nº módulos rurais 0,45, módulo fiscal: 10,0000 ha, nº módulos fiscais: 1,3900, fração mínima de parcelamento 2,0000 ha, área registrada 13,9000 ha, posse a justo título: 0,0000, posse por simples ocupação: 0,0000. Imóvel matriculado sob nº 10.355 do RGI de Jaguariúna – SP. OBS: 1) Conforme Auto de Avaliação, consta que o imóvel apresenta acesso sem asfalto, topografia em desnível, com declives e aclives, **estrutura de pesqueiro e haras, com edificações, na maioria padrão simples, sendo a casa sede em padrão médio de construção, em razoável estado de conservação.** 2) Conforme Certidão de Oficial de Justiça, o endereço do imóvel é **Estrada Municipal Jaguariúna ao Bairro Bom Jardim, s/nº, Rua Primo Del'Bo – Centro Equestre/Pesqueiro Monte Bello,** e que segundo informações, o imóvel está arrendado. 3) Conforme Av.05/10.355 a alienação feita pelo executado, registrada sob o nº 01 da matrícula supra, foi declarada ineficaz, conforme r. decisão proferida nos autos (fls. 763). ÔNUS: 1) Conforme Av.02/10.355 consta AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL no processo nº 1024830-06.2016.8.26.0114 pela 9ª Vara Cível do Foro da Comarca de Campinas – SP. 2) Conforme Av.03/10.355 consta PENHORA no processo nº 1021895-56.2017.8.26.0114 pelo 2º Oficio Cível da Comarca de Campinas – SP. 3) Conforme Av.04/10.355 consta PENHORA no processo nº 1024830-06.2016.8.26.0114 pela 9ª Vara Cível da Comarca de Campinas – SP. Avaliado em 04/12/2019 em R$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais). **Valor mínimo: R$ 3.250.000,00 (três milhões e duzentos e cinquenta mil reais).** Depositário: Carlos Guedes de Carvalho. **EFEITOS SUSPENSOS!**

LOTE 03: N° PROCESSO: 0010548-83.2018.5.15.0043 – EXEQUENTE: SINDICATO TRAB TRANSPORTES RODOV DE CAMPINAS E REGIAO; EXECUTADO: SIND DAS EMP DE TRANSP DE PAS POR FRET DE CAMP E REGIAO. Prédio sob nº 115, sito a **Rua Bernardino de Campos**, neste município e comarca de **Campinas**, 2ª Circunscrição Imobiliária, medindo 11,00m de frente; igual medida nos fundos; por 27,50m da frente aos fundos de ambos os lados; **com área total de 302,50m²,** confrontando com o Espólio de Vitório Mezzalira, Vitório Vigani e Antonio Silva. Imóvel matriculado sob nº 83.435 do 2º RGI de Campinas – SP. OBS: Conforme Auto de Avaliação o imóvel está no **Centro,** e **a edificação (casa térrea),** possui outros imóveis ligados a ela que, ou tem matriculas distintas, ou não foi efetuada a unificação dos mesmos. ÔNUS: 1) Conforme R.03/83.435 consta PENHORA no processo nº 98.0609715-7 pela 5ª Vara Federal Especializada em Execução Fiscal de Campinas – SP. 2) Conforme Av.04/83.435 consta PENHORA no processo nº 2000.61.05.019453-8 pela 5ª Vara Federal Especializada em Execução Fiscal de Campinas – SP. 3) Conforme Av.05/83.435 consta PENHORA no processo nº 288/1992 pelo 6º Oficio Cível de Campinas – SP. Avaliado em 07/10/2019 em R$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais). **Valor mínimo: R$ 800.000,00 (oitocentos mil reais).** Depositário: Sindicato dos Trabalhadores de Transporte Rodoviário de Campinas e Região.

LOTE 04: N° PROCESSO: 0010405-36.2014.5.15.0043 – EXEQUENTE: CONFEDERACAO DA AGRICULTURA E PECUARIA DO BRASIL; EXECUTADO: ANTONIO ZOIA. LOTE DE TERRENO designado pelo nº 03 da quadra "J" do loteamento denominado **"JARDIM ALICE"**, situado no bairro **Capotuna**, perímetro urbano da cidade de **Jaguariúna**, desta Comarca, com **área de 258,50m2**, com frente para a **Rua Minas Gerais**, para qual

mede 10,26m (dez metros e vinte e seis centímetros), igual largura na linha do fundo, confrontando com o lote 26, por 25,85m (vinte e cinco metros e oitenta e cinco centímetros), da frente ao fundo, em ambos os lados, confrontando no lado direito com o lote 2, e no lado esquerdo com o lote 4. Identificação cadastral: nº 2-155-255 na Prefeitura Municipal de Jaguariúna. Imóvel matriculado sob o nº 4.056 do RGI de Pedreira – SP. OBS: 1) Conforme Auto de Penhora e Avaliação, conforme Ficha de Informações Técnicas Cadastrais da Prefeitura Municipal de Jaguariúna, foi construído, no referido lote, uma **casa de alvenaria**, coberta com telha de barro, com **área de 159,89m², que levou o número 1443, pela Rua Minas Gerais.** 2) Conforme Auto de Reavaliação, o imóvel trata-se de **casa térrea**. Há calçamento em frente ao imóvel. Rua asfaltada e com iluminação pública. O imóvel está ocupado. Reavaliado em 17/12/2019 em R$ 490.000,00 (quatrocentos e noventa mil reais). **Valor mínimo: R$ 245.000,00 (duzentos e quarenta e cinco mil reais).** Depositário: Antônio Zoia (ESPÓLIO).

LOTE 05: N° PROCESSO: 0070700-64.1999.5.15.0043 – EXEQUENTE: EDSON ALVES DOS SANTOS + 03; EXECUTADO: CHURRASCARIA PONTO NOBRE DA CARNE LTDA + 10. Uma unidade autônoma designada por **apartamento nº 22**, situado no 2º pavimento do PRÉDIO "E" LAGES do **CONDOMÍNIO SANTA CATARINA**, localizado na Rua Oitenta e Dois nº **935**, do **Parque Residencial Vila União**, nesta cidade de **Campinas**, com as seguintes áreas: **útil de 51,7085m²,** comum 5,3563m², **total de 57,0648m²** e fração ideal de 0,005050 equivalentes a 0,5050% no terreno onde se encontra edificado o Condomínio, cabendo-lhe o direito à utilização de uma vaga descoberta para guarda de 01 veículo de passeio, em lugar indeterminado no estacionamento. Imóvel matriculado sob nº 131.031 do 3º RGI de Campinas – SP. OBS: 1) Conforme Av.04/131.031 a Rua Oitenta e Dois (82) para qual tem a entrada o Condomínio Santa Catarina, atualmente denomina-se **Rua da Padroeira.** 2) Conforme Auto de Penhora e Avaliação, o imóvel encontra-se em bom estado de conservação e encontra-se ocupado. ÔNUS: 1) Conforme R.02/131.031 consta primeira e especial HIPOTECA em favor da Caixa Econômica Federal-CEF. 2) Conforme Av.03/131.031 consta INDISPONIBILIDADE DE BENS no processo 536007220015150093 pela 6ª Vara do Trabalho de Campinas – SP. 3) Conforme Av.05/131.031 consta PENHORA no processo nº 0022800-95.2000.5.15.0093 pela Central de Mandados de Campinas - SP. Avaliado em 03/09/2019 em R$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais). **Valor mínimo: R$ 90.000,00 (noventa mil reais).** Depositário: Vicente Gagliardi Neto.

LOTE 06: N° PROCESSO: 0011506-74.2015.5.15.0043 – EXEQUENTE: FABIANA CARNEIRO SOBRINHO SANTOS; EXECUTADO: FRANGONETE VO DO CUCO LTDA – ME + 02. Lote de terreno sob nº 11 da quadra C, do loteamento denominado **JARDIM MINDA**, situado no distrito de **Hortolândia**, neste município e comarca de Sumaré/SP, medindo 10,00 metros de frente para a rua 9, igual medidas nos fundos onde confronta com o lote 24, 25,00 metros de ambos os lados, confrontando pelo lado direito de quem da rua olha o imóvel com o lote 12 e pelo lado esquerdo com o lote 10, com **área de 250,00 metros quadrados**. Imóvel matriculado sob nº 49.556 do RGI de Sumaré – SP. OBS: 1) Conforme Av.02/49.556 consta que o imóvel está cadastrado na Prefeitura Municipal de Hortolândia como contribuinte n° 04.07.022.0120.001. 2) Conforme Auto de Avaliação, o endereço atual do imóvel é **Rua Valdevino Isidoro Marciano, nº 34, Jardim Minda.** Há benfeitorias não averbadas no imóvel: segundo certidão de valor venal obtida junto à Prefeitura de Hortolândia, sobre o imóvel foi edificada uma **construção com 86,92 metros quadrados (casa).** O imóvel encontra-se ocupado. ÔNUS: Conforme R.01/49.556 consta PENHORA no processo nº 8286/98 pelo Serviço Anexo das Fazendas de Sumaré – SP. Avaliado em 18/06/2019 em R$ 176.708,00 (cento e setenta e seis mil e setecentos e oito reais). **Valor mínimo: R$ 88.354,00 (oitenta e oito mil e trezentos e cinquenta e quatro reais).**

LOTE 07: N° PROCESSO: 0010782-36.2016.5.15.0043 – EXEQUENTE: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA; EXECUTADO: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA – ME + 02. Um (1) lote de terreno, de formato regular, sem qualquer benfeitoria, situado nesta cidade, distrito de Paz, município e comarca de **Cafelândia**, Estado de São Paulo, identificado como sendo o lote 25 (vinte e cinco) da quadra b, do Loteamento denominado **JARDIM ALTO CAFEZAL**, com as seguintes medidas e confrontações: - pela frente mede 10,00 (dez) metros

com frente para a Avenida A, confrontando: à esquerda, 26,00 (vinte e seis) metros com o lote 24; à direita, 26,00 (vinte e seis) metros com o lote 26; e aos fundos, 10,00 (dez) metros com Constantino Fabricio Junior, perfazendo uma **área de 260,00m² (duzentos e sessenta metros quadrados).** Imóvel matriculado sob nº 8.721 do RGI de Cafelândia – SP. OBS: 1) Conforme Auto de Penhora e Avaliação, consta edificação no imóvel no total de 175,82m²**.** Conforme vistoria *in loco,* trata-se de dois imóveis edificados no mesmo terreno. Aos fundos uma residência e na frente um prédio inacabado onde funciona uma vidraçaria de propriedade dos executados, que trabalham no local. **Foi penhorado somente o imóvel da frente, comercial, que possui 124,92m2.** 2) Conforme Certidão de Valor Venal, da Prefeitura Municipal de Cafelândia, juntada aos autos fls. 341, o imóvel está situado na **Av. Miguel Jeronymo Guerreiro, 338, Jd. Alto Cafezal, Cafelândia – SP,** com cadastro municipal n. 002988. Avaliado em 15/03/2019 em R$ 106.570,00 (cento e seis mil e quinhentos e setenta reais). **Valor mínimo: R$ 53.285,00 (cinquenta e três mil e duzentos e setenta e cinco reais).** Depositário: Emerson Rodrigues de Oliveira, Av. Miguel Jeronimo Guerreiro, 338, Jd. Alto Cafezal, Cafelândia – SP.

LOTE 08: N° PROCESSO: 0112000-06.1999.5.15.0043 – EXEQUENTE: JOSE ANTONIO GENEROSO; EXECUTADO: VILA VERDE TRANSPORTES E TURISMO LTDA + 02. A) Lote de terreno sob nº 22 (vinte e dois) da quadra "W", do loteamento denominado **"BALNEARIO CITY MAR"**, situado na **Ilha Comprida**, neste município de Iguape, medindo 12,00 m. de frente, igual medida nos fundos por 25,00 m. da frente aos fundos de ambos os lados, com a **área de 300,00 m².,** fazendo frente para a **Rua Nove**; confrontando do lado direito com o lote nº 23; do lado esquerdo com o lote nº 21 e nos fundos com o lote nº 24; todos os lotes confrontantes são da mesma quadra. Contribuinte nº 24.803.022. Imóvel matriculado sob nº 142.316 do RGI de Iguape – SP. OBS: 1) Conforme Av.02/142.316 consta que foi criado o Município de Ilha Comprida, com território delimitado e desmembrado dos municípios de Iguape e Cananeia. 2) Conforme Auto de Avaliação, não existe benfeitorias no terreno. Há acesso precário ao lote e fornecimento de energia elétrica, porém não há fornecimento de água. ÔNUS: 1) Conforme Av.03/142.316 consta que o imóvel encontra-se inserido em ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL denominada APA da Ilha Comprida. 2) Conforme Av.04/142.316 consta INDISPONIBILIDADE DE BENS no processo nº 00030249820024036126. Avaliado em 13/11/2019 em R$ 7.000,00 (sete mil reais). **Valor mínimo R$ 5.250,00 (cinco mil e duzentos e cinquenta reais).**
B) Lote de terreno sob nº 23 (vinte e três) da quadra "W", do loteamento denominado **"BALNEARIO CITY MAR",** situado na **Ilha Comprida**, neste município de Iguape, medindo 9,50 m. de frente para a **Rua Nove**, mais 15,00 m. em curva de confluência com a Rua Vinte e Três, mede 13,50 m. do lado direito, e, confronta com a Rua Vinte e Três, mede 25,00 m. do lado esquerdo, e, confronta com o lote 22, mede 12.00 m. nos fundos, e, divide com o lote nº 24, encerrando a **área de 355,00 m²**; todos os lotes confrontantes são da mesma quadra. Contribuinte nº 24.803.023. Imóvel matriculado sob nº 142.317 do RGI de Iguape – SP. OBS: 1) Conforme Av.02/142.317 consta que foi criado o Município de Ilha Comprida, com território, delimitado e desmembrado dos municípios de Iguape e Cananeia. 2) Conforme Auto de Avaliação não existe benfeitorias no terreno. Há acesso precário ao lote e fornecimento de energia elétrica, porém não há fornecimento de água. ÔNUS: 1) Conforme Av.03/142.317 consta que o imóvel encontra-se inserido em ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL denominada APA da Ilha Comprida. 2) Conforme Av.04/142.317 consta INDISPONIBILIDADE DE BENS no processo nº 00030249820024036126. Avaliado em 13/11/2019 em R$ 9.000,00 (nove mil reais). **Valor mínimo: R$ 6.750,00 (seis mil e setecentos e cinquenta reais).** Depositário: Luiz Carlos Fortunato Rosa.

LOTE 09: N° PROCESSO: 0174800-21.2009.5.15.0043 – EXEQUENTE: RITA LANDUCCI BALTHAZAR; EXECUTADO: METODOS & METAS ASSESSORIA CONTABIL SOCIEDADE SIMPLES LTDA – ME + 03. Box de estacionamento nº 130 sito no sub-solo do **Edifício Pitangueiras**, à **Rua 14 de Dezembro**, ns. 51, 53, 55, 57 e 59, com **área útil de 12,234 m²,** área comum de 6,6102 m², **área total de 18,8448m²** e área equivalente de construção de 9,4224 m² e fração ideal do terreno de 0,765760%. Código de Contribuinte da Prefeitura Municipal de Campinas. CCPM. n/ consta. Imóvel matriculado sob nº 37.948 do 2º RGI de

Campinas – SP. OBS: Conforme Auto de Avaliação, o imóvel está localizado na **Rua 14 de Dezembro, nº 55 (51 a 59), Centro, Campinas – SP**. ÔNUS: Conforme R.08/37.948 consta USUFRUTO em favor de Ronali de Fátima Nascimento Bolbato. Avaliado em 26/09/2019 em R$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais). **Valor mínimo: R$ 19.000,00 (dezenove mil reais).** Depositária: Giuliana Bolbatto de Lima.

LOTE 10: Nº PROCESSO: 0118200-58.2001.5.15.0043 - EXEQUENTE: MARIA DAS VIRGENS OLIVEIRA; EXECUTADO: SALMON CONFECCOES E COMERCIO DE ROUPAS LTDA – ME + 03. Fração ideal de 50% de uma **UNIDADE AUTÔNOMA** designada por **ESCRITÓRIO, nº 14, localizado no 1° Pavimento** do **CONDOMÍNIO EDIFÍCIO CENTURY TOWER**, com entrada pelo n° **320 da Rua José Paulino**, nesta cidade de **Campinas**, com as seguintes áreas: **útil de 25,9200m2,** comum de 11,9727m2, **total de 37,8927m2** e fração ideal de 6,4585m2 ou 2,64153% no terreno onde se encontra construído o Condomínio. Imóvel matriculado sob n° 147.928 do 3° RGI de Campinas - SP. Reavaliado em 23/03/2018 em R$ 70.000,00 (setenta mil reais). **Valor mínimo: R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais).** Depositária: Lucia Cristina Moreira Duarte Pinto.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
ATSum 0010782-36.2016.5.15.0043
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME E OUTROS (3)

DESTINATÁRIOS:

AOS ADVOGADOS DAS PARTES:

Ficam V. Sa. intimadas da data designada para recebimento das propostas (08/04/2020 a15/04 /2020) e demais informações nele contidas, diante do edital anexado aos autos pelo Corretor Judicial sob Id. c1d6059.

CAMPINAS/SP, 17 de março de 2020.

SIMONE TERCEIRO E BARRETO
Servidor

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
ATSum 0010782-36.2016.5.15.0043
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME E OUTROS (3)

DESTINATÁRIOS:

AOS ADVOGADOS DAS PARTES:

Ficam V. Sa. intimadas da data designada para recebimento das propostas (08/04/2020 a15/04 /2020) e demais informações nele contidas, diante do edital anexado aos autos pelo Corretor Judicial sob Id. c1d6059.

CAMPINAS/SP, 17 de março de 2020.

SIMONE TERCEIRO E BARRETO
Servidor

Assinado eletronicamente por: SIMONE TERCEIRO E BARRETO - Juntado em: 17/03/2020 10:58:44 - a1c533f
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/20031710584034600000126450941?instancia=1
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 20031710584034600000126450941

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
ATSum 0010782-36.2016.5.15.0043
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME E OUTROS (3)

DESTINATÁRIOS:

AOS ADVOGADOS DAS PARTES:

Ficam V. Sa. intimadas da data designada para recebimento das propostas (08/04/2020 a15/04 /2020) e demais informações nele contidas, diante do edital anexado aos autos pelo Corretor Judicial sob Id. c1d6059.

CAMPINAS/SP, 17 de março de 2020.

SIMONE TERCEIRO E BARRETO
Servidor

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
ATSum 0010782-36.2016.5.15.0043
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME E OUTROS (3)

DESTINATÁRIOS:

AOS ADVOGADOS DAS PARTES:

Ficam V. Sa. intimadas da data designada para recebimento das propostas (08/04/2020 a15/04 /2020) e demais informações nele contidas, diante do edital anexado aos autos pelo Corretor Judicial sob Id. c1d6059.

CAMPINAS/SP, 17 de março de 2020.

SIMONE TERCEIRO E BARRETO
Servidor

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

PROCESSO: **0010782-36.2016.5.15.0043** - Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME E OUTROS (3)

DESPACHO

Considerando o momento atual em que vive a sociedade por conta da pandemia, sobreste-se o fechamento do edital pelo prazo de 30 (trinta dias), ocasião que haverá melhores condições operacionais e comerciais para a alienação do bem.

Ciência ao Corretor Judicial.

Intimem-se os interessados.

CAMPINAS/SP, 05 de junho de 2020.

ANA FLAVIA DE MORAES GARCIA CUESTA
Juiz(íza) do Trabalho

LBNL

Assinado eletronicamente por: ANA FLAVIA DE MORAES GARCIA CUESTA - Juntado em: 05/06/2020 14:03:42 - aa9d8e8
Certificado por TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A. REGIAO:03773524000103
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/20060500372946800000130274571?instancia=1
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 20060500372946800000130274571

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

PROCESSO: **0010782-36.2016.5.15.0043** - Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME E OUTROS (3)

Certifico o envio do despacho id aa9d8e8 para o Corretor Adílio Pereira.

CAMPINAS/SP, 08 de junho de 2020.

SIMONE TERCEIRO E BARRETO
Servidor

TRT-15ª REGIÃO Campinas

Simone Terceiro e Barreto <simonehumbert@trt15.jus.br>

Processo: 0010782-36.2016.5.15.0043

1 mensagem

3ª VT <saj.3vt.campinas@trt15.jus.br> 8 de junho de 2020 15:10
Para: adilio@galeriapereira.com.br

Prezado Corretor

De ordem da MM Juíza da 3ª VT de Campinas, encaminho em anexo ofício expedido nos autos do Processo: 0010782-36.2016.5.15.0043.

Atenciosamente,

Simone Terceiro
T Judiciário

Documento_aa9d8e8(1).pdf
49K

PJe
Assinado eletronicamente por: SIMONE TERCEIRO E BARRETO - Juntado em: 08/06/2020 15:12:11 - 8eba74e
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/20060815120545900000130418096?instancia=1
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 20060815120545900000130418096

D.E. SOUZA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

EXCELENTÍSSIMO SR DR JUIZ DO TRABALHO DA 3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS /SP

PROCESSO Nº 0010782-36.2016.5.15.0043

FLAVIO HENRIQUE DA SILVA, já devidamente qualificado nos autos da presente **RECLAMAÇÃO TRABALHISTA**, processo nº em epígrafe que move contra **LUX´S SERVIÇOS DE MARCENARIA LTDA-ME,** por intermédio de sua advogada abaixo assinada, vem à presença de VExª expor e ao final requerer:

1.No caso, o processo encontra-se me fase de execução com penhora de bem imóvel aguardando realização de hasta pública, contudo considerando o momento atual de pandemia o procedimento foi sobrestado pelo prazo de 30 dias, conforme decisão judicial.

2. Diante do exposto, tendo em vista o decurso do prazo supracitado, vem à presença de VExª requerer seja dado prosseguimento ao procedimento de alienação do bem através de hasta pública.

Nestes termos
Pede deferimento

Campinas, 11/09/2020

SIMONE DE MORAES SOUZA
OAB/SP 313589

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 16/09/2020 14:08:43 - cc4f286
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20091614070504900000137265814
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. cc4f286 - Pág. 1
Número do documento: 20091614070504900000137265814

D.E. SOUZA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

CONTRARRAZÕES DE RECURSO INONIMADO

PROCESSO Nº 0002267-62.2019.403.6303

RECORRENTE: INSTITUTO NACIONAL DA SEGURIDADE SOCIAL – INSS

RECORRIDO: LOURDES GENEROSO PAZA

ORIGEM: JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DE CAMPINAS/SP

Colenda Turma;

Eméritos Julgadores.

I – SÍNTESE DO PROCESSO

Trata-se de processo previdenciário com pedido de concessão de aposentadoria por idade, a cômputo para fins de carência dos períodos em gozo de benfício por incapacidade de auxílio doença.

A magistrada sentenciante julgou a ação procedente, com o reconhecimento do direito à concessão do benefício.

Da decisão o INSS interpôs recurso inonimado, todavia, tal irresignação não merece prosperar. Sendo assim, passa-se à análise dos motivos pelos quais dve ser negado proviemento ao recurso.

II – DO RECURSO

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 16/09/2020 14:08:43 - cc4f286
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20091614070504900000137265814
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. cc4f286 - Pág. 2
Número do documento: 20091614070504900000137265814

D.E. SOUZA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

2. Diante do exposto, vem à presença de VExª informar, que em cumprimento ao quanto determinado, as respostas aos quesitos elaboradas pela médica perita, foram devidamente enviados por e-mail na data de hoje.

Termos em que
Pede deferimento
Campinas, 04/08/2020.

SIMONE DE MORAES SOUZA
OAB/SP 313.589

Av. Andrade Neve, nº 295, sala 91, 9º andar, Centro, Campinas/SP, CEP.: 13013-160
Fones.: (19) 3236-2152 e 3233-3535 e-mail: contato@desouzaadv.com.br

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 16/09/2020 14:08:43 - cc4f286
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20091614070504900000137265814
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. cc4f286 - Pág. 3
Número do documento: 20091614070504900000137265814

D.E. SOUZA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

EXCELENTÍSSIMO SR DR JUIZ DO TRABALHO DA 3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS /SP

PROCESSO Nº 0010782-36.2016.5.15.0043

FLAVIO HENRIQUE DA SILVA, já devidamente qualificado nos autos da presente **RECLAMAÇÃO TRABALHISTA**, processo nº em epígrafe que move contra **LUX´S SERVIÇOS DE MARCENARIA LTDA-ME,** por intermédio de sua advogada abaixo assinada, vem à presença de VExª expor e ao final requerer:

Por um equívovo, esta patrona acabou protocolando as folhas 03 e 04 da petição de fls cc4f286 de forma incorreta, uma vez que correpondem à processo diverso, sendo estranha ao autos.

Por esse motivo, vem à presença de VExª requerer o desentranhamento das fls. 03 e 04, reiterando o pedido de fls 01 e 02 da petição de fls cc4f286.

Nestes termos
Pede deferimento

Campinas, 16/09/2020

SIMONE DE MORAES SOUZA
OAB/SP 313589

Assinado eletronicamente por: SIMONE DE MORAES SOUZA - 16/09/2020 15:04:48 - a079867
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20091615042394500000137276279
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. a079867 - Pág. 1
Número do documento: 20091615042394500000137276279

D.E. SOUZA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Av. Andrade Neve, nº 295, sala 91, 9º andar, Centro, Campinas/SP, CEP.: 13013-160
Fones.: (19) 3236-2152 e 3233-3535 e-mail: contato@desouzaadv.com.br

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

PROCESSO: **0010782-36.2016.5.15.0043** - Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME E OUTROS (3)

Fica V.Sa. intimada do despacho id aa9d8e8.

CAMPINAS/SP, 02 de outubro de 2020.

SIMONE TERCEIRO E BARRETO
Servidor

Assinado eletronicamente por: SIMONE TERCEIRO E BARRETO - Juntado em: 02/10/2020 11:08:11 - b839ef4
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/20100211080513100000138425123?instancia=1
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 20100211080513100000138425123

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

PROCESSO: **0010782-36.2016.5.15.0043** - Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME E OUTROS (3)

Fica V.Sa. intimada do despacho id aa9d8e8.

CAMPINAS/SP, 02 de outubro de 2020.

SIMONE TERCEIRO E BARRETO
Servidor

Assinado eletronicamente por: SIMONE TERCEIRO E BARRETO - Juntado em: 02/10/2020 11:08:12 - f71c1ea
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/20100211080525700000138425124?instancia=1
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 20100211080525700000138425124

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

PROCESSO: **0010782-36.2016.5.15.0043** - Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME E OUTROS (3)

Fica V.Sa. intimada do despacho id aa9d8e8.

CAMPINAS/SP, 02 de outubro de 2020.

SIMONE TERCEIRO E BARRETO
Servidor

Assinado eletronicamente por: SIMONE TERCEIRO E BARRETO - Juntado em: 02/10/2020 11:08:12 - ad21d1e
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/20100211080537500000138425126?instancia=1
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 20100211080537500000138425126

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

PROCESSO: **0010782-36.2016.5.15.0043** - Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME E OUTROS (3)

Fica V.Sa. intimada do despacho id aa9d8e8.

CAMPINAS/SP, 02 de outubro de 2020.

SIMONE TERCEIRO E BARRETO
Servidor

Assinado eletronicamente por: SIMONE TERCEIRO E BARRETO - Juntado em: 02/10/2020 11:08:12 - 5c04cad
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/20100211080557600000138425127?instancia=1
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 20100211080557600000138425127

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

PROCESSO: **0010782-36.2016.5.15.0043** - Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME E OUTROS (3)

DESPACHO

Tendo em vista o processado, intime-se o Corretor Judicial Sr. Adílio Gregorio Pereira para informar a possibilidade de realizar a alienação judicial, considerando as medidas de enfrentamento à pandemia do COVID-19 e as condições operacionais e comerciais para a venda do bem.

Havendo possibilidade, deverá apresentar novas datas a este Juízo, observando o prazo mínimo suficiente para viabilizar a intimação das partes.

CAMPINAS/SP, 14 de outubro de 2020.

EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA
Juiz(íza) do Trabalho

LBNL

Assinado eletronicamente por: EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA - Juntado em: 14/10/2020 10:27:02 - aa3de92
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/20101410174421300000139110182?instancia=1
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 20101410174421300000139110182

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

PROCESSO: **0010782-36.2016.5.15.0043** - Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME E OUTROS (3)

Certifico o envio do despacho id aa3de92 para o Corretor Adilio.

CAMPINAS/SP, 14 de outubro de 2020.

SIMONE TERCEIRO E BARRETO
Servidor

Assinado eletronicamente por: SIMONE TERCEIRO E BARRETO - Juntado em: 14/10/2020 16:45:17 - 208c833
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/20101416450332400000139164170?instancia=1
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 20101416450332400000139164170

TRT-15ª REGIÃO Campinas

Simone Terceiro e Barreto <simonehumbert@trt15.jus.br>

Processo: 0010782-36.2016.5.15.0043

1 mensagem

3ª VT <saj.3vt.campinas@trt15.jus.br> 14 de outubro de 2020 16:44
Para: adilio@galeriapereira.com.br

Prezado Corretor:

De ordem da MM Juíza da 3ª VT de Campinas, encaminho em anexo o ofício id aa3de92 expedido nos autos do Processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Atenciosamente,

Simone Terceiro
Técnico Judiciário/ 3ª Vara do Trabalho de Campinas/ TRT 15ª Região

Documento_aa3de92.pdf
43K

PJe
Assinado eletronicamente por: SIMONE TERCEIRO E BARRETO - Juntado em: 14/10/2020 16:45:17 - a05f101
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/20101416451505600000139164204?instancia=1
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 20101416451505600000139164204

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DA 3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS - SP.

Processo n. 0010782-36.2016.5.15.0043

ADÍLIO GREGÓRIO PEREIRA, nomeado por esta Egrégia Vara para realizar a alienação dos bens penhorados nos autos em epígrafe, vem mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência, Requerer a juntada da minuta do edital.

Termos em que,
Pede deferimento.
Campinas, 23 de outubro de 2020.

ADÍLIO GREGÓRIO PEREIRA
OAB/SP 292.948

(assinado digitalmente)

GALERIA PEREIRA

Responsável: **Adílio Gregório Pereira**, Advogado – OAB/SP 292.948, corretor de imóveis CRECI/SP 65.564-F, fone: (19)9-9631-1050 / (17)9-9132-1050. www.galeriapereira.com.br
E-mail:contato@galeriapereira.com.br

Recebimento de Propostas de CONCORRÊNCIA PÚBLICA: No dia **04/12/2020 até às 16h00min** (dezesseis horas), impreterivelmente (horário de Brasília).

1 – As propostas deverão ser encaminhadas diretamente ao Corretor nomeado, no período supra indicado, através do e-mail **contato@galeriapereira.com.br,** sob pena de não serem conhecidas. Não haverá encerramento presencial.

2 – Após o encerramento do prazo de recebimento de propostas, o Corretor nomeado irá apresentar aos autos todas as PROPOSTAS RECEBIDAS, bem como, um "MAPA DE CLASSIFICAÇÃO", indicando a ordem de recebimento das propostas, qualificação dos licitantes, valores, forma de pagamento e eventuais observações, apresentando-as ao juízo para "homologação" da "melhor proposta".

3 – VENDA DIRETA: Os bens que não receberem propostas válidas na fase de "Concorrência Pública" poderão ser alienados a partir do dia subsequente, ao primeiro licitante que formular proposta que atenda ao valor mínimo descrito no edital, ou seja, venda na modalidade de "VENDA DIRETA", até o dia 04/03/2021 às 16h00min (dezesseis horas), (também pelo e-mail: **contato@galeriapereira.com.br**).

4 – **VALOR MÍNIMO**: 50% (cinquenta por cento) da avaliação, salvo informação diversa à margem do respectivo lote.

5 – DA COMISSÃO: O proponente (adquirente) deverá pagar ao Sr. Adílio Gregório Pereira, a título de comissão, o valor correspondente a 5% (cinco por cento) do preço da alienação (arrematação).

a) A comissão devida não integra (não está inclusa) o valor da proposta, e não será devolvida ao proponente (adquirente) em nenhuma hipótese, salvo se a alienação (arrematação) for desfeita por determinação judicial, por razões alheias à vontade do proponente (adquirente), deduzidas as despesas incorridas.

b) Nos casos em que o Sr. Adílio Gregório Pereira for nomeado como depositário de bens móveis, será devido em seu favor o equivalente a 2% (dois por cento) do valor da última avaliação do bem, a ser pago pelo proponente (adquirente), a título de custeio com as despesas com a remoção, guarda e conservação do respectivo bem.

c) A comissão devida ao corretor deverá ser paga pelo proponente no prazo máximo e improrrogável de 5 (cinco) dias após a homologação da proposta, através de transferência bancária, em conta a ser indicada pelo corretor responsável.

6 - Ocorrendo propostas de idêntico valor, observar-se-á a seguinte **ordem**:

a) o pagamento à vista;

b) a proposta com menor número de parcelas.

OBS.1): havendo propostas idênticas, a que tiver sido recebida em primeiro lugar.

7 - FORMAS DE PAGAMENTO:

a) À VISTA, no prazo máximo e improrrogável de 5 (cinco) dias a contar da intimação da homologação da proposta vencedora.

b) A PRAZO, apenas no caso de IMÓVEIS, com 30% (trinta por cento) de entrada e o restante em até 6 (seis) parcelas mensais e consecutivas, atualizadas monetariamente, pela Tabela Prática de Atualização dos Débitos Judiciais, na data do efetivo pagamento, sempre por meio de depósito judicial.

- Em caso de não pagamento ou atraso superior a dez dias de qualquer das parcelas, a multa pela mora será de 20% sobre o valor da venda e a execução do valor remanescente será dirigida ao patrimônio dos adquirentes, com responsabilidade solidária de seus sócios, no caso de pessoa jurídica, dispensando qualquer citação para tanto.

8 - O proponente deverá realizar o recolhimento do valor proposto, através de guia judicial, e da comissão do corretor (5%), através de transferência bancária, em conta a ser informada pelo corretor, em até 5 (cinco) dias a contar da homologação da proposta, devendo apresentar o comprovante de transferência bancária ao corretor responsável.

9 - A alienação dos bens será formalizada por termo nos autos da execução, no qual o licitante deverá declarar: "estar ciente das regras da alienação por iniciativa particular, principalmente quanto aos embargos e sanções cíveis e criminais que lhe serão impostas se descumprir as

Assinado eletronicamente por: ADILIO GREGORIO PEREIRA - 23/10/2020 16:38:21 - 87e1b3d
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20102316380954100000139830274
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 87e1b3d - Pág. 1
Número do documento: 20102316380954100000139830274

obrigações assumidas; e declarar também a total veracidade das informações prestadas."
10 - 15 (quinze) dias após a apresentação da proposta, o proponente deverá dirigir-se ao cartório da respectiva Vara Judicial para acompanhamento da expedição da carta de arrematação ou mandado de entrega, ciente de que após esse prazo poderá ocorrer à liberação do dinheiro depositado pelo arrematante aos credores, eventualmente ocorrendo evicção.
11 - A procedência e evicção de direitos dos bens vendidos em alienação judicial/leilão são de inteira e exclusiva responsabilidade dos arrematantes/proprietários/União. O corretor é um mero mandatário, ficando, assim, eximido de eventuais responsabilidades por vícios ou defeitos nos bens alienados (ocultos ou não), como também por indenizações, trocas, consertos, compensações financeiras de qualquer hipótese ou natureza, portanto, qualquer dificuldade quanto a: obter/localizar o bem móvel, registrar a carta de arrematação/alienação, localizar o bem, imitir-se na posse, deverá ser imediatamente comunicada ao juízo responsável para as providências cabíveis.
12 – DOS DÉBITOS CONDOMINIAIS: Nos termos dos artigos 1.430 do Código Civil e 908, § 1º do Código de Processo Civil, o arrematante não responde pelos débitos condominiais vencidos antes da arrematação.
13 - DA PROPOSTA CONDICIONAL: As propostas que não atingirem o valor mínimo de venda poderão ser recebidas "condicionalmente", ficando sujeitos a posterior apreciação do Juízo responsável.
IMPORTANTISSÍMO:
O licitante que formular proposta condicional, se declara ciente e de acordo, que o recebimento da referida proposta, não implicará em imediata homologação, logo, proposta posterior que atenda às condições mínimas do edital, poderá ser imediatamente acolhida pelo juízo, sem a possibilidade de complementação da proposta condicional pelo licitante.
14 - Será expedida carta de alienação, se imóvel, para registro imobiliário, nos termos do § 2º do art. 880 do CPC/2015.
CONDIÇÕES GERAIS:
DA ADJUDICAÇÃO – Poderá o exequente também ADJUDICAR ou ARREMATAR os bens, em igualdade de condições com outros interessados, prevalecendo o maior lance, nos termos do art. 892, parágrafo primeiro do CPC/2015, c/c art. 769 da CLT). Os pedidos de arrematação e adjudicação serão apreciados pelo Juiz que, aceitando, determinará a lavratura do auto. Os referidos pedidos poderão ser indeferidos em caso de fraude ou lance vil, este avaliado pelo Juiz(a) no momento da alienação, considerando as condições e peculiaridades dos bens alienados.
- A partir da publicação deste Edital, na hipótese de adjudicação do(s) bem(s) pelo exequente, este ficará responsável pela integralidade da comissão do Sr. Adílio Gregório Pereira.
DA REMIÇÃO DA EXECUÇÃO – Se o(a) executado(a) pagar a dívida antes de adjudicado(s) ou alienado(s) o(s) bem(ns), na forma do artigo 826, do Novo Código de Processo Civil, deverá apresentar até a data e hora designadas para o recebimento de propostas, a guia comprobatória do referido pagamento, acompanhada de petição fazendo menção expressa quanto à remição da execução. Neste caso, deverá o(a) executado(a) pagar a importância atualizada da dívida, mais juros, custas, honorários advocatícios e a pagar a integralidade dos honorários do Sr. Adílio Gregório Pereira, no valor de 2,5% (dois e meio por cento) do valor da avaliação.
DO(S) IMÓVEL(IS) - O(s) imóvel(is) será(ão) vendido(s) no estado em que se encontra(m), em caráter "*AD CORPUS*", ou seja, medidas meramente enunciativas. Em nenhuma hipótese a arrematação abrangerá bens móveis que se encontram no interior e nas dependências do imóvel.
A descrição detalhada e as fotos do(s) imóvel(is) a ser(em) apregoado(s) estão disponíveis no www.galeriapereira.com.br (as fotos disponíveis no referido site são meramente ilustrativas/exemplificativas).
DA VISITAÇÃO - Constitui ônus dos interessados examinar o(s) imóvel(is) a ser(em) apregoado(s), podendo valer-se de pesquisa junto ao Registro de Imóveis e a Prefeitura.
DOS EMBARGOS À ALIENAÇÃO (ARREMATAÇÃO) – O prazo para eventuais questionamentos à arrematação passará a fluir da data da alienação, independente de nova notificação. Assinado o Auto, a alienação é considerada perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham a ser julgados procedentes os Embargos à Alienação (arrematação). A alienação (arrematação) poderá, no entanto, ser tornada sem efeito nos casos previstos no artigo 903 § 1º, do Código de Processo Civil.
ÔNUS: Aos interessados em arrematar bens imóveis, fica esclarecido que os créditos relativos

Assinado eletronicamente por: ADILIO GREGORIO PEREIRA - 23/10/2020 16:38:21 - 87e1b3d
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20102316380954100000139830274
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 87e1b3d - Pág. 2
Número do documento: 20102316380954100000139830274

a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse, e bem assim, os relativos a taxas pela prestação de serviços de tais bens, ou a contribuição de melhoria e multas, sub-rogam-se sobre o respectivo preço, por eles não respondendo o adquirente, já que a arrematação de bem através de alienação judicial, é considerada como aquisição originária, inexistindo relação jurídica entre o arrematante e o anterior proprietário do bem (aplicação do artigo 130, parágrafo único, do CTN).

DOS VEÍCULOS: Aos interessados em arrematar veículos automotores, fica esclarecido que, tratando-se a aquisição em alienação judicial, a mesma é considerada originária e, pelo mesmo motivo, os débitos relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse e relativos a multas ou outros débitos, ficarão a cargo do antigo proprietário.

Após o recebimento do Auto e/ou Carta de Alienação, o Arrematante deverá confirmar o recebimento do bem no prazo máximo de 15 dias, após o qual, não havendo manifestação, presume-se o recebimento, ficando autorizada a liberação dos valores arrecadados ao Exequente.

PECULIARIDADES: Os produtos de venda e/ou armazenagem controlados (ex. Combustível, Inflamáveis, remédio, produtos bélicos e etc), o arrematante deverá obedecer às regras impostas pelo órgão responsável, ter autorização e comprovar este direito para dar lances e arrematar.

IMPORTANTE:

a) A publicação deste edital supre eventual insucesso das notificações / intimações pessoais dos respectivos patronos, executados, coproprietários, cônjuges e credores com penhora anterior.

b) Qualquer inconsistência das informações poderá ser sanada até a assinatura do auto.

Reservamo-nos o direito à correção de possíveis erros de digitação, e demais inconsistências das informações apresentadas até a assinatura do auto.

c) As fotos do site www.galeriapereira.com.br são meramente exemplificativas.

BENS DISPONÍVEIS: 3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS – SP.

LOTE 01: N° PROCESSO: 0010548-83.2018.5.15.0043 – EXEQUENTE: SINDICATO TRAB TRANSPORTES RODOV DE CAMPINAS E REGIAO; EXECUTADO: SIND DAS EMP DE TRANSP DE PAS POR FRET DE CAMP E REGIAO. Prédio sob nº 115, sito a **Rua Bernardino de Campos**, neste município e comarca de **Campinas**, 2ª Circunscrição Imobiliária, medindo 11,00m de frente; igual medida nos fundos; por 27,50m da frente aos fundos de ambos os lados; **com área total de 302,50m²,** confrontando com o Espólio de Vitório Mezzalira, Vitório Vigani e Antonio Silva. Imóvel matriculado sob nº 83.435 do 2º RGI de Campinas – SP. OBS: Conforme Auto de Avaliação o imóvel está no **Centro,** e **a edificação (casa térrea),** possui outros imóveis ligados a ela que, ou tem matriculas distintas, ou não foi efetuada a unificação dos mesmos. ÔNUS: 1) Conforme R.03/83.435 consta PENHORA no processo nº 98.0609715-7 pela 5ª Vara Federal Especializada em Execução Fiscal de Campinas – SP. 2) Conforme Av.04/83.435 consta PENHORA no processo nº 2000.61.05.019453-8 pela 5ª Vara Federal Especializada em Execução Fiscal de Campinas – SP. 3) Conforme Av.05/83.435 consta PENHORA no processo nº 288/1992 pelo 6º Oficio Cível de Campinas – SP. Avaliado em 07/10/2019 em R$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais). **Valor mínimo: R$ 800.000,00 (oitocentos mil reais).** Depositário: Sindicato dos Trabalhadores de Transporte Rodoviário de Campinas e Região.

LOTE 02: N° PROCESSO: 0012005-87.2017.5.15.0043 – EXEQUENTE: UNIÃO FEDERAL (PGFN); EXECUTADO: CORREIO POPULAR SOCIEDADE ANONIMA + 03. A) Prédio, na **Rua Alexandre Herculano nº 148,** em **Campinas**, que mede: - 12,00 m. de frente, e em curva, fazendo esquina com as Ruas Alexandre Herculano e 6-A, 12,00 m. nos fundos por 27,00 m. da frente aos fundos, de ambos os lados, com área de 30,6, digo, de **306,60 ms²** - dito prédio fora construído sobre o lote nº 1, da quadra 9, do **J.N.S. Auxiliadora**. CCPM nº 4.344.000. Imóvel matriculado sob nº 3674 do 2º RGI de Campinas – SP. OBS: 1) Conforme Av.05/3674 o imóvel encontra-se cadastrado na Prefeitura Municipal de Campinas sob código cartográfico nº 3421.12.12.0001.01001. 2) Conforme Auto de Penhora e Avaliação, o imóvel está localizado no Jardim Nossa Senhora Auxiliadora, e trata-se de uma construção em alvenaria, em regular estado de conservação, necessitando de reparos simples. O demonstrativo do Lançamento de IPTU aponta **área construída de 215,50m²,** com o ano de edificação em 1976. Avaliado em 19/03/2019 em R$ 601.245,00 (seiscentos e um mil e duzentos e quarenta e cinco reais). **Valor mínimo: R$ 450.933,75 (quatrocentos e cinquenta mil, novecentos e trinta e três reais e**

Assinado eletronicamente por: ADILIO GREGORIO PEREIRA - 23/10/2020 16:38:21 - 87e1b3d
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20102316380954100000139830274
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 87e1b3d - Pág. 3
Número do documento: 20102316380954100000139830274

setenta e cinco centavos). Depositário: Marco Aurelio Matallo Pavani.
B) Conjunto constituído pelas salas nºs. "9" e "10" mais a respectiva parte ideal no terreno, situado no 1º andar ou pavimento sobre o andar térreo do edifício denominado **CORREIO POPULAR**, sito à **Rua Conceição nº 124** esquina com a rua Dr. Quirino, medindo a primeira sala 2,90 ms por 3,80 ms, e a segunda 3,70 ms por 3,80 ms, confrontando ambas que são anexas, de um lado com o espaço do ascensor coleta de lixo, pela frente com um corredor, de outro lado com os compartimentos de lavatório e WC, e nos fundos com a área descoberta da qual recebem luz por um vitrô para cada sala. O terreno do edifício tem as seguintes medidas: 14,53 ms para a rua Conceição; 19,97 ms de frente para a R. Dr. Quirino, onde faz um canto chanfrado nessa confluência; 21,05 ms na face oposta à rua Conceição, e 19,99 mts na face oposta à Rua Doutor Quirino, medidas estas aproximadas. Imóvel matriculado sob nº 25.046 do 1º RGI de Campinas – SP. OBS: Conforme Auto de Avaliação, o imóvel encontra-se fechado/desocupado. A Prefeitura Municipal de Campinas não identificou o Código Cartográfico das referidas salas. A edificação do prédio data do ano de 1950, conforme demonstrativo de IPTU 2019, das salas 1 e 2 da sobreloja e térreo. ÔNUS: Conforme R.06/25.046 o imóvel foi ARROLADO, devendo a alienação ou oneração do imóvel ser comunicada ao requisitante no prazo de quarenta e oito horas. Avaliado em 19/03/2019 em R$ 76.500,00 (setenta e seis mil e quinhentos reais). **Valor mínimo: R$ 38.250,00 (trinta e oito mil e duzentos e cinquenta reais).** Depositário: Correio Popular S/A.

LOTE 03: N° PROCESSO: 0010359-76.2016.5.15.0043 – EXEQUENTE: ODAIR FERNANDES; EXECUTADO: PLF CONSTRUTORA LTDA. Lote nº 29 (vinte e nove), localizado na quadra "D", do loteamento denominado **"PARQUE DOS COCAIS"**, Bairro Espirito Santo, nesta cidade e Comarca de **Valinhos**, com as seguintes medidas e confrontações: 10,31m em reta de frente com a faixa para alargamento da Estrada Municipal; à direita (de quem do imóvel olha para frente) por 37,70m na divisa com o lote "30"; à esquerda por 37,71m, na divisa com o lote "28", e nos fundos por 10,31m, na divisa com o lote "3", encerrando **a área de 388,74m².** Cadastro: 38443/00, setor 6197, quarteirão 1583, da Prefeitura Municipal de Valinhos. Imóvel matriculado sob nº 15.431 do RGI de Valinhos – SP. OBS: Conforme Av.01/15.431 a Estrada Municipal do loteamento Parque dos Cocais, atualmente denomina-se **Avenida Vice Prefeito Anésio Capovilla**. ÔNUS: 1) Conforme Av.04/15.431 consta AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL no processo nº 650.01.2012.005906/000000-000 pela 1ª Vara de Valinhos - SP. 2) Conforme Av.05/15.431 consta PENHORA no processo nº 0005472552012 pela 3ª Vara do Foro de Valinhos – SP. 3) Conforme Av.06/15.431 consta PENHORA no processo nº 0005906442012 pela 3ª Vara do Foro de Valinhos – SP. 4) Conforme pesquisa realizada no site da Prefeitura Municipal de Valinhos - SP, em 16/10/2020, constam débitos relativos a IPTU no valor de R$ 8.468,89. Avaliado em 12/09/2018 em R$ 415.000,00 (quatrocentos e quinze mil reais). **Valor mínimo: R$ 207.500,00 (duzentos e sete mil e quinhentos reais).** Depositário: PLF Construtora LTDA.

LOTE 04: N° PROCESSO: CARTA PREC. 0010517-63.2018.5.15.0043 (PROCESSO PRINCIPAL Nº 1000973-66.2014.5.02.0421) – EXEQUENTE: FERNANDES FRANCISCO DOS SANTOS; EXECUTADO: VIRTUA PRINT GRAFICA E COMERCIO LTDA – EE + 02. Uma unidade autônoma designada por **Apartamento nº 54** no 5º andar, Bloco "C", do **CONDOMÍNIO RESIDENCIAL "PARQUE DOS PÁSSAROS**", situado à **Av. Jorge Tibiriça, nº 1.840**, nesta cidade de **Campinas**, com as seguintes áreas: **área útil de 69,73m²,** área comum de 38,4302m², **área total de 108,1602m²,** e uma fração ideal de 0,84103% no terreno onde se encontra edificado o Condomínio. Número do Contribuinte: 042.109.090. Imóvel matriculado sob nº 105.404 do 3º RGI de Campinas – SP. OBS: 1) Conforme Auto de Penhora e Avaliação, o imóvel está localizado no **Jardim dos Oliveiras.** 2) Conforme Certidão de Oficial de Justiça, o imóvel encontrava-se ocupado. Está localizado em condomínio residencial de padrão simples. O imóvel é composto por três quartos, dois banheiros, sala com varanda, cozinha e área de serviço. Tudo em bom estado de conservação. Possui uma vaga de garagem (20-C), coberta, registrada em matrícula diversa (105.405 do 3º RGI de Campinas). ÔNUS: 1) Conforme R.02/105.404 consta HIPOTECA DE 1º GRAU em favor de LIX EMPREENDIMENTOS ADMINISTRAÇÃO DE NEGÓCIOS LTDA. 2) Conforme Av.03/105.404, a credora do R.02 CEDEU e TRANSFERIU o crédito hipotecário ao BANCO ITAÚ S/A. 3) Conforme Av.05/105.404 consta AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL no processo nº 114.01.2010-017972-1/000000-0000 pela 4ª Vara Cível de Campinas – SP. 4) Conforme Av.06/105.404 consta PENHORA no processo nº 702/10 pela 4ª Vara Cível de Campinas – SP.

Assinado eletronicamente por: ADILIO GREGORIO PEREIRA - 23/10/2020 16:38:21 - 87e1b3d
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20102316380954100000139830274
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 87e1b3d - Pág. 4
Número do documento: 20102316380954100000139830274

5) Conforme Av.07/105.404 consta PENHORA no processo nº 1027295222015 pela 4ª Vara da Família e das Sucessões de Campinas – SP. Avaliado em 03/07/2018 em R$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais). **Valor mínimo: R$ 165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil reais).** Depositário: Alan de Lima Aoki.

LOTE 05: N° PROCESSO: 0016600-67.1996.5.15.0043 – EXEQUENTE: DANIEL LIGER BAGGIO; EXECUTADO: C I P CENTRAL DE INFORMATICA E PAPELARIA LTDA + 02. Apartamento nº "14" (CATORZE), situado no 1º andar do edifício denominado **FERNANDA,** à **Avenida Doutor Moraes Sales, sob nº 1.768**, nesta cidade de **CAMPINAS** e 1º subdistrito, composto de sala, um dormitório, cozinha, área de serviço e banheiro social, com uma **área útil de 45,00 ms2,** área comum de 19,76 ms2, **área total de 64,76 ms2** e uma parte ideal correspondente a 10,45 m² no todo do terreno onde se assenta o edifício, constituído pelo lote nº "37", com área de 313,05 m², medindo: 18,00 ms de frente para a Avenida Dr. Moraes Sales; 17,36 mts do lado direito, confrontando com o prédio nº 1.776 da mesma via pública; 17,45 mts do lado esquerdo, confrontando com o remanescente do prédio nº 1.750, também pela mesma avenida; e nos fundos mede 18,00 ms, confrontando com parte do lote nº "66". Nº CADASTRO: 042.079.888, quarteirão número 01111, da Prefeitura local. Imóvel matriculado sob nº 52.726 do 1º RGI de Campinas – SP. OBS: Conforme Av.15/52.726 foi declarada ineficaz a alienação objeto do R.14/52.726, feita pelo executado. Avaliado em 19/01/2017 em R$ 234.379,40 (duzentos e trinta e quatro mil, trezentos e setenta e nove reais e quarenta centavos). **Valor mínimo: R$ 175.784,55 (cento e setenta e cinco mil, setecentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos).** Depositário: Paulo Sergio Bosso.

LOTE 06: N° PROCESSO: 0010740-88.2014.5.15.0129 - EXEQUENTE: RODRIGO FERNANDO DE OLIVEIRA E OUTROS; EXECUTADO: MUNIZ INSTALACOES INDUSTRIAIS E SOLDAGEM LTDA + 03. UM LOTE DE TERRENO, sob nº 20 (vinte), da Quadra 55 (cinquenta e cinco), do loteamento denominado **"JARDIM PAVIOTTI**", situado no Bairro Rezende, núcleo urbano do Município e Comarca de **Monte Mor**, antiga Comarca de Capivari, **com área de 333,00m2 (trezentos e trinta e três metros quadrados),** com frente para a Rua 38 (trinta e oito), onde mede 5,00m (cinco metros); 14,14m (quatorze metros e quatorze centímetros) em curva, na confluência das Ruas 38 (trinta e oito) e 39 (trinta e nove); 16,00m (dezesseis metros) para Rua 39 (trinta e nove); nos fundos mede 14,00m (quatorze metros) e divide com o lote nº 01 (um); no lado direito mede 25,00m (vinte e cinco metros) e divide com o lote nº 19 (dezenove). Cadastro Municipal: n° 05.0038.55.20.0393.0210. Imóvel matriculado sob o nº 13.524 do RGI de Monte Mor - SP. OBS: 1) Conforme Av.02/13.524, o imóvel encontra-se cadastrado na Prefeitura Municipal de Monte Mor sob nº 09.33.64.0104.01.0000. 2) Conforme Av.04/13.524 consta que a antiga Rua 38 passou a denominar-se **Rua Alfredo Alexandre** e a antiga Rua 39 passou a denominar-se Rua Romeu Alfredo Alexandre. 3) Conforme Auto de Avaliação, trata-se de imóvel localizado em bairro afastado do centro da cidade de Monte Mor, às margens da Rodovia SP101, próximo ao quilômetro 16. Dentro do bairro Paviotti, fica em rua de grande circulação de veículos e pessoas, em frente à escola municipal. Tal localização, permite utilização do imóvel para fins comerciais e residenciais. O lote encontra-se na esquina e possui topografia plana. Sobre o terreno, há na parte da frente a construção em alvenaria de **dois salões comerciais e no fundo**, com quintal separando as edificações, há uma **casa de morada** em alvenaria composta por dois quartos, sala, cozinha e banheiro e lavanderia coberta. Conforme dados apresentados pelo setor de cadastro da Prefeitura de Monte Mor, **a construção possui aproximadamente 120m2.** As construções são antigas e possuem acabamento com padrão básico. 4) Conforme Certidão de Valor Venal, emitida no site da Prefeitura Municipal de Monte Mor – SP, o imóvel está situado na **Rua Alfredo Alexandre, 210**. ÔNUS: 1) Conforme Av.01/13.524, há RESTRIÇÕES URBANÍSITCAS no loteamento "Jardim Paviotti": "Os lotes não poderão ser subdivididos e nem conter mais de uma habitação, salvo nos casos expressamente previstos em lei". 2) Conforme pesquisa realizada no site da Prefeitura Municipal de Monte Mor - SP, no dia 12/05/2020, constam débitos relativos a IPTU no valor de R$ 138,02. Avaliado em 17/05/2017 em R$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais). **Valor mínimo: R$ 212.146,00 (duzentos e doze mil e cento e quarenta e seis reais).** Depositária: Sebastiana Eugenia da Costa.

LOTE 07: N° PROCESSO: 0070700-64.1999.5.15.0043 – EXEQUENTE: EDSON ALVES DOS SANTOS + 03; EXECUTADO: CHURRASCARIA PONTO NOBRE DA CARNE LTDA + 10. Uma unidade autônoma designada por **apartamento nº 22**, situado no 2º pavimento do

Assinado eletronicamente por: ADILIO GREGORIO PEREIRA - 23/10/2020 16:38:21 - 87e1b3d
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20102316380954100000139830274
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 87e1b3d - Pág. 5
Número do documento: 20102316380954100000139830274

PRÉDIO “E” LAGES do **CONDOMÍNIO SANTA CATARINA**, localizado na Rua Oitenta e Dois nº **935**, do **Parque Residencial Vila União**, nesta cidade de **Campinas**, com as seguintes áreas: **útil de 51,7085m²,** comum 5,3563m², **total de 57,0648m²** e fração ideal de 0,005050 equivalentes a 0,5050% no terreno onde se encontra edificado o Condomínio, cabendo-lhe o direito à utilização de uma vaga descoberta para guarda de 01 veículo de passeio, em lugar indeterminado no estacionamento. Imóvel matriculado sob nº 131.031 do 3º RGI de Campinas – SP. OBS: 1) Conforme Av.04/131.031 a Rua Oitenta e Dois (82) para qual tem a entrada o Condomínio Santa Catarina, atualmente denomina-se **Rua da Padroeira.** 2) Conforme Auto de Penhora e Avaliação, o imóvel encontra-se em bom estado de conservação e encontra-se ocupado. ÔNUS: 1) Conforme R.02/131.031 consta primeira e especial HIPOTECA em favor da Caixa Econômica Federal - CEF. 2) Conforme Av.03/131.031 consta INDISPONIBILIDADE DE BENS no processo 536007220015150093 pela 6ª Vara do Trabalho de Campinas – SP. 3) Conforme Av.05/131.031 consta PENHORA no processo nº 0022800-95.2000.5.15.0093 pela Central de Mandados de Campinas - SP. Avaliado em 03/09/2019 em R$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais). **Valor mínimo: R$ 90.000,00 (noventa mil reais).** Depositário: Vicente Gagliardi Neto.

LOTE 08: N° PROCESSO: 0010782-36.2016.5.15.0043 – EXEQUENTE: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA; EXECUTADO: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA – ME + 02. Um (1) lote de terreno, de formato regular, sem qualquer benfeitoria, situado nesta cidade, distrito de Paz, município e comarca de **Cafelândia**, Estado de São Paulo, identificado como sendo o lote 25 (vinte e cinco) da quadra B, do Loteamento denominado **JARDIM ALTO CAFEZAL**, com as seguintes medidas e confrontações: - pela frente mede 10,00 (dez) metros com frente para a Avenida A, confrontando: à esquerda, 26,00 (vinte e seis) metros com o lote 24; à direita, 26,00 (vinte e seis) metros com o lote 26; e aos fundos, 10,00 (dez) metros com Constantino Fabricio Junior, perfazendo uma **área de 260,00m² (duzentos e sessenta metros quadrados).** Imóvel matriculado sob nº 8.721 do RGI de Cafelândia – SP. OBS: 1) Conforme Auto de Penhora e Avaliação, consta edificação no imóvel no total de 175,82m²**.** Conforme vistoria *in loco,* trata-se de dois imóveis edificados no mesmo terreno. Aos fundos uma residência e na frente um prédio inacabado onde funciona uma vidraçaria de propriedade dos executados, que trabalham no local. **Foi penhorado somente o imóvel da frente, comercial, que possui 124,92m2.** 2) Conforme Certidão de Valor Venal, da Prefeitura Municipal de Cafelândia, juntada aos autos fls. 341, o imóvel está situado na **Av. Miguel Jeronymo Guerreiro, 338, Jd. Alto Cafezal, Cafelândia – SP,** com cadastro municipal n. 002988. ÔNUS: Conforme pesquisa realizada no site da Prefeitura Municipal de Cafelândia – SP, em 19/10/2020, constam débitos relativos à IPTU no valor de R$ 1.101,35. Avaliado em 15/03/2019 em R$ 106.570,00 (cento e seis mil e quinhentos e setenta reais). **Valor mínimo: R$ 53.285,00 (cinquenta e três mil e duzentos e oitenta e cinco reais).** Depositário: Emerson Rodrigues de Oliveira, Av. Miguel Jeronimo Guerreiro, 338, Jd. Alto Cafezal, Cafelândia – SP.

LOTE 09: N° PROCESSO: 0001105-84.2013.5.15.0043 – EXEQUENTE: OSMAR ONOFRE DA SILVA; EXECUTADO: ARAUJO SEGURANCA E VIGILANCIA - EIRELI – ME E OUTROS. Um lote de terreno sob nº 27 (Vinte e sete), da Quadra “C”, do loteamento denominado **PROGRAMA NOSSO TETO**, na cidade, distrito e município **Areiópolis**, desta comarca de São Manuel, circunscrição única, com frente para a Rua Três, medindo 10,00 metros de frente e de fundos, por 20,00 metros da frente aos fundos, de cada lado, confrontando na frente com a referida rua; do lado direito com o lote nº 26; do lado esquerdo com o lote nº 28 e nos fundos com o lote 07, encerrando **a área de 200,00 metros quadrados**. Imóvel matriculado sob nº 11.998 do RGI de São Manuel – SP. OBS: 1) Conforme Av.04/11.998 consta que a Rua III passou a denominar-se Rua “Emiliano Augusto Barreto”. 2) Conforme Av.05/11.998 consta construção de uma **casa** de moradia econômica, de tijolos e coberta de telhas, situado na **Rua Emiliano Augusto Barreto, nº 66**, contendo dois dormitórios, banheiro, sala, cozinha, área de circulação, área de serviço, com instalações elétrica e sanitária, com **área total construída de 59,52 metros quadrados,** edificada no terreno a que se refere a presente matricula e que ora se incorpora ao mesmo. 3) Conforme Av.06/11.998 o imóvel está cadastrado na Prefeitura Municipal de Areiópolis sob nº 4091310-0. 4) Conforme Auto de Penhora e Avaliação, trata-se de imóvel residencial de padrão pouco acima do popular, com 02 dormitórios, sala, cozinha, 02 banheiros, varanda e garagem para automóvel. 5) Conforme despacho proferido nos autos físicos, fls. 125, foi declarado a ineficácia da alienação feita pelo executado (R.09/11.998), porque realizada em fraude à execução. ÔNUS: 1) Conforme Av.11/11.998 consta PENHORA

Assinado eletronicamente por: ADILIO GREGORIO PEREIRA - 23/10/2020 16:38:21 - 87e1b3d
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20102316380954100000139830274
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 87e1b3d - Pág. 6
Número do documento: 20102316380954100000139830274

no processo nº 0010740-57.2013.5.15.0086 pela Vara do Trabalho de Santa Barbara D' Oeste – SP. 2) Conforme Av.13/11.998 consta PENHORA no processo nº 384/2014 pela 51ª Vara do Trabalho de São Paulo – SP. Reavaliado em 05/06/2019 em R$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais). **Valor mínimo: R$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais).** Depositário: Agnaldo Aparecido de Araujo.

LOTE 10: N° PROCESSO: 0174800-21.2009.5.15.0043 – EXEQUENTE: RITA LANDUCCI BALTHAZAR; EXECUTADO: METODOS & METAS ASSESSORIA CONTABIL SOCIEDADE SIMPLES LTDA – ME + 03. Box de estacionamento nº 130 sito no sub-solo do **Edifício Pitangueiras**, à **Rua 14 de Dezembro**, ns. 51, 53, 55, 57 e 59, com **área útil de 12,234 m²,** área comum de 6,6102 m², **área total de 18,8448m²** e área equivalente de construção de 9,4224 m² e fração ideal do terreno de 0,765760%. Código de Contribuinte da Prefeitura Municipal de Campinas. CCPM. n/ consta. Imóvel matriculado sob nº 37.948 do 2º RGI de Campinas – SP. OBS: Conforme Auto de Avaliação, o imóvel está localizado na **Rua 14 de Dezembro, nº 55 (51 a 59), Centro, Campinas – SP**. ÔNUS: Conforme R.08/37.948 consta USUFRUTO em favor de Ronali de Fátima Nascimento Bolbato. Avaliado em 26/09/2019 em R$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais). **Valor mínimo: R$ 19.000,00 (dezenove mil reais).** Depositária: Giuliana Bolbatto de Lima.

LOTE 11: Nº PROCESSO: 0000961-18.2010.5.15.0043 - EXEQUENTE: JOAO BATISTA QUEIROZ; EXECUTADO: SANDRA MARIA PALOMO PIERONI CAMILLO – ME E OUTROS. UMA UNIDADE AUTÔNOMA designada por **BOX DE GARAGEM n° 27**, descoberto localizado no subsolo do **CONDOMÍNIO EDIFÍCIO PRAIA DO PONTAL**, situado na **Rua Clodomiro Franco de Andrade Junior n° 463**, nesta cidade de **Campinas**, com as seguintes áreas: **privativa de 10,0669m2**, comum de 12,2343m2, **total de 22,3012m2** e fração ideal no terreno de 0,2831% ou 3,3179m2 no terreno onde encontra-se construído o condomínio. Imóvel matriculado sob n° 178.762 do 3° RGI de Campinas - SP. OBS: Conforme Certidão do Oficial de Justiça, trata-se do box de garagem n° 27, vaga simples para um veículo, descoberto, localizado no subsolo do Condomínio Edifício Praia do Pontal. A vaga está vinculada ao apartamento 12, em bom estado de conservação. 2) Conforme despacho proferido nos autos, sob ID n. db6ba1f, a alienação registrada em R.03 da matrícula supra, foi declarada ineficaz, porque realizou-se em fraude à execução. Avaliado em 19/06/2018 em R$ 30.000,00 (trinta mil reais). **Valor mínimo: R$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais).** Depositária: Sandra Maria Palomo Pieroni Camillo.

LOTE 12: N° PROCESSO: 0112000-06.1999.5.15.0043 – EXEQUENTE: JOSE ANTONIO GENEROSO; EXECUTADO: VILA VERDE TRANSPORTES E TURISMO LTDA + 02. A) Lote de terreno sob nº 22 (vinte e dois) da quadra "W", do loteamento denominado **"BALNEARIO CITY MAR"**, situado na **Ilha Comprida**, neste município de Iguape, medindo 12,00 m. de frente, igual medida nos fundos por 25,00 m. da frente aos fundos de ambos os lados, com a **área de 300,00 m².,** fazendo frente para a **Rua Nove**; confrontando do lado direito com o lote nº 23; do lado esquerdo com o lote nº 21 e nos fundos com o lote nº 24; todos os lotes confrontantes são da mesma quadra. Contribuinte nº 24.803.022. Imóvel matriculado sob nº 142.316 do RGI de Iguape – SP. OBS: 1) Conforme Av.02/142.316 consta que foi criado o Município de Ilha Comprida, com território delimitado e desmembrado dos municípios de Iguape e Cananeia. 2) Conforme Auto de Avaliação, não existe benfeitorias no terreno. Há acesso precário ao lote e fornecimento de energia elétrica, porém não há fornecimento de água. ÔNUS: 1) Conforme Av.03/142.316 consta que o imóvel encontra-se inserido em ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL denominada APA da Ilha Comprida. 2) Conforme Av.04/142.316 consta INDISPONIBILIDADE DE BENS no processo nº 00030249820024036126. Avaliado em 13/11/2019 em R$ 7.000,00 (sete mil reais). **Valor mínimo R$ 5.250,00 (cinco mil e duzentos e cinquenta reais).**
B) Lote de terreno sob nº 23 (vinte e três) da quadra "W", do loteamento denominado **"BALNEARIO CITY MAR",** situado na **Ilha Comprida**, neste município de Iguape, medindo 9,50 m. de frente para a **Rua Nove**, mais 15,00 m. em curva de confluência com a Rua Vinte e Três, mede 13,50 m. do lado direito, e, confronta com a Rua Vinte e Três, mede 25,00 m. do lado esquerdo, e, confronta com o lote 22, mede 12.00 m. nos fundos, e, divide com o lote nº 24, encerrando a **área de 355,00 m²**; todos os lotes confrontantes são da mesma quadra. Contribuinte nº 24.803.023. Imóvel matriculado sob nº 142.317 do RGI de Iguape – SP. OBS: 1) Conforme Av.02/142.317 consta que foi criado o Município de Ilha Comprida, com território,

Assinado eletronicamente por: ADILIO GREGORIO PEREIRA - 23/10/2020 16:38:21 - 87e1b3d
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20102316380954100000139830274
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 87e1b3d - Pág. 7
Número do documento: 20102316380954100000139830274

delimitado e desmembrado dos municípios de Iguape e Cananeia. 2) Conforme Auto de Avaliação não existe benfeitorias no terreno. Há acesso precário ao lote e fornecimento de energia elétrica, porém não há fornecimento de água. ÔNUS: 1) Conforme Av.03/142.317 consta que o imóvel encontra-se inserido em ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL denominada APA da Ilha Comprida. 2) Conforme Av.04/142.317 consta INDISPONIBILIDADE DE BENS no processo nº 00030249820024036126. Avaliado em 13/11/2019 em R$ 9.000,00 (nove mil reais). **Valor mínimo: R$ 6.750,00 (seis mil e setecentos e cinquenta reais).** Depositário: Luiz Carlos Fortunato Rosa.

LOTE 13: Nº PROCESSO: CARTA PREC. 0010721-73.2019.5.15.0043 (PROCESSO PRINCIPAL Nº 1001523-65.2017.5.02.0612) - EXEQUENTE: MAURICIO GUERINO DE MACEDO; EXECUTADO: OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS DO 26 SUBDISTRITO - VILA PRUDENTE + 05. Automóvel marca **HYUNDAI**, modelo **AZERA 3.0 V6**, ano fabricação/modelo 2013/2014, placas FHP 0191, cor branca, em bom estado de conservação. Avaliado em 14/11/2019 em R$ 70.000,00 (setenta mil reais). **Valor mínimo: R$ 52.500,00 (cinquenta e dois mil e quinhentos reais).** Depositária: Elisabete Felipe Guedes, R. Dr. Julio Soares de Arruda, nº 363, Parque São Quirino, Campinas-SP.

LOTE 14: Nº PROCESSO: 0001786-54.2013.5.15.0043 - EXEQUENTE: EDVALDO DA COSTA SIQUEIRA; EXECUTADO: ANTONIO ABILIO DE CARVALHO-CAMPINAS - EPP E OUTROS. A) Veículo **VW/15.170**, placa CQH-5694, ano de fabricação 2000, ano modelo 2000, cor branca, chassi 9BWX2VKC4YRY01928. Avaliado em 13/01/2020 em R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais). **Valor mínimo R$ 18.000,00 (dezoito mil reais). B)** Veículo **M.BENZ/1214,** placa BPC-2334, ano de fabricação 1992, ano modelo 1992, cor azul, chassi 9BM682023NB935132, com carroceria aberta de madeira. OBS: Conforme Auto de Penhora e Avaliação, consta que os referidos veículos se encontram com estado geral de conservação e funcionamento regular. Avaliado em 13/01/2020 em R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais). **Valor mínimo: R$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais).** Localização: Rua Barra do Turvo, nº 280, Jardim Itatinga, Campinas - SP. Depositário: Antonio Abílio de Carvalho.

LOTE 15: Nº PROCESSO: 0118200-58.2001.5.15.0043 - EXEQUENTE: MARIA DAS VIRGENS OLIVEIRA; EXECUTADO: SALMON CONFECCOES E COMERCIO DE ROUPAS LTDA – ME + 03. Fração ideal de 50% de uma **UNIDADE AUTÔNOMA** designada por **ESCRITÓRIO, nº 14, localizado no 1° Pavimento** do **CONDOMÍNIO EDIFÍCIO CENTURY TOWER**, com entrada pelo n° **320 da Rua José Paulino**, nesta cidade de **Campinas**, com as seguintes áreas: **útil de 25,9200m2,** comum de 11,9727m2, **total de 37,8927m2** e fração ideal de 6,4585m2 ou 2,64153% no terreno onde se encontra construído o Condomínio. Imóvel matriculado sob n° 147.928 do 3° RGI de Campinas - SP. Reavaliado em 23/03/2018 em R$ 70.000,00 (setenta mil reais). **Valor mínimo: R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais).** Depositária: Lucia Cristina Moreira Duarte Pinto.

Assinado eletronicamente por: ADILIO GREGORIO PEREIRA - 23/10/2020 16:38:21 - 87e1b3d
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20102316380954100000139830274
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 87e1b3d - Pág. 8
Número do documento: 20102316380954100000139830274

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

PROCESSO: **0010782-36.2016.5.15.0043** - Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME E OUTROS (3)

Fica V.Sa. intimada do edital de alienação id 87e1b3d , a ser realizada no dia 04/12/2020 até às 16h00m, para recebimento de propostas de concorrência pública.

CAMPINAS/SP, 04 de novembro de 2020.

SIMONE TERCEIRO E BARRETO
Servidor

Assinado eletronicamente por: SIMONE TERCEIRO E BARRETO - Juntado em: 04/11/2020 13:53:08 - 14d8782
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/20110413530097500000140483534?instancia=1
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 20110413530097500000140483534

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

PROCESSO: **0010782-36.2016.5.15.0043** - Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME E OUTROS (3)

Fica V.Sa. intimada do edital de alienação id 87e1b3d , a ser realizada no dia 04/12/2020 até às 16h00m, para recebimento de propostas de concorrência pública.

CAMPINAS/SP, 04 de novembro de 2020.

SIMONE TERCEIRO E BARRETO
Servidor

Assinado eletronicamente por: SIMONE TERCEIRO E BARRETO - Juntado em: 04/11/2020 13:53:08 - 284c9d7
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/20110413530121300000140483535?instancia=1
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 20110413530121300000140483535

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

PROCESSO: **0010782-36.2016.5.15.0043** - Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME E OUTROS (3)

Fica V.Sa. intimada do edital de alienação id 87e1b3d , a ser realizada no dia 04/12/2020 até às 16h00m, para recebimento de propostas de concorrência pública.

CAMPINAS/SP, 04 de novembro de 2020.

SIMONE TERCEIRO E BARRETO
Servidor

Assinado eletronicamente por: SIMONE TERCEIRO E BARRETO - Juntado em: 04/11/2020 13:53:08 - a597a89
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/20110413530135900000140483536?instancia=1
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 20110413530135900000140483536

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

PROCESSO: **0010782-36.2016.5.15.0043** - Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME E OUTROS (3)

Fica V.Sa. intimada do edital de alienação id 87e1b3d , a ser realizada no dia 04/12/2020 até às 16h00m, para recebimento de propostas de concorrência pública.

CAMPINAS/SP, 04 de novembro de 2020.

SIMONE TERCEIRO E BARRETO
Servidor

Assinado eletronicamente por: SIMONE TERCEIRO E BARRETO - Juntado em: 04/11/2020 13:53:08 - b94b447
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/20110413530159900000140483538?instancia=1
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 20110413530159900000140483538

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DA 3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS- SP.

Processo n. 0010782-36.2016.5.15.0043.

ADÍLIO GREGÓRIO PEREIRA, honrado pela nomeação para promover a expropriação dos bens penhorados nos autos em epígrafe vem mui respeitosamente à elevada presença de Vossa Excelência informar e requerer o que segue:

1 - Não recebemos nenhuma proposta para arrematação do imóvel penhorado nos autos (Matricula nº 8.721 do RGI de Cafelândia- SP)

2 - O bem **tem potencial para ser expropriado**, e desde já, manifestamos nosso interesse de atuação no feito, em uma **nova alienação.**

Pelo exposto, **REQUER**:

3 - A juntada do anúncio realizado no jornal "Todo Dia", publicado no dia 15/11/2020.

Termos em que,

Pede deferimento.

Campinas, 04 de março de 2021.

ADÍLIO GREGÓRIO PEREIRA

OAB/SP 292.948

(assinado digitalmente)

EDITAIS

LEILÃO (VENDA JUDICIAL) – GALERIA PEREIRA
Recebimento de Propostas: 04/12/2020, até às 16h00min.

- Casa, R. Bernardino de Campos, nº 115, Centro, Campinas – SP. Área t.: 302,50m². M. 83.435, 2º RGI Campinas – SP. Proc. 0010548-83.2018.5.15.0043. Aval: R$ 1.600.000,00. V.M.: R$ 800.000,00.
- A) Casa, R. Alexandre Herculano, nº 148, Jd. N. S. Auxiliadora, Campinas – SP. Área t.: 306,60 m²/constr.: 215,50 m². M. 3674, 2º RGI Campinas – SP. Aval.: R$ 601.245,00. V.M: R$ 450.933,75. B) Conjunto (salas 9 e 10), R. Conceição, nº 124, C. Popular, Campinas – SP. M. 25.046, 1º RGI Campinas – SP. Proc. 0012005-87.2017.5.15.0043. Aval.: R$ 76.500,00. V.M: R$ 38.250,00.
- Terreno, L. 29, Q. D, Av. Vice-Pref. Anésio Capovilla, Pq. dos Cocais, Valinhos – SP. Área t.: 388,74 m². M. 15.431, RGI Valinhos – SP. Proc. 0010359-76.2016.5.15.0043. Aval.: R$ 415.000,00. V.M.: R$ 207.500,00.
- Apartamento nº 54, 5º A., BL. C, Cond. Resid. Pq. dos Pássaros, Av. Jorge Tibiriça, nº 1.840, Jd. Dos Oliveiras, Campinas - SP. Área t.: 108,1602m²/útil: 69,73m². M. 105.404, 3º RGI Campinas – SP. Há hipoteca. Proc. 0010517-63.2018.5.15.0043. Aval: R$ 330.000,00. V.M.: R$ 165.000,00.
- Apartamento, nº 14, 1º A., Av. Dr. Moraes Sales, nº 1.768, Ed. Fernanda, Campinas – SP. Área t.: 64,76m²/útil: 45,00 m². M. 52.726, 1º RGI Campinas – SP. Proc. 0016600-67.1996.5.15.0043. Aval: R$ 234.379,40. V.M.: R$ 175.784,55.
- Imóvel comercial/residencial, R. Alfredo Alexandre, 210, Jd. Paviotti, Monte Mor - SP. Área t.: 333,00m²/constr.: aprox. 120,00m². M. 13.524, RGI Monte Mor - SP. Proc. 0010740-88.2014.5.15.0129. Aval.: R$ 220.000,00. V.M: R$ 212.146,00
- Apartamento, nº 22, R. da Padroeira, 935, Cond. Sta. Catarina, Pq. Res. VI, União, Campinas – SP. Área t.: 57,0648m²/útil: 51,7085m². M. 131.031, 3º RGI Campinas – SP. Há hipoteca. Proc. 0070700-64.1999.5.15.0043. Aval.: R$ 180.000,00. V.M.: R$ 90.000,00.
- Imóvel comercial, Av. Miguel Jeronymo Guerreiro, 338, Jd. Alto Cafezal, Cafelândia – SP. Área t. constr.: 124,92m². M. 8.721, RGI Cafelândia – SP. Proc. 0010782-36.2016.5.15.0043. Aval: R$ 106.570,00. V.M.: R$ 53.285,00.
- Casa, R. Emiliano Aug. Barreto, nº 66, Prog. N. Teto, Areiópolis - SP. Área t.: 200,00 m²/constr.: 59,52 m². M. 11.998, RGI São Manuel – SP. Proc. 0001105-84.2013.5.15.0043. Reaval.: R$ 170.000,00. V.M. R$ 85.000,00.
- Box de estacionamento, nº 130, R. 14 de Dezembro, nº 55 (51 a 59), Ed. Pitangueiras, Centro, Campinas – SP. Área t.: 18,8448m²/útil: 12,234 m². M. 37.948, 2º RGI Campinas – SP. Há usufruto. Proc. 0174800-21.2009.5.15.0043. Aval: R$ 38.000,00. V.M.: R$ 19.000,00.
- Box de Garagem, nº 27, Cond. Ed. Praia do Pontal, R. Clodomiro Franco de Andrade Junior nº 463, Campinas – SP. Área t.: 22,3012m2/útil.: 10,0669m2. M. 178.762, 3º RGI Campinas – SP. Proc. 0000961-18.2010.5.15.0043. Aval.: R$ 30.000,00. V.M. R$ 22.500,00
- A) Terreno, L. 22, Q.W, R. Nove, Lot. Baln. City Mar, Ilha Comprida - SP. Área t: 300,00m2. M. 142.316, RGI Iguape – SP. Aval: R$ 7.000,00. V.M.: R$ 5.250,00.
B) Terreno, L.23, Q.W, R. Nove, Lot. Baln. City Mar, Ilha Comprida - SP. Área t: 355m2. M. 142.317, RGI Iguape- SP. Proc. 0112000-06.1999.5.15.0043. Aval: R$ 9.000,00. V.M.: R$ 6.750,00.
- Fração ideal de 50% de unidade aut. (escritório), n. 14, 1º A., R. José Paulino, 320, Cond. Ed. Century Tower, Campinas - SP. Área t.: 37,8927m²/útil: 25,9200 m². M. 147.928, 3º RGI Campinas - SP. Proc. 0118200-58.2001.5.15.0043. Reaval: R$ 70.000,00. V.M.: R$ 35.000,00.

- Veículos: Hyundai, VW e M/Benz. (Ver relação completa no site: www.galeriapereira.com.br).
- Pagamento Facilitado: 30% de sinal e saldo em até 6 (seis) vezes.
- As propostas serão recebidas no dia 04/12/2020, até às 16h00min (dezesseis horas), impreterivelmente (horário de Brasília), e deverão ser encaminhadas diretamente ao Corretor nomeado, através do e-mail contato@galeriapereira.com.br, sob pena de não serem conhecidas. Não haverá encerramento presencial.
- A alienação será formalizada por termo nos autos da execução. A comissão devida (5% do valor da venda) fica a cargo do proponente.
- Responsável: Adílio Gregório Pereira. Profissional Liberal, CRECI: 65.564-F/19.922-J
- Mais informações e edital completo em: www.galeriapereira.com.br / 19-9-9631-1050 (claro) / e-mail: contato@galeriapereira.com.br







Assinado eletronicamente por: ADILIO GREGORIO PEREIRA - 09/03/2021 11:13:58 - d1ee72b
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=21030911134452800000147217752
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. d1ee72b - Pág. 1
Número do documento: 21030911134452800000147217752

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

PROCESSO: **0010782-36.2016.5.15.0043** - Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME E OUTROS (3)

DESPACHO

Comunique-se o corretor judicial para que providencie nova tentativa de alienação, nos termos por ele manifestado.

CAMPINAS/SP, 09 de março de 2021.

ANA FLAVIA DE MORAES GARCIA CUESTA
Juiz(íza) do Trabalho

JCF

Assinado eletronicamente por: ANA FLAVIA DE MORAES GARCIA CUESTA - Juntado em: 09/03/2021 13:06:12 - 6aac1f2
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/21030912404177600000147229886?instancia=1
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 21030912404177600000147229886

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

PROCESSO: **0010782-36.2016.5.15.0043** - Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME E OUTROS (3)

Certifico o envio do despacho id 6aac1f2 para o corretor Adílio Pereira.

CAMPINAS/SP, 09 de março de 2021.

SIMONE TERCEIRO E BARRETO
Servidor

Assinado eletronicamente por: SIMONE TERCEIRO E BARRETO - Juntado em: 09/03/2021 21:36:36 - c15203c
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/21030921362366600000147303924?instancia=1
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 21030921362366600000147303924

TRT-15ª REGIÃO Campinas

Simone Terceiro e Barreto <simonehumbert@trt15.jus.br>

Processo: 0010782-36.2016.5.15.0043

1 mensagem

3ª VT <saj.3vt.campinas@trt15.jus.br> 9 de março de 2021 21:35
Para: adilio@galeriapereira.com.br

Prezado corretor:

De ordem da MM Juíza da 3ª VT de Campinas, encaminho em anexo o ofício id 6aac1f2 expedido nos autos do Processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 .
Atenciosamente,

Simone Terceiro
Técnico Judiciário/ 3ª Vara do Trabalho de Campinas/ TRT 15ª Região

Documento_6aac1f2.pdf
43K

PJe
Assinado eletronicamente por: SIMONE TERCEIRO E BARRETO - Juntado em: 09/03/2021 21:36:36 - 49c225e
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/21030921363312500000147303929?instancia=1
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 21030921363312500000147303929

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DA 3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS - SP.

Processo n. 0010782-36.2016.5.15.0043

ADÍLIO GREGÓRIO PEREIRA, nomeado por esta Egrégia Vara para realizar a alienação dos bens penhorados nos autos em epígrafe, vem mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência, Requerer a juntada da minuta do edital.

Termos em que,
Pede deferimento.
Campinas, 09 de abril de 2021.

ADÍLIO GREGÓRIO PEREIRA
OAB/SP 292.948

(assinado digitalmente)

GALERIA PEREIRA

Responsável: **Adílio Gregório Pereira**, Advogado – OAB/SP 292.948, corretor de imóveis CRECI/SP 65.564-F, fone: (19)9-9631-1050 / (17)9-9132-1050. www.galeriapereira.com.br
E-mail:contato@galeriapereira.com.br

Recebimento de Propostas de CONCORRÊNCIA PÚBLICA: No dia **26/05/2021 até às 16h00min** (dezesseis horas), impreterivelmente (horário de Brasília).

1 – As propostas deverão ser encaminhadas diretamente ao Corretor nomeado, no período supra indicado, através do e-mail **contato@galeriapereira.com.br,** sob pena de não serem conhecidas. Não haverá encerramento presencial.

2 – Após o encerramento do prazo de recebimento de propostas, o Corretor nomeado irá apresentar aos autos todas as PROPOSTAS RECEBIDAS, bem como, um "MAPA DE CLASSIFICAÇÃO", indicando a ordem de recebimento das propostas, qualificação dos licitantes, valores, forma de pagamento e eventuais observações, apresentando-as ao juízo para "homologação" da "melhor proposta".

3 – VENDA DIRETA: Os bens que não receberem propostas válidas na fase de "Concorrência Pública" poderão ser alienados a partir do dia subsequente, ao primeiro licitante que formular proposta que atenda ao valor mínimo descrito no edital, ou seja, venda na modalidade de "VENDA DIRETA", até o dia 26/08/2021 às 16h00min (dezesseis horas), (também pelo e-mail: **contato@galeriapereira.com.br**).

4 – **VALOR MÍNIMO**: 50% (cinquenta por cento) da avaliação, salvo informação diversa à margem do respectivo lote.

5 – DA COMISSÃO: O proponente (adquirente) deverá pagar ao Sr. Adílio Gregório Pereira, a título de comissão, o valor correspondente a 5% (cinco por cento) do preço da alienação (arrematação).

a) A comissão devida não integra (não está inclusa) o valor da proposta, e não será devolvida ao proponente (adquirente) em nenhuma hipótese, salvo se a alienação (arrematação) for desfeita por determinação judicial, por razões alheias à vontade do proponente (adquirente), deduzidas as despesas incorridas.

b) Nos casos em que o Sr. Adílio Gregório Pereira for nomeado como depositário de bens móveis, será devido em seu favor o equivalente a 2% (dois por cento) do valor da última avaliação do bem, a ser pago pelo proponente (adquirente), a título de custeio com as despesas com a remoção, guarda e conservação do respectivo bem.

c) A comissão devida ao corretor deverá ser paga pelo proponente no prazo máximo e improrrogável de 5 (cinco) dias após a homologação da proposta, através de transferência bancária, em conta a ser indicada pelo corretor responsável.

6 - Ocorrendo propostas de idêntico valor, observar-se-á a seguinte **ordem**:

a) o pagamento à vista;

b) a proposta com menor número de parcelas.

OBS.1): havendo propostas idênticas, a que tiver sido recebida em primeiro lugar.

7 - FORMAS DE PAGAMENTO:

a) À VISTA, no prazo máximo e improrrogável de 5 (cinco) dias a contar da intimação da homologação da proposta vencedora.

b) A PRAZO, apenas no caso de IMÓVEIS, com 30% (trinta por cento) de entrada e o restante em até 6 (seis) parcelas mensais e consecutivas, atualizadas monetariamente, pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), na data do efetivo pagamento, sempre por meio de depósito judicial.

- Em caso de não pagamento ou atraso superior a dez dias de qualquer das parcelas, a multa pela mora será de 20% sobre o valor da venda e a execução do valor remanescente será dirigida ao patrimônio dos adquirentes, com responsabilidade solidária de seus sócios, no caso de pessoa jurídica, dispensando qualquer citação para tanto.

8 - O proponente deverá realizar o recolhimento do valor proposto, através de guia judicial, e da comissão do corretor (5%), através de transferência bancária, em conta a ser informada pelo corretor, em até 5 (cinco) dias a contar da homologação da proposta, devendo apresentar o comprovante de transferência bancária ao corretor responsável.

9 - A alienação dos bens será formalizada por termo nos autos da execução, no qual o licitante deverá declarar: "estar ciente das regras da alienação por iniciativa particular, principalmente quanto aos embargos e sanções cíveis e criminais que lhe serão impostas se descumprir as

Assinado eletronicamente por: ADILIO GREGORIO PEREIRA - 09/04/2021 11:23:14 - d74623a
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=21040911225851200000149436736
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. d74623a - Pág. 1
Número do documento: 21040911225851200000149436736

obrigações assumidas; e declarar também a total veracidade das informações prestadas."
10 - 15 (quinze) dias após a apresentação da proposta, o proponente deverá dirigir-se ao cartório da respectiva Vara Judicial para acompanhamento da expedição da carta de arrematação ou mandado de entrega, ciente de que após esse prazo poderá ocorrer à liberação do dinheiro depositado pelo arrematante aos credores, eventualmente ocorrendo evicção.
11 - A procedência e evicção de direitos dos bens vendidos em alienação judicial/leilão são de inteira e exclusiva responsabilidade dos arrematantes/proprietários/União. O corretor é um mero mandatário, ficando, assim, eximido de eventuais responsabilidades por vícios ou defeitos nos bens alienados (ocultos ou não), como também por indenizações, trocas, consertos, compensações financeiras de qualquer hipótese ou natureza, portanto, qualquer dificuldade quanto a: obter/localizar o bem móvel, registrar a carta de arrematação/alienação, localizar o bem, imitir-se na posse, deverá ser imediatamente comunicada ao juízo responsável para as providências cabíveis.
12 – DOS DÉBITOS CONDOMINIAIS: Nos termos dos artigos 1.430 do Código Civil e 908, § 1º do Código de Processo Civil, o arrematante não responde pelos débitos condominiais vencidos antes da arrematação.
13 - DA PROPOSTA CONDICIONAL: As propostas que não atingirem o valor mínimo de venda poderão ser recebidas "condicionalmente", ficando sujeitos a posterior apreciação do Juízo responsável.
IMPORTANTISSÍMO:
O licitante que formular proposta condicional, se declara ciente e de acordo, que o recebimento da referida proposta, não implicará em imediata homologação, logo, proposta posterior que atenda às condições mínimas do edital, poderá ser imediatamente acolhida pelo juízo, sem a possibilidade de complementação da proposta condicional pelo licitante.
14 - Será expedida carta de alienação, se imóvel, para registro imobiliário, nos termos do § 2º do art. 880 do CPC/2015.
CONDIÇÕES GERAIS:
DA ADJUDICAÇÃO – Poderá o exequente também ADJUDICAR ou ARREMATAR os bens, em igualdade de condições com outros interessados, prevalecendo o maior lance, nos termos do art. 892, parágrafo primeiro do CPC/2015, c/c art. 769 da CLT). Os pedidos de arrematação e adjudicação serão apreciados pelo Juiz que, aceitando, determinará a lavratura do auto. Os referidos pedidos poderão ser indeferidos em caso de fraude ou lance vil, este avaliado pelo Juiz(a) no momento da alienação, considerando as condições e peculiaridades dos bens alienados.
- A partir da publicação deste Edital, na hipótese de adjudicação do(s) bem(s) pelo exequente, este ficará responsável pela integralidade da comissão do Sr. Adílio Gregório Pereira.
DA REMIÇÃO DA EXECUÇÃO – Se o(a) executado(a) pagar a dívida antes de adjudicado(s) ou alienado(s) o(s) bem(ns), na forma do artigo 826, do Novo Código de Processo Civil, deverá apresentar até a data e hora designadas para o recebimento de propostas, a guia comprobatória do referido pagamento, acompanhada de petição fazendo menção expressa quanto à remição da execução. Neste caso, deverá o(a) executado(a) pagar a importância atualizada da dívida, mais juros, custas, honorários advocatícios e a pagar a integralidade dos honorários do Sr. Adílio Gregório Pereira, no valor de 2,5% (dois e meio por cento) do valor da avaliação.
DO(S) IMÓVEL(IS) - O(s) imóvel(is) será(ão) vendido(s) no estado em que se encontra(m), em caráter "*AD CORPUS*", ou seja, medidas meramente enunciativas. Em nenhuma hipótese a arrematação abrangerá bens móveis que se encontram no interior e nas dependências do imóvel.
A descrição detalhada e as fotos do(s) imóvel(is) a ser(em) apregoado(s) estão disponíveis no www.galeriapereira.com.br (as fotos disponíveis no referido site são meramente ilustrativas/exemplificativas).
DA VISITAÇÃO - Constitui ônus dos interessados examinar o(s) imóvel(is) a ser(em) apregoado(s), podendo valer-se de pesquisa junto ao Registro de Imóveis e a Prefeitura.
DOS EMBARGOS À ALIENAÇÃO (ARREMATAÇÃO) – O prazo para eventuais questionamentos à arrematação passará a fluir da data da alienação, independente de nova notificação. Assinado o Auto, a alienação é considerada perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham a ser julgados procedentes os Embargos à Alienação (arrematação). A alienação (arrematação) poderá, no entanto, ser tornada sem efeito nos casos previstos no artigo 903 § 1º, do Código de Processo Civil.
ÔNUS: Aos interessados em arrematar bens imóveis, fica esclarecido que os créditos relativos

Assinado eletronicamente por: ADILIO GREGORIO PEREIRA - 09/04/2021 11:23:14 - d74623a
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=21040911225851200000149436736
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. d74623a - Pág. 2
Número do documento: 21040911225851200000149436736

a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse, e bem assim, os relativos a taxas pela prestação de serviços de tais bens, ou a contribuição de melhoria e multas, sub-rogam-se sobre o respectivo preço, por eles não respondendo o adquirente, já que a arrematação de bem através de alienação judicial, é considerada como aquisição originária, inexistindo relação jurídica entre o arrematante e o anterior proprietário do bem (aplicação do artigo 130, parágrafo único, do CTN).

DOS VEÍCULOS: Aos interessados em arrematar veículos automotores, fica esclarecido que, tratando-se a aquisição em alienação judicial, a mesma é considerada originária e, pelo mesmo motivo, os débitos relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse e relativos a multas ou outros débitos, ficarão a cargo do antigo proprietário.

Após o recebimento do Auto e/ou Carta de Alienação, o Arrematante deverá confirmar o recebimento do bem no prazo máximo de 15 dias, após o qual, não havendo manifestação, presume-se o recebimento, ficando autorizada a liberação dos valores arrecadados ao Exequente.

PECULIARIDADES: Os produtos de venda e/ou armazenagem controlados (ex. Combustível, Inflamáveis, remédio, produtos bélicos e etc), o arrematante deverá obedecer às regras impostas pelo órgão responsável, ter autorização e comprovar este direito para dar lances e arrematar.

IMPORTANTE:

a) A publicação deste edital supre eventual insucesso das notificações / intimações pessoais dos respectivos patronos, executados, coproprietários, cônjuges e credores com penhora anterior.

b) Qualquer inconsistência das informações poderá ser sanada até a assinatura do auto.

Reservamo-nos o direito à correção de possíveis erros de digitação, e demais inconsistências das informações apresentadas até a assinatura do auto.

c) As fotos do site www.galeriapereira.com.br são meramente exemplificativas.

BENS DISPONÍVEIS: 3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS – SP.

LOTE 01: N° PROCESSO: CARTA PREC. 0010115-11.2020.5.15.0043 (PROCESSO PRINCIPAL Nº 0010600-10.2009.5.09.0513) - EXEQUENTE: FABIO COSME DA SILVA; EXECUTADO: DARIO JOSE DOS SANTOS CASAS. Lote de terreno sob n° 27 da quadra A-2 do loteamento denominado **Jardim Chapadão – Continuação, 2ª gleba,** situado nesta cidade e comarca de **Campinas**, 2ª circunscrição imobiliária, medindo 20,30ms e 21,66ms de frente a para rua 138 e 30,00ms de frente para a rua 136; medindo 28,20ms de um lado, confrontando com o lote 26; mede 14,80ms de outro lado, confrontando com o lote 01, encerrando a **área de 810,00ms2**. CCPM: n° 055.028.989/03. Imóvel matriculado sob o nº 95.887 do 2° RGI de Campinas - SP. OBS: Conforme Auto de Penhora e Avaliação, o imóvel encontra-se cadastrado na Prefeitura Municipal de Campinas/SP sob nº 3412.41.86.0039.01001 (antigo 055.028.989/03), possuindo uma área de terreno de 814m² **e área total construída de 509,50m²,** conforme demonstrativo de IPTU. O imóvel está localizado **à Rua Café Filho, 31,** e possui benfeitorias não averbadas: **casa de alvenaria** de alto padrão, com área total construída 509,50m², conforme assento municipal (não averbada na matrícula). Conforme informações do executado, a construção possui 5 pisos em 3 andares, 4 quartos, sendo 3 suítes, 2 salas, 7 banheiros, piscinas de 55m², sala de jantar, cozinha, lavanderia e garagem para 4 carros**.** O imóvel encontrava-se ocupado. ÔNUS: 1) Conforme Av.02/95.887 consta AÇÃO DE CARTA DE SENTENÇA PROVISÓRIA no processo n° 1836/04 pela 57ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP. 2) Conforme Av.03/95.887 consta AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL no processo n° 002.09.111891-0 pela 1ª Vara Cível do Foro Regional II - Santo Amaro - SP. 3) Conforme Av.06/95.887 consta PENHORA no processo n° 0011929-04.2014.5.15.0129 pela Central de Mandados de Campinas - SP. 4) Conforme Av.07/95.887 consta INDISPONIBILIDADE DE BENS no processo n° 07453200865109005 pela 17ª Vara do Trabalho de Curitiba - PR. 5) Conforme Av.09/95.887 consta PENHORA no processo n° 0031982-15.2009.8.19.0001 (2009.001.032263-9) pela 12ª Vara Cível do Rio de Janeiro - RJ. 6) Conforme Av.11/95.887 consta INDISPONIBILIDADE DE BENS no processo n° 01166201265409007 pela 1ª Vara do Trabalho de Araucária - PR. 7) Conforme Av.12/95.887 consta INDISPONIBILIDADE DE BENS no processo n° 06465201096509004 pela 3ª Vara do Trabalho de São José dos Pinhais - PR. 8) Conforme Av.13/95.887 consta PENHORA no processo n° 00100167620175150130 pela Central de Mandados de Campinas - SP. 9) Conforme Av.14/95.887 consta PENHORA no processo n° 0012341-09.2016.5.15.0114 pela 9ª Vara do Trabalho de Campinas - SP. 10) Conforme Av.17/95.887 consta INDISPONIBILIDADE

Assinado eletronicamente por: ADILIO GREGORIO PEREIRA - 09/04/2021 11:23:14 - d74623a
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=21040911225851200000149436736
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. d74623a - Pág. 3
Número do documento: 21040911225851200000149436736

DE BENS no processo n° 01383200967309000 pela 6ª Vara do Trabalho de Londrina - PR. 11) Conforme Av.18/95.887 consta INDISPONIBILIDADE DE BENS no processo n° 04241006320085090594 pela 2ª Vara do Trabalho de Araucária - PR. 12) Conforme Av.19/95.887 consta INDISPONIBILIDADE DE BENS no processo nº 03924008320085090654 pela 1ª Vara do Trabalho de Araucária - PR. 13) Conforme Av.20/95.887 consta INDISPONIBILIDADE DE BENS no processo nº 0026406005820085090594 pela 2ª Vara do Trabalho de Araucária/PR. 14) Conforme Av.21/95.887 consta INDISPONIBILIDADE DE BENS no processo nº 00077000630095090594 pela 2ª Vara do Trabalho de Araucária/PR. 15) Conforme Av.22/95.887 consta INDISPONIBILIDADE DE BENS no processo nº 00111002720095090594 pela 2ª Vara do Trabalho de Araucária/PR. 16) Conforme Av.23/95.887 consta PENHORA no processo nº 01836003220045020057 pela 57ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP. 17) Conforme Av.24/95.887 consta INDISPONIBILIDADE DE BENS sob nº 00000092962010501002 pela 26ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ. Avaliado em 29/10/2020 em R$ 2.300.000,00 (dois milhões e trezentos mil reais). **Valor mínimo: R$ 1.150.000,00 (um milhão e cento e cinquenta mil reais).** Depositário: Dario Jose dos Santos Casas.

LOTE 02: N° PROCESSO: 0034900-04.2001.5.15.0043 - EXEQUENTE: ELAINE REGINA COTEGIPE; EXECUTADO: BLASAN COMERCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA + 05. Um terreno com a **área de 643,50 m2**., designado como sub-lote 01, desdobrado do imóvel formado pelos lotes ns. **279, 280 e 281, da quadra 14**, do plano de loteamento e arruamento denominado **"Loanda"**, no bairro Ressaca, perímetro urbano desta cidade e comarca de **Atibaia**, medindo linearmente, 16,50 metros de frente para a **Rua Aloysio Affonso Nogueira** (antiga rua Indianópolis); igual medida nos fundos onde confronta com os lotes ns.270 e 271; por 39,00 metros, de cada lado, da frente aos fundos, confrontando pelo lado direito com o sub-lote 02 desdobrado dos lotes 279, 280, 281, da quadra 14, e pelo lado esquerdo com o lote n. 282. Imóvel matriculado sob o nº 87.676 do RGI de Atibaia - SP. OBS: 1) Conforme Av.02/87.676 o imóvel encontra-se cadastrado na Prefeitura Municipal sob n° 12.032.017.00.0002480. 2) Conforme Certidão de Valor Venal, expedida no site da Prefeitura Municipal de Atibaia – SP, em 19/08/2019, o imóvel possui **239,36m² de área construída**, e está localizado na **Rua Aloysio Affonso Nogueira, 331, Loanda, Atibaia - SP.** Avaliado em 12/05/2016 em R$ 970.00,00 (novecentos e setenta mil reais). **Valor mínimo: R$ 485.000,00 (quatrocentos e oitenta e cinco mil reais).** Depositária: Izilda de Fátima Monteiro Bernardo.

LOTE 03: Nº PROCESSO: 0010459-94.2017.5.15.0043 - EXEQUENTE: MARIA DE LOURDES GONCALVES SANTANA; EXECUTADO: CONFECCOES CELIAN LTDA + 07. LOTE de terreno nº. "7", da quadra "C", do Loteamento denominado "**Jardim Belo Horizonte**", nesta cidade e 1º subdistrito de **Campinas**, com a **área total de 420,00 mts2,** medindo 10,00 mts de frente para a rua "L"; 10,20 mts nos fundos; 41,18 ms de um lado, e 44,00 ms de outro lado confrontando com os lotes "6" e "8", e com quem de direito. Nº CADASTRO: 26.559.000, quarteirão nº 595. (terreno). Nº CADASTRO: 042.076.486 (prédio). Imóvel matriculado sob nº 10.759 do 1º RGI de Campinas – SP. OBS: 1) Conforme Av.02/10.759 consta que a Rua "L" recebeu a denominação de **Rua Antonio Bonavita,** e no lote do terreno supra, foi regulariza uma dependência residencial, que recebeu o **nº 61**, pela Rua Antonio Bonavita. 2) Conforme Av.03/10.759 consta que o **prédio residencial** desta matrícula, foi concluído, e possui **área construída de 54,40mts2**. 3) Conforme Certidão do Sr. Oficial de Justiça, além da edificação averbada do imóvel (Av.03/10.759), foram edificadas no imóvel, segundo informações: uma área de entretenimento muito simples: com parede de alvenaria apenas no fundo, telhado com telhas de amianto, sustentado com colunas de madeira, com uma churrasqueira e um forno a lenha e uma cobertura para o veículo simples. O imóvel encontrava-se ocupado. ÔNUS: 1) Conforme R.11/10.759 consta que o imóvel foi ARROLADO pela Delegacia da Receita Federal de Campinas – SP. 2) Conforme Av.12/10.759 consta AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL no processo n° 583.00.2011.213978-1/000000-000 pela 34ª Vara Cível do Fórum Central Cível João Mendes Júnior da Comarca de São Paulo – SP. 3) Conforme Av.15/10.759 consta AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL sob nº 1008431-62.2017.8.26.0114 pela 1ª Vara Cível de Campinas - SP. 4) Conforme Av.16/10.759 consta PENHORA sob nº 10475920175150032 pela 2ª Vara do Trabalho de Campinas - SP. 5) Conforme Av.17/10.759 consta PENHORA sob nº 1042687-94.2018.8.26.0114-1 pelo 2º Ofício Cível de Campinas - SP. 6) Conforme Av.18/10.759 consta INDISPONIBILIDADE DE BENS no processo nº 00104759201751003 2 pela 2ª Vara do Trabalho de Campinas - SP. 7) Conforme

Assinado eletronicamente por: ADILIO GREGORIO PEREIRA - 09/04/2021 11:23:14 - d74623a
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=21040911225851200000149436736
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. d74623a - Pág. 4
Número do documento: 21040911225851200000149436736

Av.19/10.759 consta PENHORA sob nº 550039993920184036105 pela 3ª Vara Federal de Campinas - SP. 8) Conforme Av.20/10.759 consta PENHORA sob nº 4017307-91.2013.8.26.0114 pelo 9º Ofício Cível de Campinas - SP. 9) Conforme Av.22/10.759 consta INDISPONIBILIDADE DE BENS sob nº 00148406920158160001 pela 16ª Vara Cível de Curitiba - PR. 10) Conforme Av.23/10.759 consta PENHORA sob nº 108431-62.2017 pelo 1º Oficio Cível de Campinas - SP. Avaliado em 26/04/2019 em R$ 963.217,80 (novecentos e sessenta e três mil, duzentos e dezessete reais e oitenta centavos). **Valor mínimo: R$ 481.608,90 (quatrocentos e oitenta e um mil, seiscentos e oito reais e noventa centavos).** Depositário: José Dimarzio Netto.

LOTE 04: N° PROCESSO: 0012005-87.2017.5.15.0043 – EXEQUENTE: UNIÃO FEDERAL (PGFN); EXECUTADO: CORREIO POPULAR SOCIEDADE ANONIMA + 03. A) Prédio, na **Rua Alexandre Herculano nº 148,** em **Campinas**, que mede: - 12,00 m. de frente, e em curva, fazendo esquina com as Ruas Alexandre Herculano e 6-A, 12,00 m. nos fundos por 27,00 m. da frente aos fundos, de ambos os lados, com área de 30,6, digo, de **306,60 ms²** - dito prédio fora construído sobre o lote nº 1, da quadra 9, do **J.N.S. Auxiliadora**. CCPM nº 4.344.000. Imóvel matriculado sob nº 3674 do 2º RGI de Campinas – SP. OBS: 1) Conforme Av.05/3674 o imóvel encontra-se cadastrado na Prefeitura Municipal de Campinas sob código cartográfico nº 3421.12.12.0001.01001. 2) Conforme Auto de Penhora e Avaliação, o imóvel está localizado no Jardim Nossa Senhora Auxiliadora, e trata-se de uma construção em alvenaria, em regular estado de conservação, necessitando de reparos simples. O demonstrativo do Lançamento de IPTU aponta **área construída de 215,50m²,** com o ano de edificação em 1976. Avaliado em 19/03/2019 em R$ 601.245,00 (seiscentos e um mil e duzentos e quarenta e cinco reais). **Valor mínimo: R$ 450.933,75 (quatrocentos e cinquenta mil, novecentos e trinta e três reais e setenta e cinco centavos).** Depositário: Marco Aurelio Matallo Pavani.
B) Conjunto constituído pelas salas nºs. "9" e "10" mais a respectiva parte ideal no terreno, situado no 1º andar ou pavimento sobre o andar térreo do edifício denominado **CORREIO POPULAR**, sito à **Rua Conceição nº 124,** em **Campinas,** esquina com a rua Dr. Quirino, medindo a primeira sala 2,90 ms por 3,80 ms, e a segunda 3,70 ms por 3,80 ms, confrontando ambas que são anexas, de um lado com o espaço do ascensor coleta de lixo, pela frente com um corredor, de outro lado com os compartimentos de lavatório e WC, e nos fundos com a área descoberta da qual recebem luz por um vitrô para cada sala. O terreno do edifício tem as seguintes medidas: 14,53 ms para a rua Conceição; 19,97 ms de frente para a R. Dr. Quirino, onde faz um canto chanfrado nessa confluência; 21,05 ms na face oposta à rua Conceição, e 19,99 mts na face oposta à Rua Doutor Quirino, medidas estas aproximadas. Imóvel matriculado sob nº 25.046 do 1º RGI de Campinas – SP. OBS: Conforme Auto de Avaliação, o imóvel encontra-se fechado/desocupado. A Prefeitura Municipal de Campinas não identificou o Código Cartográfico das referidas salas. A edificação do prédio data do ano de 1950, conforme demonstrativo de IPTU 2019, das salas 1 e 2 da sobreloja e térreo. ÔNUS: Conforme R.06/25.046 o imóvel foi ARROLADO, devendo a alienação ou oneração do imóvel ser comunicada ao requisitante no prazo de quarenta e oito horas. Avaliado em 19/03/2019 em R$ 76.500,00 (setenta e seis mil e quinhentos reais). **Valor mínimo: R$ 38.250,00 (trinta e oito mil e duzentos e cinquenta reais).** Depositário: Correio Popular S/A.

LOTE 05: Nº PROCESSO: 0232000-59.2004.5.15.0043 - EXEQUENTE: JANETE RUSSO COBRA + 03; EXECUTADO: FILTRAR CONTROLE AMBIENTAL LTDA - ME + 07. Apartamento sob **nº 71**, do **7º andar**, do **Condomínio Edifício Torre Alta**, à Rua **Dª Libania nº 1.941**, nesta cidade e comarca de **Campinas** - **SP,** 2ª Circunscrição Imobiliária, composto de sala em "L" com sacada, uma suíte com banheiro privativo, mais dois dormitórios, banheiro social, hall, cozinha, área de serviço, WC de empregada; com **área útil de 105,7955 mts2**; área comum de 19,3598 mts2 (coberta) e comum (descoberta) de 13,9847 mts2, **área total de 139,1400 mts2**, com fração ideal no terreno de 19,7215 mts2 ou 1,0908%. CCPM: 042.139.192. Imóvel matriculado sob nº 100.253 do 2º RGI de Campinas - SP. OBS: 1) Conforme Certidão do Sr. Oficial de Justiça, às fls. 95, segundo informações, o imóvel estava ocupado pela filha do executado. 2) Conforme Certidão de Valor Venal, expedida no site da Prefeitura Municipal de Campinas – SP, em 06/04/2021, o código cartográfico do imóvel é nº 3423.11.36.0520.01010. ÔNUS: 1) Conforme Av.04/100.253 consta INDISPONIBILIDADE DE BENS no processo nº 1326001820015150095 pela 8ª Vara do Trabalho de Campinas - SP. 2) Conforme Av.05/100.253 consta PENHORA no processo nº 2931/07 pela 5ª Vara Cível de Campinas – SP. 3) Conforme Av.06/100.253 consta PENHORA no processo nº 0023338-

Assinado eletronicamente por: ADILIO GREGORIO PEREIRA - 09/04/2021 11:23:14 - d74623a
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=21040911225851200000149436736
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. d74623a - Pág. 5
Número do documento: 21040911225851200000149436736

792005 pelo 5° Ofício Cível de Campinas – SP. 4) Conforme manifestação sob ID n. 401836d, há débitos condominiais no valor de R$ 349.629,35, atualizados até 15/01/2019. Avaliado em 11/09/2018 em R$ 590.000,00 (quinhentos e noventa mil reais). **Valor mínimo: R$ 295.000,00 (duzentos e noventa e cinco mil reais).** Depositário: Serafim Roberto da Silveira.

LOTE 06: Nº PROCESSO: 0000862-77.2012.5.15.0043 – EXEQUENTE: DIOGO RIBEIRO; EXECUTADO: ESTANET INDUSTRIA E COMERCIO DE FERRAMENTARIA LTDA + 05. Prédio residencial nº **194** com frente para a Rua 10, e seu terreno constante do lote 13 da quadra M, do loteamento denominado **JARDIM NOVA VENEZA – CONTINUAÇÃO**, situado no **distrito de Nova Veneza, nesta comarca de Sumaré,** medindo de frente, 11,30 metros igual medida nos fundos, por 30,00 metros de frente aos fundos de ambos os lados, **com área de 322,00 metros quadrados,** confrontando pela frente com a rua 10 em seu todo com os lotes 14,12 e rua 5. Cadastrado na Prefeitura Municipal local como contribuinte nº 2.032.0030.013.5. Imóvel matriculado sob nº 38.220 do RGI de Sumaré – SP. OBS: 1) Conforme Av.01/38.220 consta que as antigas Ruas 10 e 5 do loteamento denominado Jardim Nova Veneza – Continuação, tiveram suas denominações alteradas, respectivamente, para **Avenida Rio de Janeiro** e Rua Santa Catarina**.** 2) Conforme Auto de Penhora e Avaliação, consta que o prédio residencial de número 194 faz **frente para a Avenida Rio de Janeiro**, e trata-se de um **sobrado** com aproximadamente **254 metros quadrados,** e se encontrava ocupado. ÔNUS: Conforme Av.07/38.220 consta INDISPONIBILIDADE DE BENS no processo nº 00178854420128260604 pela 1ª Vara Cível da Comarca de Sumaré – SP. Avaliado em 13/11/2019 em R$ 590.300,00 (quinhentos e noventa mil e trezentos reais). **Valor mínimo: R$ 427.967,50 (quatrocentos e vinte e sete mil, novecentos e sessenta e sete reais e cinquenta centavos).** Depositário: Ricardo Pancote.

LOTE 07: Nº PROCESSO: 0011417-51.2015.5.15.0043 - EXEQUENTE: OMAR CESAR ALVES DOS SANTOS; EXECUTADO: DELFORT VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA - ME + 04. UM TERRENO URBANO designado por LOTE nº 12 da QUADRA 06 do loteamento denominado "**JARDIM ROSEMARY**", em **Itapevi/SP**, assim descrito: situado na confluência das Ruas Nove e Dez, medindo de frente 2,00 metros para a primeira; 14,10 metros na confluência; e 16,00 metros para a última; mede ainda 25,00 metros do lado do lote 11; e 12,00 metros nos fundos onde confronta com o lote 01, **encerrando a área total de 275,80 metros quadrados**. INSCRIÇÃO CADASTRAL: nº 23.141.42-12-0110-00-000. Imóvel matriculado sob nº 85.865 do RGI de Cotia – SP. OBS: 1) Conforme Auto de Penhora e Avaliação, consta que o imóvel está localizado na **Rua Marcolino Bernardes, nº 5.** Há benfeitorias não constantes na matrícula: há duas construções no terreno, uma casa residencial em metade e um prédio comercial na outra metade do terreno. A casa estava ocupada e o prédio comercial encontrava-se desocupado. 2) Conforme Certidão de Valor Venal, expedida no site da Prefeitura de Itapevi – SP, em 07/04/2021, o imóvel possui área edificada de 88.10m2. Avaliado em 15/03/2018 em R$ 440.000,00 (quatrocentos e quarenta mil reais). **Valor mínimo: R$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais).** Depositário: Delcio da Silva.

LOTE 08: Nº PROCESSO: 0112600-12.2008.5.15.0043 – EXEQUENTE: LOURIVAL DE BRITO FARIAS; EXECUTADO: POSTO NOVA EUROPA LTDA + 05. LOTE DE TERRENO designado pelo número 40 (quarenta) da quadra 06 do loteamento denominado **JARDIM SANT'ANA,** situado no 1º Subdistrito e 1ª Circunscrição Imobiliária desta cidade e comarca de **CAMPINAS,** medindo 10,00mts. (dez metros) de frente para a **Rua Mario Bueno de Camargo**; 10,30mts. (dez metros e trinta centímetros) nos fundos; da frente aos fundos, de ambos os lados, mede 30,00mts. (trinta metros), com a **área total de 304,50mst²,** confrontando do lado direito, de quem da frente olha para o imóvel, com o terreno dos prédios 212, 200 e 190 da rua Cyrene Arruda Camargo; do lado esquerdo, no mesmo posicionamento, com o terreno do prédio 38 da rua Mario Bueno Camargo e nos fundos com terreno dos prédios 121 e 145 da rua Amélia Bueno Camargo. Nº CADASTRO: 32.058.300, Quart. 2673 da Prefeitura Municipal de Campinas – SP. Imóvel matriculado sob nº 60.276 do 1º RGI de Campinas – SP. OBS: Conforme Auto de Avaliação, consta que o Código Cartográfico do imóvel é nº 3263.22.93.0356.00000. Sobre o terreno acima existe uma construção inacabada e não averbada de uma **casa de alvenaria com edícula** na frente, localizada na **Rua Mário Bueno Camargo, nº 28**. ÔNUS: 1) Conforme Av.11/60.276 consta AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDUCAL no processo nº 114.01.2005.066669-9 pela 7ª Vara Cível de Campinas – SP. 2) Conforme Av.13/60.276 consta PENHORA no processo nº 398-05 pela 5ª Vara Cível da

Assinado eletronicamente por: ADILIO GREGORIO PEREIRA - 09/04/2021 11:23:14 - d74623a
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=21040911225851200000149436736
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. d74623a - Pág. 6
Número do documento: 21040911225851200000149436736

Comarca de Campinas – SP. 3) Conforme Av.14/60.276 consta PENHORA da parte ideal de 50% no processo nº 0005500-95.2008.5.15.0043 pela 3ª Vara do Trabalho da Comarca de Campinas – SP. 4) Conforme Av.15/60.276 consta PENHORA no processo nº 0054232-96.2009.8.26.0114-01 pelo 2º Ofício Cível da Comarca de Campinas – SP. 5) Conforme Av.16/60.276 consta PENHORA no processo nº 0005500-95.2008.5.15.0043 pela 3ª Vara do Trabalho da Comarca de Campinas – SP. Avaliado em 10/03/2020 em R$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais). **Valor mínimo: R$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais).** Depositário: Valdevino Correa Dias.

LOTE 09: N° PROCESSO: 0010740-88.2014.5.15.0129 - EXEQUENTE: RODRIGO FERNANDO DE OLIVEIRA E OUTROS; EXECUTADO: MUNIZ INSTALACOES INDUSTRIAIS E SOLDAGEM LTDA + 03. UM LOTE DE TERRENO, sob nº 20 (vinte), da Quadra 55 (cinquenta e cinco), do loteamento denominado **"JARDIM PAVIOTTI**", situado no Bairro Rezende, núcleo urbano do Município e Comarca de **Monte Mor**, antiga Comarca de Capivari, **com área de 333,00m2 (trezentos e trinta e três metros quadrados),** com frente para a Rua 38 (trinta e oito), onde mede 5,00m (cinco metros); 14,14m (quatorze metros e quatorze centímetros) em curva, na confluência das Ruas 38 (trinta e oito) e 39 (trinta e nove); 16,00m (dezesseis metros) para Rua 39 (trinta e nove); nos fundos mede 14,00m (quatorze metros) e divide com o lote nº 01 (um); no lado direito mede 25,00m (vinte e cinco metros) e divide com o lote nº 19 (dezenove). Cadastro Municipal: n° 05.0038.55.20.0393.0210. Imóvel matriculado sob o nº 13.524 do RGI de Monte Mor - SP. OBS: 1) Conforme Av.02/13.524, o imóvel encontra-se cadastrado na Prefeitura Municipal de Monte Mor sob nº 09.33.64.0104.01.0000. 2) Conforme Av.04/13.524 consta que a antiga Rua 38 passou a denominar-se **Rua Alfredo Alexandre** e a antiga Rua 39 passou a denominar-se Rua Romeu Alfredo Alexandre. 3) Conforme Auto de Avaliação, trata-se de imóvel localizado em bairro afastado do centro da cidade de Monte Mor, às margens da Rodovia SP101, próximo ao quilômetro 16. Dentro do bairro Paviotti, fica em rua de grande circulação de veículos e pessoas, em frente à escola municipal. Tal localização, permite utilização do imóvel para fins comerciais e residenciais. O lote encontra-se na esquina e possui topografia plana. Sobre o terreno, há na parte da frente a construção em alvenaria de **dois salões comerciais e no fundo**, com quintal separando as edificações, há uma **casa de morada** em alvenaria composta por dois quartos, sala, cozinha e banheiro e lavanderia coberta. Conforme dados apresentados pelo setor de cadastro da Prefeitura de Monte Mor, **a construção possui aproximadamente 120m2.** As construções são antigas e possuem acabamento com padrão básico. 4) Conforme Certidão de Valor Venal, emitida no site da Prefeitura Municipal de Monte Mor – SP, o imóvel está situado na **Rua Alfredo Alexandre, 210**. ÔNUS: Conforme Av.01/13.524, há RESTRIÇÕES URBANÍSITCAS no loteamento "Jardim Paviotti": "Os lotes não poderão ser subdivididos e nem conter mais de uma habitação, salvo nos casos expressamente previstos em lei". Avaliado em 17/05/2017 em R$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais). **Valor mínimo: R$ 212.146,00 (duzentos e doze mil e cento e quarenta e seis reais).** Depositária: Sebastiana Eugenia da Costa.

LOTE 10: N° PROCESSO: 0010782-36.2016.5.15.0043 – EXEQUENTE: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA; EXECUTADO: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA – ME + 02. Um (1) lote de terreno, de formato regular, sem qualquer benfeitoria, situado nesta cidade, distrito de Paz, município e comarca de **Cafelândia**, Estado de São Paulo, identificado como sendo o lote 25 (vinte e cinco) da quadra B, do Loteamento denominado **JARDIM ALTO CAFEZAL**, com as seguintes medidas e confrontações: - pela frente mede 10,00 (dez) metros com frente para a Avenida A, confrontando: à esquerda, 26,00 (vinte e seis) metros com o lote 24; à direita, 26,00 (vinte e seis) metros com o lote 26; e aos fundos, 10,00 (dez) metros com Constantino Fabricio Junior, perfazendo uma **área de 260,00m² (duzentos e sessenta metros quadrados).** Imóvel matriculado sob nº 8.721 do RGI de Cafelândia – SP. OBS: 1) Conforme Auto de Penhora e Avaliação, consta edificação no imóvel no total de 175,82m²**.** Conforme vistoria *in loco,* trata-se de dois imóveis edificados no mesmo terreno. Aos fundos uma residência e na frente um prédio inacabado onde funciona uma vidraçaria de propriedade dos executados, que trabalham no local. **Foi penhorado somente o imóvel da frente, comercial, que possui 124,92m2.** 2) Conforme Certidão de Valor Venal, da Prefeitura Municipal de Cafelândia, juntada aos autos fls. 341, o imóvel está situado na **Av. Miguel Jeronymo Guerreiro, 338, Jd. Alto Cafezal, Cafelândia – SP,** com cadastro municipal n. 002988. Avaliado em 15/03/2019 em R$ 106.570,00 (cento e seis mil e quinhentos e setenta reais). **Valor mínimo: R$ 53.285,00 (cinquenta e três mil e duzentos e oitenta e cinco reais).** Depositário: Emerson Rodrigues de

Assinado eletronicamente por: ADILIO GREGORIO PEREIRA - 09/04/2021 11:23:14 - d74623a
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=21040911225851200000149436736
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. d74623a - Pág. 7
Número do documento: 21040911225851200000149436736

Oliveira, Av. Miguel Jeronimo Guerreiro, 338, Jd. Alto Cafezal, Cafelândia – SP.

LOTE 11: N° PROCESSO: 0174800-21.2009.5.15.0043 – EXEQUENTE: RITA LANDUCCI BALTHAZAR; EXECUTADO: METODOS & METAS ASSESSORIA CONTABIL SOCIEDADE SIMPLES LTDA – ME + 03. Nua propriedade de Box de estacionamento nº 130 sito no sub-solo do **Edifício Pitangueiras**, à **Rua 14 de Dezembro**, ns. 51, 53, 55, 57 e 59, com **área útil de 12,234 m²,** área comum de 6,6102 m², **área total de 18,8448m²** e área equivalente de construção de 9,4224 m² e fração ideal do terreno de 0,765760%. Código de Contribuinte da Prefeitura Municipal de Campinas. CCPM. n/ consta. Imóvel matriculado sob nº 37.948 do 2º RGI de Campinas – SP. OBS: Conforme Auto de Avaliação, o imóvel está localizado na **Rua 14 de Dezembro, nº 55 (51 a 59), Centro, Campinas – SP**. ÔNUS: Conforme R.08/37.948 consta USUFRUTO em favor de Ronali de Fátima Nascimento Bolbato. Avaliado em 26/09/2019 em R$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais). **Valor mínimo: R$ 19.000,00 (dezenove mil reais).** Depositária: Giuliana Bolbatto de Lima.

LOTE 12: Nº PROCESSO: 0000961-18.2010.5.15.0043 - EXEQUENTE: JOAO BATISTA QUEIROZ; EXECUTADO: SANDRA MARIA PALOMO PIERONI CAMILLO – ME E OUTROS. UMA UNIDADE AUTÔNOMA designada por **BOX DE GARAGEM n° 27**, descoberto localizado no subsolo do **CONDOMÍNIO EDIFÍCIO PRAIA DO PONTAL**, situado na **Rua Clodomiro Franco de Andrade Junior n° 463**, nesta cidade de **Campinas**, com as seguintes áreas: **privativa de 10,0669m2**, comum de 12,2343m2, **total de 22,3012m2** e fração ideal no terreno de 0,2831% ou 3,3179m2 no terreno onde encontra-se construído o condomínio. Imóvel matriculado sob n° 178.762 do 3° RGI de Campinas - SP. OBS: Conforme Certidão do Oficial de Justiça, trata-se do box de garagem n° 27, vaga simples para um veículo, descoberto, localizado no subsolo do Condomínio Edifício Praia do Pontal. A vaga está vinculada ao apartamento 12, em bom estado de conservação. 2) Conforme despacho proferido nos autos, sob ID n. db6ba1f, a alienação registrada em R.03 da matrícula supra, foi declarada ineficaz, porque realizou-se em fraude à execução. Avaliado em 19/06/2018 em R$ 30.000,00 (trinta mil reais). **Valor mínimo: R$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais).** Depositária: Sandra Maria Palomo Pieroni Camillo.

LOTE 13: Nº PROCESSO: 0001786-54.2013.5.15.0043 - EXEQUENTE: EDVALDO DA COSTA SIQUEIRA; EXECUTADO: ANTONIO ABILIO DE CARVALHO-CAMPINAS - EPP E OUTROS. A) Veículo **VW/15.170**, placa CQH-5694, ano de fabricação 2000, ano modelo 2000, cor branca, chassi 9BWX2VKC4YRY01928. Avaliado em 13/01/2020 em R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais). **Valor mínimo: R$ 18.000,00 (dezoito mil reais). B)** Veículo **M.BENZ/1214,** placa BPC-2334, ano de fabricação 1992, ano modelo 1992, cor azul, chassi 9BM682023NB935132, com carroceria aberta de madeira. OBS: Conforme Auto de Penhora e Avaliação, consta que os referidos veículos se encontram com estado geral de conservação e funcionamento regular. Avaliado em 13/01/2020 em R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais). **Valor mínimo: R$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais).** Localização: Rua Barra do Turvo, nº 280, Jardim Itatinga, Campinas - SP. Depositário: Antonio Abílio de Carvalho.

LOTE 14: Nº PROCESSO: 0011500-96.2017.5.15.0043 - EXEQUENTE: ISAAC MOREIRA DIAS; EXECUTADO: TRELIRRANEA SISTEMA TRELICADO EIRELI - EPP + 02. Máquina de corte e trefilar de aço, que não possui marca nem ano, uma vez que foi produzida pela própria empresa, conforme informações fornecidas. Em bom estado geral de conservação, apesar de aparentemente bem usada. Avaliado em 04/11/2020 em R$ 24.700,00 (vinte e quatro mil e setecentos reais). **Valor mínimo: R$ 12.350,00 (doze mil e trezentos e cinquenta reais).** Depositária: Trelirranea Sistema Trelicado Eirelli – EPP, Rodovia Anhanguera, s/n, Km 97, bloco B, Jardim Garcia, Campinas – SP, CEP: 13061-155.

LOTE 15: Nº PROCESSO: 0118200-58.2001.5.15.0043 - EXEQUENTE: MARIA DAS VIRGENS OLIVEIRA; EXECUTADO: SALMON CONFECCOES E COMERCIO DE ROUPAS LTDA – ME + 03. Fração ideal de 50% de uma **UNIDADE AUTÔNOMA** designada por **ESCRITÓRIO, nº 14, localizado no 1° Pavimento** do **CONDOMÍNIO EDIFÍCIO CENTURY TOWER**, com entrada pelo n° **320 da Rua José Paulino**, nesta cidade de **Campinas**, com as seguintes áreas: **útil de 25,9200m2,** comum de 11,9727m2, **total de 37,8927m2** e fração ideal de 6,4585m2 ou 2,64153% no terreno onde se encontra construído o Condomínio. Imóvel matriculado sob n° 147.928 do 3° RGI de Campinas - SP. Reavaliado em 23/03/2018 em R$

Assinado eletronicamente por: ADILIO GREGORIO PEREIRA - 09/04/2021 11:23:14 - d74623a
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=21040911225851200000149436736
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. d74623a - Pág. 8
Número do documento: 21040911225851200000149436736

70.000,00 (setenta mil reais). **Valor mínimo: R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais).** Depositária: Lucia Cristina Moreira Duarte Pinto.

Assinado eletronicamente por: ADILIO GREGORIO PEREIRA - 09/04/2021 11:23:14 - d74623a
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=21040911225851200000149436736
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. d74623a - Pág. 9
Número do documento: 21040911225851200000149436736

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

PROCESSO: **0010782-36.2016.5.15.0043** - Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME E OUTROS (3)

Fica V. Sa. notificado do edital id d74623a relativo ao recebimento de propostas de concorrência pública, dia 26/05/2021, até às 16h00m, através do email contato@galeriapereira.com.br.

CAMPINAS/SP, 09 de abril de 2021.

SIMONE TERCEIRO E BARRETO
Servidor

Assinado eletronicamente por: SIMONE TERCEIRO E BARRETO - Juntado em: 09/04/2021 14:24:51 - c42f27f
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/21040914244051100000149461316?instancia=1
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 21040914244051100000149461316

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

PROCESSO: **0010782-36.2016.5.15.0043** - Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME E OUTROS (3)

Fica V. Sa. notificado do edital id d74623a relativo ao recebimento de propostas de concorrência pública, dia 26/05/2021, até às 16h00m, através do email contato@galeriapereira.com.br.

CAMPINAS/SP, 09 de abril de 2021.

SIMONE TERCEIRO E BARRETO
Servidor

Assinado eletronicamente por: SIMONE TERCEIRO E BARRETO - Juntado em: 09/04/2021 14:24:51 - 14a05ec
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/21040914244063200000149461317?instancia=1
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 21040914244063200000149461317

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

PROCESSO: **0010782-36.2016.5.15.0043** - Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME E OUTROS (3)

Fica V. Sa. notificado do edital id d74623a relativo ao recebimento de propostas de concorrência pública, dia 26/05/2021, até às 16h00m, através do email contato@galeriapereira.com.br.

CAMPINAS/SP, 09 de abril de 2021.

SIMONE TERCEIRO E BARRETO
Servidor

Assinado eletronicamente por: SIMONE TERCEIRO E BARRETO - Juntado em: 09/04/2021 14:24:51 - 9cca5cc
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/21040914244075500000149461318?instancia=1
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 21040914244075500000149461318

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

PROCESSO: **0010782-36.2016.5.15.0043** - Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME E OUTROS (3)

Fica V. Sa. notificado do edital id d74623a relativo ao recebimento de propostas de concorrência pública, dia 26/05/2021, até às 16h00m, através do email contato@galeriapereira.com.br.

CAMPINAS/SP, 09 de abril de 2021.

SIMONE TERCEIRO E BARRETO
Servidor

Assinado eletronicamente por: SIMONE TERCEIRO E BARRETO - Juntado em: 09/04/2021 14:24:51 - e6a0aec
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/21040914244088200000149461319?instancia=1
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 21040914244088200000149461319

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DA 3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS- SP.

Processo n. 0010782-36.2016.5.15.0043

ADÍLIO GREGÓRIO PEREIRA, honrado pela nomeação para promover a expropriação dos bens penhorados nos autos em epígrafe vem mui respeitosamente à elevada presença de Vossa Excelência informar e requerer o que segue:

1 - Não recebemos proposta para arrematação do imóvel penhorado nos autos (Matricula n. 8.721 do RGI de Cafelândia - SP.)

2 - O bem **tem potencial para ser expropriado**, e desde já, manifestamos nosso interesse de atuação no feito, em uma **nova alienação.**

Pelo exposto, **REQUER**:

3 - A juntada do anúncio realizado no jornal "Todo Dia" publicado no dia 25/04/2021.

Termos em que,

Pede deferimento.

Campinas, 26 de agosto de 2021.

ADÍLIO GREGÓRIO PEREIRA

OAB/SP 292.948

EDITAIS

LEILÃO (VENDA JUDICIAL)
GALERIA PEREIRA
3ª Vara do Trabalho de Campinas – SP.
Recebimento de Propostas: 26/05/2021,
até às 16h00min.

- Casa, R. Café Filho, 31, Jd. Chapadão, Campinas – SP. Área t.: 810,00m²/construída: 509,50m². M. 95.887 do 2° RGI de Campinas - SP. Proc. 0010115-11.2020.5.15.0043 (Carta Prec.). Aval.: R$ 2.300.000,00. V.M.: R$ 1.150.000,00.
- Casa, R. Aloysio Affonso Nogueira, 331, Loanda, Atibaia – SP. Área t.: 643,50 m²/construída: 239,36m². M. 87.676 do RGI de Atibaia – SP. Proc. 0034900-04.2001.5.15.0043. Aval.: R$ 970.00,00. V.M.: R$ 485.000,00.
- Casa, R. Antonio Bonavita, nº 61, Jd. Belo Horizonte, Campinas – SP. Área t.: 420,00 m²/ construída: 54,40m². M. 10.759 do 1º RGI de Campinas – SP. Proc. 0010459-94.2017.5.15.0043. Aval.: R$ 963.217,80. V.M.: R$ 481.608,90.
- A) Casa, R. Alexandre Herculano, nº 148, Jd. N. S. Auxiliadora, Campinas – SP. Área t.: 306,60 m²/construída: 215,50 m². M. 3674 do 2º RGI Campinas – SP. Aval.: R$ 601.245,00. V.M: R$ 450.933,75. **B) Conjunto (salas 9 e 10), R. Conceição, nº 124, C. Popular, Campinas – SP.** M. 25.046 do 1º RGI Campinas – SP. Proc. 0012005-87.2017.5.15.0043. Aval.: R$ 76.500,00. V.M: R$ 38.250,00.
- Apartamento, nº 71, 7º A., Cond. Ed. Torre Alta, R. Dª Libania nº 1.941, Campinas – SP. Área t.: 139,1400m²/útil.: 105,7955m². M. 100.253 do 2º RGI de Campinas – SP. Proc. 0232000-59.2004.5.15.0043. Aval.: R$ 590.000,00. V.M.: R$ 295.000,00.
- Sobrado, Av. Rio de Janeiro, nº 194, Jd. Nova Veneza – Cont., distrito de Nova Veneza, Comarca de Sumaré - SP. Área t.: 322,00 m²/construída: aprox. 254,00 m². M. 38.220 do RGI de Sumaré – SP. Proc. 0000862-77.2012.5.15.0043. Aval.: R$ 590.300.00. V.M.: R$ 427.967,50.
- Casa/prédio comercial, R. Marcolina Bernardes, 5, Jd. Rosemary, Itapevi - SP. Área t.: 275,80m²/construída: 88,10m2 (Av. Prefeitura Municipal). M. 85.865 do RGI de Cotia – SP. Proc. 0011417-51.2015.5.15.0043. Aval.: R$ 440.000,00. V.M.: R$ 330.000,00.
- Casa c/ edícula, R. Mario Bueno de Camargo, nº 28, Jd. Sant'ana, Campinas – SP. Área t.: 304,50m². M. 60.276 do 1º RGI de Campinas – SP. Proc. 0112600-12.2008.5.15.0043. Aval.: R$ 280.000,00. V.M.: R$ 140.000,00.
- Imóvel comercial/residencial, R. Alfredo Alexandre, 210, Jd. Paviotti, Monte Mor - SP. Área t.: 333,00m²/construída: aprox. 120,00m². M. 13.524 do RGI Monte Mor - SP. Proc. 0010740-88.2014.5.15.0129. Aval.: R$ 220.000,00. V.M: R$ 212.146,00.
- Imóvel comercial, Av. Miguel Jeronymo Guerreiro, 338, Jd. Alto Cafezal, Cafelândia – SP. Área t. constr.: 124,92m². M. 8.721 do RGI Cafelândia – SP. Proc. 0010782-36.2016.5.15.0043. Aval: R$ 106.570,00. V.M.: R$ 53.285,00.
- Nua propriedade de box de estacionamento, nº 130, R. 14 de Dezembro, nº 55 (51 a 59), Ed. Pitangueiras, Centro, Campinas – SP. Área t.: 18,8448m²/útil: 12,234 m². M. 37.948 do 2º RGI Campinas – SP. Há usufruto. Proc. 0174800-21.2009.5.15.0043. Aval: R$ 38.000,00. V.M.: R$ 19.000,00.
- Box de garagem, nº 27, Cond. Ed. Praia do Pontal, R. Clodomiro Franco de Andrade Junior nº 463, Campinas – SP. Área t.: 22,3012m2/útil.: 10,0669m2. M. 178.762 do 3° RGI Campinas – SP. Proc. 0000961-18.2010.5.15.0043. Aval.: R$ 30.000,00. V.M.: R$ 22.500,00
- Fração ideal de 50% unidade aut. (escritório), n. 14, 1º pav., R. José Paulino, 320, Cond. Ed. Century Tower, Campinas - SP. Área t.: 37,8927m²/útil: 25,9200 m². M. 147.928 do 3° RGI Campinas - SP. Proc. 0118200-58.2001.5.15.0043. Reaval: R$ 70.000,00. V.M.: R$ 35.000,00.
- Veículos e maquinário: VW, M/Benz, máquina de corte e trefilar de aço. (Ver detalhes e relação completa no site: www.galeriapereira.com.br).

- Pagamento Facilitado: 30% de sinal e saldo em até 6 (seis) vezes.
- As propostas serão recebidas no dia 26/05/2021, até às 16h00min (dezesseis horas), impreterivelmente (horário de Brasília), e deverão ser encaminhadas diretamente ao Corretor nomeado, através do e-mail contato@galeriapereira.com.br, sob pena de não serem conhecidas.
Não haverá encerramento presencial.
- A alienação será formalizada por termo nos autos da execução. A comissão devida (5% do valor da venda) fica a cargo do proponente.
- Responsável: Adílio Gregório Pereira. Profissional Liberal. CRECI: 65.564-F/19.922-J
- Mais informações e edital completo em: www.galeriapereira.com.br / 19-9-9631-1050 (claro) / e-mail: contato@galeriapereira.com.br

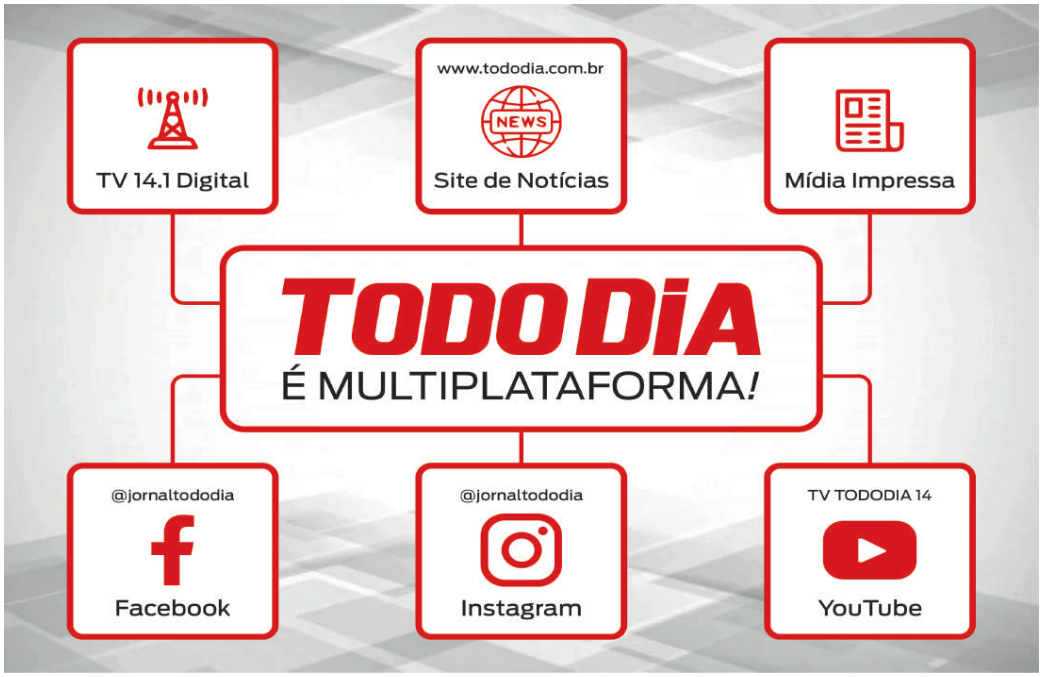
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA.
Na qualidade de Presidente da Diretoria Executiva do Instituto Vanderlei Cordeiro de Lima, eu, Vanderlei Cordeiro de Lima, convoco todos os respectivos associados, com direito a voto, para a Assembleia Geral Ordinária, a ocorrer aos 30 dias do mês de Abril do ano de dois mil e vinte e um, às 13 horas e 30 minutos, na Rua João Simões da Fonseca, número 42, residencial Barão do Café 4, Campinas, SP, CEP 13085-050.
A Assembleia Geral Ordinária, nos termos do artigo 22 do Estatuto Social, irá apreciar, aprovar ou rejeitar: a) Contas do exercício de 2020
Art. 20. A Assembleia Geral reunir-se-á:
I – ordinariamente, uma vez por ano, e, extraordinariamente, a qualquer tempo, quando convocada pelo Presidente da Associação ou pela Diretoria Executiva ou pelo Conselho Fiscal ou por um 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo de seus direitos.
(...)
III - Para as deliberações referentes à destituição dos administradores, alteração do Estatuto, autorização para a alienação ou instituição de ônus sobre os bens pertencentes à associação e dissolução da associação, é exigido o voto concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes à assembleia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados (50%+1), ou com menos de 1/3 (um terço) nas convocações seguintes;
Conforme previsto em nosso Estatuto, em seu artigo 20, as deliberações serão tomadas de acordo com o voto da maioria dos presentes:
Art. 20. A Assembleia Geral reunir-se-á:
(...)
II - As reuniões da Assembleia Geral serão instaladas, em primeira convocação, com a presença de, no mínimo, 3/5 (três quintos) do total de associados com direito a voto, e, em segunda convocação, na mesma data e local, trinta minutos depois da convocação anterior, com qualquer número, deliberando pela maioria dos votos dos presentes.
Contando com a presença e a participação dos senhores, subscrevo-me.

Campinas, 21 de Abril de 2021.
VANDERLEI CORDEIRO DE LIMA
Presidente
Instituto Vanderlei Cordeiro de Lima

Requerimento
World Fix Indústria e Comércio de Produtos Ortopédicos Ltda CNPJ 06.256.377/0002-73 Torna público que requereu junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Americana a Licença de Operação para Fabricação de Materiais de Odontologia, n.e. localizada na rua da Juta nº 109 loteamento industrial prefeito Abdul Najar Americana, S.P.

ANUNCIE! • 19 3471-2740
comercial2@tododia.com.br







Assinado eletronicamente por: ADILIO GREGORIO PEREIRA - 27/08/2021 14:38:21 - eaeda2f
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=21082714380016100000159319031
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. eaeda2f - Pág. 1
Número do documento: 21082714380016100000159319031

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
ATSum 0010782-36.2016.5.15.0043
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME E OUTROS (3)

DESPACHO

Tendo em vista o manifestado pelo Corretor Judicial, defiro nova tentativa de alienação do bem penhorado nos autos.

Dê-se ciência ao Corretor por email.

CAMPINAS/SP, 02 de setembro de 2021

EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA
Juiz do Trabalho Substituto

LBNLSP

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
PROCESSO: ATSum 0010782-36.2016.5.15.0043
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME E OUTROS (3)

Certifico que intimei o corretor do despacho id c39da83.

CAMPINAS/SP, 03 de setembro de 2021.

SIMONE TERCEIRO E BARRETO
Servidor

TRT-15ª REGIÃO Campinas

Simone Terceiro e Barreto <simonehumbert@trt15.jus.br>

Processo - 0010782-36.2016.5.15.0043

1 mensagem

3ª VT <saj.3vt.campinas@trt15.jus.br> 3 de setembro de 2021 14:15
Para: adilio@galeriapereira.com.br

Prezado corretor:

Fica V. Sa. intimado do despacho id c39da83 .

Atenciosamente

Simone Terceiro
T Judiciário - 3ª VT de Campinas

Assinado eletronicamente por: SIMONE TERCEIRO E BARRETO - Juntado em: 03/09/2021 14:17:04 - 9ca6115
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/21090314170261700000159834741?instancia=1
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 21090314170261700000159834741

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
PROCESSO: ATSum 0010782-36.2016.5.15.0043
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME E OUTROS (3)

Certifico a juntada de arquivo proveniente do MM Juízo da Vara Trabalhista de Lins.

CAMPINAS/SP, 30 de setembro de 2021.

SIMONE TERCEIRO E BARRETO
Servidor

Assinado eletronicamente por: SIMONE TERCEIRO E BARRETO - Juntado em: 30/09/2021 09:15:23 - 64a7d67
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/21093009151024900000161667936?instancia=1
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 21093009151024900000161667936

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo
Código de rastreabilidade: 515202118498271
Nome original: Oficio 12265-17.pdf
Data: 28/09/2021 11:43:58
Remetente:
FLAVIO ANGELO PAGIM
VARA DO TRABALHO DE LINS
TRT 15ª Região
Prioridade: Normal.
Motivo de envio: Para anexar ao Processo 0010782- 36.2016.5.15.0043.
Assunto: OFÍCIO de habilitação de crédito.

Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

Ação Trabalhista - Rito Ordinário 0012265-10.2017.5.15.0062

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 17/08/2017
Valor da causa: R$ 45.000,00

Partes:
AUTOR: EVERTON WILLIAN MAMEDE RIBEIRO
ADVOGADO: ELCIO MACHADO DA SILVA
ADVOGADO: ELCIO MACHADO DA SILVA JUNIOR
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME
RÉU: EMERSON RODRIGUES DE OLIVEIRA
RÉU: FRANCISCO APARECIDO DE OLIVEIRA

PJe Assinado eletronicamente por: SIMONE TERCEIRO E BARRETO - Juntado em: 30/09/2021 09:15:23 - 04672ee

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
VARA DO TRABALHO DE LINS
ATOrd 0012265-10.2017.5.15.0062
AUTOR: EVERTON WILLIAN MAMEDE RIBEIRO
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME E OUTROS (3)

DECISÃO

OFÍCIO de habilitação de crédito - Processo de nº 0010782-36.2016.5.15.0043).

Processo Trabalhista (Vara do Trabalho de Lins) nº 0012265-10.2017.5.15.0062.

Crédito Exequendo da ordem de **R$15.420,49**.

Partes processuais: **EVERTON WILLIAN MAMEDE RIBEIRO / CPF: 355.336.638-94 X LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME / CNPJ: 13.559.499/0001-13.**

Ante o contido no documento de id 6558590, acolho a manifestação da parte autora, EVERTON WILLIAN MAMEDE RIBEIRO, para DEFERIR a expedição de OFÍCIO ao processo de nº 0010782-36.2016.5.15.0043 da 3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS para RESERVA DE CRÉDITO em favor do presente feito de Reclamação Trabalhista / Execução, sob nº 0012265-10.2017.5.15.0062 (Vara do Trabalho de Lins), em que figuram como partes, **EVERTON** WILLIAN MAMEDE RIBEIRO / CPF: 355.336.638-94 X Réu: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME / CNPJ: 13.559.499/0001-13

A presente DECISÃO, assinada digitalmente, valerá como, OFÍCIO DE RESERVA DE CRÉDITO da importância de **R$15.420,49**, e deverá ser encaminhada ao MM. Juiz / Secretaria da 3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS via Malote Digital.

Aguarde-se resposta do MM. Juiz.

LINS/SP, 06 de agosto de 2021.

HELOISA POLIZEL DE OLIVEIRA
Juíza do Trabalho Substituta

PJe Assinado eletronicamente por: HELOISA POLIZEL DE OLIVEIRA - Juntado em: 06/08/2021 21:25:59 - 250f7fc
PJe Assinado eletronicamente por: SIMONE TERCEIRO E BARRETO - Juntado em: 30/09/2021 09:15:23 - 04672ee

JSF

Assinado eletronicamente por: HELOISA POLIZEL DE OLIVEIRA - Juntado em: 06/08/2021 21:25:59 - 250f7fc
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/21080613531373600000157799085?instancia=1
Número do processo: 0012265-10.2017.5.15.0062
Número do documento: 21080613531373600000157799085

Assinado eletronicamente por: SIMONE TERCEIRO E BARRETO - Juntado em: 30/09/2021 09:15:23 - 04672ee
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/21093009152045600000161667954?instancia=1
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 21093009152045600000161667954

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DA 3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS - SP.

Processo n. 0010782-36.2016.5.15.0043

Adílio Gregório Pereira, nomeado por esta Egrégia Vara para realizar a alienação dos bens penhorados nos autos em epígrafe, vem mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência, Requerer a juntada da minuta do edital.

Termos em que,
Pede deferimento.
Campinas, 29 de outubro de 2021.

ADÍLIO GREGÓRIO PEREIRA
OAB/SP 292.948

GALERIA PEREIRA

Responsável: **Adílio Gregório Pereira**, Advogado – OAB/SP 292.948, corretor de imóveis CRECI/SP 65.564-F, fone: (19)9-9631-1050 / (17)9-9132-1050. www.galeriapereira.com.br
E-mail:contato@galeriapereira.com.br

Recebimento de Propostas de CONCORRÊNCIA PÚBLICA: No dia **01/12/2021 até às 14h00min** (catorze horas), impreterivelmente (horário de Brasília).

1 – As propostas deverão ser encaminhadas diretamente ao Corretor nomeado, no período supra indicado, através do e-mail **contato@galeriapereira.com.br,** sob pena de não serem conhecidas. Não haverá encerramento presencial.

2 – Após o encerramento do prazo de recebimento de propostas, o Corretor nomeado irá apresentar aos autos todas as PROPOSTAS RECEBIDAS, bem como, um "MAPA DE CLASSIFICAÇÃO", indicando a ordem de recebimento das propostas, qualificação dos licitantes, valores, forma de pagamento e eventuais observações, apresentando-as ao juízo para "homologação" da "melhor proposta".

3 – VENDA DIRETA: Os bens que não receberem propostas válidas na fase de "Concorrência Pública" poderão ser alienados a partir do dia subsequente, ao primeiro licitante que formular proposta que atenda ao valor mínimo descrito no edital, ou seja, venda na modalidade de "VENDA DIRETA", até o dia 03/03/2022 às 14h00min (catorze horas), (também pelo e-mail: **contato@galeriapereira.com.br**).

4 – **VALOR MÍNIMO**: 50% (cinquenta por cento) da avaliação, salvo informação diversa à margem do respectivo lote.

5 – DA COMISSÃO: O proponente (adquirente) deverá pagar ao Sr. Adílio Gregório Pereira, a título de comissão, o valor correspondente a 5% (cinco por cento) do preço da alienação (arrematação).

a) A comissão devida não integra (não está inclusa) o valor da proposta, e não será devolvida ao proponente (adquirente) em nenhuma hipótese, salvo se a alienação (arrematação) for desfeita por determinação judicial, por razões alheias à vontade do proponente (adquirente), deduzidas as despesas incorridas.

b) Nos casos em que o Sr. Adílio Gregório Pereira for nomeado como depositário de bens móveis, será devido em seu favor o equivalente a 2% (dois por cento) do valor da última avaliação do bem, a ser pago pelo proponente (adquirente), a título de custeio com as despesas com a remoção, guarda e conservação do respectivo bem.

c) A comissão devida ao corretor deverá ser paga pelo proponente no prazo máximo e improrrogável de 5 (cinco) dias após a homologação da proposta, através de transferência bancária, em conta a ser indicada pelo corretor responsável.

6 - Ocorrendo propostas de idêntico valor, observar-se-á a seguinte **ordem**:

a) o pagamento à vista;

b) a proposta com menor número de parcelas.

OBS.1): havendo propostas idênticas, a que tiver sido recebida em primeiro lugar.

7 - FORMAS DE PAGAMENTO:

a) À VISTA, no prazo máximo e improrrogável de 5 (cinco) dias a contar da intimação da homologação da proposta vencedora.

b) A PRAZO, apenas no caso de IMÓVEIS, com 30% (trinta por cento) de entrada e o restante em até 6 (seis) parcelas mensais e consecutivas, atualizadas monetariamente, pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), na data do efetivo pagamento, sempre por meio de depósito judicial.

- Em caso de não pagamento ou atraso superior a dez dias de qualquer das parcelas, a multa pela mora será de 20% sobre o valor da venda e a execução do valor remanescente será dirigida ao patrimônio dos adquirentes, com responsabilidade solidária de seus sócios, no caso de pessoa jurídica, dispensando qualquer citação para tanto.

8 - O proponente deverá realizar o recolhimento do valor proposto, através de guia judicial, e da comissão do corretor (5%), através de transferência bancária, em conta a ser informada pelo corretor, em até 5 (cinco) dias a contar da homologação da proposta, devendo apresentar o comprovante de transferência bancária ao corretor responsável.

9 - A alienação dos bens será formalizada por termo nos autos da execução, no qual o licitante deverá declarar: "estar ciente das regras da alienação por iniciativa particular, principalmente quanto aos embargos e sanções cíveis e criminais que lhe serão impostas se descumprir as

Assinado eletronicamente por: ADILIO GREGORIO PEREIRA - 29/10/2021 11:30:49 - 9ac3aa0
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=21102911293611000000163679014
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 9ac3aa0 - Pág. 1
Número do documento: 21102911293611000000163679014

obrigações assumidas; e declarar também a total veracidade das informações prestadas."
10 - 15 (quinze) dias após a apresentação da proposta, o proponente deverá dirigir-se ao cartório da respectiva Vara Judicial para acompanhamento da expedição da carta de arrematação ou mandado de entrega, ciente de que após esse prazo poderá ocorrer à liberação do dinheiro depositado pelo arrematante aos credores, eventualmente ocorrendo evicção.
11 - A procedência e evicção de direitos dos bens vendidos em alienação judicial/leilão são de inteira e exclusiva responsabilidade dos arrematantes/proprietários/União. O corretor é um mero mandatário, ficando, assim, eximido de eventuais responsabilidades por vícios ou defeitos nos bens alienados (ocultos ou não), como também por indenizações, trocas, consertos, compensações financeiras de qualquer hipótese ou natureza, portanto, qualquer dificuldade quanto a: obter/localizar o bem móvel, registrar a carta de arrematação/alienação, localizar o bem, imitir-se na posse, deverá ser imediatamente comunicada ao juízo responsável para as providências cabíveis.
12 – DOS DÉBITOS CONDOMINIAIS: Nos termos dos artigos 1.430 do Código Civil e 908, § 1º do Código de Processo Civil, o arrematante não responde pelos débitos condominiais vencidos antes da arrematação.
13 - DA PROPOSTA CONDICIONAL: As propostas que não atingirem o valor mínimo de venda poderão ser recebidas "condicionalmente", ficando sujeitos a posterior apreciação do Juízo responsável.
IMPORTANTISSÍMO:
O licitante que formular proposta condicional, se declara ciente e de acordo, que o recebimento da referida proposta, não implicará em imediata homologação, logo, proposta posterior que atenda às condições mínimas do edital, poderá ser imediatamente acolhida pelo juízo, sem a possibilidade de complementação da proposta condicional pelo licitante.
14 - Será expedida carta de alienação, se imóvel, para registro imobiliário, nos termos do § 2º do art. 880 do CPC/2015.
CONDIÇÕES GERAIS:
DA ADJUDICAÇÃO – Poderá o exequente também ADJUDICAR ou ARREMATAR os bens, em igualdade de condições com outros interessados, prevalecendo o maior lance, nos termos do art. 892, parágrafo primeiro do CPC/2015, c/c art. 769 da CLT). Os pedidos de arrematação e adjudicação serão apreciados pelo Juiz que, aceitando, determinará a lavratura do auto. Os referidos pedidos poderão ser indeferidos em caso de fraude ou lance vil, este avaliado pelo Juiz(a) no momento da alienação, considerando as condições e peculiaridades dos bens alienados.
- A partir da publicação deste Edital, na hipótese de adjudicação do(s) bem(s) pelo exequente, este ficará responsável pela integralidade da comissão do Sr. Adílio Gregório Pereira.
DA REMIÇÃO DA EXECUÇÃO – Se o(a) executado(a) pagar a dívida antes de adjudicado(s) ou alienado(s) o(s) bem(ns), na forma do artigo 826, do Novo Código de Processo Civil, deverá apresentar até a data e hora designadas para o recebimento de propostas, a guia comprobatória do referido pagamento, acompanhada de petição fazendo menção expressa quanto à remição da execução. Neste caso, deverá o(a) executado(a) pagar a importância atualizada da dívida, mais juros, custas, honorários advocatícios e a pagar a integralidade dos honorários do Sr. Adílio Gregório Pereira, no valor de 2,5% (dois e meio por cento) do valor da avaliação.
DO(S) IMÓVEL(IS) - O(s) imóvel(is) será(ão) vendido(s) no estado em que se encontra(m), em caráter "*AD CORPUS*", ou seja, medidas meramente enunciativas. Em nenhuma hipótese a arrematação abrangerá bens móveis que se encontram no interior e nas dependências do imóvel.
A descrição detalhada e as fotos do(s) imóvel(is) a ser(em) apregoado(s) estão disponíveis no www.galeriapereira.com.br (as fotos disponíveis no referido site são meramente ilustrativas/exemplificativas).
DA VISITAÇÃO - Constitui ônus dos interessados examinar o(s) imóvel(is) a ser(em) apregoado(s), podendo valer-se de pesquisa junto ao Registro de Imóveis e a Prefeitura.
DOS EMBARGOS À ALIENAÇÃO (ARREMATAÇÃO) – O prazo para eventuais questionamentos à arrematação passará a fluir da data da alienação, independente de nova notificação. Assinado o Auto, a alienação é considerada perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham a ser julgados procedentes os Embargos à Alienação (arrematação). A alienação (arrematação) poderá, no entanto, ser tornada sem efeito nos casos previstos no artigo 903 § 1º, do Código de Processo Civil.
ÔNUS: Aos interessados em arrematar bens imóveis, fica esclarecido que os créditos relativos

Assinado eletronicamente por: ADILIO GREGORIO PEREIRA - 29/10/2021 11:30:49 - 9ac3aa0
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=21102911293611000000163679014
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 9ac3aa0 - Pág. 2
Número do documento: 21102911293611000000163679014

a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse, e bem assim, os relativos a taxas pela prestação de serviços de tais bens, ou a contribuição de melhoria e multas, sub-rogam-se sobre o respectivo preço, por eles não respondendo o adquirente, já que a arrematação de bem através de alienação judicial, é considerada como aquisição originária, inexistindo relação jurídica entre o arrematante e o anterior proprietário do bem (aplicação do artigo 130, parágrafo único, do CTN).

DOS VEÍCULOS: Aos interessados em arrematar veículos automotores, fica esclarecido que, tratando-se a aquisição em alienação judicial, a mesma é considerada originária e, pelo mesmo motivo, os débitos relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse e relativos a multas ou outros débitos, ficarão a cargo do antigo proprietário.

Após o recebimento do Auto e/ou Carta de Alienação, o Arrematante deverá confirmar o recebimento do bem no prazo máximo de 15 dias, após o qual, não havendo manifestação, presume-se o recebimento, ficando autorizada a liberação dos valores arrecadados ao Exequente.

PECULIARIDADES: Os produtos de venda e/ou armazenagem controlados (ex. Combustível, Inflamáveis, remédio, produtos bélicos e etc), o arrematante deverá obedecer às regras impostas pelo órgão responsável, ter autorização e comprovar este direito para dar lances e arrematar.

IMPORTANTE:

a) A publicação deste edital supre eventual insucesso das notificações / intimações pessoais dos respectivos patronos, executados, coproprietários, cônjuges e credores com penhora anterior.

b) Qualquer inconsistência das informações poderá ser sanada até a assinatura do auto.

Reservamo-nos o direito à correção de possíveis erros de digitação, e demais inconsistências das informações apresentadas até a assinatura do auto.

c) As fotos do site www.galeriapereira.com.br são meramente exemplificativas.

BENS DISPONÍVEIS: 3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS – SP.

LOTE 01: Nº PROCESSO: 0010459-94.2017.5.15.0043 - EXEQUENTE: MARIA DE LOURDES GONCALVES SANTANA; EXECUTADO: CONFECCOES CELIAN LTDA + 07. LOTE de terreno nº. "7", da quadra "C", do Loteamento denominado "**Jardim Belo Horizonte**", nesta cidade e 1º subdistrito de **Campinas**, com a **área total de 420,00 mts2,** medindo 10,00 mts de frente para a rua "L"; 10,20 mts nos fundos; 41,18 ms de um lado, e 44,00 ms de outro lado confrontando com os lotes "6" e "8", e com quem de direito. Nº CADASTRO: 26.559.000, quarteirão nº 595. (terreno). Nº CADASTRO: 042.076.486 (prédio). Imóvel matriculado sob nº 10.759 do 1º RGI de Campinas – SP. OBS: 1) Conforme Av.02/10.759 consta que a Rua "L" recebeu a denominação de **Rua Antonio Bonavita,** e no lote do terreno supra, foi regularizada uma dependência residencial, que recebeu o **nº 61**, pela Rua Antonio Bonavita. 2) Conforme Av.03/10.759 consta que o **prédio residencial** desta matrícula, foi concluído, e possui **área construída de 54,40mts2**. 3) Conforme Certidão do Sr. Oficial de Justiça, além da edificação averbada do imóvel (Av.03/10.759), foram edificadas no imóvel, segundo informações: uma área de entretenimento muito simples: com parede de alvenaria apenas no fundo, telhado com telhas de amianto, sustentado com colunas de madeira, com uma churrasqueira e um forno a lenha e uma cobertura para o veículo simples. O imóvel encontrava-se ocupado. ÔNUS: 1) Conforme R.11/10.759 consta que o imóvel foi ARROLADO pela Delegacia da Receita Federal de Campinas – SP. 2) Conforme Av.12/10.759 consta AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL no processo n° 583.00.2011.213978-1/000000-000 pela 34ª Vara Cível do Fórum Central Cível João Mendes Júnior da Comarca de São Paulo – SP. 3) Conforme Av.15/10.759 consta AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL sob nº 1008431-62.2017.8.26.0114 pela 1ª Vara Cível de Campinas - SP. 4) Conforme Av.16/10.759 consta PENHORA sob nº 10475920175150032 pela 2ª Vara do Trabalho de Campinas - SP. 5) Conforme Av.17/10.759 consta PENHORA sob nº 1042687-94.2018.8.26.0114-1 pelo 2º Ofício Cível de Campinas - SP. 6) Conforme Av.18/10.759 consta INDISPONIBILIDADE DE BENS no processo nº 00104759201751003 2 pela 2ª Vara do Trabalho de Campinas - SP. 7) Conforme Av.19/10.759 consta PENHORA sob nº 550039993920184036105 pela 3ª Vara Federal de Campinas - SP. 8) Conforme Av.20/10.759 consta PENHORA sob nº 4017307-91.2013.8.26.0114 pelo 9º Ofício Cível de Campinas - SP. 9) Conforme Av.22/10.759 consta INDISPONIBILIDADE DE BENS sob nº 00148406920158160001 pela 16ª Vara Cível de Curitiba - PR. 10) Conforme Av.23/10.759 consta PENHORA sob nº 108431-62.2017 pelo 1º

Assinado eletronicamente por: ADILIO GREGORIO PEREIRA - 29/10/2021 11:30:49 - 9ac3aa0
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=21102911293611000000163679014
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 9ac3aa0 - Pág. 3
Número do documento: 21102911293611000000163679014

Oficio Cível de Campinas - SP. 11) Conforme Av.24/10.759 consta PENHORA no processo nº 00085722120124036105 pela 3ª Vara Federal de Campinas - SP. 12) Conforme Av.25/10.759 consta PENHORA no processo 0008107-36.2017.4.03.6105 pela 5ª Vara Federal de Campinas - SP. 13) Conforme Av.26/10.759 consta INDISPONIBILIDADE DE BENS no processo 00104351320175150093 pela 6ª Vara do Trabalho de Campinas - SP. Avaliado em 26/04/2019 em R$ 963.217,80 (novecentos e sessenta e três mil, duzentos e dezessete reais e oitenta centavos). **Valor mínimo: R$ 481.608,90 (quatrocentos e oitenta e um mil, seiscentos e oito reais e noventa centavos).** Depositário: José Dimarzio Netto.

LOTE 02: Nº PROCESSO: 0010582-58.2018.5.15.0043 – EXEQUENTE: EVANDRO DE OLIVEIRA BEARARI; EXECUTADO: SENA SERVICOS ADMINISTRATIVOS EIRELI + 02. Prédio, **à Rua Martinópolis**, 488, em **Campinas**, medindo seu terreno 14,00m de frente, com igual medida nos fundos, com o lote 12 por 32,00m da frente aos fundos de ambos os lados, confrontado com os lotes 13 e 15, existindo viela sanitária. C.C. 42000.609. Imóvel matriculado sob nº 3362 do 3° RGI de Campinas - SP. OBS: 1) Conforme Av.06/3.362 consta que o número pelo qual possui a entrada do **prédio residencial,** foi alterado de nº 488 pela Rua Martinópolis, para o n**° 576** da referida rua**,** o qual seu terreno corresponde ao lote 14 da quadra 09 do loteamento denominado **Jardim do Lago**. 2) Conforme Certidão de Valor Venal, expedida no site da Prefeitura Municipal de Campinas – SP, em 27/10/2021, o imóvel está cadastrado na Prefeitura Municipal local sob nº 3432.42.00.0275.01001, com **448,00m2 de área de terreno e 132,25m2 de área construída.** ÔNUS: 1) Conforme Av.09/3.362 consta INDISPONIBILIDADE no processo n° 00105793620185150130 pela 11ª Vara do Trabalho de Campinas – SP. 2) Conforme pesquisa realizada no site da Prefeitura Municipal de Campinas – SP, em 27/10/2021, constam débitos relativos a IPTU, no valor de R$ 944,64, referentes ao exercício de 2021. Avaliado em 03/03/2020 em R$ 700.000,00 (setecentos mil reais). **Valor mínimo: R$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais).** Depositária: Odilia de Jesus Ferreira.

LOTE 03: N° PROCESSO: 0012005-87.2017.5.15.0043 – EXEQUENTE: UNIÃO FEDERAL (PGFN); EXECUTADO: CORREIO POPULAR SOCIEDADE ANONIMA + 04. A) Prédio, na **Rua Alexandre Herculano nº 148,** em **Campinas**, que mede: - 12,00 m. de frente, e em curva, fazendo esquina com as Ruas Alexandre Herculano e 6-A, 12,00 m. nos fundos por 27,00 m. da frente aos fundos, de ambos os lados, com área de 30,6, digo, de **306,60 ms²** - dito prédio fora construído sobre o lote nº 1, da quadra 9, do **J.N.S. Auxiliadora**. CCPM nº 4.344.000. Imóvel matriculado sob nº 3674 do 2º RGI de Campinas – SP. OBS: 1) Conforme Av.05/3674 o imóvel encontra-se cadastrado na Prefeitura Municipal de Campinas sob código cartográfico nº 3421.12.12.0001.01001. 2) Conforme Auto de Penhora e Avaliação, o imóvel está localizado no Jardim Nossa Senhora Auxiliadora, e trata-se de uma construção em alvenaria, em regular estado de conservação, necessitando de reparos simples. O demonstrativo do Lançamento de IPTU aponta **área construída de 215,50m²,** com o ano de edificação em 1976. Avaliado em 19/03/2019 em R$ 601.245,00 (seiscentos e um mil e duzentos e quarenta e cinco reais). **Valor mínimo: R$ 450.933,75 (quatrocentos e cinquenta mil, novecentos e trinta e três reais e setenta e cinco centavos).** Depositário: Marco Aurelio Matallo Pavani.
B) Conjunto constituído pelas salas nºs. "9" e "10" mais a respectiva parte ideal no terreno, situado no 1º andar ou pavimento sobre o andar térreo do edifício denominado **CORREIO POPULAR**, sito à **Rua Conceição nº 124,** em **Campinas,** esquina com a rua Dr. Quirino, medindo a primeira sala 2,90 ms por 3,80 ms, e a segunda 3,70 ms por 3,80 ms, confrontando ambas que são anexas, de um lado com o espaço do ascensor coleta de lixo, pela frente com um corredor, de outro lado com os compartimentos de lavatório e WC, e nos fundos com a área descoberta da qual recebem luz por um vitrô para cada sala. O terreno do edifício tem as seguintes medidas: 14,53 ms para a rua Conceição; 19,97 ms de frente para a R. Dr. Quirino, onde faz um canto chanfrado nessa confluência; 21,05 ms na face oposta à rua Conceição, e 19,99 mts na face oposta à Rua Doutor Quirino, medidas estas aproximadas. Imóvel matriculado sob nº 25.046 do 1º RGI de Campinas – SP. OBS: Conforme Auto de Avaliação, o imóvel encontra-se fechado/desocupado. A Prefeitura Municipal de Campinas não identificou o Código Cartográfico das referidas salas. A edificação do prédio data do ano de 1950, conforme demonstrativo de IPTU 2019, das salas 1 e 2 da sobreloja e térreo. ÔNUS: 1) Conforme R.06/25.046 o imóvel foi ARROLADO, devendo a alienação ou oneração do imóvel ser comunicada ao requisitante no prazo de quarenta e oito horas. 2) Conforme Av.08/25.046 consta PENHORA no processo nº 5009796-93.2018.4.03.6105 pela 5ª Vara Federal de Execuções Fiscais - 5ª Subseção Judiciária em São Paulo - SP. 3) Conforme Av.09/25.046

Assinado eletronicamente por: ADILIO GREGORIO PEREIRA - 29/10/2021 11:30:49 - 9ac3aa0
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=21102911293611000000163679014
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 9ac3aa0 - Pág. 4
Número do documento: 21102911293611000000163679014

consta INDISPONIBILIDADE DE BENS no processo nº 00113513620175150032 pela 2ª Vara do Trabalho de Campinas - SP. 4) Conforme Av.10/25.046 consta ARRESTO no processo nº 0011718-03.2020.5.15.0114 pela 9ª Vara do Trabalho de Campinas - SP. Avaliado em 19/03/2019 em R$ 76.500,00 (setenta e seis mil e quinhentos reais). **Valor mínimo: R$ 38.250,00 (trinta e oito mil e duzentos e cinquenta reais).** Depositário: Correio Popular S/A.

LOTE 04: Nº PROCESSO: 0232000-59.2004.5.15.0043 - EXEQUENTE: JANETE RUSSO COBRA + 03; EXECUTADO: FILTRAR CONTROLE AMBIENTAL LTDA - ME + 07. Apartamento sob **nº 71**, do **7º andar**, do **Condomínio Edifício Torre Alta**, à Rua **Dª Libania nº 1.941**, nesta cidade e comarca de **Campinas** - **SP,** 2ª Circunscrição Imobiliária, composto de sala em "L" com sacada, uma suíte com banheiro privativo, mais dois dormitórios, banheiro social, hall, cozinha, área de serviço, WC de empregada; com **área útil de 105,7955 mts2**; área comum de 19,3598 mts2 (coberta) e comum (descoberta) de 13,9847 mts2, **área total de 139,1400 mts2**, com fração ideal no terreno de 19,7215 mts2 ou 1,0908%. CCPM: 042.139.192. Imóvel matriculado sob nº 100.253 do 2º RGI de Campinas - SP. OBS: 1) Conforme Certidão do Sr. Oficial de Justiça, às fls. 95, segundo informações, o imóvel estava ocupado pela filha do executado. 2) Conforme Certidão de Valor Venal, expedida no site da Prefeitura Municipal de Campinas – SP, em 06/04/2021, o código cartográfico do imóvel é nº 3423.11.36.0520.01010. 3) Conforme r. decisão proferida nos autos, sob ID n. 33119bd, **será vendido apenas o apartamento, sem vaga de garagem.** ÔNUS: 1) Conforme Av.04/100.253 consta INDISPONIBILIDADE DE BENS no processo nº 1326001820015150095 pela 8ª Vara do Trabalho de Campinas - SP. 2) Conforme Av.05/100.253 consta PENHORA no processo nº 2931/07 pela 5ª Vara Cível de Campinas – SP. 3) Conforme Av.06/100.253 consta PENHORA no processo nº 0023338-792005 pelo 5° Ofício Cível de Campinas – SP. 4) Conforme manifestação sob ID n. 401836d, há débitos condominiais no valor de R$ 349.629,35, atualizados até 15/01/2019. 5) Conforme pesquisa realizada no site da Prefeitura Municipal de Campinas – SP, em 27/10/2021, constam débitos relativos à IPTU no valor de R$ 887,94, referentes ao exercício de 2021. Avaliado em 11/09/2018 em R$ 590.000,00 (quinhentos e noventa mil reais). **Valor mínimo: R$ 295.000,00 (duzentos e noventa e cinco mil reais).** Depositário: Serafim Roberto da Silveira.

LOTE 05: Nº PROCESSO: 0011417-51.2015.5.15.0043 - EXEQUENTE: OMAR CESAR ALVES DOS SANTOS; EXECUTADO: DELFORT VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA - ME + 04. UM TERRENO URBANO designado por LOTE nº 12 da QUADRA 06 do loteamento denominado "**JARDIM ROSEMARY**", em **Itapevi/SP**, assim descrito: situado na confluência das Ruas Nove e Dez, medindo de frente 2,00 metros para a primeira; 14,10 metros na confluência; e 16,00 metros para a última; mede ainda 25,00 metros do lado do lote 11; e 12,00 metros nos fundos onde confronta com o lote 01, **encerrando a área total de 275,80 metros quadrados**. INSCRIÇÃO CADASTRAL: nº 23.141.42-12-0110-00-000. Imóvel matriculado sob nº 85.865 do RGI de Cotia – SP. OBS: 1) Conforme Auto de Penhora e Avaliação, consta que o imóvel está localizado na **Rua Marcolino Bernardes, nº 5.** Há benfeitorias não constantes na matrícula: há duas construções no terreno, uma casa residencial em metade e um prédio comercial na outra metade do terreno. A casa estava ocupada e o prédio comercial encontrava-se desocupado. 2) Conforme Certidão de Valor Venal, expedida no site da Prefeitura de Itapevi – SP, em 07/04/2021, o imóvel possui área edificada de 88.10m2. Avaliado em 15/03/2018 em R$ 440.000,00 (quatrocentos e quarenta mil reais). **Valor mínimo: R$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais).** Depositário: Delcio da Silva.

LOTE 06: N° PROCESSO: 0010359-76.2016.5.15.0043 – EXEQUENTE: ODAIR FERNANDES; EXECUTADO: PLF CONSTRUTORA LTDA. Lote nº 29 (vinte e nove), localizado na quadra "D", do loteamento denominado **"PARQUE DOS COCAIS"**, Bairro Espirito Santo, nesta cidade e Comarca de **Valinhos**, com as seguintes medidas e confrontações: 10,31m em reta de frente com a faixa para alargamento da Estrada Municipal; à direita (de quem do imóvel olha para frente) por 37,70m na divisa com o lote "30"; à esquerda por 37,71m, na divisa com o lote "28", e nos fundos por 10,31m, na divisa com o lote "3", encerrando **a área de 388,74m².** Cadastro: 38443/00, setor 6197, quarteirão 1583, da Prefeitura Municipal de Valinhos. Imóvel matriculado sob nº 15.431 do RGI de Valinhos – SP. OBS: 1) Conforme Av.01/15.431 a Estrada Municipal do loteamento Parque dos Cocais, atualmente denomina-se **Avenida Vice Prefeito Anésio Capovilla**. 2) Conforme Auto de Reavaliação, no local existe uma cobertura nos fundos do terreno, que não agrega valor ao terreno, ao contrário,

Assinado eletronicamente por: ADILIO GREGORIO PEREIRA - 29/10/2021 11:30:49 - 9ac3aa0
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=21102911293611000000163679014
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 9ac3aa0 - Pág. 5
Número do documento: 21102911293611000000163679014

em eventual construção implicará em custo de demolição. 3) Conforme pesquisa realizada no site da Prefeitura Municipal de Valinhos – SP, em 27/10/2021, o imóvel possui **área construída de 60,71m2.** ÔNUS: 1) Conforme Av.04/15.431 consta AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL no processo nº 650.01.2012.005906/000000-000 pela 1ª Vara de Valinhos - SP. 2) Conforme Av.05/15.431 consta PENHORA no processo nº 0005472552012 pela 3ª Vara do Foro de Valinhos – SP. 3) Conforme Av.09/15.431 consta INDISPONIBILIDADE DE BENS no processo nº 00118112020175150130 pela 11ª Vara do Trabalho de Campinas – SP. 4) Conforme Av.10/15.431 consta INDISPONIBILIDADE DE BENS no processo nº 00116391820165150032 pela 2ª Vara do Trabalho de Campinas – SP. 5) Conforme Av.12/15.431 consta INDISPONIBILIDADE DE BENS no processo nº 00105638220185150130 pela 11ª Vara do Trabalho de Campinas - SP. 6) Conforme pesquisa realizada no site da Prefeitura Municipal de Valinhos - SP, em 27/10/2021, constam débitos relativos a IPTU no valor de R$ 10.384,34. Reavaliado em 25/08/2021 em R$ 378.509,00 (trezentos e setenta e oito mil e quinhentos e nove reais). **Valor mínimo: R$ 189.254,50 (cento e oitenta e nove mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta centavos).** Depositário: PLF Construtora LTDA.

LOTE 07: N° PROCESSO: 0010740-88.2014.5.15.0129 - EXEQUENTE: RODRIGO FERNANDO DE OLIVEIRA E OUTROS; EXECUTADO: MUNIZ INSTALACOES INDUSTRIAIS E SOLDAGEM LTDA + 03. UM LOTE DE TERRENO, sob nº 20 (vinte), da Quadra 55 (cinquenta e cinco), do loteamento denominado **"JARDIM PAVIOTTI**", situado no Bairro Rezende, núcleo urbano do Município e Comarca de **Monte Mor**, antiga Comarca de Capivari, **com área de 333,00m2 (trezentos e trinta e três metros quadrados),** com frente para a Rua 38 (trinta e oito), onde mede 5,00m (cinco metros); 14,14m (quatorze metros e quatorze centímetros) em curva, na confluência das Ruas 38 (trinta e oito) e 39 (trinta e nove); 16,00m (dezesseis metros) para Rua 39 (trinta e nove); nos fundos mede 14,00m (quatorze metros) e divide com o lote nº 01 (um); no lado direito mede 25,00m (vinte e cinco metros) e divide com o lote nº 19 (dezenove). Cadastro Municipal: n° 05.0038.55.20.0393.0210. Imóvel matriculado sob o nº 13.524 do RGI de Monte Mor - SP. OBS: 1) Conforme Av.02/13.524, o imóvel encontra-se cadastrado na Prefeitura Municipal de Monte Mor sob nº 09.33.64.0104.01.0000. 2) Conforme Av.04/13.524 consta que a antiga Rua 38 passou a denominar-se **Rua Alfredo Alexandre** e a antiga Rua 39 passou a denominar-se Rua Romeu Alfredo Alexandre. 3) Conforme Auto de Avaliação, trata-se de imóvel localizado em bairro afastado do centro da cidade de Monte Mor, às margens da Rodovia SP101, próximo ao quilômetro 16. Dentro do bairro Paviotti, fica em rua de grande circulação de veículos e pessoas, em frente à escola municipal. Tal localização, permite utilização do imóvel para fins comerciais e residenciais. O lote encontra-se na esquina e possui topografia plana. Sobre o terreno, há na parte da frente a construção em alvenaria de **dois salões comerciais e no fundo**, com quintal separando as edificações, há uma **casa de morada** em alvenaria composta por dois quartos, sala, cozinha e banheiro e lavanderia coberta. Conforme dados apresentados pelo setor de cadastro da Prefeitura de Monte Mor, **a construção possui aproximadamente 120m2.** As construções são antigas e possuem acabamento com padrão básico. 4) Conforme Certidão de Valor Venal, emitida no site da Prefeitura Municipal de Monte Mor – SP, o imóvel está situado na **Rua Alfredo Alexandre, 210**. ÔNUS: 1) Conforme Av.01/13.524, há RESTRIÇÕES URBANÍSITCAS no loteamento "Jardim Paviotti": "Os lotes não poderão ser subdivididos e nem conter mais de uma habitação, salvo nos casos expressamente previstos em lei". 2) Conforme pesquisa realizada no site da Prefeitura Municipal de Monte Mor – SP, em 26/10/2021, constam débitos relativos a IPTU no valor de R$ 374,46, referentes ao exercício de 2021. Avaliado em 17/05/2017 em R$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais). **Valor mínimo: R$ 212.146,00 (duzentos e doze mil e cento e quarenta e seis reais).** Depositária: Sebastiana Eugenia da Costa.

LOTE 08: N° PROCESSO: 0001105-84.2013.5.15.0043 – EXEQUENTE: OSMAR ONOFRE DA SILVA; EXECUTADO: ARAUJO SEGURANCA E VIGILANCIA - EIRELI – ME E OUTROS. Um lote de terreno sob nº 27 (Vinte e sete), da Quadra "C", do loteamento denominado **PROGRAMA NOSSO TETO**, na cidade, distrito e município **Areiópolis**, desta comarca de São Manuel, circunscrição única, com frente para a Rua Três, medindo 10,00 metros de frente e de fundos, por 20,00 metros da frente aos fundos, de cada lado, confrontando na frente com a referida rua; do lado direito com o lote nº 26; do lado esquerdo com o lote nº 28 e nos fundos com o lote 07, encerrando **a área de 200,00 metros quadrados**. Imóvel matriculado sob nº

Assinado eletronicamente por: ADILIO GREGORIO PEREIRA - 29/10/2021 11:30:49 - 9ac3aa0
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=21102911293611000000163679014
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 9ac3aa0 - Pág. 6
Número do documento: 21102911293611000000163679014

11.998 do RGI de São Manuel – SP. OBS: 1) Conforme Av.04/11.998 consta que a Rua III passou a denominar-se Rua "Emiliano Augusto Barreto". 2) Conforme Av.05/11.998 consta construção de uma **casa** de moradia econômica, de tijolos e coberta de telhas, situado na **Rua Emiliano Augusto Barreto, nº 66**, contendo dois dormitórios, banheiro, sala, cozinha, área de circulação, área de serviço, com instalações elétrica e sanitária, com **área total construída de 59,52 metros quadrados,** edificada no terreno a que se refere a presente matricula e que ora se incorpora ao mesmo. 3) Conforme Av.06/11.998 o imóvel está cadastrado na Prefeitura Municipal de Areiópolis sob nº 4091310-0. 4) Conforme Auto de Penhora e Avaliação, trata-se de imóvel residencial de padrão pouco acima do popular, com 02 dormitórios, sala, cozinha, 02 banheiros, varanda e garagem para automóvel. 5) Conforme despacho proferido nos autos físicos, fls. 125, foi declarado a ineficácia da alienação feita pelo executado (R.09/11.998), porque realizada em fraude à execução. ÔNUS: 1) Conforme Av.11/11.998 consta PENHORA no processo nº 0010740-57.2013.5.15.0086 pela Vara do Trabalho de Santa Barbara D' Oeste – SP. 2) Conforme Av.13/11.998 consta PENHORA no processo nº 384/2014 pela 51ª Vara do Trabalho de São Paulo – SP. Reavaliado em 05/06/2019 em R$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais). **Valor mínimo: R$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais).** Depositário: Agnaldo Aparecido de Araujo.

LOTE 09: N° PROCESSO: 0010782-36.2016.5.15.0043 – EXEQUENTE: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA; EXECUTADO: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA – ME + 02. Um (1) lote de terreno, de formato regular, sem qualquer benfeitoria, situado nesta cidade, distrito de Paz, município e comarca de **Cafelândia**, Estado de São Paulo, identificado como sendo o lote 25 (vinte e cinco) da quadra B, do Loteamento denominado **JARDIM ALTO CAFEZAL**, com as seguintes medidas e confrontações: - pela frente mede 10,00 (dez) metros com frente para a Avenida A, confrontando: à esquerda, 26,00 (vinte e seis) metros com o lote 24; à direita, 26,00 (vinte e seis) metros com o lote 26; e aos fundos, 10,00 (dez) metros com Constantino Fabricio Junior, perfazendo uma **área de 260,00m² (duzentos e sessenta metros quadrados).** Imóvel matriculado sob nº 8.721 do RGI de Cafelândia – SP. OBS: 1) Conforme Auto de Penhora e Avaliação, consta edificação no imóvel no total de 175,82m²**.** Conforme vistoria *in loco,* trata-se de dois imóveis edificados no mesmo terreno. Aos fundos uma residência e na frente um prédio inacabado onde funciona uma vidraçaria de propriedade dos executados, que trabalham no local. **Foi penhorado somente o imóvel da frente, comercial, que possui 124,92m2.** 2) Conforme Certidão de Valor Venal, da Prefeitura Municipal de Cafelândia, juntada aos autos fls. 341, o imóvel está situado na **Av. Miguel Jeronymo Guerreiro, 338, Jd. Alto Cafezal, Cafelândia – SP,** com cadastro municipal n. 002988. ÔNUS: Conforme pesquisa realizada no site da Prefeitura Municipal de Cafelândia, em 26/10/2021, constam débitos relativos a IPTU no valor de R$ 1.729,02. Avaliado em 15/03/2019 em R$ 106.570,00 (cento e seis mil e quinhentos e setenta reais). **Valor mínimo: R$ 53.285,00 (cinquenta e três mil e duzentos e oitenta e cinco reais).** Depositário: Emerson Rodrigues de Oliveira, Av. Miguel Jeronimo Guerreiro, 338, Jd. Alto Cafezal, Cafelândia – SP.

LOTE 10: N° PROCESSO: 0174800-21.2009.5.15.0043 – EXEQUENTE: RITA LANDUCCI BALTHAZAR; EXECUTADO: METODOS & METAS ASSESSORIA CONTABIL SOCIEDADE SIMPLES LTDA – ME + 03. Nua propriedade de Box de estacionamento nº 130 sito no sub-solo do **Edifício Pitangueiras**, à **Rua 14 de Dezembro**, ns. 51, 53, 55, 57 e 59, com **área útil de 12,234 m²,** área comum de 6,6102 m², **área total de 18,8448m²** e área equivalente de construção de 9,4224 m² e fração ideal do terreno de 0,765760%. Código de Contribuinte da Prefeitura Municipal de Campinas. CCPM. n/ consta. Imóvel matriculado sob nº 37.948 do 2º RGI de Campinas – SP. OBS: Conforme Auto de Avaliação, o imóvel está localizado na **Rua 14 de Dezembro, nº 55 (51 a 59), Centro, Campinas – SP**. ÔNUS: Conforme R.08/37.948 consta USUFRUTO em favor de Ronali de Fátima Nascimento Bolbato. Avaliado em 26/09/2019 em R$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais). **Valor mínimo: R$ 19.000,00 (dezenove mil reais).** Depositária: Giuliana Bolbatto de Lima.

LOTE 11: Nº PROCESSO: 0118200-58.2001.5.15.0043 - EXEQUENTE: MARIA DAS VIRGENS OLIVEIRA; EXECUTADO: SALMON CONFECCOES E COMERCIO DE ROUPAS LTDA – ME + 03. Fração ideal de 50% de uma **UNIDADE AUTÔNOMA** designada por **ESCRITÓRIO, nº 14, localizado no 1° Pavimento** do **CONDOMÍNIO EDIFÍCIO CENTURY TOWER**, com entrada pelo n° **320 da Rua José Paulino**, nesta cidade de **Campinas**, com as seguintes áreas: **útil de 25,9200m2,** comum de 11,9727m2, **total de 37,8927m2** e fração ideal

Assinado eletronicamente por: ADILIO GREGORIO PEREIRA - 29/10/2021 11:30:49 - 9ac3aa0
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=21102911293611000000163679014
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 9ac3aa0 - Pág. 7
Número do documento: 21102911293611000000163679014

de 6,4585m2 ou 2,64153% no terreno onde se encontra construído o Condomínio. Imóvel matriculado sob n° 147.928 do 3° RGI de Campinas - SP. Reavaliado em 23/03/2018 em R$ 70.000,00 (setenta mil reais). **Valor mínimo: R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais).** Depositária: Lucia Cristina Moreira Duarte Pinto.

Assinado eletronicamente por: ADILIO GREGORIO PEREIRA - 29/10/2021 11:30:49 - 9ac3aa0
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=21102911293611000000163679014
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. 9ac3aa0 - Pág. 8
Número do documento: 21102911293611000000163679014

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
ATSum 0010782-36.2016.5.15.0043
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME E OUTROS (3)

DESPACHO

Ciência às partes do documento id 9ac3aa0, juntado pelo corretor, informando do recebimento de propostas de concorrência pública que ocorrerá dia 01/12/2021até às 14h00m.

CAMPINAS/SP, 04 de novembro de 2021

EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA
Juiz do Trabalho Substituto

STB

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
ATSum 0010782-36.2016.5.15.0043
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME E OUTROS (3)

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID 1ecfdbb proferido nos autos.

DESPACHO

Ciência às partes do documento id 9ac3aa0, juntado pelo corretor, informando do recebimento de propostas de concorrência pública que ocorrerá dia 01/12/2021até às 14h00m.

CAMPINAS/SP, 04 de novembro de 2021

EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA
Juiz do Trabalho Substituto

STB

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DA 3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS - SP.

Processo n. 0010782-36.2016.5.15.0043

ADÍLIO GREGÓRIO PEREIRA, nomeado por esta Egrégia Vara para realizar a alienação do imóvel penhorado nos autos em epígrafe, vem mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência, informar o que segue:

1 - Este signatário recebeu o honroso encargo para gerir a expropriação do imóvel penhorado nos autos, objeto da matrícula 8.721 do RGI de Cafelândia - SP.

2 - Escoado o período para recebimento de propostas na modalidade de "**Concorrência Pública**", em 01/12/2021, às 14h00min (catorze horas), nenhum licitante apresentou proposta de arrematação.

3 - Em cumprimento à determinação do juízo (edital de alienação), o imóvel ficará disponível na modalidade de "Venda Direta", até o dia **03/03/2022,** ou seja, será vendido ao primeiro licitante que formular proposta que atenda às condições de venda fixadas previamente (valor mínimo e quantidade de parcelas).

Termos em que,
Pede deferimento.

Campinas, 02 de dezembro de 2021.

ADÍLIO GREGÓRIO PEREIRA

OAB/SP 292.948

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DA 3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS - SP.

Processo n. 0010782-36.2016.5.15.0043

ADÍLIO GREGÓRIO PEREIRA, honrado pela nomeação para promover a expropriação dos bens penhorados nos autos em epígrafe vem mui respeitosamente à elevada presença de Vossa Excelência informar e requerer o que segue:

1 - Não recebemos proposta para arrematação do imóvel penhorado nos autos (Matricula n° 8.721 do RGI de Cafelândia - SP).

2 - O bem **tem potencial para ser expropriado**, e desde já, manifestamos nosso interesse de atuação no feito, em uma **nova alienação.**

Pelo exposto, **REQUER**:

3 - A juntada do anúncio realizado no jornal "Todo Dia", publicado no dia 14/11/2021.

Termos em que,

Pede deferimento.

Campinas, 03 de março de 2022.

ADÍLIO GREGÓRIO PEREIRA

OAB/SP 292.948.

EDITAIS

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0002114-79.2019.8.26.0604 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro de Sumaré, Estado de São Paulo, Dr(a). ANDRE PEREIRA DE SOUZA, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) MANOEL MESSIAS DE OLIVEIRA, Brasileiro, União Estável, CPF 481.772.992-53, com endereço à Rua Deusdete Alves de Souza, 196, Parque Santo Antonio (nova Veneza), CEP 13181-553, Sumare - SP, que lhe foi proposta uma ação de Impugnação de Crédito por parte de Rodofort S/A, alegando em síntese: a Reclamação trabalhista de n° 0001664- 95.2013.5.15.0122, que tramitou perante a Vara do Trabalho de Sumaré – SP, julgou totalmente improcedentes os pedidos formulados pelo Impugnado absolvendo as Recuperandas, razão pela qual requerem a exclusão do crédito trabalhista no Quadro Geral de Credores ("QGC") no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 (quinze) dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Sumare, aos 28 de outubro de 2021. K-10e11/11

Edital De Intimação - Prazo De 15 Dias. Processo Nº 0004317-52.2021.8.26.0019 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro de Americana, Estado de São Paulo, Dr(a). Fabiana Calil Canfour de Almeida, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Patricia Cristo - ME HIDRAUCENTER, CNPJ 13.536.033/0001-00, com endereço à Rua Humaitá, 1.146, Zona 1, CEP 87200-280, Cianorte - PR que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por Urânio Concreto Ltda. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$ 6.581,53, referente a julho de 2021, devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Americana, aos 13 de setembro de 2021. K-13e14/11

FREITAS LEILOEIRO OFICIAL
LEILÃO DE VEÍCULOS
Central de informações: (11) 3117.1000
Acesse nossas mídias sociais:
YOUTUBE.COM/FREITASLEILOEIRO
INSTAGRAM.COM/FREITASLEILOEIRO
FACEBOOK.COM/FREITASLEILOEIRO
190 VEÍCULOS
DIA: 17.11.2021 - 4ª FEIRA - 10h00
VISITAÇÃO: VERIFICAR INFORMAÇÕES NO SITE
LEILÃO PROVISORIAMENTE SOMENTE "ON-LINE"
DIVERSOS MODELOS ▸ SEMINOVOS ▸ INTEIROS ▸ SINISTRADOS ▸ SUCATAS
Condições de venda e pagamento: Cheque no valor total da arrematação, que deverá ser trocado por TED à favor do Leiloeiro, em até 24 horas após o leilão + Cheque de 5% de comissão do Leiloeiro, acrescido das despesas administrativas constantes no catálogo do leilão. Os veículos serão vendidos no estado, sem garantias. Multas, inclusive de averbação; débitos; IPVA's, pré-existentes ou decorrentes da regularização, por conta do arrematante. A procedência e evicção de direitos dos veículos deste leilão, são de inteira e exclusiva responsabilidade dos Comitentes Vendedores. Demais condições constam no catálogo distribuído no leilão.
SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - Leiloeiro Oficial - JUCESP nº 316
CONSULTE NOSSA AGENDA DE LEILÕES NO SITE: WWW.FREITASLEILOEIRO.COM.BR
ATENÇÃO: PARA A COMPRA EM LEILÃO O ARREMATANTE PRECISA ESTAR EM REGULARIDADE FISCAL PERANTE A RECEITA FEDERAL.

LEILÃO (VENDA JUDICIAL)
GALERIA PEREIRA
3VT Campinas – SP.
Recebimento de Propostas: 01/12/2021,
até às 14h00min.

1) Casa, R. Antonio Bonavita, n° 61, Jd. Belo Horizonte, Campinas – SP. Área t.: 420,00m²/ construída: 54,40m². M. 10.759 do 1º RGI de Campinas – SP. Proc. 0010459-94.2017.5.15.0043. Aval.: R$ 963.217,80. V.M.: R$ 481.608,90.
2) Casa, R. Martinópolis, n° 576, Jd. do Lago, Campinas – SP. Área t.: 448,00m²/construída: 132,25m². M. 3362 do 3° RGI de Campinas – SP. Proc. 0010582-58.2018.5.15.0043. Aval.: R$ 700.000,00. V.M.: R$ 350.000,00.
3) A) Casa, R. Alexandre Herculano, n° 148, Jd. N. S. Auxiliadora, Campinas – SP. Área t.: 306,60 m²/construída: 215,50 m². M. 3674 do 2º RGI Campinas – SP. Aval.: R$ 601.245,00. V.M: R$ 450.933,75. B) Conjunto (salas 9 e 10), R. Conceição, nº 124, C. Popular, Campinas – SP. M. 25.046 do 1º RGI Campinas – SP. Proc. 0012005-87.2017.5.15.0043. Aval.: R$ 76.500,00. V.M: R$ 38.250,00.
4) Apartamento, n° 71, 7° A., Cond. Ed. Torre Alta, R. Dª Libania n° 1.941, Campinas – SP. Área t.: 139,1400m²/útil.: 105,7955m². M. 100.253 do 2º RGI de Campinas – SP. Está sendo vendido apenas o apartamento, sem vaga de garagem. Proc. 0232000-59.2004.5.15.0043. Aval.: R$ 590.000,00. V.M.: R$ 295.000,00.
5) Casa/prédio comercial, R. Marcolino Bernardes, nº 5, Jd. Rosemary, Itapevi - SP. Área t.: 275,80m²/construída: 88,10m2. M. 85.865 do RGI de Cotia – SP. Proc. 0011417-51.2015.5.15.0043. Aval.: R$ 440.000,00. V.M.: R$ 330.000,00.
6) Terreno, L. 29, Q. D, Av. Vice-Pref. Anésio Capovilla, Pq. dos Cocais, Valinhos – SP. Área t.: 388,74 m². M. 15.431, RGI Valinhos – SP. Proc. 0010359-76.2016.5.15.0043. Reaval.: R$ 378.509,00. V.M.: R$ 189.254,50.
7) Imóvel comercial/residencial, R. Alfredo Alexandre, 210, Jd. Paviotti, Monte Mor - SP. Área t.: 333,00m²/construída: aprox. 120,00m². M. 13.524 do RGI Monte Mor - SP. Proc. 0010740-88.2014.5.15.0129. Aval.: R$ 220.000,00. V.M: R$ 212.146,00
8) Casa, R. Emiliano Aug. Barreto, nº 66, Prog. N. Teto, Areiópolis - SP. Área t.: 200,00 m²/constr.: 59,52 m². M. 11.998 do RGI São Manuel – SP. Proc. 0001105-84.2013.5.15.0043. Reaval.: R$ 170.000,00. V.M: R$ 85.000,00.
9) Imóvel comercial, Av. Miguel Jeronymo Guerreiro, 338, Jd. Alto Cafezal, Cafelândia – SP. Área t. constr.: 124,92m². M. 8.721 do RGI de Cafelândia – SP. Proc. 0010782-36.2016.5.15.0043. Aval: R$ 106.570,00. V.M.: R$ 53.285,00.
10) Nua propriedade de box de estacionamento, nº 130, R. 14 de Dezembro, nº 55 (51 a 59), Ed. Pitangueiras, Centro, Campinas – SP. Área t.: 18,8448m²/útil: 12,234 m². M. 37.948 do 2º RGI Campinas – SP. Há usufruto. Proc. 0174800-21.2009.5.15.0043. Aval: R$ 38.000,00. V.M.: R$ 19.000,00.
11) Fração ideal de 50% de unidade aut. (escritório), n. 14, 1° pav., R. José Paulino, 320, Cond. Ed. Century Tower, Campinas - SP. Área t.: 37,8927m²/útil: 25,9200 m². M. 147.928 do 3° RGI Campinas - SP. Proc. 0118200-58.2001.5.15.0043. Reaval: R$ 70.000,00. V.M.: R$ 35.000,00.
- A alienação será no dia 01/12/2021, até às **14h00min** (catorze horas), impreterivelmente (horário de Brasília), e as propostas deverão ser encaminhadas diretamente ao Corretor nomeado, através do e-mail **contato@galeriapereira.com.br**, sob pena de não serem conhecidas.

Não haverá encerramento presencial.

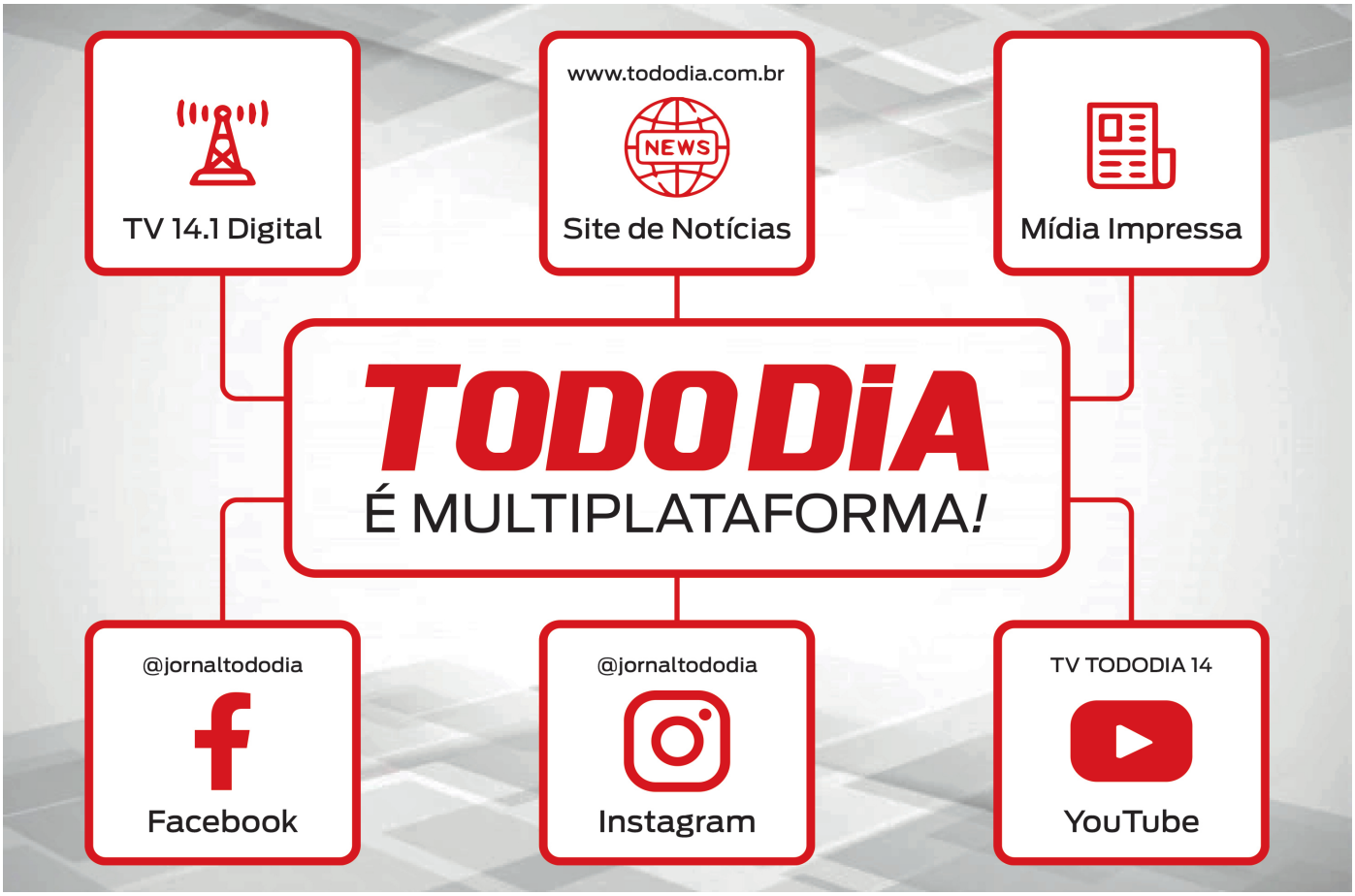
7ª VT Campinas – SP.
Recebimento de Propostas: 03/12/2021,
até às 16h00min.

- Os direitos sobre imóvel comercial (3 pavimentos), R. Professor Milton de Tolosa, n° 325, Jd. do Trevo, Campinas – SP. Área t.: 581,40m²/construída: 820,80m². M. 178.810 do 3° RGI de Campinas – SP. Há alienação fiduciária. Proc. 0010368-11.2018.5.15.0094. Aval.: R$ 2.300.000,00. V.M.: R$ 1.150.000,00.
- Conjunto (salas 1 e 2), 1º A., Ed. Correio Popular, R. Conceição, n° 124, Centro, Campinas – SP. M. 25.043 do 1° RGI de Campinas – SP. Proc. 0012727-65.2017.5.15.0094. Aval.: R$ 1.000.000,00. V.M.: R$ 500.000,00.
- Imóvel c/ 3 edificações: 1 Kitnet e 2 casas, R. Ennes da Silva Maia e R. Maria Nicesia de Lara, n° 187, B. das Palmeiras, Campinas – SP. Área t.: 472,65m². M. 72.981 do 2° RGI de Campinas – SP. Proc. 0001386-09.2014.5.15.0094. Aval.: R$ 650.000,00. V.M.: R$ 487.500,00.
- Galpão comercial/industrial, Av. Ricardo Bassoli Cesare, n° 1117, Jd. das Bandeiras, Campinas – SP. Área t.: 300,00m²/construída: aprox. 245,00m². M. 45.083 do 3° RGI de Campinas – SP. Há hipoteca. Proc. 0010098-50.2019.5.15.0094 (Carta Prec.) Aval.: R$ 530.000,00. V.M.: R$ 265.000,00.
- A) Nua propriedade de conjunto, n° 1.402, 14º Pav., Ed. Banco de Boston, Av. Francisco Glicério, n° 1.424, Centro, Campinas – SP. Área t.: 84,39m²/útil.: 60,35m². M. 48.577 do 2° RGI de Campinas – SP. Há usufruto. Aval.: R$ 140.000,00. V.M.: R$ 116.669,00. **B) Nua propriedade de conjunto, n° 1.401, 14º Pav., Ed. Banco de Boston, Av. Francisco Glicério, n° 1.424, Centro, Campinas – SP.** c/ vaga de garagem (n° 21). Área t.: 102,15ms²/útil.: 73,07ms2. M. 44.912 do 2° RGI de Campinas – SP. Há usufruto. Aval.: R$ 160.000,00. V.M.: R$ 133.336,00. **C) Nua propriedade de vaga, n° 21, 2° subsolo, Ed. Banco de Boston, Av. Francisco Glicério, n° 1.424, Centro, Campinas – SP.** Área t.: 23,95m²/útil.: 20,00ms². M. 44.913 do 2° RGI de Campinas – SP. Há usufruto. Proc. 0014600-81.2009.5.15.0094. Aval.: R$ 35.000,00. V.M.: R$ 29.167,25.
- Apartamento, n° 121, 12º A., Ed. Cond. Hilário Magro, R. Benjamin Constant, Centro, Campinas – SP. Área t.: 124,77m²/útil.: 93,30m². M. 50.133 do 2º RGI de Campinas – SP. Proc. 0001768-11.2012.5.15.0094. Aval.: R$ 300.000,00. V.M.: R$ 225.000,00.
- Casa, R. Maria Zilda Salustriano de Freitas, n° 248, Jd. Sumarezinho, Hortolândia – SP. Área t.: 250m²/construída: 84,93m². M. 8.420 do RGI de Sumaré – SP. Proc. 0011613-62.2015.5.15.0094. Aval.: R$ 267.104,00. V.M.: R$ 133.552,00.
- Casa R. Segundo Mori, 192, Pq. Gramado, Americana – SP. Área t.: 150,00m²/construída: aprox. 90m². M. 58.246 do RGI de Americana – SP. Proc. 0194700-75.2002.5.15.0094. Aval.: R$ 260.000,00. V.M.: R$ 195.000,00.
- Terreno, nº 14, Q. EE, R. Fábio Baptista Pinto, c/ entrada pelo nº 360, Chác. Rec. dos Dourados, Campinas – SP. Área t.: 1.000,00m². M. 61.493 do 1° RGI de Campinas – SP. Proc. 0010498-64.2019.5.15.0094. Aval.: R$ 230.000,00. V.M.: R$ 115.000,00.
- Edícula, lote nº 3, Q. E, R. Otto Guilherme Fritz, Jd. Sta. Maria, Campinas – SP. Área t.: 305,50m². M. 7.023 do 3º RGI de Campinas – SP. Proc. 0011937-81.2017.5.15.0094. Aval.: R$ 114.562,50. V.M.: R$ 57.281,25.
- Terreno, nº 02, Q. 4, Al. dos Dourados, Res. Portão de Ferro, Paulicéia – SP. Área t.: 275,00m². M. 1.091 do RGI de Panorama – SP. Há ação de embargos de terceiro sem decisão de mérito. Proc. 0012637-57.2017.5.15.0094. Aval.: R$ 35.000,00. V.M.: R$ 30.625,00.
- A alienação será no dia **03/12/2021, até às 16h00min** (dezesseis horas), impreterivelmente (horário de Brasília), e as propostas deverão ser encaminhadas diretamente ao Corretor nomeado, através do e-mail **contato@galeriapereira.com.br**, sob pena de não serem conhecidas.

Não haverá encerramento presencial.

- Pagamento Facilitado: 30% de sinal e saldo em até 06 (seis) vezes.
- A alienação será formalizada por termo nos autos da execução. A comissão devida (5% do valor da venda) fica a cargo do proponente.
- Responsável: Adílio Gregório Pereira. Profissional Liberal. CRECI: 65.564-F/19.922-J
- Mais informações e edital completo em: www.galeriapereira.com.br / 19-9-9631-1050 (claro), e-mail: contato@galeriapereira.com.br





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
ATSum 0010782-36.2016.5.15.0043
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME E OUTROS (3)

DESPACHO

Tendo em vista o informado pelo Sr Corretor Judicial, defiro.

Aguarde-se designação de nova data para alienação do bem.

Ciência ao Sr Corretor ADÍLIO GREGÓRIO PEREIRA através de email.

CAMPINAS/SP, 11 de março de 2022

ANA FLAVIA DE MORAES GARCIA CUESTA
Juíza do Trabalho Substituta

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
PROCESSO: ATSum 0010782-36.2016.5.15.0043
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME E OUTROS (3)

Certifico que intimei o corretor do despacho id ca0e25f.

CAMPINAS/SP, 14 de março de 2022.

SIMONE TERCEIRO E BARRETO
Servidor

TRT-15ª REGIÃO Campinas

Simone Terceiro e Barreto <simonehumbert@trt15.jus.br>

INTIMAÇÃO - PROCESSO 0010782-36.2016.5.15.0043

1 mensagem

3ª VT <saj.3vt.campinas@trt15.jus.br> 14 de março de 2022 11:11
Para: adilio@galeriapereira.com.br

Prezado corretor:

Fica V.Sa. intimada do despacho id ca0e25f .

Simone Terceiro
Técnico Judiciário/ 3ª Vara do Trabalho de Campinas/ TRT 15ª Região

Documento_ca0e25f.pdf
64K

Assinado eletronicamente por: SIMONE TERCEIRO E BARRETO - Juntado em: 14/03/2022 11:12:24 - c897439
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/22031411122169900000171734142?instancia=1
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 22031411122169900000171734142

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DA 3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS - SP.

Processo n. 0010782-36.2016.5.15.0043

ADÍLIO GREGÓRIO PEREIRA, nomeado por esta Egrégia Vara para realizar a alienação dos bens penhorados nos autos em epígrafe, vem mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência, Requerer a juntada da minuta do edital.

Termos em que,

Pede deferimento.

Campinas, 21 de junho de 2022.

ADÍLIO GREGÓRIO PEREIRA
OAB/SP 292.948

GALERIA PEREIRA
VENDAS JUDICIAIS

EDITAL DE ALIENAÇÃO JUDICIAL

Responsável: **Adílio Gregório Pereira**, Advogado – OAB/SP 292.948, Corretor de Imóveis CRECI/SP 65.564-F, fone: (19)9-9631-1050 / (19)9-9702-1050.
Site: **www.galeriapereira.com (*sem ".br")***. E-mail:contato@galeriapereira.com.br

---

LOCAL E MODALIDADE: CONCORRÊNCIA PÚBLICA EXCLUSIVAMENTE ELETRÔNICA.
1 - PERÍODO DE RECEBIMENTO DE PROPOSTAS:

a) **CONCORRÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA**: www.galeriapereira.com (sem ".br") **Início do recebimento de propostas**: 20/07/2022 às 14 horas. **Encerramento:** 26/07/2022 às 14 horas, horário de Brasília.

b) **PRAZO SUPLEMENTAR:** Caso o bem não receba proposta válida na "CONCORRÊNCIA PÚBLICA", poderá ser imediatamente alienado ao primeiro licitante que formular proposta que atenda às condições fixadas pelo edital (valor mínimo e quantidade de parcelas), ou seja, venda na modalidade de **"VENDA DIRETA", até o dia 19/10/2022, às 14h00min (catorze horas)**, e poderão ser apresentadas diretamente na plataforma www.galeriapereira.com ou através do e-mail "contato@galeriapereira.com.br".

2 - ENCERRAMENTO: Após o encerramento do prazo de recebimento de propostas, o Corretor nomeado apresentará nos autos o "**MAPA DE CLASSIFICAÇÃO**", com todas as propostas recebidas.

3 - RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Através da plataforma www.galeriapereira.com, mediante "cadastro prévio" e "habilitação", que poderá ser obtido através do atendimento às seguintes condições: **A** - Não poderão alegar desconhecimento das condições de venda, fixadas pelo edital de alienação, e de utilização da plataforma, assumindo os riscos oriundos de falhas ou impossibilidades técnicas de conexão particular à internet, não sendo cabível qualquer reclamação a esse respeito. **B** - O cadastro para obtenção de "*login*" e "*senha*" para acesso à plataforma, implicará em expressa anuência às regras do Edital de Alienação e de utilização da plataforma, e demais diretrizes previstas no ANEXO – I.

4 – VALOR MÍNIMO: 50% (cinquenta por cento) da avaliação, salvo informação diversa à margem do respectivo lote.

5 - FORMA DE PAGAMENTO: À VISTA, no prazo máximo e improrrogável de 5 (cinco) dias a contar da intimação da homologação da proposta vencedora, ou, **PARCELADO**, apenas no caso de IMÓVEIS, com 30% (trinta por cento) de entrada e saldo remanescente em até 6 (seis) parcelas mensais e consecutivas, atualizadas monetariamente pelo índice **INPC** (Índice nacional de preços ao consumidor).

6 - CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS: Será considerada vencedora a proposta que resultar no maior valor acima do "*preço mínimo*" fixado para o bem. Propostas "À VISTA", ou com o menor número de parcelas, preferem às propostas parceladas, nos termos do parágrafo 7º do artigo 895 do CPC.

6.1 Ocorrendo propostas de idêntico valor, observar-se-á a seguinte ordem: a) o pagamento à vista; b) a proposta com menor número de parcelas. Havendo propostas idênticas, a que tiver sido recebida em primeiro lugar.

7 - DOS HONORÁRIOS: O adquirente pagará ao Corretor responsável a importância de 5% (cinco por cento) do preço da alienação no prazo máximo de 5 (cinco) dias após a homologação da proposta, através de transferência bancária, em conta a ser indicada pelo corretor responsável. Os referidos honorários não integram (não estão inclusos) no *preço*, e este não será devolvido ao adquirente em nenhuma hipótese, salvo se a alienação for desfeita por determinação judicial por razões alheias à vontade do proponente.
A partir da publicação deste Edital, na hipótese de adjudicação do(s) bem(s) pelo exequente, este ficará responsável pela integralidade da comissão do corretor responsável.

8 - PARCELAMENTO DO ARTIGO 895 PARÁGRAFO 1º DO CPC: As propostas deverão ser apresentadas pelo e-mail "contato@galeriapereira.com.br", e não havendo propostas mais vantajosas, serão apreciadas pelo juízo ao final do certame. O seu recebimento não interrompe ou suspende o curso/prazos da alienação, e tampouco vinculam o juízo.

9 - PROPOSTA CONDICIONAL: Propostas que não atendam às condições fixadas pelo edital,

Assinado eletronicamente por: ADILIO GREGORIO PEREIRA - 21/06/2022 10:08:45 - addb1a1
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22062110080442000000179281207
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. addb1a1 - Pág. 1
Número do documento: 22062110080442000000179281207

GALERIA PEREIRA
VENDAS JUDICIAIS

inclusive quanto a: "*valor mínimo*", "*quantidade de parcelas*" ou estejam "*condicionadas*" poderão ser recepcionadas na modalidade *"condicional"* através do e-mail "contato@galeriapereira.com.br". O recebimento de propostas na modalidade "*condicional*", não interrompe ou suspende o curso/prazos da alienação e tampouco vinculam o juízo.
10 - HOMOLOGAÇÃO DA PROPOSTA VENCEDORA: A alienação dos bens será formalizada por termo nos autos da execução, abrindo prazo para o arrematante vencedor realizar o recolhimento do valor proposto e honorários do corretor responsável no prazo de 5 (cinco) dias contados da intimação.
11 - ÔNUS: Nos termos do parágrafo único do artigo 130 do Código Tributário Nacional e artigo 78 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a aquisição através de alienação judicial (expropriação), tem natureza jurídica de **AQUISIÇÃO ORIGINÁRIA**, ou seja, o arrematante e o bem adquirido não respondem por nenhum débito que incida sobre o bem (seja ele móvel ou imóvel), especialmente IPTU, IPVA, MULTAS E JUROS, DÉBITOS CONDOMINIAIS, que são de responsabilidade do executado, nos termos dos artigos 1.430 do Código Civil e 908, § 1º do Código de Processo Civil.
I - HIPOTECA**:** Estando o imóvel gravado por hipoteca, esta será cancelada após a expropriação, nos termos do artigo 1.499, inciso VI do Código Civil.
II – BAIXA DE ÔNUS: Com o registro da carta de alienação/arrematação, os ônus averbados à margem da certidão de ônus reais (certidão de matricula) serão cancelados pelo Oficial do Registro de Imóveis.
III – DESVINCULAÇÃO DE ÔNUS**:** A recusa à desvinculação dos débitos fiscais, condominiais e a inobservância da adequada base de cálculo para apuração do ITBI (Imposto de Transmissão de bem imóvel) caracterizará ato atentatório a dignidade da justiça, por se tratarem de providências que decorrem de lei. (STJ RECURSO ESPECIAL Nº 863.893 - PR (2006/0141866-4).
IV – ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA: Em caso de alienação fiduciária, eventual crédito sub-roga-se sobre o "*preço*" da arrematação.
12 - PROPOSTA APRESENTADA DIRETAMENTE NO PROCESSO: Por determinação expressa do artigo 1º do Provimento 4/2019, as expropriações devem obrigatoriamente ser promovidas pela DIVISÃO DE EXECUÇÃO ou através de ALIENAÇÃO POR INICIATIVA PARTICULAR, que sempre serão precedidas de edital de alienação com ampla publicidade. Propostas apresentadas diretamente nos autos, antes, durante ou após o certame, em homenagem à isonomia e publicidade, não serão conhecidas.
13 – DA ARREMATAÇÃO "COM CRÉDITOS": Se o crédito dos exequentes for suficiente para a aquisição do bem na alienação por iniciativa particular, e os exequentes desejarem oferecer proposta de arrematação utilizando tal crédito, serão observadas as seguintes regras:
a) Na hipótese de o exequente ser o único credor trabalhista com crédito habilitado nos autos da execução em que foi determinada a alienação do bem penhorado, a arrematação com a utilização dos créditos somente será deferida se, por ocasião da realização da alienação por iniciativa particular, apresentar ao Corretor responsável a certidão atualizada do seu crédito, até o dia útil imediatamente anterior à data da alienação, bem como certidão que comprove ser ele/a o único credor trabalhista com crédito habilitado nos autos em que foi determinada a alienação do bem penhorado, tendo em vista o disposto no §1º do art. 892 do Código de Processo Civil ("Se o exequente arrematar os bens e for o único credor, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor dos bens exceder ao seu crédito, depositará, dentro de 3 (três) dias, a diferença, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação, e, nesse caso, realizar-se-á novo leilão, à custa do exequente");
b) Na hipótese de existir mais de um credor trabalhista com crédito habilitado nos autos em que foi determinada a alienação do bem penhorado, a arrematação com a utilização dos créditos somente será deferida se todos os credores trabalhistas se fizerem presentes, pessoalmente ou devidamente representados por procurador com poderes específicos para tal ato, e manifestarem o desejo de arrematar conjuntamente o bem, hipótese na qual cada um deles adquirirá uma parte ideal proporcional ao seu crédito, cabendo-lhes pagar proporcionalmente à comissão fixada ao Corretor Judicial.
c) Na hipótese da alínea anterior, caso não haja a concordância de arrematação conjunta de todos os credores, será indeferida a arrematação por crédito.
d) Na hipótese da alínea b, em que a arrematação será feita coletivamente por todos os credores trabalhistas, os interessados e/ou seus procuradores deverão informar ao Corretor responsável

Assinado eletronicamente por: ADILIO GREGORIO PEREIRA - 21/06/2022 10:08:45 - addb1a1
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22062110080442000000179281207
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. addb1a1 - Pág. 2
Número do documento: 22062110080442000000179281207

GALERIA PEREIRA
VENDAS JUDICIAIS

da aquisição coletiva naqueles exatos moldes, apresentando ao gestor nomeado as respectivas procurações e certidões atualizadas dos seus créditos, até o dia útil imediatamente anterior à data da alienação, bem como certidão que comprove serem eles/as os únicos credores trabalhistas com créditos habilitados no processo piloto.

14 - DA VISITAÇÃO - Constitui ônus dos interessados examinar o(s) imóvel(is) a ser(em) alienado(s), podendo valer-se de pesquisa junto ao Registro de Imóveis e a Prefeitura.

15 - ESTADO DE USO E CONSERVAÇÃO DOS BENS: A arrematação será realizada no estado de uso e conservação em que se encontram, sendo de exclusiva responsabilidade dos interessados a verificação/levantamento antecipado quanto aos ônus, ocupação, viabilidades, restrições legais, urbanísticas e ambientais, inclusive, permissões, consertos, reparos ou mesmo providências referentes à remoção, embalagem, transporte e qualquer informação que se julgue necessário.

16 - "*AD CORPUS*": As medidas indicadas são meramente enunciativas. A arrematação de imóvel não abrangerá bens móveis que se encontram em seu interior, salvo disposição expressa em sentido contrário.

17 – DA IMPOSSIBILIDADE DE ARREPENDIMENTO, INADIMPLEMENTO E MORA DO ARREMATANTE: Ressalvada a hipótese do artigo 903, parágrafo 5º do Código de Processo Civil, a proposta de arrematação é irrevogável e irretratável e vincula o proponente. A ausência do depósito (inadimplemento), acarretará a perda, em favor da execução, do valor já pago, além da integralidade da comissão devida ao corretor responsável, sem prejuízo de aplicação de multa pela mora de 20% (vinte por cento) sobre o valor da venda, com a execução do valor remanescente que poderá ser dirigida ao patrimônio dos adquirentes, com responsabilidade solidária de seus sócios, no caso de pessoa jurídica, dispensando qualquer intimação para tanto.

18 - DOS RECURSOS: Os embargos à arrematação, nos termos do artigo 903 do Código de Processo Civil não terão efeito suspensivo, considerando-se perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham a serem julgados procedentes os embargos.
O prazo para eventuais embargos à arrematação ou adjudicação passará a fluir da data da alienação, independentemente de nova notificação.

19 - DA EVICÇÃO: I - Constitui ônus do Arrematante o acompanhamento da expedição da carta de alienação/arrematação junto ao cartório, e seu imediato registro. Qualquer dificuldade quanto à: obter/localizar o bem móvel ou imóvel, registro da carta de arrematação/alienação, imitir-se na posse, deverão ser imediatamente comunicadas ao juízo responsável para as providências cabíveis. **II** - O Corretor nomeado não responde pela evicção, atuando como mero mandatário, ficando, assim, eximido de eventuais responsabilidades por vícios ou defeitos nos bens alienados (ocultos ou não), bem como, também por indenizações, trocas, consertos, compensações financeiras de qualquer hipótese ou natureza.

20 - REMIÇÃO DA EXECUÇÃO: Se o(a) executado(a) pagar a dívida antes de adjudicado(s) ou alienado(s) o(s) bem(ns), na forma do artigo 826, do Novo Código de Processo Civil, deverá apresentar até a data e hora designadas para o recebimento de propostas, a guia comprobatória do referido pagamento da dívida atualizada, juros, custas, honorários advocatícios, e 2,5% (dois e meio por cento) do valor da avaliação do bem, a título de honorários ao Corretor nomeado (artigo 6º, § 1º do Provimento GP-CR 04/2014).

21 - DA PREFERÊNCIA PELA AQUISIÇÃO GLOBAL: A arrematação global prefere à individual, nos termos disposto no artigo 893 do Código de Processo Civil.

22 - PRODUTOS CONTROLADOS: Para arrematação dos produtos de venda e/ou armazenagem controlados (ex. Combustível, Inflamáveis, remédio, produtos bélicos, dentre outros), o licitante deverá atender às regras impostas pelo órgão responsável e legislação em vigor.

23 - DESPESAS QUE INCIDEM NA ARREMATAÇÃO: Todas as providências e despesas referentes à transferência de imóveis e veículos, tais como registro da carta de arrematação/alienação, ITBI, foro, laudêmio, taxas, alvarás, certidões, registros, averbações, retificação de área e outras eventuais despesas pertinentes, inclusive débitos apurados junto ao INSS oriundos de construção e/ou reformas não averbadas e ainda, despesas com a remoção de bens móveis, correrão por conta do arrematante ou adjudicante.

24 - DAS OMISSÕES: Os casos omissos e havendo incidentes ocorridos por ocasião da expropriação, serão resolvidos pelo Juízo mediante provocação.

25 - INTIMAÇÕES: O presente edital estará disponível na íntegra no site do Corretor nomeado, nos termos do Art. 889, § único, do CPC. A publicação deste edital de alienação supre eventual

Assinado eletronicamente por: ADILIO GREGORIO PEREIRA - 21/06/2022 10:08:45 - addb1a1
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22062110080442000000179281207
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. addb1a1 - Pág. 3
Número do documento: 22062110080442000000179281207

GALERIA PEREIRA
VENDAS JUDICIAIS

insucesso nas intimações pessoais e dos respectivos patronos, em especial à executada e/ou sócios, inclusive aos cônjuges quando for o caso. A publicação do edital valerá como EDITAL DE INTIMAÇÃO.

26 – IMPORTANTE:

a) Qualquer inconsistência das informações poderá ser sanada até a assinatura do auto. Reservamo-nos o direito à correção de possíveis erros de digitação, e demais inconsistências das informações apresentadas até a assinatura do auto.

b) As fotos do site www.galeriapereira.com são meramente exemplificativas.

BENS DISPONÍVEIS: 3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS – SP.

LOTE 01: N° PROCESSO: 0012087-55.2016.5.15.0043 – EXEQUENTE: MAX DA SILVA CORDEIRO; EXECUTADO: PARMEGIANA FACTORY CAMPINAS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA + 02. O **quinhão de terras C,** com a área de **seis alqueires e três quartas e meia**, ou seja, **16,6375ha**, mais ou menos, sem benfeitorias, fechado por cercas de arame farpado, denominado Sítio Guarani, situado no **Bairro do Rio do Peixe,** em **Porangaba – SP**, compreendido dentro das seguintes confrontações: começa num padrão de pau, junto as divisas de Juvencio Antonio dos Reis e segue pela testada com o referido Juvencio em 293,92 metros; deflete à esquerda e segue com o condômino José Mariano dos Reis e sua mulher em 349,14 metros; deflete à direita e segue com os mesmos, em 163,00 metros; deflete à esquerda e segue com o condômino José Soares da Silva e sua mulher, em 229,68 metros; pequena deflexão à esquerda e segue pelo Rio do Peixe, por suas deflexões; finalmente deflete à esquerda e segue com Juvencio Antonio dos Reis, deixando o dito rio em 566,50 metros, fazendo pequena deflexão à direita prossegue com o mesmo Juvencio, em 66,00 metros até encontrar o ponto de partida, fechando-se o perímetro. CADASTRO: o imóvel está cadastrado no INCRA sob nº 631.060.006.017-2, com os seguintes dados: área total de 18,2000ha, módulo rural 15,6250ha, FMP 2ha. Imóvel matriculado sob n° 11.687 do RGI de Porangaba – SP. OBS: 1) Conforme Av.03/11.687 consta que o imóvel está cadastrado no INCRA sob n° 631.060.006.017-2, com os seguintes dados: denominação **Sítio Santa Rita de Cassia**, área total de 16,60ha, nº de módulos rurais 0, nº de módulos fiscais 0,5533, FMP 2ha e cadastrado na Receita Federal em área maior sob o NIRF nº 0.327.768-2 com área total de 18,2ha. 2) Conforme Auto de Penhora e Avaliação, consta as seguintes benfeitorias: **casa sede** em alvenaria com quatro quartos, sendo dois com suíte; um banheiro social, uma sala e uma cozinha; **casa do caseiro** em alvenaria, contendo dois quartos, sala, cozinha e banheiro; um **barracão** em alvenaria; um **barracão** aberto com aproximadamente **1.400m2**, era utilizado para granjas; área externa (fundos), com uma churrasqueira em alvenaria e banheiro; dois tanques de criação de peixes. ÔNUS: 1) Conforme Av.05/11.687 consta INDISPONIBILIDADE DE BENS no processo n° 50020290420194036126 pela 3ª Vara Federal de Santo André – SP. 2) Conforme Av.06/11.687 consta PENHORA no processo n° 0011467-50.2017.5.15.0094 pela Central de Mandados da Comarca de Campinas – SP. 3) Conforme Av.07/11.687 consta INDISPONIBILIDADE DE BENS no processo n° 10020153720165020242 pela 2ª Vara do Trabalho de Cotia – SP. 4) Conforme Av.08/11.687 consta INDISPONIBILIDADE DE BENS no processo n° 10020340920175020242 pela 2ª Vara do Trabalho de Cotia – SP. 5) Conforme Av.09/11.687 consta INDISPONIBILIDADE DE BENS no processo n° 10002757320185020242 pela 2ª Vara do Trabalho de Cotia – SP. 6) Conforme Av.10/11.687 consta INDISPONIBILIDADE DE BENS no processo n° 10003071520175020242 pela 2ª Vara do Trabalho de Cotia – SP. 7) Conforme Av.11/11.687 consta INDISPONIBILIDADE DE BENS no processo n° 10004388720175020242 pela 2ª Vara do Trabalho de Cotia – SP. 8) Conforme Av.12/11.687 consta INDISPONIBILIDADE DE BENS no processo n° 10022666320165020013 pelo Juízo Auxiliar em Execução da Justiça do Trabalho de São Paulo – SP. 9) Conforme Av.13/11.687 consta INDISPONIBILIDADE DE BENS no processo n° 00004531620195140001 pela 1ª Vara do Trabalho de Porto Velho – RO. 10) Conforme Av.14/11.687 consta INDISPONIBILIDADE DE BENS no processo n° 10005616020185020433 pelo Juízo Auxiliar de Conciliação em Execução do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. 11) Conforme Av.15/11.687 consta INDISPONIBILIDADE DE BENS no processo n° 10007642220185020433 pelo Juízo Auxiliar em Execução do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. 12) Conforme Av.16/11.687 consta INDISPONIBILIDADE DE BENS no processo n° 10010228020195020050 pelo Juízo Auxiliar em Execução do Tribunal Regional do Trabalho da

Assinado eletronicamente por: ADILIO GREGORIO PEREIRA - 21/06/2022 10:08:45 - addb1a1
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22062110080442000000179281207
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. addb1a1 - Pág. 4
Número do documento: 22062110080442000000179281207

GALERIA PEREIRA
VENDAS JUDICIAIS

2ª Região. 13) Conforme Av.17/11.687 consta INDISPONIBILIDADE DE BENS no processo n° 10022004520165020058 pelo Juízo Auxiliar em Execução do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. 14) Conforme Av.18/11.687 consta INDISPONIBILIDADE DE BENS no processo n° 10003649620185020242 pelo Juízo Auxiliar de Conciliação em Execução do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. 15) Conforme Av.19/11.687 consta INDISPONIBILIDADE DE BENS no processo n° 10012954620195020022 pelo Grupo Auxiliar de Execução e Pesquisa Patrimonial do TRT da 2ª Região. 16) Conforme Av.20/11.687 consta INDISPONIBILIDADE DE BENS no processo n° 10020625820175020021 pelo Grupo Auxiliar de Execução e Pesquisa Patrimonial - GAEPP do TRT da 2ª Região. 17) Conforme Av.21/11.687 consta INDISPONIBILIDADE DE BENS no processo n° 10024060420165020432 pelo Grupo Auxiliar de Execução e Pesquisa Patrimonial – GAEPP do TRT da 2ª Região. 18) Conforme Av.22/11.687 consta INDISPONIBILIDADE DE BENS no processo n° 10008614720175020242 pelo Grupo Auxiliar de Execução e Pesquisa Patrimonial – GAEPP do TRT da 2ª Região. 19) Conforme Av.23/11.687 consta INDISPONIBILIDADE DE BENS no processo n° 10008144320195020003 pelo Grupo Auxiliar de Execução e Pesquisa Patrimonial – GAEPP do TRT da 2ª Região. 20) Conforme Av.24/11.687 consta INDISPONIBILIDADE DE BENS no processo n° 10005674120175020065 pelo Grupo Auxiliar de Execução e Pesquisa Patrimonial – GAEPP do TRT da 2ª Região. 21) Conforme Av.25/11.687 consta INDISPONIBILIDADE DE BENS no processo n° 10007906820185020029 pelo Grupo Auxiliar de Execução e Pesquisa Patrimonial – GAEPP do TRT da 2ª Região. 22) Conforme Av.26/11.687 consta INDISPONIBILIDADE DE BENS no processo n° 10010228020195020050 pelo Grupo Auxiliar de Execução e Pesquisa Patrimonial – GAEPP do TRT da 2ª Região. 23) Conforme Av.27/11.687 consta INDISPONIBILIDADE DE BENS no processo n° 10025991020165020241 pelo Grupo Auxiliar de Execução e Pesquisa Patrimonial – GAEPP do TRT da 2ª Região. 24) Conforme Av.28/11.687 consta INDISPONIBILIDADE DE BENS no processo n° 10012657620185020432 pelo Grupo Auxiliar de Execução e Pesquisa Patrimonial – GAEPP do TRT da 2ª Região. 25) Conforme Av.29/11.687 consta INDISPONIBILIDADE DE BENS no processo n° 00004296220195120059 pela Vara do Trabalho de Palhoça – SC. 26) Conforme Av.30/11.687 consta INDISPONIBILIDADE DE BENS no processo n° 00002544320195120035 pela 2ª Vara do Trabalho de São José – SC. 27) Conforme Av.31/11.687 consta INDISPONIBILIDADE DE BENS no processo n° 10017029720195020007 pela 7ª Vara do Trabalho de São Paulo – SP. 28) Conforme Av.32/11.687 consta INDISPONIBILIDADE DE BENS no processo n° 10007546920185020435 pela 5ª Vara do Trabalho de Santo André – SP. 29) Conforme Av.33/11.687 consta INDISPONIBILIDADE DE BENS no processo n° 10017388420175020242 pelo Grupo Auxiliar de Execução e Pesquisa Patrimonial - GAEPP do TRT da 2ª Região. 30) Conforme Av.34/11.687 consta INDISPONIBILIDADE DE BENS no processo n° 10023011520165020242 pelo Grupo Auxiliar de Execução e Pesquisa Patrimonial - GAEPP do TRT da 2ª Região. 31) Conforme Av.35/11.687 consta PENHORA no processo n° 1001722-59.2017.5.02.0007 pela 7ª Vara do Trabalho de São Paulo – SP. 32) Conforme Av.36/11.687 consta PENHORA no processo n° 1002266-63.2016.5.02.0013 pela 13ª Vara do Trabalho de São Paulo – SP. 33) Conforme Av.37/11.687 consta INDISPONIBILIDADE DE BENS no processo n° 10007861520185020002 pelo Grupo Auxiliar de Execução e Pesquisa Patrimonial – GAEPP do TRT da 2ª Região. 34) Conforme Av.38/11.687 consta PENHORA no processo n° 1000628-78.2019.5.02.0016 pela 16ª Vara do Trabalho de São Paulo – SP. 35) Conforme Av.39/11.687 consta INDISPONIBILIDADE DE BENS no processo n° 10010934420175020053 pelo Grupo Auxiliar de Execução e Pesquisa Patrimonial - GAEPP, Vara de São Paulo – SP. 36) Conforme Av.40/11.687 consta INDISPONIBILIDADE DE BENS no processo n° 10020340920175020242, pelo Grupo Auxiliar de Execução e Pesquisa Patrimonial – GAEPP, pela Vara de São Paulo – SP. 37) Conforme Av.41/11.687 consta INDISPONIBILIDADE DE BENS no processo n° 10026354920165020242 pelo Grupo Auxiliar de Execução e Pesquisa Patrimonial – GAEPP, pela Vara de São Paulo - SP. 38) Conforme Av.43/11.687 consta INDISPONIBILIDADE DE BENS no processo nº 10004709220175020242 do Grupo Auxiliar de Execução e Pesquisa Patrimonial - GAEPP, Vara de São Paulo - SP. 39) Conforme Av.44/11.687 consta INDISPONIBILIDADE DE BENS no processo nº 10003882720185020242 do Grupo Auxiliar de Execução e Pesquisa Patrimonial - GAEPP, Vara de São Paulo - SP. 40) Conforme Av.45/11.687 consta INDISPONIBILIDADE DE BENS no processo nº 10009747620185020432 do Grupo Auxiliar de Execução e Pesquisa Patrimonial - GAEPP, Vara de São Paulo - SP. 41) Conforme Av.46/11.687 consta PENHORA no processo nº 1000231-77.2017.5.02.04 pela 34ª Vara do Trabalho de São Paulo - SP. 42)

Assinado eletronicamente por: ADILIO GREGORIO PEREIRA - 21/06/2022 10:08:45 - addb1a1
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22062110080442000000179281207
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. addb1a1 - Pág. 5
Número do documento: 22062110080442000000179281207

GALERIA PEREIRA
VENDAS JUDICIAIS

Conforme Av.47/11.687 consta PENHORA no processo nº 10008067420185020432 pela 2ª Vara do Trabalho de Santo André - SP. 43) Conforme Av.48/11.687 consta PENHORA no processo nº 10020533822016502047 2 pelo Grupo Auxiliar de Execução e Pesquisa Patrimonial, São Paulo - SP. Avaliado em 24/08/2021 em R$ 1.240.000,00 (um milhão e duzentos e quarenta mil reais). **Valor mínimo: R$ 620.000,00 (seiscentos e vinte mil reais).** Depositária: Yoshie Yamashita Simões.

LOTE 02: N° PROCESSO: 0010362-55.2021.5.15.0043 – EXEQUENTE: ROBERTO LEME DA SILVA; EXECUTADO: MEGAMASTER - COMERCIO DE ANTENAS LTDA – ME + 03. Os direitos sobre Lote **27 da quadra Q, do loteamento denominado Residencial Paineiras,** localizado no Município de **Paulínia**, nesta Comarca de Campinas – SP e 4ª Circunscrição Imobiliária, com a seguinte descrição: mede 12,00 metros de frente para a Rua Treze; 25,00 metros da frente ao fundo do lado direito de quem do terreno olha para a rua, confrontando com o lote n° 28; 25,00 metros do lado esquerdo, confrontando com o lote nº 26; e 12,00 metros no fundo, confrontando com os lotes n°s 02 e 03, **encerrando a área de 300,00 m2.** Imóvel matriculado sob n° 6.601 do 4° RGI de Campinas – SP. OBS: 1) Conforme Av.01/6.601 consta que o imóvel integra o loteamento fechado Residencial Paineiras. 2) Conforme Av.02/6.601 consta que o imóvel está cadastrado na Prefeitura Municipal local sob n° 855.327.922.700.000. 3) Conforme Av.04/6.601 consta construção de um **prédio residencial** com frente para a Rua Treze **n° 146,** contendo a **área de 242,70m2.** 4) Conforme Av.07/6.601 consta que a Rua Treze do loteamento denominado Residencial Paineiras, onde está situado o imóvel supra, passou a denominar-se **Rua Carla Roberta Gomes da Silva.** 5) Conforme Av.15/6.601 consta que o Foro Distrital de Paulínia foi elevado à categoria de Comarca. 6) Conforme Auto de Penhora e Avaliação, o imóvel se trata da residência da reclamada. ÔNUS: 1) Conforme R.06/6.601 e Av.12/6.601 consta ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA em favor do Itaú Unibanco S.A. 2) Conforme Av.17/6.601 consta INDISPONIBILIDADE DE BENS no processo n° 00000511320135150131 pela 12ª Vara do Trabalho de Campinas – SP. 3) Conforme Av.18/6.601 consta INDISPONIBILIDADE DE BENS no processo n° 00025954420135150140 pela Vara do Trabalho de Atibaia – SP. 4) Conforme Av.19/6.601 consta INDISPONIBILIDADE DE BENS no processo n° 00001110320135150093 pela 6ª Vara do Trabalho de Campinas – SP. 5) Conforme Av.20/6.601 consta PENHORA de parte ideal de 50% do imóvel no processo n° 100244410 pelo 1° Ofício Judicial do Foro e Comarca de Paulínia – SP. 6) Conforme Av.22/6.601 consta AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL sob nº 0004781-81.2019.8.26.0428 pela 1ª Vara do Foro e Comarca de Paulínia – SP. 7) Conforme pesquisa realizada no site da Prefeitura Municipal de Paulínia - SP, em 07/06/2022, constam débitos relativos à IPTU no valor de R$ 368,54. Avaliado em 10/09/2021 em R$ 975.200,00 (novecentos e setenta e cinco mil e duzentos reais). **Valor mínimo: R$ 487.600,00 (quatrocentos e oitenta e sete mil e seiscentos reais).**

LOTE 03: Nº PROCESSO: 0010459-94.2017.5.15.0043 - EXEQUENTE: MARIA DE LOURDES GONCALVES SANTANA; EXECUTADO: CONFECCOES CELIAN LTDA + 07. LOTE de terreno nº. "7", da quadra "C", do Loteamento denominado "**Jardim Belo Horizonte**", nesta cidade e 1º subdistrito de **Campinas**, com a **área total de 420,00 mts2,** medindo 10,00 mts de frente para a rua "L"; 10,20 mts nos fundos; 41,18 ms de um lado, e 44,00 ms de outro lado confrontando com os lotes "6" e "8", e com quem de direito. Nº CADASTRO: 26.559.000, quarteirão nº 595. (terreno). Nº CADASTRO: 042.076.486 (prédio). Imóvel matriculado sob nº 10.759 do 1º RGI de Campinas – SP. OBS: 1) Conforme Av.02/10.759 consta que a Rua "L" recebeu a denominação de **Rua Antonio Bonavita,** e no lote do terreno supra, foi regularizada uma dependência residencial, que recebeu o **nº 61**, pela Rua Antonio Bonavita. 2) Conforme Av.03/10.759 consta que o **prédio residencial** desta matrícula, foi concluído, e possui **área construída de 54,40mts2**. 3) Conforme Certidão do Sr. Oficial de Justiça, além da edificação averbada do imóvel (Av.03/10.759), foram edificadas no imóvel, segundo informações: uma área de entretenimento muito simples: com parede de alvenaria apenas no fundo, telhado com telhas de amianto, sustentado com colunas de madeira, com uma churrasqueira e um forno a lenha e uma cobertura para o veículo simples. O imóvel encontrava-se ocupado. ÔNUS: 1) Conforme R.11/10.759 consta que o imóvel foi ARROLADO pela Delegacia da Receita Federal de Campinas – SP. 2) Conforme Av.12/10.759 consta AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL no processo n° 583.00.2011.213978-1/000000-000 pela 34ª Vara Cível do Fórum Central Cível João Mendes Júnior da Comarca de São Paulo – SP. 3) Conforme Av.15/10.759 consta AÇÃO DE EXECUÇÃO

Assinado eletronicamente por: ADILIO GREGORIO PEREIRA - 21/06/2022 10:08:45 - addb1a1
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22062110080442000000179281207
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. addb1a1 - Pág. 6
Número do documento: 22062110080442000000179281207

GALERIA PEREIRA
VENDAS JUDICIAIS

DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL sob nº 1008431-62.2017.8.26.0114 pela 1ª Vara Cível de Campinas - SP. 4) Conforme Av.16/10.759 consta PENHORA sob nº 10475920175150032 pela 2ª Vara do Trabalho de Campinas - SP. 5) Conforme Av.17/10.759 consta PENHORA sob nº 1042687-94.2018.8.26.0114-1 pelo 2º Ofício Cível de Campinas - SP. 6) Conforme Av.18/10.759 consta INDISPONIBILIDADE DE BENS no processo nº 00104759201751003 2 pela 2ª Vara do Trabalho de Campinas - SP. 7) Conforme Av.19/10.759 consta PENHORA sob nº 550039993920184036105 pela 3ª Vara Federal de Campinas - SP. 8) Conforme Av.20/10.759 consta PENHORA sob nº 4017307-91.2013.8.26.0114 pelo 9º Ofício Cível de Campinas - SP. 9) Conforme Av.22/10.759 consta INDISPONIBILIDADE DE BENS sob nº 00148406920158160001 pela 16ª Vara Cível de Curitiba - PR. 10) Conforme Av.23/10.759 consta PENHORA sob nº 108431-62.2017 pelo 1º Oficio Cível de Campinas - SP. 11) Conforme Av.24/10.759 consta PENHORA no processo nº 00085722120124036105 pela 3ª Vara Federal de Campinas - SP. 12) Conforme Av.25/10.759 consta PENHORA no processo 0008107-36.2017.4.03.6105 pela 5ª Vara Federal de Campinas - SP. 13) Conforme Av.26/10.759 consta INDISPONIBILIDADE DE BENS no processo 00104351320175150093 pela 6ª Vara do Trabalho de Campinas - SP. 14) Conforme Av.27/10.759 consta INDISPONIBILIDADE DE BENS no processo nº 00102036420185150093 pela 6ª Vara do Trabalho da Comarca de Campinas – SP. 15) Conforme Av.28/10.759 consta INDISPONIBILIDADE DE BENS no processo nº 00105029320195150032 pela 2ª Vara do Trabalho da Comarca de Campinas – SP. Avaliado em 26/04/2019 em R$ 963.217,80 (novecentos e sessenta e três mil, duzentos e dezessete reais e oitenta centavos). **Valor mínimo: R$ 481.608,90 (quatrocentos e oitenta e um mil, seiscentos e oito reais e noventa centavos).** Depositário: José Dimarzio Netto.

LOTE 04: N° PROCESSO: 0010783-50.2018.5.15.0043 – EXEQUENTE: CELSO BONIFACIO; EXECUTADO: MARLON RODRIGUES – ME + 02. APARTAMENTO n° 72, **tipo "A",** localizado no **7° andar do EDIFÍCIO LOUVRE**, situado à **Rua Coronel Quirino n° 1916**, nesta cidade e 1a. Circunscrição de **CAMPINAS**, contendo: - sacada, sala de estar - jantar, dois dormitórios, lavabo, banheiro social, cozinha, área de serviço e WC, com a **área útil de 79,30m2**, **comum de 23,062m2**, **área total de 102,362m2**, mais uma parte ideal de 20,830m2 no todo do terreno, estando vinculado o BOX DE GARAGEM N° 4 (quatro) localizado no subsolo do edifício, com a área útil de 16,00m2, mais uma parte ideal de 2,102m2 no todo do terreno onde se assenta o edifício que mede: - 21,00ms de frente pelo alinhamento da rua Coronel Quirino; do lado direito 35,00ms, de quem de dentro do terreno olha para a rua, onde confronta com o prédio n° 1936 da rua Coronel Quirino e parte do terreno do prédio n° 44 da rua Almirante Tamandaré; do lado esquerdo 30,00ms, onde confronta com o prédio n° 1906 da rua Coronel Quirino e parte do lote 11 e nos fundos 9,00ms, defletindo à esquerda 0,20ms, defletindo à direita 3,60ms, defletindo novamente à direita 2,70ms e defletindo à esquerda 7,70m2, onde confronta com parte do terreno do prédio n° 151 da rua Sampaio Ferraz, encerrando a área de 648,20m2. Nº CADASTRO: 042.065.879 (apart); 042.065.885 (box); Qt. 638. Imóvel matriculado sob n° 37.885 do 1° RGI de Campinas – SP. OBS: 1) Conforme Auto de Avaliação, consta que o imóvel está em bom estado geral de conservação, com área total de **102m2,** e estava ocupado. 2) Conforme Av.17/37.885 consta que foi declarada a INEFICÁCIA da doação objeto do R.13/37.885, por ter sido realizado em fraude à execução. ÔNUS: 1) Conforme Av.16/37.885 consta INDISPONIBILIDADE DE BENS no processo n° 1043776-21.2019.8.26.0114 pela 8ª Vara Cível da Comarca de Campinas – SP. 2) **Há Agravo de Petição sem julgamento definitivo, conforme respeitável decisão sob *ID n. 8248c7c.*** Avaliado em 25/11/2021 em R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais). **Valor mínimo: R$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais).** Depositário: Marlon Rodrigues.

LOTE 05: N° PROCESSO: 0011440-26.2017.5.15.0043 – EXEQUENTE: MARCIO BARROS SOARES +02; EXECUTADO: CIENGE ENGENHARIA E COMERCIO EIRELI +02. PRÉDIO, compreendendo **casa**, respectivo **terreno e quintal**, situado à **Rua Reverendo Paulo Lício Rizzo, número 61**, no 1° Subdistrito e 1ª Circunscrição Imobiliária desta cidade e comarca de **CAMPINAS**, medindo o terreno, inclusive a parte construída, 10,50 mts. de frente para a referida rua; igual largura nos fundos, por 24,00 mts., de ambos os lados, da frente aos fundos, com a **área de 252,00 mts.**, confrontando do lado direito com o lote 15; do lado esquerdo com o terreno do prédio 71 pela mesma rua e fundo com o terreno do prédio 62, pela rua Djalma de Campos Pádua. N° Cadastro: 005.263.025, Qt.847 da Prefeitura Municipal de Campinas. Imóvel matriculado sob n° 73.804 do 1° RGI de Campinas – SP. OBS: Conforme Auto de Penhora e

Assinado eletronicamente por: ADILIO GREGORIO PEREIRA - 21/06/2022 10:08:45 - addb1a1
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22062110080442000000179281207
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. addb1a1 - Pág. 7
Número do documento: 22062110080442000000179281207

GALERIA PEREIRA
VENDAS JUDICIAIS

Avaliação, consta que o imóvel está localizado no **Jardim Margarida, Campinas – SP.** ÔNUS: 1) Conforme Av.09/73.804 consta PENHORA no processo n° 0011444-07.2017.5.15.0094 pela 7ª Vara do Trabalho de Campinas – SP. 2) Conforme Av.10/73.804 consta INDISPONIBILIDADE DE BENS no processo n° 00114449020175150131 pela 12ª Vara do Trabalho de Campinas – SP. Avaliado em 22/10/2021 em R$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais). **Valor mínimo: R$ 275.000,00 (duzentos e setenta e cinco mil reais).** Depositário: Marcelo Santini.

LOTE 06: Nº PROCESSO: 0011417-51.2015.5.15.0043 - EXEQUENTE: OMAR CESAR ALVES DOS SANTOS; EXECUTADO: DELFORT VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA - ME + 04. UM TERRENO URBANO designado por LOTE nº 12 da QUADRA 06 do loteamento denominado "**JARDIM ROSEMARY**", em **Itapevi/SP**, assim descrito: situado na confluência das Ruas Nove e Dez, medindo de frente 2,00 metros para a primeira; 14,10 metros na confluência; e 16,00 metros para a última; mede ainda 25,00 metros do lado do lote 11; e 12,00 metros nos fundos onde confronta com o lote 01, **encerrando a área total de 275,80 metros quadrados**. INSCRIÇÃO CADASTRAL: nº 23.141.42-12-0110-00-000. Imóvel matriculado sob nº 85.865 do RGI de Cotia – SP. OBS: 1) Conforme Auto de Penhora e Avaliação, consta que o imóvel está localizado na **Rua Marcolino Bernardes, nº 5.** Há benfeitorias não constantes na matrícula: há duas construções no terreno, uma casa residencial em metade e um prédio comercial na outra metade do terreno. A casa estava ocupada e o prédio comercial encontrava-se desocupado. 2) Conforme Certidão de Valor Venal, expedida no site da Prefeitura de Itapevi – SP, em 07/04/2021, o imóvel possui área edificada de 88.10m2. Avaliado em 15/03/2018 em R$ 440.000,00 (quatrocentos e quarenta mil reais). **Valor mínimo: R$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais).** Depositário: Delcio da Silva.

LOTE 07: N° PROCESSO: 0010991-68.2017.5.15.0043 – CANCELADO.

LOTE 08: N° PROCESSO: 0010740-88.2014.5.15.0129 - EXEQUENTE: RODRIGO FERNANDO DE OLIVEIRA E OUTROS; EXECUTADO: MUNIZ INSTALACOES INDUSTRIAIS E SOLDAGEM LTDA + 03. UM LOTE DE TERRENO, sob nº 20 (vinte), da Quadra 55 (cinquenta e cinco), do loteamento denominado **"JARDIM PAVIOTTI**", situado no Bairro Rezende, núcleo urbano do Município e Comarca de **Monte Mor**, antiga Comarca de Capivari, **com área de 333,00m2 (trezentos e trinta e três metros quadrados),** com frente para a Rua 38 (trinta e oito), onde mede 5,00m (cinco metros); 14,14m (quatorze metros e quatorze centímetros) em curva, na confluência das Ruas 38 (trinta e oito) e 39 (trinta e nove); 16,00m (dezesseis metros) para Rua 39 (trinta e nove); nos fundos mede 14,00m (quatorze metros) e divide com o lote nº 01 (um); no lado direito mede 25,00m (vinte e cinco metros) e divide com o lote nº 19 (dezenove). Cadastro Municipal: n° 05.0038.55.20.0393.0210. Imóvel matriculado sob o nº 13.524 do RGI de Monte Mor - SP. OBS: 1) Conforme Av.02/13.524, o imóvel encontra-se cadastrado na Prefeitura Municipal de Monte Mor sob nº 09.33.64.0104.01.0000. 2) Conforme Av.04/13.524 consta que a antiga Rua 38 passou a denominar-se **Rua Alfredo Alexandre** e a antiga Rua 39 passou a denominar-se Rua Romeu Alfredo Alexandre. 3) Conforme Auto de Avaliação, trata-se de imóvel localizado em bairro afastado do centro da cidade de Monte Mor, às margens da Rodovia SP101, próximo ao quilômetro 16. Dentro do bairro Paviotti, fica em rua de grande circulação de veículos e pessoas, em frente à escola municipal. Tal localização, permite utilização do imóvel para fins comerciais e residenciais. O lote encontra-se na esquina e possui topografia plana. Sobre o terreno, há na parte da frente a construção em alvenaria de **dois salões comerciais e no fundo**, com quintal separando as edificações, há uma **casa de morada** em alvenaria composta por dois quartos, sala, cozinha e banheiro e lavanderia coberta. Conforme dados apresentados pelo setor de cadastro da Prefeitura de Monte Mor, **a construção possui aproximadamente 120m2.** As construções são antigas e possuem acabamento com padrão básico. 4) Conforme Certidão de Valor Venal, emitida no site da Prefeitura Municipal de Monte Mor – SP, o imóvel está situado na **Rua Alfredo Alexandre, 210**. ÔNUS: 1) Conforme Av.01/13.524, há RESTRIÇÕES URBANÍSITCAS no loteamento "Jardim Paviotti": "Os lotes não poderão ser subdivididos e nem conter mais de uma habitação, salvo nos casos expressamente previstos em lei". 2) Conforme pesquisa realizada no site da Prefeitura Municipal de Monte Mor – SP, em 06/06/2022, constam débitos relativos a IPTU no valor de R$ 199,74, referentes ao exercício de 2022. Avaliado em 17/05/2017 em R$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais). **Valor mínimo: R$ 212.146,00**

Assinado eletronicamente por: ADILIO GREGORIO PEREIRA - 21/06/2022 10:08:45 - addb1a1
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22062110080442000000179281207
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. addb1a1 - Pág. 8
Número do documento: 22062110080442000000179281207

GALERIA PEREIRA
VENDAS JUDICIAIS

(duzentos e doze mil e cento e quarenta e seis reais). Depositária: Sebastiana Eugenia da Costa.

LOTE 09: Nº PROCESSO: 0010194-87.2020.5.15.0043 - EXEQUENTE: JHONATAN DE SOUZA ALVES DA SILVA + 04; EXECUTADO: DENK ACADEMY TREINAMENTOS E CONSULTORIA EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL LTDA + 09. **UM LOTE DE TERRENO** sob número **dezessete (17)** da **Quadra "A"** da **Regularização Fundiária de Interesse Especifico** denominada **"Parque Corrupira – Etapa 1"** procedida na gleba de terras designada "Gleba B – 1", situada no **bairro do Corrupira**, nesta cidade e comarca de **JUNDIAÍ - SP,** com a **área de 617,45 metros quadrados**, que assim se descreve: o presente lote tem seu início no ponto, localizado no alinhamento da Rua de Pedestres Seis (06), na divisa com o lote número dezoito (18), daí segue confrontando com esse lote por quarenta e nove metros e oitenta centímetros (49,80m), deflete à esquerda e segue por doze metros (12,00m), confrontando com a Área de Miguel Romano, até a divisa com o lote número dezesseis (16), ai deflete à esquerda e segue confrontando com esse lote por cinquenta e dois metros e oitenta e sete centímetros (52,87m), ai deflete à esquerda em curva à esquerda com raio de quarenta e três metros (43,00m) por doze metros e dezessete centímetros (12,17m), confrontando com a Rua de Pedestres Seis (06), até a divisa do lote número dezoito (18), ponto inicial desta descrição. CONTRIBUINTE 64.078.0018. Imóvel matriculado sob nº 163.222 do 1º RGI de Jundiaí – SP. OBS: Conforme Certidão do Sr. Oficial de Justiça, no ID. 0191c17, consta que o imóvel está localizado na **Rua José Fernando Vieira, lote 17, quadra "A", Parque Corrupira, Jundiaí – SP**. ÔNUS: 1) Conforme Av.05/16.222 consta ARRESTO no processo nº 0736121-50.2019.8.07.0001 pela 12ª Vara Cível de Brasília – DF. 2) Conforme Av.06/163.222 consta INDISPONIBILIDADE DE BENS no processo nº 00089472420208160001 pela 6ª Vara Cível de Curitiba – PR. 3) Conforme Av.07/163.222 consta INDISPONIBILIDADE DE BENS no processo nº 10126671820218260114 pelo 9º Oficio Cível da Cidade de Campinas – SP. 4) Conforme Av.08/163.222 consta INDISPONIBILIDADE DE BENS no processo nº 00092235520208160001 pela 18ª Vara Cível da Cidade de Curitiba – PR. 5) Conforme Av.10/163.222 consta INDISPONIBILIDADE DE BENS no processo nº 00250709720208160001 pela 11ª Vara Cível da Cidade de Curitiba – PR. 6) Conforme Av.11/163.222 consta PENHORA no processo nº 00191619220208260002 pelo 6º Ofício Cível de Santo Amaro - SP. 7) Conforme pesquisa realizada no site da Prefeitura Municipal de Jundiaí – SP, em 15/06/2022, constam débitos relativos a IPTU no valor de R$ 1.001,72. Avaliado em 07/10/2021 em R$ 185.235,00 (cento e oitenta e cinco mil e duzentos e trinta e cinco reais). **Valor mínimo: R$ 92.617,50 (noventa e dois mil seiscentos e dezessete reais e cinquenta centavos).** Depositário: Gabriel Tomaz Barbosa.

LOTE 10: N° PROCESSO: 0010782-36.2016.5.15.0043 – EXEQUENTE: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA; EXECUTADO: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA – ME + 02. Um (1) lote de terreno, de formato regular, sem qualquer benfeitoria, situado nesta cidade, distrito de Paz, município e comarca de **Cafelândia**, Estado de São Paulo, identificado como sendo o lote 25 (vinte e cinco) da quadra B, do Loteamento denominado **JARDIM ALTO CAFEZAL**, com as seguintes medidas e confrontações: - pela frente mede 10,00 (dez) metros com frente para a Avenida A, confrontando: à esquerda, 26,00 (vinte e seis) metros com o lote 24; à direita, 26,00 (vinte e seis) metros com o lote 26; e aos fundos, 10,00 (dez) metros com Constantino Fabricio Junior, perfazendo uma **área de 260,00m² (duzentos e sessenta metros quadrados).** Imóvel matriculado sob nº 8.721 do RGI de Cafelândia – SP. OBS: 1) Conforme Auto de Penhora e Avaliação, consta edificação no imóvel no total de 175,82m². Conforme vistoria *in loco,* trata-se de dois imóveis edificados no mesmo terreno. Aos fundos uma residência e na frente um prédio inacabado onde funciona uma vidraçaria de propriedade dos executados, que trabalham no local. **Foi penhorado somente o imóvel da frente, comercial, que possui 124,92m2.** 2) Conforme Certidão de Valor Venal, da Prefeitura Municipal de Cafelândia, juntada aos autos fls. 341, o imóvel está situado na **Av. Miguel Jeronymo Guerreiro, 338, Jd. Alto Cafezal, Cafelândia – SP,** com cadastro municipal n. 002988. ÔNUS: Conforme pesquisa realizada no site da Prefeitura Municipal de Cafelândia, em 13/06/2022, constam débitos relativos a IPTU no valor de R$ 2.101,23. Avaliado em 15/03/2019 em R$ 106.570,00 (cento e seis mil e quinhentos e setenta reais). **Valor mínimo: R$ 53.285,00 (cinquenta e três mil e duzentos e oitenta e cinco reais).** Depositário: Emerson Rodrigues de Oliveira, Av. Miguel Jeronimo Guerreiro, 338, Jd. Alto Cafezal, Cafelândia – SP.

Assinado eletronicamente por: ADILIO GREGORIO PEREIRA - 21/06/2022 10:08:45 - addb1a1
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22062110080442000000179281207
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. addb1a1 - Pág. 9
Número do documento: 22062110080442000000179281207

GALERIA PEREIRA
VENDAS JUDICIAIS

LOTE 11: N° PROCESSO: 0174800-21.2009.5.15.0043 – EXEQUENTE: RITA LANDUCCI BALTHAZAR; EXECUTADO: METODOS & METAS ASSESSORIA CONTABIL SOCIEDADE SIMPLES LTDA – ME + 03. Nua propriedade de Box de estacionamento nº 130 sito no sub-solo do **Edifício Pitangueiras**, à **Rua 14 de Dezembro**, ns. 51, 53, 55, 57 e 59, com **área útil de 12,234 m²,** área comum de 6,6102 m², **área total de 18,8448m²** e área equivalente de construção de 9,4224 m² e fração ideal do terreno de 0,765760%. Código de Contribuinte da Prefeitura Municipal de Campinas. CCPM. n/ consta. Imóvel matriculado sob nº 37.948 do 2º RGI de Campinas – SP. OBS: Conforme Auto de Avaliação, o imóvel está localizado na **Rua 14 de Dezembro, nº 55 (51 a 59), Centro, Campinas – SP**. ÔNUS: Conforme R.08/37.948 consta USUFRUTO em favor de Ronali de Fátima Nascimento Bolbato. Avaliado em 26/09/2019 em R$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais). **Valor mínimo: R$ 19.000,00 (dezenove mil reais).** Depositária: Giuliana Bolbatto de Lima.

LOTE 12: N° PROCESSO: 0002016-33.2012.5.15.0043 – EXEQUENTE: JEFERSON JUST; EXECUTADO: SAO PAULO AIR TRANSPORTS - TRANSPORTE DE CARGAS AEREAS LTDA + 05. UMA VAGA INDETERMINADA, que para efeito de localização recebeu **n° 05,** situada no subsolo do **Conjunto de Garagem designada S-7**, do **EDIFÍCIO MARCIA ou BLOCO VII**, do empreendimento denominado **SUPER QUADRA JAGUARÉ**, localizado na **AVENIDA JAGUARÉ, n° 325, Bairro do Jaguaré, no Centro Residencial e Industrial Jaguaré**, no 13° Subdistrito Butantã, em **São Paulo – SP**, contendo a **área total de 33,33m2**, correspondendo-lhe no terreno a fração ideal de 0,2199%. CADASTRO: CONTRIBUINTE: N° 082.458.1705-8. Imóvel matriculado sob n° 182.654 do 18° RGI de São Paulo – SP. OBS: Conforme Auto de Constatação e Avaliação, consta que a vaga de garagem atualmente se encontra vazia. ÔNUS: 1) Conforme Av.03/182.654 consta INDISPONIBILIDADE DE BENS no processo n° 00015351720125150093 pela 6ª Vara do Trabalho de Campinas – SP. 2) Conforme Av.04/182.654 consta INDISPONIBILIDADE DE BENS no processo n° 10810662520138260100 pelo 31° Ofício Cível de São Paulo – SP. 3) Conforme Av.05/182.654 consta INDISPONIBILIDADE DE BENS no processo n° 00005840620135020075 pela Secretaria do Juízo Auxiliar em Execução de São Paulo – SP. 4) Conforme Av.07/182.654 consta INDISPONIBILIDADE DE BENS no processo nº 00027391120125020012 pelo Grupo Auxiliar de Execução de Pesquisa Patrimonial - GAEPP do TRT da 2ª Região. 5) Conforme pesquisa realizada no site da Prefeitura Municipal de São Paulo, em 09/06/2022, constam débitos relativos à IPTU no valor de R$ 320,60. Avaliado em 28/09/2021 em R$ 53.381,00 (cinquenta e três mil trezentos e oitenta e um reais). **Valor mínimo: R$ 26.690,50 (vinte e seis mil, seiscentos e noventa reais e cinquenta centavos).** Depositário: Ytsushigue Kanai.

LOTE 13: N° PROCESSO: 0001147-07.2011.5.15.0043 – EXEQUENTE: SERVICO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO); EXECUTADO: PEDRO CAMILO RIELI. UMA UNIDADE AUTÔNOMA, designada BOX N° 07, localizada no 3° SUB-SOLO do "**CONDOMÍNIO EDIFÍCIO VILLA RIELLI**", situado com frente para a **Rua Curitiba, n° 395**, no perímetro urbano deste Município e Comarca de **ÁGUAS DE LINDÓIA**, contendo 01 cômodo para um só veículo, com **a área de 12,50 metros quadrados**, sem área comum, cabendo-lhe uma fração ideal, no terreno e coisas comuns de 11,74056 metros quadrados, confrontando pela frente com área do condomínio; pelo lado direito com o box n° 08; pelo lado esquerdo com o box n° 06; e pelos fundos com a Rua do Morro Pelado**.** CADASTRO MUNICIPAL Nº: 1.02.030.0315.007. Imóvel matriculado sob n° 4.511 do RGI de Águas de Lindóia – SP. OBS: Conforme Auto de Constatação e Avaliação consta que os imóveis objeto das matrículas 4511 e 4512 do RGI de Águas de Lindóia – SP são antigas garagens "transformadas" em **pequenas lojas (box)** num total de nove box, com a área de **12,50 metros quadrados cada,** localizado na parte baixa do condomínio, com acesso independente dele, com frente para Praça Cavalinho Branco e são utilizados atualmente como sebo do Sr. Ismael Rielli e seu depósito de livros. Avaliado em 04/10/2021 em R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais). **Valor mínimo: R$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais).** Depositário: Pedro Camilo Reili.

LOTE 14: N° PROCESSO: 0001147-07.2011.5.15.0043 – EXEQUENTE: SERVICO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO); EXECUTADO: PEDRO CAMILO RIELI. UMA UNIDADE AUTÔNOMA, designada BOX N° 03**,** localizada no 3° SUB-SOLO do **"CONDOMÍNIO**

Assinado eletronicamente por: ADILIO GREGORIO PEREIRA - 21/06/2022 10:08:45 - addb1a1
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22062110080442000000179281207
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. addb1a1 - Pág. 10
Número do documento: 22062110080442000000179281207

GALERIA PEREIRA
VENDAS JUDICIAIS

EDIFÍCIO VILLA RIELLI", situado com frente para a **Rua Curitiba,** n° **395**, no perímetro urbano deste Município e Comarca de **Águas de Lindóia**, contendo 01 cômodo para um só veículo, com a área de **12,50 metros quadrados**, sem área comum, cabendo-lhe uma fração ideal, no terreno e coisas comuns de 11,74056 metros quadrados, confrontando pela frente com área do condomínio; pelo lado direito com o box n° 04; pelo lado esquerdo com o box n° 03; e pelos fundos com a Rua do Morro Pelado. CADASTRO MUNICIPAL Nº: 1.02.030.0315.003. Imóvel matriculado sob n° 4.512 do RGI de Águas de Lindóia – SP. OBS: Conforme Auto de Constatação e Avaliação consta que os imóveis objeto das matrículas 4511 e 4512, são antigas garagens "transformadas" em **pequenas lojas (box)** num total de nove box, com a área de **12,50 metros quadrados cada,** localizado na parte baixa do condomínio, com acesso independente dele, com frente para Praça Cavalinho Branco e são utilizados atualmente como sebo do Sr. Ismael Rielli e seu depósito de livros. Avaliado em 04/10/2021 em R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais). **Valor mínimo: R$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais).** Depositário: Pedro Camilo Rieli.

LOTE 15: Nº PROCESSO: 0010336-91.2020.5.15.0043 - EXEQUENTE: ANTONIO CARLOS ALMEIDA SANTOS JUNIOR; EXECUTADO: MAX CALUSNI LANCHONETE + 02. Veículo JEEP/Compass Sport F, placa CCR8697, ano de fabricação 2019, ano modelo 2019, cor cinza, chassi 98867515WKKJ70282, **RENAVAM 01205876682**, com a lataria e pintura em bom estado, sem batidas aparentes; bancos e revestimento interno em bom estado; pneus em bom estado; motor e parte elétrica funcionando normalmente. ÔNUS: Conforme pesquisa realizada no site do Detran – SP, em 15/06/2022, constam débitos relativos a IPVA no valor de R$ 18.902,54 e multas no valor de R$ 7.009,63. Avaliado em 14/02/2022 em R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais). **Valor mínimo: R$ 60.000,00 (sessenta mil reais).** Depositário: Max Calusni, Rua Robinson Rogério Rodrigues de Castro, nº 170, Residencial Fribourg, Swiss Park, Campinas – SP.

LOTE 16: Nº PROCESSO: 0118200-58.2001.5.15.0043 - EXEQUENTE: MARIA DAS VIRGENS OLIVEIRA; EXECUTADO: SALMON CONFECCOES E COMERCIO DE ROUPAS LTDA – ME + 03. Fração ideal de 50% de uma **UNIDADE AUTÔNOMA** designada por **ESCRITÓRIO, nº 14, localizado no 1° Pavimento** do **CONDOMÍNIO EDIFÍCIO CENTURY TOWER**, com entrada pelo n° **320 da Rua José Paulino**, nesta cidade de **Campinas**, com as seguintes áreas: **útil de 25,9200m2,** comum de 11,9727m2, **total de 37,8927m2** e fração ideal de 6,4585m2 ou 2,64153% no terreno onde se encontra construído o Condomínio. Imóvel matriculado sob n° 147.928 do 3° RGI de Campinas - SP. Reavaliado em 23/03/2018 em R$ 70.000,00 (setenta mil reais). **Valor mínimo: R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais).** Depositária: Lucia Cristina Moreira Duarte Pinto.

ANEXO I - REGULAMENTO PARA PARTICIPAÇÃO DA ALIENAÇÃO POR INICIATIVA PARTICULAR.

1. CADASTRAMENTO PARA PARTICIPAR DA ALIENAÇÃO:
1.1 – Por se tratar de alienação eletrônica, os interessados deverão obrigatoriamente cadastrar-se na plataforma www.galeriapereira.com ficando ciente de que seu cadastro implicará na integral aceitação das disposições do Provimento GP-CR Nº 04/2014 de 28 de novembro de 2014, alterado pelo Provimento GP-CR nº 002/2020 do TRT da 15ª Região, e demais condições dispostas neste edital de alienação.

1.2 - Após o cadastramento, deverão ser remetidos através do e-mail "contato@galeriapereira.com.br" os seguintes documentos:

Pessoa Física

a) termo de adesão assinado, b) carteira de identidade (RG) ou documento equivalente (carteira nacional de habilitação, documento de identidade expedido por entidades de classe ou órgãos públicos); c) cadastro de pessoa física (CPF); d) comprovante de estado civil (certidão de casamento ou de nascimento para solteiros). e) comprovante de residência ou domicílio em nome do interessado

Assinado eletronicamente por: ADILIO GREGORIO PEREIRA - 21/06/2022 10:08:45 - addb1a1
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22062110080442000000179281207
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. addb1a1 - Pág. 11
Número do documento: 22062110080442000000179281207

Pessoa Jurídica

a) termo de adesão assinado; b) último contrato social ou alteração consolidada. c) cartão do CNPJ. d) carteira de identidade (RG) ou documento equivalente (carteira nacional de habilitação, documento de identidade expedido por entidades de classe ou órgãos públicos) do sócio e/ou administrador. e) cadastro de pessoa física (CPF) do sócio e/ou administrador. f) comprovante de residência ou domicílio do sócio e/ou administrador.

1.3 - Os documentos referidos no item 1.2 deverão ser recepcionados 24 (vinte e quatro) horas antes do encerramento da alienação, sob pena de não ser efetivada a "validação" do cadastro efetuado, impossibilitando sua participação.

1.4 – Não haverá possibilidade de cadastro presencial.

1.5 - O cadastro é pessoal e intransferível, sendo o interessado responsável pelo cumprimento dos prazos fixados neste edital, assim como pelas propostas ofertadas com seu login e senha.

1.6 – **DA REPRESENTAÇÃO**: Caso o licitante participe da alienação através de representante, fazendo uso do cadastro/login deste, fica obrigado a apresentar "**TERMO DE RATIFICAÇÃO**", (www.galeriapereira.com/*modelos/formulario1.pdf*), subscrito por ambos, apresentando qualificação completa e percentual de cada licitante, através do e-mail contato@galeriapereira.com.br, no prazo máximo e improrrogável de 1 (uma) hora após o encerramento do certame, sob pena da carta de alienação/arrematação ser confeccionada em favor do titular do cadastro.

1.7 - **ARREMATAÇÃO POR MAIS DE UM LICITANTE:** Para que a arrematação seja realizada por mais de um licitante (comprador), basta a realização de um "**único cadastro**", devendo ao final do certame, ser enviado através do e-mail contato@galeriapereira.com.br, "**REQUERIMENTO**" assinado pelo titular do cadastro, juntamente com os demais licitantes, informando a qualificação completa e a respectiva proporção da aquisição, no prazo máximo e improrrogável de 1 (uma) hora após o encerramento do certame, sob pena da carta de alienação/arrematação ser confeccionada em favor do titular do cadastro. (www.galeriapereira.com/*modelos/formulario1.pdf)*

Assinado eletronicamente por: ADILIO GREGORIO PEREIRA - 21/06/2022 10:08:45 - addb1a1
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22062110080442000000179281207
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. addb1a1 - Pág. 12
Número do documento: 22062110080442000000179281207

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DA 3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS - SP.

Processo n. 0010782-36.2016.5.15.0043

ADÍLIO GREGÓRIO PEREIRA, nomeado por esta Egrégia Vara para realizar a alienação do imóvel penhorado nos autos em epígrafe, vem mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência, informar o que segue:

1 - Este signatário recebeu o honroso encargo para gerir a expropriação do imóvel penhorado nos autos, objeto da matrícula 8.721 do RGI de Cafelândia - SP.

2 - Escoado o período para recebimento de propostas na modalidade de "**Concorrência Pública Eletrônica**", em 26/07/2022, às 14h00min (catorze horas), nenhum licitante apresentou proposta de arrematação.

3 - Em cumprimento à determinação do juízo (edital de alienação), o imóvel ficará disponível na modalidade de "Venda Direta", até o dia **19/10/2022,** ou seja, será vendido ao primeiro licitante que formular proposta que atenda às condições de venda fixadas previamente (valor mínimo e quantidade de parcelas).

Termos em que,

Pede deferimento.

Campinas, 27 de julho de 2022.

ADÍLIO GREGÓRIO PEREIRA

OAB/SP 292.948

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ 3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS – SP.

Processo n. 0010782-36.2016.5.15.0043

ADÍLIO GREGÓRIO PEREIRA, honrado pela nomeação para promover a expropriação dos bens penhorados nos autos em epígrafe vem mui respeitosamente à elevada presença de Vossa Excelência informar e requerer o que segue:

1 – Não recebemos proposta para arrematação do imóvel penhorado nos autos (Matricula nº 8.721 do RGI de Cafelândia – SP).

2 – O bem **tem potencial para ser expropriado**, e desde já, manifestamos nosso interesse de atuação no feito, em uma **nova alienação.**

Pelo exposto, **REQUER**:

3 - A juntada do anúncio realizado no jornal “Todo Dia”, publicado no dia 26/06/2022.

Termos em que,

Pede deferimento.

Campinas, 19 de outubro de 2022.

ADÍLIO GREGÓRIO PEREIRA
OAB/SP 292.948.

Assinado eletronicamente por: ADILIO GREGORIO PEREIRA - Juntado em: 20/10/2022 10:20:00 - 8af4da3
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/22102010191135100000188617142?instancia=1
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 22102010191135100000188617142

EDITAIS

FREITAS LEILÕES OFICIAL

LEILÃO DE VEÍCULOS
Central de informações: (11) 3117.1000

Acesse nossas mídias sociais:
YOUTUBE.COM/FREITASLEILOEIRO
INSTAGRAM.COM/FREITASLEILOEIRO
FACEBOOK.COM/FREITASLEILOEIRO

280 VEÍCULOS

DIA: 29.06.2022 - 4ª FEIRA - 10h00 PRESENCIAL E ON-LINE

AV. JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA, 1360 - STA BÁRBARA D'OESTE/SP

VISITAÇÃO: 29.06.2022, a partir das 08h00 - verificar informações no site

DIVERSOS MODELOS ▸ SEMINOVOS ▸ INTEIROS ▸ SINISTRADOS ▸ SUCATAS

Condições de venda e pagamento: Cheque no valor total da arrematação, que deverá ser trocado por TED à favor do Leiloeiro, em até 24 horas após o leilão + Cheque de 5% de comissão do Leiloeiro, acrescido das despesas administrativas constantes no catálogo do leilão. Os veículos serão vendidos no estado, sem garantias. Multas, inclusive de averbação; débitos; IPVA's, pré-existentes ou decorrentes da regularização, por conta do arrematante. A procedência e evicção de direitos dos veículos deste leilão, são de inteira e exclusiva responsabilidade dos Comitentes Vendedores. Demais condições constam no catálogo distribuído no leilão.

SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - Leiloeiro Oficial - JUCESP nº 316

CONSULTE NOSSA AGENDA DE LEILÕES NO SITE: **WWW.FREITASLEILOEIRO.COM.BR**

ATENÇÃO: PARA A COMPRA EM LEILÃO O ARREMATANTE PRECISA ESTAR EM REGULARIDADE FISCAL PERANTE A RECEITA FEDERAL.

VENDA JUDICIAL
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS – SP.

Recebimento de Propostas: de 20/07/2022 a 26/07/2022, até às 14h00min.
- Área de terras c/ benfeitorias (casas/barracão, etc), Sítio Sta. Rita de Cassia, B. do Rio do Peixe, Porangaba – SP. Área t.: 16,6375ha. M. 11.687 do RGI de Porangaba – SP. Proc. 0012087-55.2016.5.15.0043. Aval.: R$ 1.240.000,00. V.M.: R$ 620.000,00.
- Os direitos sobre casa, R. Carla Roberta Gomes da Silva, nº 146, Lot. Res. Paineiras, Paulínia – SP. Área t.: 300,00m²/constr.: 242,70m². M. 6.601 do 4° RGI de Campinas – SP. Há alienação fiduciária. Proc. 0010362-55.2021.5.15.0043. Aval.: R$ 975.200,00. V.M.: R$ 487.600,00.
- Casa, R. Antonio Bonavita, nº 61, Jd. Belo Horizonte, Campinas – SP. Área t.: 420,00m²/ construída: 54,40m². M. 10.759 do 1º RGI de Campinas – SP. Proc. 0010459-94.2017.5.15.0043. Aval.: R$ 963.217,80. V.M.: R$ 481.608,90.
- Apartamento nº 72, 7º and., Ed. Louvre, R. Coronel Quirino, nº 1916, Campinas – SP. Área t.: 102,362m²/útil: 79,30m². M. 37.885 do 1º RGI de Campinas – SP. Há recurso sem julgamento definitivo. Proc. 0010783-50.2018.5.15.0043. Aval.: R$ 600.000,00. V.M.: R$ 450.000,00.
- Casa, R. Reverendo Paulo Lício Rizzo, nº 61, Jd. Margarida, Campinas – SP. Área t.: 252,00m². M. 73.804 do 1° RGI de Campinas – SP. Proc. 0011440-26.2017.5.15.0043. Aval.: R$ 550.000,00. V.M.: R$ 275.000,00.
- Casa/prédio comercial, R. Marcolino Bernardes, nº 5, Jd. Rosemary, Itapevi - SP. Área t.: 275,80m²/construída: 88,10m2. M. 85.865 do RGI de Cotia – SP. Proc. 0011417-51.2015.5.15.0043. Aval.: R$ 440.000,00. V.M.: R$ 330.000,00.
- Imóvel comercial/residencial, R. Alfredo Alexandre, 210, Jd. Paviotti, Monte Mor - SP. Área t.: 333,00m²/construída: aprox. 120,00m². M. 13.524 do RGI Monte Mor - SP. Proc. 0010740-88.2014.5.15.0129. Aval.: R$ 220.000,00. V.M: R$ 212.146,00.
- Terreno, R. José Fernando Vieira, L. 17, Q. A, Pq. Corrupira, Jundiaí – SP. Área t.: 617,45m². M. 163.222 do 1° RGI de Jundiaí – SP. Proc. 0010194-87.2020.5.15.0043. Aval.: R$ 185.235,00. V.M.: R$ 92.617,50.
- Imóvel comercial, Av. Miguel Jeronymo Guerreiro, 338, Jd. Alto Cafezal, Cafelândia – SP. Área t. constr.: 124,92m². M. 8.721 do RGI de Cafelândia – SP. Proc. 0010782-36.2016.5.15.0043. Aval: R$ 106.570,00. V.M.: R$ 53.285,00.
- Nua propriedade de box de estacionamento, nº 130, R. 14 de Dezembro, nº 55 (51 a 59), Ed. Pitangueiras, Centro, Campinas – SP. Área t.: 18,8448m²/útil: 12,234 m². M. 37.948 do 2º RGI Campinas – SP. Há usufruto. Proc. 0174800-21.2009.5.15.0043. Aval: R$ 38.000,00. V.M.: R$ 19.000,00.
- Vaga de garagem nº 05, Ed, Marcia, Av. Jaguaré, nº 325, B. Jaguaré, Centro Res. e Ind. Jaguaré, São Paulo – SP. Área t.: 33,33m². M. 182.654 do 18° RGI de São Paulo – SP. Proc. 0002016-33.2012.5.15.0043. Aval.: R$ 53.381,00. V.M.: R$ 26.690,50.
- 9 pequenas lojas (box), R. Curitiba, nº 395, Cond. Ed. Villa Rielli, Pç. Cavalinho Branco, Águas de Lindóia – SP. Área t.: 12,50m² cada. M. 4.511 e 4.512 do RGI de Águas de Lindóia – SP. As duas matrículas referem-se ao proc. 0001147-07.2011.5.15.0043. Aval.: R$ 25.000,00 (cada matrícula). V.M.: R$ 22.500,00 (cada matrícula).
- Jeep/Compass Sport F, CCR8697, RENAVAM 01205876682, 2019/2019, cinza. Proc. 0010336-91.2020.5.15.0043. Aval.: R$ 120.000,00. V.M.: R$ 60.000,00. Dep.: Max Calusni, R. Robison R. Rodrigues de Castro, n° 170, Res. Fribourg, Swiss Park, Campinas – SP.
- Fração ideal de 50% de unidade aut. (escritório), n. 14, 1º pav., R. José Paulino, n. 320, Cond. Ed. Century Tower, Campinas - SP. Área t.: 37,8927m²/útil: 25,9200 m². M. 147.928 do 3° RGI Campinas - SP. Proc. 0118200-58.2001.5.15.0043. Reaval: R$ 70.000,00. V.M.: R$ 35.000,00.
—— Pagamento Facilitado: 30% de sinal e saldo em até 6 (seis) vezes.
- As propostas serão recebidas no período de **20/07/2022 às 14h00min a 26/07/2022 às 14h00min**, horário de Brasília, através da plataforma **www.galeriapereira.com** (sem ".br"), mediante "cadastro prévio" e "habilitação".
Não haverá encerramento presencial.
- A alienação será formalizada por termo nos autos da execução. A comissão devida (5% do valor da venda) fica a cargo do proponente.
- Responsável: Adílio Gregório Pereira. Profissional Liberal. CRECI: 65.564-F/19.922-J
- Mais informações e edital completo em: www.galeriapereira.com / 19-9-9631-1050 (claro), e-mail: contato@galeriapereira.com.br

Edital De Citação - Prazo De 20 Dias. Processo Nº 1007003-54.2018.8.26.0229 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro de Hortolândia, Estado de São Paulo, Dr(a). Luis Mario Mori Domingues, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Psolândia Industria E Comércio LTDA - ME, CNPJ 21.506.326/0001-65, e JESSICA EMANUELLE RODRIGUES DE SOUZA, CPF: 368.813.888-02 , que lhe foi proposta, em 22/11/2018, uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Cooperativa de Poup. Crédito Mútuo dos Empresários e Prof. Liberais do Oeste Paulista - Sicoob Oeste Paulista, alegando em síntese: que em 19/10/2017, emitiu Cédula de Crédito Bancário nº 13962-0, no valor de R$ 2.000,00 (Limite Cartão de Crédito); em 28/11/2017 a executada emitiu cédula de crédito bancário nº 3630, no valor de R$ 5.000,00 (Limite cheque especial) e cédula de crédito bancário nº 14471-7 no valor de R$ 45.000,00; alega ainda que a executada não adimpliu as obrigações e o saldo devedor perfaz R$ 40.269,46 na data de distribuição da inicial, requer o pagamento do débito acrescido de correção e atualização monetária até a data do pagamento. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Hortolândia, aos 27 de abril de 2021. K22ad23/06

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA
A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL POLIVALENTE DE AMERICANA CONVOCA OS MEMBROS E ASSOCIADOS PARA PARTICIPAREM DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, NO AUDITÓRIO DA ESCOLA TÉCNICA POLIVALENTE NO DIA 08/07/2022 ÀS 18:00 HORAS EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO COM A PRESENÇA DE MAIS DA METADE DOS ASSOCIADOS E ÀS 18:30 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO COM QUALQUER NÚMERO DE ASSOCIADOS, PARA DELIBERAREM SOBRE AS ORDENS DO DIA: SAÍDA DO DIRETOR DE PATRIMÔNIO EDISON ANTONIO TREVIZAM POR PEDIDO DE DEMISSÃO INCENTIVADA E ELEIÇÃO PARA O NOVO DIRETOR DE PATRIMÔNIO DA GESTÃO DO PERÍODO DE 04/01/2022 A 31/03/2023, E PERMANÊNCIA DOS DEMAIS INTEGRANTES EM SEUS RESPECTIVOS CARGOS.
AMERICANA, 24/06/2022.
DIRETOR EXECUTIVO WLADIMIR SUZEGAN DA APM – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA ETEC POLIVALENTE DE AMERICANA.

WWW.TODODIA.COM.BR

A **MELHOR** INFORMAÇÃO, E O **MELHOR** CONTEÚDO

IMÓVEIS

SALA NO MELHOR PREDIO DE AMERICANA - J.R Fortunato Empreendimentos
Business Tower A partir de R$2.500,00. 59, 87, 90 m2 - Concedemos Carência -Podem ser unificados **WhatsApp: (19) 99368-9222**

KITNETS PARA LOCAÇÃO - J.R Fortunato Empreendimentos
Bairro Cordenunsi R$500,00. 25m2 – Caução de 03 alugueis **WhatsApp: (19) 99368-9222**

SALAS COMERCIAIS NA REGIAO CENTRAL - J.R Fortunato Empreendimentos
30m2 + A partir de 950,00 Condições Especiais **WhatsApp: (19) 99368-9222**

SALAO COMERCIAL COM GALPAO AV SAUDADE - J.R Fortunato Empreendimentos
2.000m2 Const. R$18.000,00 Negociamos C/ Condicoes Especiais **WhatsApp: (19) 99368-9222**

CASA NA AV SÃO JERONIMO - J.R Fortunato Empreendimentos
02 a 03 quartos, Entrada compartilhada R$750,00 – Mande um Alo **WhatsApp: (19) 99368-9222**

KITNETS REGIAO CENTRAL A PARTIR DE R$600,00 - J.R Fortunato Empreendimentos
25m2 , Chame agora para mais info. **WhatsApp: (19) 99368-9222**

GALPÃO RECÉM REFORMADO PRONTO - J.R Fortunato Empreendimentos
2500M2 DE CONSTR. BAIRRO SÃO LUIZ. CONDIÇÕES ESPECIAIS **WhatsApp: (19) 99368-9222**

GALPAO AV SÃO JERONIMO - J.R Fortunato Empreendimentos
3000m2 de Terreno 1500m2 de construção R$20.000,00 **WhatsApp: (19) 99368-9222**

CASA DE FUNDO, BAIRRO SÃO MANOEL - J.R Fortunato Empreendimentos
23M2 – R$275,00 **WhatsApp: (19) 99368-9222**

SALA COMERCIAL EM FRENTE A CAIXA - J.R Fortunato Empreendimentos
30m2 – R$1.100,00 Primeiro Mês por nos **WhatsApp: (19) 99368-9222**

IMÓVEIS PARA VENDA

CASA A VENDA BAIRRO JD COLINA - J.R Fortunato Empreendimentos
580m2 - Aceitamos Permuta + Condições Especiais **WhatsApp: (19) 99368-9222**

ACOMPANHE
NOSSAS **REDES SOCIAIS**

Jornal TodoDia
jornaltododia
Tv TodoDia14



LEVANDO MAIS INFORMAÇÃO PRA VOCÊ

@jornaltododia
www.tododia.com.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
ATSum 0010782-36.2016.5.15.0043
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME E OUTROS (3)

DESPACHO

Tendo em vista o informado pelo Sr Corretor Judicial, defiro.

Aguarde-se designação de nova data para alienação do bem.

Ciência ao Sr Corretor ADÍLIO GREGÓRIO PEREIRA através de email.

CAMPINAS/SP, 12 de dezembro de 2022

CAMILA XIMENES COIMBRA
Juíza do Trabalho Substituta

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
PROCESSO: ATSum 0010782-36.2016.5.15.0043
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME E OUTROS (3)

Certifico que intimei o senhor corretor do despacho id 044b0a1.

CAMPINAS/SP, 10 de janeiro de 2023.

SIMONE TERCEIRO E BARRETO
Servidor

TRT-15ª REGIÃO Campinas

Simone Terceiro e Barreto <simonehumbert@trt15.jus.br>

PROCESSO - 0010782-36.2016.5.15.0043

1 mensagem

3ª VT <saj.3vt.campinas@trt15.jus.br> 10 de janeiro de 2023 às 15:21
Para: adilio@galeriapereira.com.br

Prezado corretor:

Dou-lhe ciência do despacho id 044b0a1.

Simone Terceiro
Técnico Judiciário/ 3ª Vara do Trabalho de Campinas/ TRT 15ª Região

Documento_044b0a1.pdf
55K

PJe
Assinado eletronicamente por: SIMONE TERCEIRO E BARRETO - Juntado em: 10/01/2023 15:22:55 - 173e800
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/23011015224630900000192990217?instancia=1
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 23011015224630900000192990217

GALERIA PEREIRA
VENDAS JUDICIAIS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DA 3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS – SP.

Processo n. 0010782-36.2016.5.15.0043

ADÍLIO GREGÓRIO PEREIRA, nomeado por esta Egrégia Vara para gerir a alienação do bem penhorado nos autos em epígrafe, vem mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência, informar e requerer o que segue:

Em cumprimento a respeitável determinação que nomeou o ora Requerente para gerir a alienação do imóvel constrito nos autos, apresentamos nesta oportunidade, através do e-mail institucional, o CRONOGRAMA DE ALIENAÇÃO, para análise da conformidade às diretrizes do juízo.

Termos em que,

Pede deferimento.

Campinas, 03 de março de 2023.

ADÍLIO GREGÓRIO PEREIRA
OAB/SP 292.948

Assinado eletronicamente por: ADILIO GREGORIO PEREIRA - Juntado em: 03/03/2023 14:24:19 - 06dc322
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/23030314241415000000196437339?instancia=1
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 23030314241415000000196437339

GALERIA PEREIRA
VENDAS JUDICIAIS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DA 3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS – SP.

Processo n. 0010782-36.2016.5.15.0043

ADÍLIO GREGÓRIO PEREIRA, nomeado por esta Egrégia Vara para gerir a alienação do bem penhorado nos autos em epígrafe, vem mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência, informar o que segue:

Em cumprimento a respeitável determinação que nomeou o ora Requerente para gerir a alienação do imóvel constrito nos autos, informo que apresentamos através do e-mail institucional, o novo CRONOGRAMA DE ALIENAÇÃO, para análise da conformidade às diretrizes do juízo.

Termos em que,

Pede deferimento.

Campinas, 06 de maio de 2023.

ADÍLIO GREGÓRIO PEREIRA
OAB/SP 292.948

PJe
Assinado eletronicamente por: ADILIO GREGORIO PEREIRA - Juntado em: 06/05/2023 10:20:30 - 0b599f5
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/23050610202770400000201291567?instancia=1
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 23050610202770400000201291567

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
ATSum 0010782-36.2016.5.15.0043
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME E OUTROS (3)

DESPACHO

Intime-se o corretor nomeado para que suspenda seus trabalhos.

Analisando os autos, verifico que a cônjuge meeira, Sra. MARIA MADALENA RODRIGUES DE OLIVEIRA, não foi formalmente notificada da penhora.

Determino sua notificação por carta com AR.

Sem prejuízo, considerando que a certidão da matrícula do imóvel penhorado (nº 8.721 do CRI de Cafelândia/SP) é antiga e pode estar desatualizada, protocole a secretaria, via ARISP, o pedido de certidão atualizada.

Para isso, considerando o caráter alimentar das verbas trabalhistas, concedo isenção dos emolumentos devidos em razão da consulta a ser realizada no sistema "Penhora Online - Arisp", com fundamento no § 5º do art. 98 do CPC.

CAMPINAS/SP, 14 de junho de 2023

EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA
Juiz do Trabalho Substituto

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
ATSum 0010782-36.2016.5.15.0043
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME E OUTROS (3)

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID 842caa9 proferido nos autos.

DESPACHO

Intime-se o corretor nomeado para que suspenda seus trabalhos.

Analisando os autos, verifico que a cônjuge meeira, Sra. MARIA MADALENA RODRIGUES DE OLIVEIRA, não foi formalmente notificada da penhora.

Determino sua notificação por carta com AR.

Sem prejuízo, considerando que a certidão da matrícula do imóvel penhorado (nº 8.721 do CRI de Cafelândia/SP) é antiga e pode estar desatualizada, protocole a secretaria, via ARISP, o pedido de certidão atualizada.

Para isso, considerando o caráter alimentar das verbas trabalhistas, concedo isenção dos emolumentos devidos em razão da consulta a ser realizada no sistema "Penhora Online - Arisp", com fundamento no § 5º do art. 98 do CPC.

CAMPINAS/SP, 14 de junho de 2023

EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA
Juiz do Trabalho Substituto

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
PROCESSO: ATSum 0010782-36.2016.5.15.0043
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME E OUTROS (3)

é NOTIFICAÇÃO

MARIA MADALENA RODRIGUES DE OLIVEIRA SALES DE OLIVEIRA, 1640, C, VILA INDUSTRIAL, CAMPINAS/SP - CEP: 13035-270

Fica V. Sa. notificada do ato/ despacho/ sentença proferido neste processo.

O teor do documento pode ser visualizado pelo acesso ao link:

Penhora:

https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/18112911041506400000097693737?instancia=1

Avaliação:

https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/19031911400274400000103594390?instancia=1

Despacho:

https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/23061411582839500000204321801?instancia=1

NAO APAGAR NENHUM CARACTERE DESTA LINHA. ESTE DOCUMENTO SERA ENVIADO VIA ECARTA (TIPO COM_AR).

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
PROCESSO: ATSum 0010782-36.2016.5.15.0043
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME E OUTROS (3)

Respostas de certidões

Protocolo
SPH23070015032D
Cartório
OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE CAFELÂNDIA - SP
Tipo
Pedido Matrícula

Nº Processo
0010782-36.2016.5.15.0043
Nome / Razão
CNPJ / CPF

Tipo Resposta
Certidão

Observações

Penhora Eletrônica de Imóveis

Horário De Atendimento:
2ª à 6ª feira - das 8h30 às 17h30
Poder Judiciário - 11 3195-2293 - e-mail: penhoraonline@onr.org.br
Advogado - 11 3195-2290 - e-mail: servicedesk@onr.org.br

Termos de Uso e Proteção de Dados
© 2022 Todos os direitos reservados

CAMPINAS/SP, 04 de julho de 2023.

MAURICIO MUCIACITO DE VASCONCELLOS
Diretor de Secretaria

REGISTRO DE IMÓVEIS

REGISTRO GERAL

LIVRO N.o 2-R-1 (174)

MATRÍCULA N.o 8.721 DATA 24 de julho de 2002.-

IMÓVEL: "UM(1) lote de terreno, de formato regular, sem qualquer benfeitoria, situado - nesta cidade, distrito de paz, municipio e comarca de Cafelandia, Estado de São Paulo, identificado como sendo o LOTE 25(vinte e cinco) da Quadra B, do Loteamento denominado JARDIM - ALTO CAFEZAL, com as seguintes medidas e confrontações:- pela frente mede 10,00(dez) metros com frente para a Avenida A, confrontando: á esquerda, 26,00(vinte e seis) metros com o lote 24; á direita, 26,00(vinte e seis) metros com o lote 26; e aos fundos, 10,00(dez) metros com Constantino Febricio Junior, perfazendo uma área de 260,00m2(duzentos e sessenta metros quadrados)".-

PROPRIETÁRIOS:- REAL IMÓVEIS E CONSTRUÇÕES LTDA, empresa essa sucessora da REal Imóveis ltda com sede na cidade de São Carlos-SP, á Rua 13 de maio nº 1267-fundos, devidamente cadastrada no CGC(MF) sob nº 48.524.813/0001-07.-

REGISTRO ANTERIOR:- R2/M-7.594, fls.193 do lvº 2-I-1, deste CRI local.- O Oficial
(Carlos Fernando Rocha Soares)

R1/M-8.721.-Cafelandia, 24 de julho de 2002.- Por Carta Precatória Cível/PENHORA, de 29 de abril de 2002, expedida pelo Exmo.Dr. Paulo Cássio Moreira, MM.Juiz de Direito da 2ª Vara - Cível da Comarca de Alfenas-MG, Extraído do Processo nº 016.98.005024-5, de natureza Rescisão, movida por JAIRO MARIANO DE ÁVILA e outros, contra REAL IMÓVEIS E CONSTRUÇÕES LTDA, foi procedida a PENHORA, do imóvel acima descrito e matriculado sob nº 8.721, para garantia da - divida total de R$448.543,77(quatrocentos e quarenta e oito mil, quinhentos e quarenta e - tres reais e setenta e sete centavos), incidente sôbre a penhora de 71(setenta e um) lotes- do mesmo loteamento.-O Oficial (Carlos Fernando Rocha Soares)

segue as fichas nº 2 lvº 2

Cafelândia, 13 / 8 / 2014

Para verificar a autenticidade, acesse https://registradores.onr.org.br/validacao.aspx e digite o hash a7c1323d-354e-4bf8-96da-4c12d32c56a9

Esse documento foi assinado digitalmente por CARLOS FERNANDO ROCHA SOARES - 06/07/2023 12:51 PROTOCOLO: SPH23070015032D

Certidão emitida pelo SREI www.registradores.onr.org.br Serviço de Atendimento Eletrônico Compartilhado saec .onr

PJe Assinado eletronicamente por: MAURICIO MUCIACITO DE VASCONCELLOS - Juntado em: 07/07/2023 12:22:34 - 21cb477

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS
COMARCA DE CAFELÂNDIA - SÃO PAULO
REGISTRO GERAL
LIVRO 2

MATRÍCULA Nº 8.721 DATA: 13/08/2014
FICHA: 02 (vem das fls. 174 do lvº 2-P-1)

AV2/M-8.721.- Cafelândia, 13 de agosto de 2014.- Por Mandado de Cancelamento de Penhora/Ofício Precatório nº 075/2014, de 11 de Fevereiro de 2014, expedido pelo Exmº Srº Drº Paulo Cássio Moreira, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Alfenas-MG, extraído do Processo nº 0016.98.005024-5 (nº antigo 1016/93) movido por JAIRO MARIANO DE ÁVILA e Outros contra REAL IMÓVEIS E CONSTRUÇÕES LTDA, (CNPJ/MF nº 48.524.813/0001-07, e o cumpra-se expedido pelo MM. Juiz de Direito da Comarca de Cafelândia-SP, Srº Drº Ricardo Truitte Alves; foi procedido o **CANCELAMENTO DA PENHORA**, registrada sob **R1/M-8.731**, ficando o Imóvel **LIBERADO**. O Oficial _____ (Carlos Fernando Rocha Soares).

R3/M-8.721.- Cafelândia, 05 de setembro de 2014.- Por Escritura Particular de Venda e Compra, de 13 de agosto de 2014, nos termos do Art.108 do Código Civil vigente; **FRANCISCO APARECIDO DE OLIVEIRA**, pedreiro, portador do RG n. 20.924.585-2 e CPF n. 100.935.398-51, casado sob o regime da Separação de Bens, nos termos do artigo 258 do parágrafo único do Código Civil, em 16/11/1984, no Tabelionato de Notas local, com MARIA MADALENA RODRIGUES DE OLIVEIRA, brasileira, do lar, portadora do RG n. 33.809-262-SSP.SP e CPF n. 174.028.748-77, ambos brasileiros, residentes na Avenida Miguel Jeronymo Guerreiro, n. 338, nesta cidade de Cafelândia- SP. **ADQUIRIU**, o imóvel descrito e matriculado sob nº 8721, por compra feita de REAL IMOVEIS E CONSTRUÇOES LTDA, já qualificada, pelo preço certo e ajustado de R$2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais). O Oficial _____ (Carlos Fernando Rocha Soares).

R04/M-8.721.- **Cafelândia, 19 de Novembro de 2018.- Por Mandado de Penhora Online PH000237944, expedido pela Vara da Comarca de Campinas, Vara: Central de Mandados de Campinas, Foro Campinas, emitido por Vicente de Paula Ferreira, em 30/10/2018, Escrivão/diretor Andrea Azevedo, a fim de instruir os Autos da Ação de Execução Trabalhista nº 0010782-36.2016.5.15.0043, exequente FLAVIO HENRIQUE DA SILVA, CPF n. 227.265.768-00, e como executados EMERSON RODRIGUES DE OLIVEIRA, CPF n. 377.284.558-42, FRANCISCO APARECIDO DE OLIVEIRA, CPF n. 100.935.398-51 e LUX'S SERVIÇOS DE MARCENARIA LTDA – ME, CNPJ n. 13.559.499/0001-13, foi procedida a PENHORA sobre a TOTALIDADE do imóvel retro descrito e matriculado sob nº 8.721, valor da dívida de R$46.500,00 (Quarenta e seis mil e quinhentos reais), conforme consta no mandado.- O Oficial _____ (Carlos Fernando Rocha Soares) Protocolo 72.213 – 01/11/2018**

Para verificar a autenticidade, acesse https://registradores.onr.org.br/validacao.aspx e digite o hash a7c1323d-354e-4bf8-96da-4c12d32c56a9

Esse documento foi assinado digitalmente por CARLOS FERNANDO ROCHA SOARES - 06/07/2023 12:51 PROTOCOLO: SPH230700150032D

Assinado eletronicamente por: MAURICIO MUCIACITO DE VASCONCELLOS - Juntado em: 07/07/2023 12:22:34 - 21cb477
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/23070712223148800000206242974?instancia=1
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 23070712223148800000206242974

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
PROCESSO: ATSum 0010782-36.2016.5.15.0043
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME E OUTROS (3)

CERTIDÃO

Certifico a devolução da notificação enviada ao(à) terceira MARIA MADALENA RODRIGUES DE OLIVEIRA, via Correios (id: c467ce2), com a informação: não existe o número indicado.

CAMPINAS/SP, 21 de julho de 2023.

MAURICIO MUCIACITO DE VASCONCELLOS
Diretor de Secretaria

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
ATSum 0010782-36.2016.5.15.0043
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME E OUTROS (2)

DESPACHO

Melhor analisando os autos, verifico que a terceira MARIA MADALENA RODRIGUES DE OLIVEIRA não é coproprietária do bem imóvel penhorado, tendo em vista que o adquirente, o executado FRANCISCO APARECIDO DE OLIVEIRA, estava casado em regime de separação de bens à época da aquisição.

Expeça-se mandado para reavaliação do bem, uma vez que a última avaliação ocorreu em 15/03/2019.

Após, dê-se ciência às partes.

CAMPINAS/SP, 16 de novembro de 2023

EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA
Juiz do Trabalho Substituto

Assinado eletronicamente por: EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA - Juntado em: 17/11/2023 12:20:22 - eec2f8c
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/23111618430127700000216199248?instancia=1
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 23111618430127700000216199248

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
ATSum 0010782-36.2016.5.15.0043
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME E OUTROS (2)

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID eec2f8c proferido nos autos.

DESPACHO

Melhor analisando os autos, verifico que a terceira MARIA MADALENA RODRIGUES DE OLIVEIRA não é coproprietária do bem imóvel penhorado, tendo em vista que o adquirente, o executado FRANCISCO APARECIDO DE OLIVEIRA, estava casado em regime de separação de bens à época da aquisição.

Expeça-se mandado para reavaliação do bem, uma vez que a última avaliação ocorreu em 15/03/2019.

Após, dê-se ciência às partes.

CAMPINAS/SP, 16 de novembro de 2023

EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA
Juiz do Trabalho Substituto

PJe-Calc
Sistema de Cálculos Trabalhistas

Processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Cálculo: 101964

PLANILHA DE ATUALIZAÇÃO DE CÁLCULO

Reclamante **FLAVIO HENRIQUE DA SILVA**
Reclamado: **LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME**
Período do Cálculo: **21/03/2018 a 21/03/2018** Data Ajuizamento: **22/03/2018** Data Liquidação: **31/03/2019**

Resumo da Atualização do Cálculo

Descrição do Saldo Devedor por Credor	Valor
LÍQUIDO DEVIDO AO RECLAMANTE	50.608,95
Total Devido Pelo Reclamado	**50.608,95**

Eventos ocorridos: Pagamento em 07/03/2019 no valor de R$ 1.606,05.

Critério da Atualização e Fundamentação Legal

1. Valores corrigidos pelo índice 'Tabela JT Diária', acumulado a partir do mês de vencimento. Última taxa 'Tabela JT Diária' relativa a 31/03/2019.
2. Juros simples de 1% a.m., pro rata die, a partir de 22/03/2018 (Art. 39 da Lei nº 8177/91).

PJe
Assinado eletronicamente por: FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA - 12/01/2024 12:26:32 - 6ce1c09
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=24011212263284800000219153224
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 24011212263284800000219153224
ID. 6ce1c09 - Pág. 1

Processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Cálculo: 101964

PLANILHA DE ATUALIZAÇÃO DE CÁLCULO

Reclamante **FLAVIO HENRIQUE DA SILVA**
Reclamado: **LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME**
Período do Cálculo: **21/03/2018 a 21/03/2018** Data Ajuizamento: **22/03/2018** Data Liquidação: **31/03/2019**

Demonstrativo da Atualização do Cálculo

Atualização do Cálculo (Folha/ID não informado) até 07/03/2019, data do(s) evento(s) Pagamento (Folha/ID não informado).

Créditos do Reclamante	Base	Taxa	Valor	Índice	Devido	Pago	Diferença
Principal Corrigido	-	-	31.000,00	1,000000000	31.000,00	0,00	31.000,00
Juros de Mora até 07/03/2019	-	-	3.570,00	1,000000000	3.570,00	0,00	3.570,00
Juros de Mora de 07/03/2019 até 07/03/2019	31.000,00	0,0000%	-	-	0,00	0,00	0,00
MULTA 50% devida ao Reclamante	34.570,00	50,0000%	-	-	17.285,00	1.606,05	15.678,95
Total Parcial					**51.855,00**	**1.606,05**	**50.248,95**

Saldo Devedor em 31/03/2019

Créditos do Reclamante	Base	Taxa	Valor	Índice	Devido	Pago	Diferença
Principal Corrigido	-	-	31.000,00	1,000000000	31.000,00	0,00	31.000,00
Juros de Mora até 07/03/2019	-	-	3.570,00	1,000000000	3.570,00	0,00	3.570,00
Juros de Mora de 08/03/2019 até 31/03/2019	31.000,00	0,7742%	-	-	240,00	0,00	240,00
MULTA 50% devida ao Reclamante - Remanescente	-	-	15.678,95	1,000000000	15.678,95	0,00	15.678,95
MULTA 50% devida ao Reclamante - sobre juros do período	240,00	50,0000%	-	-	120,00	0,00	120,00
Total Parcial					**50.608,95**	**0,00**	**50.608,95**

Assinado eletronicamente por: FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA - 12/01/2024 12:26:32 - 6ce1c09
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=24011212263284800000219153224
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 24011212263284800000219153224

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
PROCESSO: ATSum 0010782-36.2016.5.15.0043
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME E OUTROS (2)

MANDADO DE REAVALIAÇÃO

DESTINATÁRIO: FRANCISCO APARECIDO DE OLIVEIRA

Endereço: MIGUEL JERONIMO GUERREIRO, 338, CASA B, JD ALTO CAFEZAL, CAFELANDIA/SP - CEP: 16500-000

O Excelentíssimo Senhor Juiz do Trabalho, EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA, MANDA ao(à) Oficial(a) de Justiça que, à vista do presente e em seu cumprimento, proceda à Reavaliação do bem penhorado, consistente de:

Imóvel nº 8.721 do CRI de Cafelândia/SP, de propriedade do executado FRANCISCO APARECIDO DE OLIVEIRA, CPF: 100.935.398-51, avaliado em R$106.570,00 em 15/03/2019, conforme Auto de Avaliação em ID. cf6d834.

A matrícula do imóvel e o Auto de Avaliação seguem anexos a este Mandado.

A petição e documentos poderão ser acessados pela página eletrônica (**https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao**), digitando a(s) chave(s) abaixo:

Descrição	**Tipo de documento**	**Chave de acesso****
Atualização	Planilha de Atualização de Cálculos	24011212263284800000219153224
Intimação	Intimação	23111712202267900000216242480
		231116184301

Despacho	Despacho	27700000216199248
Endereço Infojud	Certidão	23111618391043500000216198965
Notificação devolvida MARIA MADALENA RODRIGUES DE OLIVEIRA (terceira)	Certidão	23072118332387500000207300605
Matrícula 8721 do CRI de Cafelandia	Certidão	23070712223148800000206242974
Solicitação de matrícula ARISP	Certidão	23070416023788000000205971962
Intimação	Intimação	23070415572769100000205970923
Intimação	Intimação	23061412530750400000204331194
Despacho	Despacho	23061411582839500000204321801
Peticionamento Avulso	Manifestação	23050610202770400000201291567
Peticionamento Avulso	Manifestação	23030314241415000000196437339
email - 0010782-36.2016.5.15.0043	Documento Diverso	23011015224630900000192990217
email - intimação	Certidão	23011015222684300000192990177

Despacho	Despacho	221212234159540000001921 74560
Anuncio de jornal	Documento Diverso	221020101932700000001886 17184
Peticionamento Avulso	Manifestação	221020101911351000001886 17142
Manifestação	Manifestação	220727101650772000001820 65385
Minuta de edital	Manifestação	220621100723643000001792 81185
Edital de alienação	Documento Diverso	220621100804420000001792 81207
email - 0010782-36.2016.5.15.0043	Documento Diverso	220314111221699000001717 34142
email - intimação	Certidão	220314111207568000001717 34098
Despacho	Despacho	220311145515707000001716 42892
Manifestação	Manifestação	220307150506342000001711 97159
Anuncio de jornal	Documento Diverso	220307150551424000001711 97227
Manifestação	Manifestação	211202114730462000001659

		03623
Intimação	Intimação	21110417381171500000163966742
Despacho	Despacho	21110412291122600000163915219
Minuta de edital	Manifestação	21102911284246700000163678984
Edital de alienação	Documento Diverso	21102911293611000000163679014
Oficio 12265-17	Documento Diverso	21093009152045600000161667954
malote digital - recebimento	Certidão	21093009151024900000161667936
email - 0010782-36.2016.5.15.0043	Documento Diverso	21090314170261700000159834741
email - intimação	Certidão	21090314165408900000159834720
Despacho	Despacho	21090221255103100000159793466
Manifestação	Manifestação	21082714372297500000159318986
Anuncio de jornal	Documento Diverso	21082714380016100000159319031
		210409142440

Intimação	Intimação	882000001494 61319
Intimação	Intimação	210409142440 755000001494 61318
Intimação	Intimação	210409142440 632000001494 61317
Intimação	Intimação	210409142440 511000001494 61316
Minuta de edital	Manifestação	210409112227 510000001494 36705
Edital de alienação	Documento Diverso	210409112258 512000001494 36736
email - 0010782-36.2016.5.15.0043	Documento Diverso	210309213633 125000001473 03929
email - envio	Certidão	210309213623 666000001473 03924
Despacho	Despacho	210309124041 776000001472 29886
Manifestação	Manifestação	210309111232 866000001472 17691
Anuncio jornal	Documento Diverso	210309111344 528000001472 17752
Intimação	Intimação	201104135301 599000001404 83538

Intimação	Intimação	20110413530135900000140483536
Intimação	Intimação	20110413530121300000140483535
Intimação	Intimação	20110413530097500000140483534
Minuta de edital	Manifestação	20102316373521000000139830226
Edital de alienação	Documento Diverso	20102316380954100000139830274
email - 0010782-36.2016.5.15.0043	Correspondência ou Mensagem Eletrônica/E-mail	20101416451505600000139164204
email - envio	Certidão	20101416450332400000139164170
Despacho	Despacho	20101410174421300000139110182
Intimação	Intimação	20100211080557600000138425127
Intimação	Intimação	20100211080537500000138425126
Intimação	Intimação	20100211080525700000138425124
Intimação	Intimação	20100211080513100000138425

		25123
erro material	Manifestação	20091615042394500000137276279
Pedido de Hasta Pública	Manifestação	20091614070504900000137265814
Apresentação de Renúncia de Procuração/Substabelecimento	Apresentação de Renúncia de Procuração /Substabelecimento	20072415363954300000133671260
email - 0010782-36.2016	Correspondência ou Mensagem Eletrônica/E-mail	20060815120545900000130418096
email - envio	Certidão	20060815115417100000130418053
Despacho	Despacho	20060500372946800000130274571
Intimação	Intimação	20031710584057300000126450943
Intimação	Intimação	20031710584046600000126450942
Intimação	Intimação	20031710584034600000126450941
Intimação	Intimação	20031710584021100000126450940
Minuta de edital	Manifestação	20031010175937200000125944090
		200310101834

Edital de alienação	Documento Diverso	16700000125944117
email - 10782-36.2016	Correspondência ou Mensagem Eletrônica/E-mail	20030908342735600000125821364
email - envio	Certidão	20030908341453800000125821358
Despacho	Despacho	20030315052727100000125457798
Minuta de edital	Apresentação de Procuração	19102316112625100000118388418
Edital de alienação	Documento Diverso	19102316120475100000118388491
email - 10782-36.2016	Correspondência ou Mensagem Eletrônica/E-mail	19092606163668300000116516819
email ao Corretor	Certidão	19092606162016700000116516817
Despacho	Despacho	19092315285747400000116266785
Manifestação do Reclamante	Manifestação	19091917093451800000116086126
Intimação	Intimação	19091811370314300000115942751
Intimação	Intimação	19091811370304900000115942750

Intimação	Intimação	190918113702942000001159 42749
Despacho	Despacho	190916112757686000001157 23416
Intimação	Intimação	190902081214077000001146 76068
Intimação	Intimação	190902081214005000001146 76067
Intimação	Intimação	190902081213911000001146 76066
Decisão	Decisão	190611165322166000001094 12779
impugnação a exceção de preexecutividade	Solicitação de Habilitação	190611122254811000001093 67329
foto	Documento Diverso	190611122740537000001093 67379
foto	Documento Diverso	190611122747295000001093 67387
Despacho	Notificação	190530192544962000001086 23137
Despacho	Despacho	190530135405224000001085 74226
Ata da Audiência	Ata da Audiência	190529161821967000001085

		05563
Despacho	Despacho	19050813333306200000106928940
impugnação à penhora	Impugnação	19050810405313000000106906441
Despacho	Notificação	19042216454985100000105857700
Despacho	Despacho	19042215563832200000105846667
Despacho	Notificação	19040313301711300000104739398
Despacho	Despacho	19040313241688000000104738566
Reiterando Designação de Audiência	Apresentação de Substabelecimento com Reserva de Poderes	19032511333384800000103990510
Despacho	Notificação	19032115541287500000103826988
Despacho	Despacho	19032014524346000000103719663
Pedido de Designação de Audiência	Apresentação de Substabelecimento com Reserva de Poderes	19032112193442300000103796408
Substabelecimento com Reserva de Poderes	Substabelecimento com Reserva de Poderes	19032112242190500000103796476
		190319114023

Fotografia	Fotografia	435000001035 94464
Auto de Penhora	Auto de Penhora	190319114002 744000001035 94390
Devolução de mandado de ID 8eeadb5	Certidão	190319113411 815000001035 94265
Impugnação a Penhora	Apresentação de Substabelecimento com Reserva de Poderes	190312163909 631000001031 44401
Substabelecimento com Reserva de Poderes	Substabelecimento com Reserva de Poderes	190312164409 678000001031 44896
Despacho	Notificação	190309093219 207000001029 48915
Despacho	Despacho	190308175921 858000001029 38472
PJECALC 1078236.2016	Certidão	190308175736 687000001029 38360
PJECALC 1078236.2016	Planilha de Atualização de Cálculos	190308175837 782000001029 38394
Intimação	Intimação	190308175550 113000001029 38060
Alvará	Alvará	190307180129 596000001028 46071
Mandado	Mandado	190221103408 091000001019 56126

Despacho	Notificação	19021520315726800000101588516
Despacho	Despacho	19021517513998800000101580030
JUntada de Protocolo Bacen	Certidão	19021517494086500000101579900
Protocolo	Documento Diverso	19021517505605700000101579943
Despacho	Notificação	18121914185467000000099022516
Despacho	Despacho	18121909482952600000098994159
Pedido de guia de retirada	Manifestação	18120514080474500000098112767
Auto de Penhora	Auto de Penhora	18112911071939900000097694157
Auto de Penhora	Auto de Penhora	18112911041506400000097693737
Devolução de mandado de ID 416b1dd	Certidão	18112910594670200000097693630
GD	Certidão	18083016044381900000091735687
GUIA DEPOSITO	Documento Diverso	18083016053931900000091

		35801
GD	Documento Diverso	18083016054108700000091735808
GD	Certidão	18083016034493400000091735474
GUIA DEPOSITO	Documento Diverso	18083016041187900000091735511
GD	Certidão	18083015541174100000091733658
GUIA DEPOSITO	Documento Diverso	18083015544109600000091733720
Devolução de mandado de ID 416b1dd	Certidão	18083014413243800000091719385
Devolução de mandado de ID 416b1dd	Certidão	18080216105969300000089731652
Mandado	Mandado	18080209273428800000089677183
bacen	Certidão	18073112382669000000089506811
pesquisa bacenjud	Documento Diverso	18073112392801100000089506859
Decisão	Decisão	18052917585198900000085565918
		180508101921

manifestação	Manifestação	93400000083875225
Despacho	Notificação	18040913472651500000081756381
Despacho	Despacho	18040617134529900000081677787
Pet. Informando o Descumprimento do Acordo.	Manifestação	18040315540971400000081347233
Planilha Atualizada do Débito	Documento Diverso	18040315561311700000081347498
Ata da Audiência	Ata da Audiência	18022219175220800000078276210
Devolução de mandado de ID 1baa366	Certidão	18011811220729500000075844400
Despacho	Notificação	18011219263068600000075650752
Despacho	Despacho	18011212420280100000075619567
Mandado	Mandado	18011111093846800000075563520
Devolução de mandado de ID 8140299	Certidão	17121214100336500000074771463
PEDIDO DE AUDIÊNCIA	Manifestação	17120616173241000000074450187

Mandado	Mandado	17120516321700200000074359453
Habilitação em processo	Manifestação	17110113475582800000071917028
PROCURAÇÃO E CONTRATO SOCIAL	Procuração	17110113575471300000071917031
Intimação	Intimação	17101913215170200000070885152
Intimação	Intimação	17101913184739600000070884814
Resposta BACENJUD	Certidão	17101814435654400000070787710
Protocolo BACENJUD	Documento Diverso	17101814444140200000070787736
Decisão	Decisão	17101114292953000000070369124
JUCESP	Certidão	17101114271982100000070368796
JUCESP - 10.782-36 LUX	Certidão	17101114281252300000070368897
Resposta BACENJUD	Certidão	17100913095447400000070115463
Protocolo BACENJUD	Documento Diverso	17100913104175600000070

		15483
Decisão	Decisão	17092915183218400000069433326
Notificação Devolvida LUXS SERVIÇOS DE MARCENAERIA	Certidão	17100215575667900000069571790
VCTO PRAZO PAGAMENTO	Manifestação	17091817512147300000068494473
Intimação	Intimação	17081814082356700000066189376
Decisão	Decisão	17081417425224500000065795020
Laudo Pericial Contabil	Laudo Pericial	17052910361773800000059789967
Laudo Pericial Contabil	Laudo Pericial	17052910352453100000059789869
Despacho	Despacho	17022016032200100000052784465
Anotação CTPS	Manifestação	17021318035175000000052226232
Cálculo Recte	Manifestação	17021317483166500000052223712
calculo liquidação sentença	Documento Diverso	17021317533279300000052223883
		161202122214

Notificação	Notificação	13000000048934083
Ofício	Ofício	16120513410973300000049039597
Ofício	Ofício	16120513410961200000049039596
Ofício	Ofício	16120513410948300000049039595
Despacho	Despacho	16120212221413000000048934083
Notificação	Notificação	16111611505425900000047809999
Sentença	Notificação	16092711575968300000044726197
Sentença	Sentença	16092711575968300000044726197
Despacho	Despacho	16092611193238200000044606213
Anotação de baixa na CTPS	Certidão	16092616414710900000044662917
Ata da Audiência	Ata da Audiência	16092616245460900000044659398
EMENDA A INICIAL	Manifestação	16092113430027900000044338330

Notificação	Notificação	160913155149736000000437 76176
Certidão de encaminhamento de nova notificação no endereço informado pelo reclamante	Certidão	160913153835592000000437 74393
NOVO ENDEREÇO NOTIFICAÇÃO	Manifestação	160913151909630000000437 70250
Devolução de mandado	Certidão	160912175628748000000436 90803
Mandado	Mandado	160908123259091000000434 50699
Notificação devolvida LUX'S	Certidão	160908123014598000000434 50465
Notificação	Notificação	160816114249336000000418 67056
Notificação	Notificação	160816114249119000000418 67055
Despacho	Despacho	160815093338922000000417 56190
Notificação	Notificação	160425135948979000000342 12238
Notificação	Notificação	160425135948695000000342 12237
Petição em PDF	Petição em PDF	160420150213389000000340

		78298
Petição inicial-pdfa	Petição Inicial	160420150536472000000340 78795
Procuração	Procuração	160420150556827000000340 78842
CONVENCAO-2013 (parte 1)	Convenção Coletiva de Trabalho	160420150743218000000340 79164
CONVENCAO-2013 (parte 2)	Convenção Coletiva de Trabalho	160420150754361000000340 79193
CONVENCAO-2013 (parte 3)	Convenção Coletiva de Trabalho	160420150803807000000340 79217
CONVENCAO-2013 (parte 4)	Convenção Coletiva de Trabalho	160420150813412000000340 79250
CONVENÇÃO 2014	Convenção Coletiva de Trabalho	160420150820823000000340 79272
CONVENÇÃO 2015-2016	Convenção Coletiva de Trabalho	160420150837643000000340 79317
CTPS	CTPS	160420150858025000000340 79362
Declaração de hipossuficiente	Declaração de Hipossuficiência	160420150925853000000340 79430
Documento pessoal	Documento Diverso	160420150958131000000340 79525
		160420151013

Contrato de honorários	Documento Diverso	57500000034079563
Extrato fgts	Extrato de Conta do FGTS	16042015102919300000034079608
Recibos	Recibo de Salário	16042015104757000000034079670
Telegramas	Telegrama	16042015110271200000034079709

Caso Vossa Senhoria não consiga consultar os documentos via *internet* e deseje acessá-los ou receber orientações, deverá comparecer a esta Unidade Judiciária, sediada no seguinte endereço: AVENIDA JOSE DE SOUSA CAMPOS, 422, NOVA CAMPINAS, CAMPINAS/SP - CEP: 13092-123.

PARA VISUALIZAÇÃO, UTILIZAR O NAVEGADOR MOZILLA FIREFOX.

Autoriza-se, desde logo, que o(a) oficial(a) de justiça avaliador(a) se valha das prerrogativas previstas nos artigos 212, 249, 252, 253, 845 e 846, caput e § 2º, do CPC, autorizado o arrombamento e a requisição de força policial com a mera apresentação deste à autoridade policial. Havendo necessidade de remoção, nas hipóteses da parametrização, fica desde já autorizada a conclusão do ato iniciado durante o dia após as 20h, na forma do § 1º do art. 212.

CUMPRA-SE, na forma e sob as penas da lei.

Este é assinado pelo(a) servidor(a), de ordem do(a) MM. Juiz(a) do Trabalho, nos termos do artigo 250, inciso VI, do CPC.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Vara do Trabalho de Lins
Rua Val de Palmas, 168 – Jd. Americano

Processo nº 0010782-36.2016.5.15.0043
Exequente: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
Executado: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME e outros (2) - CNPJ/CPF: EMERSON RODRIGUES DE OLIVEIRA CPF: 377.284.558-42, FRANCISCO APARECIDO DE OLIVEIRA CPF: 100.935.398-51, LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME CNPJ: 13.559.499/0001-13
Valor da execução: R$ 46.500.00, atualizado para 03/04/2018
Endereço da diligência: AV. MIGUEL JERONIMO GUERREIRO, 338, JD ALTO CAFEZAL, CAFELANDIA - SP - CEP: 16500-000

AUTO DE PENHORA E AVALIAÇÃO DE IMÓVEL

Aos 15 dias de março de 2019, para a garantia total do débito exequendo, penhorei e avaliei parte do bem abaixo descrito, conforme segue.

Matrícula - nº 8721 do Cartório de Registro de Imóveis de Cafelândia/SP.

Descrição da matrícula–

LIVRO N.o 2-P-1 (174)

MATRÍCULA N.o 8.721 DATA 24 de julho de 2002.

IMÓVEL: "UM(1) lote de terreno, de formato regular, sem quaisquer benfeitorias, situado nesta cidade, distrito de paz, município e comarca de Cafelandia, Estado de São Paulo, identificado como sendo o LOTE 25(vinte e cinco) da Quadra 8, do Loteamento denominado JARDIM ALTO CAFEZAL, com as seguintes medidas e confrontações:- pela frente mede 10,00(dez) metros com frente para a Avenida 8, confrontando à requerda, 26,00(vinte e seis) metros com o lote 24; à direita, 26,00(vinte e seis) metros com o lote 26; e aos fundos, 10,00(dez) metros com Constantino Fabricio Junior, perfazendo uma área de 260,00m2(duzentos e sessenta metros quadrados)".-

Dados Municipais – consta edificação no total de 175,82m², certidão de valor venal em anexo.

Benfeitorias– Conforme vistoria *in loco* e fotos em anexo, trata-se de dois imóveis edificados no mesmo terreno. Aos fundos uma residência e na frente um prédio inacabado onde funciona uma vidraçaria de propriedade dos executados que trabalham no local.

Ocupação: Residem no imóvel aos fundos os executados (**EMERSON RODRIGUES DE OLIVEIRA e FRANCISCO APARECIDO DE OLIVEIRA**) e sua família, razão pela qual procedi com a penhora somente do imóvel da frente, comercial que possui 124,92m², tendo em vista a proteção da lei 8009/90.

Avaliação - Imóvel avaliado em R$106.570,00 (cento e seis mil, quinhentos e setenta reais) conforme demonstrativo anexo.

Fernanda Carolina Torres
Oficial de Justiça Avaliador

Assinado eletronicamente por: FERNANDA CAROLINA TORRES - 19/03/2019 11:41:12 - cf6d834
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19031911400274400000103594390
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. cf6d834 - Pág. 1
Número do documento: 19031911400274400000103594390

Assinado eletronicamente por: FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA - Juntado em: 12/01/2024 12:44:40 - a559f1d

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Vara do Trabalho de Lins
Rua Val de Palmas, 168 – Jd. Americano

Processo nº 0010782-36.2016.5.15.0043

DEMONSTRATIVO DE AVALIAÇÃO DO IMÓVEL

O valor atribuído ao imóvel foi obtido pela aplicação do método evolutivo, resultado do somatório do preço médio do terreno com a estimativa de custo das benfeitorias edificadas, conforme Norma ABNT 14653-2.

Determinação do valor do terreno – De acordo com demonstrativo a seguir e informações obtidas junto ao mercado imobiliário local, o preço médio para o metro quadrado do terreno na região onde se situa o imóvel avaliando, foi apurado em R$197,00/m². Então, considerando que a fração ideal de terreno (82,175 m²), avalio parte do terreno em R$16.188,48.

Determinação do valor das benfeitorias – Para valorar as edificações adotei como referencial o valor do custo unitário básico civil (CUB), obtido na página eletrônica do *SindusCon SP*, Boletim Econômico fevereiro/2019, equivalente ao projeto CAL(comercial andares livres), no importe de R$ 1.597,17 o m², para obter o custo de reprodução da edificação (obra nova). Por se tratar de obra inacabada que inclui os serviços preliminares, infraestrutura, supraestrutura, esquadrias, cobertura , instalações hidráulicas, instalações elétricas e vidros apliquei o percentual de estimativa de gastos por etapa de obra ,da revista Construção Mercado n. 197, abril 2018, editora Pini, no valor de 1,1% para serviços preliminares, fundações 3,0% , para infraestrutura 3,8%, 19,5% para supraestrutura, 3,7% para csquadrias, 0,6% para cobertura, 9,3% para instalações hidráulicas, 3,8% para instalações elétricas e 0,4% para os vidros. Total de 45,3% de gastos.

CÁLCULO DO VALOR MÉDIO DO IMÓVEL COM BASE NOS DADOS COLETADOS

ITEM	CUB (R$)	Área (m²)	Reprodução (R$)	Serviços preliminares e fundações (%)	Infraestrutura e supraestrutura(%)	Esquadrias ,cobertura instalações hidráulicas e elétricas e vidros (%)	TOTAL (R$)
edificação	1.597,17	124,92	199.518	1,1+3,0=4,2	3,8+19,5=23,3	3,7+0,6+9,3+3,8+0,4=17,8	90.382,00
terreno							16.188,00
IMÓVEL							**106.570,00**

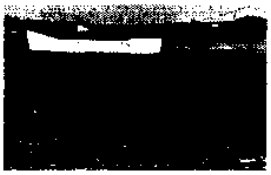
Assinado eletronicamente por: FERNANDA CAROLINA TORRES - 19/03/2019 11:41:12 - cf6d834
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19031911400274400000103594390
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. cf6d834 - Pág. 2
Número do documento: 19031911400274400000103594390

Assinado eletronicamente por: FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA - Juntado em: 12/01/2024 12:44:40 - a559f1d

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Processo nº 0010782-36.2016.5.15.0043

DEMONSTRATIVO DE AVALIAÇÃO DO TERRENO

	IMÓVEL 1	IMÓVEL 2	IMÓVEL 3
FOTO			
ANÚNCIO	http://gioprisimobiliaria.com.br/ref315.php	http://gioprisimobiliaria.com.br/ref301.php	**http://gioprisimobiliaria.com.br/ref310.php**
ÁREA	1.250m²	312,5 m²	625 m²
VALOR ANUNCIADO	R$ 300.000,00	R$ 70.000,00	R$ 80.000
VALOR POR M	**R$ 240,00**	**R$ 224,00**	**R$ 128,00**

VALOR MÉDIO DO M² COM BASE NOS DADOS COLETADOS

	VALOR DO M²
	R$ 240,00
	R$ 224,00
	R$ 128,00
TOTAL	R$ 592,00
÷ 3 = Média	R$ 197,00

CÁLCULO DO VALOR DO IMÓVEL

ÁREA DE CADA LOTE	**82,175 m²**
Valor do m²	**R$ 197,00**
VALOR DO TERRENO	**R$ 16.188,48**

Assinado eletronicamente por: FERNANDA CAROLINA TORRES - 19/03/2019 11:41:12 - cf6d834
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19031911400274400000103594390
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. cf6d834 - Pág. 3
Número do documento: 19031911400274400000103594390

Assinado eletronicamente por: FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA - Juntado em: 12/01/2024 12:44:40 - a559f1d

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Processo nº 0010782-36.2016.5.15.0043

AUTO DE DEPÓSITO E INTIMAÇÃO

Após realizada a penhora do imóvel de matrícula 8721 CRI DE CAFELÂNDIA como consta no respectivo auto, depositei o bem penhorado nas mãos da seguinte pessoa:
Nome: EMERSON RODRIGUES DE OLIVEIRA
RG: 45805616-9
CPF: 377284558-42
Endereço: AV. MIGUEL JERONIMO GUERREIRO, 338, JD ALTO CAFEZAL, CAFELANDIA - SP - CEP: 16500-000
a qual se compromete a guardar e conservar o bem e não abrir mão dele ou agregar-lhe qualquer ônus sem autorização judicial, sendo passível das penalidades legalmente previstas para o depositário infiel.
Certifico que intimei o depositário da penhora e avaliação realizadas, bem como do respectivo mandado, para que decorram todos os efeitos legais oriundos destes atos, em especial, quanto aos prazos e medidas processuais cabíveis, ficando este ciente e recebido a contrafé nesta data.
Lins,
Nada mais

FERNANDA CAROLINA TORRES
OFICIAL DE JUSTIÇA

Assinado eletronicamente por: FERNANDA CAROLINA TORRES - 19/03/2019 11:41:12 - cf6d834
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19031911400274400000103594390
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. cf6d834 - Pág. 4
Número do documento: 19031911400274400000103594390

Assinado eletronicamente por: FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA - Juntado em: 12/01/2024 12:44:40 - a559f1d

MUNICIPIO DE CAFELANDIA
MUNICIPIO DE CAFELANDIA
AV. JACOB ZUCCHI, Nº 200 - PARTE ALTA
CNPJ: 46186375000199

Exercício: 2019

CERTIDÃO DE VALOR VENAL

CERTIFICAMOS, a pedido do interessado, e a vista dos elementos constantes nos arquivos próprios desta municipalidade, que o valor venal e dados cadastrais referentes a este imóvel, localizado neste município na data desta certidão, seguem descritos abaixo:

Cadastro: 002988 Inscrição: 430875.54.3.0134.01
Contribuinte: FRANCISCO APARECIDO DE OLIVEIRA CPF/CNPJ 10093539851
Endereço: AV MIGUEL JERONYMO GUERRERO, 338 Complemento:
Bairro: JARDIM ALTO CAFEZAL CEP: 16500000
Cidade: CAFELANDIA UF: SP

DADOS ESPECÍFICOS DO CADASTRO

Setor : 00000 Quadra : B Lote : 25 Unidade : Código Antigo :
Área do Terreno : 260,00m² Testada Principal : 10,00m Área Edificada : 175,82m² Início da Construção: 18/12/2018
Valor Venal do Terreno : R$ 2.787,28 Valor Venal da Edificação : R$ 32.761,66 Valor Venal do Imóvel : R$ 35.548,94

Esta certidão abrange somente o imóvel acima e todo referido é verdade e dou fé.

Data de Emissão: 26/02/2019 **usuário: ISAURA**

Código de Controle da certidão/Número:
5052.AE5E.4793.7A8B

OSVALDO SANCHES JUNIOR
Secretário de Tributação e Arrecadação

Assinado eletronicamente por: FERNANDA CAROLINA TORRES - 19/03/2019 11:41:12 - cf6d834
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19031911400274400000103594390
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043 ID. cf6d834 - Pág. 5
Número do documento: 19031911400274400000103594390

Assinado eletronicamente por: FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA - Juntado em: 12/01/2024 12:44:40 - a559f1d
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/24011212443678100000219154259?instancia=1
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 24011212443678100000219154259

Para verificar a autenticidade, acesse https://registradores.onr.org.br/validacao.aspx e digite o hash a7c1323d-354e-4bf8-96da-4c12d32c56a9

Esse documento foi assinado digitalmente por CARLOS FERNANDO ROCHA SOARES - 06/07/2023 12:51 PROTOCOLO: SPH230700150320

Certidão emitida pelo SREI www.registradores.onr.org.br Serviço de Atendimento Eletrônico Compartilhado saec .onr

REGISTRO DE IMÓVEIS

REGISTRO GERAL

LIVRO N.o 2-R-1 (174)

MATRÍCULA N.o 8.721 DATA 24 de julho de 2002.-

IMÓVEL: "UM(1) lote de terreno, de formato regular, sem qualquer benfeitoria, situado - nesta cidade, distrito de paz, município e comarca de Cafelandia, Estado de São Paulo, identificado como sendo o LOTE 25(vinte e cinco) da Quadra B, do Loteamento denominado JARDIM - ALTO CAFEZAL, com as seguintes medidas e confrontações:- pela frente mede 10,00(dez) metros com frente para a Avenida A, confrontando: á esquerda, 26,00(vinte e seis) metros com o lote 24; á direita, 26,00(vinte e seis) metros com o lote 26; e aos fundos, 10,00(dez) metros com Constantino Febricio Junior, perfazendo uma área de 260,00m2(duzentos e sessenta metros quadrados)".-

PROPRIETÁRIOS:- REAL IMÓVEIS E CONSTRUÇÕES LTDA, empresa essa sucessora da REal Imóveis ltda com sede na cidade de São Carlos-SP, á Rua 13 de maio nº 1267-fundos, devidamente cadastrada no CGC(MF) sob nº 48.524.813/0001-07.-

REGISTRO ANTERIOR:- R2/M-7.594, fls.193 do lvº 2-I-1, deste CRI local.- O Oficial
(Carlos Fernando Rocha Soares)

R1/M-8.721.-Cafelandia, 24 de julho de 2002.- Por Carta Precatória Cível/PENHORA, de 29 de abril de 2002, expedida pelo Exmo.Dr. Paulo Cássio Moreira, MM.Juiz de Direito da 2ª Vara - Cível da Comarca de Alfenas-MG, Extraído do Processo nº 016.98.005024-5, de natureza Rescisão, movida por JAIRO MARIANO DE ÁVILA e outros, contra REAL IMÓVEIS E CONSTRUÇÕES LTDA, foi procedida a PENHORA, do imóvel acima descrito e matriculado sob nº 8.721, para garantia da - dívida total de R$448.543,77(quatrocentos e quarenta e oito mil, quinhentos e quarenta e - tres reais e setenta e sete centavos), incidente sôbre a penhora de 71(setenta e um) lotes- do mesmo loteamento.-O Oficial (Carlos Fernando Rocha Soares)

☆-☆ segue as fichas nº 2 lvº 2
Cafelândia, 13 / 8 / 2014 ☆-☆

PJe Assinado eletronicamente por: MAURICIO MUCIACITO DE VASCONCELLOS - Juntado em: 07/07/2023 12:22:34 - 21cb477

PJe Assinado eletronicamente por: FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA - Juntado em: 12/01/2024 12:44:40 - 77d79f2

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS
COMARCA DE CAFELÂNDIA - SÃO PAULO
REGISTRO GERAL
LIVRO 2

MATRÍCULA Nº 8.721 DATA: 13/08/2014
FICHA: 02 (vem das fls. 174 do lvº 2-P-1)

AV2/M-8.721.- Cafelândia, 13 de agosto de 2014.- Por Mandado de Cancelamento de Penhora/Ofício Precatório nº 075/2014, de 11 de Fevereiro de 2014, expedido pelo Exmº Srº Drº Paulo Cássio Moreira, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Alfenas-MG, extraído do Processo nº 0016.98.005024-5 (nº antigo 1016/93) movido por JAIRO MARIANO DE ÁVILA e Outros contra REAL IMÓVEIS E CONSTRUÇÕES LTDA, (CNPJ/MF nº 48.524.813/0001-07, e o cumpra-se expedido pelo MM. Juiz de Direito da Comarca de Cafelândia-SP, Srº Drº Ricardo Truitte Alves; foi procedido o **CANCELAMENTO DA PENHORA**, registrada sob **R1/M-8.731**, ficando o Imóvel **LIBERADO**. O Oficial _____ (Carlos Fernando Rocha Soares).

R3/M-8.721.- Cafelândia, 05 de setembro de 2014.- Por Escritura Particular de Venda e Compra, de 13 de agosto de 2014, nos termos do Art.108 do Código Civil vigente; **FRANCISCO APARECIDO DE OLIVEIRA**, pedreiro, portador do RG n. 20.924.585-2 e CPF n. 100.935.398-51, casado sob o regime da Separação de Bens, nos termos do artigo 258 do parágrafo único do Código Civil, em 16/11/1984, no Tabelionato de Notas local, com MARIA MADALENA RODRIGUES DE OLIVEIRA, brasileira, do lar, portadora do RG n. 33.809-262-SSP.SP e CPF n. 174.028.748-77, ambos brasileiros, residentes na Avenida Miguel Jeronymo Guerreiro, n. 338, nesta cidade de Cafelândia- SP. **ADQUIRIU**, o imóvel descrito e matriculado sob nº 8721, por compra feita de REAL IMOVEIS E CONSTRUÇOES LTDA, já qualificada, pelo preço certo e ajustado de R$2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais). O Oficial _____ (Carlos Fernando Rocha Soares).

R04/M-8.721.- **Cafelândia, 19 de Novembro de 2018.- Por Mandado de Penhora Online PH000237944, expedido pela Vara da Comarca de Campinas, Vara: Central de Mandados de Campinas, Foro Campinas, emitido por Vicente de Paula Ferreira, em 30/10/2018, Escrivão/diretor Andrea Azevedo, a fim de instruir os Autos da Ação de Execução Trabalhista nº 0010782-36.2016.5.15.0043, exequente FLAVIO HENRIQUE DA SILVA, CPF n. 227.265.768-00, e como executados EMERSON RODRIGUES DE OLIVEIRA, CPF n. 377.284.558-42, FRANCISCO APARECIDO DE OLIVEIRA, CPF n. 100.935.398-51 e LUX'S SERVIÇOS DE MARCENARIA LTDA – ME, CNPJ n. 13.559.499/0001-13, foi procedida a PENHORA sobre a TOTALIDADE do imóvel retro descrito e matriculado sob nº 8.721, valor da dívida de R$46.500,00 (Quarenta e seis mil e quinhentos reais), conforme consta no mandado.- O Oficial _____ (Carlos Fernando Rocha Soares) Protocolo 72.213 – 01/11/2018**

Para verificar a autenticidade, acesse https://registradores.onr.org.br/validacao.aspx e digite o hash a7c1323d-354e-4bf8-96da-4c12d32c56a9

Esse documento foi assinado digitalmente por CARLOS FERNANDO ROCHA SOARES - 06/07/2023 12:51 PROTOCOLO: SPH230700150032D

Assinado eletronicamente por: MAURICIO MUCIACITO DE VASCONCELLOS - Juntado em: 07/07/2023 12:22:34 - 21cb477
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/23070712223148800000206242974?instancia=1
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 23070712223148800000206242974

Assinado eletronicamente por: FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA - Juntado em: 12/01/2024 12:44:40 - 77d79f2
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/24011212443680100000219154260?instancia=1
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 24011212443680100000219154260

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
ATSum 0010782-36.2016.5.15.0043
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME E OUTROS (2)

DESPACHO

Melhor analisando os autos, verifico que a terceira MARIA MADALENA RODRIGUES DE OLIVEIRA não é coproprietária do bem imóvel penhorado, tendo em vista que o adquirente, o executado FRANCISCO APARECIDO DE OLIVEIRA, estava casado em regime de separação de bens à época da aquisição.

Expeça-se mandado para reavaliação do bem, uma vez que a última avaliação ocorreu em 15/03/2019.

Após, dê-se ciência às partes.

CAMPINAS/SP, 16 de novembro de 2023

EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA
Juiz do Trabalho Substituto

Assinado eletronicamente por: EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA - Juntado em: 17/11/2023 12:20:22 - eec2f8c
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/23111618430127700000216199248?instancia=1
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 23111618430127700000216199248

Assinado eletronicamente por: FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA - Juntado em: 12/01/2024 12:44:40 - f14b361
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/24011212443681800000219154261?instancia=1
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 24011212443681800000219154261

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ATSum 0010782-36.2016.5.15.0043
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME E OUTROS (2)

CERTIDÃO DE DEVOLUÇÃO DE MANDADO

Id do Mandado: 02509b2

CERTIDÃO CIRCUNSTANCIADA

Certifico que, nos dias 08 e 15/02/2024, em cumprimento ao mandado de avaliação, dirigi-me ao endereço, Avenida Miguel Jerônimo Guerreiro, 338, Jd. Alto Cafezal – Cafelândia/SP, e não encontrei ninguém. Retornei no dia 22/02/2024 e novamente não fui atendido. Na oportunidade vizinhos informaram que os moradores da residência estavam viajando.

Certifico mais, no dia 29/02/2024, realizei nova diligência no referido endereço, e outra vez o local estava fechado. Diante disso, no mesmo dia, procedi a reavaliação do imóvel a partir da constatação externa e de informações do Auto Penhora e de Avaliação ID cf6d834. Então, reavalio o imóvel no valor de **R$ 158.600,00 (cento e cinquenta e oito mil reais e oitocentos reais)**, conforme Auto e Demonstrativo de Avaliação anexados.

Certifico ainda, por não ter sido encontrados os moradores, deixei de intimá-los da reavaliação.

Ante o exposto, submeto a situação à análise do MM. Juízo, devolvo o expediente à origem para as providências cabíveis e aguardar novas determinações.

DOU FÉ.

CAMPINAS/SP, 14 de março de 2024.

Assinado eletronicamente por: WILSON LUIS AMERICO - Juntado em: 14/03/2024 15:13:52 - 7c087ea
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/24031415124319100000223947067?instancia=1
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 24031415124319100000223947067

Oficial de Justiça Avaliador Federal

REGISTRO DE IMÓVEIS

REGISTRO GERAL

LIVRO N.o 2-R-1 (174)

MATRÍCULA N.o 8.721 DATA 24 de julho de 2002.-

IMÓVEL: "UM(1) lote de terreno, de formato regular, sem qualquer benfeitoria, situado - nesta cidade, distrito de paz, municipio e comarca de Cafelandia, Estado de São Paulo, identificado como sendo o LOTE 25(vinte e cinco) da Quadra B, do Loteamento denominado JARDIM - ALTO CAFEZAL, com as seguintes medidas e confrontações:- pela frente mede 10,00(dez) metros com frente para a Avenida A, confrontando: á esquerda, 26,00(vinte e seis) metros com o lote 24; á direita, 26,00(vinte e seis) metros com o lote 26; e aos fundos, 10,00(dez) metros com Constantino Febricio Junior, perfazendo uma área de 260,00m2(duzentos e sessenta metros quadrados)".-

PROPRIETÁRIOS:- REAL IMÓVEIS E CONSTRUÇÕES LTDA, empresa essa sucessora da REal Imóveis ltda com sede na cidade de São Carlos-SP, á Rua 13 de maio nº 1267-fundos, devidamente cadastrada no CGC(MF) sob nº 48.524.813/0001-07.-

REGISTRO ANTERIOR:- R2/M-7.594, fls.193 do lvº 2-I-1, deste CRI local.- O Oficial
(Carlos Fernando Rocha Soares)

R1/M-8.721.-Cafelandia, 24 de julho de 2002.- Por Carta Precatória Cível/PENHORA, de 29 de abril de 2002, expedida pelo Exmo.Dr. Paulo Cássio Moreira, MM.Juiz de Direito da 2ª Vara - Cível da Comarca de Alfenas-MG, Extraído do Processo nº 016.98.005024-5, de natureza Rescisão, movida por JAIRO MARIANO DE ÁVILA e outros, contra REAL IMÓVEIS E CONSTRUÇÕES LTDA, foi procedida a PENHORA, do imóvel acima descrito e matriculado sob nº 8.721, para garantia da - divida total de R$448.543,77(quatrocentos e quarenta e oito mil, quinhentos e quarenta e - tres reais e setenta e sete centavos), incidente sôbre a penhora de 7i(setenta e um) lotes- do mesmo loteamento.-O Oficial (Carlos Fernando Rocha Soares)

segue as fichas nº 2 lvº 2
Cafelândia, 13 / 8 / 2014

Certidão emitida pelo SREI www.registradores.onr.org.br Serviço de Atendimento Eletrônico Compartilhado saec .onr

Esse documento foi assinado digitalmente por IGOR RODRIGUES FOLHARI - 12/03/2024 10:56

Para verificar a autenticidade, acesse https://registradores.onr.org.br/validacao.aspx e digite o hash a77a7e0c-b963-4ff5-a2ed-5c3b239c602d

PJe Assinado eletronicamente por: WILSON LUIS AMERICO - Juntado em: 14/03/2024 15:13:52 - a2ede6e

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS
COMARCA DE CAFELÂNDIA - SÃO PAULO
REGISTRO GERAL
LIVRO 2

MATRÍCULA Nº 8.721 DATA: 13/08/2014
FICHA: 02 (vem das fls. 174 do lvº 2-P-1)

AV2/M-8.721.- Cafelândia, 13 de agosto de 2014.- Por Mandado de Cancelamento de Penhora/Ofício Precatório nº 075/2014, de 11 de Fevereiro de 2014, expedido pelo Exmº Srº Drº Paulo Cássio Moreira, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Alfenas-MG, extraído do Processo nº 0016.98.005024-5 (nº antigo 1016/93) movido por JAIRO MARIANO DE ÁVILA e Outros contra REAL IMÓVEIS E CONSTRUÇÕES LTDA, (CNPJ/MF nº 48.524.813/0001-07, e o cumpra-se expedido pelo MM. Juiz de Direito da Comarca de Cafelândia-SP, Srº Drº Ricardo Truitte Alves; foi procedido o **CANCELAMENTO DA PENHORA**, registrada sob **R1/M-8.731**, ficando o Imóvel **LIBERADO**. O Oficial _____ (Carlos Fernando Rocha Soares).

R3/M-8.721.- Cafelândia, 05 de setembro de 2014.- Por Escritura Particular de Venda e Compra, de 13 de agosto de 2014, nos termos do Art.108 do Código Civil vigente; **FRANCISCO APARECIDO DE OLIVEIRA**, pedreiro, portador do RG n. 20.924.585-2 e CPF n. 100.935.398-51, casado sob o regime da Separação de Bens, nos termos do artigo 258 do parágrafo único do Código Civil, em 16/11/1984, no Tabelionato de Notas local, com MARIA MADALENA RODRIGUES DE OLIVEIRA, brasileira, do lar, portadora do RG n. 33.809-262-SSP.SP e CPF n. 174.028.748-77, ambos brasileiros, residentes na Avenida Miguel Jeronymo Guerreiro, n. 338, nesta cidade de Cafelândia- SP. **ADQUIRIU**, o imóvel descrito e matriculado sob nº 8721, por compra feita de REAL IMOVEIS E CONSTRUÇOES LTDA, já qualificada, pelo preço certo e ajustado de R$2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais). O Oficial _____ (Carlos Fernando Rocha Soares).

R04/M-8.721.- **Cafelândia, 19 de Novembro de 2018.- Por Mandado de Penhora Online PH000237944, expedido pela Vara da Comarca de Campinas, Vara: Central de Mandados de Campinas, Foro Campinas, emitido por Vicente de Paula Ferreira, em 30/10/2018, Escrivão/diretor Andrea Azevedo, a fim de instruir os Autos da Ação de Execução Trabalhista nº 0010782-36.2016.5.15.0043, exequente FLAVIO HENRIQUE DA SILVA, CPF n. 227.265.768-00, e como executados EMERSON RODRIGUES DE OLIVEIRA, CPF n. 377.284.558-42, FRANCISCO APARECIDO DE OLIVEIRA, CPF n. 100.935.398-51 e LUX'S SERVIÇOS DE MARCENARIA LTDA – ME, CNPJ n. 13.559.499/0001-13, foi procedida a PENHORA sobre a TOTALIDADE do imóvel retro descrito e matriculado sob nº 8.721, valor da dívida de R$46.500,00 (Quarenta e seis mil e quinhentos reais), conforme consta no mandado.- O Oficial _____ (Carlos Fernando Rocha Soares) Protocolo 72.213 – 01/11/2018**

Para verificar a autenticidade, acesse https://registradores.onr.org.br/validacao.aspx e digite o hash a77a7e0c-b963-4ff5-a2ed-5c3b239c602d

Esse documento foi assinado digitalmente por IGOR RODRIGUES FOLHARI - 12/03/2024 10:56

Assinado eletronicamente por: WILSON LUIS AMERICO - Juntado em: 14/03/2024 15:13:52 - a2ede6e
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/24031415135041600000223947280?instancia=1
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 24031415135041600000223947280

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

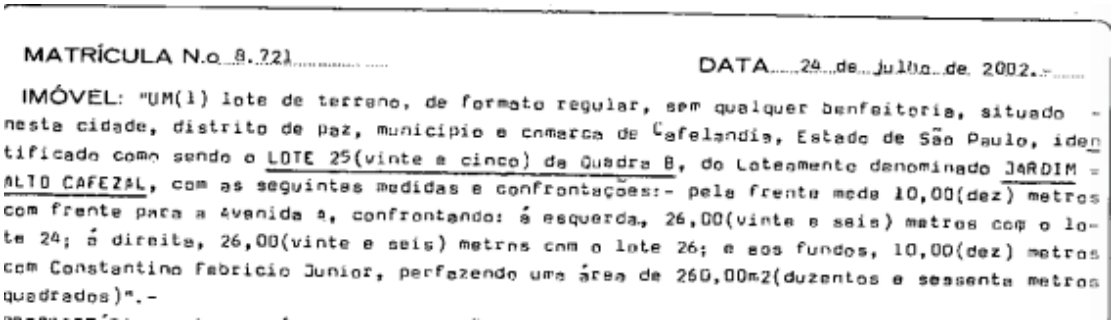
Vara do Trabalho de Lins
Rua Val de Palmas, 168 – Jd. Americano

Processo nº 0010782-36.2016.5.15.0043
Exequente: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
Executado: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME E OUTROS (2)
Valor da execução: R$ 50.608,95 atualizados até 31/03/2019
Endereço da diligência: Avenida Jerônimo Guerreiro, 338, Jd Alto Cafezal – Cafelândia/SP.

AUTO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEL

Aos 29/02/2024, em cumprimento à decisão expedida no feito acima, observados os trâmites legais, diligenciei junto ao imóvel matrícula nº 8.721 do 1º CRI de Cafelândia/SP, localizado na Avenida Jeronimo Guerreiro, 338, Jd Alto Cafezal – Cafelândia/SP.

Matrícula - nº 8.721 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Cafelândia/SP.



MATRÍCULA N.o 8.721 DATA 24 de julho de 2002.

IMÓVEL: "UM(1) lote de terreno, de formato regular, sem qualquer benfeitoria, situado nesta cidade, distrito de paz, município e comarca de Cafelandia, Estado de São Paulo, identificado como sendo o LOTE 25(vinte e cinco) da Quadra B, do Loteamento denominado JARDIM ALTO CAFEZAL, com as seguintes medidas e confrontações:- pela frente mede 10,00(dez) metros com frente para a Avenida 8, confrontando: á esquerda, 26,00(vinte e seis) metros com o lote 24; á direita, 26,00(vinte e seis) metros com o lote 26; e aos fundos, 10,00(dez) metros com Constantino Fabricio Junior, perfazendo uma área de 260,00m2(duzentos e sessenta metros quadrados)".-

Dados Municipais - consta construção total de 175,82 m².

Benfeitorias – Foram realizadas várias diligências para constatação das benfeitorias, mas em todas o local estava fechado. Parte das informações coletas são as que constam no Auto de Penhora e Avaliação ID cf6d834. Dois imóveis edificados no mesmo terreno. Aos fundos uma residência e na frente um prédio inacabado, aparentemente desocupado.

Ocupação: Não consegui contato com os moradores da residência dos fundos. Vizinhos afirmaram há muito tempo estão viajando.

Avaliação - Terreno avaliado em **R$ 23.000,00.** Construção avaliada em **R$ 135.600,00.** Valor total do imóvel **R$ 158.600,00**

Wilson Luis Americo
Oficial de Justiça Avaliador

PJe Assinado eletronicamente por: WILSON LUIS AMERICO - Juntado em: 14/03/2024 15:13:52 - 6e0a05b

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Vara do Trabalho de Lins
Rua Val de Palmas, 168 – Jd. Americano

Processo nº 0010782-36.2016.5.15.0043

DEMONSTRATIVO DE AVALIAÇÃO

O valor atribuído ao imóvel foi obtido pela aplicação do método evolutivo, resultado do somatório do preço médio do terreno com a estimativa de custo das benfeitorias edificadas, conforme Norma ABNT 14653-2.

Determinação do valor do terreno – Como elementos comparativos, após pesquisa imobiliária, foi encontrado imóvel, no Jardim Campo Belo, com área de 260m², pelo valor de R$ 70.000,00, cerca de R$ 270,00 o metro quadrado.(https://gioprisimobiliaria.com.br/imovel/lote-de-terreno-jardim-campo-belo/).

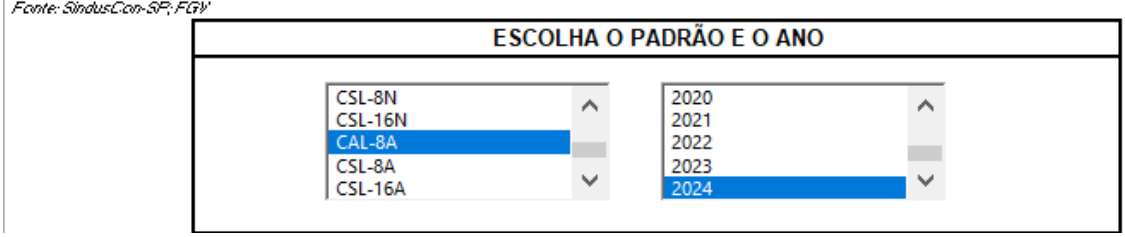
Outro anúncio comparativo trata -se de um terreno no Jardim Prefeito Wademar Sanches, com área de 229 m² , pelo valor de R$ 65.000,00, cera de R$ 284,00 o metro quadrado (https://gioprisimobiliaria.com.br/imovel/r-joao-pacheco-j-pref-waldemar-sanches/).

De acordo com essas amostras, o preço médio para o metro quadrado é de R$ 277,00/m². Em razão da localização do imóvel avaliando, ajusto o valor do metro quadrado para R$ 280,00 Dessa forma, considerando a área do terreno (82,175 m²), avalio em R$ 23.000,00.

Determinação do valor das benfeitorias – Para valorar as edificações adotei como referencial o valor do custo unitário básico civil (CUB), obtido na página eletrônica do *SindusCon SP*, Boletim Econômico janeiro/2024, equivalente ao projeto CAL(comercial andares livres), no importe de R$ 2.396,24 para obter o custo de reprodução da edificação (obra nova). Por estar ainda inacabada a construção, conforme avaliação anterior, considerei o mesmo porcentual de 45,3% de gastos. Dessa forma, o custo do metro quadrado é de R$ 1.085,50.

Mês	R$/m²				Índice - Base Fev/07=100				
	Global	Mão-de-obra	Material	Adm	Global	Mão-de-obra	Material	Adm	Global
Jan	2.396,24	1.245,59	1.078,61	72,04	-	-	-	-	2,17%
Fev									
Mar									
Abr									
Mai									
Jun									
Jul									
Ago									
Set									
Out									
Nov									
Dez									

Fonte: SindusCon-SP; FGV



Assim, considerando a área edificada de 124,92m², avalio em R$ 135.600,00.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

TOTAL DA AVALIAÇÃO: Terreno R$ 23.000,00 + Construção R$ 135.600,00
Com base nos critérios acima, **avalio o imóvel em R$ 158.600,00 (Cento e cinquenta e oito mil e seiscentos reais).**

							TOTAL (R$)
Edificação							135.600,00
Terreno							23.000,00
TOTAL DO IMÓVEL							**158.600,00**

Wilson Luis Americo
Oficial de Justiça

FOTOS DO IMÓVEL





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
ATSum 0010782-36.2016.5.15.0043
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME E OUTROS (2)

DESPACHO

Dê-se ciência às partes e terceiros interessados, se caso, da reavaliação do imóvel matrícula 8.721 do CRI de Cafelândia/SP, em Id 6e0a05b.

Após o prazo legal, voltem conclusos para prosseguimento do feito.

Intimem-se.

CAMPINAS/SP, 15 de agosto de 2024

GUSTAVO TRIANDAFELIDES BALTHAZAR
Juiz do Trabalho Substituto

Assinado eletronicamente por: GUSTAVO TRIANDAFELIDES BALTHAZAR - Juntado em: 16/08/2024 13:48:59 - f913053
Certificado por TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A REGIAO:03773524000103
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/24081513463917300000236956570?instancia=1
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 24081513463917300000236956570

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
ATSum 0010782-36.2016.5.15.0043
AUTOR: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
RÉU: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME E OUTROS (2)

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID f913053 proferido nos autos.

DESPACHO

Dê-se ciência às partes e terceiros interessados, se caso, da reavaliação do imóvel matrícula 8.721 do CRI de Cafelândia/SP, em Id 6e0a05b.

Após o prazo legal, voltem conclusos para prosseguimento do feito.

Intimem-se.

CAMPINAS/SP, 15 de agosto de 2024

GUSTAVO TRIANDAFELIDES BALTHAZAR
Juiz do Trabalho Substituto

Assinado eletronicamente por: GUSTAVO TRIANDAFELIDES BALTHAZAR - Juntado em: 16/08/2024 13:49:59 - 2f3d3eb
Certificado por TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A REGIAO:03773524000103
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/24081613490000900000237063021?instancia=1
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 24081613490000900000237063021

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
0010782-36.2016.5.15.0043
: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME E OUTROS (2)

DESPACHO

Trata-se de penhora que recaiu sob o imóvel objeto da matrícula nº 8.721 do CRI de Cafelândia/SP, devidamente registrada na referida matrícula e avaliado por R$ R$ 158.600,00 em 15/02/2024 (id: 7c087ea), restando útil para a execução.

O executado proprietário do imóvel, os coproprietários, os credores fiduciários e terceiros interessados (fraude à execução ou doação) foram devidamente intimados para ciência da penhora, nos termos do art. 884 da CLT.

O proprietário do imóvel foi nomeado como depositário fiel.

Assim, julgo subsistente a penhora e determino a realização de HASTA ÚNICA através da ferramenta eletrônica dos Leilões Judiciais, na forma do provimento GP-CR 04/2019 TRT 15, e alterações subsequentes, a cargo dos leiloeiros oficiais sorteados.

O lance mínimo fica estipulado em 50% do valor da avaliação.

Quem pretender remir a dívida, nos termos do artigo 13 da Lei nº 5.584/70 e na forma da nova redação do artigo 826 do NCPC, aqui de aplicação supletiva, por força do artigo 769 da CLT, deverá comprovar o depósito do valor integral do crédito exequendo, **incluindo aquele proveniente de reservas de numerário e demais execuções trabalhistas a que a parte esteja sujeita no âmbito deste Fórum Trabalhista de Campinas**, acrescido das demais despesas processuais, tais como custas, editais, honorários periciais, despesas com a hasta pública, despesas processuais fixadas no art. 789-A da CLT e outras, até a data e hora designados para a hasta pública. Nesse caso, arcará com o pagamento de comissão ao leileoeiro no importe de **2% (dois por cento)** do valor da avaliação, conforme art. 25, § 4°, do Provimento GP-CR nº 04-2019.

Na hipótese de acordo celebrado entre as partes com desconstituição da penhora e consequente retirada do feito da pauta de hastas públicas, ficará a parte executada responsável pelo pagamento da comissão de **2%**

PJe Documento assinado eletronicamente por PAULA CRISTINA CAETANO DA SILVA, em 19/02/2025, às 10:52:32 - 7982eac

(dois por cento) sobre o valor da avaliação ao leileoeiro, conforme art. 25, § 4, do Provimento GP-CR nº 04-2019.

Os Embargos à arrematação, de acordo com o art. 903 do NCPC, não terão efeito suspensivo da venda realizada, considerando-se perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham a ser julgados procedentes os Embargos.

Conforme dispõe o parágrafo único do art. 130 do Código Tributário Nacional CTN, nas hipóteses de arrematação judicial de bens imóveis os créditos tributários sobre eles incidentes sub-rogam-se no respectivo preço. No caso de bens móveis, observar-se-á as disposições do edital.

O prazo para eventuais embargos à arrematação ou adjudicação passará a fluir da data da hasta pública, independentemente de nova notificação.

A publicação do edital supre eventual insucesso nas notificações pessoais e dos respectivos patronos.

Ciência às partes.

CAMPINAS/SP, 13 de fevereiro de 2025

PAULA CRISTINA CAETANO DA SILVA
Juíza do Trabalho Substituta

Documento assinado eletronicamente por PAULA CRISTINA CAETANO DA SILVA, em 19/02/2025, às 10:52:32 - 7982eac
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/25021312341775700000251294568?instancia=1
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 25021312341775700000251294568

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
0010782-36.2016.5.15.0043
: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME E OUTROS (2)

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID 7982eac proferido nos autos.

DESPACHO

Trata-se de penhora que recaiu sob o imóvel objeto da matrícula nº 8.721 do CRI de Cafelândia/SP, devidamente registrada na referida matrícula e avaliado por R$ R$ 158.600,00 em 15/02/2024 (id: 7c087ea), restando útil para a execução.

O executado proprietário do imóvel, os coproprietários, os credores fiduciários e terceiros interessados (fraude à execução ou doação) foram devidamente intimados para ciência da penhora, nos termos do art. 884 da CLT.

O proprietário do imóvel foi nomeado como depositário fiel.

Assim, julgo subsistente a penhora e determino a realização de HASTA ÚNICA através da ferramenta eletrônica dos Leilões Judiciais, na forma do provimento GP-CR 04/2019 TRT 15, e alterações subsequentes, a cargo dos leiloeiros oficiais sorteados.

O lance mínimo fica estipulado em 50% do valor da avaliação.

Quem pretender remir a dívida, nos termos do artigo 13 da Lei nº 5.584/70 e na forma da nova redação do artigo 826 do NCPC, aqui de aplicação supletiva, por força do artigo 769 da CLT, deverá comprovar o depósito do valor integral do crédito exequendo, **incluindo aquele proveniente de reservas de numerário e demais execuções trabalhistas a que a parte esteja sujeita no âmbito deste Fórum Trabalhista de Campinas**, acrescido das demais despesas processuais, tais como custas, editais, honorários periciais, despesas com a hasta pública, despesas processuais fixadas no art. 789-A da CLT e outras, até a data e hora designados para a hasta pública. Nesse caso, arcará com o pagamento de comissão ao leileoeiro no importe de **2% (dois por cento)** do valor da avaliação, conforme art. 25, § 4°, do Provimento GP-CR nº 04-2019.

PJe Documento assinado eletronicamente por PAULA CRISTINA CAETANO DA SILVA, em 19/02/2025, às 10:53:32 - ca798c9

Na hipótese de acordo celebrado entre as partes com desconstituição da penhora e consequente retirada do feito da pauta de hastas públicas, ficará a parte executada responsável pelo pagamento da comissão de **2% (dois por cento)** sobre o valor da avaliação ao leileoeiro, conforme art. 25, § 4, do Provimento GP-CR nº 04-2019.

Os Embargos à arrematação, de acordo com o art. 903 do NCPC, não terão efeito suspensivo da venda realizada, considerando-se perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham a ser julgados procedentes os Embargos.

Conforme dispõe o parágrafo único do art. 130 do Código Tributário Nacional CTN, nas hipóteses de arrematação judicial de bens imóveis os créditos tributários sobre eles incidentes sub-rogam-se no respectivo preço. No caso de bens móveis, observar-se-á as disposições do edital.

O prazo para eventuais embargos à arrematação ou adjudicação passará a fluir da data da hasta pública, independentemente de nova notificação.

A publicação do edital supre eventual insucesso nas notificações pessoais e dos respectivos patronos.

Ciência às partes.

CAMPINAS/SP, 13 de fevereiro de 2025

PAULA CRISTINA CAETANO DA SILVA
Juíza do Trabalho Substituta

Documento assinado eletronicamente por PAULA CRISTINA CAETANO DA SILVA, em 19/02/2025, às 10:53:32 - ca798c9
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/25021910523300600000251825445?instancia=1
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 25021910523300600000251825445

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
PROCESSO: 0010782-36.2016.5.15.0043
: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME E OUTROS (2)

NOTIFICAÇÃO

MARIA MADALENA RODRIGUES DE OLIVEIRA
SALES DE OLIVEIRA, 1640, C, VILA INDUSTRIAL, CAMPINAS/SP - CEP: 13035-270

Fica V. Sa. notificada do ato/ despacho/ sentença proferido neste processo.

O teor do documento pode ser visualizado pelo acesso ao link:

https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/25021312341775700000251294568?instancia=1

NAO APAGAR NENHUM CARACTERE DESTA LINHA. ESTE DOCUMENTO SERA ENVIADO VIA ECARTA (TIPO CARTA_SIMPLES).

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
PROCESSO: 0010782-36.2016.5.15.0043
: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME E OUTROS (2)

Certifico, para os devidos fins, que liberei o bem no sistema EXE-PJe para inclusão em hasta pública a ser designada pela Divisão de Execução de Campinas.

CAMPINAS/SP, 12 de março de 2025.

MAURICIO MUCIACITO DE VASCONCELLOS
Diretor de Secretaria

RECORRIDO	SKALA SOLUCAO EM SERVICOS - EIRELI
ADVOGADO	MARIA APARECIDA RIBEIRO LIMA(OAB: 411467/SP)
PERITO	HENRIQUE COUTINHO PEREIRA

Intimado(s)/Citado(s):

- CLAUDIO APARECIDO GARCIA
- HENRIQUE COUTINHO PEREIRA
- MUNICIPIO DE INDAIATUBA
- SKALA SOLUCAO EM SERVICOS - EIRELI

Processo Nº ROT-0012269-30.2023.5.15.0129

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	JULIANA BENATTI
Revisor	JULIANA BENATTI
RECORRENTE	DIOGO DIAS DE OLIVEIRA
ADVOGADO	MARCO AUGUSTO DE ARGENTON E QUEIROZ(OAB: 163741/SP)
RECORRENTE	REDE EDUCACIONAL DECISAO S.A.
ADVOGADO	JOEL FERREIRA VAZ FILHO(OAB: 169034/SP)
RECORRIDO	DIOGO DIAS DE OLIVEIRA
ADVOGADO	MARCO AUGUSTO DE ARGENTON E QUEIROZ(OAB: 163741/SP)
RECORRIDO	REDE EDUCACIONAL DECISAO S.A.
ADVOGADO	JOEL FERREIRA VAZ FILHO(OAB: 169034/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- DIOGO DIAS DE OLIVEIRA
- REDE EDUCACIONAL DECISAO S.A.

Processo Nº AP-0148700-50.2005.5.15.0049

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	JULIANA BENATTI
Revisor	JULIANA BENATTI
AGRAVANTE	POLIMIX CONCRETO LTDA
ADVOGADO	CELIO AMARAL(OAB: 80931/SP)
ADVOGADO	IGOR HENRY BICUDO(OAB: 222546/SP)
AGRAVADO	ANGELO FERNANDO PORTA
ADVOGADO	GUILHERME NORI(OAB: 196470/SP)
AGRAVADO	UNIÃO FEDERAL (PGF)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANGELO FERNANDO PORTA
- POLIMIX CONCRETO LTDA
- UNIÃO FEDERAL (PGF)

Os embargos de declaração eventualmente interpostos em face dos acórdãos poderão ser julgados na forma prevista no artigo 1º da Resolução Administrativa nº 21/2015, publicado no DEJT de 10 de dezembro de 2015.

DIVISÃO DE EXECUÇÃO DE CAMPINAS - TRT15

Edital

ERRATA - Edital Hasta Pública 01/2025 - Campinas

Hasta Pública nº 01/2025 - CAMPINAS

Data da Hasta: 22/05/2025 14:00

Leiloeiro: Gilberto Fortes do Amaral Filho

Endereço Eletrônico: www.grupolance.com.br

Endereço Físico: Avenida Miguel Stefano, nº 3335, Balneário Cidade Atlântica, Guarujá/SP, CEP 11.440-533.

A EXcelentíssima Juíza do Trabalho **BRUNA MÜLLER STRAVINSKI,** Coordenadora da Divisão de Execução de Campinas, na forma da Lei e nos termos do Provimento nº GP-CR nº 04/2019 e Portaria Conjunta GP-VPA-VPJ-CR 05/2020, ambas com as alterações subsequentes, do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, FAZ SABER que será realizada **HASTA PÚBLICA, na modalidade EXCLUSIVAMENTE ELETRÔNICA, no dia 22 de maio de 2025**, nos termos do artigo 11 e seguintes do normativo supra.

Os lances dos bens dos processos abaixo discriminados serão recepcionados através do site **www.grupolance.com** a partir da data de publicação do edital, até o dia **22/05/2025**, observado o horário de encerramento da hasta pública, que dependerá da demanda diante da oferta.

O PREGÃO DO REPASSE será transmitido online e ao vivo pelo Leiloeiro através do seu site, a partir das **11h00** do dia **22/05/2025**, de acordo com o Regulamento das Hastas Públicas de Campinas, constante ao final deste Edital.

1: 0119800-21.2002.5.15.0095 - Assessoria de Execução III de Campinas

1.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 26231 - 1º Cartório - SAO JOSE DO RIO PARDO/SP

Descrição: Um terreno, sem benfeitorias, situado com frente para a Rua Major Pacheco, na cidade de São Sebastião da Grama, nesta comarca de São José do Rio Pardo, medindo 14,50 metros de frente, igual medida nos fundos, por 31,00 metros da frente aos fundos, de ambos os lados, confrontando com a mencionada via pública, Elias de Andrade Dias, Hélio Giacon, José Senhoras, Alexandre Taramelli e Leonídio de Andrade Dias.

Av. 03: Edificação - (...) é esta para ficar constando que no imóvel retro descrito, anteriormente ao exercício de 1966, foi edificada uma casa de morada, com a área de 211,00 metros quadrados, situada com frente para a Rua Major Pacheco, na cidade de São Sebastião da Grama, a qual recebeu o número 253"

Ônus/Observação: OBS: Lance mínimo: 75% do valor da avaliação

Ônus: R.23: Hipoteca em favor de Banco do Brasil S/A R.24: Hipoteca em favor de Banco do Brasil S/A Av.26: Penhora - processo 00009634120125150 35 (Carta Precatória Executória) - Vara do Trabalho de São José do Rio Pardo-SP

PJe Documento assinado eletronicamente por FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA, em 09/04/2025, às 09:28:47 - d261011

Proprietários: CELIA MARIA DOS REIS DIAS VEIGA CELESTE
CPF: 024.654.068-09
Removido: Não
Localização: Rua Major Pacheco Número: 253 Cidade: SAO SEBASTIAO DA GRAMA UF: SP
Quantidade: 1
Percentual da Penhora: 100,00%
Valor Unitário (% Penhorado): R$ 500.000,00
Valor Total Penhorado: R$ 500.000,00
Data Avaliação: 28/07/2023
Data Penhora: 19/12/2012
Ordem da Penhora: 1
Valor do lance mínimo (75%): R$ 375.000,00
Anexo(s) do bem:
Não há anexos cadastrados para este bem

2: 0079800-96.2004.5.15.0001 - Assessoria de Execução III de Campinas
2.1 Tipo do Bem: Imóvel
Identificação: Matrícula: 33581 - 1º Cartório - CAMPINAS/SP
Descrição: Lote de terreno nº 20 da quadra "G" do loteamento Jardim Guarany, com área de 288,35 metros quadrados, de frente para a Rua Antonio Encarnação Junior.
1) Imóvel constante da matrícula 33581 do 1º CRI de Campinas, SP, consistindo no lote de terreno nº 20 da quadra G do loteamento Jardim Guarani, Rua Antônio Encarnação Júnior, 35, com área de 288,35m 2.
Observações: Sobre o terreno há um sobrado com 332,43m² de área construída, de acordo com informações do cadastro municipal. O executado informou que o terreno somente possui 250m² de terreno, pois já estava ocupado em pequena parte pela construção dos fundos, quando foi adquirido. O imóvel possui 3 pavimentos, 6 banheiros (dois na parte de baixo, um na área de lazer, e três na área superior, sendo dois deles em 2 suítes); na parte inferior há uma garagem e um depósito, além do hall de entrada. No piso médio, há uma cozinha, área de serviço, despensa, duas salas de visita e uma sala de jantar, no piso superior há quatro quartos, sendo duas suítes.
Ônus/Observação: Av.10: Penhora no processo 1011861-27.2014 (4ª Vara Cível de Campinas) Av. 11: Penhora no processo 0001425-40.2015.5.15.0118 (Vara do Trabalho de Itapira) Av. 12: Indisponibilidade no processo 00014254020125150118 (Vara do Trabalho de Itapira) Av. 13: Penhora de 50% no processo 00072118520128260114 (1º Ofício Cível da Comarca de Campinas) Av. 14: Penhora de 50% no processo 0039280-34.2017.8.26.0114 (9º Ofício Cível da Comarca de Campinas) Av. 15: Arresto de 50% no processo nº 0065347-12.2012 (1º Ofício Cível da Comarca de Campinas)
Removido: Não
Localização: Rua Antonio Encarnação Júnior Número: 35
Bairro: Jardim Guarany Cidade: CAMPINAS UF: SP
CEP: 13100216
Quantidade: 1
Percentual da Penhora: 100,00%
Valor Unitário (% Penhorado): R$ 1.330.000,00
Valor Total Penhorado: R$ 1.330.000,00
Data Avaliação: 16/09/2024
Data Penhora: 29/04/2013
Ordem da Penhora: 1
Valor do lance mínimo (50%): R$ 665.000,00
Anexo(s) do bem:
fotos do imóvel de matrícula 33581 https://pje.trt15.jus.br/exe-pje/execucao/publico/download-bem-anexo/19410

3: 0020300-98.2008.5.15.0053 - Assessoria de Execução III de Campinas
3.1 Tipo do Bem: Imóvel
Identificação: Matrícula: 63898 - 1º Cartório - TATUI/SP
Descrição: Um lote de terreno, sem benfeitorias, sob nº 08-A da quadra GG, com frente para a rua 27, no loteamento denominado Jardim Rosa Garcia, nesta cidade de Tatui-SP, com as seguintes medidas e confrontações: medindo 5,00m de frente para a referida rua, 5,00m nos fundos onde divide com o lote 19, do lado direito de quem da rua olha para o imóvel mede 25,00m da frente aos fundos e divide com o lote 08, do lado esquerdo de quem da rua olha para o imóvel, mede 25,00m da frente aos fundos e divide com o lote 09, encerrando a área total de 125,00m², existindo nos fundos do imóvel uma faixa de 3,00m de largura reservado para Viela Sanitária.
Ônus/Observação: Co Proprietária: MARIA STELLA SALVUCCI RODRIGUES **OBSERVAÇÃO**: Lance mínimo de 90% do valor da avaliação. **ÔNUS**: Av.2 - penhora no processo nº 1535/2006 - execução fiscal Av. 3 - penhora no processo nº 5.383/2005 - execução fiscal Av.4 - contrato padrão, arquivado no próprio CRI de Tatuí, constando restrições de uso do imóvel a serem observadas pelos proprietários Av.5 - penhora no processo nº 0020300-98.2008.5.15.0053.
Proprietários: PAULO EDUARDO FRANCO ABDALLA
CPF: 017.268.908-21
PEDRO HENRIQUE DELAMAIN PUPO NOGUEIRA
CPF: 024.999.548-41
Removido: Não

PJe Documento assinado eletronicamente por FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA, em 09/04/2025, às 09:28:47 - d261011

Localização: Rua Vicente Manoel de Oliveira Bairro: Jardim Rosa Garcia Cidade: TATUI UF: SP

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 65.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 65.000,00

Data Avaliação: 19/12/2023

Data Penhora: 03/06/2015

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (90%): R$ 58.500,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

4: 0001210-47.2010.5.15.0114 - Assessoria de Execução III de Campinas

4.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 81154 - 1º Cartório - SUMARÉ/SP

Descrição: Lote de terreno sob nº 06 da quadra 57 do loteamento denominado JARDIM MARIA ANTONIA, situado no distrito de Nova Veneza, município e comarca de Sumaré/SP, medindo 10,00 metros de frente para a rua 10; igual medida nos fundos onde confronta com o lote 37, por 25,00 metros da frente aos fundos de ambos os lados, confrontando pelo lado direito de quem da rua olha para o imóvel com o lote 05 e pelo lado esquerdo confronta com o lote 07, com a área total de 250,00 metros quadrados, existindo nos fundos viela sanitária.

Ônus/Observação: Obs. 1: consta em certidão de OJ de id: 4046bee que: "O imóvel recebeu os números 817 e 831 pela rua Nice Maria Consulin dos Reis e sendo duas casas geminadas de padrão baixo na frente e uma edícula nos fundos, imóvel de alvenaria coberto com telhas de fibrocimento. Obs. 2: há terceira co proprietário Obs. 3: lance mínimo de 90% do valor da avaliação Ônus: Av.4 - penhora no processo nº 0001210-47.2010.5.15.0114 (este) Av.5 - indisponibilidade no processo nº 0160400-17.2007.5.15.0093.

Proprietários:

JOAO BATISTA SATIRO DA SILVA

CNPJ: 68.001.353/0001-40

Removido: Não

Localização: Rua Nice Maria Consulin dos Reis Bairro, Nova Veneza Complemento, nºs 817 e 831, SUMARÉ UF: SP

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 255.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 255.000,00

Data Avaliação: 19/09/2023

Data Penhora: 09/09/2015

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (90%): R$ 229.500,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

5: 0078300-34.2009.5.15.0093 - Assessoria de Execução III de Campinas

5.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 35282 - 18º Cartório - SÃO PAULO/SP

Descrição: Um terreno situado à rua F-Dois, constituído pelo Lote n. 27 da Quadra n. 3, Gleba A, da Vila Perus, no distrito de Perus, medindo 10m de frente para a referida rua, do lado esquerdo de quem estando na rua F-Dois olha para o lote; 25 m confinando com o Lote 26. do lado direito 25 m confinando com o Lote 3, todos da mesma quadra com a área de 250 m2.

Ônus/Observação: Observação: Oficial de Justiça constatou que há uma casa em regular estado de conservação construída sobre o terreno Há coproprietário (ANDERSON PEDRONI) Lance mínimo de 85% do valor da avaliação Ônus: Av.05 - penhora no processo nº 0209800-23.2006.5.15.0129 Av.06 - penhora no processo nº 1000545-45.2017.5.02.0012 (averbada por ordem do processo nº 0078300-34.2009.5.15.0093).

Proprietários:

ALAYDE ALVES PEDRONI

CPF: 100.346.998-13

Removido: Não

Localização: Rua Xavier de Castro, Número 129, VL Perus, SÃO PAULO/SP, CEP: 05208-200

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 480.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 480.000,00

Data Avaliação: 03/12/2022

Data Penhora: 31/10/2015

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (85%): R$ 408.000,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

6: 0012095-39.2017.5.15.0094 - Assessoria de Execução III de Campinas

6.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 106706 - 1º Cartório - CAMPINAS/SP

Descrição: Apartamento nº 75 (setenta e cinco), localizado no 7º andar ou pavimento do Edifício Habitat Cambuí, situado à Rua

PJe Documento assinado eletronicamente por FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA, em 09/04/2025, às 09:28:47 - d261011

Barreto Leme nº 1.920, nesta cidade e 1ª Circunscrição Imobiliária, constituído de sala de jantar / estar, dois (2) dormitórios, cozinha com lavanderia, banheiro e varanda, com área total de 104.0275m², sendo 52,7200m² de área privativa e 51,3075m² de área comum, da qual uma área de 10,3500 m² corresponde à área comum de garagem não proporcional - com direito a uma vaga de garagem indeterminada para guarda e estacionamento de um veículo, cabendo a esse apartamento uma fração ideal de 0,953126% no terreno do edifício, terreno este designado por Lote 14, do quarteirão 605 do cadastro municipal, com a área de 1.779,70 m², descrito e caracterizado na matrícula 95.302.

Ônus/Observação: Observação: Lance mínimo de 60% do valor da execução. Há terceira co proprietária (MARIA OTILIA VIEIRA AGRESTE DOS SANTOS) Ônus: Av.2 - penhora na CP nº 0012095 -39.2017.5.15.0094 (por determinação do processo nº 0001347-32.2015.5.06.0008 - 8ª VT Recife/PE) Av.3 - penhora no processo nº 0005200-97.2008.5.02.0075 Av.4 - penhora no processo nº 0011692-49.2017.5.15.0004

Proprietários:

RODOLFO MARTINES DOS SANTOS

CPF: 184.267.308-41

Removido: Não

Localização: Rua Barreto Leme Número: 1920, Cambuí, Complemento: Ap. 75, CAMPINAS, SP

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 600.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 600.000,00

Data Avaliação: 20/02/2018

Data Penhora: 20/02/2018

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (60%): R$ 360.000,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

7: 0001928-96.2013.5.15.0095 - Assessoria de Execução III de Campinas

7.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 66540 - 1º Cartório - SUMARÉ/SP

Descrição: Lote 06, da Quadra 38 do Loteamento denominado Jardim Nova Hortolândia, Comarca de Sumaré-SP, medindo 5,00 metros de frente para a Rua 25, 14,00 metros nos fundos onde confronta com o Lote 07, por 16,00 metros da frente aos fundos do lado direito, confrontando de quem da rua olha para o imóvel da Rua 30 e pelo lado esquerdo mede 26,00 metros onde confronta com o Lote 05, medindo 14,14 metros no arco de esquina formado pelas Ruas 25 e 30, com área de 346,62 metros quadrados.

Ônus/Observação: Lance mínimo: 69% do valor da avaliação. AV.3: PENHORA - PROCESSO 0010781-92.2014.5.15.0051 AV.4: PENHORA- PROCESSO 0001928-96.2013.5.15.0095 AV.5: PENHORA PROCESSO 0010387-54.2015.5.15.0051 AV.6: PENHORA- PROCESSO 0010091-66.2014.5.15.0051 AV.7: PENHORA- PROCESSO 0010729-64.2016.5.15.0137 AV.8: INDISPONIBILIDADE - PROCESSO 0010745-47.2018.5.15.0137 AV.9: INDISPONIBILIDADE - PROCESSO 0010039-98.2017.5.15.0137 AV.10: PENHORA - PROCESSO 0011490-19.2015.5.15.0012

Proprietários:

CLAUDETE PERES DA SILVA

CPF: 137.653.898-97

Removido: Não

Localização: Rua 25, lote 06 da quadra 38 Bairro: Jardim Nova Hortolândia Cidade: HORTOLÂNDIA UF: SP

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 332.684,70

Valor Total Penhorado: R$ 332.684,70

Data Avaliação: 28/09/2023

Data Penhora: 01/10/2018

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (69%): R$ 229.552,44

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

8: 0010782-36.2016.5.15.0043 - Assessoria de Execução III de Campinas

8.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 8721 - 1º Cartório - CAFELÂNDIA/SP

Descrição: Um (1) lote de terreno, de formato regular, sem qualquer benfeitoria, situado nesta cidade, distrito de Paz, município e comarca de Cafelândia, Estado de São Paulo, identificado como sendo o lote 25 (vinte e cinco) da quadra B, do Loteamento denominado JARDIM ALTO CAFEZAL, com as seguintes medidas e confrontações: - pela frente mede 10,00m (dez) metros com frente para a Avenida A, confrontando: à esquerda, 26,00 (vinte e seis) metros com o lote 24; à direita, 26,00 (vinte e seis) metros com o lote 26; e aos fundos, 10,00 (dez) metros com Constantino Fabricio Junior, perfazendo uma área de 260,00m² (duzentos e sessenta metros quadrados).

Ônus/Observação: Obs.: conforme consta no auto de penhora e avaliação de id: cf6d834 do processo nº 0010782-36.2016.5.15.0043: "Dados Municipais - consta edificação no total

PJe Documento assinado eletronicamente por FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA, em 09/04/2025, às 09:28:47 - d261011

de 175,82m², certidão do valor venal em anexo; Benfeitorias - Conforme vistoria in loco e fotos em anexo, trata-se de dois imóveis edificados no mesmo terreno. Aos fundos uma residência e na frente um prédio inacabado onde funciona uma vidraçaria de propriedade dos executados que trabalham no local; Ocupação: Residem no imóvel aos fundos os executados (EMERSON RODRIGUES DE OLIVEIRA e FRANCISCO APARECIDO DE OLIVEIRA) e sua família, razão pela qual procedi com a penhora somente do imóvel da frente, comercial que possui 124,92m², tendo em vista a proteção da lei 8009/90." Ônus: R04 - penhora no processo nº 0010782-36.2016.5.15.0043 em trâmite pela 3ª Vara do Trabalho de Campinas/SP

Proprietários:

FRANCISCO APARECIDO DE OLIVEIRA

CPF: 100.935.398-51

Removido: Não

Localização: Av. Miguel Jeronymo Guerreiro Número: 338

Bairro: Jd. Alto Cafezal Cidade: CAFELÂNDIA UF: SP

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 158.600,00

Valor Total Penhorado: R$ 158.600,00

Data Avaliação: 15/02/2024

Data Penhora: 30/10/2018

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (50%): R$ 79.300,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

9: 0002800-98.2006.5.15.0114 - Assessoria de Execução III de Campinas

9.1 Tipo do Bem: Imóvel - REMIÇÃO/ACORDO

Identificação: Matrícula: 6737 - 1º Cartório - CAMPINAS/SP

Descrição: Lote de terreno n. 11 (onze), da quadra 15 (quinze), do loteamento denominado "Jardim Sant´Ana - 1ª Parte", nesta cidade o qual possui a área total de 420,00 mts 2, medindo: 12,00 mts de frente para a avenida Ester Moretzshon Camargo; mesma medida nos fundos; por 35,00 mts da frente aos fundos, de ambos os lados, confrontando na integridade, com os lotes n.s 10, 12, 25 e 26, existindo em toda a extensão dos fundos, uma viela sanitária, com a largura de 3,00 mts.

Ônus/Observação: Av.23: Penhora - processo 0002800-98.2006.5.15.0114 - 9ª Vara do Trabalho de Campinas

Proprietários:

MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL

CPF: 102.139.368-10

SÉRGIO PARREIRA SANDOVAL

CPF: 014.607.578-15

Removido: Não

Localização: Av. Esther Moretzshon Camargo Número: 686

Bairro: Vila Nogueira Cidade: CAMPINAS UF: SP

CEP: 13088-010

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 510.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 510.000,00

Data Avaliação: 24/03/2023

Data Penhora: 15/08/2019

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (50%): R$ 255.000,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

10: 0012380-93.2014.5.15.0043 - Divisão de Execução de Campinas

10.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 10355 - 1º Cartório - JAGUARIÚNA/SP

Descrição: DESCRIÇÃO: Imóvel Matriculado sob o nº 10.355, no Cartório de Registro de Imóveis de Jaguariúna/SP (medidas e confrontações especificadas na certidão do referido cartório, que faz parte integrante dos autos), com a seguinte descrição: UM IMÓVEL RURAL, CONSTITUÍDO PELA GLEBA DE TERRAS, DESIGNADA "B", DENOMINADA SÍTIO FRANCISCO DE ASSIS, situado neste distrito, município e comarca de Jaguariúna-SP., com a área de 139,110.00 m2. (cento e trinta e nove mil, cento e dez metros quadrados), equivalentes a 13,91,10 has (treze hectares, noventa e um ares e dez centiares) de terras. O referido imóvel rural apresenta acesso sem asfalto, topografia em desnível, com declives e aclives, estrutura de pesqueiro e haras, com edificações, na maioria de padrão simples, sendo a casa sede em padrão médio de construção, em razoável estado de conservação, no geral, que foram consideradas na avaliação.

UM IMÓVEL RURAL, CONSTITUÍDO PELA GLEBA DE TERRAS, DESIGNADA 'B', DENOMINADA SÍTIO FRANCISCO DE ASSIS, situado neste distrito, município e comarca de JAGUARIÚNA – SP, com a área de 139.110,00 m² (cento e trinta e nove mil, cento e dez metros quadrados), equivalentes a 13,91,10 has (treze hectares, noventa e um ares e dez centiares) de terras, contendo uma casa de morada e um rancho construídos de tijolos e cobertos de telhas, compreendida dentro das seguintes divisas e confrontações: inicia-se no ponto "C", assinalado em planta e cravado na vértice formado pela gleba aqui descrita, com propriedade de Francisco Carlos de

PJe Documento assinado eletronicamente por FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA, em 09/04/2025, às 09:28:47 - d261011

Santis e a Gleba “A” (remanescente); daí, segue na extensão de 758,10m (setecentos e cinquenta e oito metros e dez centímetros) com rumo de 5º45’SW até o ponto “D”, situado à margem direita do Rio Camanducaia, confrontando desde o ponto “C” até o ponto “D” com propriedade de Francisco Carlos de Santis; daí segue rio acima à distância de 382,00 m (trezentos e oitenta e dois metros) até encontrar o ponto “E”, situado no vértice formado pela propriedade aqui descrita com propriedade de Antonio Carvalhal dos Santos e margem direita do rio Camanducaia; daí segue, na extensão de 625,70 m (seiscentos e vinte e cinco metros e setenta centímetros) com rumo de 3º25”NE até o ponto “F”, daí segue na extensão de 32,50m (trinta e dois metros e cinquenta centímetros) com rumo de 86º25”SW, até o ponto “G”, daí segue na extensão de 95,00 m (noventa e cinco metros) com rumo de 5º45’NE até o ponto “H”, daí segue na extensão de 73,80 m (setenta e três metros e oitenta centímetros) com rumo de 18º45’NE até o ponto “I”, daí segue na extensão de 17,60 m (dezessete metros e sessenta centímetros) com rumo de 2º25’NE até o ponto “J”, daí segue a extensão de 69,00 m (sessenta e nove metros) com rumo de 17º25’NE até o ponto “K”, confrontando desde o ponto “E” até o ponto “K”, com propriedade de Antonio Carvalhal dos Santos; daí segue a extensão de 151,00 m (cento e cinquenta e um metros) com rumo de 81º05’NE até o ponto “N”, daí segue na extensão de 100,00m (cem metros), com rumo de 87º55’ NE até o ponto “M”, daí segue na extensão de 82,00m (oitenta e dois metros) com rumo de 57º45’ NE até o ponto “C”, onde teve início esta descrição, confrontando desde o ponto “K” até o ponto “C”, com a Gleba “A” (remanescente). Identificação Cadastral: Cadastrado no INCRA sob nº 624.101.007.471-0, com os seguintes dados: denominação do imóvel rural: SÍTIO SÃO FRANCISCO DE ASSIS – área total: 13.9000 ha, indicações para a localização do imóvel rural: Estrada Municipal Jaguariúna ao bairro Jardim – município sede do imóvel rural: Jaguariúna – módulo rural: 30,2222 ha, nº módulos rurais 0,45, módulo fiscal: 10,0000 ha, nº módulos fiscais: 1,3900, fração mínima de parcelamento 2,0000 ha, área registrada 13,9000 ha, posse a justo título: 0,0000, posse por simples ocupação: 0,0000, em nome de Moacir Bagarolli Filho, nº do CCIR: 11918294091, número do imóvel na Receita Federal – NIRF: 0.327.410-1. Cadastro Nacional de Matrícula (CNM) nº 146282.2.0010355-02. Imóvel matriculado sob nº 10.355 do RGI de Jaguariúna – SP. OBS: 1) Conforme Av.05/10.355 a alienação feita pelo executado, registrada sob o nº 01 da matrícula supra, foi declarada ineficaz em decorrência da declaração de fraude à execução. 2) Conforme Auto de Avaliação, o imóvel apresenta acesso sem asfalto, topografia em desnível, com declives e aclives. 3) Conforme Auto de Reavaliação, o imóvel está localizado em área rural (Sítio São Francisco de Assis), Bairro Bom Jardim, em Jaguariúna/SP. Trata-se de um imóvel rural, sendo seu acesso através de estrada de terra. Há edificações em padrão simples de construção, em razoável estado de conservação/manutenção. O imóvel conta com muitas áreas verdes, com diversas árvores e pastos.

Ônus/Observação: Nos termos do parágrafo único do artigo 130 do Código Tributário Nacional e artigo 122 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a aquisição através de alienação judicial (expropriação), tem natureza jurídica de AQUISIÇÃO ORIGINÁRIA, ou seja, o arrematante e o bem adquirido não respondem por nenhum débito que incida sobre o bem (seja ele móvel ou imóvel), especialmente IPTU, IPVA, MULTAS E JUROS, DÉBITOS CONDOMINIAIS, que são de responsabilidade do executado, nos termos dos artigos 1.430 do Código Civil e 908, § 1º do Código de Processo Civil. Conforme já decidiu o TST (TST-RO-6626-42.2013.5.15.0000; TST REENEC E RO - 75700- 07.2009.5.05.0000; TST-ReeNec e RO-12600-56.2009.5.09.0909; TST-RXOF e ROAG - 58400-44.2005.5.06.0000; TST-RXOF e ROMS-25600-26.2006.5.06.0000). VALOR MÍNIMO: 70% (setenta por cento) da avaliação. DA ARREMATAÇÃO “COM CRÉDITOS”: Se o crédito dos exequentes for suficiente para a aquisição do bem na alienação por iniciativa particular, e os exequentes desejarem oferecer proposta de arrematação utilizando tal crédito, serão observadas as seguintes regras: a) Na hipótese de o exequente ser o único credor trabalhista com crédito habilitado nos autos da execução em que foi determinada a alienação do bem penhorado, a arrematação com a utilização dos créditos somente será deferida se, por ocasião da realização da alienação por iniciativa particular, apresentar ao Corretor responsável a certidão atualizada do seu crédito, até o dia útil imediatamente anterior à data da alienação, bem como certidão que comprove ser ele/a o único credor trabalhista com crédito habilitado nos autos em que foi determinada a alienação do bem penhorado, tendo em vista o disposto no §1º do art. 892 do Código de Processo Civil (“Se o exequente arrematar os bens e for o único credor, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor dos bens exceder ao seu crédito, depositará, dentro de 3 (três) dias, a diferença, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação, e, nesse caso, realizar-se-á novo leilão, à custa do exequente”); b) Na hipótese de existir mais de um credor trabalhista com crédito habilitado nos autos em que foi determinada a alienação do bem penhorado, a arrematação com a utilização dos créditos somente será deferida se todos os credores trabalhistas se fizerem presentes, pessoalmente ou devidamente representados por procurador com poderes específicos para tal ato, e manifestarem o desejo de arrematar conjuntamente o bem, hipótese na qual cada

PJe Documento assinado eletronicamente por FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA, em 09/04/2025, às 09:28:47 - d261011

um deles adquirirá uma parte ideal proporcional ao seu crédito, cabendo-lhes pagar proporcionalmente à comissão fixada ao Corretor Judicial. c) Na hipótese da alínea anterior, caso não haja a concordância de arrematação conjunta de todos os credores, será indeferida a arrematação por crédito. d) Na hipótese da alínea b, em que a arrematação será feita coletivamente por todos os credores trabalhistas, os interessados e/ou seus procuradores deverão informar ao Corretor responsável da aquisição coletiva naqueles exatos moldes, apresentando ao gestor nomeado as respectivas procurações e certidões atualizadas dos seus créditos, até o dia útil imediatamente anterior à data da alienação, bem como certidão que comprove serem eles/as os únicos credores trabalhistas com créditos habilitados no processo piloto.

Proprietários:

CARLOS GUEDES DE CARVALHO

CPF: 188.183.308-96

Removido: Não

Localização: Estrada Municipal Jaguariúna ao Bairro Bom Jardim, s/nº, Rua Primo Dal'Bo, Número: s/nº Bairro: Rural Complemento: - Centro Equestre/Pesqueiro Monte Bello, JAGUARIÚNA UF: SP, CEP: 13913192

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 15.000.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 15.000.000,00

Data Avaliação: 16/04/2024

Data Penhora: 04/12/2019

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (70%): R$ 10.500.000,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

11: 0011050-37.2016.5.15.0093 - Assessoria de Execução III de Campinas

11.1 Tipo do Bem: Veículo

Identificação: Placa: FGR3066 Renavam: 493554955 Chassi: KMHDH41EBDU555500

Descrição: VEÍCULO MARCA HYUNDAI, MODELO ELANTRA GLS, 1.8, 5 portas, PLACA: FGR3066, CHASSI: KMHDH41EBDU555500, RENAVAM 00493554955, ANO 2012 E MODELO: 2013, COR: BRANCA, DIREÇÃO: hidráulica; CÂMBIO: automático; MOTOR: gasolina, Pneus: meia vida, Pintura/ Lataria: com pequenos arranhões, em bom estado de uso e conservação.

Proprietários:

CARLOS DE JESUS ROMERO

CPF: 304.632.628-91

Removido: Não

Localização: RUA FRANCISCO FADIM Número: 520

Bairro: MORUMBI Complemento: BL. A, AP 101

Cidade: PAULINIA UF: SP

CEP: 13140-726

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 58.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 58.000,00

Data Avaliação: 31/01/2024

Data Penhora: 09/11/2020

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (50%): R$ 29.000,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

12: 0025600-47.2001.5.15.0001 - Assessoria de Execução III de Campinas

12.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 76047 - 1º Cartório - SÃO PAULO/SP

Descrição: Apartamento nº35 3º ou 4º andar do pavimento do EDIFÍCIO JOSÉ ADOLPHO CHAVES AMARANTE, área útil 33,84M2, área comum 14,14M2, área total construída 47,96M2 e fração ideal do terreno 12,62m2.

Ônus/Observação: Observação: lance mínimo no valor de 50% do valor da avaliação Ônus: R-3: Hipoteca em favor da Caixa Econômica Federal Av.04 - indisponibilidade - processo 482004320025150093 - 6ª Vara do Trabalho de Campinas. Av 05 - indisponibilidade - processo 00007637320135070018 - 18ª Vara do Trabalho de Fortaleza. Av.06 - penhora - processo 00025141920145020077 - 7ª Vara do Trabalho de São Paulo. Av.07 - indisponibilidade - processo 00007637320135070018 - 18ª Vara do Trabalho de Fortaleza. Av.08 - indisponibilidade - processo 01230000219975150066 - 3ª Vara do Trabalho de Ribeirão Preto. Av.09 - indisponibilidade - processo 01009005019975150067 - 4ª Vara do Trabalho de Ribeirão Preto. Av.10 - indisponibilidade - processo 00018957420135070016 - 16ª Vara do Trabalho de Fortaleza. Av.11 - indisponibilidade - processo 00358000620085050015 - 15ª Vara do Trabalho de Salvador. Av.12 - indisponibilidade - processo 01230000219975150066 - 3ª Vara do Trabalho de Ribeirão Preto. Av.13 - penhora - processo 0025600-47.2001.5.15.0001 - 1ª Vara do Trabalho de Campinas.

Proprietários:

SILVANA MARIA SANTOS SOARES

CPF: 106.529.238-44

Removido: Não

PJe Documento assinado eletronicamente por FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA, em 09/04/2025, às 09:28:47 - d261011

Localização: Rua Barão de Iguape Número: 546

Bairro: Liberdade Complemento: apto 35 Ed. José Adolpho Chaves Amarante

Cidade: SAO PAULO UF: SP, CEP: 01507001

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 215.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 215.000,00

Data Avaliação: 28/04/2024

Data Penhora: 20/08/2021

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (50%): R$ 107.500,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

13: 0010624-57.2018.5.15.0092 - Assessoria de Execução III de Campinas

13.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 91410 - 2º Cartório - CAMPINAS/SP

Descrição: Apartamento nº 114 do 11º andar, do CONDOMÍNIO EDIFÍCIO "PARATI", situado à Rua Jorge Miranda nº 104, Centro, nesta Cidade e Comarca de Campinas, 2ª Circunscrição Imobiliária, composto de uma sala de estar e jantar, um WC, um dormitório com banheiro (suíte), cozinha e área de serviço, e com as seguintes áreas: útil de 52,4600 m², comum de 17,08517 m², total de 69,54517 m², fração ideal no terreno de 8,61218 m² ou 1,28041%.

Ônus/Observação: Observação: Lance mínimo de 75% do valor da avaliação Ônus: Av.06 - penhora no processo nº 0010624-57.2018.5.15.0092 Av.07 - indisponibilidade no processo nº 0010624-57.2018.5.15.0092 Av.08 - indisponibilidade no processo nº 0010624-57.2018.5.15.0092

Proprietários:

THAMAR SUELLY HENRRIQUE

CPF: 674.007.798-34

Removido: Não

Localização: Rua Jorge Miranda Número: 104

Bairro: Centro Complemento: Ap. 114, 11º andar

Cidade: CAMPINAS UF: SP

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 300.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 300.000,00

Data Avaliação: 22/05/2023

Data Penhora: 13/09/2021

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (75%): R$ 225.000,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

13.2 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 30639 - 4º Cartório - CAMPINAS/SP

Descrição: Apartamento nº 707, localizado no 6º andar ou 7º pavimento, no bloco 6, do Parque Patagônia, construído com frente para a Avenida Brasília, nº 1760, situado no Município de Paulínia-SP, nesta comarca de Campinas, e 4ª Circunscrição Imobiliária, composto da seguinte forma: 02 dormitórios, escritório, banheiro, sala, cozinha, circulação, confronta sua integridade, considerando quem de dentro do apartamento, olha para o hall, pela frente com o hall social e apartamento final 5 do andar, lado direito com o apartamento final 8 do andar, lado esquerdo e fundos áreas comuns do condomínio, com a área real total de 107,64000m², área real privativa coberta de 60,77m², área real de estacionamento 12,00m², área real de uso comum de 34,87000m², e fração ideal do terreno de 0,006561783%, cabendo a essa unidade a vaga de garagem nº 50.

Ônus/Observação: Observação: Lance mínimo de 75% do valor da avaliação Ônus: Av.07 - penhora no processo nº 0010624-57.2018.5.15.0092. Av.08 - indisponibilidade no processo nº 0010624-57.2018.5.15.0092. Av.09 - indisponibilidade no processo nº 0010624-57.2018.5.15.0092.

Proprietários:

THAMAR SUELLY HENRRIQUE

CPF: 674.007.798-34

Removido: Não

Localização: Avenida Brasília Número: 1760

Complemento: Ap. 707, Bloco 6

Cidade: PAULINIA UF: SP

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 275.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 275.000,00

Data Avaliação: 30/05/2023

Data Penhora: 13/09/2021

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (75%): R$ 206.250,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

Valor total do lote: R$ 575.000,00

Lance mínimo total do lote: R$ 431.250,00

14: 0010145-80.2019.5.15.0043 - Assessoria de Execução III de Campinas

PJe Documento assinado eletronicamente por FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA, em 09/04/2025, às 09:28:47 - d261011

14.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 157899 - 2º Cartório - CAMPINAS/SP

Descrição: Apartamento nº 67, localizado no 6º andar, do Condomínio "EDIFÍCIO INAÍRA", situado na Rua Culto à Ciência, nº 257, nesta Comarca de Campinas/SP, 2ª Circunscrição Imobiliária, com a seguinte descrição: área privativa de 32,13m², comum de 12,7884m², área total de 44,9184m², fração ideal do terreno de 5,7220m² ou 0,8346%.

Ônus/Observação: OBSERVAÇÕES: 1) Lance mínimo no importe de 75% do valor da avaliação; 2) Há terceira co proprietário; 3) Deve ser adquirido em conjunto com o imóvel de Matrícula nº 157.900 do 2º CRI de Campinas/SP (vaga de garagem).

Proprietários:

WALTERCIDES BATISTA DA SILVEIRA

CPF: 189.079.386-87

Removido: Não

Localização: Rua Culto à Ciência Número: 257

Complemento: Ap. 67

Cidade: CAMPINAS UF: SP

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 128.520,00

Valor Total Penhorado: R$ 128.520,00

Data Avaliação: 25/03/2024

Data Penhora: 02/12/2021

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (75%): R$ 96.390,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

14.2 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 157900 - 2º Cartório - CAMPINAS/SP

Descrição: Box de Estacionamento nº 06, localizado no subsolo do Condomínio "EDIFÍCIO INAÍRA", situado na Rua Culto à Ciência, nº 257, nesta Comarca de Campinas/SP, 2ª Circunscrição Imobiliária, com a seguinte descrição: área útil de 16,00m², comum de 17,5200m², total de 33,52m², fração ideal do terreno de 1,7446m² ou 0,2545%.

Ônus/Observação: OBSERVAÇÕES: 1) Lance mínimo no importe de 75% do valor da avaliação; 2) Há terceira co proprietário; 3) Deve ser adquirido em conjunto com o imóvel de Matrícula nº 157.899 do 2º CRI de Campinas/SP (apartamento).

Proprietários:

WALTERCIDES BATISTA DA SILVEIRA

CPF: 189.079.386-87

Removido: Não

Localização: Rua Culto à Ciência Número: 257

Complemento: Box de estacionamento nº 06

Cidade: CAMPINAS UF: SP

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 35.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 35.000,00

Data Avaliação: 25/03/2024

Data Penhora: 02/12/2021

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (75%): R$ 26.250,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

Valor total do lote: R$ 163.520,00

Lance mínimo total do lote: R$ 122.640,00

15: 0010396-28.2019.5.15.0131 - Assessoria de Execução III de Campinas

15.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 70425 - 3º Cartório - CAMPINAS/SP

Descrição: Lote de terreno sob nº 11, da quadra 51, do loteamento denominado Novo Campos Elíseos, tendo as seguintes medidas, mais ou menos e confrontações: faz frente para a rua 48, para a qual mede 37,00ms em curva, de um lado confronta com o lote 12, onde mede 26,15ms, de outro lado com os lotes 10, 9 e 8, onde mede 25,80ms, nos fundos forma vértice, tendo a área de 350,00ms2.

Ônus/Observação: OBSERVAÇÕES ATENÇÃO: Lance mínimo de 75% do valor da avaliação. Co Proprietária: ELISABETH AMARAL DA SILVA ÔNUS: Av.02 - penhora no processo nº 00103962820195150131 em trâmite pela 12ª Vara do Trabalho de Campinas/SP.

Proprietários:

WALMIR VIDA DA SILVA

CPF: 098.995.108-15

Removido: Não

Localização: Rua Manuel Fernandes Dias Número: 170

Bairro: Jardim Novo Campos Elíseos Cidade: CAMPINAS UF: SP

CEP: 13060110

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 500.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 500.000,00

Data Avaliação: 12/12/2024

Data Penhora: 21/02/2022

Ordem da Penhora: 1

PJe Documento assinado eletronicamente por FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA, em 09/04/2025, às 09:28:47 - d261011

Valor do lance mínimo (75%): R$ 375.000,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

16: 0000949-37.2013.5.15.0095 - Assessoria de Execução III de Campinas

16.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 10200 - 3º Cartório - CAMPINAS/SP

Descrição: Prédio, respectivo terreno e quintal, a rua Francisco Teodoro 587, medindo em seu todo 5,00m de frente, igual largura nos fundos, por 40,00m da frente aos fundos, com área de 200,00m2, confrontando com o prédio 595 de Francisco Said ou sucessores e Marta Prestes ou sucessores.

Ônus/Observação: Observação: Co-proprietário: MARIO TRENTIN, Valor do lance mínimo: 75% da avaliação Certidão de id: a420fe3 do Processo nº 0000949-37.2013.5.15.0095: "imóvel fechado e desabitado há muito tempo (aproximadamente 18 anos), existindo no terreno edificação inacabada; fachada do imóvel fechada por dois portões de metal (garagem e acesso), pintados na cor amarela, e vizinhos informam tratar-se de uma construção “embargada” por irregularidades na obra" Ônus: Av.04: Ação de Execução de Título Extrajudicial - 6ª Vara Cível da Comarca de Itapira-SP - processo 1041397-49.2015.8.26.0114 Av.05: Penhora - 6ª Vara Cível da Comarca de Itapira-SP - processo 1041397-49.2015.8.26.0114 Av. 06: Penhora - 8ª Vara do Trabalho de Campinas - processo 0000949-37.2013.5.15.0095 Av.07: Averbação Premonitória - 1ª Vara Regional de Vila Mimosa da Comarca de Campinas - processo 1000551-46.2016.8.26.0084.

Proprietários:

MARIA MADALENA PINTO CATAO TRENTIN

CPF: 099.729.678-08

Removido: Não

Localização: Rua Francisco Teodoro Número: 587

Cidade: CAMPINAS UF: SP

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 420.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 420.000,00

Data Avaliação: 14/01/2025

Data Penhora: 06/05/2022

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (75%): R$ 315.000,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

17: 0086300-67.2002.5.15.0093 - Assessoria de Execução III de Campinas

17.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 17758 - 1º Cartório - IGUAPE/SP

Descrição: Lote de terreno sob nº 56 (cinquenta e seis), da quadra nº 5 (cinco), do loteamento denominado 'Balneários dos Meninos', situado na Ilha Comprida, neste município de Iguape, medindo 10,00m por 10,00m com a área de 270,00m², fazendo frente para a Rua 'B', confrontando do lado direito com o lote nº 55 (cinquenta e cinco), do lado esquerdo com o lote nº 57 (cinquenta e sete), e nos fundos com o lote nº 9 (nove).

Ônus/Observação: OBSERVAÇÕES: Lote está em local sem infraestrutura, desprovido de acesso à luz elétrica e água, em área de vegetação nativa, inóspita, encravado em região de proteção ambiental (APA), de difícil licenciamento para ocupação e edificação. Há terceira co proprietária; Lance mínimo de 100% do valor da avaliação ÔNUS: Ônus: Av.3 - restrição ambiental - imóvel inserido em área de proteção ambiental denominada APA da Ilha Comprida Av.4 - indisponibilidade no processo nº 02507003120035020027 Av.5 - penhora no processo nº 0086300-67.2002.5.15.0093

Proprietários:

MAURICIO MILNER

CPF: 025.379.588-53

Removido: Não

Localização: QUADRA 05, LOTE 56 Bairro: Balneario dos Meninos Cidade: ILHA COMPRIDA UF: SP

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 15.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 15.000,00

Data Avaliação: 21/07/2023

Data Penhora: 29/06/2022

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (100%): R$ 15.000,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

17.2 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 45749 - 1º Cartório - COTIA/SP

Descrição: Unidade autônoma nº 36, do Condomínio das Graças, situado no Bairro da Graça, neste Município e Comarca de Cotia, Estado de São Paulo, que assim se descreve: com a área total de 659,50 m², medindo 15,00 metros de frente para a Passagem 01, pelo lado direito de quem da frente da passagem olha para a unidade autônoma mede 44,00 metros e confronta com a unidade autônoma nº 36, pelo lado esquerdo mede 34,00 metros e confronta

PJe Documento assinado eletronicamente por FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA, em 09/04/2025, às 09:28:47 - d261011

com a unidade autônoma nº 34 e nos fundos, onde também faz frente para a Passagem 02, mede 21,50 metros, correspondente a uma fração ideal no terreno de 0,01742%.

Ônus/Observação: OBSERVAÇÕES: Há terceira co proprietária; Lance mínimo de 100% do valor da avaliação. ÔNUS: Av.03 - penhora no processo nº 0086300-67.2002.5.15.0093 Av.04 - indisponibilidade no processo nº 0086300-67.2002.5.15.0093 Av.05 - indisponibilidade no processo nº 0015700- 51.2004.5.02.0048 Av.06 - indisponibilidade no processo nº 0227000-69.2003.5.02.0433 Av.07 - indisponibilidade no processo nº 0250700-31.2003.5.02.0027

Proprietários:

MAURICIO MILNER

CPF: 025.379.588-53

Removido: Não

Localização: RUA DAS DÁLIAS Número: 13

Bairro: CONDOMINIO DAS GRAÇAS, Complemento: Ap. 36

Cidade: COTIA UF: SP

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 62.916,30

Valor Total Penhorado: R$ 62.916,30

Data Avaliação: 27/06/2023

Data Penhora: 29/06/2022

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (100%): R$ 62.916,30

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

Valor total do lote: R$ 77.916,03

Valor mínimo total do lote: R$ 77.916,03

18: 0011335-78.2019.5.15.0043 - Assessoria de Execução III de Campinas

18.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 30808 - 1º Cartório - PEDREIRA/SP

Descrição: Lote de terreno sob nº 02 (dois) da Quadra E, com a área de 250,00 metros quadrados, com a frente para a Rua 04, para a qual mede 10,00m (dez metros), igual largura na linha do fundo, confrontando com o lote nº 45; 25,00m (vinte e cinco metros) da frente ao fundo, em ambos os lados, confrontando do lado direito com o lote nº 03 e do lado esquerdo com o lote nº 01, possuindo faixa "non aedificandi", destinada a viela sanitária, com largura de 3,00 metros, localizada no fundo do lote.

Ônus/Observação: Observação: Lance mínimo de 60% do valor da execução. Sobre o lote há uma edificação térrea (residencial), padrão médio de construção.

Proprietários:

ANTÔNIO CARLOS DURANTE

CPF: 247.781.808-28

Removido: Não

Localização: Rua Otávio Antoniacci Número: 89

Bairro: Jardim Pinheiros Cidade: JAGUARIÚNA UF: SP

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 550.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 550.000,00

Data Avaliação: 08/08/2023

Data Penhora: 07/12/2022

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (60%): R$ 330.000,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

19: 0010520-46.2022.5.15.0053 - Assessoria de Execução III de Campinas

19.1 Tipo do Bem: Veículo

Identificação: Placa: AHX6489

Descrição: Veículo VW Fusca 1600, 1994, placa AHX 6489, cor prata.

Ônus/Observação: Observação: Lance mínimo de 100% do valor da avaliação

Proprietários:

FRANCISCO RODRIGUES NETO

CPF: 179.005.168-16

VANDA HELOIZA DE SYLLOS ROSA RODRIGUES

CPF: 126.567.888-03

Removido: Não

Localização: Av. ENGENHEIRO JOSÉ FRANCISCO HOMEM DE MELO Número: 1155 Cidade: CAMPINAS UF: SP

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 28.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 28.000,00

Data Avaliação: 25/01/2023

Data Penhora: 25/01/2023

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (100%): R$ 28.000,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

20: 0011635-33.2020.5.15.0131 - Assessoria de Execução III de Campinas

PJe Documento assinado eletronicamente por FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA, em 09/04/2025, às 09:28:47 - d261011

20.1 Tipo do Bem: Veículo

Identificação: Placa: FGU4734

Descrição: Veículo Marca Honda city EX CVT, placas 4734

Ônus/Observação: Veículo em bom estado e em funcionamento. Lance mínimo de 75% do valor da avaliação (0011635-33.2020.5.15.0131)

Proprietários:

DANUBIA DOMINGUES FERREIRA

CNPJ: 19.164.236/0001-91

Removido: Não

Localização: Av. dos Pioneiros Número: 450

Bairro: Parque Villa Flores Complemento: casa 25

Cidade: SUMARÉ UF: SP

CEP: 13175-668

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 62.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 62.000,00

Data Avaliação: 20/02/2024

Data Penhora: 20/02/2024

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (75%): R$ 46.500,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

21: 0010614-76.2019.5.15.0092 - Assessoria de Execução III de Campinas

21.1 Tipo do Bem: Imóvel - EXCLUÍDO

Identificação: Matrícula: 201653 - 3º Cartório - CAMPINAS/SP

Descrição: imóvel de matrícula 201.653, do 3o CRI de Campinas, lote 27, quadra D, loteamento Jardim Santa Maria. Conforme croqui informado pela Prefeitura no site zoneamento on line, através do código cartográfico 514221850373-00000, estive no local e constatei tratar-se de terreno sem construção, situado à rua Prof. Paulo Freire, bairro Vista Alegre.

Um terreno designado por Lote 27 da Quadra 'D' do loteamento denominado Jardim Santa Maria, nesta cidade, assim descrito e caracterizado: medindo 12,00m de frente para a rua 01; 12,60m nos fundos, por 25,00m de ambos os lados confrontando com os lotes 26, 28, e 20, encerrando a área de 307,00m².

Ônus/Observação: OBSERVAÇÕES: Código cartográfico correto: 5124.6340.0335.00000 Certidão de id. 0f76761 da CP 0010614-76.2019.5.15.0092: O bairro (onde se encontra o imóvel) está situado na periferia da cidade, parcialmente urbanizado, com alto índice de violência e lotes invadidos e sem regularização. ÔNUS: Av.01 - penhora Av.03 - indisponibilidade Av.05 - arresto Av.06 a 10 - indisponibilidade Av.11 - penhora Av.12 e 13 - indisponibilidade Av.14 - penhora Av.15 - indisponibilidade Av.16 - penhora Av.17 a 21- indisponibilidade Av.22 - penhora Av.23 e 24 - indisponibilidade Av.25 - penhora Av.26 a 54 - indisponibilidade Av.55 - penhora Av.56 a 84 - indisponibilidade Av.85 - penhora Av.86 e 87 - indisponibilidade Av.88 – penhora.

Removido: Não

Localização: Rua Pedro Colombari Bairro: Bairro Vista Alegre Complemento: Em frente à esquina da Rua Lourival de Almeida Cidade: CAMPINAS UF: SP

CEP: 13055603

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 115.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 115.000,00

Data Avaliação: 04/03/2022

Data Penhora: 13/05/2024

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (50%): R$ 57.500,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

22: 0010399-24.2017.5.15.0043 - Divisão de Execução de Campinas

22.1 Tipo do Bem: Imóvel – EFEITO SUSPENSO

Identificação: Matrícula: 4835 - 1º Cartório - VINHEDO/SP

Descrição: Terreno constituído pelo Lote 11, Quadra 09, do Loteamento denominado Residencial Reserva Sapucaia II, Município de Louveira/SP, com área de 525,00 metros quadrados. Cadastro de contribuinte: 41143-41-62-06096-00011.

Proprietários:

IVONE MARIA SALES

CPF: 103.038.308-16

Removido: Não

Localização: Alameda dos Hibiscos Número: 0

Bairro: Santa Isabel Cidade: LOUVEIRA UF: SP

CEP: 13291-174

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 397.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 397.000,00

Data Avaliação: 07/06/2024

Data Penhora: 07/06/2024

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (50%): R$ 198.500,00

Anexo(s) do bem:

PJe Documento assinado eletronicamente por FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA, em 09/04/2025, às 09:28:47 - d261011

Não há anexos cadastrados para este bem

23: 0010722-52.2023.5.15.0129 - Divisão de Execução de Campinas

23.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 152723 - 1º Cartório - ITANHAÉM/SP

Descrição: TERRENO, LOTE 05, QUADRA R (LADO MORRO), COM 264 METROS QUADRADOS; LOTE DE TERRENO SEM DEMARCAÇÃO, COM MATA NATIVA E SEM ACESSO; NO BAIRRO BALNEÁRIO MARTINEZ, RUA JOSÉ MARTINEZ, 0, MONGAGUÁ/SP, CEP: 11730-000.

Proprietários:

IAC DO BRASIL REPRESENTACOES E SERVICOS LTDA

CNPJ: 65.408.114/0001-10

Removido: Não

Localização: RUA JOSÉ MARTINEZ Número: 0

Bairro: BALNEÁRIO MARTINEZ Complemento: LOTE 05 QUADRA R

Cidade: MONGAGUÁ UF: SP

CEP: 11730-000

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 5.475,00

Valor Total Penhorado: R$ 5.475,00

Data Avaliação: 15/10/2024

Data Penhora: 29/10/2024

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (50%): R$ 2.737,50

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

23.2 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 152724 - 1º Cartório - ITANHAÉM/SP

Descrição: TERRENO, LOTE 06, QUADRA R (LADO MORRO), COM 264 METROS QUADRADOS; LOTE DE TERRENO SEM DEMARCAÇÃO, COM MATA NATIVA E SEM ACESSO; NO BAIRRO BALNEÁRIO MARTINEZ, MONGAGUÁ/SP, CEP: 11730-000

Proprietários:

IAC DO BRASIL REPRESENTACOES E SERVICOS LTDA

CNPJ: 65.408.114/0001-10

Removido: Não

Localização: RUA JOSÉ MARTINEZ Número: 0

Bairro: BALNEÁRIO MARTINEZ Complemento: LOTE 06 QUADRA R

Cidade: MONGAGUÁ UF: SP

CEP: 11730-000

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 5.475,00

Valor Total Penhorado: R$ 5.475,00

Data Avaliação: 15/10/2024

Data Penhora: 29/10/2024

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (50%): R$ 2.737,50

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

23.3 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 152725 - 1º Cartório - ITANHAÉM/SP

Descrição: TERRENO, LOTE 12, QUADRA R (LADO MORRO), COM 264 METROS QUADRADOS; LOTE DE TERRENO SEM DEMARCAÇÃO, COM MATA NATIVA E SEM ACESSO; NO BAIRRO BALNEÁRIO MARTINEZ, MONGAGUÁ/SP, CEP: 11730-000.

Proprietários:

IAC DO BRASIL REPRESENTACOES E SERVICOS LTDA

CNPJ: 65.408.114/0001-10

Removido: Não

Localização: RUA JOSÉ MARTINEZ Número: 0

Bairro: BALNEÁRIO MARTINEZ Complemento: LOTE 12 QUADRA R

Cidade: MONGAGUÁ UF: SP

CEP: 11730-000

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 5.475,00

Valor Total Penhorado: R$ 5.475,00

Data Avaliação: 15/10/2024

Data Penhora: 29/10/2024

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (50%): R$ 2.737,50

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

Valor total do lote: R$ 16.425,00

Valor mínimo total do lote: R$ 8.212,50

REGULAMENTO E DISPOSIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO NA HASTA PÚBLICA UNIFICADA DA CIRCUNSCRIÇÃO DE CAMPINAS - TRT 15ª REGIÃO

1. CADASTRO PARA PARTICIPAR DO LEILÃO ELETRÔNICO:

Documento assinado eletronicamente por FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA, em 09/04/2025, às 09:28:47 - d261011

1.1) Quem pretender arrematar os citados bens, deverá efetuar seu cadastro, que deverá ser feito antecipadamente no site: **www.grupolance.com.br.** O cadastro implicará a aceitação da integralidade das disposições do Provimento GP-CR Nº 04/2019, do TRT da 15ª Região, assim como das demais condições dispostas neste edital.

1.2) Após o cadastro, deverão ser encaminhados ao leiloeiro, no e-mail **contato@grupolance.com.br,** os arquivos dos seguintes documentos:

- **TERMO DE ADESÃO** assinado e com firma reconhecida em cartório ou encaminhado por arquivo eletrônico com a devida assinatura digital válida no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas (ICP-Brasil), com cláusula específica de que o licitante presta as informações com veracidade, na forma da lei, sob pena de caracterização de crime, valendo o simples recebimento do e-mail como prova para este fim;
- Cópia autenticada da Carteira de identidade (RG) ou documento equivalente (carteira nacional de habilitação, documento de identidade expedido por entidades de classe ou órgãos públicos);
- Cópia autenticada do Cadastro de pessoa física (CPF);
- Original ou cópia autenticada do Comprovante de estado civil;
- Cópia autenticada dos documentos do cônjuge (RG/CPF);
- Comprovante de residência em nome do interessado;
- E-mail para intimação processual e telefone para contato.
- **Na hipótese de se tratar de pessoa jurídica:**
- Cópia autenticada do Contrato social e alterações;
- Cartão CNPJ;
- Cópia autenticada dos documentos do representante (RG/CPF);
- Comprovante de endereço em nome da empresa;

Alternativamente os documentos previstos nos itens acima podem ser enviados em arquivo eletrônico, desde que permitam a aferição de sua autenticidade pela Internet. Todos os documentos referidos deverão ser recepcionados pelo leiloeiro até a data designada para a realização do leilão eletrônico, sob pena de não ser efetivada a validação do cadastro efetuado.

É obrigação do arrematante fornecer e-mail e telefone para localização, em qualquer caso. Na omissão, o leiloeiro será responsável pela juntada aos autos dos documentos pessoais e de representação do arrematante, comprovante de pagamento das parcelas, transferência do bem e imissão de posse.

1.2.1) Alternativamente, os citados documentos, em cópias autenticadas, poderão ser encaminhados no endereço físico: Avenida Miguel Stefano, nº 3335, CEP 11.440-533, Balneário Cidade Atlântica, Guarujá-SP.

1.3) Os documentos acima discriminados deverão ser recepcionados pelo leiloeiro **até a data designada para o encerramento do leilão eletrônico, sob pena de não ser efetivada a validação do cadastro efetuado** (§3º, art. 12 do Provimento GP-CR nº 04/2019).

1.3.1) Considerando que a hasta será realizada exclusivamente na modalidade eletrônica não haverá possibilidade do cadastro presencial. Caso o participante necessite de auxílio ou estrutura para participação no leilão, poderá comparecer ao Fórum Trabalhista de Campinas, situado na Avenida José de Souza Campos, nº 422, Chácara da Barra, 8º andar, com uma hora de antecedência para que seja providenciada a estrutura e o auxílio necessários à sua participação.

1.4) O cadastro é pessoal e intransferível, sendo o interessado responsável pelo cumprimento dos prazos fixados neste edital,

PJe Documento assinado eletronicamente por FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA, em 09/04/2025, às 09:28:47 - d261011

assim como pelos lances realizados com seu login e senha, sob pena de multa a ser fixada pelo Juízo responsável pela hasta.

1.5) O cadastro e a participação no leilão eletrônico constituem faculdade dos licitantes, eximindo-se o TRT da 15ª Região de eventuais problemas técnicos ou operacionais que obstem, no todo ou em parte, a efetiva participação do interessado no ato (art. 13 do Provimento GP-CR n. 04/2019).

2. DISPOSIÇÕES GERAIS DA HASTA PÚBLICA:

2.1) O leilão será realizado EXCLUSIVAMENTE na modalidade eletrônica. Os bens serão anunciados no ambiente virtual do leiloeiro, no sítio eletrônico **www.grupolance.com.br** e serão vendidos um a um em caráter *ad-corpus* e no estado de conservação em que se encontram.

2.2) A hasta estará a cargo do Leiloeiro Oficial designado **Gilberto Fortes do Amaral Filho,** o qual fica responsável por:

a) divulgar a hasta com especial enfoque para na publicidade da modalidade de sua realização, exclusivamente eletrônica, em mídias eletrônicas, tais como redes sociais e portais de notícias, além da publicação do competente edital, com, no mínimo, 20 (vinte) dias úteis de antecedência, nos termos do art. 2ª do Provimento GP-CR Nº 04/2019, no site nacional www.PUBLICJUD.com.br;

b) providenciar a remoção do(s) bem(ns), quando determinada pela Juíza, fazendo jus o leiloeiro ao ressarcimento das despesas ocorridas com a remoção, guarda e conservação dos bens, desde que documentalmente comprovadas, bem como a armazenagem, na forma do artigo 789-A, VIII, da CLT, que serão acrescidas à execução, mesmo nas hipóteses em que depois da remoção do(s) bem(ns) sobrevier substituição da penhora, pagamento, remição, conciliação ou adjudicação.
Consoante o art. 826 e 903 do CPC/2015, a remição pode ocorrer enquanto não assinado o auto de arrematação pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro, momento em que a arrematação será considerada perfeita, acabada e irretratável.

2.3) O leiloeiro fica responsável pelo regular funcionamento do site no que diz respeito às informações lá disponibilizadas, zelando pela regularidade, transparência e regular acesso dos interessados na igualdade de oportunidade de ofertas de lances.

2.4) O usuário cadastrado terá conhecimento dos lances ofertados, por meio de informação disponibilizada pelo leiloeiro na página eletrônica, assim como de eventual proposta de parcelamento;

2.5) O usuário cadastrado poderá ofertar novo lance, que será devidamente divulgado no ambiente virtual supramencionado, propiciando a concorrência em igualdade de condições aos interessados; assim, a cada novo lance, o sistema permanecerá aberto para novo lance por mais 3 minutos, a fim de possibilitar a concorrência.

2.6) O ambiente de lances do leiloeiro deverá prever a aquisição do bem individualizado ou do lote integral, em condomínio de licitantes.

2.7) O aludido ambiente virtual do leiloeiro deve possibilitar o registro de data e hora dos lances para verificação e certificação da ordem dos lances, tanto do arrematante vencedor quanto do arrematante vencido, assim como das condições de pagamento.

3. DOS LANCES

3.1) O leilão ocorrerá conforme o seguinte cronograma:

1. **Abertura do leilão para recepção de lances:** dar-se-á a partir do dia 23/04/2025, sendo os lances recebidos no ambiente virtual disponibilizado pelo Leiloeiro Oficial.

1. **Realização do 1º Pregão:** o primeiro pregão será realizado no dia **22/05/2025, às 14h00**, com transmissão ao vivo, pelo Leiloeiro Oficial, ocasião em que serão analisados os lances já existentes. **Os lotes serão apregoados e encerrados um a um, com a declaração do lance vencedor, ou o repasse do lote para o 2º pregão.**

1. **Realização do 2º Pregão (repasse):** o segundo pregão será realizado no mesmo dia, após o encerramento do 1º pregão, depois de curto intervalo a ser definido, no ato, pelo Leiloeiro Oficial, durante a transmissão ao vivo. No repasse, os lotes serão anunciados e encerrados, um a um, com o registro dos lances, no ambiente virtual, ocasião em que poderão ser desmembrados e o pagamento poderá ser parcelado, mantendo-se o mesmo percentual de lance mínimo praticado no primeiro pregão. Por

Documento assinado eletronicamente por FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA, em 09/04/2025, às 09:28:47 - d261011

ocasião do repasse, os interessados poderão fazer outras propostas exclusivamente através do site do leiloeiro, tais propostas estarão sujeitas a aprovação, no ato, pela Juíza Coordenadora da Divisão de Execução de Campinas, conforme critérios estabelecidos neste edital.

1. **Ajuste das Propostas:** durante o anúncio de cada lote, conforme item “c” acima, as propostas serão analisadas pela Juíza Coordenadora, que poderá, por intermédio do Leiloeiro Oficial, contatar as(os) licitantes para ajustarem suas propostas, caso não atendam aos critérios de aprovação. Tal período findará com a aprovação ou rejeição das propostas existentes. Poderá a Juíza Coordenadora, neste momento, adiar o encerramento de determinado lote, passando à análise e encerramento dos lotes seguintes, caso as circunstâncias exijam maior tempo para o ajuste de propostas.

1. **Encerramento do 2º Pregão:** analisadas todas as propostas e declaradas(os) as(os) vencedoras(es), será encerrado o 2º pregão.

1. **Encerramento do Leilão:** ocorrerá no mesmo dia, 22/05/2025, após o cumprimento de todas as etapas acima.

3.2) Será observado como lance mínimo a percentagem sobre o valor da avaliação definida pelo Juízo da Execução. Não existindo definição pelo Juízo da Execução do lance mínimo, esse será de 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação para bens imóveis e veículos e 50% (cinquenta por cento) para os demais bens.

3.3) Desde a data da publicação do presente Edital, o leilão eletrônico estará disponível para recepção de lances por meio do site do leiloeiro na internet **www.grupolance.com.br**, sendo certo que:

1. O leilão na forma de aquisição do lote integral, sem desmembramento e sem parcelamento, acontecerá a partir da data de publicação deste edital até o encerramento da hasta, **que tem horário marcado, podendo prorrogar a depender** da demanda de oferta e da procura;

1. A fim de garantir a plena isonomia entre os participantes, a realização dos lances deve ocorrer **exclusivamente** por meio do respectivo sítio eletrônico, através da utilização de login e senha;

1. O usuário cadastrado poderá ofertar novo lance, que será devidamente anunciado no ambiente virtual do leiloeiro, propiciando a concorrência em igualdade de condições aos interessados;

1. Os licitantes que pretenderem arrematar em condomínio deverão informar ao leiloeiro via e-mail, enviando as condições da proposta para pregão eletrônico e verbal;

1. O aludido ambiente virtual do leiloeiro deve possibilitar a comunicação com os licitantes, inclusive com registro de data e hora, para verificação e certificação da ordem dos lances, do arrematante vencedor e do arrematante vencido, assim como as condições de pagamento deste último.

3.4) Para dirimir eventuais dúvidas e questionamentos, o leiloeiro deverá manter em seu site, em local de fácil visualização, telefones e formas para contato com a equipe do leiloeiro.

3.5) Compete ao Juízo responsável pela hasta pública, na forma do artigo 7º do Provimento GP-CR Nº 04/2019, proceder ao cancelamento de qualquer oferta quando não for possível autenticar a identidade do usuário, quando houver descumprimento das condições estabelecidas no Edital ou no referido Provimento ou quando a proposta apresentar irregularidade facilmente detectável.

4) Arrematado o bem, o leiloeiro enviará ao arrematante, por mensagem eletrônica, as guias de depósito e os dados bancários para pagamento imediato do valor da arrematação e da comissão, respectivamente, observados os percentuais devidos e a forma de

PJe Documento assinado eletronicamente por FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA, em 09/04/2025, às 09:28:47 - d261011

pagamentos previstos neste edital.

5) Na data da Hasta Pública, sendo a arrematação para pagamento à vista, o arrematante deverá pagar parcela correspondente a, no mínimo 20% (vinte por cento) do valor do lance, além da comissão do leiloeiro, de 5% (cinco por cento) também sobre o valor do lance, admitindo-se pagamento em moeda corrente e comprovação de transferência online ou guia de depósito.

5.1) O saldo remanescente deverá ser pago no primeiro dia útil subsequente à data da realização da hasta, diretamente na agência bancária autorizada;

5.2) A realização tempestiva dos pagamentos deve ser comprovada até 24 horas após sua efetivação, mediante envio de mensagem eletrônica do arrematante acompanhada dos documentos, para o endereço eletrônico do Leiloeiro, que a encaminhará à Central de Mandados de Campinas e ao Juízo da execução.

5.3) Cabe ao leiloeiro verificar a tempestividade dos pagamentos.

5.3.1) A não realização dos depósitos dos valores devidos no prazo fixado deverá ser comunicada imediatamente pelo leiloeiro à Central de Mandados de Campinas, informando, ainda, os 3 (três) lances subsequentes, para que seus ofertantes possam exercer o direito de opção, sem prejuízo da possibilidade de reparação de prejuízos prevista no disposto no caput do artigo 903 do Código de Processo Civil.

6) Ressalvada a hipótese do artigo 903, parágrafo 5º, do Código de Processo Civil, a desistência da arrematação ou a ausência do depósito do saldo remanescente no prazo fixado acarretará a perda, em favor da execução, do valor já pago, além da comissão destinada ao leiloeiro, voltando os bens a novo leilão, do qual não serão admitidos a participar o arrematante (art.897 do CPC).

7) O credor que não adjudicar os bens constritos perante o Juízo da Execução antes de designada data para o leilão pela Corregedoria Regional, com sorteio de leiloeiro e geração de relatório por sistema eletrônico, só poderá adquiri-los em hasta pública na condição de arrematante, com preferência na hipótese de igualar o maior lance, respondendo, porém, pelo pagamento da comissão do leiloeiro, na forma do art. 6º do Provimento GP-CR nº 04/2019.

8) Se o crédito do (s) exequente(s) for(em) suficiente(s) para a aquisição do bem na hasta e o exequente que tiver interesse na arrematação, deverá observar as seguintes regras:

a) fazer seu cadastro junto ao sítio eletrônico do leiloeiro e enviar e-mail através do endereço: **contato@grupolance.com.br**, informando que tem a intenção de exercer seu direito de preferência e encaminhando os documentos elencados no item 1.2.

b) Não haver determinação expressa no juízo da execução que impeça a arrematação nesta modalidade;

c) Na hipótese de o exequente ser o único credor trabalhista com crédito habilitado nos autos da execução em que foi determinada a alienação do bem penhorado, a arrematação com a utilização dos créditos somente será deferida se, por ocasião da realização da hasta pública, apresentar certidão atualizada do seu crédito, até o dia útil imediatamente anterior à data da hasta pública, bem como certidão que comprove ser ele/a o único credor trabalhista com crédito habilitado nos autos em que foi determinada a alienação do bem penhorado.

d) Na hipótese de existir mais de um credor trabalhista com crédito habilitado nos autos em que foi determinada a alienação do bem penhorado, a arrematação com a utilização dos créditos somente será deferida se houver petição no aludido processo (PJE) de todos os credores manifestando o desejo de arrematar conjuntamente o bem, hipótese na qual cada um deles adquirirá uma parte ideal proporcional ao seu crédito, cabendo-lhes pagar, também de forma proporcional, a comissão fixada ao leiloeiro;

e) Na hipótese da alínea anterior, caso não haja a concordância de arrematação conjunta de todos os credores, o exequente que pretender arrematar os bens estará obrigado a exibir a integralidade do preço (diferença entre seu crédito e o lance eventualmente ofertado ou, se não houver, entre o seu crédito e o valor do lance mínimo), sob pena de indeferimento do pedido de arrematação.

9) Caso o arrematante seja o próprio credor e o seu crédito seja inferior ao valor do lance mínimo, deverá ser efetuado, no prazo de 3 (três) dias, o depósito da diferença entre o valor do maior lance e do seu crédito ou da diferença entre o valor do seu crédito e o montante do lance mínimo, sob pena de tornar sem efeito a arrematação, realizando-se novo leilão à custa do exequente (§1º do art. 892 do Código de Processo Civi) ou, se for o caso, de atribuí-la ao licitante concorrente. Nesta hipótese, a comissão do leiloeiro, calculada sobre o valor do lance, deverá ser paga por ocasião do encerramento da hasta pública.

10) Exclusivamente para o repasse, o interessado que adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar proposta para

PJe Documento assinado eletronicamente por FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA, em 09/04/2025, às 09:28:47 - d261011

parcelamento do pagamento da arrematação, observadas as seguintes regras:

a) Para bens imóveis: A proposta conterá oferta de pagamento de pelo menos **30%** (trinta por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado no máximo em 11 (onze) parcelas, quando se tratar de imóveis; nos casos de parcelamento de pagamento de bens imóveis, a carta de arrematação será expedida com hipoteca judiciária, que só será extinta após a integral quitação das parcelas.

b) Para bens móveis: a proposta conterá oferta de pagamento de pelo menos **30%** (trinta por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado no máximo em 11 (onze) parcelas. Nos casos de parcelamento de pagamento de bens móveis, a carta de arrematação ficará condicionada ao pagamento integral das parcelas.

b.1) Eventual antecipação de entrega da carta de arrematação deverá ser requerida ao Juízo da Execução, mediante caução idônea, ficando à decisão deste o deferimento da carta em comento;

c) Nos casos de parcelamento, será utilizado o índice SELIC (Receita Federal) para corrigir monetariamente as prestações ou outro índice que venha a substituir o fixado;

c.1) Casos excepcionais, o índice de atualização poderá ser diferenciado do constante no item "c", a depender do deferimento da Magistrada responsável pela hasta, o que deverá estar consignado no Auto de Arrematação.

d) A apresentação da proposta de parcelamento não suspende o leilão.

e) A opção pelo parcelamento deve ser efetuada no momento do lance. Em não se fazendo neste momento, presume-se que o lance foi dado à vista, não podendo posteriormente o arrematante solicitar referido parcelamento.

f) Propostas de parcelamentos em condições iguais, prevalecerá a formulada em primeiro lugar.

g) A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de parcelamento, desde que os valores das propostas sejam iguais;

h) Havendo mais de uma proposta de parcelamento será considerada a mais vantajosa aquela que contenha maior valor real, devendo, entretanto, as propostas serem analisadas pelo leiloeiro e enviadas à Juíza Coordenadora para dirimir eventual dúvida.

i) Não será aceito lance que ofereça preço inferior ao mínimo estipulado pelo juiz da execução e constante do edital.

j) Sempre que houver dúvidas na análise das propostas de pagamento por parte do leiloeiro, esse deverá realizar contato prévio com a Juíza para finalizar a arrematação.

k) A imissão na posse de bens arrematados parceladamente ficará condicionada ao pagamento total do valor do lance.

k.1.) O Juízo da Execução poderá decidir de forma distinta pela imissão da posse do bem arrematado, seguindo seu entendimento judicial.

l) Deferido o parcelamento, no caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas, sendo que multa será revertida em favor do exequente;

m) O inadimplemento de uma ou mais parcelas da arrematação autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação perante o Juízo da execução;

n) Além da comissão de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, a cargo do arrematante, fará jus o (a) leiloeiro (a) ao ressarcimento das despesas ocorridas com a remoção, guarda e conservação dos bens, desde que documentalmente comprovadas, bem como a armazenagem, na forma do artigo 789-A, VIII, da CLT, que serão acrescidas à execução.

o) O executado ressarcirá as despesas, inclusive se, depois da remoção, sobrevier substituição da penhora, conciliação, pagamento, remição ou adjudicação. Se o valor da arrematação for superior ao crédito do exequente, as despesas poderão ser deduzidas do produto da arrematação.

p) Os bens que se enquadram na hipótese do art. 1.331 do Código Civil deverão observar as regras lá existente e, especificamente no tocante a vaga de garagem, deverá ser demonstrado no ato da

PJe Documento assinado eletronicamente por FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA, em 09/04/2025, às 09:28:47 - d261011

arrematação (por e-mail enviado ao leiloeiro) a condição de condômino ou a expressa autorização para alienação a pessoa estranha ao condomínio na convenção do condomínio.

11) A alienação de bens cuja propriedade não seja apenas do devedor ou devedores, sendo o bem em parte de pessoas não executada, será realizada observando-se as regras abaixo:
11.1) Caso o interessado não seja coproprietário do bem oferecido, terá de oferecer quanto à cota-parte de propriedade da pessoa não executada lance à vista, não se admitindo quanto a essa parcela do bem qualquer tipo de parcelamento. Será admitido apenas o parcelamento da cota-parte correspondente ao devedor ou devedores da ação trabalhista, a qual seguirá as regras já previstas neste edital para tal tipo de arrematação;
11.2) Caso o(s) coproprietário(s) não executado deseje adquirir o bem, estará desobrigado de depositar o valor referente à sua cota-parte e, em optando por assim agir, também nada receberá no Juízo de Execução quando da eventual distribuição de valores em favor de outros coproprietários não devedores.
11.3) Caberá ao interessado comprovar documentalmente, no momento da hasta, a sua condição de coproprietário, bem como a de não executado, apresentando, obrigatoriamente, certidão da matrícula do imóvel atualizada (em prazo não superior a 30 dias contados da data da realização da hasta pública) e certidão emitida pela Vara do Trabalho no máximo de 10 (dez) dias contados da data da realização da hasta pública, da qual conste o nome de todos os executados do processo em que o bem está sendo alienado.

12) Não será devida a comissão ao (à) Leiloeiro (a) na hipótese de desistência de que trata o parágrafo 5º do artigo 903 do Código de Processo Civil, de anulação da arrematação ou se negativo o resultado da hasta.

12.1) Anulada ou verificada a ineficácia da arrematação ou ocorrendo a desistência prevista no parágrafo 5º do artigo 903 do Código de Processo Civil, o (a) leiloeiro (a) devolverá ao arrematante o valor recebido a título de comissão corrigido pela taxa SELIC (Receita Federal), imediatamente após o recebimento da comunicação pela Central de Mandados de Campinas.

12.2) Na hipótese de acordo ou pagamento do débito após a publicação do edital, mas antes da data de encerramento da hasta pública, o leiloeiro fará jus à comissão no montante de **2% (dois por cento) sobre o valor do ACORDO.**

13) Concretizada a arrematação, o leiloeiro procederá à expedição do Auto de Arrematação, enviando-o assinado pelo leiloeiro e pelo arrematante, à Central de Mandados de Campinas, por e-mail, para revisão e remessa à Juíza Coordenadora da Divisão de Execução de Campinas.

13.1) Caberá ao leiloeiro, ao final do certamente, remeter ao e-mail institucional da Divisão de Execução de Campinas (divisaoexecucao.campinas@trt15.jus.br) assim como ao Juízo de cada execução, em mensagens individualizadas, os documentos dos arrematantes, os comprovantes de pagamento e a devolução do auto de arrematação assinado digitalmente tanto pelo leiloeiro como pelo arrematante ou seu representante/procurador.

14) Os participantes dos leilões judiciais promovidos pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, incluídos os eventuais arrematantes dos lotes oferecidos, não poderão alegar desconhecimento das condições do certame, dos encargos do bem, das condições e prazos de pagamento ou das despesas e custas relativas às Hastas Públicas.

15) Nos termos do Art. 110 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho e de acordo com as Recomendações da Ata de Correição Ordinária/2020 da Central de mandados de Campinas, a arrematação em hasta pública se reveste de **natureza originária**, ficando o arrematante isento do pagamento com relação aos débitos tributários, cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens e direitos adquiridos judicialmente estejam ou não inscritos na dívida ativa, ao determinar a alienação de bem através de leilão judicial ou iniciativa particular.

Do mesmo modo, nos termos do disposto nos artigos 1.430 do Código Civil e 908, § 1º do Código de Processo Civil, por força da aquisição originária da coisa, eventuais débitos que recaiam sobre o bem até a data da hasta pública, inclusive os de natureza *propter rem* (Ex.: débitos condominiais), sub-rogam-se sobre o respectivo preço, observada a ordem de preferência.

16) As despesas de transferência do bem arrematado, tais como emolumentos de registro no Cartório de Registro de Imóveis, transferência a órgão de trânsito, entre outras, não se enquadram na previsão das alíneas antecedentes, e serão suportadas pelo arrematante.

17) Em relação às despesas incidentes sobre veículos, tais como

PJe Documento assinado eletronicamente por FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA, em 09/04/2025, às 09:28:47 - d261011

IPVA e multas, não serão imputadas ao arrematante. Nestes casos o veículo será entregue livre e desembaraçado de qualquer encargo.

18) Os Embargos à arrematação, de acordo com o artigo 903 do Novo Código de Processo Civil, não terão efeito suspensivo da venda realizada, considerando-se perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos.

19) O prazo para eventuais embargos à arrematação ou adjudicação passará a fluir da data da Hasta Pública, independentemente de nova notificação.

20) Fica autorizado o(a) leiloeiro(a) ou pessoa por ele(a) expressamente designada a fazer a vistoria dos bens penhorados, podendo fotografá-los, bem como solicitar, em caráter de urgência, as respectivas certidões de regularidade nos órgãos de interesse, em especial Prefeitura, DETRAN, CIRETRAN, Cartórios de Registro de Imóveis, Cartório de Títulos e Documentos, INCRA, dentre outros que se fizerem necessários.

20.1) É vedado aos depositários criar embaraços à visitação dos bens sob sua guarda, em dias úteis, das 8h às 18h, ou por meio de serviço de agendamento de visitas, sob pena de ofensa ao artigo 77, inciso IV, do CPC, ficando, desde logo, autorizado o uso de força policial, se necessário.

20.2) O leiloeiro deverá envidar esforços para visitar e fotografar o bem, divulgando as fotos no site, disponibilizando também informações que sejam úteis quanto à localização dos lotes. A autorização para visitação do bem será enviada ao leiloeiro via e-mail, pela Central de Mandados de Campinas.

21) O leiloeiro deverá publicar o presente edital em jornal de ampla circulação local, isto é, nas cidades que constituem a área da presente da Circunscrição, a fim de respeitar o princípio da publicidade.

21.1) A divulgação dos lotes deverá ser feita também por outros meios eletrônicos a fim de ampliar o público-alvo.

22) Os casos omissos e as dúvidas quanto à aplicabilidade do Provimento GP-CR Nº 04/2019 serão resolvidos por ato conjunto da Presidência e da Corregedoria deste Tribunal, sendo as ocorrências ou problemas judiciais dirimidos pela Juíza Coordenadora da Central de Mandados de Campinas.

22) Por intermédio deste Edital, ficam intimadas as partes, respectivos patronos, em especial o(a) executado(a) e/ou sócios, inclusive cônjuges ou companheiros, bem como terceiros, suprindo eventual insucesso de qualquer outra forma legalmente estabelecida para notificação.

Publique-se.

Ciência às partes, cônjuges, credores hipotecários e fiduciários.

Oficiem-se os Juízos que determinaram averbações de ônus nos bens que estão incluídos nesta hasta, para ciência e providências que entenderem cabíveis.

Campinas, 07 de abril de 2025

BRUNA MÜLLER STRAVINSKI
JUÍZA DO TRABALHO COORDENADORA DA DIVISÃO DE EXECUÇÃO DE CAMPINAS

VARA DO TRABALHO DE TEODORO SAMPAIO

Despacho

Despacho

Processo Nº RTOrd[rt]-0014000-10.1999.5.15.0127

Processo Nº RTOrd[rt]-00140/1999-127-15-00.4

RECLAMANTE	Alcides Godoi
Advogado	Antonio Gonzaga Ribeiro Jardim(OAB: 121506SPD)
RECLAMANTE	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
RECLAMADO	Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.
Advogado	Raquel Cristina da Silva Medina(OAB:)

Ao(s) advogado(s) do(s) RECLAMADO(s): Ciência do ofício 68/2025, determinando a transferência de valores para o processo 0101077-90.2017.5.01.0038, da 38ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ. -

Despacho

Processo Nº RTOrd[rt]-0080800-83.2000.5.15.0127

Processo Nº RTOrd[rt]-00808/2000-127-15-00.9

RECLAMANTE	Salvador Pereira de Lima
Advogado	Antonio Gonzaga Ribeiro Jardim(OAB: 121506SPD)
RECLAMANTE	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
RECLAMADO	Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.
Advogado	Raquel Cristina da Silva Medina(OAB:)

Ao(s) advogado(s) do(s) RECLAMADO(s): Ciência do ofício

Documento assinado eletronicamente por FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA, em 09/04/2025, às 09:28:47 - d261011
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/25040909284239000000256384883?instancia=1
Número do processo: 0010782-36.2016.5.15.0043
Número do documento: 25040909284239000000256384883

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
0010782-36.2016.5.15.0043
: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME E OUTROS (2)

DESPACHO

Ciência às partes, coproprietários e terceiros interessados, se houver, do Edital de Hasta Pública 01/2025, disponibilizado no DEJT n. 4198/2025 em 7 /4/2025, a ser realizada na modalidade eletrônica, em **22/5/2025**.

No silêncio, aguarde-se a realização do certame.

Intimem-se.

CAMPINAS/SP, 09 de abril de 2025

CAMILA XIMENES COIMBRA
Juíza do Trabalho Substituta

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
0010782-36.2016.5.15.0043
: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME E OUTROS (2)

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID 18e7120 proferido nos autos.

DESPACHO

Ciência às partes, coproprietários e terceiros interessados, se houver, do Edital de Hasta Pública 01/2025, disponibilizado no DEJT n. 4198/2025 em 7 /4/2025, a ser realizada na modalidade eletrônica, em **22/5/2025**.

No silêncio, aguarde-se a realização do certame.

Intimem-se.

CAMPINAS/SP, 09 de abril de 2025

CAMILA XIMENES COIMBRA
Juíza do Trabalho Substituta

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
PROCESSO: 0010782-36.2016.5.15.0043
: FLAVIO HENRIQUE DA SILVA
: LUX'S SERVICOS DE MARCENARIA LTDA - ME E OUTROS (2)

é NOTIFICAÇÃO

MARIA MADALENA RODRIGUES DE OLIVEIRA SALES DE OLIVEIRA, 1640, C, VILA INDUSTRIAL, CAMPINAS/SP - CEP: 13035-270

Fica V. Sa. notificada do ato/ despacho/ sentença proferido neste processo.

O teor do documento pode ser visualizado pelo acesso ao link:

https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/25040914083170500000256437731?instancia=1

NAO APAGAR NENHUM CARACTERE DESTA LINHA. ESTE DOCUMENTO SERA ENVIADO VIA ECARTA (TIPO COM_AR).

SUMÁRIO

Documentos			
Id.	**Data da Assinatura**	**Documento**	**Tipo**
a7e259c	20/04/2016 15:12	Petição em PDF	Petição em PDF
9e4314d	20/04/2016 15:12	Petição inicial-pdfa	Petição Inicial
05c9053	20/04/2016 15:12	Procuração	Procuração
a7d6e93	20/04/2016 15:12	CONVENCAO-2013 (parte 1)	Convenção Coletiva de Trabalho
7cf0568	20/04/2016 15:12	CONVENCAO-2013 (parte 2)	Convenção Coletiva de Trabalho
b1299fd	20/04/2016 15:12	CONVENCAO-2013 (parte 3)	Convenção Coletiva de Trabalho
5451156	20/04/2016 15:12	CONVENCAO-2013 (parte 4)	Convenção Coletiva de Trabalho
1e0a85c	20/04/2016 15:12	CONVENÇÃO 2014	Convenção Coletiva de Trabalho
4ace942	20/04/2016 15:12	CONVENÇÃO 2015-2016	Convenção Coletiva de Trabalho
e6ec9d7	20/04/2016 15:12	CTPS	CTPS
b189b15	20/04/2016 15:12	Declaração de hipossuficiente	Declaração de Hipossuficiência
2cde067	20/04/2016 15:12	Documento pessoal	Documento Diverso
90b7859	20/04/2016 15:12	Contrato de honorários	Documento Diverso
db7043d	20/04/2016 15:12	Extrato fgts	Extrato de Conta do FGTS
b3ebb5f	20/04/2016 15:12	Recibos	Recibo de Salário
2042c8c	20/04/2016 15:12	Telegramas	Telegrama
a9468d3	25/04/2016 13:59	Notificação	Notificação
94a106e	25/04/2016 13:59	Notificação	Notificação
2f213ba	15/08/2016 18:10	Despacho	Despacho
264369f	16/08/2016 11:42	Notificação	Notificação
9bbf736	16/08/2016 11:42	Notificação	Notificação
5e77fd1	08/09/2016 12:30	Notificação devolvida LUX'S	Certidão
c5305d8	08/09/2016 12:32	Mandado	Mandado
4ae1c39	12/09/2016 17:58	Devolução de mandado	Certidão
0169527	13/09/2016 15:19	NOVO ENDEREÇO NOTIFICAÇÃO	Manifestação
f8b039e	13/09/2016 15:44	Certidão de encaminhamento de nova notificação no endereço informado pelo reclamante	Certidão
cd6205a	13/09/2016 15:51	Notificação	Notificação
5ec0c8c	21/09/2016 13:43	EMENDA A INICIAL	Manifestação
fa6a886	26/09/2016 16:41	Ata da Audiência	Ata da Audiência
8e2b831	26/09/2016 16:41	Anotação de baixa na CTPS	Certidão

aa2651b	27/09/2016 11:55	Despacho	Despacho
ce4ff09	11/11/2016 17:51	Sentença	Sentença
b0d749c	16/11/2016 11:50	Sentença	Notificação
bca09c6	16/11/2016 11:50	Notificação	Notificação
84ac1ef	02/12/2016 16:58	Despacho	Despacho
9e41f22	05/12/2016 13:41	Ofício	Ofício
71891c7	05/12/2016 13:41	Ofício	Ofício
766094c	05/12/2016 13:41	Ofício	Ofício
63a045e	13/12/2016 17:41	Notificação	Notificação
5c3f930	13/02/2017 17:54	Cálculo Recte	Manifestação
c9bea9d	13/02/2017 17:54	calculo liquidação sentença	Documento Diverso
a15592f	13/02/2017 18:03	Anotação CTPS	Manifestação
513d920	21/02/2017 13:42	Despacho	Despacho
917ed46	29/05/2017 10:36	Laudo Pericial Contabil	Laudo Pericial
6c596c6	29/05/2017 10:36	Laudo Pericial Contabil	Laudo Pericial
7cf91e4	15/08/2017 15:06	Decisão	Decisão
fbe1ece	18/08/2017 14:08	Intimação	Intimação
a25ac18	18/09/2017 17:51	VCTO PRAZO PAGAMENTO	Manifestação
0493aa3	02/10/2017 15:57	Notificação Devolvida LUXS SERVIÇOS DE MARCENAERIA	Certidão
195731d	02/10/2017 17:37	Decisão	Decisão
1d75832	09/10/2017 13:11	Resposta BACENJUD	Certidão
417a9cb	09/10/2017 13:11	Protocolo BACENJUD	Documento Diverso
cc0e0db	11/10/2017 14:28	JUCESP	Certidão
4211e61	11/10/2017 14:28	JUCESP - 10.782-36 LUX	Certidão
fef5127	11/10/2017 16:40	Decisão	Decisão
e9e70de	18/10/2017 14:44	Resposta BACENJUD	Certidão
49a2140	18/10/2017 14:44	Protocolo BACENJUD	Documento Diverso
a0cd457	19/10/2017 13:18	Intimação	Intimação
393c200	19/10/2017 13:21	Intimação	Intimação
9d48d2d	01/11/2017 13:58	Habilitação em processo	Manifestação
687d763	01/11/2017 13:58	PROCURAÇÃO E CONTRATO SOCIAL	Procuração
8140299	05/12/2017 16:33	Mandado	Mandado
4aa2552	06/12/2017 16:17	PEDIDO DE AUDIÊNCIA	Manifestação
38e1bd3	12/12/2017 14:18	Devolução de mandado de ID 8140299	Certidão
1baa366	11/01/2018 11:09	Mandado	Mandado
9d69320	12/01/2018 19:26	Despacho	Despacho
4be52d6	12/01/2018 19:26	Despacho	Notificação
c4156fa	18/01/2018 11:22	Devolução de mandado de ID 1baa366	Certidão

94f41d8	23/02/2018 15:07	Ata da Audiência	Ata da Audiência
c3e258d	03/04/2018 15:58	Pet. Informando o Descumprimento do Acordo.	Manifestação
1d2eb1c	03/04/2018 15:58	Planilha Atualizada do Débito	Documento Diverso
2afa794	09/04/2018 13:47	Despacho	Despacho
a16bbd2	09/04/2018 13:47	Despacho	Notificação
d4d6ec3	08/05/2018 10:19	manifestação	Manifestação
b13207e	04/06/2018 14:05	Decisão	Decisão
e20bc48	31/07/2018 12:39	bacen	Certidão
e51b651	31/07/2018 12:39	pesquisa bacenjud	Documento Diverso
416b1dd	02/08/2018 09:28	Mandado	Mandado
82f9823	02/08/2018 16:12	Devolução de mandado de ID 416b1dd	Certidão
9f0ec4f	30/08/2018 14:41	Devolução de mandado de ID 416b1dd	Certidão
f3383ca	30/08/2018 15:54	GD	Certidão
31d1fda	30/08/2018 15:54	GUIA DEPOSITO	Documento Diverso
6fb9192	30/08/2018 16:04	GD	Certidão
ec8f2a3	30/08/2018 16:04	GUIA DEPOSITO	Documento Diverso
e9f1030	30/08/2018 16:05	GD	Certidão
0dcf2fb	30/08/2018 16:05	GUIA DEPOSITO	Documento Diverso
c3dca4e	30/08/2018 16:05	GD	Documento Diverso
b5d34e5	29/11/2018 11:08	Devolução de mandado de ID 416b1dd	Certidão
5b06f52	29/11/2018 11:08	Auto de Penhora	Auto de Penhora
0051d15	29/11/2018 11:08	Auto de Penhora	Auto de Penhora
b18f1e5	05/12/2018 14:08	Pedido de guia de retirada	Manifestação
f580aba	19/12/2018 14:18	Despacho	Despacho
b4f2a29	19/12/2018 14:18	Despacho	Notificação
e361c9c	15/02/2019 17:51	JUntada de Protocolo Bacen	Certidão
8a21970	15/02/2019 17:51	Protocolo	Documento Diverso
b21c91d	15/02/2019 20:31	Despacho	Despacho
aa8bc30	15/02/2019 20:31	Despacho	Notificação
8eeadb5	21/02/2019 10:34	Mandado	Mandado
c788533	07/03/2019 18:12	Alvará	Alvará
349ec17	08/03/2019 17:55	Intimação	Intimação
a26fad2	08/03/2019 17:59	PJECALC 1078236.2016	Certidão
6c34f51	08/03/2019 17:59	PJECALC 1078236.2016	Planilha de Atualização de Cálculos
95334b7	09/03/2019 09:32	Despacho	Despacho
be26877	09/03/2019 09:32	Despacho	Notificação

a858d7b	12/03/2019 16:44	Impugnação a Penhora	Apresentação de Substabelecimento com Reserva de Poderes
fd44557	12/03/2019 16:44	Substabelecimento com Reserva de Poderes	Substabelecimento com Reserva de Poderes
a4b8150	19/03/2019 11:41	Devolução de mandado de ID 8eeadb5	Certidão
cf6d834	19/03/2019 11:41	Auto de Penhora	Auto de Penhora
c5a3e09	19/03/2019 11:41	Fotografia	Fotografia
305df32	21/03/2019 12:24	Pedido de Designação de Audiência	Apresentação de Substabelecimento com Reserva de Poderes
43d8605	21/03/2019 12:24	Substabelecimento com Reserva de Poderes	Substabelecimento com Reserva de Poderes
6f2885d	21/03/2019 15:54	Despacho	Despacho
be52ef1	21/03/2019 15:54	Despacho	Notificação
8de98f6	25/03/2019 11:35	Reiterando Designação de Audiência	Apresentação de Substabelecimento com Reserva de Poderes
6b01304	03/04/2019 13:30	Despacho	Despacho
8f60066	03/04/2019 13:30	Despacho	Notificação
85b6767	22/04/2019 16:45	Despacho	Despacho
b288cd2	22/04/2019 16:45	Despacho	Notificação
538e92f	08/05/2019 10:40	impugnação à penhora	Impugnação
29cc37f	08/05/2019 15:33	Despacho	Despacho
42bd879	29/05/2019 16:51	Ata da Audiência	Ata da Audiência
5d22302	30/05/2019 19:25	Despacho	Despacho
b240ae6	30/05/2019 19:25	Despacho	Notificação
bddfa42	11/06/2019 12:28	impugnação a exceção de preexecutividade	Solicitação de Habilitação
a000e1b	11/06/2019 12:28	foto	Documento Diverso
a0157a7	11/06/2019 12:28	foto	Documento Diverso
97a5847	30/08/2019 23:47	Decisão	Decisão
2011e62	02/09/2019 08:12	Intimação	Intimação
89c96b2	02/09/2019 08:12	Intimação	Intimação
6c8bcfe	02/09/2019 08:12	Intimação	Intimação
582f74b	16/09/2019 13:16	Despacho	Despacho
cacaafc	18/09/2019 11:37	Intimação	Intimação
6100325	18/09/2019 11:37	Intimação	Intimação
458c93d	18/09/2019 11:37	Intimação	Intimação
b69fd3d	19/09/2019 17:10	Manifestação do Reclamante	Manifestação
79cf3ed	23/09/2019 16:45	Despacho	Despacho

cc44b75	26/09/2019 06:16	email ao Corretor	Certidão
bc7ada7	26/09/2019 06:16	email - 10782-36.2016	Correspondência ou Mensagem Eletrônica/E-mail
683b8e7	23/10/2019 16:12	Minuta de edital	Apresentação de Procuração
3d5be69	23/10/2019 16:12	Edital de alienação	Documento Diverso
714080a	03/03/2020 18:25	Despacho	Despacho
c41e06c	09/03/2020 08:34	email - envio	Certidão
13d97bc	09/03/2020 08:34	email - 10782-36.2016	Correspondência ou Mensagem Eletrônica/E-mail
3ff9d89	10/03/2020 10:18	Minuta de edital	Manifestação
c1d6059	10/03/2020 10:18	Edital de alienação	Documento Diverso
86960e8	17/03/2020 10:58	Intimação	Intimação
a1c533f	17/03/2020 10:58	Intimação	Intimação
cba8960	17/03/2020 10:58	Intimação	Intimação
745b406	17/03/2020 10:58	Intimação	Intimação
aa9d8e8	05/06/2020 14:03	Despacho	Despacho
c3c5995	08/06/2020 15:12	email - envio	Certidão
8eba74e	08/06/2020 15:12	email - 0010782-36.2016	Correspondência ou Mensagem Eletrônica/E-mail
cc4f286	16/09/2020 14:08	Pedido de Hasta Pública	Manifestação
a079867	16/09/2020 15:04	erro material	Manifestação
b839ef4	02/10/2020 11:08	Intimação	Intimação
f71c1ea	02/10/2020 11:08	Intimação	Intimação
ad21d1e	02/10/2020 11:08	Intimação	Intimação
5c04cad	02/10/2020 11:08	Intimação	Intimação
aa3de92	14/10/2020 10:27	Despacho	Despacho
208c833	14/10/2020 16:45	email - envio	Certidão
a05f101	14/10/2020 16:45	email - 0010782-36.2016.5.15.0043	Correspondência ou Mensagem Eletrônica/E-mail
c58714a	23/10/2020 16:38	Minuta de edital	Manifestação
87e1b3d	23/10/2020 16:38	Edital de alienação	Documento Diverso
14d8782	04/11/2020 13:53	Intimação	Intimação
284c9d7	04/11/2020 13:53	Intimação	Intimação
a597a89	04/11/2020 13:53	Intimação	Intimação
b94b447	04/11/2020 13:53	Intimação	Intimação
d82fae2	09/03/2021 11:13	Manifestação	Manifestação
d1ee72b	09/03/2021 11:13	Anuncio jornal	Documento Diverso
6aac1f2	09/03/2021 13:06	Despacho	Despacho

c15203c	09/03/2021 21:36	email - envio	Certidão
49c225e	09/03/2021 21:36	email - 0010782-36.2016.5.15.0043	Documento Diverso
16ff9c2	09/04/2021 11:23	Minuta de edital	Manifestação
d74623a	09/04/2021 11:23	Edital de alienação	Documento Diverso
c42f27f	09/04/2021 14:24	Intimação	Intimação
14a05ec	09/04/2021 14:24	Intimação	Intimação
9cca5cc	09/04/2021 14:24	Intimação	Intimação
e6a0aec	09/04/2021 14:24	Intimação	Intimação
c28f441	27/08/2021 14:38	Manifestação	Manifestação
eaeda2f	27/08/2021 14:38	Anuncio de jornal	Documento Diverso
c39da83	03/09/2021 12:28	Despacho	Despacho
b53f934	03/09/2021 14:17	email - intimação	Certidão
9ca6115	03/09/2021 14:17	email - 0010782-36.2016.5.15.0043	Documento Diverso
64a7d67	30/09/2021 09:15	malote digital - recebimento	Certidão
04672ee	30/09/2021 09:15	Oficio 12265-17	Documento Diverso
0fa31cb	29/10/2021 11:30	Minuta de edital	Manifestação
9ac3aa0	29/10/2021 11:30	Edital de alienação	Documento Diverso
1ecfdbb	04/11/2021 17:38	Despacho	Despacho
5632396	04/11/2021 17:39	Intimação	Intimação
d7c3d5c	02/12/2021 11:47	Manifestação	Manifestação
cf43a7c	07/03/2022 15:06	Manifestação	Manifestação
d5d4b05	07/03/2022 15:06	Anuncio de jornal	Documento Diverso
ca0e25f	11/03/2022 15:47	Despacho	Despacho
95fff50	14/03/2022 11:12	email - intimação	Certidão
c897439	14/03/2022 11:12	email - 0010782-36.2016.5.15.0043	Documento Diverso
192fce1	21/06/2022 10:08	Minuta de edital	Manifestação
addb1a1	21/06/2022 10:08	Edital de alienação	Documento Diverso
bcd4e4e	27/07/2022 10:16	Manifestação	Manifestação
8af4da3	20/10/2022 10:20	Peticionamento Avulso	Manifestação
7657bb9	20/10/2022 10:20	Anuncio de jornal	Documento Diverso
044b0a1	13/12/2022 09:43	Despacho	Despacho
c81875c	10/01/2023 15:22	email - intimação	Certidão
173e800	10/01/2023 15:22	email - 0010782-36.2016.5.15.0043	Documento Diverso
06dc322	03/03/2023 14:24	Peticionamento Avulso	Manifestação
0b599f5	06/05/2023 10:20	Peticionamento Avulso	Manifestação
842caa9	14/06/2023 12:53	Despacho	Despacho
8d0b51c	14/06/2023 12:54	Intimação	Intimação
c467ce2	04/07/2023 15:57	Intimação	Intimação

1c55eaa	04/07/2023 16:02	Solicitação de matrícula ARISP	Certidão
21cb477	07/07/2023 12:22	Matrícula 8721 do CRI de Cafelandia	Certidão
544df7a	21/07/2023 18:33	Notificação devolvida MARIA MADALENA RODRIGUES DE OLIVEIRA (terceira)	Certidão
eec2f8c	17/11/2023 12:20	Despacho	Despacho
4337a37	17/11/2023 12:21	Intimação	Intimação
6ce1c09	12/01/2024 12:26	Atualização	Planilha de Atualização de Cálculos
02509b2	12/01/2024 12:44	Mandado Reavaliação	Mandado de Citação, Penhora e Avaliação
a559f1d	12/01/2024 12:44	Auto de Avaliação_Documento_cf6d834	Mandado de Citação, Penhora e Avaliação
77d79f2	12/01/2024 12:44	Matrícula _Documento_21cb477	Mandado de Citação, Penhora e Avaliação
f14b361	12/01/2024 12:44	Descpaho_Documento_eec2f8c	Mandado de Citação, Penhora e Avaliação
7c087ea	14/03/2024 15:13	Certidão de Oficial de Justiça	Certidão
a2ede6e	14/03/2024 15:13	CERTIDÃO CARTORIO	Certidão do Cartório de Registro de Imóveis
6e0a05b	14/03/2024 15:13	AVALIAÇÃO	Documento Diverso
459edd4	14/03/2024 15:13	FOTOS DO IMÓVEL	Documento Diverso
f913053	16/08/2024 13:48	Despacho	Despacho
2f3d3eb	16/08/2024 13:49	Intimação	Intimação
7982eac	19/02/2025 10:52	Despacho	Despacho
ca798c9	19/02/2025 10:53	Intimação	Intimação
cf11dfd	07/03/2025 17:11	Intimação	Intimação
660cb8c	12/03/2025 13:25	Liberação de bem para hasta pública	Certidão
d261011	09/04/2025 09:28	Edital de Hasta Pública 01/2025	Documento Diverso
18e7120	10/04/2025 12:11	Despacho	Despacho
1eaaa69	10/04/2025 12:12	Intimação	Intimação
d7876ad	22/04/2025 12:56	Intimação	Intimação